



PREFEITURA DE MONTE MOR

Monte Mor, 23 de maio de 2024

Da: Secretaria Municipal de Planejamento e Obras

Maurício Guimarães – Secretário Municipal

Para Exmo Vereador Sr. Bruno Leite

Ref.: Solicitação de informações sobre os loteamentos aprovados pela atual administração

Com os cordiais cumprimentos, venho por meio desta, lhe informar a situação supracitada elencada abaixo:

1 – Quantos loteamentos foram aprovados pela atual administração, desde janeiro de 2021 até a presente data? Favor nos informar localização, zoneamento, se é aberto ou fechado ou outras informações pertinentes.

Foram aprovados 8 (oito) loteamentos. As informações de localização, zoneamento, se é aberto ou fechado ou outras informações estão contidas em planilha anexa.

2 – Quais as leis e Decretos que exigem todas as normas e diretrizes para aprovação de loteamento?

Lei Complementar 42/2015 (Plano Diretor e anexos); Lei Complementar 043/2015 (Lei de Uso e Ocupação e anexos); Lei Complementar 44/2015 (Parcelamento do Solo e anexos) e Lei Complementar 45/2015 (Código de Obras). Decretos anexos.

3 – Quais as contrapartidas que a prefeitura exige para aprovação de um loteamento?

As contrapartidas são realizadas em avaliação no tocante a quantidade de lotes/unidades habitacionais, podendo ser exigidas no início da aprovação ou mesmo no Termo de Vistoria de Obra, ou seja, antes da entrega da obra. As contrapartidas sempre serão avaliadas e exigidas às loteadoras.

4 – Favor encaminhar relatório detalhado, contendo os seguintes dados:

- a) nome dos proprietários de cada loteamento aprovado na atual gestão.
- b) nome dos engenheiros responsáveis pelos respectivos projetos.
- c) data do protocolo do pedido de aprovação de cada projeto.



PREFEITURA DE MONTE MOR

- d) data de aprovação de cada loteamento.
- e) cópia das normas que aprovaram os respectivos loteamentos

As respostas acima estão contidas em planilha anexa.

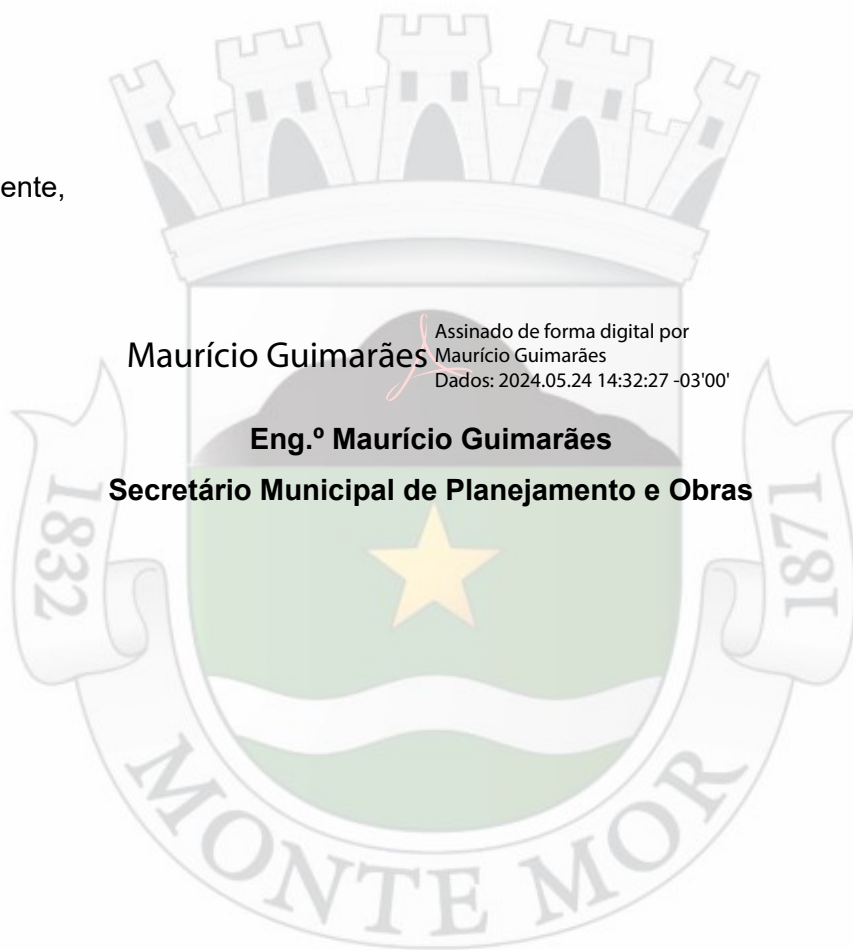
Atenciosamente,

Maurício Guimarães

Assinado de forma digital por
Maurício Guimarães
Dados: 2024.05.24 14:32:27 -03'00'

Eng.º Maurício Guimarães

Secretário Municipal de Planejamento e Obras



DECRETO	DATA	DIÁRIO OFICIAL	NOME	LOCALIZAÇÃO (DECRETO)	ZONEAMENTO (MATRÍCULA)	ABERTO	FECHADO	OBS:
5418	30/4/2021	310	RESIDENCIAL RECANTO DO LAGO	5418	1.110	X		
5539	11/11/2021	399	FAZENDA SANTO ANTÔNIO - HARAS LARISSA FASE 2	5539	112	X		
5566	14/12/2021	415	FAZENDA SANTO ANTÔNIO - HARAS LARISSA FASE 2	5566	112	X		
5622	22/2/2022	453	RESIDENCIAL VILLAS DO MONTE	5622	20.668	X		
5622	24/8/2022	548	RESIDENCIAL VILLAS DO MONTE	5622	20.668	X		
5689	15/6/2022	511	RESIDENCIAL RECANTO DO LAGO	5689	1.110	X		
5732	31/8/2022	553	RESIDENCIAL VILLAS DO MONTE	5732	20.668	X		
5733	1/9/2022	554	PORTO VILLE JATAÍ	5733	7.081	X		
5733	18/11/2022	599	PORTO VILLE JATAÍ	5733	7.081	X		
5789	21/10/2022	585	JARDIM VILA RICA	5789	11.201	X		REVALIDADO
5802	3/11/2022	590	PARQUE CENTRAL PARK MONTE MOR III	5802	26.716	X		
5802	22/8/2023	756	PARQUE CENTRAL PARK MONTE MOR III	5802	26.716	X		
5830	25/11/2022	603	JARDIM CENTRAL PARK MONTE MOR II	5830		X		AFETAÇÃO
5831	25/11/2022	603	JARDIM CENTRAL PARK MONTE MOR II	5831		X		AFETAÇÃO
5889	2/3/2023	651	PORTO VILLE JATAÍ	5889	7.081	X		ACESSO
5931	26/4/2023	687	PARQUE SANTA MARGARIDA	5931	4.748 e 4.750	X		
5979	24/5/2022	699	PARQUE CENTRAL PARK MONTE MOR III	5979	26.716	X		

DECRETO	DATA	DIÁRIO OFICIAL	NOME	LOCALIZAÇÃO (DECRETO)	ZONEAMENTO (MATRÍCULA)	ABERTO	FECHADO	OBS:
6066	29/9/2023	787	PARQUE SANTA MARGARIDA	5931	4.748 e 4.750	X		
6119	10/11/2023	814	CONDOMÍNIO LOGÍSTICO COMERCIAL E INDUSTRIAL - STUANI	6119	7.062	X		
6183	24/1/2024	863	PARQUE CENTRAL PARK MONTE MOR III	5979	26.716	X		REVALIDADO
6197	20/2/2024	878	JARDIM XINGU	6197	28.804	X		
6200	21/2/2024	880	PARQUE SANTA MARGARIDA	6200	4.748 e 4.750	X		
6272	6/5/2024	946	JARDIM VILA ESPLendor	6272	8.713	X		REVALIDADO

DECRETO	DATA	DIÁRIO OFICIAL	PROPRIETÁRIO	ENGENHEIRO	DATA DO PROTOCOLO	DATA DA APROVAÇÃO	DECRETO	OBS:
5418	30/4/2021	310	CARVALHO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES SPE LTDA	SÃO DIVERSOS ENGENHEIROS / ARQUITETOS QUE PODEM SER CONSULTADOS NO PAÇO	PODE SER CONSULTADO NA SECRETÁRIA DE OBRAS	30/4/2021	5418	
5539	11/11/2021	399	COMERCIAL IMOBILIÁRIA RAMO DE OURO S.A.	SÃO DIVERSOS ENGENHEIROS / ARQUITETOS QUE PODEM SER CONSULTADOS NO PAÇO	PODE SER CONSULTADO NA SECRETÁRIA DE OBRAS	11/11/2021	5539	
5566	14/12/2021	415	COMERCIAL IMOBILIÁRIA RAMO DE OURO S.A.	SÃO DIVERSOS ENGENHEIROS / ARQUITETOS QUE PODEM SER CONSULTADOS NO PAÇO	PODE SER CONSULTADO NA SECRETÁRIA DE OBRAS	14/12/2021	5566	
5622	22/2/2022	453	NRBR MONTE MOR EMPREENDIMENTOS SPE LTDA	SÃO DIVERSOS ENGENHEIROS / ARQUITETOS QUE PODEM SER CONSULTADOS NO PAÇO	PODE SER CONSULTADO NA SECRETÁRIA DE OBRAS	22/2/2022	5622	
5622	24/8/2022	548	NRBR MONTE MOR EMPREENDIMENTOS SPE LTDA	SÃO DIVERSOS ENGENHEIROS / ARQUITETOS QUE PODEM SER CONSULTADOS NO PAÇO	PODE SER CONSULTADO NA SECRETÁRIA DE OBRAS	24/8/2022	5622	
5689	15/6/2022	511	CARVALHO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES SPE LTDA	SÃO DIVERSOS ENGENHEIROS / ARQUITETOS QUE PODEM SER CONSULTADOS NO PAÇO	PODE SER CONSULTADO NA SECRETÁRIA DE OBRAS	15/6/2022	5689	
5732	31/8/2022	553	NRBR MONTE MOR EMPREENDIMENTOS SPE LTDA	SÃO DIVERSOS ENGENHEIROS / ARQUITETOS QUE PODEM SER CONSULTADOS NO PAÇO	PODE SER CONSULTADO NA SECRETÁRIA DE OBRAS	31/8/2022	5732	

DECRETO	DATA	DIÁRIO OFICIAL	PROPRIETÁRIO	ENGENHEIRO	DATA DO PROTOCOLO	DATA DA APROVAÇÃO	DECRETO	OBS:
5733	1/9/2022	554	URBA 15 LOTEAMENTOS LTDA	SÃO DIVERSOS ENGENHEIROS / ARQUITETOS QUE PODEM SER CONSULTADOS NO PAÇO	PODE SER CONSULTADO NA SECRETÁRIA DE OBRAS	1/9/2022	5733	
5733	18/11/2022	599	URBA 15 LOTEAMENTOS LTDA	SÃO DIVERSOS ENGENHEIROS / ARQUITETOS QUE PODEM SER CONSULTADOS NO PAÇO	PODE SER CONSULTADO NA SECRETÁRIA DE OBRAS	18/11/2022	5733	
5789	21/10/2022	585	LOTE FÁCIL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES SPE LTDA	SÃO DIVERSOS ENGENHEIROS / ARQUITETOS QUE PODEM SER CONSULTADOS NO PAÇO	PODE SER CONSULTADO NA SECRETÁRIA DE OBRAS	21/10/2022	5789	REVALIDADO
5802	3/11/2022	590	TERRA DE OURO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	SÃO DIVERSOS ENGENHEIROS / ARQUITETOS QUE PODEM SER CONSULTADOS NO PAÇO	PODE SER CONSULTADO NA SECRETÁRIA DE OBRAS	3/11/2022	5802	
5802	22/8/2023	756	TERRA DE OURO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	SÃO DIVERSOS ENGENHEIROS / ARQUITETOS QUE PODEM SER CONSULTADOS NO PAÇO	PODE SER CONSULTADO NA SECRETÁRIA DE OBRAS	22/8/2023	5802	
5830	25/11/2022	603	TERRA DE OURO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	SÃO DIVERSOS ENGENHEIROS / ARQUITETOS QUE PODEM SER CONSULTADOS NO PAÇO	PODE SER CONSULTADO NA SECRETÁRIA DE OBRAS	25/11/2022	5830	AFETAÇÃO
5831	25/11/2022	603	TERRA DE OURO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	SÃO DIVERSOS ENGENHEIROS / ARQUITETOS QUE PODEM SER CONSULTADOS NO PAÇO	PODE SER CONSULTADO NA SECRETÁRIA DE OBRAS	25/11/2022	5831	AFETAÇÃO

DECRETO	DATA	DIÁRIO OFICIAL	PROPRIETÁRIO	ENGENHEIRO	DATA DO PROTOCOLO	DATA DA APROVAÇÃO	DECRETO	OBS:
5889	2/3/2023	651	URBA 15 LOTEAMENTOS LTDA	SÃO DIVERSOS ENGENHEIROS / ARQUITETOS QUE PODEM SER CONSULTADOS NO PAÇO	PODE SER CONSULTADO NA SECRETÁRIA DE OBRAS	2/3/2023	5889	ACESSO
5931	26/4/2023	687	CAVAL 2 DESENVOLVIMENTO URBANO LTDA	SÃO DIVERSOS ENGENHEIROS / ARQUITETOS QUE PODEM SER CONSULTADOS NO PAÇO	PODE SER CONSULTADO NA SECRETÁRIA DE OBRAS	26/4/2023	5931	
5979	24/5/2022	699	TERRA DE OURO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	SÃO DIVERSOS ENGENHEIROS / ARQUITETOS QUE PODEM SER CONSULTADOS NO PAÇO	PODE SER CONSULTADO NA SECRETÁRIA DE OBRAS	24/5/2022	5979	
6066	29/9/2023	787	CAVAL 2 DESENVOLVIMENTO URBANO LTDA	SÃO DIVERSOS ENGENHEIROS / ARQUITETOS QUE PODEM SER CONSULTADOS NO PAÇO	PODE SER CONSULTADO NA SECRETÁRIA DE OBRAS	29/9/2023	6066	
6119	10/11/2023	814	EMPREENDIMENTO JOSÉ FRANCISCO STUANI SPE	SÃO DIVERSOS ENGENHEIROS / ARQUITETOS QUE PODEM SER CONSULTADOS NO PAÇO	PODE SER CONSULTADO NA SECRETÁRIA DE OBRAS	10/11/2023	6119	
6183	24/1/2024	863	TERRA DE OURO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	SÃO DIVERSOS ENGENHEIROS / ARQUITETOS QUE PODEM SER CONSULTADOS NO PAÇO	PODE SER CONSULTADO NA SECRETÁRIA DE OBRAS	24/1/2024	6183	REVALIDADO
6197	20/2/2024	878	CECÍLIA HELENA FERREIRA DA CUNHA	SÃO DIVERSOS ENGENHEIROS / ARQUITETOS QUE PODEM SER CONSULTADOS NO PAÇO	PODE SER CONSULTADO NA SECRETÁRIA DE OBRAS	20/2/2024	6197	

DECRETO	DATA	DIÁRIO OFICIAL	PROPRIETÁRIO	ENGENHEIRO	DATA DO PROTOCOLO	DATA DA APROVAÇÃO	DECRETO	OBS:
6200	21/2/2024	880	CAVAL 2 DESENVOLVIMENTO URBANO LTDA	SÃO DIVERSOS ENGENHEIROS / ARQUITETOS QUE PODEM SER CONSULTADOS NO PAÇO	PODE SER CONSULTADO NA SECRETARIA DE OBRAS	21/2/2024	6200	
6272	6/5/2024	946	MM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA	SÃO DIVERSOS ENGENHEIROS / ARQUITETOS QUE PODEM SER CONSULTADOS NO PAÇO	PODE SER CONSULTADO NA SECRETARIA DE OBRAS	6/5/2024	6272	REVALIDADO



Sumário

PODER EXECUTIVO	1
DECRETOS	1
PORTARIAS	2
PODER LEGISLATIVO	2



PODER EXECUTIVO

DECRETOS

DECRETO Nº 5418

DECRETO Nº 5418 de 30 de abril de 2021.

“Dispõe sobre a aprovação de loteamento, e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

DECRETA:

Artigo 1º. - Ficam aprovados os planos de arruamento e loteamento denominado **“RESIDENCIAL RECANTO DO LAGO”**, de propriedade da **“Carvalho Empreendimentos e Participações SPE Ltda”**, inscrita no CNPJ/RBF sob nº. 19.998.270/0001-61, a ser implantado no imóvel objeto da Matrícula Nº.1.110 do Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor/SP, com área total de 562.712,00m², em conformidade com memoriais descritivos, plantas e projetos arquivados junto à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Certificado do GRAPOHAB nº. 319/2019.

Artigo 2º. - O loteamento será composto pelo total de 552 (quinhentos e cinquenta e dois) lotes, com destinação **RESIDENCIAL**, exceto 28 (vinte e oito) lotes que terão destinação **COMERCIAL**, que são os Lotes 15 ao 26 da Quadra O e Lotes 22 ao 37 da Quadra P.

Artigo 3º. - As construções deverão obedecer aos recuos mínimos estabelecidos no Código de Obras do Município.

Artigo 4º. - O proprietário deverá cumprir integralmente todas as exigências da Prefeitura Municipal descritas a seguir:

- a)** Promover a inscrição do loteamento no Registro Imobiliário na forma da legislação federal;
- b)** Promover abertura de matrícula das áreas que no projeto constituem sistema de lazer, áreas verdes e áreas distintas aos equipamentos urbanos e comunitários;
- c)** Executar os ramais de ligações domiciliares de água e esgoto para cada lotes, exceto se as redes forem implantadas nas calçadas;
- d)** Construir dissipadores de energia nos sistemas de captação das águas pluviais nos pontos de lançamento a jusante para não causar danos ambientais;
- e)** Não serão permitidas áreas públicas e lotes cujo desnível frontal seja inferior o meio-fio da rua lindeira;
- f)** Não será permitida a construção nos lotes pelos adquirentes sem que todas as exigências contidas no Decreto de aprovação forem cumpridas pelo loteador, vistoriadas e atestadas pelos Órgãos competentes, exceto o mencionado no Artigo 9º do presente

Decreto;

- g)** Será permitida a edificação nos lotes pelo Empreendedor ou coligada, mesmo sem o loteamento ter sido aceito, desde que aprovado o projeto pela Prefeitura Municipal. Entretanto, é vedada a ocupação no imóvel antes da concessão do “HABITE-SE”, o qual será expedido após o recebimento e aceitação, parcial ou integralmente, das obras de infraestrutura pelo Município;
- h)** Executar a recuperação e recomposição das áreas de preservação permanente com o plantio de mudas e vegetação nativa, conforme aprovação do GRAPOHAB nº. 319/2019;
- i)** Sinalizar o sistema viário e os acessos (horizontal e vertical) de acordo com o projeto aprovado pelo Setor de Trânsito desta Municipalidade, e as normas do Código Nacional de Trânsito vigentes;
- j)** Executar a rede de energia elétrica e iluminação pública com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento, para o seu normal e imediato funcionamento, de acordo com as normas da Cia. Paulista de Força e Luz;
- k)** Executar a rede de água e esgoto com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento, para o seu normal funcionamento, de acordo com as normas da Sabesp;
- l)** Executar a interligação das redes de galerias de águas pluviais, guias, sarjetas e pavimentação asfáltica de acordo com os projetos aprovados;
- m)** Executar a abertura de ruas, demarcação de lotes e terraplanagem;
- n)** Cumprir integralmente as exigências contidas no Certificado do GRAPOHAB nº. 319/2019;

Artigo 5º. - Após o cumprimento de todas as exigências a que alude o presente Decreto, bem como aquelas ditadas pela Lei Complementar Nº. 044/2015 (dispõe sobre a revisão do parcelamento do solo), será expedido o devido alvará de recebimento do loteamento.

Artigo 6º. - O não cumprimento de quaisquer das exigências no Artigo anterior, importará na revogação da aprovação do loteamento e na adoção, por parte da Prefeitura Municipal, das medidas judiciais cabíveis.

Artigo 7º. - Os tributos incidentes sobre os lotes serão devidos pelo loteador até que os mesmos informem, através de documento hábil, e após o registro do loteamento no Registro Imobiliário, os nomes de seus compradores, respeitadas as isenções concedidas pela Lei.

Artigo 8º. - Para garantia da execução das obras de infraestrutura do loteamento, orçadas em R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), fica caucionado ao Município de Monte Mor/SP, em primeira e especial hipoteca, 70 (setenta) lotes do referido Empreendimento, a ser implementado no imóvel descrito e caracterizado na Matrícula Nº. 1.110 do Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor/SP, área lote terreno com 288.058,67m², localizado na Rodovia SP 101 KM 27 + 850m, sendo cada lote avaliado em R\$ 99.200,00 (noventa e nove mil, e duzentos reais), conforme laudos de avaliação 01, 02 e 03 apresentados. Lotes esses especificados como: Lote 01 ao 16 -



Quadra A/ Lote 01 ao 39 – Quadra B/ Lotes 27 ao 42 – Quadra C;

Artigo 9º. - O Empreendedor deverá cumprir ACORDO DE EXECUÇÃO DE MARGINAL E PASSEIO PÚBLICO, conforme Projeto Funcional Marginal – Local: SP-101, Pista Oeste, Km 27-881, Monte Mor – Escala 1:1.000 – PB117002-T01-SP101-27+881-DO1-Folha 0101.

§ 1º. Caberá ao Empreendedor aprovar e obter as devidas autorizações de execução nos Órgãos Competentes do projeto supracitado;

§ 2º. O Empreendedor deverá executar a obra do Projeto funcional da marginal no prazo de até 6 (seis) meses a contar da emissão do Termo de Verificação de Obras (T.V.O.), todavia, ficará condicionando o início de sua implementação por parte da Prefeitura Municipal da autorização dos proprietários das áreas que fazem confrontações e/ou que se utilizam da passagem da área na qual será implantada a marginal. Sendo que o Empreendedor não poderá ser onerado, em virtude da falta da apresentação das autorizações citadas anteriormente neste parágrafo, sujeito a nova abertura de prazo para execução do projeto.

§ 3º. Como ato contínuo ao início do projeto de implementação da marginal, supramencionada, a Prefeitura Municipal providenciará o fechamento da Rodovia – SPA 029/101 – Elias Fausto/ Capivari e ligará a marginal.

Artigo 10º. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 30 de abril de 2021.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

RENATO DONIZETTI VIOLARDI
Secretário Municipal de Administração,
Trânsito e Mobilidade Urbana

PODER LEGISLATIVO

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO **Pregão Presencial Nº 01/2021**

Encontra-se aberto, na Câmara Municipal de Monte Mor/SP, o **“PREGÃO PRESENCIAL”** nº 01/2021, do tipo menor preço por item, para aquisição de combustível a varejo, com fornecimento contínuo e fracionado, conforme demanda, nas especificações e quantitativos descritos no edital.

O recebimento e abertura dos envelopes dar-se-á no dia **18 de maio de 2021, às 10h00min.**

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados de 2ª a 6ª feira, das 09:00 às 17:00 horas, na Rua Rage Maluf, nº 61, Centro, município de Monte Mor ou no site da Câmara "www.camaramontemor.sp.gov.br".

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (19)3889-2780.
Monte Mor em 30 de abril de 2021.

Alexandre de Jesus Pinheiro
Presidente da Câmara Municipal

PORTARIAS



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico do Município de Monte Mor

(Lei Municipal nº 2.630, de 14 de agosto de 2018 e regulamentada pelo Decreto nº 5073, de 12 de setembro de 2019)

é uma publicação da Prefeitura de Monte Mor. Site: www.montemor.sp.gov.br CONTEÚDO:

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade das secretarias e órgãos públicos emissores.

Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor.

Para informações sobre como contatar o órgão emissor, ligue para (19) 3879-9000.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO:

Edição, diagramação e Publicação Eletrônica.

E-mail: diario.oficial@montemor.sp.gov.br



Sumário

PODER EXECUTIVO	1
<i>DECRETOS</i>	1
<i>PORTARIAS</i>	7



PODER EXECUTIVO

DECRETOS

DECRETO Nº 5543

DECRETO Nº 5543, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2021.

“Dispõe sobre a regulamentação da concessão de benefícios eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social, e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, usando as atribuições legais, e, considerando os dispositivos da Lei 2776/2020 e a Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social nº 007 de 21 de setembro de 2021.

DECRETA

Artigo 1º - A concessão, os critérios, os prazos os valores dos benefícios eventuais no âmbito do Município de Monte Mor (SP) são regulamentados por meio desta Resolução, em consonância com a LOAS, PNAS, SUAS e legislação municipal, estadual e federal que regulamentam estes benefícios.

Artigo 2º - Os benefícios eventuais destinam-se às pessoas e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria o enfrentamento das contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

§ 1º - Os benefícios eventuais compõem a Rede de Proteção Social e se destinam ao atendimento em caráter de emergência das necessidades básicas de sobrevivência das pessoas e das famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social.

§ 2º - A situação de vulnerabilidade temporária é caracterizada pelo enfrentamento de situações de riscos e de extrema pobreza, perdas e danos à integridade da pessoa e/ou de sua família.

Artigo 3º - Os benefícios eventuais da Assistência Social no âmbito do Município de Monte Mor (SP) serão gestados e concedidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, devendo ser previstos nas leis orçamentárias anuais.

Parágrafo Único - Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

I – A coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da concessão dos benefícios eventuais, bem como o seu

financiamento;

II – A realização de diagnóstico e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;

III – A expedição de instruções e a criação de formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Artigo 4º - Os benefícios eventuais serão concedidos às pessoas e às famílias residentes no Município de Monte Mor (SP), que possuam inscrição no Cadastro Único – CadÚnico, renda per capita de até meio salário-mínimo nacional e de acordo com a situação de vulnerabilidade ou risco social, mediante parecer técnico, com prioridade para a criança, idoso, a pessoas com necessidades especiais, a gestante, a nutriz e os casos de calamidade pública.

Artigo 5º - As pessoas ou famílias que pretenderem receber os benefícios eventuais deverão apresentar os seguintes documentos:

I – comprovante de residência ou declaração de instituição

II – comprovante de inscrição no Cadastro Único – CadÚnico

III – comprovante de renda de todos os membros da família

IV – Carteira de identidade e CPF do beneficiado

§ 1º. É proibida a exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza.

§ 2º. Deverá ser realizado estudo socioeconômico (estudo social/psicossocial) para a concessão dos benefícios eventuais e devem ser realizados pela equipe técnica que compõe a equipe de referência do SUAS.

§ 3º - As pessoas ou famílias requerentes deverão ser referenciadas aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), ou, na ausência destes, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social.

§ 4º. Nos casos em que as pessoas e as famílias não se enquadrem no critério de renda mensal per capita familiar, ou, na falta de algum documento elencado no caput deste artigo, o assistente social da equipe de referência ou o responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais na gestão, terá autonomia para a concessão do benefício, por meio de justificativa, a qual deverá constar anexa ao parecer social.

Artigo 6º - São formas de benefícios eventuais:

I - Auxílio-Natalidade;

II - Auxílio-Funeral;

III - Auxílio decorrente de situações de vulnerabilidade temporária;

IV - Auxílio decorrente de calamidade pública;

§ 1º - Os itens referentes a órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de **saúde**, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem



como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso, não são provisões da política de assistência social.

§ 2º - As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, habitação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

Artigo 7º - O auxílio-natalidade constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da Assistência Social a ser ofertado em prestação única, em pecúnia ou bens materiais, para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família.

§ 1º - O auxílio-natalidade atenderá aos seguintes aspectos:

- I - Necessidades do recém-nascido;
- II - Apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido;
- III - Apoio à família no caso de morte da mãe.

§ 2º - Os bens materiais mencionados no caput consistem no enxoval do recém-nascido, incluindo itens do vestuário, utensílios para alimentação e de higiene, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária.

§ 3º - Quando o benefício natalidade for assegurado em pecúnia deve ter como referência o valor das despesas previstas no parágrafo anterior, correspondendo a, no máximo, ao valor de ½ (meio) salário-mínimo nacional.

§ 4º - O benefício pode ser solicitado a partir da 28ª (vigésima oitava) semana de gestação até o 30º. (trigésimo) dia após o nascimento, e, será concedido em até 30 (trinta) dias contados da data do requerimento.

§ 5º - A morte da criança não inabilita a família de receber o benefício natalidade, que neste caso será concedido exclusivamente em pecúnia.

§ 6º - São documentos essenciais para concessão do auxílio-natalidade, além daqueles elencados no artigo 5º desta Resolução:

- I – cartão pré-natal, caso o benefício seja solicitado antes do nascimento
- II – certidão de nascimento, caso o benefício seja solicitado após o nascimento
- III – certidão de óbito, no caso de natimorto, ou morte da mãe.

§ 7º - Quando o beneficiário se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou em situação de rua, o auxílio-natalidade poderá ser solicitado pela Proteção Social Especial.

§ 8º - O auxílio-natalidade poderá ser pago diretamente a um

integrante da família beneficiária: mãe, pai, irmão, parente até segundo grau ou pessoa autorizada mediante procuração.

§ 9º - O auxílio-natalidade será devido à família em número igual à ocorrência do evento que permitir sua concessão.

Artigo 8º - O auxílio-funeral constitui-se em uma única prestação, não contributiva da assistência social, em pecúnia ou bens materiais, correspondente a 01 (um) salário-mínimo nacional ou poderá ser ofertado em bens e serviços destinados a reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família.

§ 1º - O auxílio-funeral atenderá preferencialmente:

- I - O custeio das despesas de urna funerária, velório e sepultamento, inclusive o traslado do corpo, dentre outros serviços inerentes, que garantam a dignidade e o respeito da família beneficiária.
- II - Necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros;

§ 2º - O auxílio-funeral será preferencialmente concedido em bens e serviços, uma vez que pressupõe a ausência de recursos financeiros para pagamento das despesas inerentes ao funeral, e, neste caso deverá ser solicitado em até três (03) dias a partir da data do óbito.

§ 3º - Quando o auxílio-funeral for assegurado em pecúnia, ou, em caso de ressarcimento das despesas previstas no caput deste artigo, a família deverá requerer o benefício até 30 (trinta) dias contados da data do óbito, e, será concedido em até 30 (trinta) dias contados da data do requerimento.

§ 4º - Além daqueles documentos elencados no artigo 5º desta Resolução o beneficiado deverá apresentar o atestado de óbito do familiar.

§ 5º - Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inserido nos serviços de alta Complexidade, o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio-funeral.

§ 6º - Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou em situação de rua, a Proteção Social Especial será responsável pela concessão do benefício uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer.

§ 7º - O auxílio-funeral poderá ser pago diretamente a um integrante da família beneficiária: mãe, pai, irmão, parente até segundo grau ou pessoa autorizada mediante procuração.

§ 8º - O auxílio-funeral será devido à família em número igual à ocorrência do evento que permitir sua concessão.

Artigo 9º - A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:



- I - Riscos: ameaça de sérios padecimentos;
- II - Perdas: privação de bens e de segurança material
- III - Danos: agravos sociais e ofensa.

§ 1º - Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

- I – Da falta: a) de acesso a condição e meios para produzir segurança social e suprir as necessidades básicas do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação. b) de domicílio
- II - Da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

III - da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica ou sexual na família ou de situações de ameaça à vida;

IV - de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

§ 2º - No caso previsto no inciso I, alínea a, deste artigo, o beneficiado fará jus ao recebimento de cesta básica de alimentos pelo período de 06 (seis) meses, sendo que após tal período, caso mantida a situação de vulnerabilidade, que não mais será caracterizada como eventual, a pessoa e as famílias poderão ser atendidas pela política de segurança alimentar, mediante avaliação e parecer da equipe técnica dos equipamentos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social.

§ 3º - Nos casos previstos no inciso I, alínea b, e, nos incisos II e III, todos deste artigo, o beneficiado fará jus à percepção de auxílio hospedagem, pelo período de até 07 (sete) dias, com alimentação, limitado ao valor de 01 (um) salário-mínimo nacional, assim como à passagem de transporte intermunicipal e interestadual, este uma única vez, de acordo com avaliação dos técnicos da Política de Assistência Social.

§ 4º - O auxílio decorrente de situações de vulnerabilidade temporária será concedido em bens materiais ou pecúnia, de forma imediata ou de acordo com as demandas da família, a partir do parecer social.

Artigo 10º - A situação de calamidade pública é reconhecida pelo poder público, mediante decreto, como sendo uma situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, entre outros eventos da natureza, bem como desabamentos, incêndios, epidemias, pandemias, ocasionando sérios danos à família ou a comunidade.

Parágrafo Único - O auxílio decorrente de calamidade pública será concedido em bens materiais ou pecúnia de forma imediata ou de acordo com as demandas da família, a partir do parecer social da equipe técnica.

Artigo 11º - As despesas decorrentes deste Decreto, ocorrerão por conta de dotação orçamentária própria prevista na Unidade Orçamentária Fundo Municipal de Assistência Social.

Artigo 12º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR, 12 de novembro de 2021.

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito de Monte Mor

MÁRIO CÉZAR FRANCO JÚNIOR
Procurador Geral do Município



DECRETO N.º 5539 de 11 de novembro de 2021.

"Dispõe sobre a aprovação de loteamento, e dá outras providências".

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

DECRETA:

Artigo 1.º - Ficam aprovados os planos de arruamento e loteamento denominado "Fazenda Santo Antônio - Haras Larissa Fase 2", de propriedade da "Comercial e Imobiliária Ramo de Ouro S.A.", inscrita no CNPJ/MF sob nº. 08.319.143/0001-72, a ser implantado no imóvel objeto da Matrícula N.º .112 do Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor/SP, com área total de 1.730.414,86m², em conformidade com memoriais descritivos, plantas e projetos arquivados junto à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Certificado do GRAPROHAB n.º 376/13, aprovado em 15 de Junho de 2021 e nos termos do "substitutivo do Quadro de Áreas" expedido em 8 de outubro de 2021.

Artigo 2.º - O loteamento será composto pelo total de 266 (duzentos e sessenta e seis) lotes, com destinação exclusivamente **RESIDENCIAL**.

Artigo 3.º - As construções deverão obedecer aos recuos mínimos estabelecidos no Código de Obras do Município.

Artigo 4.º - O proprietário deverá cumprir integralmente todas as exigências da Prefeitura Municipal descritas a seguir, no prazo de 2 anos, prorrogáveis por outros 2 anos:

- a) Promover a inscrição do loteamento no Registro Imobiliário na forma da legislação federal;
- b) Promover abertura de matrícula das áreas que no projeto constituem sistema de lazer, áreas verdes e áreas distintas aos equipamentos urbanos e comunitários;
- c) Executar os ramais de ligações domiciliares de água para cada lote, exceto se as redes forem implantadas nas calçadas;
- d) Construir dissipadores de energia nos sistemas de captação das águas pluviais nos pontos de lançamento a jusante para não causar danos ambientais;
- e) Não serão permitidas áreas públicas e lotes cujo desnível frontal seja inferior o meio fio da rua lindeira;
- f) Não será permitida a construção nos lotes pelos adquirentes sem que todas as exigências contidas no Decreto de aprovação sejam cumpridas pelo loteador, vistoriadas e atestadas pelos Órgãos competentes, sendo permitida, a critério da Municipalidade, a emissão de autorizações pontuais, desde que a infra estrutura



urbana discriminada neste artigo esteja pronta para aquela(s) área(s) do imóvel determinada;

g) Executar a recuperação e recomposição das áreas de preservação permanente com o plantio de mudas e vegetação nativa, conforme aprovação do GRAPROHAB nº. 376/13;

h) Sinalizar o sistema viário e os acessos (horizontal e vertical) de acordo com o projeto aprovado pelo Setor de Trânsito desta Municipalidade, e as normas do Código Nacional de Trânsito vigentes;

i) Executar a rede de energia elétrica e iluminação pública com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento, para o seu normal e imediato funcionamento, de acordo com as normas da Cia. Paulista de Força e Luz;

j) Executar a rede de água e esgoto com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento, para o seu normal funcionamento, de acordo com os projetos e pareceres de aprovação da SABESP junto ao GRAPROHAB;

k) Executar a interligação das redes de galerias de águas pluviais, guias, sarjetas e pavimentação de acordo com os projetos e pareceres de aprovação do DAEE junto ao GRAPROHAB;

l) Executar a abertura de ruas, demarcação de lotes e terraplanagem;

m) Cumprir integralmente as exigências contidas no Certificado do GRAPROHAB nº. 376/13;

Artigo 5º. - Após o cumprimento de todas as exigências a que alude o presente Decreto, bem como aquelas ditadas pela Lei Complementar Nº. 044/2015 (dispõe sobre a revisão do parcelamento do solo), será expedido o devido alvará de recebimento do loteamento - TVO.

Artigo 6º. - O não cumprimento de quaisquer das exigências no Artigo anterior, importará na revogação da aprovação do loteamento e na adoção, por parte da Prefeitura Municipal, das medidas judiciais cabíveis.

Artigo 7º. - Os tributos incidentes sobre os lotes serão devidos a partir do Termo de Verificação de Obras - TVO ou ultrapassados 24 (vinte e quatro) meses da publicação deste decreto, sendo de responsabilidade do loteador até que o mesmo informe, através de documento hábil e após o registro do loteamento no Registro Imobiliário, os nomes de seus compradores, respeitadas as isenções concedidas pela Lei.



Artigo 8º. - Para garantia da execução das obras de infraestrutura do loteamento, orçadas em R\$ 20.175.000,00 (vinte milhões, cento e setenta e cinco mil), fica caucionado ao Município de Monte Mor/SP, em primeira e especial hipoteca, o imóvel descrito e caracterizado na Matrícula Nº. 4.871 do Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor/SP, área lote terreno com 41.941,14 m², localizado na Rodovia Sumaré-Monte Mor, S/N, KM 09 - Fazenda Santo Antônio, Monte Mor/SP, entre "Gleba 01-A1A", sendo que o imóvel foi avaliado em R\$ 76.000.000,00 (setenta e seis milhões), conforme laudos de avaliação 01, 02 e 03 apresentados;

Artigo 9º. Para a instalação dos equipamentos urbanos e comunitários a que alude a Lei nº 6.766/1979 (áreas institucionais), será transferido ao Município de Monte Mor, na forma do artigo 22 da Lei nº 6.766/1979, o imóvel descrito e caracterizado na Matrícula Nº. 7.347 do Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor/SP, área superficial de 115.000,00 m², localizado na Estrada Mor 010, que liga Monte Mor a Sumaré "Gleba A1", conforme aprovação do GRAPROHAB nº. 376/13, imóvel que, em sua integralidade, também servirá como área institucional externa da Gleba C, objeto da matrícula nº 111 do Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor/SP, que integra o mesmo empreendimento e cuja aprovação final do GRAPROHAB levou o nº. 375/13.

Artigo 10º. A área descrita no artigo 9º fica destinada a implantação de equipamentos públicos como obras para a assistência e desenvolvimento social, escolas, creches, centro de convivência, edifícios para a saúde, segurança pública, defesa civil, esporte e educação em geral, à cargo da Municipalidade.

Artigo 11º. Constitui o empreendimento "Haras Larissa", a Fase I, já concluída, conforme Decreto 3306, de 26 de outubro de 2007, assim como, Certidão 059/2011, expedida pela Secretaria Municipal de Planejamento e Obras da Prefeitura Municipal de Monte Mor em 18 de outubro de 2011, Licença de Operação de Loteamento – LO, nº05000032 de 11 de julho de 2012, expedida pela CETESB, e as suas fases seguintes – como o loteamento objeto deste Decreto.

Artigo 12º. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI

Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR

PROCURADOR GERAL

OAB/SP 348.462



PORTARIAS

PORTARIA Nº 6186

Portaria nº 6186 de 11 de novembro de 2021.

“Dispõe sobre readaptação de servidor e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica readaptada, após avaliação pericial, a servidora Sra. **Rosemeire Anastacia da Fonseca**, matrícula 9490, efetiva no cargo de **Merendeira**, admitida em 23/09/2013, **com validade de 180 dias até 09 de maio de 2022**, com restrição para atividades que exijam sobrecarga excessiva, stress e carga axial sob a coluna, para prestar serviços junto a E.M “Douglas Tomas de Moraes” sem prejuízos em seus vencimentos.

Artigo 2º – O não comparecimento do servidor, com 15 (quinze) dias de antecedência do prazo de vencimento da readaptação, para solicitar a prorrogação, implicará, automaticamente, em alta médica com o retorno ao cargo e função de origem.

Artigo 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 11 de novembro de 2021.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

THIAGO GUILHERME EBERT
Secretário Municipal de Administração,
Trânsito e Mobilidade Urbana



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico do Município de Monte Mor

(Lei Municipal nº 2.630, de 14 de agosto de 2018 e regulamentada pelo Decreto nº 5073, de 12 de setembro de 2019)

é uma publicação da Prefeitura de Monte Mor. Site: www.montemor.sp.gov.br CONTEÚDO:

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade das secretarias e órgãos públicos emissores.

Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor.

Para informações sobre como contatar o órgão emissor, ligue para (19) 3879-9000.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO:

Edição, diagramação e Publicação Eletrônica.

E-mail: diario.oficial@montemor.sp.gov.br



Sumário

PODER EXECUTIVO	1
DECRETOS	1
PORTARIAS	2
PODER LEGISLATIVO	3
DIVERSOS	12



PODER EXECUTIVO

DECRETOS

DECRETO Nº 5566

DECRETO Nº 5566 de 14 de dezembro de 2021

“Dispõe sobre a aprovação de loteamento, e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º – Ficam aprovados os planos de arruamento e loteamento denominado **“Fazenda Santo Antônio – Haras Larissa Fase 2”**, de propriedade da **“Comercial e Imobiliária Ramo de Ouro S.A.”**, inscrita no CNPJ/MF nº 08.319.143/0001-72, a ser implantado no imóvel objeto da matrícula nº 112 do Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor/SP, com área total de 1.730.414,86 m², em conformidade com memoriais descritivos, plantas e projetos arquivados junto à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Certificado do GRAPROHAB nº 376/13, aprovado em 15 de junho de 2021 e nos termos do **“substitutivo do Quadro de Áreas”** expedido em 8 de outubro de 2021.

Artigo 2º – O loteamento será composto pelo total de 266 (duzentos e sessenta e seis) lotes, com destinação exclusivamente **RESIDENCIAL**.

Artigo 3º – As construções deverão obedecer aos recuos mínimos estabelecidos no Código de Obras do Município.

Artigo 4º – O proprietário deverá cumprir integralmente todas as exigências da Prefeitura Municipal descritas a seguir no prazo de 2 (dois) anos, prorrogáveis por outros 2 (dois) anos:

- a) Promover a inscrição do loteamento no Registro Imobiliário, na forma da legislação federal;
- b) Promover abertura de matrícula das áreas que no projeto constituem sistema de lazer, áreas verdes e áreas distintas aos equipamentos urbanos e comunitários;
- c) Executar os ramais de ligações domiciliares de água para cada lote, exceto se as redes forem implantadas nas calçadas;
- d) Construir dissipadores de energia nos sistemas de captação das águas pluviais nos pontos de lançamento a jusante para não causar

danos ambientais;

e) Não serão permitidas áreas públicas e lotes cujo desnível frontal seja inferior ao meio-fio da rua lindeira;

f) Não será permitida a construção nos lotes pelos adquirentes sem que todas as exigências contidas no Decreto de Aprovação sejam cumpridas pelo loteador, vistoriadas e atestadas pelos órgãos competentes, sendo permitida, a critério da municipalidade, a emissão de autorizações pontuais, desde que a infraestrutura urbana discriminada neste artigo esteja pronta para aquela(s) área(s) do imóvel determinada;

g) Executar a recuperação e recomposição das áreas de preservação permanente com o plantio de mudas e vegetação nativa, conforme aprovação do GRAPROHAB nº 376/13;

h) Sinalizar o sistema viário e os acessos (horizontal e vertical) de acordo com o projeto aprovado pelo Setor de Trânsito desta Municipalidade, e as normas do Código Nacional de Trânsito vigentes;

i) Executar a rede de energia elétrica e iluminação pública com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento, para o seu normal e imediato funcionamento, de acordo com as normas da Cia Paulista de Força e Luz;

j) Executar a rede de água e esgoto com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento, para o seu normal funcionamento, de acordo com os projetos e pareceres de aprovação da SABESP junto ao GRAPROHAB;

k) Executar a interligação das redes de galerias de águas pluviais, guias, sarjetas e pavimentação de acordo com os projetos e pareceres de aprovação do DAEE junto ao GRAPROHAB;

l) Executar a abertura de ruas, demarcação de lotes e terraplanagem;

m) Cumprir integralmente as exigências contidas no Certificado do GRAPROHAB nº 376/13.

Artigo 5º – Após cumprimento de todas as exigências a que alude o presente Decreto, bem como todas aquelas ditas pela Lei Complementar nº 044/2015 (Dispõe sobre a revisão do parcelamento do solo no Município de Monte Mor, e dá outras providências), será expedido o Alvará de Recebimento do loteamento – TVO.

Artigo 6º – O não cumprimento de quaisquer das exigências impostas pelo presente Decreto importará na revogação da aprovação do loteamento e na adoção, por parte da Prefeitura Municipal, das medidas judiciais cabíveis.

Artigo 7º – Os tributos incidentes sobre os lotes serão devidos a partir do Termo de Verificação de Obras – TVO ou ultrapassados 24 (vinte e quatro) meses da publicação deste Decreto, sendo de responsabilidade do loteador até que ele informe, através de



documento hábil e após o registro do loteamento no Registro Imobiliário, os nomes de seus compradores, respeitadas as isenções concedidas por lei.

Artigo 8º – Para garantia da execução das obras de infraestrutura do loteamento, orçadas em R\$ 20.175.000,00 (vinte milhões, cento e setenta e cinco mil reais), fica caucionado ao Município de Monte Mor, em primeira e especial hipoteca, o imóvel descrito e caracterizado na Matrícula nº 4.871 do Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor, área lote terreno com 41.941,14 m2, localizado na Rodovia Sumaré-Monte Mor, S/N, KM 09 – Fazenda Santo Antônio, Monte Mor/SP, entre “Gleba 01-A1A”, sendo que o imóvel foi avaliado em R\$ 76.000.000,00 (setenta e seis milhões de reais), conforme laudos de avaliação 01, 02 e 03 apresentados.

Artigo 9º – Para instalação dos equipamentos urbanos e comunitários a que alude a Lei nº 6.766/1979 (áreas institucionais), será transferido ao Município de Monte Mor, na forma do artigo 22 da Lei nº 6.766/1979, o imóvel descrito e caracterizado na Matrícula nº 7.347 do Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor/SP, área superficial de 115.000,00 m2, localizado na Estrada Mor 010, que liga Monte Mor a Sumaré “Gleba A1”, conforme aprovação do GRAPROHAB nº 376/13, imóvel que, em sua integralidade, também servirá como área institucional externa da Gleba C, objeto da matrícula nº 111 do Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor/SP, que integra o mesmo empreendimento e cuja aprovação do GRAPROHAB levou o nº 375/13.

Artigo 10 – A área descrita no artigo 9º fica destinada a implantação de equipamentos públicos como obras para a assistência e desenvolvimento social, escolas, creches, centro de convivência, edifícios para a saúde, segurança pública, defesa civil, esporte e educação em geral, a cargo da municipalidade.

Artigo 11 – Constitui o empreendimento “*Haras Larissa*”, a Fase I, já concluída, conforme Decreto 3306, de 26 de outubro de 2007, assim como Certidão 059/2011, expedida pela Secretaria Municipal de Planejamento e Obras da Prefeitura Municipal de Monte Mor, em 18 de outubro de 2011, Licença de Operação de Loteamento – LO nº 05000032, de 11 de julho de 2012, expedida pela CETESB, e as suas fases seguintes – como loteamento objeto desde Decreto.

Artigo 12 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 14 dezembro de 2021.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, afixado em local de costume do Paço Municipal, e publicado no diário oficial do Município, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

PORTARIAS

PORTARIA Nº 6225

Portaria nº 6225, de 14 de dezembro de 2021.

“Dispõe a composição do Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS, sua diretoria, e dá outras providências”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a plenária ordinária realizada em 09 de dezembro de 2021;

RESOLVE

Artigo 1º - Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, nos termos do artigo 4º, item II, da Lei Municipal nº 1.126, de 14 de junho de 2005, com mandato vigente até 12/12/2021 a 11/12/2023:

I) REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

a) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social

Titular: Maria Stela Cavallaro Forchetti

Suplente: Mariana Silva Leite

b) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo

Titular: Fernanda Pinheli Franzoi

Suplente: Márcia Rubia Zuin de Almeida

d) Secretaria Municipal de Obras e Planejamento

Titular: Alexandre Campos

Suplente: Eduardo de Oliveira Rosa

e) Secretaria Municipal de Finanças

Titular: Vinicius Freitas da Silva

Suplente: Karen Milena O. Andrade

**f) Procuradoria****Titular:** Victor Franchi**Suplente:** Leticia Pagotto Piovesani Julio**II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL****a) Associação Assistencial Montemorensense****Titular:** Maria Elizabeth Costa Clemente**Suplente:** Ligia Maria Cavalaro**b) Associação de Moradores do Jardim Paviotti****Titular:** Diana Cristina dos Santos Oliveira**Suplente:** Eliano Ramos da Silva**c) Associação de Moradores do Jardim Paulista****Titular:** Suelen Cortez da Silva**Suplente:** Cleuton Neves de Souza**d) Clube da Melhor Idade****Titular:** Edna Hernandez Ferreira**Suplente:** Luciana Coelho de Almeida**e) ONG Novo Dia****Titular:** Elizangela Passos de Souza Morata**Suplente:** Maria Aparecida de Sena Oliveira**f) Centro de Educação da Vida****Titular:** Fernanda Esther Martins**Suplente:** Luciene Ussui

Artigo 2º - Ficam nomeados os seguintes membros para compor a diretoria do Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS, nos respectivos cargos abaixo:

Presidente: Maria Elizabeth Costa Clemente**Vice-presidente:** Maria Stela Cavallaro Forchetti**1ª. Secretária:** Mariana Silva Leite**2ª. Secretária:** Diana Cristina dos Santos Oliveira**1º. Tesoureiro:** Vinicius Freitas da Silva**2º. Tesoureiro:** Juliana de Campos

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a 09 de dezembro de 2021, conforme deliberação da plenária realizada pelo CMAS na mesma data.

Prefeitura Municipal de Monte Mor, 14 de dezembro de 2021.**Edivaldo Antonio Brischi****Prefeito Municipal**

Registrada em livro próprio, publicado no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal na data supra.

Silvana Aparecida Zanetti**Secretária Municipal de Administração, Trânsito e Mobilidade Urbana****PODER LEGISLATIVO****PORTARIA Nº 94****PORTARIA Nº 94 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021.**

“Dispõe sobre concessão de férias à servidora efetiva Daniela Maria Aguirre de Paula Brito e dá outras providências”.

ALEXANDRE PINHEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e:

Considerando o disposto nos artigos 44, 52, 54 e 55 todos da Lei Complementar Nº 04/2006;

Considerando ainda os termos da Instrução Normativa Nº 08/2019;

Considerando finalmente o deferimento no requerimento de férias da servidora, devidamente arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Casa de Leis:

Resolve

Art. 1º - Conceder férias regulamentares de 20 dias à servidora efetiva **DANIELA MARIA AGUIRRE DE PAULA BRITO**, portadora do RG nº 40.816.247-8, CPF nº 311.138.118-89, ocupante do cargo de provimento efetivo de Recepcionista/Protocolo da Câmara Municipal de Monte Mor, matrícula funcional nº 161, com vencimento classificado



Monte Mor / SP, Terça-feira, 14 de Dezembro de 2021 | Ano III | Edição 415

na referência E-V (Portaria de Nomeação nº 12/2015), referente ao período aquisitivo de 01/2021 a 01/2022, a partir do dia 03 de janeiro de 2022, devendo retornar às suas atividades normais no dia 24 de janeiro do mesmo ano.

Art. 2º – Fica concedida a conversão de 1/3 (um terço) das férias em valor pecuniário.

Art. 3º - Ficam os setores de Recursos Humanos e Financeiro autorizados a promover as providências de praxe, observando os reflexos do período de férias como afastamento da servidora em Comissões em que ela eventualmente participe, ficando vedado o recebimento de gratificação pelo referido período.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Monte Mor, 13 de dezembro de 2021.

ALEXANDRE PINHEIRO
Presidente

ADRIEL DE OLIVEIRA NASCIMENTO
1º Secretário

Publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Monte Mor aos 13 dias do mês de dezembro do ano de 2021.

RENATA BERNARDO DE SOUSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº 95

PORTARIA Nº 95 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021.

“Dispõe sobre concessão de férias à servidora efetiva Helen Batista Bueno e dá outras providências”.

ALEXANDRE PINHEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e:

Considerando o disposto nos artigos 44, 52, 54 e 55 todos da Lei Complementar Nº 04/2006;

Considerando ainda os termos da Instrução Normativa Nº 08/2019;

Considerando finalmente o deferimento no requerimento de férias da servidora, devidamente arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Casa de Leis:

Resolve

Art. 1º - Conceder férias regulamentares de 30 dias à servidora efetiva **HELEN BATISTA BUENO**, portadora do RG nº 40.511.739-5, CPF nº 355.171.928-40, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativa da Câmara Municipal de Monte Mor, matrícula funcional nº 07, com vencimento classificado na referência E-III (Portaria de Nomeação nº 17/2008), referente ao período aquisitivo de 08/2020 a 08/2021, a partir do dia 03 de janeiro de 2022, devendo retornar às suas atividades normais no dia 02 de fevereiro do mesmo ano.

Art. 2º - Ficam os setores de Recursos Humanos e Financeiro autorizados a promover as providências de praxe, observando os reflexos do período de férias como afastamento da servidora em Comissões em que ela eventualmente participe, ficando vedado o recebimento de gratificação pelo referido período.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Monte Mor, 13 de dezembro de 2021.

ALEXANDRE PINHEIRO
Presidente

ADRIEL DE OLIVEIRA NASCIMENTO
1º Secretário

Publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Monte Mor aos 13 dias do mês de dezembro do ano de 2021.

RENATA BERNARDO DE SOUSA
Diretora Geral

**PORTARIA Nº 96****PORTARIA Nº 96 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021.**

“Dispõe sobre concessão de férias à servidora efetiva Liliumara Ferreira e Silva Villalva e dá outras providências”.

ALEXANDRE PINHEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e:

Considerando o disposto nos artigos 44, 52, 54 e 55 todos da Lei Complementar Nº 04/2006;

Considerando ainda os termos da Instrução Normativa Nº 08/2019;

Considerando finalmente o deferimento no requerimento de férias da servidora, devidamente arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Casa de Leis:

Resolve

Art. 1º - Conceder férias regulamentares de 20 dias à servidora efetiva **LILIUMARA FERREIRA E SILVA VILLALVA**, portadora do RG nº 25.075.447-2, CPF nº 167.030.878-22, ocupante do cargo de provimento efetivo de Procuradora Jurídica da Câmara Municipal de Monte Mor, matrícula funcional nº 162, com vencimento classificado na referência E-I (Portaria de Nomeação nº 13/2015), referente ao período aquisitivo de 02/2019 a 02/2020, a partir do dia 03 de janeiro de 2022, devendo retornar às suas atividades normais no dia 24 de janeiro do mesmo ano.

Art. 2º – Fica concedida a conversão de 1/3 (um terço) das férias em valor pecuniário.

Art. 3º - Ficam os setores de Recursos Humanos e Financeiro autorizados a promover as providências de praxe, observando os reflexos do período de férias como afastamento da servidora em Comissões em que ela eventualmente participe, ficando vedado o recebimento de gratificação pelo referido período.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Monte Mor, 13 de dezembro de 2021.

ALEXANDRE PINHEIRO
Presidente

ADRIEL DE OLIVEIRA NASCIMENTO
1º Secretário

Publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Monte Mor aos 13 dias do mês de dezembro do ano de 2021.

RENATA BERNARDO DE SOUSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº 97**PORTARIA Nº 97 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021.**

“Dispõe sobre concessão de férias ao servidor comissionado Diego Antonio Paz da Silva e dá outras providências”.

ALEXANDRE PINHEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e:

Considerando o disposto nos artigos 44, 52, 54 e 55 todos da Lei Complementar Nº 04/2006;

Considerando ainda os termos da Instrução Normativa Nº 08/2019;

Considerando finalmente o deferimento no requerimento de férias do servidor, devidamente arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Casa de Leis:

Resolve

Art. 1º - Conceder férias regulamentares de 20 dias ao servidor comissionado **DIEGO ANTONIO PAZ DA SILVA**, portador do RG nº 41.074.820-1, CPF nº 367.756.888-90, ocupante do cargo de provimento comissionado de Assessor Parlamentar da Câmara Municipal de Monte Mor, matrícula funcional nº 260, com vencimento classificado na referência C-IV (Portaria de Nomeação nº 29/2021), referente ao período aquisitivo de 02/2021 a 02/2022, a partir do dia 10 de janeiro de 2022, devendo retornar às suas atividades normais no dia 31 de janeiro do mesmo ano.

Art. 2º - Fica concedida a conversão de 1/3 (um terço) das férias em valor pecuniário.



Art. 3º - Ficam os setores de Recursos Humanos e Financeiro autorizados a promover as providências de praxe, observando os reflexos do período de férias como afastamento do servidor em Comissões em que ele eventualmente participe, ficando vedado o recebimento de gratificação pelo referido período.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Monte Mor, 13 de dezembro de 2021.

ALEXANDRE PINHEIRO
Presidente

ADRIEL DE OLIVEIRA NASCIMENTO
1º Secretário

Publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Monte Mor aos 13 dias do mês de dezembro do ano de 2021.

RENATA BERNARDO DE SOUSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº 98

PORTARIA Nº 98 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021.

“Dispõe sobre concessão de férias ao servidor comissionado Isaias Alves Martins e dá outras providências”.

ALEXANDRE PINHEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e:

Considerando o disposto nos artigos 44, 52, 54 e 55 todos da Lei Complementar Nº 04/2006;

Considerando ainda os termos da Instrução Normativa Nº 08/2019;

Considerando finalmente o deferimento no requerimento de férias do servidor, devidamente arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Casa de Leis:

Resolve

Art. 1º - Conceder férias regulamentares de 20 dias ao servidor comissionado **ISAIAS ALVES MARTINS**, portador do RG nº 59.577.043-5, CPF nº 934.921.541-15, ocupante do cargo de provimento comissionado de Assessor Parlamentar da Câmara Municipal de Monte Mor, matrícula funcional nº 249, com vencimento classificado na referência C-IV (Portaria de Nomeação nº 11/2021), referente ao período aquisitivo de 01/2021 a 01/2022, a partir do dia 10 de janeiro de 2022, devendo retornar às suas atividades normais no dia 31 de janeiro do mesmo ano.

Art. 2º - Fica concedida a conversão de 1/3 (um terço) das férias em valor pecuniário.

Art. 3º - Ficam os setores de Recursos Humanos e Financeiro autorizados a promover as providências de praxe, observando os reflexos do período de férias como afastamento do servidor em Comissões em que ele eventualmente participe, ficando vedado o recebimento de gratificação pelo referido período.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Monte Mor, 13 de dezembro de 2021.

ALEXANDRE PINHEIRO
Presidente

ADRIEL DE OLIVEIRA NASCIMENTO
1º Secretário

Publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Monte Mor aos 13 dias do mês de dezembro do ano de 2021.

RENATA BERNARDO DE SOUSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº 99

PORTARIA Nº 99 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021.

“Dispõe sobre concessão de férias ao servidor comissionado



Monte Mor / SP, Terça-feira, 14 de Dezembro de 2021 | Ano III | Edição 415

Marcelo Borges de Almeida e dá outras providências”.

ALEXANDRE PINHEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e:

Considerando o disposto nos artigos 44, 52, 54 e 55 todos da Lei Complementar Nº 04/2006;

Considerando ainda os termos da Instrução Normativa Nº 08/2019;

Considerando finalmente o deferimento no requerimento de férias do servidor, devidamente arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Casa de Leis:

Resolve

Art. 1º - Conceder férias regulamentares de 20 dias ao servidor comissionado **MARCELO BORGES DE ALMEIDA**, portador do RG nº 42.915.680-7, CPF nº 386.694.868-90, ocupante do cargo de provimento comissionado de Assessor Parlamentar da Câmara Municipal de Monte Mor, matrícula funcional nº 261, com vencimento classificado na referência C-IV (Portaria de Nomeação nº 31/2021), referente ao período aquisitivo de 02/2021 a 02/2022, a partir do dia 10 de janeiro de 2022, devendo retornar às suas atividades normais no dia 31 de janeiro do mesmo ano.

Art. 2º - Fica concedida a conversão de 1/3 (hum terço) das férias em valor pecuniário.

Art. 3º - Ficam os setores de Recursos Humanos e Financeiro autorizados a promover as providências de praxe, observando os reflexos do período de férias como afastamento do servidor em Comissões em que ele eventualmente participe, ficando vedado o recebimento de gratificação pelo referido período.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Monte Mor, 13 de dezembro de 2021.

ALEXANDRE PINHEIRO
Presidente

ADRIEL DE OLIVEIRA NASCIMENTO
1º Secretário

Publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Monte Mor aos 13 dias do mês de dezembro do ano de 2021.

RENATA BERNARDO DE SOUSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº 100

PORTARIA Nº 100 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021.

“Dispõe sobre concessão de férias ao servidor comissionado Marcos Sandro da Silva e dá outras providências”.

ALEXANDRE PINHEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e:

Considerando o disposto nos artigos 44, 52, 54 e 55 todos da Lei Complementar Nº 04/2006;

Considerando ainda os termos da Instrução Normativa Nº 08/2019;

Considerando finalmente o deferimento no requerimento de férias do servidor, devidamente arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Casa de Leis:

Resolve

Art. 1º - Conceder férias regulamentares de 20 dias ao servidor comissionado **MARCOS SANDRO DA SILVA**, portador do RG nº 41.933.710-6, CPF nº 283.961.808-73, ocupante do cargo de provimento comissionado de Assessor Parlamentar da Câmara Municipal de Monte Mor, matrícula funcional nº 231, com vencimento classificado na referência C-IV (Portaria de Nomeação nº 77/2020), referente ao período aquisitivo de 11/2020 a 11/2021, a partir do dia 10 de janeiro de 2022, devendo retornar às suas atividades normais no dia 31 de janeiro do mesmo ano.

Art. 2º - Fica concedida a conversão de 1/3 (hum terço) das férias em valor pecuniário.

Art. 3º - Ficam os setores de Recursos Humanos e Financeiro autorizados a promover as providências de praxe, observando os reflexos do período de férias como afastamento do servidor em Comissões em que ele eventualmente participe, ficando vedado o



Monte Mor / SP, Terça-feira, 14 de Dezembro de 2021 | Ano III | Edição 415

recebimento de gratificação pelo referido período.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Monte Mor, 13 de dezembro de 2021.

ALEXANDRE PINHEIRO
Presidente

ADRIEL DE OLIVEIRA NASCIMENTO
1º Secretário

Publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Monte Mor aos 13 dias do mês de dezembro do ano de 2021.

RENATA BERNARDO DE SOUSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº 101

PORTARIA Nº 101 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021.

“Dispõe sobre concessão de férias à servidora comissionada Valeria Clayton Rezende de Lima e dá outras providências”.

ALEXANDRE PINHEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e:

Considerando o disposto nos artigos 44, 52, 54 e 55 todos da Lei Complementar Nº 04/2006;

Considerando ainda os termos da Instrução Normativa Nº 08/2019;

Considerando finalmente o deferimento no requerimento de férias da servidora, devidamente arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Casa de Leis:

Resolve

Art. 1º - Conceder férias regulamentares de 20 dias à servidora comissionada **VALERIA CLAYTON REZENDE DE LIMA**, portadora do RG nº 34.595.650-3, CPF nº 317.690.218-25, ocupante do cargo de provimento comissionado de Assessora Parlamentar da Câmara Municipal de Monte Mor, matrícula funcional nº 252, com vencimento classificado na referência C-IV (Portaria de Nomeação nº 14/2021), referente ao período aquisitivo de 01/2021 a 01/2022, a partir do dia 10 de janeiro de 2022, devendo retornar às suas atividades normais no dia 31 de janeiro do mesmo ano.

Art. 2º - Fica concedida a conversão de 1/3 (um terço) das férias em valor pecuniário.

Art. 3º - Ficam os setores de Recursos Humanos e Financeiro autorizados a promover as providências de praxe, observando os reflexos do período de férias como afastamento da servidora em Comissões em que ela eventualmente participe, ficando vedado o recebimento de gratificação pelo referido período.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Monte Mor, 13 de dezembro de 2021.

ALEXANDRE PINHEIRO
Presidente

ADRIEL DE OLIVEIRA NASCIMENTO
1º Secretário

Publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Monte Mor aos 13 dias do mês de dezembro do ano de 2021.

RENATA BERNARDO DE SOUSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº 102

PORTARIA Nº 102 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021.

“Dispõe sobre concessão de férias ao servidor comissionado Wilson Amorim Sobral e dá outras providências”.



ALEXANDRE PINHEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e:

Considerando o disposto nos artigos 44, 52, 54 e 55 todos da Lei Complementar Nº 04/2006;

Considerando ainda os termos da Instrução Normativa Nº 08/2019;

Considerando finalmente o deferimento no requerimento de férias do servidor, devidamente arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Casa de Leis:

Resolve

Art. 1º - Conceder férias regulamentares de 20 dias ao servidor comissionado **WILSON AMORIM SOBRAL**, portador do RG nº 39.690.721-0, CPF nº 275.118.568-10, ocupante do cargo de provimento comissionado de Assessor Parlamentar da Câmara Municipal de Monte Mor, matrícula funcional nº 257, com vencimento classificado na referência C-IV (Portaria de Nomeação nº 20/2021), referente ao período aquisitivo de 01/2021 a 01/2022, a partir do dia 10 de janeiro de 2022, devendo retornar às suas atividades normais no dia 31 de janeiro do mesmo ano.

Art. 2º - Fica concedida a conversão de 1/3 (hum terço) das férias em valor pecuniário.

Art. 3º - Ficam os setores de Recursos Humanos e Financeiro autorizados a promover as providências de praxe, observando os reflexos do período de férias como afastamento do servidor em Comissões em que ele eventualmente participe, ficando vedado o recebimento de gratificação pelo referido período.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Monte Mor, 13 de dezembro de 2021.

ALEXANDRE PINHEIRO
Presidente

ADRIEL DE OLIVEIRA NASCIMENTO
1º Secretário

Publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Monte Mor aos 13

dias do mês de dezembro do ano de 2021.

RENATA BERNARDO DE SOUSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº 103

PORTARIA Nº 103 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021.

“Dispõe sobre concessão de férias à servidora comissionada Thais Soares Ferreira Campos e dá outras providências”.

ALEXANDRE PINHEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e:

Considerando o disposto nos artigos 44, 52, 54 e 55 todos da Lei Complementar Nº 04/2006;

Considerando ainda os termos da Instrução Normativa Nº 08/2019;

Considerando finalmente o deferimento no requerimento de férias da servidora, devidamente arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Casa de Leis:

Resolve

Art. 1º - Conceder férias regulamentares de 20 dias à servidora comissionada **THAIS SOARES FERREIRA CAMPOS**, portadora do RG nº 46.925.289-3, CPF nº 381.605.808-60, ocupante do cargo de provimento comissionado de Assessora Parlamentar da Câmara Municipal de Monte Mor, matrícula funcional nº 247, com vencimento classificado na referência C-IV (Portaria de Nomeação nº 07/2021), referente ao período aquisitivo de 01/2021 a 01/2022, a partir do dia 11 de janeiro de 2022, devendo retornar às suas atividades normais no dia 31 de janeiro do mesmo ano.

Art. 2º - Fica concedida a conversão de 1/3 (hum terço) das férias em valor pecuniário.

Art. 3º - Ficam os setores de Recursos Humanos e Financeiro autorizados a promover as providências de praxe, observando os reflexos do período de férias como afastamento da servidora em Comissões em que ela eventualmente participe, ficando vedado o recebimento de gratificação pelo referido período.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Monte Mor / SP, Terça-feira, 14 de Dezembro de 2021 | Ano III | Edição 415

Câmara Municipal de Monte Mor, 13 de dezembro de 2021.

ALEXANDRE PINHEIRO
Presidente

ADRIEL DE OLIVEIRA NASCIMENTO
1º Secretário

Publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Monte Mor aos 13 dias do mês de dezembro do ano de 2021.

RENATA BERNARDO DE SOUSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº 104

PORTARIA Nº 104 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021.

“Dispõe sobre concessão de férias à servidora comissionada Jéssica Rodrigues de Mello Lima e dá outras providências”.

ALEXANDRE PINHEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e:

Considerando o disposto nos artigos 44, 52, 54 e 55 todos da Lei Complementar Nº 04/2006;

Considerando ainda os termos da Instrução Normativa Nº 08/2019;

Considerando finalmente o deferimento no requerimento de férias da servidora, devidamente arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Casa de Leis:

Resolve

Art. 1º - Conceder férias regulamentares de 20 dias à servidora comissionada **JÉSSICA RODRIGUES DE MELLO LIMA**, portadora do RG nº 47.958.242-7, CPF nº 340.293.908-89, ocupante do cargo de provimento comissionado de Assessora Parlamentar da Câmara Municipal de Monte Mor, matrícula funcional nº 250, com vencimento classificado na referência C-IV (Portaria de Nomeação nº 12/2021), referente ao período aquisitivo de 01/2021 a 01/2022, a partir do dia 12 de janeiro de 2022, devendo retornar às suas atividades normais no

dia 01 de fevereiro do mesmo ano.

Art. 2º - Fica concedida a conversão de 1/3 (um terço) das férias em valor pecuniário.

Art. 3º - Ficam os setores de Recursos Humanos e Financeiro autorizados a promover as providências de praxe, observando os reflexos do período de férias como afastamento da servidora em Comissões em que ela eventualmente participe, ficando vedado o recebimento de gratificação pelo referido período.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Monte Mor, 13 de dezembro de 2021.

ALEXANDRE PINHEIRO
Presidente

ADRIEL DE OLIVEIRA NASCIMENTO
1º Secretário

Publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Monte Mor aos 13 dias do mês de dezembro do ano de 2021.

RENATA BERNARDO DE SOUSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº 105

PORTARIA Nº 105 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021.

“Dispõe sobre concessão de férias ao servidor comissionado Jose Julio Martins e dá outras providências”.

ALEXANDRE PINHEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e:

Considerando o disposto nos artigos 44, 52, 54 e 55 todos da Lei Complementar Nº 04/2006;

Considerando ainda os termos da Instrução Normativa Nº 08/2019;



Monte Mor / SP, Terça-feira, 14 de Dezembro de 2021 | Ano III | Edição 415

Considerando finalmente o deferimento no requerimento de férias do servidor, devidamente arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Casa de Leis:

Resolve

Art. 1º - Conceder férias regulamentares de 20 dias ao servidor comissionado **JOSE JULIO MARTINS**, portador do RG nº 11.657.093-3, CPF nº 001.911.288-21, ocupante do cargo de provimento comissionado de Assessor Parlamentar da Câmara Municipal de Monte Mor, matrícula funcional nº 254, com vencimento classificado na referência C-IV (Portaria de Nomeação nº 16/2021), referente ao período aquisitivo de 01/2021 a 01/2022, a partir do dia 12 de janeiro de 2022, devendo retornar às suas atividades normais no dia 01 de fevereiro do mesmo ano.

Art. 2º - Fica concedida a conversão de 1/3 (um terço) das férias em valor pecuniário.

Art. 3º - Ficam os setores de Recursos Humanos e Financeiro autorizados a promover as providências de praxe, observando os reflexos do período de férias como afastamento do servidor em Comissões em que ele eventualmente participe, ficando vedado o recebimento de gratificação pelo referido período.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Monte Mor, 13 de dezembro de 2021.

ALEXANDRE PINHEIRO
Presidente

ADRIEL DE OLIVEIRA NASCIMENTO
1º Secretário

Publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Monte Mor aos 13 dias do mês de dezembro do ano de 2021.

RENATA BERNARDO DE SOUSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº 106

PORTARIA Nº 106 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021.

"Dispõe sobre concessão de férias ao servidor efetivo Rodrigo Galdino Ferreira e dá outras providências".

ALEXANDRE PINHEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e:

Considerando o disposto nos artigos 44, 52, 54 e 55 todos da Lei Complementar Nº 04/2006;

Considerando ainda os termos da Instrução Normativa Nº 08/2019;

Considerando finalmente o deferimento no requerimento de férias do servidor, devidamente arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Casa de Leis:

Resolve

Art. 1º - Conceder férias regulamentares de 30 dias ao servidor efetivo **RODRIGO GALDINO FERREIRA**, portador do RG nº 65.203.499-8, CPF nº 065.329.406-90, ocupante do cargo de provimento efetivo de Jornalista/Assessor de Imprensa da Câmara Municipal de Monte Mor, matrícula funcional nº 160, com vencimento classificado na referência E-II (Portaria de Nomeação nº 09/2015), referente ao período aquisitivo de 01/2021 a 01/2022, a partir do dia 17 de janeiro de 2022, devendo retornar às suas atividades normais no dia 07 de fevereiro do mesmo ano (1º período) e a partir do dia 18 de julho de 2022, devendo retornar às suas atividades normais no dia 28 de julho do mesmo ano (2º período).

Art. 2º - Ficam os setores de Recursos Humanos e Financeiro autorizados a promover as providências de praxe, observando os reflexos do período de férias como afastamento do servidor em Comissões em que ele eventualmente participe, ficando vedado o recebimento de gratificação pelo referido período.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Monte Mor, 13 de dezembro de 2021.



Monte Mor / SP, Terça-feira, 14 de Dezembro de 2021 | Ano III | Edição 415

ALEXANDRE PINHEIRO

Presidente

ADRIEL DE OLIVEIRA NASCIMENTO

1º Secretário

Publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Monte Mor aos 13 dias do mês de dezembro do ano de 2021.

RENATA BERNARDO DE SOUSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº 107**PORTARIA Nº 107 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021.**

“Dispõe sobre concessão de férias ao servidor efetivo Paulo Henrique Fernandes Carrião Van Dender e dá outras providências”.

ALEXANDRE PINHEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e:

Considerando o disposto nos artigos 44, 52, 54 e 55 todos da Lei Complementar Nº 04/2006;

Considerando ainda os termos da Instrução Normativa Nº 08/2019;

Considerando finalmente o deferimento no requerimento de férias do servidor, devidamente arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Casa de Leis:

Resolve

Art. 1º - Conceder férias regulamentares de 30 dias ao servidor efetivo **PAULO HENRIQUE FERNANDES CARRIÃO VAN DENDER**, portador do RG nº 43.732.570-2, CPF nº 226.222.128-60, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo da Câmara Municipal de Monte Mor, matrícula funcional nº 171, com vencimento classificado na referência E-III (Portaria de Nomeação nº 61/2015), referente ao período aquisitivo de 09/2020 a 09/2021, a partir do dia 27 de janeiro de 2022, devendo retornar às suas atividades normais no dia 28 de fevereiro do mesmo ano.

Art. 2º - Ficam os setores de Recursos Humanos e Financeiro

autorizados a promover as providências de praxe, observando os reflexos do período de férias como afastamento do servidor em Comissões em que ele eventualmente participe, ficando vedado o recebimento de gratificação pelo referido período.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Monte Mor, 13 de dezembro de 2021.

ALEXANDRE PINHEIRO

Presidente

ADRIEL DE OLIVEIRA NASCIMENTO

1º Secretário

Publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Monte Mor aos 13 dias do mês de dezembro do ano de 2021.

RENATA BERNARDO DE SOUSA

Diretora Geral

DIVERSOS**RESOLUÇÃO Nº. 010****CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
Lei nº. 1.126 de 14 de junho de 2005****RESOLUÇÃO Nº. 010 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021.**

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº. 1.126 de 14 de junho de 2005:

CONSIDERANDO, a deliberação da plenária extraordinária realizada em 10 de dezembro de 2021;

CONSIDERANDO, o disposto no inciso III, do artigo 30 da Lei Federal nº. 8.742/93 (LOAS).

RESOLVE:

Artigo 1º. Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2022, para o cofinanciamento do Governo do Estado de São Paulo



Monte Mor / SP, Terça-feira, 14 de Dezembro de 2021 | Ano III | Edição 415

através da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDS.

Artigo 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, retroage efeitos a 10 de dezembro de 2021.

Monte Mor, 10 de dezembro de 2021.

Maria Stela Cavallaro Forchetti

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico do Município de Monte Mor

(Lei Municipal nº 2.630, de 14 de agosto de 2018 e regulamentada pelo Decreto nº 5073, de 12 de setembro de 2019)

é uma publicação da Prefeitura de Monte Mor. Site: www.montemor.sp.gov.br CONTEÚDO:

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade das secretarias e órgãos públicos emissores.

Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor.

Para informações sobre como contatar o órgão emissor, ligue para (19) 3879-9000.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO:

Edição, diagramação e Publicação Eletrônica.

E-mail: diario.oficial@montemor.sp.gov.br



Sumário

PODER EXECUTIVO	1
DECRETOS	1
PORTARIAS	7
PODER LEGISLATIVO	9



PODER EXECUTIVO

DECRETOS



DECRETO Nº 5727 de 24 de Agosto de 2022

“Dispõe Sobre o Módulo Funcional das Escolas Municipais de Monte Mor”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO, o disposto artigo 25, parágrafo único da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1.996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

CONSIDERANDO, o disposto nos artigos 48 e 52 da Lei Complementar nº 07 de 19 de junho de 2007.

CONSIDERANDO, a necessidade de otimização do trabalho nas Unidades Escolares da Rede de Pública Municipal de Ensino:

DECRETA:

ARTIGO 1º – O Módulo Funcional das Escolas Municipais de Monte Mor fica fixado em conformidade com o anexo que faz parte integrante deste decreto.

ARTIGO 2º – A partir da fixação do Módulo Funcional, será elaborado o Quadro da Escola e efetuada a identificação de pessoal excedente.

ARTIGO 3º – Os excedentes serão movimentados para outras unidades escolares cujos módulos se encontrem incompletos.

Parágrafo único – A movimentação de que trata o “caput” deste artigo será efetuada obrigatória e imediatamente após a identificação da situação de excedente.

ARTIGO 4º – Compete à Secretaria Municipal de Educação a declaração da condição de excedente e a remoção ou transferência “ex officio” para a unidade escolar com módulo incompleto.

ARTIGO 5º – O percentual do Módulo para funcionamento dos estabelecimentos de ensino fica fixado em 50% (cinquenta por cento) do quadro de servidores a que faz jus.

ARTIGO 6º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR, EM 24 DE AGOSTO DE 2.022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Rua Francisco Glicério, 399 - Centro - Monte Mor - SP - 13190-000 - PABX: (19) 3879-9000 - www.montemor.sp.gov.br
Estado de São Paulo - CNPJ 45.787.652/0001-56



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Agosto de 2022 | Ano III | Edição 548



Registrado em livro próprio, afixado em local de costume do Paço Municipal, e publicado no diário oficial do Município, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

Rua Francisco Glicério, 399 - Centro - Monte Mor - SP - 13190-000 - PABX: (19) 3879-9000 - www.montemor.sp.gov.br
Estado de São Paulo - CNPJ 45.787.652/0001-56

**DECRETO Nº 5728 de 24 de Agosto de 2022**

“Dispõe Sobre o Ato de Remoção “ex officio” de integrante do Quadro do Magistério da Escola Municipal “Leonardo Rodrigues da Silva” para a Escola Municipal “Profª Helena Cristina Emke Fuscaldo” e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO, o disposto no artigo 53, inciso I, da Lei Complementar nº 07 de 19 de junho de 2007, alterado pelo artigo 18, da Lei Complementar nº 28 de 10 de abril de 2012, artigo 18, parágrafo único, item 1, alterado pelo artigo 10 da Lei Complementar nº 41 de 03 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Cargos e Vencimentos do Magistério Público Municipal de Monte Mor, e o disposto no artigo 19 do Decreto nº 4.758 de 10 de outubro de 2017, que Regulamenta a Remoção dos integrantes do Quadro do Magistério Público do Município de Monte Mor/SP.

DECRETA:

Artigo 1º – Consideram-se removidos na modalidade “ex-offício”, os Integrantes do Quadro do Magistério, titulares de cargo (Professor de Desenvolvimento Infantil – PDI) abaixo indicados, da unidade de origem (**Escola Municipal “Leonardo Rodrigues da Silva”**) para a respectiva unidade de destino (**Escola Municipal “Profª Helena Cristina Emke Fuscaldo”**) – Criada pelo Decreto Municipal Nº 5708 de 19 de julho de 2022).

II – Q.M. – CLASSE DE DOCENTES (artigo 5º - Lei Complementar 07/2007)**1. PROFESSOR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - PDI**

MATRÍCULA	NOME	RG
9605	ADELAIDE SENA DA SILVA	54.979.336-4
9335	ADRIANA JORGE DE SOUZA	16.246.075-2
7659	AUZENI BATISTA ROCHA – 1º CARGO	32.866.913-1
9330	AUZENI BATISTA ROCHA – 2º CARGO	32.866.913-1
7655	DAINA DA SILVA FERREIRA FERMIANO	38.671.042-9
9311	ELIZANGELA RAMOS DA SILVA MATOS	57.138.363-4
9607	IVONE OLIBA DOS SANTOS	17.472.417-2
7651	IZABEL CRISTINA SELES LEAL DA SILVA	28.758.980-8
7674	JOVITA SOARES	43.198.214-4
9395	JULIA CRISTINA DOS SANTOS ALVES	60.811.539-3
9391	LUCIANA GOMES DA SILVA OLIVEIRA	39.447.689-X
7628	LUCIENE DE FRANÇA SOUZA	40.934.915-X
9609	MARINILDE ARAÚJO BARBOSA	38.036.664-2
7633	MIRIAN IZABEL FERREIRA DE SOUZA	60.266.514-0
9304	PAULA RAQUEL RAIMUNDO	42.015.071-7
7664	ROSANA DA SILVA VIEIRA ROCHA	29.770.089-3
7672	ROSANA PAULA DA COSTA CENTURIÃO	40.541.081-5
9398	MONICA FEJO DA CRUZ	24.129.232-3
9339	ELIS REGINA TISSIANI GICOV	30.986.401-X
7636	VALÉRIA CRISTINA DE PAULA	23.592.876-8



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Agosto de 2022 | Ano III | Edição 548



Artigo 2º. Os titulares de cargo acima descritos ora removidos serão desligados da Unidade de origem em 31/07/2022, devendo assumir o exercício das funções inerentes ao seu cargo na unidade de destino, com o respectivo prontuário, na mesma data, tendo sua contagem de tempo de serviço a partir de 01/08/2022 em sua nova unidade escolar sede de controle de frequência (unidade de destino).

Artigo 3º. Após o exercício na unidade de destino, se estiver na situação de acumulação de cargo, deverá apresentar novo Ato Decisório.

Artigo 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR, EM 24 DE AGOSTO DE 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, afixado em local de costume do Paço Municipal, e publicado no diário oficial do Município, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



DECRETO Nº 5622 de 22 de Fevereiro de 2022.

“Dispõe sobre aprovação de loteamento e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Artigo 1º – Ficam aprovados os planos de arruamento e loteamento denominado **“RESIDENCIAL VILLAS DO MONTE”**, de propriedade da **NRBR MONTE MOR EMPREENDIMENTO SPE LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.070.966/0001-91, a ser implantado no imóvel objeto da matrícula nº 20.668 (Sítio Serafim) do Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor – SP, com área total de 136.242,00m², conforme certificado GRAPROHAB nº 350/2021.

Artigo 2º – As construções deverão obedecer aos recuos mínimos estabelecidos no Código de Obras do Município.

Artigo 3º – O proprietário deverá cumprir integralmente todas as exigências da Prefeitura Municipal descritas a seguir:

- a)** Promover a inscrição do loteamento no Registro Imobiliário na forma da legislação federal;
- b)** Promover abertura de matrícula das áreas que no projeto constituem sistema de lazer, áreas verdes e áreas destinadas aos equipamentos urbanos e comunitários;
- c)** Executar os ramais de ligações domiciliares de água e esgoto para cada lote, exceto se as redes forem implantadas nas calçadas;
- d)** Construir dissipadores de energia nos sistemas de captação das águas pluviais nos pontos de lançamento a jusante para não causar danos ambientais;
- e)** Não serão permitidas áreas públicas e lotes cujo desnível frontal seja inferior o meio-fio da rua lindeira;
- f)** Não será permitida a construção nos lotes sem que todas as obras e exigências contidas no Decreto de aprovação forem cumpridas pelo loteador, vistoriadas e atestadas pelos órgãos competentes;
- g)** Executar a recuperação e recomposição das áreas de preservação permanente com o plantio de mudas e vegetação nativa;
- h)** Sinalizar o sistema viário e os acessos (horizontal e vertical) de acordo com o projeto aprovado pelo Setor de Trânsito desta Municipalidade, e a normas do Código Nacional de Trânsito vigentes;
- i)** Executar a rede de energia elétrica e iluminação pública com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento, para o seu normal e imediato funcionamento, de acordo com as normas da Cia. Paulista de Força e Luz;
- j)** Executar a rede de água e esgoto com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento, para o seu normal funcionamento, de acordo com as normas da Sabesp;
- l)** Executar a interligação das redes de galerias de águas pluviais, guias, sarjetas e pavimentação asfáltica de acordo com os projetos aprovados;



m) Executar a abertura de ruas, demarcação de lotes e terraplanagem;

n) Cumprir integralmente as exigências contidas no certificado do GRAPROHAB nº350/2021.

Artigo 4º – Após o cumprimento de todas as exigências a que alude o presente Decreto, bem como aquelas ditadas pela Lei Complementar nº 044/2015 (dispõe sobre a revisão do parcelamento do solo), será expedido o devido alvará de recebimento do loteamento.

Artigo 5º – O não cumprimento de quaisquer das exigências estabelecidas no Artigo anterior, importará na revogação da aprovação do loteamento e na adoção, por parte da Prefeitura, das medidas judiciais cabíveis.

Artigo 6º – Os tributos incidentes sobre os lotes serão devidos a partir do Termo de Verificação de Obras (TVO) ou ultrapassados 24(vinte e quatro) meses da publicação deste decreto, sendo de responsabilidade do loteador até que o mesmo informe, através de documento hábil, e após o registro do loteamento no Registro Imobiliário, os nomes de seus compradores, respeitadas as isenções concedidas por Lei.

Artigo 7º – Fica autorizado a NRBR MONTE MOR EMPREENDIMENTOS SPE LTDA, inscrita no CNPJ nº 32.070.966/0001-91, a proceder o fechamento do perímetro e o acesso controlado do LOTEAMENTO RESIDENCIAL VILLAS DO MONTE, conforme Lei Complementar 044 de 21 de dezembro de 2015, artigo 22, e projeto urbanístico aprovado pela municipalidade de Monte Mor/SP.

Artigo 8º – Para garantia da execução das obras de infraestrutura do loteamento, orçadas em R\$ 4.250.000,00 (quatro milhões e duzentos e cinquenta mil reais), fica caucionado ao Município de Monte Mor – SP, em primeira e especial hipoteca, os imóveis descrito e caracterizados nas matrículas nº 91267, 91268, 91269, 91270, 91271, 91277, 91278, 91280, 91281, 91282, 91287, 91288, 91289, 91290, 91291, 91297, 91298, 91299, 91300, 91301 do Registro de Imóveis da Comarca de Tatui-SP, em conjunto, somando área de terreno com 11.669,90m², localizado no Residencial Village Manacá, na estrada Octávio Pilon, Cesário Lange, SP, sendo os mesmos em conjunto, avaliado em um total de R\$ 4.397.335,02(Quatro milhões e trezentos e noventa e sete mil e trezentos e trinta e cinco reais e dois centavos), conforme laudos de avaliação 01, 02 e 03 apresentados.

Artigo 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 22 de fevereiro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, publicado no Diário Oficial do Município e afixado em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Agosto de 2022 | Ano III | Edição 548

PORTARIAS

PORTARIA Nº 6614

Portaria nº 6614 de 24 de agosto de 2022.

“Dispõe sobre licença sem remuneração pelo período de dois anos”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o artigo 67 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2020;

Resolve:

Artigo 1º – Fica autorizada a licença sem remuneração, pelo período de até dois anos, para tratar de assuntos particulares, da Sra. **Daina da Silva Ferreira Fermiano**, matrícula 7655.

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 24 de agosto de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

PORTARIA Nº 6615

Portaria nº 6615 de 24 de agosto de 2022.

“Dispõe sobre autorização para funcionário dirigir e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Agosto de 2022 | Ano III | Edição 548

Artigo 1º – Fica autorizada a dirigir veículos municipais, a Sra. **Luciana Regina Souza dos Santos** – lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, portadora do CPF/MF nº 22495602851 e CNH 02149071603 – Cat. “B”.

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 24 de agosto de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

PORTARIA Nº 6616

PORTARIA nº 6616 de 24 de agosto de 2022.

“Dispõe sobre demissão de Servidor Municipal.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Parecer Final do Inquérito Administrativo, instaurado através da Portaria Nº 49 de 24 de maio de 2022, pela Secretaria Municipal de Segurança;

CONSIDERANDO a Lei Complementar 10, de 01 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Regulamento Disciplinar da Guarda Civil Municipal de Monte Mor;

CONSIDERANDO a Lei Complementar 004/2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Monte Mor.

Resolve:

Artigo 1º – Fica demitido do Serviço Público Municipal, o servidor **Jeferson Júlio da Silva**, matrícula nº 3251, Guarda Civil Municipal, de acordo com a decisão final do Inquérito Administrativo instaurado através da Portaria Nº 49 de 24 de maio de 2022, pela Secretaria Municipal de Segurança.

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 24 de agosto de 2022.



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Agosto de 2022 | Ano III | Edição 548

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

Mário Cézar Franco Junior
Procurador Geral do Município

PODER LEGISLATIVO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE MOR

O **Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento**, respeitada a decisão da Comissão, **CONVIDA** as autoridades e pessoas interessadas a participarem da Audiência Pública que será realizada na Câmara Municipal de Monte Mor, no dia **01º (primeiro) de setembro de 2022 (dois mil e vinte e dois)**, às **10h00min** (dez horas), para discussão das seguintes proposituras:

PROJETO DE LEI Nº. 111/2022 – “Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo na utilização de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 80.000,00 no Orçamento Programa de 2022”, de autoria do PODER EXECUTIVO;

EMENDA MODIFICATIVA Nº. 08/2022 – “Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 111/2022”, de autoria da COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO.

O cidadão também poderá participar da audiência através do Portal e-Democracia da Câmara Municipal de Monte Mor, endereço eletrônico edemocracia.montemor.sp.leg.br. Também será possível acompanhar pelo canal do YouTube da Câmara, porém sem a possibilidade de interação.

Monte Mor, 22 de agosto de 2022.

Altran José Farias Lima
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico do Município de Monte Mor

(Lei Municipal nº 2.630, de 14 de agosto de 2018 e regulamentada pelo Decreto nº 5073, de 12 de setembro de 2019)

é uma publicação da Prefeitura de Monte Mor. Site: www.montemor.sp.gov.br CONTEÚDO:

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade das secretarias e órgãos públicos emissores.

Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor.

Para informações sobre como contatar o órgão emissor, ligue para (19) 3879-9000.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO:

Edição, diagramação e Publicação Eletrônica.

E-mail: diario.oficial@montemor.sp.gov.br



Sumário

PODER EXECUTIVO	1
<i>DECRETOS</i>	1
<i>AUDESP</i>	3
<i>STN</i>	39



PODER EXECUTIVO

DECRETOS

DECRETO Nº 5622

DECRETO Nº 5622 de 22 de Fevereiro de 2022.

“Dispõe sobre aprovação de loteamento e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Artigo 1º – Ficam aprovados os planos de arruamento e loteamento denominado “**RESIDENCIAL VILLAS DO MONTE**”, de propriedade da **NRBR MONTE MOR EMPREENDIMENTO SPE LTDA**”, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.070.966/0001-91, a ser implantado no imóvel objeto da matrícula nº 20.668 (Sítio Serafim) do Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor – SP, com área total de 136.242,00m², conforme certificado GRAPROHAB nº 350/2021.

Artigo 2º – As construções deverão obedecer aos recuos mínimos estabelecidos no Código de Obras do Município.

Artigo 3º – O proprietário deverá cumprir integralmente todas as exigências da Prefeitura Municipal descritas a seguir:

- a) Promover a inscrição do loteamento no Registro Imobiliário na forma da legislação federal;
- b) Promover abertura de matrícula das áreas que no projeto constituem sistema de lazer, áreas verdes e áreas destinadas aos equipamentos urbanos e comunitários;
- c) Executar os ramais de ligações domiciliares de água e esgoto para cada lote, exceto se as redes forem implantadas nas calçadas;
- d) Construir dissipadores de energia nos sistemas de captação das águas pluviais nos pontos de lançamento a jusante para não causar danos ambientais;
- e) Não serão permitidas áreas públicas e lotes cujo desnível frontal seja inferior o meio-fio da rua lindeira;
- f) Não será permitida a construção nos lotes sem que todas as obras e exigências contidas no Decreto de aprovação forem cumpridas pelo loteador, vistoriadas e atestadas pelos órgãos competentes;
- g) Executar a recuperação e recomposição das áreas de preservação permanente com o plantio de mudas e vegetação nativa;
- h) Sinalizar o sistema viário e os acessos (horizontal e vertical) de acordo com o projeto aprovado pelo Setor de Trânsito desta Municipalidade, e a normas do Código Nacional de Trânsito vigentes;
- i) Executar a rede de energia elétrica e iluminação pública com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento, para o seu normal e imediato funcionamento, de acordo com as normas da Cia. Paulista de Força e Luz;
- j) Executar a rede de água e esgoto com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento, para o seu normal funcionamento, de acordo com as normas da Sabesp;
- l) Executar a interligação das redes de galerias de águas pluviais, guias, sarjetas e pavimentação asfáltica de acordo com os projetos aprovados;
- m) Executar a abertura de ruas, demarcação de lotes e terraplanagem;
- n) Cumprir integralmente as exigências contidas no certificado do GRAPROHAB nº350/2021.

Artigo 4º – Após o cumprimento de todas as exigências a que alude o presente Decreto, bem como aquelas ditas pela Lei Complementar nº



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453

044/2015 (dispõe sobre a revisão do parcelamento do solo), será expedido o devido alvará de recebimento do loteamento.

Artigo 5º - O não cumprimento de quaisquer das exigências estabelecidas no Artigo anterior, importará na revogação da aprovação do loteamento e na adoção, por parte da Prefeitura, das medidas judiciais cabíveis.

Artigo 6º – Os tributos incidentes sobre os lotes serão devidos a partir do Termo de Verificação de Obras (TVO) ou ultrapassados 24(vinte e quatro) meses da publicação deste decreto, sendo de responsabilidade do loteador até que o mesmo informe, através de documento hábil, e após o registro do loteamento no Registro Imobiliário, os nomes de seus compradores, respeitadas as isenções concedidas por Lei.

Artigo 7º – Para garantia da execução das obras de infraestrutura do loteamento, orçadas em R\$ 4.250.000,00 (quatro milhões e duzentos e cinquenta mil reais), fica caucionado ao Município de Monte Mor – SP, em primeira e especial hipoteca, os imóveis descrito e caracterizados nas matrículas nº 91267, 91268, 91269, 91270, 91271, 91277, 91278, 91280, 91281, 91282, 91287, 91288, 91289, 91290, 91291, 91297, 91298, 91299, 91300, 91301 do Registro de Imóveis da Comarca de Tatuí-SP, em conjunto, somando área de terreno com 11.669,90m², localizado no Residencial Village Manacá, na estrada Octávio Pilon, Cesário Lange, SP, sendo os mesmos em conjunto, avaliado em um total de R\$ 4.397.335,02(Quatro milhões e trezentos e noventa e sete mil e trezentos e trinta e cinco reais e dois centavos), conforme laudos de avaliação 01, 02 e 03 apresentados.

Artigo 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 22 de fevereiro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, publicado no Diário Oficial do Município e afixado em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453

AUDES

MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA**BALANÇO ORÇAMENTARIO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º Bimestre

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	PREVISTAS ATÉ O BIMESTRE	REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE	SALDO A REALIZAR
RECEITAS CORRENTES	287.316.556,00	287.316.556,00	287.316.556,00	299.225.875,67	-11.909.319,67
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	63.137.000,00	63.137.000,00	63.137.000,00	58.373.403,25	4.763.596,75
CONTRIBUIÇÕES	13.440.000,00	13.440.000,00	13.440.000,00	15.419.961,94	-1.979.961,94
RECEITA PATRIMONIAL	6.792.856,00	6.792.856,00	6.792.856,00	8.827.328,84	-2.034.472,84
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	203.025.700,00	203.025.700,00	203.025.700,00	215.621.708,90	-12.596.008,90
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	921.000,00	921.000,00	921.000,00	983.472,74	-62.472,74
RECEITAS DE CAPITAL	1.313.444,00	1.313.444,00	1.313.444,00	2.642.911,28	-1.329.467,28
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	1.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.312.444,00	1.312.444,00	1.312.444,00	2.642.911,28	-1.330.467,28
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	-24.180.000,00	-24.180.000,00	-24.180.000,00	-23.650.155,96	-529.844,04
RECEITAS INTRAORÇAMENTARIAS	35.050.000,00	35.050.000,00	35.050.000,00	34.641.842,23	408.157,77
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	299.500.000,00	299.500.000,00	299.500.000,00	312.860.473,22	-13.360.473,22
OPERACÕES DE CREDITO - REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	299.500.000,00	299.500.000,00	299.500.000,00	312.860.473,22	-13.360.473,22
DEFICIT (IV)				0,00	
TOTAL (V) = (III + IV)	299.500.000,00	299.500.000,00	299.500.000,00	312.860.473,22	-13.360.473,22

DESPESAS	Dotação Inicial Anual	Créditos Adicionais/Anulações	Dotação Atualizada Anual	Empenhado até o Bimestre	Liquidado até o Bimestre	Pago até o Bimestre	Saldo a Empenhar	Saldo a Liquidar	Saldo a Pagar
DESPESAS CORRENTES	241.333.150,00	33.950.657,42	275.283.807,42	213.072.787,68	206.052.550,48	206.032.525,81	62.211.009,78	7.020.247,17	20.024,68
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	123.743.800,00	5.812.914,82	129.556.714,82	103.701.901,72	103.701.190,04	103.698.288,16	25.854.813,10	711,68	2.901,88
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	205.000,00	0,00	205.000,00	178.440,54	178.440,54	178.440,54	26.559,46	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	117.384.350,00	28.137.742,60	145.522.092,60	109.192.455,42	102.172.919,91	102.155.797,11	36.329.637,20	7.019.535,49	17.122,80
DESPESAS DE CAPITAL	30.966.950,00	823.265,31	31.790.215,31	21.845.684,96	20.999.069,12	20.993.683,12	9.944.530,41	846.615,78	5.386,00
INVESTIMENTOS	6.231.094,00	8.477.593,85	14.708.687,85	6.249.473,47	5.402.857,69	5.397.471,69	8.459.214,38	846.615,78	5.386,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	24.735.856,00	-7.654.328,54	17.081.527,46	15.596.211,43	15.596.211,43	15.596.211,43	1.485.316,03	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	4.400.000,00	-2.200.000,00	2.200.000,00						
DESPESAS INTRAORÇAMENTARIAS	22.799.900,00	-2.495.376,42	20.304.523,58	18.697.852,85	18.697.852,85	18.697.852,85	1.606.670,73	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VIII)	299.500.000,00	30.078.546,31	329.578.546,31	253.616.335,41	245.749.472,46	245.724.061,78	73.762.210,90	7.866.862,95	25.410,68
AMORTIZACAO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTOS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (X) = (VIII + IX)	299.500.000,00	30.078.546,31	329.578.546,31	253.616.335,41	245.749.472,46	245.724.061,78	73.762.210,90	7.866.862,95	25.410,68
SUPERAVIT (XI)					67.111.000,76				
TOTAL (XII) = (X + XI)	299.500.000,00	30.078.546,31	329.578.546,31	253.616.335,41	312.860.473,22	245.724.061,78	73.762.210,90	7.866.862,95	25.410,68

Edivaldo Antônio Brischi
Prefeito Municipal

Silvana Aparecida Zanetti
Secretária de Finanças

Eliana Donizete da Silva
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

Josiane Guari de Almeida
Contador
CRC: 1SP264271



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 6º Bimestre

Período de: 01/11/2021 à 31/12/2021

RREO - Anexo 2(LRF, Art52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS / ANULAÇÕES	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE	SALDO A EMPENHAR	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE	SALDO A LIQUIDAR
1 - LEGISLATIVA	8.500.000,00	0,00	8.500.000,00	6.656.629,98	1.843.370,02	6.656.629,98	0,00
AÇÃO LEGISLATIVA	8.500.000,00	0,00	8.500.000,00	6.656.629,98	1.843.370,02	6.656.629,98	0,00
4 - ADMINISTRAÇÃO	18.875.400,00	2.827.408,14	21.702.808,14	19.083.939,76	2.618.868,38	18.627.124,54	456.815,22
ADMINISTRAÇÃO GERAL	14.799.700,00	1.751.645,31	16.551.345,31	14.515.704,20	2.035.641,11	14.369.301,45	146.402,75
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.180.500,00	218.255,19	2.398.755,19	2.157.755,77	240.999,42	2.006.258,10	151.497,67
NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	522.600,00	317.507,64	840.107,64	792.495,28	47.612,36	738.055,48	54.439,80
FOMENTO AO TRABALHO	1.372.600,00	540.000,00	1.912.600,00	1.617.984,51	294.615,49	1.513.509,51	104.475,00
6 - SEGURANÇA PÚBLICA	7.983.500,00	1.485.526,24	9.469.026,24	8.718.529,30	750.496,94	8.383.150,08	335.379,22
POLICIAMENTO	7.683.900,00	1.204.026,24	8.887.926,24	8.442.821,62	445.104,62	8.178.141,40	264.680,22
DEFESA CIVIL	299.600,00	281.500,00	581.100,00	275.707,68	305.392,32	205.008,68	70.699,00
8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.509.700,00	603.357,40	7.113.057,40	5.939.024,38	1.174.033,02	5.379.221,79	559.802,59
ADMINISTRAÇÃO GERAL	183.100,00	-34.326,14	148.773,86	140.184,44	8.589,42	120.684,44	19.500,00
ASSISTÊNCIA AO IDOSO	200.000,00	0,00	200.000,00	146.978,57	53.021,43	146.978,57	0,00
ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	1.153.500,00	88.172,97	1.241.672,97	1.060.263,17	181.409,80	837.286,15	222.977,02
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	4.893.000,00	549.510,57	5.442.510,57	4.555.598,20	886.912,37	4.238.272,63	317.325,57
FOMENTO AO TRABALHO	80.100,00	0,00	80.100,00	36.000,00	44.100,00	36.000,00	0,00
9 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	45.800.000,00	0,00	45.800.000,00	13.310.572,22	32.489.427,78	13.310.572,22	0,00
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	45.800.000,00	0,00	45.800.000,00	13.310.572,22	32.489.427,78	13.310.572,22	0,00
10 - SAÚDE	56.866.700,00	11.075.128,17	67.941.828,17	61.178.046,98	6.763.781,21	57.240.848,70	3.937.198,26
ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.233.700,00	4.813.359,55	11.047.059,55	9.765.910,12	1.281.149,43	9.026.596,74	739.313,38
ATENÇÃO BÁSICA	29.657.900,00	7.075.605,98	36.733.505,98	34.040.428,53	2.693.077,45	32.209.685,62	1.830.742,91
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	18.769.100,00	-1.047.307,40	17.721.792,60	15.557.900,60	2.163.892,00	14.360.340,07	1.197.560,53
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	391.300,00	0,00	391.300,00	178.168,96	213.131,04	10.987,20	167.181,76
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.781.700,00	220.470,04	2.002.170,04	1.635.638,75	366.531,29	1.633.239,07	2.399,68
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	33.000,00	13.000,00	46.000,00	0,00	46.000,00	0,00	0,00
11 - TRABALHO	12.000.000,00	0,00	12.000.000,00	10.162.819,61	1.837.180,39	9.362.819,61	800.000,00
PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	12.000.000,00	0,00	12.000.000,00	10.162.819,61	1.837.180,39	9.362.819,61	800.000,00
12 - EDUCAÇÃO	90.311.900,00	18.480.699,44	108.792.599,44	91.308.951,98	17.483.647,46	91.211.720,59	97.231,39
ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.121.100,00	737.130,96	3.858.230,96	3.401.402,70	456.828,26	3.362.837,60	38.565,10
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	3.959.000,00	642.405,44	4.601.405,44	1.432.293,32	3.169.112,12	1.432.293,32	0,00
ENSINO FUNDAMENTAL	48.656.800,00	12.899.093,36	61.555.893,36	53.231.338,41	8.324.554,95	53.225.560,91	5.777,50
ENSINO MÉDIO	1.949.000,00	-495.950,00	1.453.050,00	694.363,04	758.686,96	694.363,04	0,00
ENSINO PROFISSIONAL	551.000,00	79.040,00	630.040,00	589.777,89	40.262,11	589.777,89	0,00
ENSINO SUPERIOR	780.000,00	-411.000,00	369.000,00	60.573,14	308.426,86	60.573,14	0,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	30.119.600,00	5.051.671,81	35.171.271,81	31.123.119,79	4.048.152,02	31.071.868,50	51.251,29
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	536.000,00	73.215,13	609.215,13	510.772,30	98.442,83	510.117,30	655,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL	639.400,00	-94.907,26	544.492,74	265.311,39	279.181,35	264.328,89	982,50

OF000581

22/02/2022 13:46:53 Inst:1,2,3

Versão 13/11/2020 - 10:18

1/2



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 6º Bimestre

Período de: 01/11/2021 à 31/12/2021

RREO - Anexo 2(LRF, Art52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS / ANULAÇÕES	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE	SALDO A EMPENHAR	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE	SALDO A LIQUIDAR
13 - CULTURA	687.700,00	15.209,28	702.909,28	517.379,35	185.529,93	507.324,88	10.054,47
DIFUSÃO CULTURAL	687.700,00	15.209,28	702.909,28	517.379,35	185.529,93	507.324,88	10.054,47
15 - URBANISMO	18.798.044,00	5.360.860,04	24.158.904,04	17.787.671,20	6.371.232,84	16.237.291,41	1.550.379,79
INFRA-ESTRUTURA URBANA	12.728.744,00	4.230.408,69	16.959.152,69	11.123.625,61	5.835.527,08	9.817.763,76	1.305.861,85
SERVIÇOS URBANOS	6.069.300,00	1.130.451,35	7.199.751,35	6.664.045,59	535.705,76	6.419.527,65	244.517,94
20 - AGRICULTURA	2.129.100,00	-206.913,86	1.922.186,14	1.583.651,99	338.534,15	1.480.149,98	103.502,01
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	300,00	0,00	300,00	29,09	270,91	29,09	0,00
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	2.128.800,00	-206.913,86	1.921.886,14	1.583.622,90	338.263,24	1.480.120,89	103.502,01
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	91.700,00	131.600,00	223.300,00	80.103,44	143.196,56	80.103,44	0,00
TURISMO	91.700,00	131.600,00	223.300,00	80.103,44	143.196,56	80.103,44	0,00
27 - DESPORTO E LAZER	1.605.400,00	160.000,00	1.765.400,00	1.514.363,27	251.036,73	1.497.863,27	16.500,00
LAZER	1.605.400,00	160.000,00	1.765.400,00	1.514.363,27	251.036,73	1.497.863,27	16.500,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	24.940.856,00	-7.654.328,54	17.286.527,46	15.774.651,97	1.511.875,49	15.774.651,97	0,00
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	22.430.856,00	-7.804.328,54	14.626.527,46	13.231.496,79	1.395.030,67	13.231.496,79	0,00
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.510.000,00	150.000,00	2.660.000,00	2.543.155,18	116.844,82	2.543.155,18	0,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA.	4.400.000,00	-2.200.000,00	2.200.000,00	0,00	2.200.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA RPPS	2.200.000,00	0,00	2.200.000,00	0,00	2.200.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.200.000,00	-2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	299.500.000,00	30.078.546,31	329.578.546,31	253.616.335,41	75.962.210,90	245.749.472,46	7.866.862,95

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária Municipal de Finanças

JOSIANE GUARI DE ALMEIDA
Contabilista
CRC 1SP264271

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA

6º Bimestre

Período de: 01/01/2021 a 31/12/2021

RREO - Anexo 3 (LRF, Art53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													Total
	Janeiro 2021	Fevereiro2021	Março 2021	Abril 2021	Maio 2021	Junho 2021	Julho 2021	Agosto 2021	Setembro 2021	Outubro 2021	Novembro 2021	Dezembro 2021		
RECEITAS CORRENTES (I)	22.260.686,27	20.821.639,15	30.136.522,57	18.527.799,05	22.785.706,92	25.725.324,37	24.269.114,95	25.176.810,77	23.213.974,41	20.932.751,46	30.264.473,14	35.111.072,61	299.225.875,67	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.644.277,02	4.514.063,19	9.110.581,06	3.870.280,07	4.124.621,76	4.676.874,11	4.080.721,92	3.953.241,22	5.093.473,22	4.136.760,57	4.467.355,28	7.901.153,81	58.373.403,25	
CONTRIBUIÇÕES	617.480,01	1.235.782,42	638.362,04	633.576,70	1.760.042,22	2.387.183,16	1.231.145,93	1.234.644,61	1.253.179,53	1.257.040,41	1.291.945,83	1.879.579,08	15.419.961,94	
RECEITA PATRIMONIAL	118.914,62	41.575,68	420.994,98	1.022.242,74	865.293,55	258.071,59	258.681,24	428.878,02	917.887,81	346.789,17	2.254.364,06	1.893.635,34	8.827.328,84	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.855.983,13	14.970.734,38	19.897.384,30	13.156.531,32	15.953.385,42	18.368.907,27	18.451.450,98	19.475.220,87	15.879.218,22	15.173.278,28	22.139.897,78	23.299.716,94	215.621.708,90	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	24.031,48	59.483,47	69.200,19	45.168,17	82.363,92	34.288,25	247.114,88	84.826,05	70.215,63	18.883,03	110.910,21	136.987,48	983.472,74	
Deduções (II)	3.037.433,45	2.471.528,77	3.512.178,36	3.167.509,09	3.352.681,38	2.748.492,92	2.573.312,35	3.138.163,87	3.176.827,76	2.500.552,36	5.273.321,87	4.797.717,02	39.749.719,21	
Contribuição do Servidor a R.P.P.S.	617.480,01	636.404,26	638.360,98	633.575,65	632.031,35	629.596,39	628.291,85	630.006,56	624.438,53	616.595,87	623.573,78	1.168.258,77	8.078.613,99	
Receitas de Compensação Previdenciária	0,00	24.852,13	26.206,31	26.206,31	26.206,31	0,00	52.412,62	26.206,31	26.206,31	5.249,57	24.225,78	48.451,56	286.223,21	
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	113.512,48	38.152,92	420.439,73	1.012.367,70	851.448,62	199.858,06	197.021,44	306.900,12	303.715,74	151.446,95	2.081.207,33	1.458.654,15	7.734.726,05	
RECEITA CORRENTE LIQUIDA	2.306.440,95	1.772.119,46	2.427.171,34	1.495.359,43	1.842.995,07	1.919.037,67	1.695.586,48	2.175.050,88	1.622.467,18	1.727.269,97	2.544.314,98	2.122.352,54	23.650.155,96	
RECEITA CORRENTE LIQUIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	259.476.156,46	
(*) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art 166 da CF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00	300.000,00	250.000,00	0,00	3.100.000,00	4.350.000,00	
RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI)													255.126.156,46	
(*) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (VII) (§§ 166 e 168 da CF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII)													255.126.156,46	

OFR00580

22/02/2022 13.47.23

Inst:1.2.3

Versão 13/11/2020 - 12:00

1/2



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA

6º Bimestre

Período de: 01/01/2021 a 31/12/2021

RREO - Anexo 3 (LRF, Art53, inciso I)

Edivaldo Antônio Brisch
Prefeito Municipal

Silvana Aparecida Zanetti
Secretária de Finanças

Eliana Donizete da Silva
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

Josiane Guari de Almeida
Contador
CRC: 1SP264271



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

6º Bimestre

Período de: 01/11/2021 à 31/12/2021

LR, artigo 53, inciso II

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	Previsão Anual Inicial	Previsão Anual Atualizada	Receitas Previstas até o Bimestre	Receitas Realizadas até o Bimestre
RECEITAS CORRENTES (I)	12.950.000,00	12.950.000,00	12.950.000,00	16.122.698,56
Receitas de Contribuições	6.940.000,00	6.940.000,00	6.940.000,00	8.078.613,99
Contribuição do Servidor Ativo Civil	6.930.000,00	6.930.000,00	6.930.000,00	8.040.814,89
Contribuição do Servidor Inativo Civil	10.000,00	10.000,00	10.000,00	37.799,10
Contribuição de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	10.000,00	10.000,00	10.000,00	286.223,21
Receita Patrimonial	6.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00	7.748.116,03
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	6.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00	7.734.726,05
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	13.389,98
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	9.745,33
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III)	35.050.000,00	35.050.000,00	35.050.000,00	34.641.842,23
Contribuição Patronal do Exercício	35.050.000,00	35.050.000,00	35.050.000,00	34.641.842,23
Contribuição Patronal Ativo Civil	35.050.000,00	35.050.000,00	35.050.000,00	34.641.842,23
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Capital Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de Receita Orçamentárias IV	0,00	0,00	0,00	0,00

OFR00582

22/02/2022 13.47.52

Inst:1,2,3

Versão 13/11/2020 - 10:21

1/2



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

6º Bimestre

Período de: 01/11/2021 à 31/12/2021

LRP, artigo 53, inciso II

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	Previsão Anual Inicial	Previsão Anual Atualizada	Receitas Previstas até o Bimestre	Receitas Realizadas até o Bimestre
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS PARA COBERTURA DE DEFICIT (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS APORTES FINANCEIROS AO RPPS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIARIAS (VII) = (I+II+III+V+VI) - IV	48.000.000,00	48.000.000,00	48.000.000,00	50.764.540,79
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas até o Bimestre	Despesas Liquidadas até o Bimestre
ADMINISTRACAO (VII)	14.500.000,00	14.500.000,00	606.634,92	606.634,92
Despesas Correntes	11.700.000,00	11.700.000,00	601.295,56	601.295,56
Despesas de Capital	2.800.000,00	2.800.000,00	5.339,36	5.339,36
PREVIDENCIA SOCIAL (VIII)	31.300.000,00	31.300.000,00	12.703.937,30	12.703.937,30
Aposentadorias	21.400.000,00	21.400.000,00	9.874.880,57	9.874.880,57
Pencoes	9.800.000,00	9.800.000,00	2.739.324,03	2.739.324,03
Outros Beneficios Previdenciarios	100.000,00	100.000,00	89.732,70	89.732,70
Outras Despesas Previdenciarias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensacao Previdenciaria ao RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (SUPERAVIT PREVISTO NO ORÇAMENTO) (IX)	2.200.000,00	2.200.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIARIAS (X)=(VII+VIII+IX)	48.000.000,00	48.000.000,00	13.310.572,22	13.310.572,22
RESULTADO Previdenciário (XI) = (VI - X)	0,00	0,00	34.689.427,78	37.453.968,57

Edivaldo Antônio Brischi
Prefeito Municipal

Silvana Aparecida Zanetti
Secretária de Finanças

Eliana Donizete da Silva
Controlador Interno
CPF:284.391.568-63

Josiane Guari de Almeida
Contabilista
CRC 1SP264271

OFR00582

22/02/2022 13.47.52 Inst:1,2,3

Versão 13/11/2020 - 10:21

2/2



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453

Prefeitura Municipal de Monte Mor			
Resultado Nominal - Exceto órgão de Previdência			
(Artigo 53, Inciso III, da LC. 101/00)			
Período: Janeiro/2021 a Dezembro/2021			
SALDO			
ESPECIFICAÇÃO	Em 31 Dez 2020 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	121.980.358,43	104.028.390,54	112.439.074,51
Deduções (II)	2.999.332,43	33.700.370,36	30.572.881,61
Ativo Disponível	21.625.536,19	45.653.978,74	42.012.722,44
Haveres Financeiros	1.941.725,71	1.957.310,35	1.943.957,43
(-) Restos a Pagar Processados	20.567.929,47	13.910.918,73	13.383.798,26
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I-II)	118.981.026,00	70.328.020,18	81.866.192,90
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	3.973.704,25	3.330.969,99	3.621.668,75
Dívida Fiscal Líquida (VI) = (III + IV - V)	115.007.321,75	66.997.050,19	78.244.524,15
PERÍODO DE REFERÊNCIA			
ESPECIFICAÇÃO	No Bimestre Atual (c - b)	Janeiro a Dezembro (c - a)	
Resultado Nominal	11.247.473,96	-36.762.797,60	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			517.629,29

NOTA EXPLICATIVA:

1. Na linha DEDUÇÕES (II) se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado valor nessa linha.
2. Os valores relativos aos investimentos do RPPS serão demonstrados na linha de Haveres Financeiros.
3. O saldo da Dívida Fiscal Líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida, deduzidas as Receitas de Privatização e Passivos Reconhecidos.
4. O saldo dos Passivos Reconhecidos compreende as obrigações com fornecedor ou instituição financeira que não foram excluídas da Dívida Consolidada.
5. As dívidas contabilizadas como INTRA OFSS (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social) são excluídas nos demonstrativos consolidados.

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Layout do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

JOSIANE GUARI DE ALMEIDA
Contadora
CRC 15P264271

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453

Prefeitura Municipal de Monte Mor

Resultado Nominal - Regime Previdenciário
(Artigo 53, Inciso III, da LC. 101/00)

Período: Janeiro/2021 a Dezembro/2021

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2020 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada Previdenciária (I)	121.309.196,08	121.309.196,08	164.964.977,05
Passivo Atuarial	121.309.196,08	121.309.196,08	164.964.977,05
Deduções (II)	129.026.710,52	158.391.852,20	139.437.756,96
Ativo Disponível	46.772.382,49	62.758.221,95	64.015.765,53
Haveres Financeiros	82.254.328,03	95.633.630,25	75.421.991,43
Dívida Consolidada Líquida Previdenciária (III) = (I - II)	-7.717.514,44	-37.082.656,12	25.527.220,09
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (VI) = (III - V)	-7.717.514,44	-37.082.656,12	25.527.220,09

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre Atual (c - b)	Janeiro a Dezembro (c - a)
Resultado Nominal	62.609.876,21	33.244.734,53

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	517.629,29

NOTA EXPLICATIVA:

1. Na linha DEDUÇÕES (II) se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado valor nessa linha.
2. Os valores relativos aos investimentos do RPPS serão demonstrados na linha de Haveres Financeiros.
3. O saldo da Dívida Fiscal Líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida, deduzidas as Receitas de Privatização e Passivos Reconhecidos.
4. O saldo dos Passivos Reconhecidos compreende as obrigações com fornecedor ou instituição financeira que não foram excluídas da Dívida Consolidada.
5. As dívidas contabilizadas como INTRA OFSS (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social) são excluídas nos demonstrativos consolidados.

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Layout do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

JOSIANE GUARI DE ALMEIDA
Contadora
CRC 15P264271

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controlador Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º Bimestre

Período de: 01/11/2021 à 31/12/2021

LRF, artigo 53, inciso III

RECEITAS FISCAIS	PREVISÃO ANUAL INICIAL	PREVISÃO ANUAL ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (I)	280.578.700,00	280.578.700,00	290.448.639,49
Receita Tributária	63.137.000,00	63.137.000,00	58.373.403,25
Receita de Contribuição	13.440.000,00	13.440.000,00	15.419.961,94
Receita Previdenciária	6.940.000,00	6.940.000,00	8.078.613,99
Outras Contribuições	6.500.000,00	6.500.000,00	7.341.347,95
Receita Patrimonial Líquida	55.000,00	55.000,00	50.092,66
Receita Patrimonial	6.792.856,00	6.792.856,00	8.827.328,84
(-) Aplicações Financeiras	6.737.856,00	6.737.856,00	8.777.236,18
Transferências Correntes	203.025.700,00	203.025.700,00	215.621.708,90
Demais Receitas Correntes	921.000,00	921.000,00	983.472,74
Diversas Receitas Correntes	921.000,00	921.000,00	983.472,74
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.313.444,00	1.313.444,00	2.642.911,28
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos	1.000,00	1.000,00	0,00
Receita de Alienação de Investimentos Temporários (V)	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Investimentos Permanentes (VI)	0,00	0,00	0,00
Outras Aliações de Bens	1.000,00	1.000,00	0,00
Transferências de Capital	1.312.444,00	1.312.444,00	2.642.911,28
Convenios	1.210.044,00	1.210.044,00	1.982.496,28
Outras Transferências de Capital	102.400,00	102.400,00	660.415,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VII)	1.313.444,00	1.313.444,00	2.642.911,28
DEDUÇÕES DA RECEITA	24.180.000,00	24.180.000,00	23.650.155,96
RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS	257.712.144,00	257.712.144,00	269.441.394,81
DESPESAS FISCAIS	DOTAÇÃO ANUAL INICIAL	DOTAÇÃO ANUAL ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE
DESPESAS CORRENTES (IX)	241.333.150,00	275.283.807,42	206.052.550,49
Pessoal e Encargos Sociais	123.743.800,00	129.556.714,82	103.701.190,04
Juros e Encargos da Dívida (X)	205.000,00	205.000,00	178.440,54
Outras Despesas Correntes	117.384.350,00	145.522.092,60	102.172.919,91
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XI)	241.128.150,00	275.078.807,42	205.874.109,95
DESPESAS DE CAPITAL (XII)	30.966.950,00	31.790.215,31	20.999.069,12
Investimentos	6.231.094,00	14.708.687,85	5.402.857,69
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XIII)	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIV)	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	24.735.856,00	17.081.527,46	15.596.211,43
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XVI)	6.231.094,00	14.708.687,85	5.402.857,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	4.400.000,00	2.200.000,00	0,00
DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS (XVIII)	251.759.244,00	291.987.495,27	211.276.967,64
RESULTADO PRIMÁRIO	5.952.900,00	-34.275.351,27	58.164.427,17
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR		
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-5.967.000,00		



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º Bimestre

Período de: 01/11/2021 à 31/12/2021

LRF, artigo 53, inciso III

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária Municipal de Finanças

JOSIANE GUARI DE ALMEIDA
Contabilista
CRC 1SP264271

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF:284.391.568-63



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453

Prefeitura Municipal de Monte Mor											
Demonstrativo dos Restos a Pagar											
(Artigo 53, Inciso V, da LC. 101/00)											
Período: Janeiro/2021 a Dezembro/2021										Consolidado	
ENTIDADE	EXERCÍCIO ANTERIOR		MOVIMENTAÇÃO ATÉ O PERÍODO					INSCRIÇÕES		SALDO ATÉ O PERÍODO	
FONTE DE RECURSO	PROCESSADO	NÃO PROCESSADO	NÃO PROC. LIQUIDADO	PAGO PROCESSADO	PAGO NÃO PROCESSADO	CANCELADO PROCESSADO	CANCELADO NÃO PROCES.	PROCESSADO	NÃO PROCESSADO	PROCESSADO	NÃO PROCESSADO
PREFEITURA MUNICIPAL	20.362.004,85	1.894.587,98	1.193.387,02	7.024.984,42	987.774,52	184.245,35	181.799,58	8.287,88	7.866.862,95	13.161.062,96	8.591.876,83
RECURSOS PRÓPRIOS	18.247.793,58	1.426.911,30	864.900,54	5.246.394,73	670.365,85	184.245,35	154.313,08	2.901,88	4.484.343,99	12.820.055,38	5.086.576,36
RECURSOS ESTADUAIS	381.220,30	11.109,20	0,00	381.220,30	0,00	0,00	25,50	5.386,00	1.367.167,85	5.386,00	1.378.251,55
RECURSOS FEDERAIS	1.726.209,44	456.567,48	328.486,48	1.390.587,86	317.408,67	0,00	27.461,00	0,00	2.015.351,11	335.621,58	2.127.048,92
EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	6.781,53	0,00	0,00	6.781,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CÂMARA MUNICIPAL	0,00	9.674,00	9.674,00	0,00	9.674,00	0,00	0,00	17.122,80	0,00	17.122,80	0,00
RECURSOS PRÓPRIOS	0,00	9.674,00	9.674,00	0,00	9.674,00	0,00	0,00	17.122,80	0,00	17.122,80	0,00
TOTAL	20.362.004,85	1.904.261,98	1.203.061,02	7.024.984,42	997.448,52	184.245,35	181.799,58	25.410,68	7.866.862,95	13.178.185,76	8.591.876,83

NOTA EXPLICATIVA:

As inscrições de restos a pagar processados e não processados do exercício serão apresentados após o processamento do balancete de encerramento parcial (balancete mês 13).

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Layout do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

JOSIANE GUARI DE ALMEIDA
Contadora
CRC 1SP264271

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



Prefeitura Municipal de Monte Mor

Anexo 8 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - MUNICÍPIOS

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

Período: 12/2021

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS(b) Até o Bimestre
1- RECEITA DE IMPOSTOS	55.703.000,00	54.944.835,08
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	23.920.000,00	20.006.401,91
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	4.123.000,00	7.682.755,45
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	22.410.000,00	21.413.399,34
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	5.250.000,00	5.842.278,38
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	124.000.000,00	121.481.104,85
2.1- Cota-Parte FPM	41.600.000,00	42.365.870,17
2.1.1- Parcela referente a CF, art 159, I, alínea b	38.500.000,00	39.135.275,76
2.1.2- Parcela referente a CF, art 159, I, alíneas d e e	3.100.000,00	3.230.594,41
2.2- Cota-Parte ICMS	69.500.000,00	69.250.744,94
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	550.000,00	518.244,94
2.4- Cota-Parte ITR	350.000,00	261.717,55
2.5- Cota-Parte IPVA	11.500.000,00	9.084.527,25
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	500.000,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	179.703.000,00	176.425.939,93
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5))	24.080.000,00	23.650.102,09
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALEM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB	20.845.750,00	20.456.382,88

OFR00945

23/02/2022 09:30:54

Inst:2

Versão 23/06/2021 - 18:17

1/7



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



Prefeitura Municipal de Monte Mor

Anexo 8 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - MUNICÍPIOS

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

Período: 12/2021

FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS(b) Até o Bimestre
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	50.460.000,00	63.921.001,82
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	50.460.000,00	63.921.001,82
6.1.1- Principal	50.400.000,00	63.642.904,82
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	60.000,00	278.097,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)1	26.320.000,00	39.992.802,73
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		882.168,35
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		882.168,35
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		0,00
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)		64.803.170,17

OFR00945

23/02/2022 09:30:54

Inst:2

Versão 22/06/2021 - 18:17

2/7



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



Prefeitura Municipal de Monte Mor

Anexo 8 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - MUNICÍPIOS

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

Período: 12/2021

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA(e)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS(g)
10- PROFISSIONAIS DA EDUCACAO BASICA	42.976.571,36	49.728.450,83	49.728.450,83	49.728.450,83	0,00
10.1- Educacao Infantil	16.562.676,46	16.709.659,90	16.709.659,90	16.709.659,90	0,00
10.1.1- Creche	16.562.676,46	8.866.471,15	8.866.471,15	8.866.471,15	0,00
10.1.2- Pre-escola	0,00	7.843.188,75	7.843.188,75	7.843.188,75	0,00
10.2- Ensino Fundamental	26.413.894,90	33.018.790,93	33.018.790,93	33.018.790,93	0,00
11- OUTRAS DESPESAS	33.175.773,55	8.907.546,27	8.907.546,27	8.907.546,27	0,00
11.1- Educacao Infantil	5.382.029,52	2.830.483,92	2.830.483,92	2.830.483,92	0,00
11.1.1- Creche	5.382.029,52	1.441.575,21	1.441.575,21	1.441.575,21	0,00
11.1.2- Pre-escola	0,00	1.388.908,71	1.388.908,71	1.388.908,71	0,00
11.2- Ensino Fundamental	27.793.744,03	6.077.062,35	6.077.062,35	6.077.062,35	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (10 + 11)	76.152.344,91	58.635.997,10	58.635.997,10	58.635.997,10	0,00

INDICADORES DO FUNDEB					
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o bimestre(f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS Até o bimestre(g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)(h)
13- Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educacao Basica	49.728.450,83	49.728.450,83	49.728.450,83	0,00	0,00
14- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferencias de Impostos	58.635.997,10	58.635.997,10	58.635.997,10	0,00	0,00
15- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementacao da Uniao - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementacao da Uniao - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementacao da Uniao - VAAT Aplicadas na Educacao Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementacao da Uniao - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art 212-A, inciso XI e § 3º - Constituicao Federal	VALOR EXIGIDO(i)	VALOR APLICADO(j)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES(k)	% APLICADO(l)
19- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneracao dos Profissionais da Educacao Basica	44.744.701,27	49.728.450,83	49.728.450,83	77,80
20 - Percentual de 50% da Complementacao da Uniao ao FUNDEB (VAAT) na Educacao Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
21- Mínimo de 15% da Complementacao da Uniao ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

OFR00945

23/02/2022 09.30.54

Inst:2

Versão 22/06/2021 - 18:17

3/ 7



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



Prefeitura Municipal de Monte Mor

Anexo 8 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - MUNICÍPIOS

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

Período: 12/2021

INDICADOR - Art25, § 3º - Lei nº 14113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO(m)	VALOR NÃO APLICADO(n)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE(o)	% NÃO APLICADO(p)
22- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	6.392.100,18	5.285.004,72	5.285.004,72	8,27

INDICADOR - Art25, § 3º - Lei nº 14113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR(q)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR(r)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE(s)	VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRAR O LIMITE CONSTITUCIONAL(t)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE(u)	VALOR NÃO APLICADO(v)
23- Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	5.094.355,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.094.355,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA(c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS(g)
24- EDUCACAO INFANTIL	17.408.914,96	15.247.956,44	15.157.157,55	15.154.255,67	90.798,89
24.1- Creche	17.408.914,96	5.980.057,42	5.974.609,92	5.974.609,92	5.447,50
24.2- Pré-escola	0,00	9.267.899,02	9.182.547,63	9.179.645,75	85.351,39
25- ENSINO FUNDAMENTAL	7.909.665,75	6.659.961,73	6.653.529,23	6.653.529,23	6.432,50
26- TOTAL DAS DESPESAS COM ACOES TÍPICAS DE MDE (24 + 25)	25.318.580,71	21.907.918,17	21.810.686,78	21.807.784,90	97.231,39

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
27- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS (FUNDEB E RECEITA DE IMPOSTOS)	80.543.915,27
28 (-) RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (L7)	39.992.802,73
29 (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB IMPOSTOS	0,00
30 (+) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
31 (+) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
32- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (27 - (28 + 29 + 30 + 31))	40.551.112,54

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO(x)	VALOR APLICADO(w)	% APLICADO(y)
33- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	44.106.484,98	40.551.112,54	22,98

OFR00945

23/02/2022 09:30:54

Inst:2

Versão 22/06/2021 - 18:17

4/ 7



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



Prefeitura Municipal de Monte Mor

Anexo 8 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - MUNICÍPIOS

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

Período: 12/2021

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS E DO FUNDEB	SALDO INICIAL(a)	RP LIQUIDADOS(a)	RP PAGOS(ab)	RP CANCELADOS(ac)	SALDO FINAL(ad)
34- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	5.706.061,50	5.073.277,71	592.783,79	0,00	5.113.277,71
34.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	5.668.551,12	5.073.277,71	555.273,41	0,00	5.113.277,71
34.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	37.510,38	0,00	37.510,38	0,00	0,00
34.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS(b) Até o Bimestre
35- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	9.255.000,00	9.960.984,77
35.1- Salário-Educação	7.600.000,00	8.896.084,28
35.2- PDDE	0,00	0,00
35.3- PNAE	1.484.000,00	989.776,80
35.4 - PNATE	141.000,00	75.123,69
35.5- Outras Transferências do FNDE	30.000,00	0,00
36- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	2.400.000,00	1.426.866,08
37- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS A EDUCAÇÃO	0,00	0,00
38- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A EDUCAÇÃO	0,00	0,00
39- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00
40- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO = (35 + 36 + 37 + 38 + 39)	11.655.000,00	11.387.850,85

OFR00945

23/02/2022 09:30:54

Inst:2

Versão 23/06/2021 - 18:17

5/7



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



Prefeitura Municipal de Monte Mor

Anexo 8 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - MUNICÍPIOS

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

Período: 12/2021

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA(e)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS(g)
41- EDUCACAO INFANTIL	4.821.780,01	1.434.026,94	1.434.026,94	1.434.026,94	0,00
4.1.1- Creche	4.821.780,01	1.434.026,94	1.434.026,94	1.434.026,94	0,00
4.1.2- Pre-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- ENSINO FUNDAMENTAL	47.803,81	7.986.295,70	7.986.295,70	7.986.295,70	0,00
43- ENSINO MEDIO	1.453.050,00	694.363,04	694.363,04	694.363,04	0,00
44- ENSINO SUPERIOR	369.000,00	60.573,14	60.573,14	60.573,14	0,00
45- ENSINO PROFISSIONAL NAO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	630.040,00	589.777,89	589.777,89	589.777,89	0,00
46- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (41 + 42 + 43 + 44 + 45)	7.321.673,82	10.765.036,71	10.765.036,71	10.765.036,71	0,00

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCACAO	DOTAÇÃO ATUALIZADA(c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS(g)
47- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCACAO (12 + 26 + 46)	108.792.599,44	91.308.951,98	91.211.720,59	91.208.818,71	97.231,39
47.1- Despesas Correntes	106.100.019,31	90.241.917,99	90.144.686,60	90.141.784,72	97.231,39
47.1.1- Pessoal Ativo	64.286.171,58	62.629.157,25	62.629.157,25	62.626.255,37	0,00
47.1.2- Pessoal Inativo	250.178,36	0,00	0,00	0,00	0,00
47.1.3-Transferencias as instituicoes comunitarias, confessionais ou filantropicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47.1.4- Outras Despesas Correntes	41.563.669,35	27.612.760,74	27.515.529,35	27.515.529,35	97.231,39
47.2- Despesas de Capital	2.692.580,13	1.067.033,99	1.067.033,99	1.067.033,99	0,00
47.2.1- Transferencias as instituicoes comunitarias, confessionais ou filantropicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47.2.2- Outras Despesas de Capital	2.692.580,13	1.067.033,99	1.067.033,99	1.067.033,99	0,00

OFR00945

23/02/2022 09.30.54

Inst:2

Versão 23/06/2021 - 18:17

6/7



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



Prefeitura Municipal de Monte Mor

Anexo 8 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - MUNICÍPIOS

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

Período: 12/2021

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB(=)	SALÁRIO EDUCAÇÃO(=)
48- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR	882.168,35	0,00
49- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	63.921.001,82	8.896.084,28
50- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	58.673.507,48	7.162.149,74
51- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	6.129.662,69	1.733.934,54
52- (+) AJUSTES POSITIVOS	0,00	0,00
53- (-) AJUSTES NEGATIVOS	-6.129.662,69	-1.733.934,54
54- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	5.453.038,50	0,00

OFR00945

23/02/2022 09:30:54

Inst:2

Versão 23/06/2021 - 18:17

7/7



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



Prefeitura Municipal de Monte Mor

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Anexo 12 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Período: 12/2021

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre(b)	% (c) = (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	55.703.000,00	55.703.000,00	54.944.835,08	98,64
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	23.920.000,00	23.920.000,00	20.006.401,91	83,64
IPTU	18.600.000,00	18.600.000,00	14.490.515,33	77,91
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	5.320.000,00	5.320.000,00	5.515.886,58	103,68
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	4.123.000,00	4.123.000,00	7.682.755,45	186,34
ITBI	4.100.000,00	4.100.000,00	7.666.780,54	186,99
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	23.000,00	23.000,00	15.974,91	69,46
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	22.410.000,00	22.410.000,00	21.413.399,34	95,55
ISS	22.000.000,00	22.000.000,00	21.019.460,31	95,54
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	410.000,00	410.000,00	393.939,03	96,08
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	5.250.000,00	5.250.000,00	5.842.278,38	111,28
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	120.900.000,00	120.900.000,00	118.250.510,44	97,81
Cota-Parte FPM	38.500.000,00	38.500.000,00	39.135.275,76	101,65
Cota-Parte ITR	350.000,00	350.000,00	261.717,55	74,78
Cota-Parte IPVA	11.500.000,00	11.500.000,00	9.084.527,25	79,00
Cota-Parte ICMS	69.500.000,00	69.500.000,00	69.250.744,94	99,64
Cota-Parte IPI-Exportação	550.000,00	550.000,00	518.244,94	94,23
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	176.603.000,00	176.603.000,00	173.195.345,52	98,07

OFR000899

23/02/2022 09:32:36

Inst:2

Versão 05/05/2021 - 10:52

1/6



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



Prefeitura Municipal de Monte Mor

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Anexo 12 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Período: 12/2021

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada(c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% = (e/c) x	Até o Bimestre (f)	% = (f/c) x	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	22.445.700,00	25.531.005,98	25.050.279,64	98,12	25.047.043,64	98,10	25.047.043,64	98,10	480.726,34
Despesas Correntes	22.445.700,00	25.531.005,98	25.050.279,64	98,12	25.047.043,64	98,10	25.047.043,64	98,10	480.726,34
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	15.738.500,00	8.780.604,70	7.712.080,25	87,83	7.153.313,40	81,47	7.153.313,40	81,47	1.068.524,45
Despesas Correntes	15.737.900,00	7.848.004,70	7.028.398,82	89,56	6.519.986,29	83,08	6.519.986,29	83,08	819.605,88
Despesas de Capital	600,00	932.600,00	683.681,43	73,31	633.327,11	67,91	633.327,11	67,91	248.918,57
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
Despesas Correntes	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	1.564.600,00	1.740.617,64	1.311.158,21	75,33	1.311.158,21	75,33	1.311.158,21	75,33	429.459,43
Despesas Correntes	1.564.600,00	1.740.617,64	1.311.158,21	75,33	1.311.158,21	75,33	1.311.158,21	75,33	429.459,43
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	5.772.800,00	9.837.859,55	8.593.532,63	87,35	7.854.219,25	79,84	7.854.219,25	79,84	1.244.326,92
Despesas Correntes	5.715.100,00	9.280.661,55	8.098.523,63	87,26	7.359.210,25	79,30	7.359.210,25	79,30	1.182.137,92
Despesas de Capital	57.700,00	557.198,00	495.009,00	88,84	495.009,00	88,84	495.009,00	88,84	62.189,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	45.521.900,00	45.890.387,87	42.667.050,73	92,98	41.365.734,50	90,14	41.365.734,50	90,14	3.223.337,14

OFR00899

23/02/2022 09:32:36

Inst:2

Versão 05/05/2021 - 10:52

2/ 6



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



Prefeitura Municipal de Monte Mor

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Anexo 12 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Período: 12/2021

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS		DESPESAS EMPENHADAS(h)	DESPESAS LIQUIDADAS(i)	DESPESAS PAGAS(j)	
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)		42.667.050,73	41.365.734,50	41.365.734,50	
-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)		0,00	0,00	0,00	
-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)		0,00	0,00	0,00	
-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)		0,00	0,00	0,00	
=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)		42.667.050,73	41.365.734,50	41.365.734,50	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)		25.979.301,83	25.979.301,83	25.979.301,83	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)		25.979.301,83	25.979.301,83	25.979.301,83	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (h ou i) - XVII)		16.687.748,90	15.386.432,67	15.386.432,67	
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)		0,00	0,00	0,00	
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III) * 100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)		24,64	23,88	23,88	
LIMITE NÃO CUMPRIDO					
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercício atual) (g)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			SALDO FINAL (NÃO APLICADO) (k)
		Empenhadas (h)	Liquidadas (i)	Pagas(j)	
Diferença de limite não cumprido em 2018 (saldo inicial = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2017 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OFR00899

23/02/2022 09:32:36

Inst:2

Versão 05/05/2021 - 10:52

3/6



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



Prefeitura Municipal de Monte Mor

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Anexo 12 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Período: 12/2021

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (f)	Valor aplicado em ASPS no exercício (m)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (m - n)	Total inscrito em RP no exercício	Total de RP pagos	Total de RP a pagar	Total de RP cancelados (p)	Total da compensação de RP cancelados (q)	Saldo do valor aplicado além do limite mínimo após
Empenhos de 2019	0,00	31.968.500,40	1.871.285,49	31.968.500,40	1.871.285,49	1.645.441,06	222.201,06	3.643,37	3.223.337,14	35.188.194,17
Empenhos de 2018	20.368.313,31	31.968.500,40	55.298,64	11.600.187,09	55.298,64	475,42	54.669,22	154,00	3.223.337,14	14.823.370,23
Empenhos de 2017	19.146.067,92	32.942.648,53	1.555,81	13.796.580,61	1.555,81	655,00	900,81	0,00	3.223.337,14	17.019.917,75
Empenhos de 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.223.337,14	3.223.337,14
Empenhos de 2015 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.223.337,14	3.223.337,14
TOTAL DOS VALORES A COMPENSAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO SEGUINTE (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.223.337,14	3.223.337,14

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo Final (não aplicado) (s-t) (x) =
		Empenhadas (t)	Liquidadas (u)	Pagas (v)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2018 a compensar (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2017 a compensar (XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a compensar (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o bimestre(b)	% (c) = (b/a)x100	
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVI)	10.914.400,00	10.914.400,00	13.060.287,78		119,66
Proveniente da União - Fundo a Fundo	10.458.400,00	10.458.400,00	9.537.461,13		91,19
Proveniente dos Estados	456.000,00	456.000,00	3.522.826,65		772,55
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00		0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXVII)	0,00	0,00	0,00		0,00
OUTRAS RECEITAS (XXVIII)	60.000,00	60.000,00	25.341,77		42,24
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXIX) = (XXVI + XXVII + XXVIII)	10.974.400,00	10.974.400,00	13.085.629,55		119,24

OFR00899

23/02/2022 09:32:36

Inst:2

Versão 05/05/2021 - 10:52

4/6



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



Prefeitura Municipal de Monte Mor

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Anexo 12 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Período: 12/2021

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada(c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% = (e/c) x	Até o Bimestre (f)	% = (f/c) x	
ATENÇÃO BÁSICA (XXX)	7.211.900,00	11.175.140,89	8.811.881,67	78,85	7.162.641,98	64,09	7.162.641,98	64,09	0,00
Despesas Correntes	7.186.800,00	11.150.040,89	8.803.511,67	78,95	7.154.271,98	64,16	7.154.271,98	64,16	0,00
Despesas de Capital	25.100,00	25.100,00	8.370,00	33,35	8.370,00	33,35	8.370,00	33,35	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXI)	3.024.300,00	7.050.127,77	7.845.820,35	111,29	7.207.026,67	102,23	7.207.026,67	102,23	0,00
Despesas Correntes	2.980.000,00	6.753.032,62	7.810.473,87	115,66	7.175.497,68	106,26	7.175.497,68	106,26	0,00
Despesas de Capital	44.300,00	297.095,15	35.346,48	11,90	31.528,98	10,61	31.528,98	10,61	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXII)	391.000,00	391.000,00	178.168,96	45,57	10.987,20	2,81	10.987,20	2,81	0,00
Despesas Correntes	391.000,00	391.000,00	178.168,96	45,57	10.987,20	2,81	10.987,20	2,81	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXIII)	217.000,00	260.952,40	109.577,83	41,99	108.177,38	41,45	108.177,38	41,45	0,00
Despesas Correntes	217.000,00	260.952,40	109.577,83	41,99	108.177,38	41,45	108.177,38	41,45	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXV)	33.000,00	46.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	33.000,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.370,00	25,36	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVI)	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXVII) = (XXX + XXXI + XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI)	10.898.200,00	18.944.221,06	16.945.448,81	89,45	14.488.833,23	76,45	14.488.833,23	76,45	0,00

OF000899

23/02/2022 09:32:36

Inst:2

Versão 05/05/2021 - 10:52

5/ 6



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



Prefeitura Municipal de Monte Mor

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Anexo 12 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Período: 12/2021

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre(d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre(e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre(f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXVIII) = (IV + XXX)	29.657.600,00	36.706.146,87	33.862.161,31	92,25	32.209.685,62	87,75	32.209.685,62	87,75	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIX) = (V + XXXI)	18.762.800,00	15.830.732,47	15.557.900,60	98,28	14.360.340,07	90,71	14.360.340,07	90,71	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XL) = (VI + XXXII)	391.300,00	391.300,00	178.168,96	45,53	10.987,20	2,81	10.987,20	2,81	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLI) = (VII + XXXIII)	1.781.600,00	2.001.570,04	1.420.736,04	70,98	1.419.335,59	70,91	1.419.335,59	70,91	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLII) = (VIII + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLIII) = (XIX + XXXV)	33.000,00	46.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLIV) = (X + XXXVI)	5.793.800,00	9.858.859,55	8.593.532,63	87,17	7.854.219,25	79,67	7.854.219,25	79,67	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLV) = (XI + XXXVII)	56.420.100,00	64.834.608,93	59.612.499,54	91,98	55.854.567,73	86,15	55.854.567,73	86,15	40.555.821,18
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes(3)	10.903.400,00	18.949.780,17	15.243.690,25	80,44	12.608.807,45	66,54	12.608.807,45	66,54	0,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVI)	45.516.700,00	45.884.828,76	44.368.809,29	96,70	43.245.760,28	94,25	43.245.760,28	94,25	2.634.882,80

Edivaldo Antônio Brischi
Prefeito Municipal

Silvana Aparecida Zanetti
Secretária de Finanças

Eliana Donizete da Silva
Controlador Interno
CPF:284.391.568-63

Josiane Guari de Almeida
Contabilista
CRC 1SP264271



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



Prefeitura Municipal de Monte Mor

QUADRO 6 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS PRÓPRIOS EM ENSINO

Período de : 01/01/2021 até 31/12/2021

RECEITAS DE IMPOSTOS			APLICAÇÕES MÍNIMAS CONSTITUCIONAIS				
	Previsão Atualizada	Arrecadado até o período	Previsão Atualizada para o Exercício			Retido até o Período	
PROPRIOS	55.703.000,00	54.944.835,08					
TRANSFERENCIAS DA UNIAO	42.450.000,00	42.627.587,72	TOTAL(25%)			44.106.484,98	
TRANSFERENCIAS DO ESTADO	81.550.000,00	78.853.517,13					
TOTAL	179.703.000,00	176.425.939,93					
RETENÇÕES AO FUNDEB	24.180.000,00	23.650.155,96					
RECEITAS LIQUIDAS	155.523.000,00	152.775.783,97					
DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO							
	Dotação Atualizada (para o exercício)	%	Despesa Empenhada (até o período)	%	Despesa Liquidada (até o período)	%	
DESPESAS TOTAIS							
TOTAL	49.665.800,71	27,64	45.558.074,13	25,82	45.460.842,74	25,77	
ENSINO FUNDAMENTAL	7.923.265,75	4,41	6.659.961,73	3,77	6.653.529,23	3,77	
EDUCAÇÃO INFANTIL	17.562.534,96	9,77	15.247.956,44	8,64	15.157.157,55	8,59	
RETENÇÕES AO FUNDEB	24.180.000,00	13,46	23.650.155,96	13,41	23.650.155,96	13,41	
DEDUÇÕES							
ENSINO FUNDAMENTAL			28.221,41	0,02	28.221,41	0,02	
(-) Ganhos de Aplicacoes Financeiras			28.221,41	0,02	28.221,41	0,02	
DESPESAS LIQUIDAS							
ENSINO FUNDAMENTAL			6.631.740,32	3,76	6.625.307,82	3,76	
EDUCAÇÃO INFANTIL			15.247.956,44	8,64	15.157.157,55	8,59	
RETENÇÕES AO FUNDEB			23.650.155,96	13,41	23.650.155,96	13,41	
TOTAL			45.529.852,72	25,81	45.432.621,33	25,75	

Edivaldo Antônio Brischli
Prefeito Municipal

Silvana Aparecida Zanetti
Secretária de Finanças

Sandra Regina Cruz Fernandes Bruzon
Secre. Mun. de Educação, Cultura e Turismo

Eliana Donizete da Silva
Controlador Interno
CPF:284.391.568-63

Josiane Guari de Almeida
Contabilista
CRC 1SP264271

OFR00181

22/02/2022 14:06:39 Inst:2

Versão 13/11/2020 - 14:35

1/2



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | **Ano III** | Edição **453**



Prefeitura Municipal de Monte Mor



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



Prefeitura Municipal de Monte Mor

QUADRO 5 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS - FUNDEB									
Período de :01/01/2021 até 31/12/2021									
RECEITAS DO FUNDEB					RETENÇÕES AO FUNDEB				
	Previsão Atualizada	Arrecadado até o período			Previsão Atualizada para o Exercício			Retido até o Período	
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	50.400.000,00	63.642.904,82			24.180.000,00			23.650.155,96	
RECEITAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	60.000,00	278.097,00							
TOTAL DA RECEITA	50.460.000,00	63.921.001,82							
APLICAÇÕES MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS					APURAÇÃO DO RESULTADO DO FUNDEB ATÉ O PERÍODO				
	Previsão Atualizada	Arrecadado até o período			Transferências Recebidas			Retenções	
TOTAL	50.460.000,00	63.921.001,82			63.642.904,82			23.650.155,96	
MAGISTERIO (70%)	35.322.000,00	44.744.701,27			GANHO: 39.992.748,86			PERDA: 0,00	
DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB									
	Dotação Atualizada (para o exercício)	%	Despesa Empenhada (até o período)	%	Despesa Liquidada (até o período)	%	Despesa Paga (até o período)	%	
DESPESAS TOTAIS									
TOTAL	85.516.909,06	169,47	58.635.997,10	91,73	58.635.997,10	91,73	58.635.997,10	91,73	
MAGISTERIO	50.496.701,58	100,07	49.728.450,83	77,8	49.728.450,83	77,8	49.728.450,83	77,8	
OUTRAS	35.020.207,48	69,4	8.907.546,27	13,94	8.907.546,27	13,94	8.907.546,27	13,94	
Recursos recebidos a título de Complementação da União VAAT - Aplicação em Despesas de Capital - art. 27 Lei 14.113/2020									
Total da Complementação da União VAAT arrecadado	0,00								
Percentual mínimo de aplicação - Despesa de Capital	15%								
			Despesa Empenhada	%	Despesa Liquidada	%	Despesa Paga	%	
Complementação da União VAAT - Despesas de Capital			0,00	0	0,00	0	0,00	0	
Recursos recebidos a título de Complementação da União VAAT - Aplicação em Educação Infantil - art. 28 Lei 14.113/2020									
Percentual mínimo de aplicação - Educação Infantil	50%								
			Despesa Empenhada	%	Despesa Liquidada	%	Despesa Paga	%	
Complementação da União VAAT			0,00	0	0,00	0	0,00	0	

OFR00183

22/02/2022 14:06:01 Inst:2

Versão 28/07/2021 - 15:32

1/2



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



Prefeitura Municipal de Monte Mor

QUADRO 5 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS - FUNDEB

Período de :01/01/2021 até 31/12/2021

Edivaldo Antônio Brischi
Prefeito Municipal

Silvana Aparecida Zanetti
Secretária de Finanças

Sandra Regina Cruz Fernandes Bruzon
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo

Eliana Donizete da Silva
Controlador Interno
CPF:284.391.568-63

Josiane Guari de Almeida
Contabilista
CRC 1SP264271



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



Prefeitura Municipal de Monte Mor

QUADRO 5 - RESUMO DA APLICAÇÃO EM SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS

Período: 12/2021

RECEITAS		PREVISÃO NO EXERCÍCIO		ARRECAÇÃO ATÉ O PERÍODO	
RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERENCIAS DE IMPOSTOS		176.603.000,00		173.195.345,52	
VALOR MINIMO A APLICAR (15%)		26.490.450,00		25.979.301,83	
APURAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NA SAÚDE	DOTAÇÃO ATUALIZADA PARA O EXERCÍCIO	ATÉ O PERÍODO			
		EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	
TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS	45.936.087,87	42.667.050,73	41.365.734,50	41.365.734,50	
(-) Despesas com Aposentadorias - (3190.01.00)	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Despesas com Pensões - (3190.03.00)	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DEDUÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS LIQUIDAS DA SAUDE	45.936.087,87	42.667.050,73	41.365.734,50	41.365.734,50	
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO	26,01	24,64	23,88	23,88	

Edivaldo Antônio Brischi
Prefeito Municipal

Silvana Aparecida Zanetti
Secretária de Finanças

José Gonçalves de Camargo
Secretário Municipal de Saúde

Elana Donizete da Silva
Controlador Interno
CPF:284.391.568-63

Josiane Guari de Almeida
Contabilista
CRC 1SP264271



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

LRF, Art. 53, § 1º, inciso III

Anexo 11 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
Período: 12/2021

Fonte Recurso	Código Aplicação	Saldo do Exercício Anterior (I)	Receita		Aplicação dos Recursos				Saldo a Aplicar
			Prevista	Realizada (II)	Dotação	Despesa	Despesa Liquidada	Despesa Paga	
1 - TESOURO		324.293,02	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	324.293,02
	120.0000 - ALIENACAO DE BENS	320.899,62	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	320.899,62
	121.0000 - REMUNERACAO DE APLICACOES FINANCEIRAS	3.393,40	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.393,40
TOTAL		324.293,02	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	324.293,02

Edivaldo Antônio Brischi
Prefeito Municipal

Silvana Aparecida Zanetti
Secretária de Finanças

Eliana Donizete da Silva
Controlador Interno
CPF:284.391.568-63

Josiane Guari de Almeida
Contabilista
CRC 1SP264271

OFR00649

22/02/2022 14:11:36 Inst:1,2,3

Versão 14/01/2021 - 14:50

1/1



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453

Prefeitura Municipal de Monte Mor													
Demonstrativo de apuração das Despesas com Pessoal - Poder Executivo													
(Artigo 22, Artigo 59, § 1º, incisos II e IV e § 2º da LC. 101/00; §§ 1º e 2º do Artigo 2º da Lei Federal nº 9717/98)													
Período: Janeiro/2021 a Dezembro/2021												Órgão: Poder Executivo	
DESPESAS COM PESSOAL													
ESPECIFICAÇÃO	01/2021	02/2021	03/2021	04/2021	05/2021	06/2021	07/2021	08/2021	09/2021	10/2021	11/2021	12/2021	TOTAL
VENC.TOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOA ATIVO	5.004.942,80	5.450.304,08	5.233.821,30	5.198.013,57	5.169.583,39	5.622.953,14	7.706.494,28	5.129.939,54	5.089.200,21	5.145.658,55	5.029.356,28	12.590.365,29	72.370.632,43
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA	6.837,11	363.839,59	403.785,55	443.069,63	505.696,34	522.950,39	723.143,67	550.685,71	675.647,73	732.763,87	708.818,61	1.886.480,52	7.523.697,72
REMUNERAÇÃO DE AGENTES POLÍTICOS	120.450,94	130.244,64	130.244,64	130.244,64	143.574,98	130.244,64	188.837,81	130.244,64	132.590,67	167.194,08	118.077,20	158.177,04	1.680.125,92
ENCARGOS SOCIAIS	1.586.622,21	1.601.317,60	1.576.398,39	1.583.603,69	1.615.701,30	1.610.332,55	1.484.047,89	1.475.855,96	1.469.827,20	1.463.048,58	1.446.876,62	2.876.625,69	19.790.257,68
INATIVOS, PENSIONISTAS E OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	986.183,99	945.025,55	957.990,06	958.607,50	972.227,43	1.006.868,64	1.023.371,07	1.036.000,09	1.053.279,61	1.046.448,21	1.948.100,56	1.030.154,66	12.964.257,68
OUTRAS DESPESAS E OBRIGAÇÕES (VARIÁVEIS)	76.282,65	111.646,82	134.616,00	261.523,30	169.855,97	274.434,66	219.249,78	241.783,82	254.681,47	250.721,28	260.001,24	244.274,12	2.499.071,11
DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	46,01	0,00	0,00	38.820,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.866,59
SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	1.159,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.159,45
SUBTOTAL (I)	7.781.365,71	8.602.378,28	8.436.855,94	8.615.042,36	8.576.638,41	9.167.784,02	11.345.144,50	8.564.489,76	8.675.226,89	8.805.834,57	9.511.230,51	18.796.077,32	116.868.068,27
DEDUÇÕES (§ 1º do Artigo 19º da LC 101/00)													
ESPECIFICAÇÃO	01/2021	02/2021	03/2021	04/2021	05/2021	06/2021	07/2021	08/2021	09/2021	10/2021	11/2021	12/2021	TOTAL
DECORRENTES DECISÃO JUDICIAL E EXERCÍCIO ANTERIORES	46,01	0,00	0,00	39.980,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.026,04
DESPESA COM INATIVOS E PENSIONISTAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCLADOS	979.080,89	938.332,61	951.297,12	954.015,35	953.380,03	987.446,84	996.815,45	1.002.935,89	1.013.104,90	1.012.942,31	1.914.747,11	999.638,80	12.703.937,30
SUBTOTAL (II)	979.126,90	938.332,61	951.297,12	993.995,38	953.380,03	987.446,84	996.815,45	1.002.935,89	1.013.104,90	1.012.942,31	1.914.747,11	999.638,80	12.743.963,34
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL													
TOTAL LÍQUIDO (I - II)	6.802.238,81	7.664.045,67	7.485.558,82	7.621.046,98	7.623.258,38	8.180.337,18	10.348.329,05	7.561.553,87	7.662.121,99	7.792.892,26	7.596.483,40	17.796.238,52	104.124.104,93

Nota Explicativa:

1. A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do Ente com ativos, inativos e pensionistas;
2. Para a apuração da dedução do Regime Próprio de Previdência é considerado mensalmente a despesa de inativos e pensionistas até o limite da receita arrecadada, conforme demonstrativo disponibilizado no site do Tribunal de Contas.

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

JOSIANE GUARI DE ALMEIDA
Contadora
CRC 15P264271

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controlador Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453

Prefeitura Municipal de Monte Mor

Relatório de Gestão Fiscal - Poder Executivo

(Artigo 54 e 55, da LC. 101/00)

Período: Janeiro/2021 a Dezembro/2021

Poder Executivo

QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF		Valores em R\$	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		255.126.156,46	100,00
DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL			
MONTANTE	104.124.104,93	40,81	
LIMITE MÁXIMO (ART. 20 LRF)	137.768.124,49	54,00	
LIMITE PRUDENCIAL 95% (PAR. ÚNICO ART. 22 LRF)	130.879.718,26	51,30	
EXCESSO A REGULARIZAR	0,00	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DE ENDIVIDAMENTO		255.126.156,46	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
SALDO DEVEDOR	81.866.192,90	32,09	
LIMITE LEGAL (ART. S 3º E 4º RES. 40 SENADO)	306.151.387,75	120,00	
EXCESSO A REGULARIZAR	0,00	0,00	
CONCESSÕES DE GARANTIA			
MONTANTE	0,00	0,00	
LIMITE LEGAL (ART. 9º RES. 43 SENADO)	56.127.754,42	22,00	
EXCESSO A REGULARIZAR	0,00	0,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (EXCETO ARO)			
REALIZADAS NO PERÍODO	0,00	0,00	
LIMITE LEGAL (INC. I DO ART. 7º RES. 43 SENADO)	40.820.185,03	16,00	
EXCESSO A REGULARIZAR	0,00	0,00	
ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
SALDO DEVEDOR	0,00	0,00	
LIMITE LEGAL (ART. 10º RES. 43 SENADO)	17.858.830,95	7,00	
EXCESSO A REGULARIZAR	0,00	0,00	

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

JOSIANE GUARI DE ALMEIDA
Contadora
CRC 1SP264271

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453

Prefeitura Municipal de Monte Mor

Demonstrativo de Apuração da D.C.L. (Exceto Previdência)

Período: Janeiro/2021 a Dezembro/2021

Especificação	Saldo Exercício Anterior	Saldo do Exercício Atual		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC				
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL	114.465.988,65	107.569.544,85	88.067.745,94	83.515.198,82
PARCELAMENTOS DE DÍVIDAS	3.973.704,25	3.530.969,99	3.480.969,99	3.621.668,75
DE TRIBUTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.973.704,25	3.530.969,99	3.480.969,99	3.621.668,75
PREVIDENCIÁRIAS	3.973.704,25	3.530.969,99	3.480.969,99	3.621.668,75
DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
DO FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	110.492.284,40	104.038.574,86	84.586.775,95	79.893.530,07
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 5.5.2000 (INCLUSIVE) -	7.514.369,78	7.772.992,54	7.131.999,08	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	11.459.641,17	28.923.875,69
TOTAL DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	121.980.358,43	115.342.537,39	106.659.386,19	112.439.074,51
DEDUÇÕES				
ATIVO DISPONÍVEL	21.625.536,19	37.330.096,53	46.665.592,22	42.012.722,44
HAVERES FINANCEIROS	1.941.725,71	1.956.079,49	1.950.688,91	1.943.957,43
(-) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	20.567.929,47	15.604.340,71	14.176.409,62	13.383.798,26
TOTAL DEDUÇÕES (II)	2.999.332,43	23.681.835,31	34.439.871,51	30.572.881,61
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES/POSTERIORES A 5.5.2000	1.123.183,93	1.164.235,09	1.201.789,29	8.448.641,33
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	335.201,66	382.245,55	366.623,37	139.849,92
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS	333.270,58	333.270,58	333.270,58	1.904.261,98
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	1.791.656,17	1.879.751,22	1.901.683,24	10.492.753,23
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	118.981.026,00	91.660.702,08	72.219.514,68	81.866.192,90
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	223.262.822,70	227.675.442,00	242.724.816,53	255.126.156,46
PERCENTUAL DA DC SOBRE A RCL (I / IV)	54,64	50,66	43,94	44,07
PERCENTUAL DA DCL SOBRE A RCL (III / IV)	53,29	40,26	29,75	32,09
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO	120,00	120,00	120,00	120,00

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leitura do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

JOSIANE GUARI DE ALMEIDA
Contadora
CRC 1SP264271

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453

Prefeitura Municipal de Monte Mor

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (Regime de Previdência)

Período: Janeiro/2021 a Dezembro/2021

Especificação	Saldo Exercício Anterior	Saldo do Exercício Atual		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA - DC (I)				
PASSIVO ATUARIAL	121.309.196,08	121.309.196,08	121.309.196,08	164.964.977,05
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA - DC (I)	121.309.196,08	121.309.196,08	121.309.196,08	164.964.977,05
DEDUÇÕES (II)				
ATIVO DISPONÍVEL	46.772.382,49	44.962.766,79	62.805.732,04	64.015.765,53
HAVERES FINANCEIROS	82.254.328,03	100.021.955,91	91.845.405,63	102.393.219,41
(-) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DEDUÇÕES (II)	129.026.710,52	144.984.722,70	154.651.137,67	166.408.984,94
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATORIOS ANTERIORES/POSTERIORES A 5.5.2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	120.604,02	120.604,02	120.604,02	120.604,02
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	120.604,02	120.604,02	120.604,02	120.604,02
DIV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) = (I - II)	-7.717.514,44	-23.675.526,62	-33.341.941,59	-1.444.007,89

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

JOSIANE GUARI DE ALMEIDA
Contadora
CRC 1SP264271

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
3º Quadrimestre

LRF, art.53, inciso do §1º

Período de: 01/09/2021 à 31/12/2021

ORGÃO / FONTE RECURSO	PREVISÃO ATUALIZADA	OPERAÇÕES DE CRÉDITO					DESPESAS DE CAPITAL			
		Realizadas				TOTAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Realizadas		
		Internas	Externas	A.R.O				Empenhadas	Liquidadas	Pagas
Prefeitura Municipal de Monte Mor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.804.950,00	21.526.375,59	20.680.359,91	20.014.973,87
1 - TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.970.456,00	17.716.036,14	17.613.013,11	17.613.013,11
2 - TRANSFERÊNCIAS E CONVENIOS ESTADUAIS - VINCULADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.800,00	324.980,00	324.980,00	319.594,00
5 - TRANSFERÊNCIAS E CONVENIOS FEDERAIS - VINCULADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.725.694,00	3.486.958,77	2.842.366,02	2.842.366,02
Instituto de Previdência de Monte Mor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.800.000,00	5.339,36	5.339,36	5.339,36
4 - RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.800.000,00	5.339,36	5.339,36	5.339,36
Câmara Municipal de Monte Mor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	360.000,00	313.369,95	313.369,95	313.369,95
1 - TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	360.000,00	313.369,95	313.369,95	313.369,95
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.966.950,00	21.846.684,90	20.999.069,12	20.993.683,12

Edivaldo Antônio Brischi
Prefeito Municipal

Silvana Aparecida Zanetti
Secretária de Finanças

Eliana Donizete da Silva
Controlador Interno
CPF:284.391.568-63

Josiane Guari de Almeida
Contabilista
CRC 1SP264271

OFR00692

22/02/2022 14:05:26 Inst:1,2,3

Versão 13/11/2020 - 13:58

1/1



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453

STN



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

BALANÇO ORÇAMENTARIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º Bimestre

Período de: 01/11/2021 à 31/12/2021

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	%(b/a)	Até o Bimestre (c)	%(c/a)	
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIA)(II)	264.450.000,00	264.450.000,00	58.656.814,02	22,18	275.537.302,78	104,19	-11.087.302,78
RECEITAS CORRENTES	263.136.556,00	263.136.556,00	58.027.550,02	22,05	272.894.391,50	103,71	-9.757.835,50
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	63.137.000,00	63.137.000,00	12.368.509,09	19,58	58.373.403,25	92,46	4.763.596,75
IMPOSTOS	58.803.000,00	58.803.000,00	11.969.669,43	20,33	55.971.518,94	95,18	2.831.481,05
TAXAS	4.334.000,00	4.334.000,00	378.839,67	8,74	2.401.884,30	55,42	1.932.115,70
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	13.440.000,00	13.440.000,00	2.003.266,12	14,91	14.251.703,17	106,04	-811.703,17
CONTRIBUICOES SOCIAIS	6.940.000,00	6.940.000,00	623.573,78	8,99	6.910.355,22	99,57	29.644,78
CONTRIBUICOES ECONOMICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUICOES PARA ENTIDADES PRIVADAS DE SERVICO SOCIAL E DE FORMACAO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO DO SERVICO DE ILUMINACAO PUBLICA	6.500.000,00	6.500.000,00	1.379.692,34	21,23	7.341.347,95	112,94	-841.347,95
RECEITA PATRIMONIAL	6.792.856,00	6.792.856,00	2.687.175,65	39,56	7.366.505,09	108,44	-573.649,09
EXPLORACAO DO PATRIMONIO IMOBILIARIO DO ESTADO	55.000,00	55.000,00	4.606,58	8,38	36.702,68	66,73	18.297,32
VALORES MOBILIARIOS	6.737.856,00	6.737.856,00	2.680.388,98	39,78	7.318.582,03	108,62	-580.726,03
DELEGACAO DE SERVICOS PUBLICOS MEDIANTE CONCESSAO, PERMISSAO, AUTORIZACAO OU LICENCA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORACAO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORACAO DO PATRIMONIO INTANGIVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSAO DE DIREITOS	0,00	0,00	2.180,09	0,00	11.220,38	0,00	-11.220,38
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DERIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVICOS E ATIVIDADES REFERENTES A NAVEGACAO E AO TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVICOS E ATIVIDADES REFERENTES A SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVICOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	178.845.700,00	178.845.700,00	40.772.947,18	22,80	191.971.552,94	107,34	-13.125.852,94
TRANSFERENCIAS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	56.263.700,00	56.263.700,00	16.137.787,05	28,68	59.975.252,64	106,60	-3.711.552,64
TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	71.777.000,00	71.777.000,00	12.693.564,45	17,68	68.308.765,48	95,17	3.468.234,52
TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	43.830,00	2.191,50	-41.830,00
TRANSFERENCIAS DE OUTRAS INSTITUICOES PUBLICAS	50.400.000,00	50.400.000,00	11.941.595,68	23,69	63.642.904,82	126,28	-13.242.904,82
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	800,00	80,00	200,00
TRANSFERENCIAS PROVENIENTES DE DEPOSITOS NAO IDENTIFICADOS	402.000,00	402.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	402.000,00
DEMAIS TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	921.000,00	921.000,00	195.651,98	21,24	931.227,05	101,11	-10.227,05
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	511.000,00	511.000,00	149.226,21	29,20	346.618,47	67,83	164.381,53
INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	300.000,00	300.000,00	15.844,17	5,28	332.417,25	110,81	-32.417,25
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMONIO PUBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	110.000,00	110.000,00	30.581,60	27,82	252.191,33	229,26	-142.191,33
RECEITAS DE CAPITAL	1.313.444,00	1.313.444,00	629.264,00	47,91	2.642.911,28	201,22	-1.329.467,28
OPERACOES DE CREDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERACOES DE CREDITO MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERACOES DE CREDITO MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENACAO DE BENS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
ALIENACAO DE BENS MOVEIS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENACAO DE BENS INTANGIVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.312.444,00	1.312.444,00	629.264,00	47,95	2.642.911,28	201,37	-1.330.467,28
TRANSFERENCIAS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	1.212.444,00	1.212.444,00	629.264,00	51,90	2.299.201,36	189,63	-1.086.757,36
TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	343.709,92	343,71	-243.709,92

OFR00597

26/01/2022 09.08.04

Inst:1,2,3

Versão 13/11/2020 - 10:37

1 / 4



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

BALANÇO ORÇAMENTARIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º Bimestre
Período de: 01/11/2021 à 31/12/2021

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e 1º)										
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DE DEPOSITOS NÃO IDENTIFICADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO DO BANCO CENTRAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTARIAS) (II)	35.050.000,00	35.050.000,00	1.750.202,69	4,99	30.625.996,60	87,38	4.424.001,40			
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	299.500.000,00	299.500.000,00	60.407.016,67	20,17	306.163.301,38	102,22	-6.663.301,38			
OPERACIONES DE CREDITO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operacoes de Credito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operacoes de Credito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	299.500.000,00	299.500.000,00	60.407.016,67	20,17	306.163.301,38	102,22	-6.663.301,38			
DEFICIT (VI)							0,00			
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	299.500.000,00	299.500.000,00	60.407.016,67	20,17	306.163.301,38	102,22	-6.663.301,38			
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00				23.447.905,15			
Superavit Financeiro (UTILIZADOS PARA CREDITOS ADICIONAIS)			23.447.905,15				23.447.905,15			
Reabertura de Creditos Adicionais			0,00				0,00			
DESPESAS	Dotação Inicial(d)	Dotação Atualizada (e)	DESP. EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESP. LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesas pagas até o bimestre(j)	Inscritas em restos a pagar não processados
			No Bimestre	Até Bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)			
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIAS) (VIII)	252.274.244,00	292.652.495,27	24.277.286,49	220.834.539,65	71.817.955,62	47.560.364,83	212.921.169,45	79.731.325,82	212.894.253,98	7.913.370,20
DESPESAS CORRENTES	241.333.150,00	275.283.807,42	23.504.011,49	212.041.911,00	63.241.896,42	45.902.324,86	204.975.156,58	70.308.650,84	204.953.627,11	7.066.754,42
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	123.743.800,00	129.556.714,82	24.238.205,20	102.675.757,65	26.880.957,17	24.236.169,86	102.673.010,62	26.883.704,19	102.668.603,96	2.747,02
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	205.000,00	205.000,00	-23.559,46	178.440,54	26.559,46	29.025,92	178.440,54	26.559,46	178.440,54	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	117.384.350,00	145.522.092,60	-710.634,29	109.187.712,81	36.334.379,78	21.637.129,11	102.123.705,41	43.398.387,19	102.106.582,61	7.064.007,40
DESPESAS DE CAPITAL	8.741.094,00	17.368.687,85	773.275,00	8.792.628,85	8.578.059,20	1.658.039,94	7.946.012,87	9.422.674,98	7.940.626,87	846.615,78
INVESTIMENTOS	6.231.094,00	14.708.687,85	731.119,82	6.249.473,47	8.459.214,38	1.213.607,30	5.402.857,69	9.305.830,16	5.397.471,69	846.615,78
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	2.510.000,00	2.660.000,00	42.155,18	2.543.155,18	116.844,82	444.432,64	2.543.155,18	116.844,82	2.543.155,18	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	2.200.000,00	0,00			0,00			0,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTARIAS) (IX)	22.799.900,00	20.304.523,58	4.118.040,58	18.697.852,85	1.606.670,73	4.118.040,58	18.697.852,85	1.606.670,73	18.697.852,85	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	275.074.144,00	312.957.018,85	28.395.327,07	239.532.392,50	73.424.626,35	51.678.405,41	231.619.022,30	81.337.996,55	231.592.106,83	7.913.370,20
AMORTIZACAO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTOS (XI)	22.225.856,00	22.225.856,00	-1.273.761,47	13.053.056,25	9.172.799,75	1.597.626,18	13.053.056,25	9.172.799,75	13.053.056,25	0,00
Amortizacao da Dívida Interna	22.225.856,00	22.225.856,00	-1.273.761,47	13.053.056,25	9.172.799,75	1.597.626,18	13.053.056,25	9.172.799,75	13.053.056,25	0,00
Dívida Mobiliaria	22.225.856,00	22.225.856,00	-1.273.761,47	13.053.056,25	9.172.799,75	1.597.626,18	13.053.056,25	9.172.799,75	13.053.056,25	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizacao da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	297.300.000,00	335.182.874,85	27.121.565,60	252.585.448,75	82.597.426,10	53.276.031,59	244.672.078,55	90.510.796,30	244.645.163,08	7.913.370,20
SUPERAVIT (XIII)							61.491.222,83			
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	297.300.000,00	335.182.874,85	27.121.565,60	252.585.448,75	82.597.426,10	53.276.031,59	306.163.301,38	90.510.796,30	244.645.163,08	7.913.370,20
RESERVA DO RPPS	2.200.000,00	2.200.000,00			2.200.000,00			2.200.000,00		



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

BALANÇO ORÇAMENTARIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º Bimestre
Período de: 01/11/2021 à 31/12/2021

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	%(b/a)	Até o Bimestre (c)	%(c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTARIAS)(II)	35.050.000,00	35.050.000,00	1.750.202,65	4,99	30.625.998,60	87,38	4.424.001,40
RECEITAS CORRENTES	35.050.000,00	35.050.000,00	1.750.202,65	4,99	30.625.998,60	87,38	4.424.001,40
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TAXAS INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES INTRA OFSS	35.050.000,00	35.050.000,00	1.750.202,65	4,99	30.625.998,60	87,38	4.424.001,40
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS INTRA OFSS	35.050.000,00	35.050.000,00	1.750.202,65	4,99	30.625.998,60	87,38	4.424.001,40
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES MOBILIÁRIOS INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DELEGACÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU LICENÇA INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO INTRA ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS DERAIS INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES A NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES A SAÚDE INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS INTRA ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS PARA O COMBATE A FOME INTRA ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERACÕES DE CRÉDITO INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERACÕES DE CRÉDITO MERCADO INTERNO INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENACÃO DE BENS INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENACÃO DE BENS MÓVEIS INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENACÃO DE BENS IMÓVEIS INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENACÃO DE BENS INTANGÍVEIS INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS INTRA OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

BALANÇO ORÇAMENTARIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º Bimestre

Período de: 01/11/2021 à 31/12/2021

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e 1º)

DESPESAS	Dotação Inicial(d)	Dotação Atualizada (e)	DESP. EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESP. LIQUIDADAS		Saldo (i)=(e-h)	Despesas pagas até o bimestre(j)	Inscritas em restos a pagar não processados
			No Bimestre	Até Bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTARIAS)(IX)	22.799.900,00	20.304.523,58	4.118.040,58	18.697.852,85	1.606.670,73	4.118.040,58	18.697.852,85	1.606.670,73	18.697.852,85	0,00
DESPESAS CORRENTES	22.799.900,00	20.304.523,58	4.118.040,58	18.697.852,85	1.606.670,73	4.118.040,58	18.697.852,85	1.606.670,73	18.697.852,85	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.799.900,00	20.304.523,58	4.118.040,58	18.697.852,85	1.606.670,73	4.118.040,58	18.697.852,85	1.606.670,73	18.697.852,85	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária Municipal de Finanças

JOSIANE GUARI DE ALMEIDA
Contabilista
CRC 1SP264271

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF:284.391.568-63



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º Bimestre

Período de: 01/11/2021 à 31/12/2021

RREO - Anexo 2(LRF, Art52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS(f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	276.700.100,00	309.274.022,73	23.003.525,02	233.887.595,90	0,00	75.386.426,83	49.157.991,01	225.974.225,70	0,00	83.299.797,03	0,00
3 - LEGISLATIVA	8.500.000,00	8.500.000,00	1.071.505,21	6.656.629,98	2,85	1.843.370,02	1.294.102,74	6.656.629,98	2,95	1.843.370,02	0,00
AÇÃO LEGISLATIVA	8.500.000,00	8.500.000,00	1.071.505,21	6.656.629,98	2,85	1.843.370,02	1.294.102,74	6.656.629,98	2,95	1.843.370,02	0,00
4 - ADMINISTRAÇÃO	18.028.700,00	20.839.107,48	1.199.041,20	18.236.062,88	7,80	2.603.044,60	3.388.640,74	17.779.247,66	7,87	3.059.859,82	456.815,22
ADMINISTRAÇÃO GERAL	14.109.200,00	15.868.923,46	869.966,84	13.847.106,13	5,92	2.019.817,33	2.504.596,40	13.700.703,36	6,06	2.186.220,08	146.402,75
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.030.500,00	2.255.987,55	155.449,52	2.014.988,13	0,88	240.999,42	349.779,91	1.863.490,46	0,82	392.497,09	151.497,67
NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	516.400,00	803.596,47	133.343,86	755.984,11	0,32	47.612,36	193.234,43	701.544,31	0,31	102.052,16	54.439,80
Demais Subfunções	1.372.600,00	1.912.600,00	40.281,04	1.617.984,51	0,69	294.615,49	341.030,00	1.513.509,51	0,67	399.090,49	104.475,00
5 - SEGURANÇA PÚBLICA	6.669.400,00	8.153.784,63	1.138.141,94	7.403.288,02	3,17	750.496,61	1.438.788,19	7.067.908,81	3,13	1.085.875,83	335.379,22
POLICIAMENTO	6.369.900,00	7.581.246,24	1.261.365,59	7.136.141,95	3,05	445.104,29	1.394.013,53	6.871.461,73	3,04	709.784,51	264.680,22
DEFESA CIVIL	299.500,00	572.538,39	-123.223,65	267.146,07	0,11	305.392,32	44.774,66	196.447,07	0,09	376.091,33	70.699,00
9 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.026.300,00	6.734.570,67	249.739,14	5.563.018,45	2,38	1.171.552,22	1.035.752,02	5.003.215,86	2,21	1.731.354,81	559.802,59
ADMINISTRAÇÃO GERAL	183.000,00	148.773,86	-7,43	140.184,44	0,06	8.589,42	20,41	120.684,44	0,05	28.089,42	19.500,00
ASSISTÊNCIA AO IDOSO	200.000,00	200.000,00	0,00	146.978,57	0,06	53.021,43	0,00	146.978,57	0,07	53.021,43	0,00
ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	1.036.400,00	1.162.445,83	-2.838,29	981.040,43	0,42	181.405,40	151.367,14	758.063,41	0,34	404.382,42	222.977,02
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	4.528.800,00	5.143.250,96	274.984,86	4.258.815,01	1,82	884.435,97	880.564,47	3.941.489,44	1,74	1.201.761,54	317.325,57
Demais Subfunções	80.100,00	80.100,00	-22.400,00	36.000,00	0,02	44.100,00	3.800,00	36.000,00	0,02	44.100,00	0,00
9 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	45.630.000,00	45.630.000,00	1.970.693,22	12.279.685,56	5,25	33.350.314,44	1.985.821,68	12.233.178,31	5,41	33.396.821,68	46.507,25
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	45.630.000,00	45.630.000,00	1.970.693,22	12.279.685,56	5,25	33.350.314,44	1.985.821,68	12.233.178,31	5,41	33.396.821,68	46.507,25
10 - SAÚDE	51.953.500,00	64.140.670,16	6.818.932,25	57.376.988,98	24,52	6.763.681,21	9.204.863,59	53.439.790,75	23,65	10.700.879,47	3.937.198,26
ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.965.600,00	10.725.317,63	1.686.486,53	9.444.168,20	4,04	1.281.149,43	1.779.649,95	8.704.854,82	3,85	2.020.462,81	739.313,38
ATENÇÃO BÁSICA	27.345.900,00	34.402.592,46	4.248.939,32	31.709.515,01	13,56	2.693.077,45	5.026.595,78	29.878.772,12	13,22	4.523.820,36	1.830.742,91

OFR00600

26/01/2022 09.16.32

Inst:1,2,3

Versão 13/11/2020 - 10.41

1/5



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º Bimestre

Período de: 01/11/2021 à 31/12/2021

RREO - Anexo 2(LRF, Art52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) - (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) - (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS(f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	16.651.000,00	16.774.826,42	703.671,99	14.611.034,42	6,25	2.163.792,00	2.102.471,33	13.413.473,89	5,84	3.361.352,53	1.197.560,53
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	391.300,00	391.300,00	0,00	178.168,96	0,08	213.131,04	0,00	10.987,20	0,00	380.312,80	167.181,76
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.566.700,00	1.800.633,68	179.833,81	1.434.102,38	0,61	366.531,29	296.146,53	1.431.702,71	0,63	368.930,97	2.399,68
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	33.000,00	46.000,00	0,00	0,00	0,00	46.000,00	0,00	0,00	0,00	46.000,00	0,00
11 - TRABALHO	12.000.000,00	12.000.000,00	-1.834.955,34	10.162.819,61	4,35	1.837.180,39	1.522.660,36	9.362.819,61	4,14	2.637.180,39	800.000,00
PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	12.000.000,00	12.000.000,00	-1.834.955,34	10.162.819,61	4,35	1.837.180,39	1.522.660,36	9.362.819,61	4,14	2.637.180,39	800.000,00
12 - EDUCAÇÃO	76.239.900,00	95.817.493,67	12.945.674,86	79.711.187,72	34,08	16.106.305,95	23.833.217,74	79.613.956,35	35,23	16.203.537,34	97.231,38
ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.802.600,00	3.524.461,11	357.857,59	3.067.632,85	1,31	456.828,26	808.783,06	3.029.067,75	1,34	495.393,36	38.565,10
ENSINO FUNDAMENTAL	42.202.800,00	55.458.744,79	8.316.114,19	47.284.329,67	20,22	8.174.415,12	14.743.257,51	47.278.552,17	20,92	8.180.192,63	5.777,50
ENSINO MÉDIO	1.949.000,00	1.453.050,00	-131.527,58	694.363,04	0,30	758.686,96	187.932,35	694.363,04	0,31	758.686,96	0,00
ENSINO PROFISSIONAL	551.000,00	630.040,00	-10.215,00	589.777,88	0,25	40.262,11	95.401,25	589.777,88	0,26	40.262,11	0,00
ENSINO SUPERIOR	780.000,00	369.000,00	-30.292,86	60.573,14	0,03	308.426,86	28.572,10	60.573,14	0,03	308.426,86	0,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	22.910.100,00	28.710.084,46	6.095.599,35	25.885.645,28	11,07	2.824.439,17	7.374.954,48	25.834.394,00	11,43	2.875.690,48	51.251,28
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	471.000,00	552.215,13	63.214,68	454.990,65	0,19	97.224,48	83.943,29	454.335,65	0,20	97.879,48	655,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL	613.400,00	518.492,74	-28.833,52	241.581,87	0,10	276.910,87	28.899,68	240.599,37	0,11	277.893,37	982,50
Demais Subfunções	3.959.000,00	4.801.405,44	-1.686.241,99	1.432.293,32	0,61	3.169.112,12	481.474,01	1.432.293,32	0,63	3.169.112,12	0,00
13 - CULTURA	622.700,00	637.909,28	83.123,07	468.096,27	0,20	169.811,01	113.983,62	458.043,80	0,20	179.865,48	10.054,47
DIFUSÃO CULTURAL	622.700,00	637.909,28	83.123,07	468.096,27	0,20	169.811,01	113.983,62	458.043,80	0,20	179.865,48	10.054,47
15 - URBANISMO	18.044.544,00	23.584.307,99	716.533,90	17.237.980,54	7,37	6.346.327,45	2.589.401,71	15.987.600,75	6,84	7.896.707,24	1.550.379,78
INFRA-ESTRUTURA URBANA	12.337.744,00	16.688.781,30	512.063,12	10.859.911,85	4,64	5.828.869,45	1.558.637,48	9.554.050,00	4,23	7.134.731,30	1.305.861,85
SERVIÇOS URBANOS	5.706.800,00	6.895.526,69	204.470,78	6.378.068,69	2,73	517.458,00	1.030.764,23	6.133.550,75	2,71	761.975,94	244.517,94
20 - AGRICULTURA	2.051.400,00	1.854.472,51	57.827,02	1.515.667,45	0,65	338.805,06	365.998,40	1.412.165,44	0,62	442.307,07	103.502,01

OFR00600

26/01/2022 09:16:32

Inst:1,2,3

Versão 13/11/2020 - 10:41

2/ 5



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º Bimestre

Período de: 01/11/2021 à 31/12/2021

RREO - Anexo 2(LRF, Art52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS(f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	300,00	300,00	-29,93	29,09	0,00	270,91	0,00	29,09	0,00	270,91	0,00
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	2.050.800,00	1.853.872,51	57.884,88	1.515.609,27	0,69	338.263,24	365.998,40	1.412.107,20	0,62	441.785,29	103.502,01
Demais Subfunções	300,00	300,00	-29,93	29,09	0,00	270,91	0,00	29,09	0,00	270,91	0,00
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	90.700,00	223.000,00	-109.306,75	80.103,44	0,03	142.896,56	11.266,00	80.103,44	0,04	142.896,56	0,00
TURISMO	90.700,00	223.000,00	-109.306,75	80.103,44	0,03	142.896,56	11.266,00	80.103,44	0,04	142.896,56	0,00
27 - DESPORTO E LAZER	1.503.400,00	1.672.478,85	-48.287,88	1.421.442,12	0,61	251.036,73	302.409,48	1.404.942,12	0,62	267.536,73	16.500,00
LAZER	1.503.400,00	1.672.478,85	-48.287,88	1.421.442,12	0,61	251.036,73	302.409,48	1.404.942,12	0,62	267.536,73	16.500,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	24.940.856,00	17.286.527,46	-1.255.165,75	15.774.651,97	6,74	1.511.875,49	2.071.084,74	15.774.651,97	6,98	1.511.875,49	0,00
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	22.430.856,00	14.626.527,46	-1.297.320,93	13.231.496,79	5,66	1.395.030,67	1.626.652,10	13.231.496,79	5,86	1.395.030,67	0,00
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.510.000,00	2.660.000,00	42.155,18	2.543.155,18	1,09	116.844,82	444.432,64	2.543.155,18	1,13	116.844,82	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.400.000,00	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	2.200.000,00	0,00



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º Bimestre

Período de: 01/11/2021 à 31/12/2021

RREO - Anexo 2(LRF, Art52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS(f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (II)	22.799.900,00	20.304.523,58	4.118.040,58	18.697.852,85	7,99	1.606.670,73	4.118.040,58	18.697.852,85	8,27	1.606.670,73	0,00
4 - ADMINISTRAÇÃO	846.700,00	863.700,66	197.477,78	847.876,88	0,38	15.823,78	197.477,78	847.876,88	0,38	15.823,78	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	690.500,00	684.421,85	149.653,32	668.598,07	0,29	15.823,78	149.653,32	668.598,07	0,30	15.823,78	0,00
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	150.000,00	142.767,64	28.233,23	142.767,64	0,06	0,00	28.233,23	142.767,64	0,06	0,00	0,00
NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	6.200,00	36.511,17	19.591,23	36.511,17	0,02	0,00	19.591,23	36.511,17	0,02	0,00	0,00
5 - SEGURANÇA PÚBLICA	1.314.100,00	1.315.241,61	280.643,31	1.315.241,28	0,58	0,33	280.643,31	1.315.241,28	0,58	0,33	0,00
POLICAMENTO	1.314.000,00	1.306.980,00	280.188,81	1.306.679,67	0,58	0,33	280.188,81	1.306.679,67	0,58	0,33	0,00
DEFESA CIVIL	100,00	8.561,61	454,50	8.561,61	0,00	0,00	454,50	8.561,61	0,00	0,00	0,00
6 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	483.400,00	378.486,73	78.180,73	378.005,93	0,16	2.480,80	78.180,73	378.005,93	0,17	2.480,80	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	117.100,00	79.227,14	5.316,64	79.227,74	0,02	4,40	5.316,64	79.227,74	0,04	4,40	0,00
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	366.200,00	299.259,59	72.864,09	296.783,19	0,13	2.476,40	72.864,09	296.783,19	0,13	2.476,40	0,00
9 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00
10 - SAÚDE	4.913.200,00	3.801.157,98	821.730,33	3.801.057,98	1,68	100,00	821.730,33	3.801.057,98	1,68	100,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	288.100,00	321.741,92	74.824,89	321.741,92	0,14	0,00	74.824,89	321.741,92	0,14	0,00	0,00
ATENÇÃO BÁSICA	2.312.000,00	2.330.913,52	493.193,33	2.330.913,52	1,00	0,00	493.193,33	2.330.913,52	1,03	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	2.118.100,00	946.866,18	208.847,77	946.866,18	0,40	100,00	208.847,77	946.866,18	0,42	100,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	215.000,00	201.536,36	44.864,34	201.536,36	0,09	0,00	44.864,34	201.536,36	0,09	0,00	0,00
12 - EDUCAÇÃO	14.073.000,00	12.975.105,77	2.580.759,72	11.597.764,26	4,96	1.377.341,51	2.580.759,72	11.597.764,26	5,13	1.377.341,51	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	318.500,00	333.769,85	92.039,43	333.769,85	0,14	0,00	92.039,43	333.769,85	0,15	0,00	0,00
ENSINO FUNDAMENTAL	6.454.000,00	6.097.148,57	1.312.521,22	5.947.008,74	2,54	150.139,83	1.312.521,22	5.947.008,74	2,63	150.139,83	0,00

OFR00600

26/01/2022 09:16:32

Inst:1,2,3

Versão 13/11/2020 - 10:41

4/ 5



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º Bimestre

Período de: 01/11/2021 à 31/12/2021

RREO - Anexo 2(LRF, Art52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) - (a-b)		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) - (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS(f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)			No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
EDUCAÇÃO INFANTIL	7.209.500,00	6.461.187,35	1.158.491,78	5.237.474,50	2,34	1.223.712,85	1.158.491,78	5.237.474,50	2,32	1.223.712,85	0,00	
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	65.000,00	57.000,00	12.428,84	55.781,65	0,02	1.218,35	12.428,84	55.781,65	0,02	1.218,35	0,00	
EDUCAÇÃO ESPECIAL	26.000,00	26.000,00	5.278,44	23.729,52	0,01	2.270,48	5.278,44	23.729,52	0,01	2.270,48	0,00	
13 - CULTURA	65.000,00	65.000,00	9.917,58	49.281,08	0,02	15.718,92	9.917,58	49.281,08	0,02	15.718,92	0,00	
DIFUSÃO CULTURAL	65.000,00	65.000,00	9.917,58	49.281,08	0,02	15.718,92	9.917,58	49.281,08	0,02	15.718,92	0,00	
15 - URBANISMO	753.500,00	574.596,05	116.213,56	549.690,66	0,24	24.905,39	116.213,56	549.690,66	0,24	24.905,39	0,00	
INFRA-ESTRUTURA URBANA	391.000,00	270.371,36	57.057,38	263.713,76	0,11	6.657,63	57.057,38	263.713,76	0,12	6.657,63	0,00	
SERVIÇOS URBANOS	362.500,00	304.224,69	59.156,17	285.976,90	0,12	18.247,76	59.156,17	285.976,90	0,13	18.247,76	0,00	
20 - AGRICULTURA	78.000,00	68.013,63	11.190,43	68.013,63	0,02	0,00	11.190,43	68.013,63	0,02	0,00	0,00	
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	78.000,00	68.013,63	11.190,43	68.013,63	0,02	0,00	11.190,43	68.013,63	0,02	0,00	0,00	
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.000,00	300,00	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	
TURISMO	1.000,00	300,00	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	
27 - DESPORTO E LAZER	102.000,00	92.921,15	21.927,14	92.921,15	0,04	0,00	21.927,14	92.921,15	0,04	0,00	0,00	
LAZER	102.000,00	92.921,15	21.927,14	92.921,15	0,04	0,00	21.927,14	92.921,15	0,04	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	299.500.000,00	329.578.546,31	27.121.565,02	252.585.448,75	7,99	76.993.097,58	53.278.031,56	244.672.078,52	8,27	84.906.467,76	0,00	

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária Municipal de Finanças

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF:284.391.568-63

JOSIANE GUARI DE ALMEIDA
Contabilista
CRC 1SP264271



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA

6º Bimestre

Período de: 01/01/2021 a 31/12/2021

RREO - Anexo 3 (LRF, Art53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													Total	Previsão Atualizada
	Janeiro 2021	Fevereiro 2021	Março 2021	Abril 2021	Maió 2021	Junho 2021	Julho 2021	Agosto 2021	Setembro 2021	Outubro 2021	Novembro 2021	Dezembro 2021			
RECEITAS CORRENTES (I)	22.260.686,27	20.821.639,15	30.136.522,57	18.527.799,05	22.785.706,92	25.725.324,37	24.269.114,95	25.176.810,77	23.213.974,41	20.932.751,46	30.264.473,14	32.429.744,40	296.544.547,46	287.316.556,00	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.644.277,02	4.514.063,19	9.110.581,06	3.670.280,07	4.124.621,78	4.676.874,11	4.080.721,92	3.953.241,22	5.093.473,22	4.136.760,57	4.467.355,28	7.901.153,81	56.373.403,25	63.137.000,00	
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	562.163,25	1.448.198,85	6.786.943,32	1.351.961,75	1.357.168,10	1.348.384,15	1.303.536,15	1.148.441,47	1.179.315,21	1.120.633,77	1.112.094,40	1.287.561,49	20.006.401,91	23.920.000,00	
ADICIONAL ISS - FUNDO MUNICIPAL DE COMBATE A POBREZA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	1.292.032,24	2.170.564,46	1.075.863,71	1.045.830,45	1.463.051,74	2.229.532,80	1.051.397,61	1.509.478,42	2.613.940,75	1.857.458,35	2.025.993,07	3.078.255,74	21.413.399,34	22.410.000,00	
IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS MÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE MÓVEIS	303.332,71	348.679,16	447.717,28	621.325,18	617.082,05	435.117,53	1.035.292,13	680.801,01	662.334,45	574.396,06	725.027,53	1.231.650,38	7.682.755,45	4.123.000,00	
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte Trabalho	292.928,17	288.985,94	308.507,20	386.247,82	383.474,13	322.468,04	404.961,17	370.926,43	383.966,06	369.551,70	359.219,12	2.011.042,64	5.842.278,38	5.250.000,00	
Outras Receitas Tributárias	193.820,65	257.634,82	491.549,57	284.914,87	323.845,76	341.371,58	285.534,86	243.593,88	253.916,75	214.720,69	245.021,16	292.643,56	3.428.568,17	7.434.000,00	
CONTRIBUIÇÕES	617.480,01	1.235.782,42	638.362,04	633.576,70	1.760.042,22	2.387.183,18	1.231.145,93	1.234.644,61	1.253.179,53	1.257.040,41	1.291.945,83	711.320,29	14.251.703,17	13.440.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	118.914,63	41.575,69	420.994,98	1.022.242,79	865.293,55	258.071,56	258.661,24	428.878,03	917.887,81	346.789,17	2.254.364,06	432.811,59	7.366.505,08	6.792.856,00	
JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS	116.225,79	38.886,82	420.449,26	1.017.740,48	859.450,16	255.398,19	242.857,42	423.790,16	910.813,48	342.271,16	2.249.880,68	427.497,51	7.305.261,13	6.726.856,00	
OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	2.688,84	2.688,87	545,72	4.502,30	5.843,39	2.673,37	15.823,82	5.087,86	7.074,32	4.518,01	4.483,38	5.314,08	61.243,96	66.000,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.855.963,13	14.970.734,36	19.897.384,30	13.156.531,32	15.953.385,45	18.368.907,27	18.451.450,96	19.475.220,67	15.879.218,22	15.173.278,28	22.139.897,76	23.299.716,94	215.621.708,90	203.025.700,00	
DOTA PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.715.346,92	1.715.346,92	1.500.000,00	
DOTA PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.515.247,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.515.247,49	1.600.000,00	

CFR00598

26/01/2022 09:19:41 Inst:1,2,3

Versão 13/11/2020 - 10:26

1/3



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA

6º Bimestre

Período de: 01/01/2021 a 31/12/2021

RREO - Anexo 3 (LRF, Art53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													Total	Previsão Atualizada
	Janeiro 2021	Fevereiro2021	Março 2021	Abril 2021	Maió 2021	Junho 2021	Julho 2021	Agosto 2021	Setembro 2021	Outubro 2021	Novembro 2021	Dezembro 2021			
COTA PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL	3.210.602,46	4.208.285,79	2.820.725,55	2.948.854,82	3.544.117,46	3.065.111,27	2.872.863,48	3.348.528,38	2.629.724,57	1.981.032,84	4.755.134,45	3.950.294,70	39.135.275,76	38.500.000,00	
Cota Parte do ICMS Principal	5.218.727,82	3.414.887,33	7.903.306,68	4.480.459,67	5.132.476,61	5.836.983,87	5.617.510,55	6.825.466,28	5.310.695,32	6.031.496,50	7.422.930,56	6.055.803,75	69.250.744,94	69.500.000,00	
Cota Parte do IPVA Principal	3.038.152,97	1.197.044,65	1.377.368,58	769,38	514.514,02	649.272,00	131.342,54	660.725,35	97.721,98	449.097,69	470.699,05	497.819,03	9.084.527,25	11.500.000,00	
Cota Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	17.928,26	1.637,02	3.135,71	310,44	505,22	1.814,15	1.096,13	4.233,94	28.319,70	126.540,56	27.094,83	49.101,59	261.717,55	350.000,00	
Transferência Financeira do ICMS Desonerado - L.C. N. 87/96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	
Cota Parte do IPT	46.793,52	38.742,77	40.948,64	46.403,01	40.267,93	42.007,25	45.491,90	36.300,75	45.874,56	48.132,43	45.443,95	41.838,19	518.244,94	550.000,00	
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	6.503.522,72	3.916.773,75	6.340.872,74	4.019.405,42	5.402.376,92	5.128.869,90	4.839.251,41	5.879.529,15	4.609.856,24	5.061.050,88	6.475.094,24	5.466.501,44	63.642.904,82	50.400.000,00	
Outras Transferências Correntes	820.255,38	2.193.363,09	1.411.026,40	1.660.328,57	1.319.127,25	3.645.048,77	3.628.647,47	2.720.437,07	3.157.025,85	1.475.927,38	2.943.500,64	5.523.011,32	30.497.699,23	28.625.700,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	24.031,48	59.483,47	69.200,19	45.168,17	82.363,92	34.288,25	247.114,88	84.826,05	70.215,63	18.883,03	110.910,21	84.741,77	931.227,05	921.000,00	
DEDUÇÕES (II)	2.923.920,96	2.433.375,85	3.091.738,62	2.155.141,38	2.501.232,77	2.548.634,06	2.376.290,91	2.831.263,75	2.273.112,02	2.349.105,41	3.192.114,54	2.122.352,54	30.798.282,85	31.130.000,00	
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	617.480,01	636.404,24	638.360,98	633.575,65	632.031,38	629.596,38	628.291,83	630.006,58	624.438,53	616.595,87	623.573,78	0,00	6.910.355,22	6.940.000,00	
Compensação Financ. entre Regimes Previdenciários	0,00	24.852,13	26.206,31	26.206,31	26.206,31	0,00	52.412,62	26.206,31	26.206,31	5.249,57	24.225,76	0,00	237.771,65	10.000,00	
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	2.306.440,95	1.772.119,46	2.427.171,34	1.495.359,42	1.842.995,07	1.919.037,67	1.695.586,46	2.175.050,86	1.622.467,16	1.727.259,97	2.544.314,98	2.122.352,54	23.650.155,96	24.180.000,00	
RECEITA CORRENTE LIQUIDA	19.336.765,31	18.388.263,30	27.044.783,94	16.372.657,66	20.284.474,15	23.176.690,31	21.892.824,04	22.345.547,02	20.940.862,38	18.583.646,05	27.072.358,60	30.307.391,86	265.746.264,63	256.186.556,00	
1) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (IV) (§ 13, art 166 da CF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00	300.000,00	250.000,00	0,00	3.100.000,00	4.350.000,00	0,00	
RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V)	19.336.765,31	18.388.263,30	27.044.783,94	16.372.657,66	20.284.474,15	23.176.690,31	21.892.824,04	21.645.547,02	20.640.862,38	18.333.646,05	27.072.358,60	27.207.391,86	261.396.264,63	256.186.556,00	
2) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas da bancada (VI) (art 166 § 16 da CF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)	19.336.765,31	18.388.263,30	27.044.783,94	16.372.657,66	20.284.474,15	23.176.690,31	21.892.824,04	21.645.547,02	20.640.862,38	18.333.646,05	27.072.358,60	27.207.391,86	261.396.264,63	256.186.556,00	

CFR000598

26/01/2022 09:19:41

Inst:1,2,3

Versão 13/11/2020 - 10:26

2/3



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | **Ano III** | Edição **453**

Edivaldo Antônio Brischi
Prefeito Municipal

Silvana Aparecida Zanetti
Secretária de Finanças

Eliana Donizete da Silva
Controle Interno
CPF: 284.391.568-63

Josiane Guari de Almeida
Contabilista
CRC 1SP264271



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º Bimestre

Período de: 01/11/2021 à 31/12/2021

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

ACIMA DA LINHA			
RECEITAS PRIMARIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (R)	
		Até o Bimestre «exercício»	
RECEITAS CORRENTES (I)	263.136.556,00		272.894.397,50
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	63.137.000,00		58.373.403,25
IPTU	23.920.000,00		20.006.401,91
ISS	22.410.000,00		21.413.399,34
ITBI	4.123.000,00		7.682.755,45
IRRF	5.290.000,00		5.842.278,38
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.434.000,00		3.428.568,17
Contribuições	13.440.000,00		14.251.703,17
Receita Patrimonial	6.792.856,00		7.366.505,09
Aplicações Financeiras (II)	6.726.856,00		7.305.261,13
Outras Receitas Patrimoniais	66.000,00		61.243,96
Transferências Correntes	178.845.700,00		191.971.552,94
Cota Parte do FPM	33.900.000,00		34.538.815,31
Cota Parte do ICMS	55.600.000,00		55.400.596,18
Cota Parte do IPVA	9.200.000,00		7.267.567,31
Cota Parte do ITR	280.000,00		209.374,19
Transferências de LC 87/1996	400.000,00		0,00
Transferências de LC 61/1989	440.000,00		414.595,90
Transferências do FUNDEB	50.400.000,00		63.642.904,82
Outras Transferências Correntes	28.625.700,00		30.497.699,23
Demais Receitas Correntes	921.000,00		931.227,05
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00		0,00
Receitas Correntes Restantes	921.000,00		931.227,05
RECEITAS PRIMARIAS CORRENTES (IV)	256.409.700,00		265.589.130,37
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.313.444,00		2.642.911,28
Operações de Crédito (VI)	0,00		0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00		0,00
Alienação de Bens	1.000,00		0,00

OFR00732

26/01/2022 09:32:14 Inst:1,2,3

Versão 24/02/2021 - 16:20

1/ 5



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º Bimestre

Período de: 01/11/2021 à 31/12/2021

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

ACIMA DA LINHA			
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)	
		Até o Bimestre «exercício»	
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00		0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00		0,00
Outras Aliações de Bens	1.000,00		0,00
Transferências de Capital	1.312.444,00		2.642.911,28
Convenios	1.210.044,00		1.982.496,28
Outras Transferências de Capital	102.400,00		660.415,00
Outras Receitas de Capital	0,00		0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00		0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00		0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI)	1.313.444,00		2.642.911,28
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII)	257.723.144,00		268.232.041,65



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL - MUNICÍPIOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º Bimestre

Período de: 01/11/2021 à 31/12/2021

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

DESPESAS FISCAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/ «Exercício»				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	275.293.807,42	212.041.911,03	204.975.156,58	204.953.627,11	5.034.686,08	1.009.231,45	814.528,69
Pessoal e Encargos Sociais	129.596.714,82	102.875.757,65	102.673.010,63	102.668.603,96	325.426,58	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	205.000,00	178.440,54	178.440,54	178.440,54	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	145.522.092,60	109.167.712,81	102.123.705,41	102.106.582,61	4.709.239,58	1.009.231,45	814.528,69
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV)	275.078.807,42	211.863.470,48	204.796.716,04	204.775.186,57	5.034.686,08	1.009.231,45	814.528,69
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	31.790.215,31	21.845.684,93	20.999.069,12	20.993.683,12	1.953.819,92	193.829,57	182.919,83
Investimentos	14.708.687,85	6.249.473,47	5.402.857,69	5.397.471,69	1.953.819,92	193.829,57	182.919,83
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	17.081.527,46	15.596.211,43	15.596.211,43	15.596.211,43	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI)	14.708.687,85	6.249.473,47	5.402.857,69	5.397.471,69	1.953.819,92	193.829,57	182.919,83
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII)	289.787.495,27	218.112.943,93	210.199.573,72	210.172.658,28	6.988.486,00	1.203.061,02	997.448,52
RESULTADO PRIMÁRIO Acima da Linha (XXIV)		50.073.448,87					
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		-5.967.000,00					
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/ «Exercício»					
		VALOR INCORRIDO					
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)		7.318.582,03					
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)		909.555,89					
RESULTADO NOMINAL Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		56.482.475,01					

OFR00732

26/01/2022 09:32:14 Inst:1,2,3

Versão 24/02/2021 - 16:20

3/ 5



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º Bimestre

Período de: 01/11/2021 à 31/12/2021

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		517.629,29	
ABAIXO DA LINHA			
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO		
	Em 31/Dez «exercício anterior» (a)	Até o Bimestre (b)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	19.448.251,07	18.312.730,00	
DEDUÇÕES (XXX)	1.279.539,24	28.876.267,38	
Disponibilidade de Caixa	1.057.606,72	28.654.334,86	
Disponibilidade de Caixa Bruta	21.625.536,19	42.012.722,44	
() Restos a Pagar Processados (XXX)	20.567.929,47	13.358.387,58	
Demais Haveres Financeiros	221.930,52	221.930,52	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI)	18.168.711,83	10.563.537,38	
RESULTADO NOMINAL Abaixo da Linha (XXXII)		28.732.249,21	
AJUSTE METODOLÓGICO		Até o Bimestre/ «Exercício»	
VARIACAO SALDO RPP = (XXXIII) - (XXXa - XXXb)		7.209.541,86	
RECEITA DE ALIENACAO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)		0,00	
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)		3.621.668,75	
VARIACAO CAMBIAL (XXXV)		0,00	
PAGAMENTO DE PRECATORIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)		0,00	
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)		63.475.406,54	
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)		0,00	
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)		88.619.782,61	
RESULTADO PRIMÁRIO Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)		82.210.756,47	



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º Bimestre

Período de: 01/11/2021 à 31/12/2021

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	23.447.905,15
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	23.447.905,15
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2.200.000,00



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º Bimestre

Período de: 01/11/2021 à 31/12/2021

RREO - ANEXO 7 (LRF, art 53, inciso V)

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 33, inciso V)												
PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (l) = (e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo (k) = (f+g) - (i+j)	
	Em exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2021 (b)				Em exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2021 (g)					
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (l)	13.436.157,06	6.889.349,37	6.988.486,00	184.246,35	13.152.775,08	333.270,58	1.570.991,40	1.203.061,02	997.448,52	181.799,58	725.013,88	13.877.788,96
PODER EXECUTIVO	13.436.157,06	6.889.349,37	6.988.486,00	184.246,35	13.152.775,08	333.270,58	1.561.317,40	1.193.387,02	987.774,52	181.799,58	725.013,88	13.877.788,96
Prefeitura Municipal de Monte Mor	13.436.157,06	6.889.349,37	6.988.486,00	184.246,35	13.152.775,08	333.270,58	1.561.317,40	1.193.387,02	987.774,52	181.799,58	725.013,88	13.877.788,96
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.674,00	9.674,00	9.674,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal de Monte Mor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.674,00	9.674,00	9.674,00	0,00	0,00	0,00
5 - CAMARA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.674,00	9.674,00	9.674,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR(INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)(i)	0,00	36.498,42	36.498,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO	0,00	36.498,42	36.498,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (ll) = (l+k)	13.436.157,06	6.925.847,79	7.024.984,42	184.246,35	13.152.775,08	333.270,58	1.570.991,40	1.203.061,02	997.448,52	181.799,58	725.013,88	13.877.788,96

Edivaldo Antônio Brischi
Prefeito Municipal

Silvana Aparecida Zanetti
Secretária de Finanças

Eliana Donizete da Silva
Controlador Interno
CPF:284.391.568-63

Josiane Guari de Almeida
Contabilista
CRC 1SP264271

OFR00601

26/01/2022 09:39:02 Inst:1,2,3

Versão 13/11/2020 - 11:18

1/1



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 8 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - MUNICÍPIOS

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

Período: 12/2021

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS(b) Até o Bimestre
1- RECEITA DE IMPOSTOS	55.703.000,00	54.944.835,08
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	23.920.000,00	20.006.401,91
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	4.123.000,00	7.682.755,45
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	22.410.000,00	21.413.399,34
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	5.250.000,00	5.842.278,38
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	124.000.000,00	121.481.104,85
2.1- Cota-Parte FPM	41.600.000,00	42.365.870,17
2.1.1- Parcela referente a CF, art 159, I, alínea b	38.500.000,00	39.135.275,76
2.1.2- Parcela referente a CF, art 159, I, alíneas d e e	3.100.000,00	3.230.594,41
2.2- Cota-Parte ICMS	69.500.000,00	69.250.744,94
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	550.000,00	518.244,94
2.4- Cota-Parte ITR	350.000,00	261.717,55
2.5- Cota-Parte IPVA	11.500.000,00	9.084.527,25
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	500.000,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	179.703.000,00	176.425.939,93
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5))	24.080.000,00	23.650.102,09
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALEM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB	20.845.750,00	20.456.382,88

OFR00945

26/01/2022 09:42:59

Inst:1,2,3

Versão 23/06/2021 - 18:17

1/7



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 8 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - MUNICÍPIOS

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

Período: 12/2021

FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS(b) Até o Bimestre
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	50.460.000,00	63.921.001,82
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	50.460.000,00	63.921.001,82
6.1.1- Principal	50.400.000,00	63.642.904,82
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	60.000,00	278.097,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)1	26.320.000,00	39.992.802,73
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		882.168,35
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		882.168,35
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		0,00
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)		64.803.170,17

OFR00945

26/01/2022 09:42:59

Inst:1,2,3

Versão 22/06/2021 - 18:17

2/7



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 8 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - MUNICÍPIOS

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

Período: 12/2021

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA(c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS(g)
10- PROFISSIONAIS DA EDUCACAO BASICA	42.976.571,36	49.728.450,83	49.728.450,83	49.728.450,83	0,00
10.1- Educacao Infantil	16.562.676,46	16.709.659,90	16.709.659,90	16.709.659,90	0,00
10.1.1- Creche	16.562.676,46	8.866.471,15	8.866.471,15	8.866.471,15	0,00
10.1.2- Pre-escola	0,00	7.843.188,75	7.843.188,75	7.843.188,75	0,00
10.2- Ensino Fundamental	26.413.894,90	33.018.790,93	33.018.790,93	33.018.790,93	0,00
11- OUTRAS DESPESAS	33.175.773,55	8.907.546,27	8.907.546,27	8.907.546,27	0,00
11.1- Educacao Infantil	5.382.029,52	2.830.483,92	2.830.483,92	2.830.483,92	0,00
11.1.1- Creche	5.382.029,52	1.441.575,21	1.441.575,21	1.441.575,21	0,00
11.1.2- Pre-escola	0,00	1.388.908,71	1.388.908,71	1.388.908,71	0,00
11.2- Ensino Fundamental	27.793.744,03	6.077.062,35	6.077.062,35	6.077.062,35	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (10 + 11)	76.152.344,91	58.635.997,10	58.635.997,10	58.635.997,10	0,00

INDICADORES DO FUNDEB					
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o bimestre(f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS Até o bimestre(g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)(h)
13- Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educacao Basica	49.728.450,83	49.728.450,83	49.728.450,83	0,00	0,00
14- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferencias de Impostos	58.635.997,10	58.635.997,10	58.635.997,10	0,00	0,00
15- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementacao da Uniao - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementacao da Uniao - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementacao da Uniao - VAAT Aplicadas na Educacao Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementacao da Uniao - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal	VALOR EXIGIDO(i)	VALOR APLICADO(j)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES(k)	% APLICADO(l)
19- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneracao dos Profissionais da Educacao Basica	44.744.701,27	49.728.450,83	49.728.450,83	77,80
20 - Percentual de 50% da Complementacao da Uniao ao FUNDEB (VAAT) na Educacao Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
21- Mínimo de 15% da Complementacao da Uniao ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

OFR00945

26/01/2022 09:42:59

Inst:1,2,3

Versão 22/06/2021 - 18:17

3/7



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 8 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - MUNICÍPIOS

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

Período: 12/2021

INDICADOR - Art25, § 3º - Lei nº 14113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO(m)	VALOR NÃO APLICADO(n)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE(o)	% NÃO APLICADO(p)
22- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	6.392.100,18	5.285.004,72	5.285.004,72	8,27

INDICADOR - Art25, § 3º - Lei nº 14113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR(q)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR(r)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE(s)	VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL(t)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE(u)	VALOR NÃO APLICADO(v)
23- Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA(c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS(g)
24- EDUCACAO INFANTIL	17.408.914,96	15.247.956,44	15.157.157,55	15.154.255,67	90.798,89
24.1- Creche	17.408.914,96	5.980.057,42	5.974.609,92	5.974.609,92	5.447,50
24.2- Pré-escola	0,00	9.267.899,02	9.182.547,63	9.179.645,75	85.351,39
25- ENSINO FUNDAMENTAL	7.909.665,75	6.659.961,73	6.653.529,23	6.653.529,23	6.432,50
26- TOTAL DAS DESPESAS COM ACOES TÍPICAS DE MDE (24 + 25)	25.318.580,71	21.907.918,17	21.810.686,78	21.807.784,90	97.231,39

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
27- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS (FUNDEB E RECEITA DE IMPOSTOS)	80.543.915,27
28 (-) RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (L7)	39.992.802,73
29 (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB IMPOSTOS	0,00
30 (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
31 (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
32- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (27 - (28 + 29 + 30 + 31))	40.551.112,54

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO(x)	VALOR APLICADO(w)	% APLICADO(y)
33- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	44.106.484,98	40.551.112,54	22,98

OFR00945

26/01/2022 09:42:59

Inst:1,2,3

Versão 22/06/2021 - 18:17

4/ 7



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 8 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - MUNICÍPIOS

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

Período: 12/2021

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS E DO FUNDEB	SALDO INICIAL(a)	RP LIQUIDADOS(a)	RP PAGOS(ab)	RP CANCELADOS(ac)	SALDO FINAL(ad)
34- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	5.706.061,50	5.073.277,71	592.783,79	0,00	5.113.277,71
34.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	5.668.551,12	5.073.277,71	555.273,41	0,00	5.113.277,71
34.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	37.510,38	0,00	37.510,38	0,00	0,00
34.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS(b) Até o Bimestre
35- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	9.255.000,00	9.960.984,77
35.1- Salário-Educação	7.600.000,00	8.896.084,28
35.2- PDDE	0,00	0,00
35.3- PNAE	1.484.000,00	989.776,80
35.4 - PNATE	141.000,00	75.123,69
35.5- Outras Transferências do FNDE	30.000,00	0,00
36- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	2.400.000,00	1.426.866,08
37- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS A EDUCAÇÃO	0,00	0,00
38- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A EDUCAÇÃO	0,00	0,00
39- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00
40- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO = (35 + 36 + 37 + 38 + 39)	11.655.000,00	11.387.850,85

OFR00945

26/01/2022 09:42:59

Inst:1,2,3

Versão 22/06/2021 - 18:17

5/7



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 8 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - MUNICÍPIOS

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

Período: 12/2021

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA(c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS(g)
41- EDUCACAO INFANTIL	4.821.780,01	1.434.026,94	1.434.026,94	1.434.026,94	0,00
4.1.1- Creche	4.821.780,01	1.434.026,94	1.434.026,94	1.434.026,94	0,00
4.1.2- Pre-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- ENSINO FUNDAMENTAL	47.803,81	7.986.295,70	7.986.295,70	7.986.295,70	0,00
43- ENSINO MEDIO	1.453.050,00	694.363,04	694.363,04	694.363,04	0,00
44- ENSINO SUPERIOR	369.000,00	60.573,14	60.573,14	60.573,14	0,00
45- ENSINO PROFISSIONAL NAO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	630.040,00	589.777,89	589.777,89	589.777,89	0,00
46- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (41 + 42 + 43 + 44 + 45)	7.321.673,82	10.765.036,71	10.765.036,71	10.765.036,71	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCACAO	DOTAÇÃO ATUALIZADA(c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS(g)
47- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCACAO (12 + 26 + 46)	108.792.599,44	91.308.951,98	91.211.720,59	91.208.818,71	97.231,39
47.1- Despesas Correntes	106.100.019,31	90.241.917,99	90.144.686,60	90.141.784,72	97.231,39
47.1.1- Pessoal Ativo	64.286.171,58	62.629.157,25	62.629.157,25	62.626.255,37	0,00
47.1.2- Pessoal Inativo	250.178,38	0,00	0,00	0,00	0,00
47.1.3-Transferencias as instituicoes comunitarias, confessionais ou filantropicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47.1.4- Outras Despesas Correntes	41.563.669,35	27.612.760,74	27.515.529,35	27.515.529,35	97.231,39
47.2- Despesas de Capital	2.692.580,13	1.067.033,99	1.067.033,99	1.067.033,99	0,00
47.2.1- Transferencias as instituicoes comunitarias, confessionais ou filantropicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47.2.2- Outras Despesas de Capital	2.692.580,13	1.067.033,99	1.067.033,99	1.067.033,99	0,00

OFR00945

26/01/2022 09:42:59

Inst:1,2,3

Versão 22/06/2021 - 18:17

6/7



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 8 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - MUNICÍPIOS

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

Período: 12/2021

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB(%)	SALÁRIO EDUCAÇÃO(%)
48- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR	882.168,35	0,00
49- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	63.921.001,82	8.896.084,28
50- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	58.673.507,48	7.162.149,74
51- (-) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	6.129.662,69	1.733.934,54
52- (+) AJUSTES POSITIVOS	0,00	0,00
53- (-) AJUSTES NEGATIVOS	-6.129.662,69	-1.733.934,54
54- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	5.453.038,50	0,00

Edivaldo Antônio Brischi
Prefeito Municipal

Silvana Aparecida Zanetti
Secretária de Finanças

Eliana Donizete da Silva
Controle Interno
CPF:284.391.568-63

Josiane Guari de Almeida
Contabilista
CRC 1SP264271

OFR00945

26/01/2022 09:42:59

Inst:1,2,3

Versão 23/06/2021 - 18:17

7/7



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 9 – Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
Período de :01/01/2021 até 31/12/2021

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERACOES DE CREDITO (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	31.790.215,31	21.845.684,90	9.944.530,41
Investimentos	14.708.687,85	6.249.473,47	8.459.214,38
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	17.081.527,46	15.596.211,43	1.485.316,03
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LIQUIDA (II)	31.790.215,31	21.845.684,90	9.944.530,41
RESULTADO PARA APURACAO DA REGRAS DE OURO (III) = (II - I)	31.790.215,31	21.845.684,90	9.944.530,41

Edivaldo Antônio Brischi
Prefeito Municipal

Silvana Aparecida Zanetti
Secretária de Finanças

Eliana Donizete da Silva
Controlador Interno
CPF 284.391.568-63

Josiane Guari de Almeida
Contador
CRC: 1SP264271



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453

ANEXO 6. Projeções Atuariais para o Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2021 a 2095

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

em Reais (R\$)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c) 1	RESULTADO ACUMULADO CAPITALIZADO (Fundo de Previdência) 2
2021	30.606.230,58	14.897.941,96	15.708.288,62	152.084.603,37	159.901.894,25
2022	31.317.532,56	15.875.466,84	15.442.065,72	167.526.669,08	184.429.122,61
2023	32.034.152,92	17.403.228,80	14.630.924,12	182.157.593,21	209.452.603,23
2024	32.354.494,45	18.181.517,78	14.172.976,67	196.330.569,88	235.361.998,66
2025	32.678.039,40	20.128.927,89	12.549.111,51	208.879.681,38	261.007.811,41
2026	33.004.819,79	22.024.258,16	10.980.561,63	219.860.243,01	286.432.569,64
2027	33.334.867,99	23.860.984,45	9.473.883,54	229.334.126,55	311.687.840,70
2028	33.668.216,67	24.944.215,10	8.724.001,56	238.058.128,11	337.541.743,67
2029	34.004.898,83	26.776.048,66	7.228.850,17	245.286.978,28	363.261.258,19
2030	34.344.947,82	28.600.924,28	5.744.023,54	251.031.001,83	388.849.704,96
2031	34.688.397,30	30.161.495,24	4.526.902,06	255.557.903,89	414.574.940,08
2032	35.035.281,27	33.223.570,36	1.811.710,91	257.369.614,80	438.905.710,10
2033	35.385.634,09	35.203.406,99	182.227,10	257.551.841,90	462.881.565,05
2034	35.739.490,43	36.770.602,32	-1.031.111,89	256.520.730,00	486.910.690,85
2035	36.096.885,33	38.332.345,63	-2.235.460,30	254.285.269,71	511.005.209,02
2036	36.457.854,19	42.793.141,63	-6.335.287,44	247.949.982,27	532.194.717,62
2037	36.822.432,73	45.199.359,39	-8.376.926,67	239.573.055,60	552.435.729,93
2038	37.190.657,05	47.257.770,88	-10.067.113,82	229.505.941,78	572.037.813,89
2039	37.562.563,63	48.898.405,62	-11.335.841,99	218.170.099,79	591.399.220,10
2040	37.938.189,26	50.418.561,95	-12.480.372,69	205.689.727,10	610.634.467,03
2041	38.317.571,15	53.762.128,93	-15.444.557,78	190.245.169,32	627.867.749,85
2042	38.700.746,87	55.061.891,68	-16.361.144,81	173.884.024,50	645.093.650,05
2043	39.087.754,33	56.720.856,15	-17.633.101,81	156.250.922,69	661.946.767,01
2044	26.227.106,67	58.295.269,41	-32.068.162,74	124.182.759,95	664.887.071,84
2045	26.489.377,74	60.335.692,42	-33.846.314,68	90.336.445,27	666.160.401,32
2046	26.754.271,51	61.371.185,25	-34.616.913,74	55.719.531,53	666.711.262,97
2047	27.021.814,23	61.594.802,58	-34.572.988,35	21.146.543,18	667.337.097,09
2048	27.292.032,37	62.268.551,78	-34.976.519,41	-13.829.976,23	667.582.384,67
2049	27.564.952,70	62.454.023,75	-34.889.071,06	-48.719.047,29	667.930.785,03
2050	27.840.602,22	62.532.945,54	-34.692.343,32	-83.411.390,61	668.500.127,76
2051	28.119.008,24	62.725.871,64	-34.606.863,40	-118.018.254,00	669.188.125,29
2052	28.400.198,33	62.409.757,28	-34.009.558,95	-152.027.812,95	670.526.903,68
2053	28.684.200,31	61.956.306,39	-33.272.106,08	-185.299.919,03	672.695.681,71
2054	28.971.042,31	61.732.854,03	-32.761.811,72	-218.061.730,75	675.506.130,84
2055	29.260.752,74	61.480.409,62	-32.219.656,89	-250.281.387,64	679.025.753,55
2056	29.553.360,26	61.235.734,60	-31.682.374,34	-281.963.761,97	683.287.982,71
2057	29.848.893,87	61.937.814,03	-32.088.920,17	-314.052.682,14	687.363.661,47
2058	30.147.382,81	62.645.762,61	-32.498.379,80	-346.551.061,94	691.239.686,02
2059	30.448.856,63	63.359.354,32	-32.910.497,68	-379.461.559,63	694.902.504,83
2060	30.753.345,20	64.078.783,39	-33.325.438,19	-412.786.997,82	698.337.663,03
2061	31.060.878,65	64.804.244,62	-33.743.365,97	-446.530.363,79	701.529.753,17
2062	31.371.487,44	65.535.513,59	-34.164.026,15	-480.694.389,94	704.462.794,54
2063	31.685.202,31	66.273.065,97	-34.587.863,66	-515.282.253,60	707.119.483,23



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453

Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2021 a 2095

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) em Reais (R\$)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c) 1	RESULTADO ACUMULADO CAPITALIZADO (Fundo de Previdência) 2
2064	32.002.054,34	67.016.818,37	-35.014.764,03	-550.297.017,63	709.481.695,09
2065	32.322.074,88	67.766.827,82	-35.444.752,94	-585.741.770,58	711.530.297,22
2066	32.645.295,63	68.523.291,87	-35.877.996,25	-621.619.766,82	713.244.949,38
2067	32.971.748,58	69.286.408,61	-36.314.660,02	-657.934.426,85	714.604.038,33
2068	33.301.486,07	70.056.096,88	-36.754.630,81	-694.689.057,65	715.584.895,90
2069	33.634.480,73	70.832.835,74	-37.198.355,01	-731.887.412,66	716.163.166,83
2070	33.970.825,54	71.616.405,29	-37.645.579,76	-769.532.992,41	716.313.435,51
2071	34.310.533,79	72.407.285,78	-38.096.751,98	-807.629.744,40	716.008.449,75
2072	34.653.639,13	73.205.258,48	-38.551.619,34	-846.181.363,74	715.219.739,50
2073	35.000.175,52	74.010.664,91	-39.010.489,39	-885.191.853,13	713.916.975,73
2074	35.350.177,28	74.823.427,49	-39.473.250,21	-924.665.103,34	712.068.300,52
2075	35.703.679,05	75.643.749,04	-39.940.069,99	-964.605.173,33	709.639.956,53
2076	36.060.715,84	76.471.553,20	-40.410.837,36	-1.005.016.010,69	706.596.471,12
2077	36.421.323,00	77.269.548,40	-40.848.225,40	-1.045.864.236,09	702.938.787,54
2078	36.785.536,23	78.120.625,67	-41.335.089,44	-1.087.199.325,53	698.582.799,47
2079	37.153.391,59	78.977.840,96	-41.824.449,37	-1.129.023.774,90	693.488.095,25
2080	37.524.925,51	79.841.260,38	-42.316.334,87	-1.171.340.109,77	687.612.042,46
2081	37.900.174,76	80.710.950,65	-42.810.775,89	-1.214.150.885,66	680.909.667,25
2082	38.279.176,51	81.586.979,18	-43.307.802,67	-1.257.458.688,33	673.333.527,09
2083	38.661.968,28	82.469.414,03	-43.807.445,75	-1.301.266.134,08	664.833.576,73
2084	39.048.587,96	83.358.323,92	-44.309.735,97	-1.345.575.870,05	655.357.026,78
2085	39.439.073,84	84.253.778,29	-44.814.704,45	-1.390.390.574,49	644.848.194,69
2086	39.833.464,58	85.155.847,21	-45.322.382,63	-1.435.712.957,12	633.248.347,64
2087	40.231.799,22	86.064.601,47	-45.832.802,25	-1.481.545.759,38	620.495.536,89
2088	40.634.117,21	86.980.112,58	-46.345.995,36	-1.527.891.754,74	606.524.423,16
2089	41.040.458,39	87.902.452,71	-46.861.994,32	-1.574.753.749,06	591.266.092,52
2090	41.450.862,97	88.831.694,77	-47.380.831,80	-1.622.134.580,86	574.647.862,40
2091	41.865.371,60	89.767.912,39	-47.902.540,79	-1.670.037.121,65	556.593.076,89
2092	42.284.025,32	90.711.179,92	-48.427.154,61	-1.718.464.276,25	537.020.891,17
2093	42.706.865,57	91.661.572,45	-48.954.706,88	-1.767.418.983,13	515.846.044,03
2094	43.133.934,22	92.619.165,81	-49.485.231,58	-1.816.904.214,71	492.978.618,26
2095	43.565.273,57	93.584.036,56	-50.018.763,00	-1.866.922.977,71	468.323.787,90

FONTE: Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor
1. Resultado Aritmético
2. Resultado com a capitalização do saldo financeiro



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de: 01/01/2021 à 31/12/2021

RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)		7.000,00		406,94		6.593,06	
Receita de Alienação de Bens Móveis		1.000,00		0,00		1.000,00	
Receita de Alienação de Bens Imóveis		0,00		0,00		0,00	
Receita de Alienação de Bens Intangíveis		0,00		0,00		0,00	
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras		6.000,00		406,94		5.593,06	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA(d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO A PAGAR (h) = (e - f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		<EXERCÍCIO ANTERIOR> (h)		<EXERCÍCIO> (i) = (fb - (fIe+ fIf))		SALDO ATUAL (j) = (fIh + fIi)	
VALOR (III)		19.581,93		406,94		19.988,93	

Edvaldo Antônio Brischi
Prefeito Municipal

Silvana Aparecida Zanetti
Secretária de Finanças

Elana Donizete da Silva
Controlador Interno
CPF:284.391.568-63

Josiane Guari de Almeida
Contabilista
CRC 1SP264271

OFR00192

26/01/2022 10:38:42

Inst:1,2,3

Versão 13/11/2020 - 10:34

1/ 1



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Anexo 12 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Período: 12/2021

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre(b)	% (c) = (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	55.703.000,00	55.703.000,00	54.944.835,08	98,64
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	23.920.000,00	23.920.000,00	20.006.401,91	83,64
IPTU	18.600.000,00	18.600.000,00	14.490.515,33	77,91
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	5.320.000,00	5.320.000,00	5.515.886,58	103,68
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	4.123.000,00	4.123.000,00	7.682.755,45	186,34
ITBI	4.100.000,00	4.100.000,00	7.666.780,54	186,99
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	23.000,00	23.000,00	15.974,91	69,46
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	22.410.000,00	22.410.000,00	21.413.399,34	95,55
ISS	22.000.000,00	22.000.000,00	21.019.460,31	95,54
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	410.000,00	410.000,00	393.939,03	96,08
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	5.250.000,00	5.250.000,00	5.842.278,38	111,28
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	120.900.000,00	120.900.000,00	118.250.510,44	97,81
Cota-Parte FPM	38.500.000,00	38.500.000,00	39.135.275,76	101,65
Cota-Parte ITR	350.000,00	350.000,00	261.717,55	74,78
Cota-Parte IPVA	11.500.000,00	11.500.000,00	9.084.527,25	79,00
Cota-Parte ICMS	69.500.000,00	69.500.000,00	69.250.744,94	99,64
Cota-Parte IPI-Exportação	550.000,00	550.000,00	518.244,94	94,23
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	176.603.000,00	176.603.000,00	173.195.345,52	98,07

OFR00899

26/01/2022 10:39:38

Inst:1,2,3

Versão 05/05/2021 - 10:52

1 / 6



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Anexo 12 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Período: 12/2021

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada(c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% = (e/c) x	Até o Bimestre (f)	% = (f/c) x	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	22.445.700,00	25.531.005,98	25.050.279,64	98,12	25.047.043,64	98,10	25.047.043,64	98,10	480.726,34
Despesas Correntes	22.445.700,00	25.531.005,98	25.050.279,64	98,12	25.047.043,64	98,10	25.047.043,64	98,10	480.726,34
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	15.738.500,00	8.780.604,70	7.712.080,25	87,83	7.153.313,40	81,47	7.153.313,40	81,47	1.068.524,45
Despesas Correntes	15.737.900,00	7.848.004,70	7.028.398,82	89,56	6.519.986,29	83,08	6.519.986,29	83,08	819.605,88
Despesas de Capital	600,00	932.600,00	683.681,43	73,31	633.327,11	67,91	633.327,11	67,91	248.918,57
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
Despesas Correntes	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	1.564.600,00	1.740.617,64	1.311.158,21	75,33	1.311.158,21	75,33	1.311.158,21	75,33	429.459,43
Despesas Correntes	1.564.600,00	1.740.617,64	1.311.158,21	75,33	1.311.158,21	75,33	1.311.158,21	75,33	429.459,43
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	5.772.800,00	9.837.859,55	8.593.532,63	87,35	7.854.219,25	79,84	7.854.219,25	79,84	1.244.326,92
Despesas Correntes	5.715.100,00	9.280.661,55	8.098.523,63	87,26	7.359.210,25	79,30	7.359.210,25	79,30	1.182.137,92
Despesas de Capital	57.700,00	557.198,00	495.009,00	88,84	495.009,00	88,84	495.009,00	88,84	62.189,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	45.521.900,00	45.890.387,87	42.667.050,73	92,98	41.365.734,50	90,14	41.365.734,50	90,14	3.223.337,14

OFR00899

26/01/2022 10:39:38

Inst:1,2,3

Versão 05/05/2021 - 10:52

2/6



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Anexo 12 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Período: 12/2021

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS		DESPESAS EMPENHADAS(h)	DESPESAS LIQUIDADAS(i)	DESPESAS PAGAS(j)	
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)		42.667.050,73	41.365.734,50	41.365.734,50	
-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)		0,00	0,00	0,00	
-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)		0,00	0,00	0,00	
-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)		0,00	0,00	0,00	
=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII) - XIII - XIV - XV		42.667.050,73	41.365.734,50	41.365.734,50	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)		25.979.301,83	25.979.301,83	25.979.301,83	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)		25.979.301,83	25.979.301,83	25.979.301,83	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI) (h ou i) - (XVII)		16.687.748,90	15.386.432,67	15.386.432,67	
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)		0,00	0,00	0,00	
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III) * 100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)		24,64	23,88	23,88	
LIMITE NÃO CUMPRIDO					
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercício atual) (g)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			SALDO FINAL (NÃO APLICADO) (k)
		Empenhadas (h)	Liquidadas (i)	Pagas(j)	
Diferença de limite não cumprido em 2018 (saldo inicial = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2017 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OFR00899

26/01/2022 10:39:38

Inst:1,2,3

Versão 05/05/2021 - 10:52

3 / 6



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Anexo 12 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Período: 12/2021

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (t)	Valor aplicado em ASPS no exercício (m)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (m - t)	Total inscrito em RP no exercício	Total de RP pagos	Total de RP a pagar	Total de RP cancelados (p)	Total da compensação de RP cancelados (q)	Saldo do valor aplicado além do limite mínimo após
Empenhos de 2019	0,00	31.968.500,40	1.871.285,49	31.968.500,40	1.871.285,49	1.645.441,06	222.201,06	3.643,37	3.223.337,14	35.188.194,17
Empenhos de 2018	20.368.313,31	31.968.500,40	55.298,64	11.600.187,09	55.298,64	475,42	54.669,22	154,00	3.223.337,14	14.823.370,23
Empenhos de 2017	19.146.067,92	32.942.648,53	1.555,81	13.796.580,61	1.555,81	655,00	900,81	0,00	3.223.337,14	17.019.917,75
Empenhos de 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.223.337,14	3.223.337,14
Empenhos de 2015 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.223.337,14	3.223.337,14
TOTAL DOS VALORES A COMPENSAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO SEGUINTE (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.223.337,14	3.223.337,14

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo Final (não aplicado) (s-t)
		Empenhadas (t)	Liquidadas (u)	Pagas (v)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2018 a compensar (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2017 a compensar (XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a compensar (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o bimestre(b)	% (c) = (b/a)x100	
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVI)	10.914.400,00	10.914.400,00	13.060.287,78		119,66
Proveniente da União - Fundo a Fundo	10.458.400,00	10.458.400,00	9.537.461,13		91,19
Proveniente dos Estados	456.000,00	456.000,00	3.522.826,65		772,55
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00		0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXVII)	0,00	0,00	0,00		0,00
OUTRAS RECEITAS (XXVIII)	60.000,00	60.000,00	25.341,77		42,24
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXIX) = (XXVI + XXVII + XXVIII)	10.974.400,00	10.974.400,00	13.085.629,55		119,24

OFR00899

26/01/2022 10:39:38

Inst:1,2,3

Versão 05/05/2021 - 10:52

4/6



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Anexo 12 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Período: 12/2021

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada(c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% = (e/c) x	Até o Bimestre (f)	% = (f/c) x	
ATENÇÃO BÁSICA (XXX)	7.211.900,00	11.175.140,89	8.811.881,67	78,85	7.162.641,98	64,09	7.162.641,98	64,09	0,00
Despesas Correntes	7.186.800,00	11.150.040,89	8.803.511,67	78,95	7.154.271,98	64,16	7.154.271,98	64,16	0,00
Despesas de Capital	25.100,00	25.100,00	8.370,00	33,35	8.370,00	33,35	8.370,00	33,35	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXI)	3.024.300,00	7.050.127,77	7.845.820,35	111,29	7.207.026,67	102,23	7.207.026,67	102,23	0,00
Despesas Correntes	2.980.000,00	6.753.032,62	7.810.473,87	115,66	7.175.497,69	106,26	7.175.497,69	106,26	0,00
Despesas de Capital	44.300,00	297.095,15	35.346,48	11,90	31.528,98	10,61	31.528,98	10,61	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXII)	391.000,00	391.000,00	178.168,96	45,57	10.987,20	2,81	10.987,20	2,81	0,00
Despesas Correntes	391.000,00	391.000,00	178.168,96	45,57	10.987,20	2,81	10.987,20	2,81	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXIII)	217.000,00	260.952,40	109.577,83	41,99	108.177,38	41,45	108.177,38	41,45	0,00
Despesas Correntes	217.000,00	260.952,40	109.577,83	41,99	108.177,38	41,45	108.177,38	41,45	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXV)	33.000,00	46.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	33.000,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.370,00	25,36	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVI)	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NAO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXVII) = (XXX + XXXI + XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI)	10.898.200,00	18.944.221,06	16.945.448,81	89,45	14.488.833,23	76,45	14.488.833,23	76,45	0,00

OFR00899

26/01/2022 10:39:38

Inst:1,2,3

Versão 05/05/2021 - 10:52

5/6



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Anexo 12 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Período: 12/2021

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre(d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre(e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre(f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXVIII) = (IV + XXX)	29.657.600,00	36.706.146,87	33.862.161,31	92,25	32.209.685,62	87,75	32.209.685,62	87,75	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIX) = (V + XXXI)	18.762.800,00	15.830.732,47	15.557.900,60	98,28	14.360.340,07	90,71	14.360.340,07	90,71	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPEÚTICO (XL) = (VI + XXXII)	391.300,00	391.300,00	178.168,96	45,53	10.987,20	2,81	10.987,20	2,81	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLI) = (VII + XXXIII)	1.781.600,00	2.001.570,04	1.420.736,04	70,98	1.419.335,59	70,91	1.419.335,59	70,91	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLII) = (VIII + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLIII) = (XIX + XXXV)	33.000,00	46.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLIV) = (X + XXXVI)	5.793.800,00	9.858.859,55	8.593.532,63	87,17	7.854.219,25	79,67	7.854.219,25	79,67	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLV) = (XI + XXXVII)	56.420.100,00	64.834.608,93	59.612.499,54	91,95	55.854.567,73	86,15	55.854.567,73	86,15	40.555.821,18
1.) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes3	10.903.400,00	18.949.780,17	15.243.690,25	80,44	12.608.807,45	66,54	12.608.807,45	66,54	0,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVI)	45.516.700,00	45.884.828,76	44.368.809,29	96,70	43.245.760,28	94,25	43.245.760,28	94,25	2.634.882,80

Edivaldo Antônio Brischi
Prefeito Municipal

Silvana Aparecida Zanetti
Secretária de Finanças

Eliana Donizete da Silva
Controlador Interno
CPF:284.391.568-63

Josiane Guari de Almeida
Contabilista
CRC 1SP264271



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

6º Bimestre

Período de: 01/11/2021 a 31/12/2021

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre			
RECEITAS				0,00	
Previsao Inicial				299.500.000,00	
Previsao Atualizada				299.500.000,00	
Receitas Realizadas				306.163.301,38	
Deficit Orcamentario				0,00	
Saldos de Exercicios Anteriores (Utilizados para Creditos Adicionais)				23.447.905,15	
DESPESAS				0,00	
Dotacao Inicial				275.074.144,00	
Creditos Adicionais				37.882.874,85	
Dotacao Atualizada				312.957.018,85	
Despesas Empenhadas				239.532.392,50	
Despesas Liquidadas				231.619.022,30	
Despesas Pagas				231.592.106,83	
Superavit Orcamentario				61.491.222,83	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre			
Despesas Empenhadas				252.585.448,75	
Despesas Liquidadas				244.672.078,55	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre			
Receita Corrente Líquida				265.746.264,63	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Calculo dos Limites de				261.396.264,63	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Calculo dos Limites da				261.396.264,63	
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre			
Fundo em Capitalizacao (PLANO PREVIDENCIARIO)				0,00	
Receitas Previdenciarias Realizadas(I)				0,00	
Despesas Previdenciarias Empenhadas				0,00	
Despesas Previdenciarias Liquidadas(II)				0,00	
Resultado Previdenciario (III) = (I - II)				0,00	
Fundo em Reparticao (PLANO FINANCEIRO)				0,00	
Receitas Previdenciarias Realizadas(IV)				0,00	
Despesas Previdenciarias Empenhadas				0,00	
Despesas Previdenciarias Liquidadas(V)				0,00	
Resultado Previdenciario (VI) = (IV - V)				0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		517.629,29	56.482.475,01	10.911,76	
Resultado Primario		-5.967.000,00	50.073.448,87	-839,17	
RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		20.362.004,85	184.245,35	7.024.984,42	13.152.775,08



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

6º Bimestre

Período de: 01/11/2021 a 31/12/2021

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

PREÇO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Poder Executivo	20.362.004,85	184.245,35	7.024.984,42	13.152.775,08
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministerio Publico	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Publica	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	1.904.261,98	181.799,58	997.448,52	725.013,88
Poder Executivo	1.894.587,98	181.799,58	987.774,52	725.013,88
Poder Legislativo	9.674,00	0,00	9.674,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministerio Publico	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Publica	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	22.266.266,83	366.044,93	8.022.432,94	13.877.788,96
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de 18% / 25% das Receitas de Impostos na Manutencao e Desenvolvimento do Ensino	40.551.112,54	<18% / 25%>	22,98	
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB (VAAT) na Remuneracao dos Profissionais da Educacao Basica	49.728.450,83	70%	77,80	
Percentual de 50% da Complementacao do FUNDEB (VAAT) na Educacao Infantil	0,00	50%	0,00	
Complementacao da Uniao ao FUNDEB	0,00	15%	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo não realizado		
Receita de Operacao de Credito	0,00	0,00		
Despesa de Capital Liquida	21.845.684,90	9.944.530,41		
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdencia Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Proprio de Previdencia dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar		
Receita de Capital Resultante da Alienacao de Ativos	406,94	6.593,06		
Aplicacao dos Recursos da Alienacao de Ativos	0,00	0,00		



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | **Ano III** | Edição **453**



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

6º Bimestre

Período de: 01/11/2021 a 31/12/2021

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	42.667.050,73	15%	24,64
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		
Total das Despesas / RCL (%)			0,00

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária Municipal de Finanças

JOSIANE GUARI DE ALMEIDA
Contabilista
CRC 1SP264271

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF:284.391.568-63



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

(Artigos 53, Inciso II e 50, Inciso IV da LC. 101/00)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

MUNICÍPIO DE MONTE MOR

6º BIMESTRE DE 2021

Valores expressos em R\$

I – RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	Previsão Anual		Receitas Realizadas		Saldo a Realizar
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	
Contribuições Patronais	35.050.000,00	35.050.000,00	4.766.046,28	34.641.842,23	408.157,77
Contribuições dos Servidores Ativos	6.930.000,00	6.930.000,00	1.783.821,41	8.040.814,89	-1.110.814,89
Contribuições dos Servidores Inativos	10.000,00	10.000,00	8.011,14	37.799,10	-27.799,10
Contribuições dos Pensionistas					0,00
Receitas Patrimoniais	6.000.000,00	6.000.000,00	3.544.211,17	7.748.116,03	-1.748.116,03
Compensações Previdenciárias	10.000,00	10.000,00	82.422,67	295.968,54	-285.968,54
Alienações de Bens	0,00	0,00			0,00
Outras	0,00	0,00			0,00
Total	48.000.000,00	48.000.000,00	10.184.512,67	50.764.540,79	-2.764.540,79

II – DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação Anual		Empenhadas		Liquidadas		Saldo a Empenhar
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
Inativos	21.400.000,00	21.400.000,00	785.808,52	9.874.880,57	785.808,52	9.874.880,57	11.525.119,43
Pensionistas	9.800.000,00	9.800.000,00	214.030,28	2.739.324,03	214.030,28	2.739.324,03	7.060.675,97
Outros Benefícios	100.000,00	100.000,00	0,00	89.732,70	0,00	89.732,70	10.267,30
Outras Despesas	16.700.000,00	16.700.000,00	31.047,86	606.634,92	77.555,11	606.634,92	16.093.365,08
Total	48.000.000,00	48.000.000,00	1.030.886,66	13.310.572,22	1.077.393,91	13.310.572,22	34.689.427,78

III - RESULTADO	0,00	0,00	9.153.626,01	37.453.968,57	9.107.118,76	37.453.968,57	
-----------------	------	------	--------------	---------------	--------------	---------------	--



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453

IV -DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	R\$		R\$
Receitas	49.265.999,95	Despesas	15.761.162,75
Orçamentárias	50.764.540,79	Orçamentárias pagas	13.310.572,22
Extra-orçamentárias	-1.498.540,84	Extra-orçamentárias	2.450.590,53
		Inscrição Restos a pagar*	
Saldo do exercício anterior	136.214.091,89	Saldo Atual	169.718.929,09
Caixa		Caixa	
Bancos Conta Movimento		Bancos Conta Movimento	
Aplicações Financeiras	144.388.698,32	Aplicações Financeiras	169.718.929,09
Total Geral	185.480.091,84		185.480.091,84

* Relativo ao último bimestre

Djalma Sombini Junior
Presidente Ipremor

Rosângela Ap. G. Paroni
CRC SP 317967/O-6

Rosimara C. D. Roventini
Dir. Administrativa / Financeira



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



Prefeitura Municipal de Monte Mor

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Período de: 01/02/2020 a 31/01/2021

RREO - Anexo 1 (LRF, Art55, inciso I, alínea

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (R)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R)
	LIQUIDADAS														
	Fevereiro 2020	Março 2020	Abril 2020	Maio 2020	Junho 2020	Julho 2020	Agosto 2020	Setembro 2020	Outubro 2020	Novembro 2020	Dezembro 2020	Janeiro 2021			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.152.401,74	7.857.633,76	7.760.098,17	7.316.934,06	8.013.482,75	8.343.111,82	8.093.953,49	7.810.401,55	7.249.586,95	7.612.480,51	7.130.046,25	6.774.665,06	92.114.796,15		
Pessoal Ativo (soma linhas 20,21 e 22)	8.151.237,08	7.856.469,10	7.758.933,51	7.315.769,42	8.011.544,85	8.341.173,92	8.092.015,59	7.807.647,58	7.249.586,95	7.609.726,55	7.124.538,33	6.771.500,96	92.090.143,85	0,00	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	6.583.790,81	6.287.889,56	6.191.584,27	5.740.954,31	6.422.810,34	6.755.030,14	6.524.507,06	6.222.956,70	5.657.131,21	6.021.991,21	12.388.070,37	5.182.904,87	79.979.620,85	0,00	
Obrigações Patronais	1.567.446,27	1.568.579,54	1.567.349,24	1.574.815,11	1.588.734,51	1.586.143,78	1.567.508,53	1.584.690,85	1.592.455,74	1.587.735,34	-5.263.532,04	1.584.657,11	12.106.584,02	0,00	
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.938,98	3.938,98	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas (soma as linhas 24,25 e 26)	1.164,66	1.164,66	1.164,66	1.164,66	1.937,90	1.937,90	1.937,90	2.753,96	0,00	2.753,96	5.507,92	3.164,12	24.652,30	0,00	
Aposentadorias, Reservas e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões	1.164,66	1.164,66	1.164,66	1.164,66	1.937,90	1.937,90	1.937,90	2.753,96	0,00	2.753,96	5.507,92	2.753,96	24.242,14	0,00	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	410,16	410,16	0,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (1 do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (1 do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46,01	46,01	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Exercícios de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46,01	46,01	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	8.152.401,74	7.857.633,76	7.760.098,17	7.316.934,06	8.013.482,75	8.343.111,82	8.093.953,49	7.810.401,55	7.249.586,95	7.612.480,51	7.130.046,25	6.774.619,07	92.114.750,14	0,00	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	225.783.881,16	0,00
) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (13, art 166 da CF)	1.650.000,00	0,00

OFR00608

26/01/2022 13:53:54

Inst2

Versão 13/11/2020 - 10:24

1/2



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



Prefeitura Municipal de Monte Mor

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Período de: 01/02/2020 a 31/01/2021

RREO - Anexo 1 (LRF, Art55, inciso I, alínea

j) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (VI) (art 166 - 16 da CF)	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA (VII) = (IV - V - VI)	224.133.881,16	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP (VIII) = (III a + III b)	92.114.750,14	41,10
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	121.032.295,83	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	114.980.681,04	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do 1º do art. 59 da LRF)	108.929.066,24	48,60

Edivaldo Antônio Brischi
Prefeito Municipal

Silvana Aparecida Zanetti
Secretária de Finanças

Elisane Donizete da Silva
Controlador Interno
CPF:284.391.568-63

Josiane Guari de Almeida
Contabilista
CRC 1SP264271



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
3º Quadrimestre de 2021

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021			
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
DOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AS ENTIDADES CONTROLADAS (III) SOMA DOS ABAIXO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA RCL (VI)	234.545.596,92	238.316.364,15	249.809.453,83	265.746.264,63	
() Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166 A, § 1º, da CF) (VII)	0,00	0,00	700.000,00	4.350.000,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII)	234.545.596,92	238.316.364,15	249.109.453,83	261.396.264,63	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	51.600.031,32	52.429.600,11	54.804.079,84	57.507.178,22	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do 1º do art. 59 da LRF)	46.440.028,19	47.186.640,10	49.323.671,86	51.756.460,40	
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021			
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OFR00507

26/01/2022 13:46:41 Inst:1,2,3

Versão 13/11/2020 - 11:27

1/2



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | **Ano III** | Edição **453**

Edivaldo Antônio Brischi
Prefeito Municipal

Silvana Aparecida Zanetti
Secretária de Finanças

Eliana Donizete da Silva
Controle Interno
CPF:284.391.568-63

Josiane Guari de Almeida
Contabilista
CRC 1SP264271



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

3º Quadrimestre de 2021

Período de: 01/09/2021 a 31/12/2021

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, 1)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º da RSF nº 43/2001 I (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, 1)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º da RSF nº 43/2001 I (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES		
	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	265.746.264,63	0,00
() Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166 A, 1, da CF) (V)	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI)	265.746.264,63	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (III + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	42.519.402,34	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do 1º do art. 59 da LRF) %	38.267.462,11	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	18.602.238,52	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		
	NO QUADRIMESTRE DE	NO QUADRIMESTRE DE
Parcelamentos de Dívidas	18.514.143,94	106.505.811,61
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	18.514.143,94	106.505.811,61
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária Municipal de Finanças

JOSIANE GUARI DE ALMEIDA
Contabilista
CRC 1SP264271

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
3º Quadrimestre de 2021

RGF - Anexo 5 (LRF, Art. 55, Inciso III, Alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS									
		DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (POIS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
			De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)		73.003.936,14	401.396,33	0,00	1.038.337,51	0,00	71.564.202,24	0,00	0,00	71.564.202,24	
Recursos Ordinários		73.003.936,14	401.396,33	0,00	2.178.579,01	0,00	70.423.960,80	0,00	0,00	70.423.960,80	
Outros Recursos não Vinculados		0,00	0,00	0,00	-1.140.241,44	0,00	1.140.241,44	0,00	0,00	1.140.241,44	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)		31.683.038,68	6.108.912,94	0,00	-875.877,68	0,00	26.450.003,43	0,00	0,00	26.450.003,43	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educacao		2.218.634,08	7.200.422,23	0,00	-177.232,05	0,00	-4.804.556,10	0,00	0,00	-4.804.556,10	
Transferências do FUNDEB		5.453.038,50	-37.510,38	0,00	0,00	0,00	5.490.548,88	0,00	0,00	5.490.548,88	
Outros Recursos Vinculados a Educacao		7.639.782,24	57.460,14	0,00	0,00	0,00	7.582.322,10	0,00	0,00	7.582.322,10	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saude		1.183.129,31	78.677,49	0,00	-257.810,93	0,00	1.362.262,79	0,00	0,00	1.362.262,79	
Outros Recursos Vinculados a Saude		12.143.024,88	-184.016,88	0,00	-423.713,98	0,00	12.750.755,67	0,00	0,00	12.750.755,67	
Recursos Vinculados a Assistência Social		1.090.340,08	814.511,87	0,00	-55.742,12	0,00	331.570,33	0,00	0,00	331.570,33	
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados a Educacao e a Saude)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos		19.988,93	0,00	0,00	0,00	0,00	19.988,93	0,00	0,00	19.988,93	
Outros Recursos Vinculados		1.935.100,68	-1.820.631,56	0,00	38.621,37	0,00	3.717.110,87	0,00	0,00	3.717.110,87	
TOTAL (III) = (I + II)		104.686.974,82	6.510.309,27	0,00	162.459,88	0,00	98.014.205,67	0,00	0,00	98.014.205,67	

Edivaldo Antônio Brischi
Prefeito Municipal

Silvana Aparecida Zanetti
Secretária de Finanças

Eliana Donizete da Silva
Controlador Interno
CPF:284.391.568-63

Josiane Guari de Almeida
Contabilista
CRC 1SP264271



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III | Edição 453



MUNICÍPIO DE Monte Mor - CONSOLIDADO GERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
3º Quadrimestre/2021

LRF, art. 48 - Anexo 6

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida	265.746.264,63
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	261.396.264,63
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	261.396.264,63

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal	0,00	0,00
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) (%)	0,00	0,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) (%)	0,00	0,00
Limite de Alerta (inciso II do 1º do art. 59 da LRF) (%)	0,00	0,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	18.377.461,11	17,78
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	318.895.517,56	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	700.000,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	58.464.178,22	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	42.519.402,34	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	18.602.238,52	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária Municipal de Finanças

JOSIANE GUARI DE ALMEIDA
Contabilista
CRC 1SP264271

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico do Município de Monte Mor

(Lei Municipal nº 2.630, de 14 de agosto de 2018 e regulamentada pelo Decreto nº 5073, de 12 de setembro de 2019)

é uma publicação da Prefeitura de Monte Mor. Site: www.montemor.sp.gov.br CONTEÚDO:

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade das secretarias e órgãos públicos emissores.

Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor.

Para informações sobre como contatar o órgão emissor, ligue para (19) 3879-9000.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO:

Edição, diagramação e Publicação Eletrônica.

E-mail: diario.oficial@montemor.sp.gov.br



Sumário

PODER EXECUTIVO	1
DECRETOS	1
PORTARIAS	5
PODER LEGISLATIVO	5
LEIS	6
DIVERSOS	9



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 15 de Junho de 2022 | Ano III | Edição 511

PODER EXECUTIVO

DECRETOS



DECRETO 5689 DE 15 DE JUNHO DE 2022.

“Dispõe sobre a modalidade de loteamento de acesso controlado em loteamento existente no município de Monte Mor, denominado “Residencial Recanto do Lago” e dá outras providências”

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE MOR, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais;

CONSIDERANDO que o § 8º, do art. 2º, da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, incluído pelo art. 78, da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, passou a dispor que “Constitui loteamento de acesso controlado a modalidade de loteamento, definida nos termos do § 1º deste artigo, cujo controle de acesso será regulamentado por ato do poder público Municipal, sendo vedado o impedimento de acesso a pedestres ou a condutores de veículos, não residentes, devidamente identificados ou cadastrados”;

CONSIDERANDO a existência de solicitações para que o loteamento denominado “Residencial Recanto Do Lago”, analisado, aprovado e registrado, atendendo às exigências, legalmente obtenha permissão do Poder Público para que sejam implantados e regularizados sistemas de controle de acesso;

CONSIDERANDO a possibilidade de regularização do referido empreendimento na modalidade de loteamento de acesso controlado;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade do estabelecimento de normas e condições para a concessão da permissão para o controle de acesso no “Residencial Recanto do Lago”, de modo a garantir o bem-estar, a segurança, a mobilidade urbana, a proteção ao meio ambiente e a qualidade de vida, não só aos moradores locais, mas a todos os cidadãos,

DECRETA:

Artigo 1º-O loteamento “Residencial Recanto do Lago” fica enquadrado na modalidade de loteamento de acesso controlado, nos termos da Lei Federal 13.465/17.

§ único. Fica vedada a restrição de pessoas ou veículos ao Loteamento, em qualquer horário, devidamente identificados ou cadastrados, bem como a cobrança de quaisquer taxas em face do acesso ao loteamento.



Artigo 2º-Fica autorizado o fechamento do loteamento “Residencial Recanto do Lago”, por meio de muro ou outro sistema de tapagem admitido pelo Poder Executivo, desde que para fins estritamente residenciais, ficando excluídos do referido fechamento os lotes de uso **misto**.

Artigo 3º - Fica autorizada, nos termos da legislação federal vigente, a regularização de guarita na entrada do loteamento com o objetivo de manter a segurança do local, controlar o acesso e monitorar a entrada e saída de veículos e pedestres, com a finalidade de desestimular comportamentos ofensivos à ordem jurídica em vigor.

Artigo 4º-O loteamento “Residencial Recanto do Lago”, regularmente analisado, aprovado, registrado e implantado, obtém permissão para cercamento e controle de acesso, parcial ou total, por prazo indeterminado, desde que:

I - O controle de acesso, total ou parcial do loteamento, em um único bolsão ou em vários bolsões, não obstrua ou interfira no trânsito das vias que façam parte do sistema viário principal;

II- Os fechamentos tenham altura máxima de 05 (cinco) metros;

§ 1º -Para efeito deste Decreto entende-se por controle de acesso a instalação de dispositivos de controle como guaritas, portarias, portais, portões e/ou tecnologias de monitoramento e gestão remota de controle de acesso automatizado, cercamentos como gradis, muros ou cercas vivas, dentro do espaço correspondente aos passeios e leitos carroçáveis de vias públicas.

§ 2º-O Poder Executivo poderá exigir mais de um acesso, inclusive para uso exclusivo de pedestres, a fim de garantir a mobilidade urbana e a integração do tecido urbano.

§ 3º - A justificativa das exigências previstas nos parágrafos anteriores, bem como as alternativas de mitigação, terá por base a análise técnica de estudos de tráfego e mobilidade, desenvolvidos às expensas do interessado.

Artigo 5º-O controle de acesso ao loteamento “Residencial Recanto do Lago” é permitido pela Municipalidade por meio deste Decreto.

Artigo 6º- O controle de acesso do loteamento, bem como toda a sinalização que for necessária em virtude de sua implantação, serão de responsabilidade e terão seu custo arcado pela loteadora enquanto não emitidos os competentes Termos de Verificação de Obras (TVO) do loteamento “Residencial Recanto do Lago”, passando após sua emissão a serem de responsabilidade da Associação de Moradores do Loteamento “Residencial Recanto do Lago”, a ser constituída oportunamente.



Artigo 7º-As disposições construtivas e os parâmetros de ocupação do solo a serem observados para edificações no loteamento, deverão atender às exigências definidas pela legislação urbanística municipal, no que couber, especialmente no que se refere à zona de uso onde o loteamento está localizado.

Paragrafo único – O presente decreto não altera ou dá poderes à Loteadora ou à Associação de Moradores do Loteamento para alterar quaisquer normas ou restrições legais aplicáveis às áreas públicas, às edificações nos lotes, bem como o memorial descritivo do referido loteamento, registrado em cartório.

Artigo 8º -O acesso de pedestres ou condutores de veículos não residentes nas respectivas áreas controladas deverá ser garantido mediante cadastro e identificação, não podendo ocorrer restrição à entrada e circulação de munícipes nas áreas públicas nas porções controladas dos loteamentos.

Artigo 9º - A Loteadora e/ou Associação de Moradores do Loteamento deverá afixar, em local visível a todos os munícipes e visitantes, o presente Decreto.

Paragrafo único – A fim de dar a devida publicidade ao presente Decreto, para que todos os futuros adquirentes, nas alienações, ou credores, na constituição de direitos reais sobre esses lotes, possam tomar conhecimento das obrigações assumidas pelos proprietários, a loteadora deverá providenciar a averbação do mesmo na matrícula do serviço de registro imobiliário onde o loteamento foi registrado.

Artigo 10º -Fica garantido o acesso rápido, livre e desimpedido das autoridades e entidades públicas que zelam pela segurança e bem-estar da população.

§ 1º-Terão acesso, apenas com identificação e cadastro dos prestadores que estiverem adentrando o loteamento, os serviços de públicos de:

- a) Coleta de lixo
- b) Correios
- c) Concessionárias
- d) Manutenção pública emergencial

§ 2º-As manutenções públicas programadas deverão ser comunicadas à Associação de Moradores do Loteamento com antecedência de 07 dias, acompanhadas de identificação e cadastro dos prestadores que estiverem adentrando o loteamento.

Artigo 11º- Os atos modificativos, extintivos e constitutivos que importem em interesse da Municipalidade deverão ser previamente comunicados por escrito, com prazo de 30 (trinta) dias de antecedência, pelo representante legal da Associação de Moradores do Loteamento.



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 15 de Junho de 2022 | Ano III | Edição 511



Artigo 12º - A Municipalidade, por razões urbanísticas e no interesse público, poderá intervir nas áreas de lazer e de circulação e nos espaços para equipamentos públicos e comunitários.

Artigo 13º -A presente permissão administrativa é outorgada gratuitamente por prazo indeterminado, podendo ser revogada a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 180 (cento e oitenta) dias, mediante relevante interesse público justificado.

Artigo 14º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as Disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR, em 15 de junho de 2022.

EDVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, enviado ao Serviço Registral e Notarial de Monte Mor, e afixado em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 15 de Junho de 2022 | Ano III | Edição 511

PORTARIAS

PODER LEGISLATIVO

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Nº 03/2022

Encontra-se aberto, na Câmara Municipal de Monte Mor/SP, o “**PREGÃO PRESENCIAL**” nº 03/2022, do tipo menor preço por item, para aquisição de CADEIRAS (GIRATÓRIAS E FIXAS) E LONGARINAS, nas especificações descritas no Termo de Referência do Edital.

O recebimento e abertura dos envelopes dar-se-á no **1º de julho de 2022, às 10h.**

O edital em inteiro teor está à disposição dos interessados no site da Câmara www.camaramontemor.sp.gov.br.

Quaisquer esclarecimentos poderão ser obtidos pelo e-mail licitacoes@camaramontemor.sp.gov.br ou pelo telefone (19)3889-2780. Monte Mor em 14 de junho de 2022.

Alexandre de Jesus Pinheiro
Presidente da Câmara Municipal



LEIS



LEI Nº 2952, DE 15 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre redução de multas e juros de mora incidentes sobre débitos de qualquer natureza devidos à Fazenda Municipal de Monte Mor, na forma e condições que especifica, e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE MOR:

Faço saber que a Câmara Municipal de Monte Mor aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º São reduzidos os juros e as multas de mora, nos percentuais abaixo indicados, no pagamento de débitos de qualquer natureza, devidos à Fazenda Municipal, vencidos até 31/12/2021, ajuizados ou não, mantida a cobrança das respectivas atualizações monetárias, desde que o débito seja integralmente recolhido aos cofres municipais, nas seguintes proporções:

I - Em até 3 (três) vezes, com redução de 90% (noventa por cento) do valor dos juros e multas de mora calculados até a data do pedido de adesão ao programa de que trata a presente lei;

II - Em até 12 (doze) vezes, com redução de 70% (setenta por cento) do valor de juros e multas de mora até a data do pedido de adesão ao programa de que trata a presente lei;

III - Em até 24 (vinte e quatro) vezes, com redução de 50 % (cinquenta por cento) do valor de juros e multas de mora até a data do pedido de adesão ao programa de que trata a presente lei;

IV - Em até 48 (quarenta e oito) vezes, com redução de 30% (trinta por cento) do valor de juros e multas de mora até a data do pedido de adesão ao programa de que trata a presente lei;

V - Os débitos relativos à contribuição de melhorias poderão ser parcelados em até 36 (trinta e seis) vezes, com redução de 90% (noventa por cento) do valor dos juros e multas de mora calculados até a data do pedido de adesão ao programa de que trata a presente lei.

§ 1º Somente farão jus à redução dos juros e multas de mora descritas no caput, os munícipes que estiverem em dia com os débitos de qualquer natureza, devidos à Fazenda municipal, referentes ao ano exercício de 2.022

§ 2º Os valores das parcelas do acordo não poderão ser inferiores a R\$ 50,00 (cinquenta reais) e, a primeira parcela deverá ser paga no ato do acordo firmado.



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 15 de Junho de 2022 | Ano III | Edição 511

§ 3º As custas judiciais e honorários advocatícios serão suportadas na íntegra pelo contribuinte, calculados sobre o valor da causa atualizado.

§ 4º A inadimplência de 3 (três) parcelas consecutivas ou 5 (cinco) alternadas dos acordos realizados sob a vigência desta Lei acarretará no cancelamento das reduções concedidas, incidindo sobre o tributo os acréscimos devidos, após deduzidos os valores pagos.

Art. 2º Para receber o benefício da anistia os interessados deverão requerê-lo ao Executivo Municipal em até 60 (sessenta) dias, a partir da data da sua publicação.

Parágrafo único. O prazo de que trata o caput deste artigo poderá ser prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, mediante Decreto do Poder Executivo.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º A redução das multas e juros de mora dos débitos de qualquer natureza, em termos de renúncia de receitas, já foi considerada na projeção da receita da lei orçamentária anual, não afetando também as metas fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias do corrente exercício financeiro, em conformidade com as disposições do artigo 14, inciso I da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 4º Ficam remidos os débitos de qualquer natureza com a Fazenda Pública Municipal vencidos até a data de publicação da presente Lei, inscritos ou não em dívida ativa inclusive aqueles com exigibilidade suspensa, e cujo valor total consolidado, nessa mesma data, seja igual ou inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais) por sujeito passivo e, separadamente, em relação à natureza dos créditos.

Art. 5º Os créditos de qualquer natureza inscritos em dívida ativa, cujo valor atualizado não supere a importância de R\$ 600,00 (seiscentos reais) não estarão sujeitos à cobrança judicial, restringindo-se à cobrança administrativa.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Mor, 15 de junho de 2022

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

Autoria: Poder Executivo



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 15 de Junho de 2022 | Ano III | Edição 511



LEI Nº 2953, DE 15 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a denominação da Rua 01 do Loteamento Jardim Itapoan, Monte Mor – SP.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE MOR:

Faço saber que a Câmara Municipal de Monte Mor aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º A Rua 01 do Loteamento Jardim Itapoan passa a denominar-se oficialmente “**Rua Raimundo Nonato de Andrade**”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Mor, 15 de junho de 2022

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

Autoria: Vereador João do Bar



DIVERSOS



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 003 DE 10 DE JUNHO DE 2022.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no exercício de sua competência assegurado pelas Leis Municipais nº. 777/1998, Artigo 8º, inciso VIII, nº. 864/2000, nº. 1.233/2007, nº. 1.552/2011, nº. 1.923/2014 e conforme deliberado na plenária ordinária realizada em 10 de Junho de 2022.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica constituída Comissão de Análise de Documentos para fins de Revalidação de Inscrição de Entidades.


REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:

Davi Leandro dos Santos e Daniel Martins Furlan

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

Luiz Carlos Miguel e Leivanete Oliveira Mendes

Monte Mor, 10 de Junho de 2022.


Davi Leandro dos Santos
Presidente do CMDCA

Presidente
Conselho Municipal dos Direitos da
Criança e do Adolescente
CMDCA



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 15 de Junho de 2022 | Ano III | Edição 511



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 004 DE 10 DE JUNHO DE 2022.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no exercício de sua competência assegurado pelas Leis Municipais nº. 777/1998, nº. 864/2000, nº. 1.233/2007, nº. 1.552/2011 e nº. 1.923/2014 em seu Artigo 36º A e conforme deliberado na plenária ordinária realizada em 10 de junho de 2022.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica constituída Comissão para Realização de Processo Simplificado de Conselheiros Tutelares Suplentes.

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:

Davi Leandro dos Santos, Daniel Martins Furlan e Renato Elias da Silva

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

Luiz Carlos Miguel, Jayme Alcides de Camargo e Leivanete Oliveira Mendes

Monte Mor, 10 de Junho de 2022.


Davi Leandro dos Santos
Presidente do CMDCA

Presidente
Conselho Municipal dos Direitos da
Criança e do Adolescente
CMDCA



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico do Município de Monte Mor

(Lei Municipal nº 2.630, de 14 de agosto de 2018 e regulamentada pelo Decreto nº 5073, de 12 de setembro de 2019)

é uma publicação da Prefeitura de Monte Mor. Site: www.montemor.sp.gov.br CONTEÚDO:

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade das secretarias e órgãos públicos emissores.

Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor.

Para informações sobre como contatar o órgão emissor, ligue para (19) 3879-9000.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO:

Edição, diagramação e Publicação Eletrônica.

E-mail: diario.oficial@montemor.sp.gov.br



Sumário

PODER EXECUTIVO	1
DECRETOS	1
PORTARIAS	3
PODER LEGISLATIVO	6
LEIS	8
DIVERSOS	26



PODER EXECUTIVO

DECRETOS

DECRETO Nº 5733 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022



DECRETO Nº 5733 de 18 de novembro de 2022.

“Dispõe sobre aprovação de loteamento e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Artigo 1º – Ficam aprovados os planos de arruamento e loteamento denominado “PORTO VILLE JATAI”, de propriedade da URBA 15 LOTEAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.620.780/0001-12, a ser implantado no imóvel objeto da matrícula nº 28.713 do Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor – SP, com área total de 312.117,25m², conforme certificado GRAPROHAB nº 277/2021, que será executado pela URBA 16 LOTEAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.621.516/0001-29, por meio de Contrato de Parceria firmado entre as Partes em 24 de outubro de 2022.

Artigo 2º – As construções deverão obedecer aos recuos mínimos estabelecidos no Código de Obras do Município.

Artigo 3º – O proprietário deverá cumprir integralmente todas as exigências da Prefeitura Municipal descritas a seguir:

- a) Promover a inscrição do loteamento no Registro Imobiliário na forma da legislação federal;
- b) Promover abertura de matrícula das áreas que no projeto constituem sistema de lazer, áreas verdes e áreas destinadas aos equipamentos urbanos e comunitários;
- c) Executar os ramais de ligações domiciliares de água e esgoto para cada lote, exceto se as redes forem implantadas nas calçadas;
- d) Construir dissipadores de energia nos sistemas de captação das águas pluviais nos pontos de lançamento a jusante para não causar danos ambientais;
- e) Não serão permitidas áreas públicas e lotes cujo desnível frontal seja inferior o meio-fio da rua limdeira;
- f) Não será permitida a construção nos lotes sem que todas as obras e exigências contidas no Decreto de aprovação forem cumpridas pelo loteador, vistoriadas e atestadas pelos órgãos competentes;
- g) Executar a recuperação e recomposição das áreas de preservação permanente com o plantio de mudas e vegetação nativa;
- h) Sinalizar o sistema viário e os acessos (horizontal e vertical) de acordo com o projeto aprovado pelo Setor de Trânsito desta Municipalidade, e a normas do Código Nacional de Trânsito vigentes;
- i) Executar a rede de energia elétrica e iluminação pública com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento, para o seu normal e imediato funcionamento, de acordo com as normas da Cia. Paulista de Força e Luz;



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 18 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 599



j) Executar a rede de água e esgoto com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento, para o seu normal funcionamento, de acordo com as normas da Sabesp;

l) Executar a interligação das redes de galerias de águas pluviais, guias, sarjetas e pavimentação asfáltica de acordo com os projetos aprovados;

m) Executar a abertura de ruas, demarcação de lotes e terraplanagem;

n) Cumprir integralmente as exigências contidas no certificado do GRAPROHAB nº 277/2021.

Artigo 4º – Após o cumprimento de todas as exigências a que alude o presente Decreto, bem como aquelas dadas pela Lei Complementar nº 044/2015 (dispõe sobre a revisão do parcelamento do solo), será expedido o devido alvará de recebimento do loteamento.

Artigo 5º - O não cumprimento de quaisquer das exigências estabelecidas no Artigo anterior, importará na revogação da aprovação do loteamento e na adoção, por parte da Prefeitura, das medidas judiciais cabíveis.

Artigo 6º – Os tributos incidentes sobre os lotes serão devidos a partir do Termo de Verificação de Obras (TVO) ou ultrapassados 24 (vinte e quatro) meses da publicação deste decreto, sendo de responsabilidade do loteador até que o mesmo informe, através de documento hábil, e após o registro do loteamento no Registro Imobiliário, os nomes de seus compradores, respeitadas as isenções concedidas por Lei.

Artigo 7º – Para garantia da execução das obras de infraestrutura do loteamento, orçadas em R\$17.813.981,00 (dezesete milhões, oitocentos e treze mil, novecentos e oitenta e um reais), foi apresentado seguro-garantia conforme cronograma físico-financeiro. O seguro-garantia será liberado após a emissão do Termo de Vistoria de Obras – TVO.

Artigo 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 18 de novembro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, publicado no Diário Oficial do Município e afixado em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 18 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 599

PORTARIAS

PORTARIA Nº 6727 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022



Portaria nº 6727 de 18 de novembro de 2022.

“Dispõe sobre a Nomeação de funcionário do cargo em comissão”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica nomeado para ocupar o cargo de Assessor III, o Sr. **Carlos Augusto Ronchesel**.

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2022.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 18 de novembro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 6728 de 18 de novembro de 2022.

“Dispõe sobre exoneração de cargo efetivo.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica exonerada a pedido, do cargo efetivo de Cuidador de Crianças, a Sra. **Paula Kathrine de Sousa Oliveira**, matrícula nº 3186, admitida em 08/10/2019.

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de novembro de 2022.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 18 de novembro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 6729 de 18 de novembro de 2022.

“Dispõe sobre exoneração de cargo efetivo.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica exonerado a pedido, do cargo efetivo de PEB II – História, o Sr. **Marcel da Silva Nascimento**, matrícula nº 7479, admitido em 03/02/2011.

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 18 de novembro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



PODER LEGISLATIVO

PORTARIA Nº 87 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Portaria Nº 87/2022 1

PORTARIA Nº 87 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022.

"Dispõe sobre concessão de férias ao servidor efetivo Marcos Roberto de Oliveira e dá outras providências".

ALEXANDRE PINHEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e:

Considerando o disposto nos artigos 44, 52, 54 e 55 todos da Lei Complementar Nº 04/2006;

Considerando ainda os termos da Instrução Normativa Nº 08/2019;

Considerando finalmente o deferimento no requerimento de férias do servidor, devidamente arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Casa de Leis:

Resolve

Art. 1º – Conceder férias regulamentares de 20 dias ao servidor efetivo **MARCOS ROBERTO DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Bibliotecário da Câmara Municipal de Monte Mor, matrícula funcional nº 222, com vencimento classificado na referência E-III (Portaria de Nomeação nº 68/2018), referente ao período aquisitivo de 12/2020 a 12/2021, a partir do dia 28 de novembro de 2022, devendo retornar às suas atividades normais no dia 19 de dezembro do mesmo ano.

Art. 2º – Fica concedida a conversão de 1/3 (um terço) das férias em valor pecuniário.

Art. 3º – Ficam os setores de Recursos Humanos e Financeiro autorizados a promover as providências de praxe, observando os reflexos do período de férias como afastamento do servidor em Comissões em que ele eventualmente participe, ficando vedado o recebimento de gratificação pelo referido período.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Monte Mor, 16 de novembro de 2022.



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 18 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 599

Portaria Nº 87/2022 2

ALEXANDRE PINHEIRO
Presidente

ADRIEL DE OLIVEIRA NASCIMENTO
1º Secretário

Publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Monte Mor aos 16 dias do
mês de novembro do ano de 2022.

RENATA BERNARDO DE SOUSA
Diretora Geral



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 18 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 599

LEIS

LEI Nº 3013, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022



LEI Nº 3013, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo na utilização de crédito adicional especial no Orçamento Programa para 2.022 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE MOR:

Faço saber que a Câmara Municipal de Monte Mor aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo de Monte Mor autorizado a incluir no Orçamento Programa de 2022 aprovado pela Lei Municipal nº 2.885 de 09 de dezembro de 2.021, o crédito adicional especial no valor de R\$ 315.000,00 (Trezentos e quinze mil reais), em favor do órgão e unidade orçamentária na seguinte dotação:

02.09.02 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.2072.2307.05 – Programa Criança Feliz - PCF

3190.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$ 204.600,00

08.244.2072.2307.05 – Programa Criança Feliz - PCF

3190.16.00 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil R\$ 10.000,00

08.244.2072.2307.05 – Programa Criança feliz - PCF

3191.13.00 – Obrigações Patronais R\$ 100,00

08.244.2072.2307.05 – Programa Criança Feliz - PCF

3390.30.00- Material de Consumo R\$ 50.000,00

08.244.2072.2307.05 - Programa Criança Feliz - PCF

3390.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R\$ 100,00

08.244.2072.2307.05 – Programa Criança Feliz - PCF

3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 50.100,00

08.244.2072.2307.05 – Programa Criança Feliz - PCF

4490.52.00 – Equipamento e Mat. Permanente R\$ 100,00

TOTAL DOS CRÉDITOS R\$ 315.000,00



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 18 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 599



Art. 2º O recurso necessário à abertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º decorre de Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 315.000,00 (Trezentos e quinze mil reais).

Art. 3º Fica convalidado na Lei nº 2884/21 – PPA e na Lei nº 2.836/21 – LDO, o valor do programa ou ação ora contemplados na presente Lei, bem como, passam a integrar as planilhas que integram as leis retro citadas.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Mor, 18 de novembro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

Autoria: Poder Executivo



LEI Nº 3014, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a denominação da Rua 09 do Jardim Colina I.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE MOR:

Faço saber que a Câmara Municipal de Monte Mor aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Passa a denominar-se oficialmente “Jair Lemes da Silva” a Rua 09 Jardim Colina I, Monte Mor SP.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Mor, 18 de novembro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

Autoria: Vereador Vitor Gabriel



Dispõe sobre alteração na Lei Complementar 07/2007, que institui o Estatuto e o Plano de Cargos e Vencimentos do Magistério Público Municipal de Monte Mor, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE MOR:

Faço saber que a Câmara Municipal de Monte Mor aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 6º da Lei Complementar nº 07 de 19 de junho de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 6º. - Além das classes previstas no artigo anterior haverá nas unidades escolares postos de trabalho destinados às funções de Vice-Diretor de Escola e às funções de Professor Coordenador Pedagógico, na norma estabelecida em regulamento.

Parágrafo Único – Pelo exercício das funções de Vice-Diretor de Escola e/ou Professor Coordenador Pedagógico, o servidor receberá, além do vencimento ou salário do seu cargo ou da sua função, a retribuição correspondente à diferença entre a carga horária semanal desse mesmo cargo ou função, podendo ser concedido um abono pela função, a critério da administração, sendo regulamentado por Decreto de acordo com dotação orçamentária.

Art. 2º Os artigos 26, 27, 28, 29, 30 e 31 da Lei Complementar nº 07, de 19 de junho de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 26 - A jornada semanal de trabalho docente:

§ 1º. - Professor de Educação Básica I (PEB I), Professor de Educação Básica I Substituto (PEB I Substituto), Professor de Desenvolvimento Infantil (PDI) e Professor de Desenvolvimento Infantil Substituto (PDI Substituto) será constituída de 30 (trinta) horas de atividades semanais, compreendendo 20 (vinte) horas de atividades com alunos, 05 (cinco) horas de atividades pedagógicas (HAPE), 05 (cinco) horas de trabalho pedagógico em local de livre escolha (HTPL).

§ 2º. - Professor de Educação Básica II (PEB II) e Professor de Educação Básica II Substituto (PEB II Substituto) terá jornada de trabalho, sendo:



I – JORNADA INICIAL semanal de trabalho docente, composta por:

- a) 16 (dezesesseis) horas em atividades com alunos;
- b) 04 (quatro) horas de atividades pedagógicas na escola (HAPE);
- c) 04 (quatro) horas de trabalho pedagógico em local de livre escolha (HTPL).

II – JORNADA BÁSICA semanal de trabalho docente*, composta por:

- a) 20 (vinte) horas em atividades com alunos;
- b) 05 (cinco) horas de atividades pedagógicas na escola (HAPE);
- c) 05 (cinco) horas de trabalho pedagógico em local de livre escolha (HTPL).

* compreende-se também nessa jornada de trabalho docente o Professor de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) quando estes acompanharem alunos na Educação Infantil.

III - JORNADA AMPLIADA semanal de trabalho docente*, composta por:

- 24 (vinte e quatro) horas em atividades com alunos;
- 06 (seis) horas de atividades pedagógicas na escola (HAPE);
- 06 (seis) horas de trabalho pedagógico em local de livre escolha (HTPL).

* compreende-se também nessa jornada de trabalho docente o Professor de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) quando estes acompanharem alunos no Ensino Fundamental.

§ 3º. - No caso de o conjunto de horas-aulas a serem cumpridas pelo professor efetivo em sua unidade escolar ser inferior à fixada nos incisos I, II, III deste artigo, deverá o professor completar a jornada com as aulas em outras unidades escolares municipais, obedecida a seguinte ordem de preferência:

- a) de acordo com a sua classificação em nível de Secretaria Municipal de Educação, na disciplina específica do cargo, sempre após o atendimento ao titular de cargo da unidade escolar na sua constituição de jornada, e
- b) de acordo com a sua classificação em nível de Secretaria Municipal de Educação, nas disciplinas em que tiver habilitação (não específica), sempre após o atendimento ao titular de cargo da unidade escolar na sua constituição de jornada.



§ 4º. - Não havendo enquadramento conforme o disposto no parágrafo 3º do artigo 26 desta Lei Complementar, o docente cumprirá na Rede Municipal, a critério da Secretaria Municipal de Educação, as horas-aulas que forem necessárias para constituição da referida jornada, em atividades relacionadas a:

- a) assumir as atribuições de Professor Coordenador Pedagógico, se habilitado para esse fim, onde não houver docente devidamente designado;
- b) colaborar no processo de integração escola – comunidade;
- c) ministrar aulas de reforço, adaptação e recuperação de alunos com aproveitamento insuficiente;
- d) assumir projetos educacionais de interesse da Secretaria Municipal de Educação, e
- e) reger classes e ministrar aulas a qualquer título, desde que possua habilitação para tal.

§ 5º. - Para efeito de cálculo da remuneração mensal, o mês será considerado como 5 (cinco) semanas.

Artigo 27 - As jornadas de trabalho não se aplicam aos admitidos em caráter emergencial (ACE), nem tampouco aos eventuais, que deverão ser remunerados de acordo com a carga horária que efetivamente vierem a cumprir.

Artigo 28 - Entende-se por carga horária, o conjunto de horas em atividade com os alunos, somadas as horas em atividades pedagógicas, divididas em: horas de atividades pedagógicas na escola (HAPE), horas de trabalho pedagógico em local de livre escolha (HTPL).

§ 1º. - Quando o conjunto de horas em atividades com alunos for diferente do Artigo 2º desta Lei Complementar, a ele corresponderão horas de atividades pedagógicas na escola, horas de trabalho pedagógico em local de livre escolha, de acordo com o quadro a seguir:

HORA	ALUNO	HAPE	HTPL	TOTAL	TIPO DE JORNADA
01		00	00	05	
02		01	00	15	
03		01	01	25	
04		01	01	30	
05		02	01	40	
06		02	01	45	
07		02	02	55	
08		02	02	60	
09		03	02	70	
10		03	02	75	
11		03	03	85	
12		03	03	90	



13	04	03	100	
14	04	03	105	
15	04	04	115	
16	04	04	120	Jornada Inicial
17	05	04	130	
18	05	04	135	
19	05	05	145	
20	05	05	150	Jornada Básica
21	06	05	160	
22	06	05	165	
23	06	06	175	
24	06	06	180	Jornada Ampliada
25	07	06	190	
26	07	06	195	
27	07	06	200	
28	07	07	210	
29	08	07	220	
30	08	07	225	
31	08	08	235	
32	08	08	240	
33	09	08	250	
34	09	08	255	
35	09	09	265	
36	09	09	270	
37	10	09	280	
38	10	09	285	
39	10	10	295	
40	10	10	300	

§ 2º. - Para a hipótese de acumulação de dois cargos docentes ou de um cargo de suporte pedagógico com um cargo docente nesta Secretaria, deverá ser observada a compatibilidade de horários.

§ 3º. - As horas de atividades pedagógicas na escola (HAPE) poderão ser utilizadas em curso de educação continuada, atividades pedagógicas e de estudos, planejamento, correções de avaliações e demais atividades, bem como para atendimento de pais de alunos, sempre organizadas pela Secretaria Municipal de Educação e pela direção da escola.

§ 4º. - As horas de trabalho em local de livre escolha (HTPL) destinam-se ao planejamento de aulas, à avaliação do processo de ensino – aprendizagem e avaliação dos trabalhos produzidos pelos alunos.



Artigo 29 - Os docentes titulares de cargo a que se refere o artigo 26 § 1º e § 2º poderão exercer, de acordo com interesse da administração e quando necessário, carga suplementar de trabalho, nos termos do quadro expresso no § 1º do artigo anterior.

Parágrafo Único – Entende-se por carga suplementar o número de horas prestadas pelo docente, além daquelas fixadas para a jornada de trabalho a que estiver sujeito.

Artigo 30 - As horas prestadas a título de carga suplementar de trabalho são constituídas de horas em atividades com aluno, horas de atividades pedagógicas na escola (HAPE), horas de trabalho pedagógico em local de livre escolha (HTPL) e estarão disciplinadas da seguinte forma:

I – Os docentes sujeitos às jornadas de trabalho previstas no art. 26, desta lei poderão exercer carga suplementar de trabalho, dentro do seu campo de atuação ou fora dele, desde que habilitados;

II – A carga suplementar de trabalho será constituída a partir das aulas remanescentes de ampliação das jornadas de trabalho e/ou de recuperação de alunos e projetos da Secretaria Municipal de Educação;

III – A carga suplementar de trabalho corresponde ao número de horas/aula e horas de trabalho pedagógico, prestadas pelo profissional de ensino docente, que excederem àquelas fixadas para a sua jornada;

IV – Fica estabelecido que a soma das horas/aula da jornada e as de carga suplementar de trabalho docente não poderá ultrapassar o limite de 60 (sessenta) horas/aulas semanais;

V – As horas prestadas a título de carga suplementar de trabalho são constituídas de horas em atividades com alunos e hora de atividade pedagógica, em caráter de substituição, na hipótese de afastamentos legais dos respectivos titulares ou de classes vagas;

VI – Os docentes deverão cumprir as horas de atividade pedagógica proporcionalmente à totalidade de aulas atribuídas em carga suplementar;

VII – A contribuição previdenciária não incidirá sobre o valor correspondente à carga suplementar de trabalho docente;

VIII – A carga suplementar de trabalho será objeto de regulamentação mediante Portaria do titular da Secretaria de Educação e poderá ser



oferecida aos docentes, anualmente, semestralmente ou no decorrer do ano, conforme dispuser o regulamento e as necessidades do serviço;

IX – A interrupção do exercício de carga suplementar de trabalho docente está condicionada:

- a) ao pedido oficial do interessado, com justificativa relevante, à Secretaria Municipal de Educação;
- b) por ausência injustificada ou impontualidade do professor, ou quando não estiver o docente atendendo o plano de ensino, no exercício da substituição;
- c) pelo retorno ou assunção de titular das aulas, ou novo processo de atribuição de aulas;
- d) quando apresentarem em sala de aula ou nas demais atividades exercidas desempenho insatisfatório, sendo este aferido em relação à assiduidade, eficiência, disciplina, subordinação, dedicação e boa conduta durante o ano/ semestre letivo;
- e) por finalização do período de substituição;
- f) quando houver faltas por qualquer motivo por mais de 15 (quinze) dias sucessivos ou 30 (trinta) dias intercalados durante o período no qual lhe foi atribuída à carga suplementar de trabalho docente;

X – A interrupção do exercício de carga suplementar de trabalho, a que se refere o inciso anterior, não interfere na jornada docente inicialmente atribuída conforme parágrafos 1º e 2º do artigo 26 desta lei complementar.

§ 1º. - A verificação de desempenho insatisfatório será apurada mediante regular processo administrativo perante comissão especialmente designada para esse fim, assegurada à ampla defesa e o contraditório.

§ 2º. - A interrupção ocorrida em razão do condicionante a que se refere à alínea a, b e d impossibilitará o respectivo professor de assumir outra carga suplementar durante o mesmo ano letivo e no ano subsequente.

Artigo 31 - Os servidores da classe de suporte pedagógico terão jornadas de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, assim como os servidores que desempenham suas funções de Diretor de Escola Substituto, Vice Diretor de Escola ou de Professor Coordenador Pedagógico.

§ 1º. - É vedado aos servidores a que se refere o caput desse artigo a atribuição de carga suplementar docente.

§ 2º. - Para o docente com a carga suplementar acima de 200 horas mensais, caso passe a fazer parte da classe de suporte pedagógico ou exercendo a função de Diretor de Escola Substituto, Vice Diretor de Escola ou Professor Coordenador Pedagógico ou comissionado/designado a exercer função junto a Secretaria da Educação, o mesmo fará jus ao recebimento pecuniário de



jornada de até 40 horas semanais.

§ 3º. - No caso do retorno ao cargo, os enquadrados no parágrafo 2º deste artigo, voltarão a fazer jus a sua carga suplementar docente atribuída.

§ 4º. - O professor detentor de dois cargos de provimento efetivo na Prefeitura Municipal de Monte Mor, com acúmulo legal, a ocupar função comissionada ou designada, junto à Secretaria Municipal de Educação ou junto às unidades escolares ficará afastado de ambos os cargos efetivos.

I – O docente titular de cargo do Quadro do Magistério que se afastar nos termos deste parágrafo, poderá optar pela remuneração dos dois cargos efetivos que ocupa ou pela remuneração da função comissionada/designada;

II – O cumprimento da jornada de trabalho do professor detentor de dois cargos de provimento efetivo deverá ser de acordo com o que foi definido no acúmulo legal no seu local de trabalho ou demais que se fizerem necessários para assessoramento, pesquisa, atividades formativas, trabalho remoto, participação em reuniões, formação continuada profissional, planejamento, elaboração e organização de material de trabalho de acordo com seu chefe imediato.

Art. 3º O artigo 35 da Lei Complementar nº 07 de 19 de junho de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 35 - Remuneração é o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei.

§ 1º. - As vantagens pecuniárias permanentes a que se refere o caput deste artigo são o adicional por tempo de serviço e a sexta parte dos vencimentos, que incidirão, inclusive, sobre o valor correspondente à carga suplementar de trabalho docente.

§ 2º. - Além das vantagens pecuniárias previstas no parágrafo anterior, os servidores do Quadro do Magistério fazem jus às vantagens previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Monte Mor.

§ 3º. - Os integrantes do Quadro do Magistério que prestam serviço no período noturno, assim considerado entre 19h e 23h, fazem jus à Gratificação por Trabalho no Curso Noturno (GTCN), correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da carga horária relativa ao curso noturno.

§ 4º. - Os integrantes do Quadro do Magistério que atuam em unidades escolares de difícil acesso, assim consideradas aquelas situadas em locais onde não existe transporte coletivo regular ou que, quando existe, estão a mais de 02 (dois) quilômetros do ponto de ônibus mais próximo, fazem jus à



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 18 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 599



Gratificação de Unidade de Dificil Acesso (GUDA), correspondente a 15% (quinze por cento) sobre o valor da carga horária cumprida na unidade escolar que se enquadre nas características de difícil acesso.

Art. 4º O artigo 74 da Lei Complementar nº 07 de 19 de junho de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 74 - A carga horária de trabalho docente dos integrantes do Quadro do Magistério não poderá exceder 10 (dez) horas diárias, quando num único cargo, computadas as horas de trabalho com alunos e horas de atividades pedagógicas, respeitando-se o horário de repouso ou alimentação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o parágrafo 2º do artigo 38 da Lei Complementar nº 07 de 19 de junho de 2007, e, produzindo seus efeitos a partir de janeiro de 2.023.

Monte Mor, 18 de novembro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

Autoria: Poder Executivo



Dispõe sobre alteração na Lei Complementar 39/2014, que trata da transformação de cargos de atendentes de creche do quadro de pessoal do magistério público municipal de Monte Mor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE MOR:

Faço saber que a Câmara Municipal de Monte Mor aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 3º da Lei Complementar nº 39, de 12 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º. As atribuições dos cargos de Professor de Desenvolvimento Infantil serão as constantes do Anexo III e seu exercício dar-se-á, preferencialmente, nas Creches do Município de Monte Mor.

Art. 2º O artigo 9º da Lei Complementar nº 39, de 12 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º. A jornada semanal de trabalho do Professor de Desenvolvimento Infantil será constituída de 30 (trinta) horas de atividades semanais, compreendendo 20 (vinte) horas de atividades com crianças, 05 (cinco) horas de atividades pedagógicas na escola (HAPE), 05 (cinco) horas de trabalho pedagógico em local de livre escolha (HTPL).

Art. 3º Nos artigos 3º, 4º, 6º, 7º e 14 da Lei Complementar nº 39, de 12 de dezembro de 2014, onde se lê: Professor de Desenvolvimento Infantil – Creche e Professor de Desenvolvimento Infantil Substituto – Creche, passa-se a ler: Professor de Desenvolvimento Infantil – PDI e Professor de Desenvolvimento Infantil Substituto – PDI Substituto.

Art. 4º O artigo 14 da Lei Complementar nº 39, de 12 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14. Os salários do Professor de Desenvolvimento Infantil ficam definidos pela Escala de Padrões de Vencimentos, compreendendo a referência, os graus e os valores que integram a tabela de vencimentos constantes do Anexo I desta Lei Complementar.



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 18 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 599



Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de janeiro de 2.023.

Monte Mor, 18 de novembro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

Autoria: Poder Executivo

**LEI Nº 3017, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022**

Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo na utilização de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.940.000,00 no Orçamento Programa para 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE MOR:

Faço saber que a Câmara Municipal de Monte Mor aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo de Monte Mor autorizado a incluir no Orçamento Programa de 2022 aprovado pela Lei Municipal nº 2.885 de 09 de dezembro de 2021, o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.940.000,00 (sete milhões, novecentos e quarenta mil reais), em favor do órgão e unidade orçamentária nas seguintes dotações:

02.02.01 – Secretaria de Administração, Trânsito e Mobilidade Urbana

04.122.2002.2.010.01 – Manutenção da Unidade Secretaria ADM, Trânsito e Mobilidade Urbana
3190.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pes. Civil - Ficha 1233 R\$ 80.000,00

04.122.2002.2.010.01 - Manutenção da Unidade Secretaria ADM, Trânsito e Mobilidade Urbana
3390.30.00 – Material de Consumo – Ficha 1240 R\$ 100.000,00

02.04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo

12.122.2045.2.022.01 – Suporte Administrativo e Coordenação Educacional
3190.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pes. Civil – Ficha 535 R\$ 100.000,00

02.04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo

12.122.2045.2.022.01 – Suporte Administrativo e Coordenação Educacional
4490.52.00 – Equipamento e Material Permanente – Ficha 556 R\$ 1.150.000,00

02.04.13 – Cultura

13.392.2059.2.034.01 – Funcionamento da Unidade Cultural Regional
3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Ficha 665 R\$ 120.000,00

02.04.03 – Ensino Infantil – Creche

12.365.2045.2.171.01 – Coordenação das Unidades de Ensino em Creches Municipais – 25%
3190.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pes. Civil – Ficha 480 R\$ 250.000,00

**02.05.01 – Secretaria Municipal de Saúde**

10.122.2061.2.040.01 – Manutenção da Unidade Secretaria de Saúde
3190.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pes. Civil – Ficha 1321 R\$ 150.000,00

02.05.03 – Atenção Básica Primária da Saúde

10.301.2061.2.043.01 – Manutenção – Bloco I – Atenção Básica
3190.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pes. Civil – Ficha 768 R\$ 2.000.000,00

10.301.2061.2.146.01 – Agentes Comunitários – Atenção Básica
3190.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pes. Civil – Ficha 910 R\$ 700.000,00

02.05.04 – Média e Alta Complexidade

10.302.2061.2.045.01 – Bloco 2 – Média e Alta Complexidade Hospitalar
3190.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pes. Civil – Ficha 1798 R\$ 830.000,00

02.05.06 – Vigilância em Saúde

10.304.2061.2.047.01 – Manutenção Bloco 3 – Vigilância em Saúde
3190.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pes. Civil – Ficha 1912 R\$ 230.000,00

02.06.02 – Meio Ambiente

18.122.2052.2.193.01 – Manutenção das Atividades do Meio Ambiente
3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Ficha 1181 R\$ 300.000,00

02.07.05 – Secretaria de Planejamento e Obras

15.122.2074.2.248.01 – Gestão da Secretaria de Planejamento e Obras
3190.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pes. Civil – Ficha 1431 R\$ 550.000,00

02.07.06 – Infraestrutura e Manutenção

15.452.2075.1.302.01 – Calçadas, Guias, Sarjetas, Drenagens, Ciclovias, Quadras Poliesportivas, Pav.
4490.51.00 – Obras e Instalações – Ficha 2006 R\$ 800.000,00

15.452.2075.2.253.01 – Manutenção das Vias Públicas
3390.30.00 – Material de Consumo – Ficha 1450 R\$ 100.000,00

15.452.2075.2.253.01 – Calçadas, Guias, Sarjetas, Drenagens, Ciclovias, Quadras Poliesportivas, Pav.
3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica Ficha 1452 R\$ 30.000,00

02.08.20 – Secretaria de Segurança

06.181.2079.2.056.01 – Manutenção da Unidade Secretaria de Segurança Pública e Dependência
3190.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pes. Civil – Ficha 1555 R\$ 100.000,00



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 18 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 599



02.12.01 – Secretaria de Esportes e Lazer

27.813.2006.2.036.01 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Esportes

3190.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pes. Civil – Ficha 1692 R\$ 300.000,00

27.813.2006.2.074.01 – Manutenção e Conservação de Áreas Esportivas

3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Ficha 1781 R\$ 50.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 7.940.000,00

Art. 2º O recurso necessário à abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º decorre de excesso de arrecadação no valor de R\$ 7.940.000,00 (sete milhões, novecentos e quarenta mil reais).

Art. 3º Fica convalidado na Lei nº 2884/21 – PPA e na Lei nº 2836/21 – LDO, o valor do programa ou ação ora contemplados na presente Lei, bem como, passam a integrar as planilhas que integram as leis retro citadas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Mor, 18 de novembro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI

Prefeito Municipal

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR

Procurador Geral do Município

Autoria: Poder Executivo

**LEI Nº 3018, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022**

Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo na utilização de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 664.693,20 no Orçamento Programa para 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE MOR:

Faço saber que a Câmara Municipal de Monte Mor aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo de Monte Mor autorizado a incluir no Orçamento Programa de 2022 aprovado pela Lei Municipal nº 2.885 de 09 de dezembro de 2021, o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 664.693,20 (seiscentos e sessenta e quatro mil e seiscentos e noventa e três reais e vinte centavos), em favor do órgão e unidade orçamentária nas seguintes dotações:

02.09.02 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.2072.2.090.05 – I.G.D – PAB

3190.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil – Ficha 985 R\$ 15.000,00

08.244.2072.2.090.05 – I.G.D. – PAB

3390.30.00 – Material de Consumo – Ficha 990 R\$ 20.000,00

08.244.2072.2.090.05 – I.G.D – PAB

3390.39.00 – Outros Serv. De Terceiros – Pessoa Jurídica – Ficha 997 R\$ 15.000,00

08.244.2072.2.090.05 – I.G.D - PAB

4490.52.00 – Equipamento e Mat. Permanente – Ficha 995 R\$ 44.751,00

08.244.2072.2.092.02 – P.S.B (Proteção Social Básica)

3190.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pes. Civil – Ficha 1982 R\$ 35.731,00

08.244.2072.2.092.02 – P.S.B (Proteção Social Básica)

3390.30.00 – Material de Consumo – Ficha 1111 R\$ 11.563,20

08.244.2072.2.092.02 – P.S.B (Proteção Social Básica)

3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pes. Jurídica – Ficha 1985 R\$ 20.000,00

08.244.2072.2.148.05 – Piso Básico Fixo – Cras / Paif

3190.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pes. Civil – Ficha 1628 R\$ 120.000,00

08.244.2072.2.148.05 – Piso Básico Fixo – Cras / Paif

3390.30.00 – Material de Consumo – Ficha 1636 R\$ 50.000,00



08.244.2072.2.148.05 – Piso Básico Fixo – Cras /Paif	
3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pes. Jurídica – Ficha 1637	R\$ 50.000,00
08.244.2072.2.148.05 – Piso Básico Fixo – Cras / Paif	
4490.52.00 – Equipamentos e Material Permanente – Ficha 1635	R\$ 108.777,00
08.244.2072.2.151.05 – Proteção Social Especial de Média Complexidade	
3190.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil – Ficha 1580	R\$ 80.000,00
08.244.2072.2.151.05 – Proteção Social Especial de Média Complexidade	
3390.30.00 – Material de Consumo – Ficha 1583	R\$ 30.000,00
08.244.2072.2.151.05 – Proteção Social Especial de Média Complexidade	
3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pes. Jurídica – Ficha 1585	R\$ 50.000,00
08.244.2072.2.151.05 – Proteção Social Especial de Média Complexidade	
4490.52.00 – Equipamento e Material Permanente – Ficha 1587	R\$ 13.871,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	R\$ 664.693,20

Art. 2º O recurso necessário à abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º decorre de superávit de arrecadação no valor de R\$ 664.693,20 (seiscentos e sessenta e quatro mil e seiscentos e noventa e três reais e vinte centavos).

Art. 3º Fica convalidado na Lei nº 2884/21 – PPA e na Lei nº 2836/21 – LDO, o valor do programa ou ação ora contemplados na presente Lei, bem como, passam a integrar as planilhas que integram as leis retro citadas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Mor, 18 de novembro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

Autoria: Poder Executivo

Rua Francisco Glicério, 399 - Centro - Monte Mor - SP - 13190-000 - PABX: (19) 3879-9000 - www.montemor.sp.gov.br
Estado de São Paulo - CNPJ 45.787.652/0001-56



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 18 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 599

DIVERSOS**CONCESSÃO DE LICENÇA SANITÁRIA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Departamento de Vigilância em Saúde
Setor de Vigilância Sanitária

O Setor de Vigilância Sanitária, através deste, vem tornar público as seguintes publicações:

1) Concessão de licença sanitária

Empresa	Atividade	CNPJ/CPF	Endereço	Validade da licença sanitária
ELLAN CONTROLE DE PRAGAS LTDA ME	CONTROLE DE PRAGAS URBANAS	34.652.429/0001-85	RUA PEDRO GALDINO MOREIRA, 92 JARDIM PAULISTA	10/11/2023
JOSE ALVES DE FREITAS GÁS ME	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	06.991.439/0001-00	AV. LUIZ GONZAGA DO NASCIMENTO, 1390 JARDIM PAULISTA	09/11/2023

2) Alterações de dados cadastrais (Assunção de Responsabilidade Técnica e Baixa de Responsabilidade Técnica)

Empresa	Atividade	CNPJ/CPF	Endereço	Validade da licença sanitária
CENTRO ODONTOLÓGICO DR. MANOEL SPROESSER JÚNIOR	ATIVIDADE ODONTOLÓGICA	45.787.652/0001-56	RUA JORGE CALIL, 85 JD NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	22/08/2023

Rua Siqueira Campos, 241 (fundos) Centro - Monte Mor (019) 3879-1130
visamontemor@gmail.com



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 18 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 599



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Departamento de Vigilância em Saúde
Setor de Vigilância Sanitária

3) Cancelamento de Licença Sanitária

Empresa	Atividade	CNPJ/CPF	Endereço	Deferimento
SOLANGE MARIA ELIAS DE ALMEIDA G. CARNEIRO	ATIVIDADE ODONTOLÓGICA	040.018.358-78	RUA JOSÉ JOÃO BATISTA	17/11/2022

Cainara Pinto de Almeida
Cordenadora de Vigilância Sanitária
CRF 66261

Rua Siqueira Campos, 241 (fundos) Centro - Monte Mor (019) 3879-1130
visamontemor@gmail.com



RESOLUÇÃO CMAS



RESOLUÇÃO CMAS Nº 005 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2022.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 09 de novembro de 2022, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 1.126 de 14 de junho de 2005, e pela Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993; considerando a Resolução CNAS nº 191, de 10 de novembro de 2005; a Resolução CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006; a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009; a Resolução CNAS nº 14, de 15 de maio de 2014; a Resolução CNAS/MC nº 63, de 14 de março de 2022 e a Resolução CMAS nº 001, de 06 de fevereiro de 2018,

RESOLVE

Artigo 1º. - REVALIDAR as inscrições das seguintes Organizações de Assistência Social:

Inscrição nº 001/2009 – Associação Assistencial Montemoreense – AAM, inscrita no CNPJ sob nº 50.099.944/0001-36, com sede na Rua José Ferreira, nº 314, Centro, Monte Mor/SP, para a execução do seguinte serviço: proteção social especial de alta complexidade de acolhimento institucional para idosos.

Inscrição nº 005/2014 – Centro de Educação da Vida - Instituto de Inclusão Social - CEV, inscrita no CNPJ sob o nº 08.652.305/0001-90 com sede na Rua Jayme Alves Filho nº 121, Vila Resende, Monte Mor –SP, para a execução dos seguintes serviços: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Proteção Social Básica para crianças, adolescentes e pessoas com deficiências, mulheres vítimas de violência e suas famílias.

Inscrição nº 006/2021 – Ong Novo Dia, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.024.429/0001-03, com sede na Rua XV de novembro, nº 204, Centro, Monte Mor/SP, para execução do seguinte serviço: proteção social básica de convivência e fortalecimento de vínculos para adolescentes e jovens de 14 a 17 anos.



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 18 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 599



Artigo 2º. - INDEFERIR as inscrições das Organizações abaixo discriminadas, pelos motivos elencados:

Inscrição nº 13/2022 – Associação em Defesa dos Direitos Humanos, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 45.551.638/001-59 não foram apresentados o Plano de Ação e o Relatório de Atividades do ano anterior;


Inscrição nº 14/2022 – Projeto de Deus Equipe Evangelismo Missão do Povo – EEMP - inscrita no CNPJ/MF sob nº. 00.142.557/001-67 não foram apresentados Plano de Ação e Relatório de Atividades do ano anterior. A entidade não possui equipe de referência, nem local comprovado de atendimento. A diretoria e o Conselho Fiscal apresentados em documentação encontra-se com mandado vencido e o público alvo a ser atendido pela mesma é de município verso de Monte Mor-SP.

Inscrição nº 15/2022 – Associação Beneficente Mãe Dirce inscrita no CNPJ/MF sob nº. 40.391.521/001-31 não foram apresentados Plano de Ação e Relatório de Atividades do ano anterior.

Estas Organizações terão o prazo de 20 (vinte) dias úteis para entrega da documentação a contar desta publicação.

Artigo 3º. - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação (09/11/2022).

Monte Mor, 09 de novembro de 2022.


Maria Elizabeth Costa Clemente
Presidente do Conselho Municipal e Assistência Social



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico do Município de Monte Mor

(Lei Municipal nº 2.630, de 14 de agosto de 2018 e regulamentada pelo Decreto nº 5073, de 12 de setembro de 2019)

é uma publicação da Prefeitura de Monte Mor. Site: www.montemor.sp.gov.br CONTEÚDO:

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade das secretarias e órgãos públicos emissores.

Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor.

Para informações sobre como contatar o órgão emissor, ligue para (19) 3879-9000.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO:

Edição, diagramação e Publicação Eletrônica.

E-mail: diario.oficial@montemor.sp.gov.br



Sumário

PODER EXECUTIVO	1
DECRETOS	1
PORTARIAS	4
PODER LEGISLATIVO	6
LEIS	8
DIVERSOS	11
EDITAL	13



PODER EXECUTIVO

DECRETOS



DECRETO Nº 5731, de agosto de 2022.

“Dispõe sobre as nomeações de Orientador, Mediador e Gestor de Acordo de Cooperação do Polo, da Universidade Virtual do Estado de São Paulo UNIVESP de Monte Mor.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica nomeada como Orientadora do Polo da Universidade Virtual do Estado de São Paulo UNIVESP no município de Monte Mor a servidora **Inês Nunes de Melo Dittberner, RG: 47.426.308-3** conforme consta no decreto nº 5.605 de 28 de janeiro de 2022.

Artigo 2º - Fica nomeada como Mediadora do Polo da Universidade Virtual do Estado de São Paulo UNIVESP no município de Monte Mor, a servidora **Livia Sgarbosa, RG: 28.981.473-x**, conforme consta no decreto nº 5.605 de 28 de janeiro de 2022.

Artigo 3º - Fica nomeada como Gestora do Acordo de Cooperação do Polo da Universidade Virtual do Estado de São Paulo UNIVESP no município de Monte Mor a servidora **Joly Cirino Michelini, RG: 24.996.832-0**, para prestar informações a respeito da renovação de Acordo de Cooperação e demais pendências que possam vir a existir no Polo.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 31 de agosto de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixado em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR

Procurador Geral do Município



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 31 de Agosto de 2022 | Ano III | Edição 553



DECRETO Nº 5732 de 31 de Agosto de 2022.

“Dispõe sobre aprovação de loteamento e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica Cancelada a Publicação do Decreto 5622, em 24 de agosto de 2022, com o cancelamento permanece vigente a redação do mesmo decreto, número 5622 publicado em 22 de fevereiro de 2022, para todos os seus efeitos, com a seguinte redação:
Ficam aprovados os planos de arruamento e loteamento denominado **“RESIDENCIAL VILLAS DO MONTE”**, de propriedade da **NRBR MONTE MOR EMPREENDIMENTO SPE LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.070.966/0001-91, a ser implantado no imóvel objeto da matrícula nº 20.668 (Sítio Serafim) do Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor – SP, com área total de 136.242,00m², conforme certificado GRAPROHAB nº 350/2021.

As construções deverão obedecer aos recuos mínimos estabelecidos no Código de Obras do Município.

O proprietário deverá cumprir integralmente todas as exigências da Prefeitura Municipal descritas a seguir:

- a)** Promover a inscrição do loteamento no Registro Imobiliário na forma da legislação federal;
- b)** Promover abertura de matrícula das áreas que no projeto constituem sistema de lazer, áreas verdes e áreas destinadas aos equipamentos urbanos e comunitários;
- c)** Executar os ramais de ligações domiciliares de água e esgoto para cada lote, exceto se as redes forem implantadas nas calçadas;
- d)** Construir dissipadores de energia nos sistemas de captação das águas pluviais nos pontos de lançamento a jusante para não causar danos ambientais;
- e)** Não serão permitidas áreas públicas e lotes cujo desnível frontal seja inferior o meio-fio da rua lindeira;
- f)** Não será permitida a construção nos lotes sem que todas as obras e exigências contidas no Decreto de aprovação forem cumpridas pelo loteador, vistoriadas e atestadas pelos órgãos competentes;
- g)** Executar a recuperação e recomposição das áreas de preservação permanente com o plantio de mudas e vegetação nativa;
- h)** Sinalizar o sistema viário e os acessos (horizontal e vertical) de acordo com o projeto aprovado pelo Setor de Trânsito desta Municipalidade, e a normas do Código Nacional de Trânsito vigentes;
- i)** Executar a rede de energia elétrica e iluminação pública com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento, para o seu normal e imediato funcionamento, de acordo com as normas da Cia. Paulista de Força e Luz;
- j)** Executar a rede de água e esgoto com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento, para o seu normal funcionamento, de acordo com as normas da Sabesp;
- l)** Executar a interligação das redes de galerias de águas pluviais, guias, sarjetas e pavimentação asfáltica de acordo com os projetos aprovados;



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 31 de Agosto de 2022 | Ano III | Edição 553



Após o cumprimento de todas as exigências a que alude o presente Decreto, bem como aquelas ditadas pela Lei Complementar nº 044/2015 (dispõe sobre a revisão do parcelamento do solo), será expedido o devido alvará de recebimento do loteamento.

O não cumprimento de quaisquer das exigências estabelecidas no Artigo anterior, importará na revogação da aprovação do loteamento e na adoção, por parte da Prefeitura, das medidas judiciais cabíveis.

Os tributos incidentes sobre os lotes serão devidos a partir do Termo de Verificação de Obras (TVO) ou ultrapassados 24(vinte e quatro) meses da publicação deste decreto, sendo de responsabilidade do loteador até que o mesmo informe, através de documento hábil, e após o registro do loteamento no Registro Imobiliário, os nomes de seus compradores, respeitadas as isenções concedidas por Lei.

Para garantia da execução das obras de infraestrutura do loteamento, orçadas em R\$ 4.250.000,00 (quatro milhões e duzentos e cinquenta mil reais), fica caucionado ao Município de Monte Mor – SP, em primeira e especial hipoteca, os imóveis descritos e caracterizados nas matrículas nº 91267, 91268, 91269, 91270, 91271, 91277, 91278, 91280, 91281, 91282, 91287, 91288, 91289, 91290, 91291, 91297, 91298, 91299, 91300, 91301 do Registro de Imóveis da Comarca de Tatuí-SP, em conjunto, somando área de terreno com 11.669,90m², localizado no Residencial Village Manacá, na estrada Octávio Pilon, Cesário Lange, SP, sendo os mesmos em conjunto, avaliados em um total de R\$ 4.397.335,02 (Quatro milhões e trezentos e noventa e sete mil e trezentos e trinta e cinco reais e dois centavos), conforme laudos de avaliação 01, 02 e 03 apresentados.

Artigo 2º O Presente decreto dispõe que o Loteamento Villas do Monte, passa a ser loteamento de acesso controlado, nos termos das leis nº 6766/79 e 13.465/2017 e conforme lei complementar 044 de 21 de dezembro de 2015. Artigo 22 e projeto aprovado pela municipalidade de Monte Mor. Sendo de responsabilidade do Loteador as providências cabíveis.

Artigo 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

PREFEITURA MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 31 de agosto de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, publicado no Diário Oficial do Município e afixado em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 31 de Agosto de 2022 | Ano III | Edição 553

PORTARIAS

PORTARIA Nº 6622

Portaria nº 6622 de 31 de agosto de 2022.

“Dispõe sobre exoneração de Servidores que especifica, dos respectivos Cargos em Comissão e dá outras providências.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Exonerar, dos respectivos cargos de comissão, os abaixo relacionados:

WILMA FERREIRA DIAS ARAUJO	ASSESSOR I
LUCAS DOS SANTOS ALVES	ASSESSOR III

Artigo 2º

– Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 31 de agosto de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

PORTARIA Nº 6624

Portaria nº 6624 de 31 de agosto de 2022.

“Dispõe sobre exoneração de cargo efetivo.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 31 de Agosto de 2022 | Ano III | Edição 553

Resolve:

Artigo 1º – Fica exonerada a pedido, do cargo efetivo de Secretário de Escola, a Sra. **Ligia Maria Micheli Baccan Cabral**, matrícula nº 2013, admitida em 19/06/2007.

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 31 de agosto de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

PORTARIA Nº 6623

Portaria nº 6623 de 31 de agosto de 2022.

“Dispõe sobre a Nomeação de funcionários em comissão especificado e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Ficam nomeados, a partir de 01 de setembro de 2022, para ocupar os cargos em comissão os abaixo relacionados:

CAIO AUGUSTO DOS SANTOS	ASSESSOR I
JOSÉ MAURÍCIO DE SOUSA NETO	ASSESSOR II

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 31 de agosto de 2022.



EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI

Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR

Procurador Geral do Município

PODER LEGISLATIVO

EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE MOR

O **Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento**, respeitada a decisão da Comissão, **CONVIDA** as autoridades e pessoas interessadas a participarem da Audiência Pública que será realizada na Câmara Municipal de Monte Mor, no dia **09 (nove) de setembro de 2022 (dois mil e vinte e dois)**, às **10h00min** (dez horas), para discussão das seguintes proposituras:

PROJETO DE LEI Nº. 115/2022 – “Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo na utilização de crédito adicional especial no valor de R\$ 60.000,00 Orçamento Programa para 2022 e dá outras providências”, de autoria do PODER EXECUTIVO;

PROJETO DE LEI Nº. 116/2022 – “Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo na utilização de crédito adicional especial no valor de R\$ 534.401,45 no Orçamento Programa para 2022 e dá outras providências”, de autoria do PODER EXECUTIVO;

PROJETO DE LEI Nº. 117/2022 – “Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo na utilização de crédito adicional especial no valor de R\$ 38.473,31 Orçamento Programa para 2022 e dá outras providências”, de autoria do PODER EXECUTIVO;

PROJETO DE LEI Nº. 120/2022 – “Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo na utilização de créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 470.729,69 no Orçamento Programa de 2022”, de autoria do PODER EXECUTIVO;

PROJETO DE LEI Nº. 122/2022 – “Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo na utilização de crédito adicional especial no valor de R\$ 3.143,07 no Orçamento Programa para 2022”, de autoria do PODER EXECUTIVO;

PROJETO DE LEI Nº. 124/2022 – “Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo na utilização de crédito adicional especial no valor de R\$ 4.739,67 no Orçamento Programa para 2022”, de autoria do PODER EXECUTIVO.

O cidadão também poderá participar da audiência através do Portal e-Democracia da Câmara Municipal de Monte Mor, endereço eletrônico edemocracia.montemor.sp.leg.br. Também será possível acompanhar pelo canal do YouTube da Câmara, porém sem a possibilidade de interação.



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 31 de Agosto de 2022 | Ano III | Edição 553

Monte Mor, 30 de agosto de 2022.

Altran José Farias Lima
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

**LEIS****LEI Nº 2972, DE 31 DE AGOSTO DE 2022**

Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo na utilização de créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 2.450.000,00 no Orçamento Programa para 2.022 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE MOR:

Faço saber que a Câmara Municipal de Monte Mor aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo de Monte Mor autorizado a incluir no Orçamento Programa de 2022 aprovado pela Lei nº 2885 de 09 de dezembro de 2.021, o crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.450.000,00 (Dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais) em favor do Órgão e Unidade Orçamentária nas seguintes dotações:

02.05.03 – Atenção Básica Primária da Saúde.

10.301.2061.2305.05 – Incremento Temporário Pab - Emendas

3390.30.00 – Material de Consumo – F 1988

R\$ 1.150.000,00

02.05.04 – Média Alta Complexidade

10.302.2061.2306.05 – Incremento Temporário Mac - Emendas

3390.30.00 – Material de Consumo – F 2032

R\$ 900.000,00

10.302.2061.2306.05 – Incremento Temporário Mac - Emendas

3390.39.00 – Outros Serviços de Terc. – P. Jurídica F – 2034 -

R\$ 400.000,00

TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES

R\$ 2.450.000,00

Art. 2º O recurso necessário à abertura dos créditos de que trata o artigo 1º decorre de Excesso de Arrecadação no Valor de R\$ 2.450.000,00 (Dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais).

Art. 3º Fica convalidado na Lei nº 2.884/21 – PPA e na Lei nº 2.836/21 – LDO, o valor do programa ou ação ora contemplados na presente Lei, bem como, passam a integrar as planilhas que integram as leis retro citadas.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Mor, 31 de agosto de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI

Prefeito Municipal

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR

Procurador Geral do Município

Autoria: Poder Executivo



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 31 de Agosto de 2022 | Ano III | Edição 553



LEI Nº 2973, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo na utilização de crédito adicional especial no valor de R\$ 3.100.000,00 no Orçamento Programa para 2.022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE MOR:

Faço saber que a Câmara Municipal de Monte Mor aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo de Monte Mor autorizado a incluir no Orçamento Programa de 2022 aprovado pela Lei Municipal nº 2.885 de 09 de dezembro de 2.021, o crédito adicional especial no valor de R\$ 3.100.000,00 (Três milhões e cem mil reais), em favor do órgão e unidade orçamentária nas seguintes dotações:

02.05.04 – Média e Alta Complexidade

10.302.2061.2315.02 – Custeios de Ações de Saúde – Estadual - MAC

3390.39.00 – Outros Serv. De Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 3.000.000,00

10.302.2061.2315.02 – Custeios de Ações de Saúde – Estadual - MAC

4490.52.00 – Equipamento e Mat. Permanente R\$ 100.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 3.100.000,00

Art. 2º O recurso necessário à abertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º decorre de excesso de arrecadação no valor de R\$ 3.100.000,00 (três milhões e cem mil reais).

Art. 3º Fica convalidado na Lei nº 2884/21 – PPA e na Lei nº 2836/21 – LDO, o valor do programa ou ação ora contemplados na presente Lei, bem como, passam a integrar as planilhas que integram as leis retro citadas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Mor, 31 de agosto de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

Autoria: Poder Executivo

Rua Francisco Glicério, 399 - Centro - Monte Mor - SP - 13190-000 - PABX: (19) 3879-9000 - www.montemor.sp.gov.br
Estado de São Paulo - CNPJ 45.787.652/0001-56



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 31 de Agosto de 2022 | Ano III | Edição 553



LEI Nº 2974, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo na utilização de crédito adicional Suplementar no valor de R\$ 4.290.000,00 no Orçamento Programa para 2.022 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE MOR:

Faço saber que a Câmara Municipal de Monte Mor aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo de Monte Mor autorizado a incluir no Orçamento Programa de 2022 aprovado pela Lei 2.885 de 09 de dezembro de 2.021, o crédito adicional Suplementar no valor de R\$ 4.290.000,00 (Quatro milhões, duzentos e noventa mil reais), em favor do Órgão e Unidade Orçamentária, na seguinte dotação:

02.05.03 – Atenção Básica Primária da Saúde

10.301.2061.1144.02 – Custeios de Ações da Saúde – Estadual

3390.30.00 – Material de Consumo F 752	R\$ 4.290.000,00
--	------------------

TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO	R\$ 4.290.000,00
-------------------------------	-------------------------

Art. 2º O recurso necessário à abertura do crédito de que trata o artigo 1º decorre de excesso de arrecadação no valor de R\$ 4.290.000,00 (quatro milhões, duzentos e noventa mil reais).

Art. 3º Fica convalidado na Lei nº 2884/21 – PPA e na Lei nº 2836/21 – LDO, o valor do programa ou ação ora contemplados na presente Lei, bem como, passam a integrar as planilhas que integram as leis retro citadas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Mor, 31 de agosto de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI

Prefeito Municipal

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR

Procurador Geral do Município

Autoria: Poder Executivo

Rua Francisco Glicério, 399 - Centro - Monte Mor - SP - 13190-000 - PABX: (19) 3879-9000 - www.montemor.sp.gov.br
Estado de São Paulo - CNPJ 45.787.652/0001-56

**DIVERSOS****RESOLUÇÃO CMDCA 007****RESOLUÇÃO CMDCA 007 de 31 de Agosto de 2022.**

DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO DA RELAÇÃO PRÉVIA DOS CANDIDATOS INSCRITOS PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO SIMPLIFICADO PARA MEMBRO TITULAR (01 VAGA) E MEMBROS SUPLENTE (05 VAGAS) DO CONSELHO TUTELAR E RATIFICA PERÍODO PARA RECURSO DO INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES:

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Monte Mor/SP, no uso de suas atribuições, assegurado pelas Leis Municipais nº. 777/1998 e suas alterações:

RESOLVE:

Art. 1º. - Tornar pública a relação de candidatos previamente inscritos no processo de seleção simplificado, regulamentado pelo Editais CMDCA nº. 001/2022 e nº. 002/2022, bem como documentos que constam em falta:

INDEFERIDOS

Número de inscrição	Situação	Motivo
001	Indeferido	Falta certidão de distribuidor cível e criminal da comarca e comprovante de residência desde 01/08/2017
002	Indeferido	Falta certidão de distribuidor cível e criminal da comarca
003	Indeferido	Falta certidão de distribuidor cível e criminal da comarca
004	Indeferido	Falta certidão de distribuidor cível e criminal da comarca e comprovante de residência desde 01/08/2017
005	Indeferido	Falta certidão de distribuidor cível e criminal da comarca e comprovante de residência desde 01/08/2017
006	Indeferido	Falta certidão de distribuidor cível e criminal da comarca e comprovante de residência desde 01/08/2017
007	Indeferido	Falta certidão de distribuidor cível e criminal da comarca e comprovante de residência desde 01/08/2017
008	Indeferido	Falta certidão de distribuidor cível e criminal da comarca
009	Indeferido	Falta certidão de distribuidor cível e criminal da comarca, comprovante de residência desde 01/08/2017 e comprovante de conclusão de ensino médio
010	Indeferido	Falta certidão de distribuidor cível e criminal da comarca
011	Indeferido	Falta certidão de distribuidor cível e criminal da comarca
012	Indeferido	Falta certidão de distribuidor cível e criminal da comarca e comprovante de votação das duas últimas eleições ou certidão de quitação de eleitoral
015	Indeferido	Falta certidão de distribuidor cível e criminal da comarca e comprovante de residência desde 01/08/2017
016	Indeferido	Falta certidão de distribuidor cível e criminal da comarca e comprovante de residência desde 01/08/2017
017	Indeferido	Falta certidão de distribuidor cível e criminal da comarca e comprovante de residência desde 01/08/2017
018	Indeferido	Falta certidão de distribuidor cível e criminal da comarca, comprovante de residência desde 01/08/2017 e comprovante de conclusão de ensino médio

Parágrafo único: O motivo do indeferimento foi a não apresentação de todos ou algum requisito disposto nos Editais CMDCA nº. 001/2022 e nº. 001/2022. A certidão de distribuidor cível e criminal da comarca pode ser obtida através do seguinte link: <http://www.tjsp.jus.br/certidoes/certidoes/certidoesprimeirainstancia>. Clicar em Cadastro de Pedido de Certidão e fazer dois pedidos separados, ou



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 31 de Agosto de 2022 | Ano III | Edição 553

seja, Certidão de distribuição cível em geral – até 10 anos e Certidão de distribuição de ações criminais online.

Art. 2º. Declarar aberto o período de recurso de indeferimento de inscrições, que ocorrerá no período de 01, 02, 05, 06 e 08 de setembro de 2022, no seguinte horário: 8h30min às 12h e das 13h às 16h), na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social – SMDES (Rua XV de Novembro, 38 - Centro, Monte Mor/SP).

Art. 3º. - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Mor, 31 de agosto de 2022.

Davi Leandro dos Santos

Presidente do CMDCA



EDITAL



EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 71/2.022

A Prefeitura Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, **CONVOCA** os candidatos Classificados e Aprovados no **Concurso Público nº 01/2.019**, homologado em 22/11/2.019 **CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO**, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Monte Mor, com sede à Rua Francisco Glicério, 399 – Centro, desta cidade de Monte Mor, Estado de São Paulo, nos dias **05 E 06 DE SETEMBRO DE 2.022 no horário compreendido entre 08:00 às 12:00 horas**, para **apresentarem os documentos e habilitações exigidas**, conforme cláusulas constantes em **Edital**, assim tomando ciência de posse em seus respectivos cargos e certificando sua regularidade documental em ocorrendo casos de desistências dos melhores Classificados. A saber:

OFICIAL DE ESCOLA – Nº DE VAGAS: 02

DIVALDO RAMOS DE OLIVEIRA JÚNIOR
ROBSON DE SOUZA CARDOSO

16º
17º

APRESENTAR FOTOCÓPIA AUTENTICADA DOS DOCUMENTOS:
ENSINO MÉDIO COMPLETO

APRESENTAR FOTOCÓPIA AUTENTICADA DOS DOCUMENTOS:

ALÉM DA FOTOCÓPIA AUTENTICADA DA HABILITAÇÃO PARA O CARGO, TODOS OS CONVOCADOS DEVERÃO APRESENTAR FOTOCÓPIA AUTENTICADA DOS DOCUMENTOS, A SABER:

CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CASAMENTO
CERTIDÃO DE NASCIMENTO E RG, CPF DOS FILHOS
CÉDULA DE IDENTIDADE (RG)
CÉDULA DE CADASTRO PESSOA FÍSICA (CPF)
TÍTULO DE ELEITOR
COMPROVANTE DE TER VOTADO NA ÚLTIMA ELEIÇÃO
COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA ATUAL NO NOME DO CANDIDATO
CERTIDÃO NEGATIVA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL (CTPS) – PÁGINA DA FOTO E DO VERSO DA FOTO.
Nº PIS/PASEP – (O CARTÃO NÃO SERÁ ACEITO COMO COMPROVANTE).
CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (SUS)
CNIS – CADASTRO NACIONAL DE INFORMAÇÃO SOCIAL (EXTRATO PREVIDENCIÁRIO DE VÍNCULOS ANTERIORES)
01 (UMA) FOTO 3X4 (RECENTE)

PARA ADESÃO AO PLANO MÉDICO – APRESENTAR FOTOCÓPIA SIMPLES:

ESPOSO (A) = CERTIDÃO DE ESTADO CIVIL, RG, CPF E CARTÃO DO SUS
FILHOS = CERTIDÃO DE NASCIMENTO, RG, CPF, E CARTÃO DO SUS
DECLARAÇÃO DE ESTAR CURSANDO FACULDADE PARA FILHOS MAIORES DE 20 ANOS ATÉ 23 ANOS E 12 MESES

O não comparecendo nas datas estipuladas acima para o cumprimento das Cláusulas de Edital e a apresentação de documentos e habilitações exigidas implicará na desistência do classificado, podendo a Prefeitura convocar os imediatamente posteriores, obedecendo a ordem de classificação.

Monte Mor, 31 de agosto de 2.022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
PREFEITO MUNICIPAL

MARIO CÉSAR FRANCO JÚNIOR
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO



EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 72/2.022

A Prefeitura Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, **CONVOCA** os candidatos Classificados e Aprovados no **Concurso Público nº 02/2.019**, homologado em 22/11/2.019 **CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO**, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Monte Mor, com sede à Rua Francisco Glicério, 399 – Centro, desta cidade de Monte Mor, Estado de São Paulo, nos dias **05 E 06 DE SETEMBRO DE 2.022 no horário compreendido entre 08:00 às 12:00 horas**, para **apresentarem os documentos e habilitações exigidas**, conforme cláusulas constantes em **Edital**, assim tomando ciência de posse em seus respectivos cargos e certificando sua regularidade documental em ocorrendo casos de desistências dos melhores Classificados. A saber:

CIRURGIÃO DENTISTA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – Nº DE VAGAS: 01

MAYARA FORTUNATO ARRIEL

14º

APRESENTAR FOTOCÓPIA AUTENTICADA DOS DOCUMENTOS:

ENSINO SUPERIOR COMPLETO EM ODONTOLOGIA E REGISTRO NO CRO.

MÉDICO CLÍNICO GERAL (12 HORAS) – Nº DE VAGAS: 01

MATEUS HENRIQUE DOS SANTOS DOALTO

30º

APRESENTAR FOTOCÓPIA AUTENTICADA DOS DOCUMENTOS:

ENSINO SUPERIOR COMPLETO EM MEDICINA E REGISTRO NO CRM.

AUXILIAR DE SERVIÇOS – Nº DE VAGAS: 01

WILMA FERREIRA DIAS ARAUJO

05º

APRESENTAR FOTOCÓPIA AUTENTICADA DOS DOCUMENTOS:

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO.

Além da fotocópia autenticada da habilitação para o cargo, **TODOS** os convocados deverão apresentar fotocópia autenticada dos documentos, a saber:

CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CASAMENTO
CERTIDÃO DE NASCIMENTO E RG, CPF DOS FILHOS
CÉDULA DE IDENTIDADE (RG)
CÉDULA DE CADASTRO PESSOA FÍSICA (CPF)
TÍTULO DE ELEITOR
COMPROVANTE DE TER VOTADO NA ÚLTIMA ELEIÇÃO
COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA ATUAL NO NOME DO CANDIDATO
CERTIDÃO NEGATIVA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL (CTPS) – PÁGINA DA FOTO E DO VERSO DA FOTO.
Nº PIS/PASEP – (O CARTÃO NÃO SERÁ ACEITO COMO COMPROVANTE).
CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (SUS)
CNIS – CADASTRO NACIONAL DE INFORMAÇÃO SOCIAL (EXTRATO PREVIDENCIÁRIO DE VÍNCULOS ANTERIORES)
01 (UMA) FOTO 3X4 (RECENTE)



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 31 de Agosto de 2022 | Ano III | Edição 553



PARA ADESÃO AO PLANO MÉDICO – APRESENTAR FOTOCÓPIA SIMPLES:
ESPOSO (A) = CERTIDÃO DE ESTADO CIVIL, RG, CPF E CARTÃO DO SUS

FILHOS = CERTIDÃO DE NASCIMENTO, RG, CPF, E CARTÃO DO SUS
DECLARAÇÃO DE ESTAR CURSANDO FACULDADE PARA FILHOS MAIORES DE 20 ANOS
ATÉ 23 ANOS E 12 MESES

O não comparecimento nas datas estipuladas acima para o cumprimento das Cláusulas de Edital e a apresentação de documentos e habilitações exigidas implicará na desistência do classificado, podendo a Prefeitura convocar os imediatamente posteriores, obedecendo a ordem de classificação.

Monte Mor, 31 de agosto de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
PREFEITO MUNICIPAL

MARIO CÉSAR FRANCO JÚNIOR
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico do Município de Monte Mor

(Lei Municipal nº 2.630, de 14 de agosto de 2018 e regulamentada pelo Decreto nº 5073, de 12 de setembro de 2019)

é uma publicação da Prefeitura de Monte Mor. Site: www.montemor.sp.gov.br CONTEÚDO:

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade das secretarias e órgãos públicos emissores.

Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor.

Para informações sobre como contatar o órgão emissor, ligue para (19) 3879-9000.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO:

Edição, diagramação e Publicação Eletrônica.

E-mail: diario.oficial@montemor.sp.gov.br



Sumário

PODER EXECUTIVO	1
DECRETOS	1
PORTARIAS	3
PODER LEGISLATIVO	4
DIVERSOS	5
EDITAL	6



PODER EXECUTIVO

DECRETOS



DECRETO Nº 5733 de 01 de setembro de 2022.

“Dispõe sobre aprovação de loteamento e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Artigo 1º – Ficam aprovados os planos de arruamento e loteamento denominado **“PORTO VILLE JATAÍ”**, de propriedade da **URBA 16 LOTEAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.621.516/0001-29, a ser implantado no imóvel objeto da unificação das matrículas nº 7.081 (Sítio Jataí) e nº 27.864 do Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor – SP, com área total de 312.117,25m², conforme certificado **GRAPROHAB nº 277/2021**.

Artigo 2º – As construções deverão obedecer aos recuos mínimos estabelecidos no Código de Obras do Município.

Artigo 3º – O proprietário deverá cumprir integralmente todas as exigências da Prefeitura Municipal descritas a seguir:

- a) Promover a inscrição do loteamento no Registro Imobiliário na forma da legislação federal;
- b) Promover abertura de matrícula das áreas que no projeto constituem sistema de lazer, áreas verdes e áreas destinadas aos equipamentos urbanos e comunitários;
- c) Executar os ramais de ligações domiciliares de água e esgoto para cada lote, exceto se as redes forem implantadas nas calçadas;
- d) Construir dissipadores de energia nos sistemas de captação das águas pluviais nos pontos de lançamento a jusante para não causar danos ambientais;
- e) Não serão permitidas áreas públicas e lotes cujo desnível frontal seja inferior o meio-fio da rua lindeira;
- f) Não será permitida a construção nos lotes sem que todas as obras e exigências contidas no Decreto de aprovação forem cumpridas pelo loteador, vistoriadas e atestadas pelos órgãos competentes;
- g) Executar a recuperação e recomposição das áreas de preservação permanente com o plantio de mudas e vegetação nativa;
- h) Sinalizar o sistema viário e os acessos (horizontal e vertical) de acordo com o projeto aprovado pelo Setor de Trânsito desta Municipalidade, e a normas do Código Nacional de Trânsito vigentes;
- i) Executar a rede de energia elétrica e iluminação pública com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento, para o seu normal e imediato funcionamento, de acordo com as normas da Cia. Paulista de Força e Luz;
- j) Executar a rede de água e esgoto com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento, para o seu normal funcionamento, de acordo com as normas da Sabesp;



l) Executar a interligação das redes de galerias de águas pluviais, guias, sarjetas e pavimentação asfáltica de acordo com os projetos aprovados;

m) Executar a abertura de ruas, demarcação de lotes e terraplanagem;

n) Cumprir integralmente as exigências contidas no certificado do GRAPROHAB nº 277/2021.

Artigo 4º – Após o cumprimento de todas as exigências a que alude o presente Decreto, bem como aquelas ditadas pela Lei Complementar nº 044/2015 (dispõe sobre a revisão do parcelamento do solo), será expedido o devido alvará de recebimento do loteamento.

Artigo 5º – O não cumprimento de quaisquer das exigências estabelecidas no Artigo anterior, importará na revogação da aprovação do loteamento e na adoção, por parte da Prefeitura, das medidas judiciais cabíveis.

Artigo 6º – Os tributos incidentes sobre os lotes serão devidos a partir do Termo de Verificação de Obras (TVO) ou ultrapassados 24(vinte e quatro) meses da publicação deste decreto, sendo de responsabilidade do loteador até que o mesmo informe, através de documento hábil, e após o registro do loteamento no Registro Imobiliário, os nomes de seus compradores, respeitadas as isenções concedidas por Lei.

Artigo 7º – Fica autorizado a **URBA 16 LOTEAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.621.516/0001-29, a proceder o fechamento do perímetro e o acesso controlado do LOTEAMENTO PORTO VILLE JATAÍ, conforme Lei Complementar 044 de 21 de dezembro de 2015, artigo 22, e projeto urbanístico aprovado pela municipalidade de Monte Mor/SP.

Artigo 8º – Para garantia da execução das obras de infraestrutura do loteamento, orçadas em R\$17.813.981 (dezessete milhões, oitocentos e treze mil, novecentos e oitenta e um reais) fica autorizado a apresentação de fiança bancária e/ou seguro-garantia conforme cronograma físico-financeiro aprovado pela municipalidade de Monte Mor/SP. A fiança bancária e/ou seguro-garantia será liberada após a emissão do Termo de Vistoria de Obras – TVO.

Artigo 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 01 de setembro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, publicado no Diário Oficial do Município e afixado em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



PORTARIAS

PORTARIA Nº 6625

Portaria nº 6625 de 02 de setembro de 2022.

“Dispõe sobre exoneração de cargo efetivo.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica exonerada a pedido, do cargo efetivo de Professora de Desenvolvimento Infantil, a Sra. **Jovita Soares**, matrícula nº 7674, admitida em 17/04/2015.

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 02 de setembro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

PORTARIA Nº 6626

Portaria nº 6626 de 02 de setembro de 2022.

“Dispõe sobre retorno da licença sem remuneração”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica autorizada a Sra. **Milena Cristina Batista Costa Coutinho**, matrícula 2950, no cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde,



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 02 de Setembro de 2022 | Ano III | Edição 554

retornar da Licença sem Remuneração, a partir de 05 de setembro de 2022.

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 02 de setembro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

PODER LEGISLATIVO

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial Nº 04/2022 – Processo nº275/2022

A Câmara Municipal de Monte Mor/SP, comunica aos interessados que foram realizadas alterações no edital e termo de referência do “**PREGÃO PRESENCIAL**” nº 04/2022, do tipo menor preço global, objetivando a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de modernização e gestão pública, visando atender as áreas de Orçamento-programa, execução orçamentária, contabilidade pública e tesouraria; Administração de pessoal; Patrimônio; Protocolo; Almoxarifado; Compras, licitações e gerenciamento de contratos; e Portal de transparência. A sessão pública se realizará em **19 de setembro de 2022, às 10h**, na sede da Câmara Municipal de Monte Mor, localizada na rua Rage Maluf, nº45, Centro, Monte Mor/SP.

O edital readequado está à disposição dos interessados no site da Câmara www.camaramontemor.sp.gov.br.

Quaisquer esclarecimentos poderão ser obtidos pelo e-mail licitacoes@camaramontemor.sp.gov.br ou pelo telefone (19)3889-2780. Monte Mor em 01 de setembro de 2022.

Alexandre de Jesus Pinheiro
Presidente da Câmara Municipal



DIVERSOS

ERRATA



ERRATA DO DECRETO Nº 5.731/2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais, informa que tendo em vista o erro de grafia na publicação do Decreto 5.731/2022, publicado na Edição nº 553 de 31 de agosto de 2022, do Diário Oficial Eletrônico Municipal, a presente ERRATA serve para retificar

ONDE SE LÊ:

Artigo 1º - Fica nomeado como Orientador do Polo da Universidade Virtual do Estado de São Paulo UNIVESP no município de Monte Mor a servidora **Inês Nunes de Melo Dittberner**, RG. 47.426.308-3 conforme consta no decreto nº 5.605 de 28 de janeiro de 2022.

LEIA-SE:

Artigo 1º - Fica nomeado como Orientador do Polo da Universidade Virtual do Estado de São Paulo UNIVESP no município de Monte Mor a servidora **Inês Nunes de Melo Dittberner**, RG. 26.716.222-4 conforme consta no decreto nº 5.605 de 28 de janeiro de 2022.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, de setembro de 2022

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixado em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MÁRIO CEZAR FRANCO JUNIOR

Procurador Geral do Município

**EDITAL****EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO N°. 001/2022****SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

A Prefeitura do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, por meio de sua Comissão de Processo Seletivo, torna público a abertura de inscrições ao Processo Seletivo de Provas, que será realizado pelo INSTITUTO INDEC (Instituto Nacional de Desenvolvimento Educacional e Capacitação) para contratação eventual e por tempo determinado das funções abaixo especificadas, sob o regime da Consolidação das leis de Trabalho – CLT. O Processo Seletivo será regido pelas instruções especiais constante no presente instrumento e demais legislações pertinentes.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 As funções, número de vagas, salários e pré-requisitos são os estabelecidos no **Quadro I** do presente Edital e todas as informações do processo de execução deste Processo Seletivo estarão disponíveis no site <https://institutoindec.org.br>
- 1.2 O Processo Seletivo será regido por este Edital, seus anexos, e eventuais retificações, sendo sua execução de responsabilidade do Instituto Nacional de Desenvolvimento Educacional e Capacitação – INDEC.

QUADRO I – FUNÇÕES E DAS VAGAS**FUNÇÕES PARA O NÍVEL DE ENSINO MÉDIO**

CÓD.	FUNÇÕES	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO R\$	REQUISITOS BÁSICOS	VALOR DE INSCRIÇÃO R\$
01	Técnico em Enfermagem 40 horas	01	40 horas	2.207,41	Ensino Médio e Curso Técnico de Enfermagem e Registro no COREN	70,00
02	Técnico em Enfermagem 12h/36h	01	Escala 12h/36h	2.207,41	Ensino Médio e Curso Técnico de Enfermagem e Registro no COREN	70,00

FUNÇÕES PARA O NÍVEL DE ENSINO SUPERIOR

CÓD.	FUNÇÕES	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO R\$	REQUISITOS BÁSICOS	VALOR DE INSCRIÇÃO R\$
03	Assistente Social	01	30 horas	3.864,18	Ensino Superior em Assistência Social e Registro no órgão de classe - CRESS - SP	85,00
04	Médico Estratégia Saúde da Família	01	40 horas	10.626,03	Superior em Medicina e registro no CRM	85,00



05	Médico Psiquiatra - Infantil	01	12 horas	4.228,86	Ensino Superior em Medicina com Especialização na Área e Registro no CRM	85,00
06	Psicólogo	01	30 horas	3.864,18	Ensino Superior em Psicologia em Registro no CRP	85,00
07	Terapeuta Ocupacional	01	30 horas	2.945,43	Ensino Superior em Terapia Ocupacional e Registro no CREFITO	85,00

- 1.3** As descrições sumárias das atribuições das funções e a definição de conteúdos programáticos constam de instruções específicas expressas, respectivamente, nos **Anexos I e II** do presente Edital.
- 1.4** O Processo Seletivo destina-se a selecionar candidatos para preenchimento das vagas, sob o regime da Consolidação das leis de Trabalho – CLT, conforme **Quadro I**, do item **1.2** deste Edital, nesta data, e mais as que vagarem ou que forem criadas durante o prazo de validade do Processo Seletivo e serão preenchidas mediante admissão dos candidatos nele habilitados, desde que haja dotação orçamentária disponível.
- 1.5** O presente Processo Seletivo terá validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.
- 1.6** O período de validade estabelecido para este Processo Seletivo não gera obrigatoriedade para a prefeitura de contratar, neste período, todos os candidatos classificados.
- 1.7** Os candidatos aprovados que excederem o quantitativo de vagas disposto no **Quadro I** do item **1.2** deste Edital passarão a constituir um cadastro de reserva pelo período de validade do Processo Seletivo, cabendo-lhes a responsabilidade de manter atualizado seu endereço junto a prefeitura.
- 1.8** Todas as etapas constantes neste Edital serão realizadas observando-se o horário oficial de Brasília/DF.
- 1.9** As provas serão realizadas na cidade de Monte Mor/SP.

2. DAS INSCRIÇÕES

As inscrições serão recebidas a partir da 0h do dia 03/09/2022 às 23h59min do dia 19/09/2022, exclusivamente no endereço eletrônico www.institutoindec.org.br

2.1 INFORMAÇÕES GERAIS

- 2.1.1** As informações para realizar as inscrições nas respectivas funções que constam neste Edital estão apresentadas no **Quadro I**, do item **1.2**.
- 2.1.2** **Para se inscrever o candidato deverá ler o Edital em sua íntegra.** A inscrição do candidato implicará a completa ciência e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e nas demais normas legais pertinentes, bem como em eventuais retificações, comunicados e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.
- 2.1.3** Objetivando evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos para o Processo Seletivo.
- 2.1.4** Realizada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração de função, sob hipótese alguma,



portanto, antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deve verificar atentamente todos os requisitos exigidos para a função.

- 2.1.5** As informações prestadas pelo candidato no formulário de inscrição serão de total responsabilidade do mesmo, reservando-se à Prefeitura e ao INDEC, o direito de excluir do Processo Seletivo aquele que não preenchê-las de forma completa e/ou forneça dados incorretos, ainda que o fato seja constatado posteriormente.
- 2.1.6** Será facultado ao candidato, inscrever-se para mais de uma função, desde que não haja coincidência nos períodos de aplicação da Prova Objetiva, conforme **Quadro III**, do item **4.7** deste Edital.
- 2.1.7** Para se inscrever para mais de uma função, o candidato deverá preencher a Ficha de Inscrição para cada função escolhida e pagar o valor da inscrição correspondente a cada opção. É de responsabilidade integral do candidato o pagamento correto do valor da inscrição.
- 2.1.8** O candidato que efetuar mais de uma inscrição, cujas provas forem aplicadas no mesmo dia e período, deverá escolher apenas uma prova para realizar naquele período, e será considerado ausente naquela em que não comparecer.
- 2.1.9** O/A candidato(a) poderá requerer ser tratado(a) pelo gênero e nome social durante a realização das provas e qualquer outra fase presencial devendo, no período destinado à inscrição, entrar em contato com o INDEC, pelo e-mail contato@institutoindec.org.br e informar o nome social pelo qual deseja ser tratado(a) sendo responsável pelas informações prestadas.
- 2.1.10** Quando das publicações dos resultados e divulgações no *site* do INDEC, será considerado o nome e o gênero constantes no Registro Civil e informado pelo(a) candidato(a) no formulário de inscrição.
- 2.1.11** O/A candidato(a) que não efetuar a solicitação mencionada no item **2.1.9** no período destinado às inscrições não poderá alegar prejuízo ou constrangimento.
- 2.1.12** É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação do edital de deferimento das inscrições para confirmar sua inscrição.
- 2.1.13** O candidato, ao se inscrever, estará declarando, sob as penas da lei, que, após a habilitação no Processo Seletivo e no ato da posse, irá satisfazer as seguintes condições:
- a) ser brasileiro nato ou naturalizado, na forma do artigo 12, parágrafo 1º da Constituição Federal;
 - b) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
 - c) não estar com idade de aposentadoria compulsória (75 anos) nos termos do artigo 40 inciso II da Constituição Federal;
 - d) estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, se do sexo masculino;
 - e) estar em situação regular com a Justiça Eleitoral;
 - f) comprovar escolaridade/pré-requisitos exigidos para a função e, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da posse, apresentar o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador, bem como o comprovante de anuidade paga;
 - g) não registrar antecedentes criminais, impeditivos do exercício da função pública, achando-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
 - h) submeter-se, por ocasião da convocação para nomeação, ao exame médico admissional, de caráter eliminatório, que avaliará sua aptidão física e mental para o exercício da função, ocasião em que deverá apresentar os resultados dos exames clínicos e laboratoriais, solicitados conforme necessidade da função e conveniência da Administração.
 - i) não receber proventos de aposentadoria ou remuneração de emprego, cargo ou função pública, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal;
 - j) preencher as exigências para provimento da função segundo o que determina a Lei e o Quadro I, do item 1.2 do presente Edital;
 - k) não ter sido dispensado por justa causa ou exonerado a bem do serviço público.
- 2.1.14** No ato da inscrição não serão solicitados comprovantes das exigências contidas no item **2.1.13**, deste



Capítulo, sendo obrigatória a sua comprovação quando da convocação para ingresso no quadro de servidores públicos municipais, sob pena de desclassificação automática, não cabendo recurso.

2.1.15 Ao se inscrever o candidato deverá indicar o código da opção da função para o qual pretende concorrer, conforme **Quadro I**, do item **1.2** deste Edital.

2.1.16 Ao inscrever-se no Processo Seletivo, é recomendável ao candidato observar atentamente as informações sobre a aplicação das provas, em especial os requisitos mínimos de escolaridade e exigências constantes do **Quadro 1**, do item **1.2** deste Edital.

2.2 INSCRIÇÕES SOMENTE PELA INTERNET

2.2.1 As inscrições ficarão abertas exclusivamente através da Internet das 0h do dia 03/09/2022 às 23h59min do dia 19/09/2022.

2.2.2 Após as **23:59h** do dia **19/09/2022**, o formulário de inscrição não estará mais disponibilizado.

2.2.3 Para realizar a inscrição, o candidato deverá acessar o site www.institutoindec.org.br, localizar o *link* correlato a este processo seletivo, selecionar a aba Documentos, onde poderá ter acesso às informações do certame.

2.2.4 Após os procedimentos descritos no subitem **2.2.3**, selecionar a aba "Inscrever-se", onde o candidato deverá fazer o login, ou, caso o(a) interessado(a) ainda não esteja cadastrado no site, deverá selecionar "Novo Cadastro", na qual o(a) interessado(a) deverá fornecer as informações solicitadas, corretas e completas, responsabilizando-se pela veracidade destas.

2.2.5 Na sequência do preenchimento dos dados pessoais, devem ser preenchidos os campos referentes à inscrição, o(a) candidato(a) deverá selecionar a aba "Dados da Inscrição" preenchendo todas as informações solicitadas.

2.2.6 Após salvar as informações aparecerá uma nova tela com a Pré-Inscrição, onde ao final deverá clicar em "Gerar Boleto Bancário" que deverá ser impresso e pago **ATÉ A DATA DE VENCIMENTO EXPRESSA NO BOLETO. Por ocasião da Circular nº 4656/2014 do Banco Central que instituiu a Nova Plataforma da Cobrança (boleto registrado), boletos pagos depois do vencimento não serão considerados e não terão a devolução do valor pago.**

2.2.7 O período de inscrição poderá ser prorrogado por necessidade de ordem técnica e/ou operacional, a critério da Comissão do Processo Seletivo e do INDEC.

2.2.8 A prorrogação de que trata o item anterior poderá ser feita sem prévio aviso, bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação feita na Imprensa Oficial do Município e no endereço eletrônico <https://institutoindec.org.br>.

2.3 DO PAGAMENTO DAS INSCRIÇÕES

2.3.1 O candidato deverá efetuar o pagamento do valor da inscrição estabelecido no **Quadro I**, do item **1.2**, até o dia **20/09/2022**.

2.3.2 Para pagamento do valor da inscrição, somente poderá ser utilizado o boleto bancário gerado até a data limite do vencimento do boleto.

2.3.3 As solicitações de inscrição, cujos pagamentos forem efetuados após o prazo registrado no boleto bancário, não serão aceitas, não cabendo ressarcimento.

2.3.4 O pagamento do valor correspondente à inscrição poderá ser efetuado em toda a rede de atendimento bancário. **Atenção para o horário de pagamento da rede de atendimento bancário.**

2.3.5 Em caso de feriado ou evento que resulte em fechamento das agências bancárias, a taxa de inscrição deverá ser paga antecipadamente.



- 2.3.6 É de responsabilidade do candidato se atentar aos horários bancários quando os pagamentos forem efetuados por meios de aplicativos para que não sejam compensados em dias posteriores ao da realização, de modo que não haja risco de o pagamento ser validado após a data de vencimento.
- 2.3.7 No caso de agendamento do pagamento do boleto a inscrição somente será efetivada após a quitação do boleto na data agendada. O candidato deve estar ciente de que se o pagamento não puder ser realizado por falta de crédito em conta na data agendada a inscrição não será efetivada. Em caso de não confirmação do pagamento agendado, o candidato deverá solicitar ao banco no qual efetuou o agendamento o Comprovante Definitivo de Pagamento do Boleto, que confirma que o boleto foi quitado na data agendada ou na data de vencimento do boleto. O Comprovante de Agendamento ou o Extrato Bancário da Conta Debitada não serão aceitos para fins de comprovação do pagamento.
- 2.3.8 Caso o valor pago através do boleto bancário seja menor do que o estabelecido para a inscrição realizada, ela não será efetivada e não serão disponibilizados outros meios para o pagamento da complementação do valor.
- 2.3.9 Não serão aceitos pagamentos das inscrições por depósito em caixa eletrônico, correio, transferência eletrônica, DOC, casas lotéricas, farmácias, internet, PIX, ordem de pagamento ou depósito comum em conta corrente, fax ou de forma condicional.**
- 2.3.10 Cada boleto bancário se refere a uma única inscrição e deverá ser quitado uma única vez, até a data de vencimento e no valor exato constante no boleto bancário.
- 2.3.11 O candidato poderá reimprimir seu Boleto Bancário somente até o vencimento expresso no boleto.
- 2.3.12 Após esta data os boletos não poderão ser reimpressos com novo vencimento e a pré-inscrição cujo boleto não foi pago será automaticamente cancelada.
- 2.3.13 Não haverá devolução da importância paga, ainda que a maior ou em duplicidade, seja qual for o motivo alegado.
- 2.3.14 Não haverá isenção total ou parcial da taxa de inscrição.
- 2.3.15 O Instituto INDEC e Prefeitura Municipal de Monte Mor não se responsabilizam por boletos bancários que não correspondam aos documentos emitidos no ato da inscrição ou que tenham sido alterados/adulterados em função de problemas no computador local, falhas de comunicação, fraudes causadas por vírus e afins.
- 2.3.16 A efetivação da inscrição ocorrerá após a confirmação pelo Banco do pagamento do boleto. **O BOLETO PAGO SERÁ SEU PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO.** O candidato poderá acompanhar a situação da sua inscrição por meio do site do Instituto INDEC, <https://institutoindec.org.br>, na página do Processo Seletivo, a partir de 72 (setenta e duas) horas após a quitação do boleto bancário, na área "Área do Candidato", digitar seu CPF e sua Senha, entrar no menu "Comprovante de Inscrição", selecionar a inscrição desejada e Visualizar, para tanto é necessário que o candidato cadastre esses dados corretamente. Caso verifique a falta de informação, o candidato deverá entrar em contato com o Instituto INDEC, Fone: (16) 3235-7701, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h ou contato@institutoindec.org.br.
- 2.3.17 O Instituto INDEC e a Prefeitura Municipal de Monte Mor não se responsabilizam por solicitações de inscrições não recebidas por motivo de ordem técnica, falhas dos computadores, de comunicação ou bancárias, bem como qualquer outro fator que impossibilite a transferência de dados.
- 2.3.18 Uma vez verificadas falsidades de declarações ou irregularidades, será anulada, a qualquer tempo, a inscrição ou a prova do candidato, com encaminhamento da questão às autoridades competentes.



- 2.3.19** A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes.
- 2.3.20** Realizada a inscrição, o candidato que, eventualmente, necessitar alterar algum dado cadastral, deverá entrar em contato com o Instituto via e-mail ou telefone para efetuar a alteração.
- 2.3.21** **Para efeito de critério de desempate serão consideradas as correções cadastrais realizadas até o 2º dia útil contado a partir da data de realização da prova objetiva.**
- 2.3.22** O candidato que não atender aos termos dos subitens **2.3.20** e **2.3.21**, deste Capítulo, deste Edital, deverá arcar, exclusivamente, com as consequências advindas de sua omissão, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.
- 2.3.23** Depois de efetivadas as inscrições as mesmas não poderão ser canceladas a pedido dos candidatos, por qualquer que seja o motivo alegado, não havendo a restituição do valor da inscrição, em hipótese alguma, salvo nos casos de cancelamento, anulação ou não realização do Processo Seletivo.
- 2.3.24** As informações prestadas na ficha de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, cabendo à Prefeitura Municipal de Monte Mor e/ou ao Instituto INDEC o direito de excluir deste Processo Seletivo aquele que preenchê-la com dados incorretos ou que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente.
- 2.3.25** Caso a inscrição do candidato esteja indeferida, este poderá interpor recurso no período mencionado no Capítulo 10. CRONOGRAMA PREVISTO deste Edital, nos termos do Capítulo 7. DOS RECURSOS.
- 2.3.26** O candidato poderá interpor recurso exclusivamente no endereço eletrônico www.institutoindec.org.br, através do Formulário de Recurso que estará disponível no *link* correlato a este processo.
- 2.3.27** Preencher corretamente todos os campos do formulário de acordo com as orientações disponíveis no site e enviá-lo para análise. Ao enviar corretamente o formulário, o candidato receberá um número de protocolo para acompanhamento da resposta do recurso interposto.
- 2.3.28** O candidato terá a sua inscrição indeferida quando:
- a) efetuar pagamento da taxa de inscrição em valor menor do que o estabelecido;
 - b) efetuar pagamento fora do período estabelecido;
 - c) preencher a ficha de inscrição de modo indevido;
 - d) não atender às condições estipuladas neste Edital.
- 2.4 DAS RESTRIÇÕES**
- 2.4.1** Não serão aceitas inscrições via postal, fac-símile, correio eletrônico, transferência eletrônica, pagamento em caixa eletrônico, PIX, DOC, DOC eletrônico, ordem de pagamento, depósito bancário em conta corrente, cheque ou por qualquer outra via que não a especificada neste Edital ou fora do período estabelecido.
- 2.4.2** É vedada, ao candidato, a transferência do valor pago a título de inscrição para outra(s) inscrição(ões) e/ou para terceiros.
- 2.4.3** É vedada a participação neste certame de quaisquer dos membros integrante da comissão do Processo Seletivo ou das bancas examinadoras.
- 2.4.4** Qualquer desobediência à proibição prevista no item anterior ou constatada a qualquer tempo que determinado candidato tenha sido beneficiado por obtenção de informações privilegiadas será o infrator eliminado do certame sem prejuízo da responsabilização civil.

3. DA RESERVA DE VAGAS

- 3.1 DA RESERVA DE VAGAS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA**
- 3.2** Fica reservado um percentual de 5% (cinco por cento), para cada função, para pessoas com deficiência



física e sensorial, no provimento de funções públicas, nos órgãos e entidades de Administração Pública Municipal, obedecendo ao princípio do Processo Seletivo de provas ou de provas e títulos.

3.2.1 Se, na aplicação do percentual, resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01 (uma) vaga para a pessoa com deficiência. Se inferior a 0,5 (cinco décimos), a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para a função.

3.3 A participação de candidato com deficiência no presente Processo Seletivo será assegurada nos termos da Lei Federal nº 13.146, de 06/07/2015, do artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, alterado pelos Decretos Federais nºs 5.296, de 02/12/2004, e 9.508/2018, e da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ e da Lei Municipal nº 3.465/2002.

3.4 O candidato com deficiência, antes de se inscrever, deverá verificar se as atribuições da função, especificadas no **Anexo I** deste Edital, são compatíveis com sua deficiência.

3.4.1 Os deficientes somente poderão disputar funções cujas atividades sejam compatíveis com sua deficiência.

3.5 As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 9.508/2018, particularmente em seu art. 4º, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos. Os benefícios previstos no referido artigo, §§ 1º e 2º, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições, através de ficha de inscrição especial.

3.6 Para concorrer como pessoa com deficiência, o candidato – **durante o período de inscrições** – deverá:

a) especificar, na ficha de inscrição, no campo “Deficiência”, a condição de deficiente, informando o CID, observado o disposto no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/99, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004 ou na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça e na Lei Estadual nº 14.481, de 13.07.2011;

b) especificar, na ficha de inscrição, se deseja concorrer às vagas reservadas para tal;

c) requerer, durante o preenchimento da ficha de inscrição, no campo “Condição Especial”, os recursos/condições especiais de que necessita, inclusive, tratamento e/ou tempo diferenciado para realização das provas, especificando as condições técnicas e/ou provas especiais que necessitará, conforme laudo médico a ser encaminhado, seguindo as instruções ali indicadas; e

d) proceder – até às 23h59min do último dia de inscrição:

d1) o envio de laudo médico (cópia autenticada), que ateste a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, assim como a provável causa da deficiência.

d2) esse(s) laudo(s) médico(s) deverá(ão) conter o nome completo do candidato, bem como o nome, a data, a assinatura, carimbo e o CRM do médico responsável por sua emissão.

d3) fundamentação médica para a solicitação.

d4) o laudo médico deverá ter sido expedido nos últimos 12 meses, contados do último dia do prazo para as inscrições deste Processo Seletivo.

d5) se necessário, ao envio de laudo médico (emitido por especialista na área de deficiência do candidato, que ateste e indique, especificamente, a necessidade de tempo adicional para a realização das provas, não podendo, entretanto, esse tempo adicional ultrapassar 60 (sessenta) minutos para realização das mesmas).

3.7 Para o envio de laudo(s) médico(s) o candidato deverá:

a) acessar o link próprio do Processo Seletivo, no site www.institutoindec.org.br;

b) solicitar o pedido de PCD no ato da inscrição, onde o candidato deverá anexar o laudo médico conforme previsto na alínea “d”, do **item 3.5**, deste Capítulo, por meio digital (upload).

b1) cada laudo médico deverá ser digitalizado com tamanho de até 5MB em um único documento e em uma das seguintes extensões: “pdf” ou “png” ou “jpg” ou “jpeg”.



- 3.8 O(s) laudo(s) médico(s) mencionado(s) na alínea “d”, do **item 3.6**, deste Capítulo, terá(terão) validade somente para este Processo Seletivo.
- 3.9 Não será(ão) avaliado(s) laudo(s) médico(s) ilegível(is) e/ou com rasura(s) e/ou proveniente(s) de arquivo(s) corrompido(s).
- 3.10 Não serão considerados documentos contendo solicitação de condição especial e/ou laudo(s) médico(s) enviados pelos Correios, por e-mail ou por quaisquer outras formas não especificadas neste Regulamento, salvo os casos excepcionais que serão tratados com excepcionalidade.
- 3.11 O candidato que, no período de inscrições, não declarar ser pessoa com deficiência ou aquele que se declarar, mas não atender aos dispositivos constantes neste Capítulo, não será considerado candidato com deficiência, para fins deste Processo Seletivo, seja qual for o motivo alegado.
- 3.12 O candidato na condição de pessoa com deficiência que necessitar de condição especial para a realização da prova que não atender aos dispositivos constantes neste Capítulo, não terá prova especial preparada e/ou condição específica para realização da prova atendida, seja qual for o motivo alegado.
- 3.13 A divulgação do resultado da solicitação de inscrição na condição de candidato com deficiência neste Processo Seletivo estará disponível no site do INDEC www.institutoindec.org.br, na página deste Processo Seletivo, na página deste Processo Seletivo no período previsto no **Capítulo 10** deste Edital.
- 3.14 O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme disposto neste Capítulo, não poderá interpor recurso em favor de sua condição, seja qual for o motivo alegado.
- 3.15 Após o período de inscrições, fica proibida qualquer inclusão de candidatos com deficiência.
- 3.16 O candidato com deficiência visual deverá indicar, obrigatoriamente, em sua ficha de inscrição, o tipo de prova especial de que necessitará:
a) prova impressa em braille;
b) prova impressa em caracteres ampliados, com indicação do tamanho da fonte;
c) designação de fiscal para auxiliar na transcrição das respostas.
- 3.17 **Aos deficientes visuais (cegos)** que solicitarem prova especial em braille serão oferecidas provas nesse sistema e suas respostas serão transcritas para a folha de respostas por um fiscal designado pelo INDEC para tal finalidade.
- 3.18 Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação das provas, reglete e punção, podendo utilizar-se de soroban.
- 3.19 **Aos candidatos com deficiência visual (baixa visão)** que solicitarem prova especial ampliada serão oferecidas provas confeccionadas de acordo com o solicitado no ato de sua inscrição.
- 3.20 O candidato deverá indicar, no momento da inscrição, o tamanho da fonte de sua prova ampliada.
- 3.21 O candidato que não indicar o tamanho da fonte terá sua prova elaborada na fonte 24.
- 3.22 A ampliação oferecida é limitada à prova. A folha de respostas e outros documentos utilizados durante a aplicação não serão ampliados.
- 3.23 **O candidato com deficiência auditiva** deverá indicar, obrigatoriamente, em sua ficha de inscrição, se necessitará de:
a) intérprete de LIBRAS;
b) autorização para utilização de aparelho auditivo.



- 3.24 O candidato com deficiência física deverá indicar, obrigatoriamente, em sua ficha de inscrição, se necessitará de:
- a) mobiliário adaptado;
 - b) auxílio no manuseio da prova e transcrição de respostas;
 - c) facilidade de acesso às salas de realização das provas e às demais instalações de uso coletivo no local de realização das provas.
- 3.25 O candidato que NÃO possui condição de pessoa com deficiência, e que necessita de condição especial para a realização da prova, deverá, também, solicitar no ato da inscrição a necessidade de condição especial, o motivo e anexando documento que comprove tal necessidade. O candidato que não atender aos dispositivos constantes neste Capítulo, não terá prova especial preparada e/ou condição específica para realização da prova atendida, seja qual for o motivo alegado.
- 3.26 O atendimento às condições especiais pleiteadas para realização da prova ficará sujeito, por parte do INDEC, à análise da viabilidade e razoabilidade do solicitado.
- 3.27 Nas provas realizadas com auxílio de fiscal leitor, o candidato identificará, para cada questão, a alternativa que será marcada pelo fiscal na folha de respostas.
- 3.28 **O INDEC e a Prefeitura Municipal de Monte Mor não serão responsabilizados por eventuais erros de transcrição cometidos pelo fiscal leitor.**
- 3.29 O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital não poderá impetrar recurso em favor de sua situação, bem como não terá sua prova especial preparada, seja qual for o motivo alegado.
- 3.30 Após o prazo de inscrição fica proibida qualquer inclusão de candidato na lista específica de pessoa com deficiência.
- 3.31 Não serão considerados como deficiência, os distúrbios passíveis de correção.
- 3.32 A deficiência não poderá ser apresentada como motivo para justificar a concessão de readaptação da função ou concessão de aposentadoria por invalidez.
- 3.33 A publicação do resultado final do Processo Seletivo será feita em duas listas, contendo a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a de pessoa com deficiência, e a outra somente a pontuação de pessoa com deficiência.
- 3.34 O candidato que for julgado inapto, em razão da deficiência incompatibilizar-se com o exercício das atividades próprias da função, será desclassificado do Processo Seletivo.
- 3.35 Ao ser convocado para investidura na função, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da função. Será eliminado da lista de pessoa com deficiência o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.
- 3.36 A não observância pelo candidato de qualquer das disposições deste capítulo implicará a perda do direito a ser admitido para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência.



4. DAS PROVAS

- 4.1 A seleção dos candidatos será realizada mediante aplicação de prova objetiva.
- 4.2 **Prova Objetiva:** As provas objetivas serão de caráter classificatório e eliminatório e se constituirão de 30 questões objetivas de múltipla escolha.
- 4.3 O conteúdo das questões versará sobre o conteúdo descrito no **Anexo II** deste Edital.
- 4.4 Compete à banca examinadora a deliberação sobre o grau de dificuldade da prova e a quantidade de questões por assunto.
- 4.5 A prova será apresentada sob forma de testes de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas em conformidade com o Programa de Provas constante no **Anexo II** deste Edital, sendo somente uma correta.
- 4.6 O **Quadro II** apresenta a relação das funções e o respectivo número de questões relacionadas aos conhecimentos específicos, bem como de português e matemática.

Quadro II – Provas e questões por Função

Função	Provas	Nº questões
NÍVEL DE ENSINO MÉDIO COMPLETO		
Técnico em Enfermagem 40 horas	Língua Portuguesa	10
	Matemática	10
	Conhecimentos Específicos	10
	Total	30
Técnico em Enfermagem 12/36h	Língua Portuguesa	10
	Matemática	10
	Conhecimentos Específicos	10
	Total	30
NÍVEL DE ENSINO SUPERIOR COMPLETO		
Assistente Social	Língua Portuguesa	10
	Matemática	10
	Conhecimentos Específicos	10
	Total	30
Médico Estratégia Saúde da Família	Língua Portuguesa	10
	Matemática	10
	Conhecimentos Específicos	10
	Total	30



Médico Psiquiatra - Infantil	Língua Portuguesa	10
	Matemática	10
	Conhecimentos Específicos	10
	Total	30
Psicólogo	Língua Portuguesa	10
	Matemática	10
	Conhecimentos Específicos	10
	Total	30
Terapeuta Ocupacional	Língua Portuguesa	10
	Matemática	10
	Conhecimentos Específicos	10
	Total	30

- 4.7 A aplicação das provas está **prevista** para o dia **09/10/2022**, nos períodos abaixo especificados, em horário e local a ser oportunamente divulgado.

Quadro III – Período de Aplicação das Provas

Período da Manhã	Período da Tarde
Assistente Social	Psicólogo
Médico Psiquiatra - Infantil	Técnico em Enfermagem 40h
Médico Estratégia Saúde da Família	Terapeuta Ocupacional
Técnico em Enfermagem 12h/36h	

- 4.8 O tempo de duração da prova objetiva será de 01h30min (uma hora e trinta minutos), contadas a partir da autorização do fiscal para o início.
- 4.9 A aplicação da prova nas datas previstas dependerá da disponibilidade de locais adequados à realização das mesmas.
- 4.10 Caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de lugares adequados existentes nas escolas localizadas na cidade de Monte Mor, o INDEC reserva-se o direito de alocá-los em cidades próximas, não assumindo, entretanto, qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e alojamento dos candidatos.
- 4.11 Havendo alteração da data prevista no item 4.7, as provas poderão ocorrer em outra data, sempre aos domingos.
- 4.12 A confirmação da data e as informações sobre horários e locais serão divulgados oportunamente através de Edital de Convocação para as provas a ser publicado no *site* do INDEC <https://institutoindec.org.br>, e na Imprensa Oficial do Município.
- 4.13 O candidato deverá acompanhar no Diário do Município e no *site* do INDEC a publicação do Edital de Convocação para as provas.



- 4.14 Não serão enviados cartões de convocação, devendo o candidato tomar conhecimento dos locais e horários de aplicação das provas através do Edital de Convocação mencionado no item anterior.**
- 4.15** Ao candidato só será permitida a realização das provas na respectiva data, no local e no horário constantes das listas afixadas nos locais de aplicação das provas, no Edital de Convocação divulgado no no Diário do Município.
- 4.16** Os candidatos deverão comparecer ao local da prova com 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos dos documentos originais (Cédula Oficial de Identidade ou Carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe ou de Carteira de Trabalho e Previdência Social ou de Certificado de Reservista, ou Carteira Nacional de Habilitação modelo com foto), caneta de tinta azul ou preta, lápis preto e borracha. Somente será admitido na sala de provas, o candidato que estiver munido de Protocolo de inscrição e Cédula Oficial de Identidade ou de Carteira expedida por Órgãos ou Conselhos Profissionais que tenham força de documento de identificação com foto ou de Carteira de Trabalho e Previdência Social ou de Certificado de Reservista. Como o documento não ficará retido será exigido a apresentação do ORIGINAL, não sendo aceitas cópias, ainda que autenticadas.
- a) Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de modo a permitir, com clareza, a identificação do candidato;
 - b) Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins: Boletim de Ocorrência, Protocolos, Certidão de Nascimento ou Casamento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação (emitida anteriormente à Lei nº 9.503/97 ou fora de sua validade), Carteira de Estudante, Crachás, Identidade Funcional de natureza pública ou privada.
 - c) Somente será admitido na sala ou local de provas o candidato que apresentar um dos documentos discriminados neste item desde que permita com clareza a sua identificação, conforme descrito no item 4.16 deste Edital.
- 4.17** O candidato que estiver portando aparelho celular deverá desligar e juntamente com o relógio deverão ser colocados e lacrados no envelope lacre que será fornecido pelo fiscal de sala no momento da assinatura da lista de presença.
- 4.17.1** O candidato ao ingressar no local de realização das provas deverá, obrigatoriamente, manter desligado qualquer aparelho de comunicação, devendo retirar a bateria de qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo os sinais de alarme e os modos de vibração e silencioso.
- 4.17.2** O uso de quaisquer funcionalidades de aparelhos, tais como telefone celular (e seus aplicativos), aparelhos sonoros, receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, tablet, notebook ou similares, calculadora, palm-top, relógio com calculadora e/ou receptor, qualquer equipamento que possibilite comunicação externa, incorrerá em exclusão do candidato do Certame, mesmo que o aparelho esteja dentro do envelope de segurança que será distribuído pelo INDEC.
- 4.17.3** Os celulares e outros aparelhos eletrônicos deverão permanecer desligados até a saída do candidato do local de realização das provas.
- 4.17.4** É aconselhável que os candidatos retirem as baterias dos celulares, garantindo que nenhum som seja emitido, inclusive do despertador caso seja ativado.
- 4.17.5** Durante a prova, não serão permitidas qualquer espécie de consulta a códigos, livros, manuais, impressos, anotações e/ou outro tipo de pesquisa, utilização de outro material não fornecido pelo INDEC, uso de relógio com calculadora, telefone celular e/ou qualquer equipamento eletrônico, protetor auricular, boné, gorro, chapéu e óculos de sol.
- 4.17.6** O candidato que necessitar usar boné, gorro, chapéu, protetor auricular ou óculos de sol na sala de provas deverá ter justificativa médica e o(s) objeto(s) será(ão) verificado(s) pela coordenação.
- 4.17.7** O INDEC não se responsabilizará por perda ou extravio de documentos ou objetos ocorridos no local de realização das provas, nem por danos neles causados.
- 4.17.8** O candidato não poderá alegar desconhecimentos quaisquer sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.
- 4.17.9** O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará na eliminação do Processo Seletivo.



- 4.17.10** O INDEC, objetivando garantir a lisura e a idoneidade do Processo Seletivo – o que é de interesse público e, em especial dos próprios candidatos – bem como a sua autenticidade solicitará aos candidatos, quando da aplicação das provas, o registro de sua assinatura em campo específico na folha de respostas.
- 4.17.11** Quando, após a prova, for constatada, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, a utilização de processos ilícitos, o candidato terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.
- 4.17.12** Autorizar-se-á ao candidato ausentar-se do recinto das provas durante a sua realização somente em condições especiais e acompanhado por um fiscal.
- 4.18** O candidato poderá fazer uso de sanitários acompanhado de um fiscal, somente durante a realização da prova, não sendo permitido o uso após o término de sua prova. O candidato será submetido ao detector de metais para acesso e saída do sanitário, a detecção de objetos eletrônicos vedados no local da prova pelo detector de metais quando do acesso aos sanitários no momento da prova eliminará automaticamente o candidato do Processo Seletivo Público.
- 4.19** Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em virtude do afastamento, por qualquer motivo, do candidato da sala de prova.
- 4.20** O candidato deverá assinalar suas respostas no Cartão de Respostas (Gabarito), com caneta de tinta preta ou azul, assinando-o, em conformidade com as instruções específicas contidas na capa do caderno de questões e na folha de respostas. O preenchimento do Cartão de Respostas (Gabarito) é de total responsabilidade do candidato.
- 4.20.1** Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
- 4.20.2** O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar ou, de qualquer modo, danificar a Folha de Respostas sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de correção da mesma.
- 4.20.3** Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que não devolver a Folha de Respostas.
- 4.21** Não serão computadas questões não assinaladas ou assinaladas a lápis ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível, sendo atribuída nota 0 (zero) à questão.
- 4.22** O candidato deverá ler atentamente as instruções contidas no Caderno de Questões.
- 4.23** As instruções contidas no Caderno de Questões deverão ser rigorosamente seguidas sendo o candidato único responsável por eventuais erros cometidos.
- 4.24** Nos casos de eventual falta de Caderno de Questões/material personalizado de aplicação das provas, em razão de falha de impressão, número de provas incompatível com o número de candidatos na sala ou qualquer outro equívoco na distribuição de prova/material, o INDEC tem a prerrogativa para entregar ao candidato prova/material reserva não personalizado eletronicamente.
- 4.25** O candidato deverá informar ao fiscal de sua sala qualquer irregularidade nos materiais recebidos no momento da aplicação das provas não sendo aceitas reclamações posteriores.
- 4.26** O candidato que queira fazer alguma reclamação ou sugestão deverá fazer junto ao fiscal de sala, que anotará na folha de ocorrência para posterior análise.
- 4.27** O candidato somente poderá retirar-se do local de aplicação levando consigo o caderno de provas a partir dos últimos 30 (trinta) minutos do tempo destinado à realização de Exame. O Gabarito será obrigatoriamente devolvido pelo candidato. O preenchimento deverá ser feito de acordo com as instruções do Caderno de Questões. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato. Em nenhuma hipótese o caderno de questões será considerado para correção e respectiva pontuação.
- 4.28** O candidato deverá permanecer em prova pelo tempo mínimo de 30 (trinta) minutos.



- 4.29 Em hipótese alguma haverá segunda chamada, revisão de provas ou de resultados, em quaisquer das formas de avaliação, nas diferentes fases do Processo Seletivo, seja qual for o motivo alegado.
- 4.30 O não comparecimento à prova excluirá o candidato automaticamente do Processo Seletivo.
- 4.31 No dia da realização das provas, na hipótese de o candidato não constar das listagens oficiais relativas aos locais de prova estabelecidos no Edital de Convocação, o INDEC procederá à inclusão do referido candidato, antes do início das provas, fornecendo Caderno de Provas, mediante a apresentação do comprovante de sua inscrição.
- 4.32 A inclusão de que trata o item 4.31 será realizada de forma condicional, e será confirmada pelo INDEC, na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de se verificar a pertinência da referida inscrição.
- 4.33 Considerada a impertinência da inscrição de que trata o item 4.31 a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.
- 4.34 Não será admitida, em nenhuma hipótese, a entrada de retardatários no local da prova.
- 4.35 CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA LACTANTES**
- 4.35.1 Fica assegurado às lactantes o direito de participarem do Processo Seletivo, nos critérios e condições estabelecidos pela Lei nº 13.872, de 17 de setembro de 2019.
- 4.35.2 A candidata que seja mãe lactante de bebê de até 6 (seis) meses de idade deverá requerer, no ato da inscrição, local reservado para amamentação.
- 4.35.3 A prova da idade do infante será feita mediante declaração anexada no ato de inscrição para o Processo Seletivo e apresentação da respectiva certidão de nascimento durante sua realização. A candidata que não apresentar a solicitação no período de inscrição, poderá não ter a solicitação atendida por questões de não adequação das instalações físicas do local de realização das provas.
- 4.35.4 Deferida a solicitação, a mãe deverá, no dia da prova ou da etapa avaliatória, indicar uma pessoa acompanhante que será a responsável pela guarda da criança durante o período necessário.
- 4.35.5 A mãe terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho. A mãe poderá retirar-se, temporariamente, da sala em que estiver sendo realizadas as provas, para atendimento ao seu bebê, em sala especial a ser reservada pela Coordenação.
- 4.35.6 O tempo despendido na amamentação será compensado durante a realização da prova, em igual período.
- 4.35.7 Para a amamentação, o bebê deverá permanecer no ambiente determinado pela Coordenação.
- 4.35.8 A criança deverá estar acompanhada somente de um maior de 18 (dezoito) anos, capaz, responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata), e a permanência temporária desse adulto, em local apropriado, será autorizada pela Coordenação deste Processo Seletivo. O(a) acompanhante somente terá acesso ao local de prova até o horário estabelecido para fechamento dos portões e permanecerá em sala reservada até o término da prova da candidata. O acompanhante do infante não poderá utilizar celulares ou outros equipamentos eletrônicos.
- 4.35.9 A pessoa acompanhante somente terá acesso ao local das provas até o horário estabelecido para fechamento dos portões e ficará com a criança em sala reservada para essa finalidade, próxima ao local de aplicação das provas.
- 4.35.10 A candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada de um fiscal do Instituto Indec, sem a presença do responsável pela guarda da criança, que garantirá que sua conduta esteja de acordo com os termos e condições deste edital.
- 4.35.11 A candidata nesta condição que não levar acompanhante não realizará as provas.
- 4.35.12 O Instituto Indec não disponibilizará acompanhante para a guarda de crianças.
- 4.36 DA EXCLUSÃO DO CANDIDATO DAS PROVAS**
- Será automaticamente excluído do Processo Seletivo o candidato que:
- a) Apresentar-se após o horário estabelecido ou em local diferente do designado;
 - b) Não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
 - c) Não apresentar o documento de identidade exigido;



- d) Ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal, ou antes, de decorrido o tempo mínimo estabelecido para permanência na sala;
- e) For surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livros, notas ou impressos não permitidos;
- f) Estiver portando ou fizer uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico e/ou de comunicação como telefone celular, pager, máquina calculadora ou qualquer outro meio;
- g) Lançar mão de meios ilícitos para execução da prova;
- h) Fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
- i) Não devolver integralmente o material recebido;
- j) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
- k) Agir com incorreção ou descortesia, independentemente do momento, para com qualquer membro da equipe encarregada de aplicação de provas;
- l) Estiver fazendo uso de boné ou chapéu, lenço ou qualquer outro acessório que impeça a visão total das orelhas do candidato na sala de aula durante a realização das provas;
- m) **Durante a realização da prova e/ou procedimento deste Processo Seletivo, fizer utilização de qualquer tipo de aparelho que realize a gravação de imagem, de som, ou de imagem e som pelo candidato, pelos seus familiares ou por quaisquer outros estranhos ao Processo Seletivo. Caso haja qualquer necessidade de realização de uma ou mais modalidades de gravação aqui citada, com vistas à produção do conhecimento a ser avaliado pela banca examinadora da organizadora do Processo Seletivo, caberá ao Instituto INDEC, e somente a ele, a realização, o uso e a guarda de todo e qualquer material produzido.**

5. DO JULGAMENTO DAS PROVAS

5.1 DA NOTA DA PROVA

- 5.1.1 **As provas objetivas** de caráter eliminatório e classificatório serão avaliadas na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.
- 5.1.2 Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de pontos na prova. O candidato que obtiver aproveitamento inferior a 50% (cinquenta por cento) na prova será inabilitado.
- 5.1.3 A nota da prova objetiva será obtida pela fórmula: $NP = \frac{Na \times 100}{Tq}$
Sendo:
NP = Nota da prova
Na = Número de acertos
Tq = Total de questões da prova
- 5.1.4 O candidato não aprovado na Prova Objetiva será eliminado do Processo Seletivo.
- 5.1.5 A pontuação relativa à questão eventualmente anulada será atribuída a todos os candidatos presentes à respectiva prova.

5.2 CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- 5.2.1 Na hipótese de igualdade na Classificação Final, o desempate obedecerá, sucessivamente, aos seguintes critérios:
 - 5.2.1.1 O candidato que contar com maior idade;
 - 5.2.1.2 Maior número de acertos em conhecimentos específicos;
 - 5.2.1.3 Maior número de acertos em língua portuguesa;
 - 5.2.1.4 Maior número de acertos em conhecimentos em matemática;
- 5.2.2 Persistindo o empate, haverá sorteio juntamente com a Comissão Examinadora de Processo Seletivo.
- 5.2.3 O ingresso no serviço público municipal obedecerá à ordem de classificação.

6. DA CLASSIFICAÇÃO



6.1 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E PUBLICAÇÃO DO RESULTADO

- 6.1.1 Os candidatos habilitados serão classificados por ordem decrescente da nota final, em lista de classificação por função.
- 6.1.2 A pontuação final do candidato corresponderá à nota da prova objetiva e título, conforme o caso, a somatória das notas obtidas nas avaliações que participou.
- 6.1.3 Serão elaboradas duas listas de classificação: uma geral, com a relação de todos os candidatos, inclusive de pessoa com deficiência e outra apenas de pessoa com deficiência.
- 6.1.4 Não ocorrendo inscrição no Processo Seletivo ou aprovação de candidatos com deficiência, será elaborada somente a Lista de Classificação Final Geral.
- 6.1.5 Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no Processo Seletivo, valendo para esse fim, a homologação.
- 6.1.6 O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço e telefones junto ao Instituto INDEC, durante o período da realização do Processo Seletivo e, após a homologação do resultado final do mesmo, junto à Prefeitura Municipal de Monte Mor.

7. DOS RECURSOS

- 7.1 Caberão recursos quanto a: relação de candidatos com deficiência, gabarito preliminar, prova de títulos e resultado preliminar da prova objetiva, dentro de 2 (dois) dias, contados a partir da data de publicação do ato, conforme mencionado no no Capítulo 10. CRONOGRAMA PREVISTO.
- 7.2 Para a interposição de recurso, o candidato deverá obrigatoriamente acessar o site <https://institutoindec.org.br>, realizar a consulta do andamento de sua inscrição informando seu login e senha, acessar o Formulário de Recurso que estará disponível apenas no período estabelecido em cada divulgação, preencher corretamente todos os campos do formulário de acordo com as orientações disponíveis no site e enviá-lo para análise. Ao enviar corretamente o formulário, o candidato receberá um número de protocolo para acompanhamento da resposta do recurso interposto.
- 7.3 No formulário de recurso deverá constar obrigatoriamente a síntese das razões que motivaram a solicitação do recurso. Não serão aceitos recursos relativos à divulgação já questionada pelo candidato, ou relativo a assunto já divulgado anteriormente.
- 7.4 Caso seja necessário o candidato poderá anexar documentos que auxilie na elaboração dos recursos, sendo obrigatório o anexo do comprovante de pagamento apenas no recurso contra a relação de candidatos.
- 7.5 Antes de enviar o recurso para análise, o candidato deve fazer a revisão do texto que compõe a síntese das razões. Após o envio do recurso (protocolado), não será mais possível realizar alterações no conteúdo do mesmo.
- 7.6 Será liminarmente indeferido o recurso:
 - a) que não estiver devidamente fundamentado ou não possuir argumentação lógica e consistente que permita sua adequada avaliação;
 - b) que for apresentado fora do prazo a que se destina ou relacionado a evento diverso;
 - c) que estiverem com período de Recursos já encerrado;
 - d) por outros meios que não seja o preenchimento do Formulário de Recurso disponibilizado no site da empresa (Não serão aceitos recursos enviados por meio de carta, correio, e-mail, suporte aos candidatos do site, fax, telefone, etc.);
 - e) que apresentar contestação referente a mais de uma questão no mesmo formulário, devendo o candidato utilizar um formulário para cada questão, objeto de questionamento;
 - f) que estiver com o Anexo apresentado em letra manuscrita;
 - g) cuja fundamentação não corresponda à questão recorrida;
 - h) cujo teor desrespeite a Banca Examinadora;



- i) que esteja em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo e nas instruções constantes dos Editais de divulgação dos eventos.
- 7.7 O INDEC e a Prefeitura Municipal de Monte Mor não se responsabilizam por solicitações de recursos não recebidas por dificuldades de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação e acesso à internet, congestionamento das linhas de comunicação, bem como qualquer outro fator externo ao site do INDEC que impossibilite o correto envio do formulário de recurso.
- 7.8 O recurso interposto fora do prazo previsto no item 7.1 deste Capítulo não serão conhecidos.
- 7.9 Não serão aceitos recursos sem embasamento.
- 7.10 O Recurso recebido será encaminhado para a Banca Examinadora para análise e manifestação a propósito do arguido, não havendo ao candidato requerente direito de vista ou revisão pessoal da Prova Objetiva.
- 7.11 As respostas aos recursos interpostos serão disponibilizadas aos candidatos através do site <https://institutoindec.org.br>, por meio de consulta da inscrição do candidato informando seu login e senha, tendo como referência sempre o número do protocolo do recurso interposto em cada uma das divulgações.
- 7.12 Havendo o deferimento de recurso, poderá haver alteração do Gabarito Preliminar ou do Resultado Preliminar, no sentido de que haja o devido provimento ao recurso deferido, podendo haver alteração nos resultados obtidos pelos candidatos, bem como na ordem de classificação para posição superior ou inferior, ou ainda ocorrer à desclassificação dos candidatos que não obtiverem a pontuação mínima exigida para classificação.
- 7.13 Será indeferido o recurso interposto fora dos prazos estipulados neste edital.
- 7.14 A interposição dos recursos não interfere o andamento regular do cronograma do Processo Seletivo.
- 7.15 Após o julgamento de todos os recursos interpostos, será publicado o resultado da Prova de Títulos, o Gabarito Oficial e a Classificação Final com as alterações ocorridas em atendimento aos recursos tempestivamente protocolados, e não haverá segunda instância de recurso administrativo, re-análise de recurso interposto ou pedidos de revisão de recurso.
- 7.16 A Banca Examinadora constitui a última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.
- 7.17 Os pontos relativos às questões eventualmente anuladas serão atribuídos a todos os candidatos presentes à prova independente de terem recorrido.
- 7.18 Caso haja alteração no gabarito divulgado por força de impugnações ou correções, as provas serão corrigidas de acordo com as alterações promovidas, considerando-se as marcações feitas pelos candidatos na(s) alternativa(s) considerada(s) correta(s) para a questão de acordo com o gabarito definitivo.
- 7.19 A decisão dos recursos interpostos será divulgada no site do INDEC.

8. DA CONTRATAÇÃO DAS FUNÇÕES

- 8.1 A convocação para a contratação obedecerá rigorosamente à ordem da classificação final dos candidatos, de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de Monte Mor, obedecendo o limite de vagas existente, das que vagarem ou forem criadas, bem como disponibilidade orçamentária dentro do prazo de validade deste Processo Seletivo.
- 8.2 A convocação para a contratação será feita através de publicação de portaria no Diário Oficial.



- 8.3 A convocação para todas as etapas do presente Processo Seletivo ocorrerá por publicação de editais e portarias a serem divulgadas no Diário do Município.
- 8.4 O candidato deverá manter seu endereço atualizado junto ao INDEC, enquanto estiver participando do Processo Seletivo e, posteriormente, se classificado no Processo Seletivo, junto à Prefeitura Municipal de Monte Mor.
- 8.5 Quando convocado/nomeado, o candidato deverá comparecer ao local estabelecido, exatamente dentro do prazo estipulado no ato da portaria. O não comparecimento em quaisquer das etapas implicará na desclassificação automática. **Caso o candidato seja convocado e por qualquer motivo não possa tomar posse da função, o mesmo será considerado desistente, não havendo nenhuma possibilidade de retornar ao final da lista de classificados.**
- 8.6 Para efeito da admissão, fica o candidato sujeito à aprovação em exame médico admissional, de caráter eliminatório, que avaliará sua aptidão física e mental para o exercício da função.
- 8.7 O candidato convocado deverá apresentar toda documentação comprobatória para o exercício da função.
- 8.8 Documentação necessária cópia simples ou original, conforme necessário:
- a) 01 (uma) foto 3X4 (recente);
 - b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) - original e cópias das páginas da foto e do verso da foto.
 - c) Comprovante de cadastro no PIS/PASEP (o cartão cidadão **não** será aceito como comprovante).
 - d) Cédula de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
 - e) Comprovante de situação cadastral do CPF;
 - f) Cédula de Identidade (RG) – no caso de estrangeiro, cédula de identidade, visto e certidão de registro estrangeiro;
 - g) Título de Eleitor, juntamente com os comprovantes de votação na última eleição (1º e 2º turnos) ou certidão de quitação eleitoral (as justificativas **não** serão aceitas);
 - h) Certificado de reservista (se candidato masculino);
 - i) Cartão Nacional de Saúde (SUS);
 - j) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública da área de seu domicílio (original);
 - k) Comprovante de residência atual no nome do candidato;
 - l) Comprovante de escolaridade de acordo com o exigido por lei ou no edital para o exercício da função:
 - Diploma de Graduação de Nível Superior com apostilamento ou Certificado juntamente com Histórico Escolar com data de colação de grau (para funções de nível superior);
 - Histórico Nível Médio completo (funções de nível médio);
 - Histórico Nível Fundamental completo (para funções de nível fundamental)
 - m) Comprovante de Especialização mediante apresentação de documento reconhecido pelo Ministério da Educação ou pela Sociedade da Especialidade.
 - n) Registro no respectivo conselho de classe acompanhado do comprovante de pagamento da anuidade. Na falta deste, pede-se Registro na DRT – Delegacia Regional do Trabalho.
 - o) Certidão Negativa de Pontuação e Certidão de Prontuário (expedidas pelo DETRAN) e CNH categorias B – as certidões originais e a CNH original e cópia (para as funções que exigem CNH de acordo com o exigido no Quadro I, item 2.1);
 - p) Certidão e/ou Declaração emitida pelo órgão competente que conste cargo/emprego/função exercido naquele órgão, horário de trabalho, para comprovação de acúmulo lícito de cargo/emprego/função público (original);
 - q) Declaração de acúmulo ou não de cargo/emprego/funções públicos (original);
 - r) Certidão de Casamento para o caso de candidatos casados, separados, divorciados ou viúvos ou Certidão de Nascimento no caso de solteiro(a);
 - s) Certidão de Nascimento, RG, CPF e Cartão SUS dos filhos solteiros de zero até 21 anos de idade ou até 24 anos, se universitário – somente cópias;



- t) Certidão de Nascimento, RG, CPF e Cartão SUS do cônjuge (obrigatório) e dos pais (somente se estes forem dependentes do Imposto de Renda);
- u) Caderneta de Vacinação atualizada dos filhos menores de 6 anos;
- v) Comprovante de Escolaridade dos filhos com até 14 anos;
- w) Cópia da Declaração de Imposto de Renda do ano em exercício (**completa**) ou preenchimento de declaração de bens e valores;
- x) Certidão expedida pelo órgão competente indicando o tipo de aposentadoria (somente para os aposentados em cargo/emprego/função públicos, desde que as funções estejam previstos nas acumulações legais previstas pela Constituição Federal) – original;
- y) Não poderá ser empossado o candidato que receber proventos em virtude de aposentadoria pelo exercício de cargo/emprego/função na Administração Direta Municipal, Estadual ou Federal, conforme o disposto no § 10, do artigo 37, da Constituição Federal, com redação alterada pelas Emendas Constitucionais 19/98 e 20/98.

8.9 A admissão e o exercício far-se-ão na forma estabelecida na Legislação.

8.10 A aprovação do candidato não isenta o mesmo da apresentação dos documentos pessoais exigíveis para a admissão.

8.11 Independentemente da aprovação nas provas, os candidatos somente serão admitidos se aprovados nos exames médicos, para constatação de aptidão física e mental.

8.12 Caso haja necessidade, a Prefeitura Municipal de Monte Mor poderá solicitar documentos complementares.

8.13 Fica a critério da Prefeitura Municipal de Monte Mor o estabelecimento da jornada de trabalho a ser cumprida – horário flexível, podendo ser em período diurno e/ou noturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

8.14.1 Não cabe ao candidato a escolha do horário e local de trabalho, devendo o mesmo atender à necessidade da Administração.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Caberá à Secretária Municipal de Saúde do Município de Monte Mor a homologação do Processo Seletivo.

9.2 A Prefeitura Municipal de Monte Mor e o Instituto INDEC não se responsabilizam por eventuais prejuízos aos candidatos decorrentes de:

- a) Endereço não atualizado;
- b) Endereço de difícil acesso;
- c) Correspondência devolvida pela ECT por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato; e
- d) Correspondência recebida por terceiros.

9.3 A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a tácita aceitação das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas no Edital de Abertura e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

9.4 É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar as publicações de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo, que venham a ser feitas no Diário do Município e no site do Instituto INDEC, <https://institutoindec.org.br>, não sendo aceita a alegação de desconhecimento das normas do certame.



- 9.5 Serão publicados no Diário do Município apenas o Edital de Abertura, Edital de Convocação para a Prova Objetiva, Resultado Preliminar da Prova Objetiva, Resultado Final e Homologação. As demais publicações serão divulgadas no site do INDEC www.institutoindec.org.br e/ou da Prefeitura Municipal de Monte Mor.
- 9.6 Motivará a eliminação do candidato do Processo Seletivo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital e/ou nas instruções constantes na prova, o candidato que:
- a) apresentar-se após o horário estabelecido para fechamento dos portões do prédio, inadmitindo-se qualquer tolerância;
 - b) não comparecer às provas seja qual for o motivo alegado;
 - c) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
 - d) não apresentar o documento que bem o identifique;
 - e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
 - f) ausentar-se do local de provas antes do tempo mínimo de permanência;
 - g) ausentar-se da sala de provas levando folha de respostas ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
 - h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
 - i) for apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo da deflagração do procedimento cabível;
 - j) for surpreendido em comunicação com outras pessoas, dando ou recebendo auxílio para a execução das provas, ou utilizando-se de livros, notas ou impressos não permitidos ou máquina calculadora ou similar;
 - k) estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico ou de comunicação;
 - l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas ou com os demais candidatos.
 - m) prestar, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
 - n) fotografar, filmar a realização de sua prova ou de terceiros ou registrar qualquer imagem do local de aplicação das provas;
 - o) descumprir qualquer regra estabelecida neste Edital, nas retificações e no Edital de Convocação para a realização das provas.
- 9.7 A Prefeitura Municipal de Monte Mor e o Instituto INDEC se eximem das despesas decorrentes de viagens e estadias dos candidatos para comparecimento a qualquer das fases deste Processo Seletivo, bem como da responsabilidade sobre material e/ou documento eventualmente esquecidos nos locais das provas.
- 9.8 O não atendimento pelo candidato, a qualquer tempo, de quaisquer das condições estabelecidas neste Edital, implicará em sua eliminação do Processo Seletivo.
- 9.9 Decorridos 90 dias da data da publicação da homologação e não caracterizando qualquer óbice, é facultado o descarte dos registros escritos, mantendo-se, porém, pelo prazo de validade do Processo Seletivo, os registros eletrônicos.
- 9.10 Sem prejuízo das sanções criminais cabíveis, a qualquer tempo, o Instituto INDEC e a Prefeitura Municipal de Monte Mor poderão anular a inscrição, prova ou nomeação do candidato, verificadas falsidades de declaração ou irregularidade no Certame.
- 9.11 O candidato será considerado desistente e excluído do Processo Seletivo quando não comparecer às convocações nas datas estabelecidas ou manifestar sua desistência por escrito.
- 9.12 Para efeito deste Processo Seletivo, considerar-se-á a legislação vigente até a data do término das inscrições.
- 9.10.1 A legislação com entrada em vigor após o término das inscrições não será objeto de avaliação da prova neste Processo Seletivo.
- 9.13 Não será fornecida informação relativa à convocação, ao resultado das provas e resultado final via telefone ou e-mail, bem como atestados ou declarações pela participação no certame.



- 9.14** A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades nos documentos, mesmo que verificadas a qualquer tempo, acarretarão a nulidade da inscrição com todas as suas decorrências, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, civil ou criminal.
- 9.15** A Prefeitura Municipal de Monte Mor e o INDEC não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Processo Seletivo.
- 9.16** Para fins deste Processo Seletivo, o candidato deverá manter atualizado seu endereço, desde a inscrição até a publicação da classificação final, no Instituto INDEC e, após esse período, na Prefeitura Municipal de Monte Mor.
- 9.17** Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo do candidato a responsabilidade de acompanhar no Diário do Município e pelos sites do INDEC e da Prefeitura, as eventuais retificações.
- 9.18** Todos os atos relativos a este Processo Seletivo serão publicados no endereço eletrônico <https://institutoindec.org.br>, e pela Prefeitura Municipal de Monte Mor. Após a homologação, somente no Diário do Município.
- 9.19** O candidato aprovado que vier a ser admitido fica ciente de que consta no Edital somente um resumo da função a que está concorrendo e, portanto, estará sujeito a desempenhar todas as atividades que sejam inerentes a sua função.
- 9.20** Não serão fornecidos atestados, declarações, certidões relativas à habilitação, classificação ou nota de candidatos valendo para tal fim os resultados divulgados através do Diário do Município e do site do INDEC.
- 9.21** A publicação dos atos relativos à convocação para exame médico admissional, exame toxicológico e curso de formação, nomeação e posse, após a homologação do Processo Seletivo, serão de competência exclusiva da Prefeitura Municipal de Monte Mor.
- 9.22** Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no artigo 31 da Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011 e ainda a lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.
- 9.23** Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital de Processo Seletivo, o candidato que não o fizer até o segundo dia útil após a publicação do mesmo.
- 9.24** Casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Monte Mor, em conjunto com o INDEC – Instituto Nacional de Desenvolvimento Educacional e Capacitação.
- 9.25** As ocorrências não previstas neste Edital, os casos omissos e duvidosos serão resolvidos em caráter irrecurível pela Comissão designada para a realização do presente Processo Seletivo e pelo INDEC, no que couber.

10. CRONOGRAMA PREVISTO

DATA/PERÍODO	ATIVIDADES
03/09/22 a 19/09/22	Período de recebimento das inscrições via internet – Pagamento até 20/09/2022
23/09/2022	Publicação dos Candidatos Inscritos e Edital de Deferimento dos candidatos as vagas reservadas às pessoas com deficiência e da solicitação de condição especial

21



24/09/22 a 25/09/22	Prazo recursal referente ao indeferimento da inscrição, nas vagas reservadas às pessoas com deficiência e da solicitação de condição especial
27/09/2022	Publicação da análise dos recursos referentes à divulgação da relação de candidatos inscritos para vagas reservadas às pessoas com deficiência e que solicitaram condição especial para a realização da prova
30/09/2022	Publicação do Edital de Convocação para a Prova Objetiva
09/10/2022	Data Provável da realização das Provas Objetivas
11/10/2022	Publicação do Gabarito Preliminar das Provas Objetivas
12/10/22 a 13/10/22	Prazo recursal referente ao Gabarito Preliminar
21/10/2022	Divulgação das respostas aos recursos contra o Gabarito Preliminar
21/10/2022	Publicação do Gabarito Final
21/10/2022	Publicação do Resultado Preliminar da Prova Objetiva
22/10/22 a 23/10/22	Prazo recursal referente ao Resultado Preliminar
28/10/2022	Divulgação das respostas aos recursos contra o Resultado Preliminar
28/10/2022	Publicação dos Resultados Finais e Homologação do Processo Seletivo

10.1 O cronograma acima pré-estabelecido poderá sofrer alterações e/ou modificações pela Comissão do Processo Seletivo.

Para que chegue ao conhecimento de todos e, no futuro, não se alegue ignorância, é expedido o presente Edital, que vai publicado no lugar de costume e no endereço eletrônico <https://institutoindec.org.br>.

Monte Mor, 01 de setembro de 2022.

ELIANE REGINA QUEIROZ PIAI
Secretária Municipal de Saúde

22

**ANEXO I – DAS FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES**

Assistente Social 30 horas	Atuar na Secretaria de Saúde e nas unidades do município relacionadas às ações e serviços de saúde. Programa a ação básica da população atendida nos campos social e médico, através da análise dos recursos e das carências socioeconômicas dos indivíduos e da comunidade de forma a orientá-los e promover seu desenvolvimento. Efetua triagem nas solicitações de ambulância, remédios, gêneros alimentícios, recursos financeiros e outros, prestando atendimento necessário. Acompanha casos especiais como problemas de saúde, relacionamento familiar, drogas, alcoolismo e outros, sugerindo o encaminhamento aos órgãos competentes de assistência, para possibilitar atendimento dos mesmos. Executar tarefas correlatas às ações e serviços de saúde realizados através da pasta da Secretaria de Saúde.
Psicólogo 30 horas	Atuar na Secretaria de Saúde e nas unidades do município, relacionadas às ações e serviços de saúde. Realizar atendimento ambulatorial psicológico da população atendida pelas ações e serviços de saúde realizados através da Secretaria de Saúde, por meio de trabalho: individual, em grupo e na observação das atividades no cotidiano da secretaria. Proceder às visitas clínicas aos pacientes internados nas enfermarias (interconsultas), para avaliação, suporte psicológico e emissão de pareceres, em atendimento às solicitações de outras clínicas. Realizar atendimento e orientação às famílias dos usuários. Confeccionar relatórios de acompanhamento da evolução dos casos. Participar dos estudos de casos junto à equipe interdisciplinar. Realizar, se necessário, visitas domiciliares às famílias da população atendida. Fornecer orientação psicológica e definir estratégias de encaminhamento aos pacientes que apresentarem necessidades de atendimento específico. Ministrar aulas em cursos voltados a médicos, enfermeiros, agentes comunitários, auxiliares de enfermagem, etc., visando capacitar os profissionais no trabalho da população atendida. Trabalhar de forma integrada junto à equipe interdisciplinar. Participar de fóruns, seminários e reuniões externas, representando a entidade, com o objetivo de trocar experiências e manter-se atualizado (a) com relação aos temas decorrentes do trabalho desenvolvido. Elaborar relatórios das atividades desenvolvidas. Executar outras tarefas correlatas às ações e serviços de saúde realizados através da Secretaria de Saúde.
Médico Psiquiatra – Infantil 12 horas	Realiza consultas médicas, emite diagnóstico, prescreve tratamento. Aplica seus conhecimentos utilizando recursos de Medicina preventiva e terapêutica para promover, proteger e recuperar a saúde dos clientes e da comunidade. Realizar a promoção, prevenção e reabilitação de portadores de transtornos mentais. Participa de Junta Médica quando convocado. Executa tarefas afins.
Técnico De Enfermagem 40h 12h/36h	Prestar assistência de enfermagem de caráter preventivo e/ou curativo, internos e externos à Unidade de Saúde, conforme planejamento de trabalho determinado pelo enfermeiro; Apurar e verificar sinais vitais como pulso, temperatura, pressão arterial e frequência respiratória; Fornecer e aplicar medicamentos, vacinas e curativos; Coletar materiais para exames laboratoriais; Auxiliar na realização de exames e testes específicos; Notificar ou encaminhar para notificação de pacientes com suspeita de doenças de notificação compulsória; Encaminhar pacientes para banho ou efetuar banho no leito; Trocar roupas de pacientes; Adotar procedimentos de isolamento; Anotar prontuários; Receber, preparar e encaminhar pacientes para cirurgia; Atuar em procedimentos cirúrgicos e anestésicos; Efetuar acompanhamento de quadro pós-operatório de pacientes e intervir quando necessário; Realizar visitas domiciliares; Esterilizar e preparar materiais para esterilização; Acompanhar e transportar pacientes; Atuar em procedimentos e campanhas de bloqueio de epidemias; Auxiliar no controle de material permanente e de consumo e no funcionamento de equipamentos; Auxiliar na elaboração de relatórios; Efetuar levantamento de dados para o planejamento das ações de saúde; Executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade e ambiente organizacional. Atuar em serviço de APH, PA ou PSF.
Terapeuta Ocupacional 30h	Descrição Sumária: Atuar nas adaptações e dispositivos de recursos terapêuticos que facilitam a realização das atividades. Promover a independência pessoal e a melhora da funcionalidade e qualidade de vida e planejar, prescrever, confeccionar, orientar e treinar, quanto ao uso de órteses e próteses. Atribuições Atuar nas adaptações e dispositivos de recursos terapêuticos que facilitam a realização das atividades, promovendo a independência pessoal e a melhora da funcionalidade e qualidade de vida; Atuar nos atendimentos nas atividades da vida diária (AVD's), atividades da vida prática (AVP's), atividades da vida de trabalho (AVT's) e atividades da Vida de Lazer (AVL's); Consultar, atender, de forma individual ou em grupo, integrado, na prevenção, habilitação e reabilitação, utilizando procedimentos terapêuticos ocupacionais; Treinar as atividades de vida diária que através do treino da atividade em si para que se torne independente e, se necessário, confeccionar adaptação de órteses, para agilizar o processo de independência; Trabalhar o equilíbrio, a postura e as atividades da vida diária; Orientar nas oficinas terapêutico-profissionalizantes; Planejar, prescrever, confeccionar, orientar e treinar, quanto ao uso de órteses e Próteses; Executar quaisquer outras atividades típicas do cargo e/ou do órgão de lotação.



Médico Estratégia Saúde da Família 40 horas	É um profissional que se ocupa da saúde humana, promovendo saúde, prevenindo, diagnosticando e tratando doenças, com competência e resolutividade, responsabilizando-se pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário. Para que possa atender à demanda dos indivíduos sob sua responsabilidade, deve realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea, de forma compartilhada, consultas clínicas e pequenos procedimentos cirúrgicos, quando indicado na Unidade de Saúde, no domicílio ou em espaços comunitários, responsabilizando-se pela internação hospitalar ou domiciliar e pelo acompanhamento do usuário. Além disso, o médico deve, em um trabalho conjunto com o enfermeiro, realizar e fazer parte das atividades de educação permanente dos membros da equipe e participar do gerenciamento dos insumos.
--	---



ANEXO II – DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ENSINO MÉDIO/TÉCNICO COMPLETO

Para as funções de Técnico em Enfermagem 40h e 12/36h

PORTUGUÊS (CONTEÚDO COMUM PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO): Ortografia, Acentuação gráfica, Pontuação, Classes de palavras: artigo, nome, pronome, verbo, palavras relacionadas (preposição e conjunção), Flexão nominal, Concordância nominal, Flexão verbal: número pessoal e modo temporal, Concordância verbal, Formação de palavra: composição e derivação portuguesa, Estrutura da frase portuguesa: a- termos da oração; b- coordenação e subordinação, Regência nominal e verbal, Colocação pronominal, Sinonímia, antonímia, polissemia, denotação e conotação, Recursos lingüísticos (linguagem figurada), Redação, Interpretação de textos.

MATEMÁTICA (CONTEÚDO COMUM PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO): Propriedades, Simplificação de radicais, Operações radicais, Racionalização simples, Equações incompletas, Resolução de uma equação, Sistema simples de equações, Equações de 1º e 2º Graus – resolução – problemas, Noções de relação e função, Função de 1º Grau, Funções, Função constante, Relação e função: noções gerais, domínio, imagem, Razão e proporção, Grandezas proporcionais, Regra de três simples, Regra de três composta, Porcentagem, Juros (Simples e Composto), Conjunto de números inteiros: operações, Conjunto de números racionais: operações, Expressões algébricas: operações, Radicais: operações, simplificação, racionalização, propriedades.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

TÉCNICO EM ENFERMAGEM 40h e 12/36h

TÉCNICAS BÁSICAS DE ENFERMAGEM: Acolhimento com classificação de risco, Sinais vitais; Higienização; Administração de medicamentos; Cuidados especiais; Coleta de material para exame; terminologias, esterilização e desinfecção, biossegurança, passagem de sondas, punção venosa, realização de curativos, cuidados com ostomias, cuidados com drenos. **ÉTICA PROFISSIONAL:** Comportamento social e de trabalho; Sigilo profissional; **EPIDEMIOLOGIA:** Terminologias básicas; Noções de epidemiologia; Doenças de notificação compulsória; Isolamento; Infecção hospitalar; **URGÊNCIA E EMERGÊNCIA:** Parada cardíaco-respiratória; Hemorragias; Ferimentos superficiais e profundos; Desmaio, Estado de choque, convulsões; Afogamento, Sufocamento, choque elétrico, envenenamento, mordidas de cobras; Fraturas e luxações; Corpos estranhos; Politraumatismo, queimaduras; **SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:** Vacinas; crescimento e o desenvolvimento infantil; Alimentação; Doenças mais comuns; Berçários e lactários, alterações corporais na adolescência; **SAÚDE DA MULHER:** Período menstrual, Exames Preventivos de Câncer de colo de útero e mama, Doenças Sexualmente Transmissíveis, Pré-natal de baixo risco, aborto, doenças gestacionais, alterações corporais na gestação, trabalho de parto, amamentação, puerpério. **SAÚDE DO ADULTO E IDOSO:** Cuidados de Enfermagem nas patologias Cardio - vasculares, Pulmonares, Neurológicas, Crônico-Degenerativas, exames preventivos de câncer de próstata. **SAÚDE MENTAL:** Transtornos mentais e de comportamento, Sinais e Sintomas de Transtornos mentais, alterações da sensopercepção, alterações do pensamento, alterações da linguagem, alterações da consciência, alterações da atenção e orientação, alterações da memória, alterações da afetividade, alterações do sono e alterações do movimento. Administração de medicamentos controlados. Lei Orgânica de Saúde – Lei 8 080 e 8142 – Ministério da Saúde, Brasília 1990. Programa de Saúde da Família. Acolhimento com classificação de risco (www.saude.gov.br/humanizausus).

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

Para as funções de Assistente Social, Médico Estratégia Saúde da Família, Médico Psiquiatra – Infantil, Psicólogo e Terapeuta Ocupacional

PORTUGUÊS (CONTEÚDO COMUM PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR): Ortografia, Acentuação gráfica, Pontuação, Classes de palavras: artigo, nome, pronome, verbo, palavras relacionadas (preposição e conjunção), Flexão nominal, Concordância nominal, Flexão verbal: número pessoal e modo temporal, Concordância verbal, Formação de palavra: composição e derivação portuguesa, Estrutura da frase portuguesa: a- termos da oração; b- coordenação e subordinação, Regência nominal e verbal, Colocação pronominal, Sinonímia, antonímia, polissemia, denotação e conotação, Recursos lingüísticos (linguagem figurada), Redação, Interpretação de textos.

MATEMÁTICA (CONTEÚDO COMUM PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR): Propriedades, Simplificação de radicais, Operações radicais, Racionalização simples, Equações incompletas, Resolução de uma equação, Sistema simples de equações, Equações de 1º e 2º Graus – resolução – problemas, Noções de relação e função, Função de 1º Grau, Funções, Função constante, Relação e função: noções gerais, domínio, imagem, Razão e proporção, Grandezas proporcionais, Regra de três simples, Regra de três composta, Porcentagem, Juros (Simples e Composto), Conjunto de números inteiros: operações, Conjunto de números racionais: operações, Expressões algébricas: operações, Radicais: operações, simplificação, racionalização, propriedades.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

ASSISTENTE SOCIAL

Análise de conjuntura. Serviço Social: conhecimentos gerais da profissão; Serviço Social e formação profissional; A dimensão política da prática profissional; Pesquisa em Serviço Social. Metodologia do Serviço Social. Desafios do Serviço Social na contemporaneidade. Atuação do Serviço Social na administração de políticas sociais. Planejamento Estratégico Participativo. Serviço Social e interdisciplinaridade. Fenômeno grupal. Ética Profissional. O projeto ético-político-profissional do Serviço Social. A Ética aplicada à ação profissional na política de Saúde. Serviço Social e a política de Saúde Mental. Sistema Único da Assistência Social. Estatuto da Criança e do adolescente (Lei n.º 8.069/90). Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n.º 8.742/93). Lei n.º 8.842/94 que fixa a Política Nacional do Idoso. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Políticas Públicas do SUS: Lei 8.080/90. Política Nacional de Humanização. Pactos pela Vida em Defesa do SUS e de Gestão. Política Nacional de Atenção Básica. Lei n.º 8.142, de 28/12/90. Sistema de Planejamento do SUS. Política Nacional de Promoção de Saúde.

MÉDICOS (Médico Estratégia Saúde da Família e Médico Psiquiatra – Infantil)

Reforma Sanitária. O S.U.S.: Princípios, Diretrizes e Estrutura. Gestão: Controle Social e Financiamento. Municipalização da Saúde.

Constituição Federal: Título VIII – Da Ordem Social, Cap. II – Da Seguridade Social. Leis Federais n.ºs: 8.080/1990 e 8.142/1990.

Decreto Federal n.º 7.508, de 28/06/2011.

Portaria n.º 399/GM/MS, de 22/02/2006 – Pacto pela Saúde.

Saúde da mulher, adulto e idoso; Doenças sexualmente transmissíveis; Doenças crônico-degenerativas; Doenças infecto-contagiosas e parasitárias; Doenças metabólicas; Cirurgia geral; Educação em saúde; Princípios de medicina social e preventiva; Antibioticoterapia; Atendimento de emergência; Choque; Hipertensão arterial sistêmica; afecções cardíacas; Preenchimento de declaração de óbito

Código de Ética e Conhecimentos relacionados à área de atuação.

Ética profissional, responsabilidade e trabalho em equipe. Educação em Saúde: conceitos básicos. Preenchimento da Declaração de Óbito. Doenças de notificação compulsórias. Atendimento às vítimas de violência e suas famílias. Epidemiologia, fisiopatologia, diagnóstico, clínica, tratamento e prevenção das doenças cardiovasculares: insuficiência cardíaca, insuficiência coronariana, arritmias cardíacas, doenças reumáticas, aneurisma de aorta, insuficiência arterial periférica, trombozes venosas, hipertensão arterial, choque. Pulmonares: insuficiência respiratória aguda, bronquite aguda e crônica, asma, doença pulmonar obstrutiva crônica, pneumonias, tuberculose, tromboembolismo pulmonar, pneumopatia intersticial. Gastrointestinais: neoplasias do sistema digestivo, gastrite e úlcera péptica, colecistopatias, diarreia aguda e crônica, pancreatites, insuficiência hepática, parasitoses intestinais, doenças intestinais, inflamatórias, doença diverticular do cólon. Renais: insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, distúrbios hidroeletrólíticos e do sistema ácido/base, nefrolitíase, infecções urinárias. Metabólicas e do Sistema Endócrino: hipovitaminoses, desnutrição, diabetes melito, hipotireoidismo, hipertireoidismo, doenças da hipófise e da adrenal. Reumatológicas: osteoartrite, osteoporose, doença de Paget, doença reumatóide, gota, lúpus eritematoso sistêmico, artrite infecciosa, doenças do colágeno. Neurológicas: coma, cefaléias, epilepsias, acidente vascular cerebral, meningites, neuropatias periféricas, encefalopatias. Psiquiátricas: alcoolismo, abstinência alcoólica, surtos psicóticos, pânico, depressão, reações agudas ao stress. Infecto-contagiosas: sarampo, varicela, rubéola, poliomielite, difteria, tétano, coqueluche, raiva, febre tifóide, hanseníase, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, doença de Chagas, esquistossomose, leishmaniose, leptospirose, malária, tracoma, estreptococcias, estafilococcias, febre maculosa, dengue, doença meningocócica, infecções por anaeróbios, toxoplasmose. Dermatológicas: escabiose, pediculose, dermatofitoses, eczema, dermatite de contato, onicomicoses, infecções bacterianas. Imunológicas: doença do soro, edema angioneurótico, urticária, anafilaxia. Ginecológicas: doença inflamatória pélvica, câncer ginecológico, leucorréia, câncer de mama, intercorrências no ciclo gravídico. Hematológicas: anemias, talassemias e neoplasias. Noções básicas de urgência/emergência na prática médica. Lei Orgânica de Saúde – Lei 8.080 e 8.142, Ministério da Saúde, Brasília 1990, princípios e diretrizes do SUS. Programa de Saúde da Família, Pacto pela saúde, Política nacional de urgência e emergência. Acolhimento com classificação de risco (www.saude.gov.br/humanizausus).

PSICÓLOGO

Ética profissional, responsabilidade e trabalho em equipe. Educação em Saúde: conceitos básicos. Atenção Integral à Saúde Mental, Desenvolvimento e Psicopatologia, Clínica Ampliada: Atendimento Grupal, Psicoterapias, Acompanhamento Terapêutico, Reabilitação Profissional, Educação em Saúde, organização da Atenção e da Assistência em Saúde Mental, Atenção Integral à Família, Criança e Adolescente em situação de vulnerabilidade psicossocial, A Reforma Psiquiátrica no Brasil: Política de Saúde Mental do SUS, Atenção às urgências, Estratégia de atenção para transtornos associados ao consumo de álcool e outras drogas, Estratégia Nacional de Prevenção ao Suicídio, O processo de desinstitucionalização - Centros de Atenção Psicossocial Centros de Convivência e Cultura Hospitais-dia. Os principais desafios da Reforma Psiquiátrica, Política de Álcool e Outras Drogas, Política de Saúde Mental e Intervenção na Cultura, Política de Saúde Mental para a infância e adolescência, Política Nacional de Saúde Mental, Programa de Inclusão Social pelo Trabalho, Programa de Volta para Casa, Rede de atenção de base comunitária, Reestruturação da Assistência Psiquiátrica Hospitalar, Residências Terapêuticas, Saúde Mental da População Negra, Saúde Mental e Direitos Humanos, Saúde Mental e Gênero,



Saúde Mental e Inclusão social, Saúde mental na atenção básica: as Equipes Matriciais de Referência. Lei Orgânica de Saúde – Lei 8 080 e 8142, Ministério da Saúde, Brasília 1990, princípios e diretrizes do SUS. Programa de Saúde da Família, Pacto pela saúde, Política do Ministério da Saúde sobre NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Estatuto da Criança e Adolescente, Estatuto do Idoso, Lei Maria da Penha. Portarias do Ministério da Saúde – área de saúde mental – www.saude.gov.br - Política de Assistência Social – CRAS – CREAS Família em seus diversos contextos sociais: definição legal, configurações e novos arranjos familiares, matricialidade sócio familiar, convivência familiar e comunitária, política de atenção às famílias, ameaça e violação de direitos, violência doméstica, abandono, rupturas conjugais. Estudo Social e Estudo Socioeconômico. Políticas de Atenção ao Idoso e suas dimensões contemporâneas. Políticas de Atenção às Pessoas com deficiência. Estruturas Clínicas: neuroses, psicoses, perversões, Distúrbio emocional: avaliação e intervenção; O trabalho com a família - orientação e aconselhamento; Crianças e adolescentes: o desenvolvimento a nível emocional, psicomotor, social e cognitivo; Avaliação e intervenção; Trabalho com grupos: fundamentação teórica e prática; Código de Ética Profissional do Psicólogo.

TERAPEUTA OCUPACIONAL

Apresentação da Recreação e da Terapia Ocupacional; Avaliação da Recreação; Terapia Ocupacional em Reabilitação; Métodos e meios de Tratamento Pessoal; A finalidade da Terapia Ocupacional, Princípios Básicos de Tratamento e campos de Ação; Princípios Básicos do Tratamento Físico; Introdução à Terapia Ocupacional Física; Terapia Ocupacional para o membro superior; Terapia Ocupacional para Estados Neurológicos. Lei Orgânica de Saúde – Lei 8 080 e 8142, Ministério da Saúde, Brasília 1990, princípios e diretrizes do SUS. Programa de Saúde da Família, Pacto pela saúde, Política do Ministério da Saúde sobre NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Estatuto da Criança e Adolescente, Estatuto do Idoso, Lei Maria da Penha. Portarias do Ministério da Saúde – área de saúde mental – www.saude.gov.br.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico do Município de Monte Mor

(Lei Municipal nº 2.630, de 14 de agosto de 2018 e regulamentada pelo Decreto nº 5073, de 12 de setembro de 2019)

é uma publicação da Prefeitura de Monte Mor. Site: www.montemor.sp.gov.br CONTEÚDO:

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade das secretarias e órgãos públicos emissores.

Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor.

Para informações sobre como contatar o órgão emissor, ligue para (19) 3879-9000.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO:

Edição, diagramação e Publicação Eletrônica.

E-mail: diario.oficial@montemor.sp.gov.br



Sumário

PODER EXECUTIVO	1
DECRETOS	1
DIVERSOS	2
EDITAL	6



Monte Mor / SP, Segunda-feira, 24 de Outubro de 2022 | Ano III | Edição 585

PODER EXECUTIVO

DECRETOS



DECRETO nº 5789 de 21 de outubro de 2022

“Dispõe sobre revalidação de aprovação de loteamento e prazo de cronograma de obras”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Artigo 1º – Fica revalidado o Decreto 5218 de 03 de julho de 2020, no que tange a aprovação dos planos de arruamento e loteamento denominado **"JARDIM VILA RICA"**, de propriedade da **Lote Fácil Empreendimentos e Participações SPE LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.080.473/0001-16, a ser implantado no imóvel objeto da matrícula nº 11.201 (Gleba "A") do Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor – SP, com área total de 272.422,34 m², conforme certificado GRAPROHAB nº 352/2019.

Artigo 2º – Em acordo com a Lei Federal 6766/1979, renova-se ainda, o cronograma de obras por mais dois anos.

Artigo 3º – Todas as cláusulas avençadas no decreto de aprovação, já mencionado, permanecem inalteradas.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 21 de outubro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, publicado no Diário Oficial do Município e afixado em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Segunda-feira, 24 de Outubro de 2022 | Ano III | Edição 585

DIVERSOS



QUADRO 6 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS PRÓPRIOS EM ENSINO							
Período de :01/01/2022 até 30/09/2022							
RECEITAS DE IMPOSTOS				APLICAÇÕES MÍNIMAS CONSTITUCIONAIS			
	Previsão Atualizada	Arrecadado até o período		Previsão Atualizada para o Exercício		Retido até o Período	
PROPRIOS	56.731.000,00	44.052.661,96					
TRANSFERENCIAS DA UNIAO	43.650.000,00	41.925.398,08					
TRANSFERENCIAS DO ESTADO	97.900.000,00	66.619.946,81					
TOTAL	198.281.000,00	152.598.006,85		TOTAL(25%)	49.570.250,00	38.149.501,71	
RETENÇÕES AO FUNDEB	27.590.000,00	21.195.321,00					
RECEITAS LIQUIDAS	170.691.000,00	131.402.685,85					
DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO							
	Dotação Atualizada (para o exercício)	%	Despesa Empenhada (até o período)	%	Despesa Liquidada (até o período)	%	Despesa Paga (até o período)
DESPESAS TOTAIS							
TOTAL	50.835.620,00	25,64	41.063.894,14	26,91	38.972.540,34	25,54	38.630.226,21
ENSINO FUNDAMENTAL	6.555.600,00	3,31	5.352.282,62	3,51	4.728.268,56	3,10	4.640.103,22
EDUCAÇÃO INFANTIL	16.690.020,00	8,42	14.516.290,52	9,51	13.048.950,78	8,55	12.794.801,99
RETENCOES AO FUNDEB	27.590.000,00	13,91	21.195.321,00	13,89	21.195.321,00	13,89	21.195.321,00
DEDUÇÕES							
ENSINO FUNDAMENTAL			236.731,57	0,16	236.731,57	0,16	236.731,57
(-) Ganhos de Aplicacoes Financeiras			236.731,57	0,16	236.731,57	0,16	236.731,57
DESPESAS LIQUIDAS							
ENSINO FUNDAMENTAL			5.115.551,05	3,35	4.491.536,99	2,94	4.403.371,65
EDUCAÇÃO INFANTIL			14.516.290,52	9,51	13.048.950,78	8,55	12.794.801,99
RETENCOES AO FUNDEB			21.195.321,00	13,89	21.195.321,00	13,89	21.195.321,00
TOTAL			40.827.162,57	26,75	38.735.808,77	25,38	38.393.494,64

Edivaldo Antônio Brischli
Prefeito Municipal

Silvana Aparecida Zanetti
Secretária de Finanças

Sandra Regina Cruz Fernandes Bruzon
Secre. Mun. de Educação, Cultura e Turismo

Eliana Donizete da Silva
Controle Interno

Josiane Guari de Almeida
Contabilista

OFR00181 24/10/2022

PRESCON INFORMATICA ASSESSORIA LTDA

Usuário: NATALIA

Versão 16/09/2022 - 18:00 1/2



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Segunda-feira, 24 de Outubro de 2022 | Ano III | Edição 585



Prefeitura Municipal de Monte Mor

CPF:284.391.568-63

CRC 1SP264271



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Segunda-feira, 24 de Outubro de 2022 | Ano III | Edição 585



Prefeitura Municipal de Monte Mor

QUADRO 5 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS - FUNDEB									
Período de :01/01/2022 até 30/09/2022									
RECEITAS DO FUNDEB					RETENÇÕES AO FUNDEB				
	Previsão Atualizada	Arrecadado até o período			Previsão Atualizada para o Exercício			Retido até o Período	
RECEITAS DE TRANSFERENCIAS	51.000.000,00	51.053.495,27			27.590.000,00			21.195.321,00	
RECEITAS DE APLICACOES FINANCEIRAS	104.000,00	607.057,18							
TOTAL DA RECEITA	51.104.000,00	51.660.552,45							
APLICAÇÕES MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS					APURAÇÃO DO RESULTADO DO FUNDEB ATÉ O PERÍODO				
	Previsão Atualizada	Arrecadado até o período			Transferências Recebidas			Retenções	
TOTAL	51.104.000,00	51.660.552,45			51.053.495,27			21.195.321,00	
MAGISTERIO (70%)	35.772.800,00	36.162.386,72			GANHO: 29.858.174,27			PERDA: 0,00	
DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB									
	Dotação Atualizada (para o exercício)	%	Despesa Empenhada (até o período)	%	Despesa Liquidada (até o período)	%	Despesa Paga (até o período)	%	
DESPESAS TOTAIS									
TOTAL	87.109.732,97	170,46	38.904.944,52	75,31	38.250.014,31	74,04	37.176.897,71	71,96	
MAGISTERIO	53.773.750,00	105,22	31.978.557,21	61,9	31.978.140,55	61,9	30.978.088,63	59,96	
OUTRAS	33.335.982,97	65,23	6.926.387,31	13,41	6.271.873,76	12,14	6.198.809,08	12	
Recursos recebidos a título de Complementação da União VAAT - Aplicação em Despesas de Capital - art. 27 Lei 14.113/2020									
Total da Complementação da União VAAT arrecadado	0,00								
Percentual mínimo de aplicação - Despesa de Capital	15%								
			Despesa Empenhada	%	Despesa Liquidada	%	Despesa Paga	%	
Complementação da União VAAT - Despesas de Capital			0,00	0	0,00	0	0,00	0	
Recursos recebidos a título de Complementação da União VAAT - Aplicação em Educação Infantil - art. 28 Lei 14.113/2020									
Percentual mínimo de aplicação - Educação Infantil	50%								
			Despesa Empenhada	%	Despesa Liquidada	%	Despesa Paga	%	
Complementação da União VAAT			0,00	0	0,00	0	0,00	0	

OFR00189

24/10/2022 10:15:49 Inst:2

Versão 28/07/2021 - 15:32

1/2



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Segunda-feira, 24 de Outubro de 2022 | Ano III | Edição 585



Prefeitura Municipal de Monte Mor

QUADRO 5 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS - FUNDEB

Período de : 01/01/2022 até 30/09/2022

Edivaldo Antônio Brischi
Prefeito Municipal

Silvana Aparecida Zanetti
Secretária de Finanças

Sandra Regina Cruz Fernandes Bruzon
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo

Eliana Donizete da Silva
Controlador Interno
CPF: 284.391.568-63

Josiane Guari de Almeida
Contabilista
CRC 1SP264271

**EDITAL****EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO N.º 002/2022****SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, Estado de São Paulo, por meio de sua Comissão de Processo Seletivo, torna público a abertura de inscrições ao PROCESSO SELETIVO DE PROVAS E TÍTULOS, que será realizado pelo INSTITUTO INDEC (Instituto Nacional de Desenvolvimento Educacional e Capacitação) para contratação eventual e por tempo determinado das funções abaixo especificadas, sob o regime da Consolidação das leis de Trabalho – CLT. O Processo Seletivo será regido pelas instruções especiais constante no presente instrumento e demais legislações pertinentes.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 As funções, número de vagas, salários e pré-requisitos são os estabelecidos no **Quadro I** do presente Edital e todas as informações do processo de execução deste Processo Seletivo estarão disponíveis no site <https://institutoindec.org.br>
- 1.2 O Processo Seletivo será regido por este Edital, seus anexos, e eventuais retificações, sendo sua execução de responsabilidade do Instituto Nacional de Desenvolvimento Educacional e Capacitação – INDEC.

QUADRO I – FUNÇÕES E DAS VAGAS**FUNÇÕES PARA O NÍVEL DE ENSINO FUNDAMENTAL**

CÓD.	FUNÇÕES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO R\$	REQUISITOS BÁSICOS	VALOR DE INSCRIÇÃO R\$
01	Merendeira	40 horas	1.480,75	Ensino Fundamental Incompleto	60,00

FUNÇÕES PARA O NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

CÓD.	FUNÇÕES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO R\$	REQUISITOS BÁSICOS	VALOR DE INSCRIÇÃO R\$
02	Cuidador de Crianças	40 horas	1.536,81	Ensino Médio Completo	70,00
03	Oficineiro de Artesanato	Hora-aula	21,25	Ensino Médio completo com certificado de curso na área de atuação pretendida, nos últimos 05 (cinco) anos ou certificado de participação em treinamentos, palestras, conferências/ seminários/ apresentações/ simpósios na área de atuação pretendida, com no mínimo 04 horas, nos últimos 05 (cinco) anos ou experiência profissional comprovada através de atestado de capacidade técnica emitido por empregador ou contratante fornecidos por órgão públicos ou empresas e entidades particulares nos últimos 05 (cinco) anos.	70,00



Monte Mor / SP, Segunda-feira, 24 de Outubro de 2022 | **Ano III** | Edição **585**



04	Oficineiro de Capoeira	Hora-aula	21,25	Ensino Médio completo com certificado de curso na área de atuação pretendida, nos últimos 05 (cinco) anos ou certificado de participação em treinamentos, palestras, conferências/ seminários/ apresentações/ simpósios na área de atuação pretendida, com no mínimo 04 horas, nos últimos 05 (cinco) anos ou experiência profissional comprovada através de atestado de capacidade técnica emitido por empregador ou contratante fornecidos por órgão públicos ou empresas e entidades particulares nos últimos 05 (cinco) anos.	70,00
05	Oficineiro de Dança	Hora-aula	21,25	Ensino Médio completo com certificado de curso na área de atuação pretendida, nos últimos 05 (cinco) anos ou certificado de participação em treinamentos, palestras, conferências/ seminários/ apresentações/ simpósios na área de atuação pretendida, com no mínimo 04 horas, nos últimos 05 (cinco) anos ou experiência profissional comprovada através de atestado de capacidade técnica emitido por empregador ou contratante fornecidos por órgão públicos ou empresas e entidades particulares nos últimos 05 (cinco) anos.	70,00
06	Oficineiro de Kung Fu	Hora-aula	21,25	Ensino Médio completo com certificado de curso na área de atuação pretendida, nos últimos 05 (cinco) anos ou certificado de participação em treinamentos, palestras, conferências/ seminários/ apresentações/ simpósios na área de atuação pretendida, com no mínimo 04 horas, nos últimos 05 (cinco) anos ou experiência profissional comprovada através de atestado de capacidade técnica emitido por empregador ou contratante fornecidos por órgão públicos ou empresas e entidades particulares nos últimos 05 (cinco) anos.	70,00
07	Oficineiro de Musicalização	Hora-aula	21,25	Ensino Médio completo com certificado de curso na área de atuação pretendida, nos últimos 05 (cinco) anos ou certificado de participação em treinamentos, palestras, conferências/ seminários/ apresentações/ simpósios na área de atuação pretendida, com no mínimo 04 horas, nos últimos 05 (cinco) anos ou experiência profissional comprovada através de atestado de capacidade técnica emitido por empregador ou contratante fornecidos por órgão públicos ou empresas e entidades particulares nos últimos 05 (cinco) anos.	70,00
08	Oficineiro de Teatro	Hora-aula	21,25	Ensino Médio completo com certificado de curso na área de atuação pretendida, nos últimos 05 (cinco) anos ou certificado de participação em treinamentos, palestras, conferências/ seminários/ apresentações/ simpósios na área de atuação pretendida, com no mínimo 04 horas, nos últimos 05 (cinco) anos ou experiência profissional comprovada através de atestado de capacidade técnica emitido por empregador ou contratante fornecidos por	70,00



Monte Mor / SP, Segunda-feira, 24 de Outubro de 2022 | Ano III | Edição 585



				órgão públicos ou empresas e entidades particulares nos últimos 05 (cinco) anos.	
09	Oficineiro de Xadrez e Jogos de Tabuleiro	Hora-aula	21,25	Ensino Médio completo com certificado de curso na área de atuação pretendida, nos últimos 05 (cinco) anos ou certificado de participação em treinamentos, palestras, conferências/ seminários/ apresentações/ simpósios na área de atuação pretendida, com no mínimo 04 horas, nos últimos 05 (cinco) anos ou experiência profissional comprovada através de atestado de capacidade técnica emitido por empregador ou contratante fornecidos por órgão públicos ou empresas e entidades particulares nos últimos 05 (cinco) anos.	70,00

FUNÇÕES PARA O NÍVEL DE ENSINO SUPERIOR

CÓD.	FUNÇÕES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO R\$	REQUISITOS BÁSICOS	VALOR DE INSCRIÇÃO R\$
10	Nutricionista	40 horas	3.372,21	Curso Superior Completo em Nutrição e registro no CRN.	85,00
11	Professor de Educação Básica - PEB I	150 horas mensais	3.187,50	Licenciatura plena em Pedagogia ou curso Normal Superior, admitido como formação mínima a obtida em nível médio na modalidade Normal.	85,00
12	Professor de Educação Básica PEB II – Arte	hora-aula	24,47	Licenciatura plena em Educação Artística ou em Arte.	85,00
13	Professor de Educação Básica PEB II – Ciências	hora-aula	24,47	Licenciatura plena em Ciências Físicas e Biológicas, História Natural ou Ciências.	85,00
14	Professor de Educação Básica PEB II – Educação Física	hora-aula	24,47	Licenciatura plena em Educação Física e registro no CREF.	85,00
15	Professor de Educação Básica PEB II – Geografia	hora-aula	24,47	Licenciatura plena em Geografia.	85,00
16	Professor de Educação Básica PEB II – História	hora-aula	24,47	Licenciatura plena em História ou em Estudos Sociais com habilitação específica em História.	85,00
17	Professor de Educação Básica PEB II – Inglês	hora-aula	24,47	Licenciatura plena em Letras com habilitação em Inglês.	85,00
18	Professor de Educação Básica PEB II – Língua Brasileira de Sinais/ Intérprete de Libras	hora-aula	24,47	Licenciatura plena em Letras (com habilitação em Libras ou em Libras/Língua Portuguesa como segunda língua); ou Licenciatura plena em Pedagogia ou Curso Normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue; ou Licenciatura plena em Pedagogia ou Curso Normal superior com Pós-Graduação em Libras.	85,00
19	Professor de Educação Básica PEB II – Língua Portuguesa	hora-aula	24,47	Licenciatura plena em Letras com habilitação em Português.	85,00



20	Professor de Educação Básica PEB II – Matemática	hora-aula	24,47	Licenciatura plena em Matemática ou em Ciências com habilitação específica em Matemática.	85,00
21	Professor de Educação Especial	hora-aula	24,47	Licenciatura pela em Pedagogia com habilitação em Educação Especial; ou Curso de Licenciatura plena em Pedagogia com especialização, Mestrado ou Doutorado em Educação Especial; ou Licenciatura plena em Educação Especial.	85,00

- 1.3** As descrições sumárias das atribuições das funções e a definição de conteúdos programáticos constam de instruções específicas expressas, respectivamente, nos **Anexos I e II** do presente Edital.
- 1.4** O Processo Seletivo destina-se a selecionar candidatos para preenchimento das vagas, conforme **Quadro I**, do item **1.2** deste Edital, destinado à formação de Cadastro de Reserva visando à contratação por tempo determinado para a substituição de merendeiras, cuidadores de crianças e professores, para substituição de titulares de cargos em seus afastamentos e ausências e para outras funções temporárias (substituto/eventual/projeto) no quadro da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, durante o período de validade deste certame.
- 1.5** O contrato de trabalho será por até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por até mais 6 (seis) meses.
- 1.6** O presente Processo Seletivo terá validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, obedecendo o item **1.5** deste Edital.
- 1.7** O período de validade estabelecido para este Processo Seletivo não gera obrigatoriedade para a prefeitura de contratar, neste período, todos os candidatos classificados.
- 1.8** Os candidatos aprovados passarão a constituir um cadastro de reserva pelo período de validade do Processo Seletivo, cabendo-lhes a responsabilidade de manter atualizado seu endereço junto a prefeitura.
- 1.9** Os vencimentos mencionados referem-se ao mês de novembro de 2022 e serão reajustados de acordo com os percentuais aplicados pela Prefeitura e aos salários dos servidores da mesma categoria.
- 1.10** Todas as funções têm como benefício: Vale Alimentação R\$ 700,00.
- 1.11** Todas as etapas constantes neste Edital serão realizadas observando-se o horário oficial de Brasília/DF.
- 1.12** As provas serão realizadas na cidade de Monte Mor/SP.

2. DAS INSCRIÇÕES

As inscrições serão recebidas a partir da 0h do dia 25/10/2022 às 23h59min do dia 10/11/2022, exclusivamente no endereço eletrônico www.institutoindec.org.br

2.1 INFORMAÇÕES GERAIS

- 2.1.1** As informações para realizar as inscrições nas respectivas funções que constam neste Edital estão apresentadas no **Quadro I**, do item **1.2**.
- 2.1.2** **Para se inscrever o candidato deverá ler o Edital em sua íntegra.** A inscrição do candidato implicará a completa ciência e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e nas demais normas legais pertinentes, bem como em eventuais retificações, comunicados e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.
- 2.1.3** Objetivando evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos para o Processo Seletivo.



- 2.1.4 Realizada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração de função, sob hipótese alguma, portanto, antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deve verificar atentamente todos os requisitos exigidos para a função.**
- 2.1.5** As informações prestadas pelo candidato no formulário de inscrição serão de total responsabilidade do mesmo, reservando-se à Prefeitura e ao INDEC, o direito de excluir do Processo Seletivo aquele que não preenchê-las de forma completa e/ou forneça dados incorretos, ainda que o fato seja constatado posteriormente.
- 2.1.6** Será facultado ao candidato, inscrever-se para mais de uma função, desde que não haja coincidência nos períodos de aplicação da Prova Objetiva, conforme **Quadro III**, do item **4.7** deste Edital.
- 2.1.7** Para se inscrever para mais de uma função, o candidato deverá preencher a Ficha de Inscrição para cada função escolhida e pagar o valor da inscrição correspondente a cada opção. É de responsabilidade integral do candidato o pagamento correto do valor da inscrição.
- 2.1.8** O candidato que efetuar mais de uma inscrição, cujas provas forem aplicadas no mesmo dia e período, deverá escolher apenas uma prova para realizar naquele período, e será considerado ausente naquela em que não comparecer.
- 2.1.9** O/A candidato(a) poderá requerer ser tratado(a) pelo gênero e nome social durante a realização das provas e qualquer outra fase presencial devendo, no período destinado à inscrição, entrar em contato com o INDEC, pelo e-mail contato@institutoindec.org.br e informar o nome social pelo qual deseja ser tratado(a) sendo responsável pelas informações prestadas.
- 2.1.10** Quando das publicações dos resultados e divulgações no *site* do INDEC, será considerado o nome e o gênero constantes no Registro Civil e informado pelo(a) candidato(a) no formulário de inscrição.
- 2.1.11** O/A candidato(a) que não efetuar a solicitação mencionada no item **2.1.9** no período destinado às inscrições não poderá alegar prejuízo ou constrangimento.
- 2.1.12** É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação do edital de deferimento das inscrições para confirmar sua inscrição.
- 2.1.13** O candidato, ao se inscrever, estará declarando, sob as penas da lei, que, após a habilitação no **Processo Seletivo e no ato da posse, irá satisfazer as seguintes condições:**
- a) ser brasileiro nato ou naturalizado, na forma do artigo 12, parágrafo 1º da Constituição Federal;
 - b) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
 - c) não estar com idade de aposentadoria compulsória (75 anos) nos termos do artigo 40 inciso II da Constituição Federal;
 - d) estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, se do sexo masculino;
 - e) estar em situação regular com a Justiça Eleitoral;
 - f) comprovar escolaridade/pré-requisitos exigidos para a função e, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da posse, apresentar o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador, bem como o comprovante de anuidade paga;
 - g) não registrar antecedentes criminais, impeditivos do exercício da função pública, achando-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
 - h) submeter-se, por ocasião da convocação para nomeação, ao exame médico admissional, de caráter eliminatório, que avaliará sua aptidão física e mental para o exercício da função, ocasião em que deverá apresentar os resultados dos exames clínicos e laboratoriais, solicitados conforme necessidade da função e conveniência da Administração.
 - i) não receber proventos de aposentadoria ou remuneração de emprego, cargo ou função pública, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal;
 - j) preencher as exigências para provimento da função segundo o que determina a Lei e o Quadro I, do item 1.2 do presente Edital;
 - k) não ter sido dispensado por justa causa ou exonerado a bem do serviço público.
- 2.1.14** No ato da inscrição não serão solicitados comprovantes das exigências contidas no item **2.1.13**, deste



Capítulo, sendo obrigatória a sua comprovação quando da convocação para ingresso no quadro de servidores públicos municipais, sob pena de desclassificação automática, não cabendo recurso.

2.1.15 Ao se inscrever o candidato deverá indicar o código da opção da função para o qual pretende concorrer, conforme **Quadro I**, do item **1.2** deste Edital.

2.1.16 Ao inscrever-se no Processo Seletivo, é recomendável ao candidato observar atentamente as informações sobre a aplicação das provas, em especial os requisitos mínimos de escolaridade e exigências constantes do **Quadro 1**, do item **1.2** deste Edital.

2.2 INSCRIÇÕES SOMENTE PELA INTERNET

2.2.1 As inscrições ficarão abertas exclusivamente através da Internet das 0h do dia 25/10/2022 às 23h59min do dia 10/11/2022.

2.2.2 Após as **23:59h** do dia **10/11/2022**, o formulário de inscrição não estará mais disponibilizado.

2.2.3 Para realizar a inscrição, o candidato deverá acessar o site www.institutoindec.org.br, localizar o *link* correlato a este processo seletivo, selecionar a aba Documentos, onde poderá ter acesso às informações do certame.

2.2.4 Após os procedimentos descritos no subitem **2.2.3**, selecionar a aba "Inscrever-se", onde o candidato deverá fazer o login, ou, caso o(a) interessado(a) ainda não esteja cadastrado no site, deverá selecionar "Novo Cadastro", na qual o(a) interessado(a) deverá fornecer as informações solicitadas, corretas e completas, responsabilizando-se pela veracidade destas.

2.2.5 Na sequência do preenchimento dos dados pessoais, devem ser preenchidos os campos referentes à inscrição, o(a) candidato(a) deverá selecionar a aba "Dados da Inscrição" preenchendo todas as informações solicitadas.

2.2.6 Após salvar as informações aparecerá uma nova tela com a Pré-Inscrição, onde ao final deverá clicar em "Gerar Boleto Bancário" que deverá ser impresso e pago **ATÉ A DATA DE VENCIMENTO EXPRESSA NO BOLETO. Por ocasião da Circular nº 4656/2014 do Banco Central que instituiu a Nova Plataforma da Cobrança (boleto registrado), boletos pagos depois do vencimento não serão considerados e não terão a devolução do valor pago.**

2.2.7 O período de inscrição poderá ser prorrogado por necessidade de ordem técnica e/ou operacional, a critério da Comissão do Processo Seletivo e do INDEC.

2.2.8 A prorrogação de que trata o item anterior poderá ser feita sem prévio aviso, bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação feita na Imprensa Oficial do Município e no endereço eletrônico <https://institutoindec.org.br>.

2.3 DO PAGAMENTO DAS INSCRIÇÕES

2.3.1 O candidato deverá efetuar o pagamento do valor da inscrição estabelecido no **Quadro I**, do item **1.2**, até o dia **11/11/2022**.

2.3.2 Para pagamento do valor da inscrição, somente poderá ser utilizado o boleto bancário gerado até a data limite do vencimento do boleto.

2.3.3 As solicitações de inscrição, cujos pagamentos forem efetuados após o prazo registrado no boleto bancário, não serão aceitas, não cabendo ressarcimento.

2.3.4 O pagamento do valor correspondente à inscrição poderá ser efetuado em toda a rede de atendimento bancário. **Atenção para o horário de pagamento da rede de atendimento bancário.**

2.3.5 Em caso de feriado ou evento que resulte em fechamento das agências bancárias, a taxa de inscrição deverá ser paga antecipadamente.



- 2.3.6 É de responsabilidade do candidato se atentar aos horários bancários quando os pagamentos forem efetuados por meios de aplicativos para que não sejam compensados em dias posteriores ao da realização, de modo que não haja risco de o pagamento ser validado após a data de vencimento.
- 2.3.7 No caso de agendamento do pagamento do boleto a inscrição somente será efetivada após a quitação do boleto na data agendada. O candidato deve estar ciente de que se o pagamento não puder ser realizado por falta de crédito em conta na data agendada a inscrição não será efetivada. Em caso de não confirmação do pagamento agendado, o candidato deverá solicitar ao banco no qual efetuou o agendamento o Comprovante Definitivo de Pagamento do Boleto, que confirma que o boleto foi quitado na data agendada ou na data de vencimento do boleto. O Comprovante de Agendamento ou o Extrato Bancário da Conta Debitada não serão aceitos para fins de comprovação do pagamento.
- 2.3.8 Caso o valor pago através do boleto bancário seja menor do que o estabelecido para a inscrição realizada, ela não será efetivada e não serão disponibilizados outros meios para o pagamento da complementação do valor.
- 2.3.9 **Não serão aceitos pagamentos das inscrições por depósito em caixa eletrônico, correio, transferência eletrônica, DOC, casas lotéricas, farmácias, internet, PIX, ordem de pagamento ou depósito comum em conta corrente, fax ou de forma condicional.**
- 2.3.10 Cada boleto bancário se refere a uma única inscrição e deverá ser quitado uma única vez, até a data de vencimento e no valor exato constante no boleto bancário.
- 2.3.11 O candidato poderá reimprimir seu Boleto Bancário somente até o vencimento expresso no boleto.
- 2.3.12 Após esta data os boletos não poderão ser reimpressos com novo vencimento e a pré-inscrição cujo boleto não foi pago será automaticamente cancelada.
- 2.3.13 Não haverá devolução da importância paga, ainda que a maior ou em duplicidade, seja qual for o motivo alegado.
- 2.3.14 Não haverá isenção total ou parcial da taxa de inscrição.
- 2.3.15 O Instituto INDEC e Prefeitura Municipal de Monte Mor não se responsabilizam por boletos bancários que não correspondam aos documentos emitidos no ato da inscrição ou que tenham sido alterados/adulterados em função de problemas no computador local, falhas de comunicação, fraudes causadas por vírus e afins.
- 2.3.16 A efetivação da inscrição ocorrerá após a confirmação pelo Banco do pagamento do boleto. **O BOLETO PAGO SERÁ SEU PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO.** O candidato poderá acompanhar a situação da sua inscrição por meio do site do Instituto INDEC, <https://institutoindec.org.br>, na página do Processo Seletivo, a partir de 72 (setenta e duas) horas após a quitação do boleto bancário, na área "Área do Candidato", digitar seu CPF e sua Senha, entrar no menu "Comprovante de Inscrição", selecionar a inscrição desejada e Visualizar, para tanto é necessário que o candidato cadastre esses dados corretamente. Caso verifique a falta de informação, o candidato deverá entrar em contato com o Instituto INDEC, Fone: (16) 3235-7701, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h ou contato@institutoindec.org.br.
- 2.3.17 O Instituto INDEC e a Prefeitura Municipal de Monte Mor não se responsabilizam por solicitações de inscrições não recebidas por motivo de ordem técnica, falhas dos computadores, de comunicação ou bancárias, bem como qualquer outro fator que impossibilite a transferência de dados.
- 2.3.18 Uma vez verificadas falsidades de declarações ou irregularidades, será anulada, a qualquer tempo, a inscrição ou a prova do candidato, com encaminhamento da questão às autoridades competentes.
- 2.3.19 A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes.



- 2.3.20** Realizada a inscrição, o candidato que, eventualmente, necessitar alterar algum dado cadastral, deverá entrar em contato com o Instituto via e-mail ou telefone para efetuar a alteração.
- 2.3.21** Para efeito de critério de desempate serão consideradas as correções cadastrais realizadas até o 2º dia útil contado a partir da data de realização da prova objetiva.
- 2.3.22** O candidato que não atender aos termos dos subitens **2.3.20** e **2.3.21**, deste Capítulo, deste Edital, deverá arcar, exclusivamente, com as consequências advindas de sua omissão, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.
- 2.3.23** Depois de efetivadas as inscrições as mesmas não poderão ser canceladas a pedido dos candidatos, por qualquer que seja o motivo alegado, não havendo a restituição do valor da inscrição, em hipótese alguma, salvo nos casos de cancelamento, anulação ou não realização do Processo Seletivo.
- 2.3.24** As informações prestadas na ficha de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, cabendo à Prefeitura Municipal de Monte Mor e/ou ao Instituto INDEC o direito de excluir deste Processo Seletivo aquele que preenchê-la com dados incorretos ou que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente.
- 2.3.25** Caso a inscrição do candidato esteja indeferida, este poderá interpor recurso no período mencionado no Capítulo 10. CRONOGRAMA PREVISTO deste Edital, nos termos do Capítulo 7. DOS RECURSOS.
- 2.3.26** O candidato poderá interpor recurso exclusivamente no endereço eletrônico www.institutoindec.org.br, através do Formulário de Recurso que estará disponível no link correlato a este processo.
- 2.3.27** Preencher corretamente todos os campos do formulário de acordo com as orientações disponíveis no site e enviá-lo para análise. Ao enviar corretamente o formulário, o candidato receberá um número de protocolo para acompanhamento da resposta do recurso interposto.
- 2.3.28** O candidato terá a sua inscrição indeferida quando:
- a) efetuar pagamento da taxa de inscrição em valor menor do que o estabelecido;
 - b) efetuar pagamento fora do período estabelecido;
 - c) preencher a ficha de inscrição de modo indevido;
 - d) não atender às condições estipuladas neste Edital.

2.4 DAS RESTRIÇÕES

- 2.4.1** Não serão aceitas inscrições via postal, fac-símile, correio eletrônico, transferência eletrônica, pagamento em caixa eletrônico, PIX, DOC, DOC eletrônico, ordem de pagamento, depósito bancário em conta corrente, cheque ou por qualquer outra via que não a especificada neste Edital ou fora do período estabelecido.
- 2.4.2** É vedada, ao candidato, a transferência do valor pago a título de inscrição para outra(s) inscrição(ões) e/ou para terceiros.
- 2.4.3** É vedada a participação neste certame de quaisquer dos membros integrante da comissão do Processo Seletivo ou das bancas examinadoras.
- 2.4.4** Qualquer desobediência à proibição prevista no item anterior ou constatada a qualquer tempo que determinado candidato tenha sido beneficiado por obtenção de informações privilegiadas será o infrator eliminado do certame sem prejuízo da responsabilização civil.

3. DA RESERVA DE VAGAS

3.1 DA RESERVA DE VAGAS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

- 3.2** Fica reservado um percentual de 5% (cinco por cento), para cada função, para pessoas com deficiência física e sensorial, no provimento de funções públicas, nos órgãos e entidades de Administração Pública Municipal, obedecendo ao princípio do Processo Seletivo de provas ou de provas e títulos.
- 3.2.1** Se, na aplicação do percentual, resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos),



- estará formada 01 (uma) vaga para a pessoa com deficiência. Se inferior a 0,5 (cinco décimos), a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para a função.
- 3.3 A participação de candidato com deficiência no presente Processo Seletivo será assegurada nos termos da Lei Federal nº 13.146, de 06/07/2015, do artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, alterado pelos Decretos Federais nºs 5.296, de 02/12/2004, e 9.508/2018, e da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ e da Lei Municipal nº 3.465/2002.
- 3.4 O candidato com deficiência, antes de se inscrever, deverá verificar se as atribuições da função, especificadas no **Anexo I** deste Edital, são compatíveis com sua deficiência.
- 3.4.1** Os deficientes somente poderão disputar funções cujas atividades sejam compatíveis com sua deficiência.
- 3.5 As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 9.508/2018, particularmente em seu art. 4º, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos. Os benefícios previstos no referido artigo, §§ 1º e 2º, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições, através de ficha de inscrição especial.
- 3.6 Para concorrer como pessoa com deficiência, o candidato – **durante o período de inscrições** – deverá:
- a) especificar, na ficha de inscrição, no campo “Deficiência”, a condição de deficiente, informando o CID, observado o disposto no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/99, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004 ou na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça e na Lei Estadual nº 14.481, de 13.07.2011;
 - b) especificar, na ficha de inscrição, se deseja concorrer às vagas reservadas para tal;
 - c) requerer, durante o preenchimento da ficha de inscrição, no campo “Condição Especial”, os recursos/condições especiais de que necessita, inclusive, tratamento e/ou tempo diferenciado para realização das provas, especificando as condições técnicas e/ou provas especiais que necessitará, conforme laudo médico a ser encaminhado, seguindo as instruções ali indicadas; e
 - d) **proceder – até às 23h59min do último dia de inscrição:**
 - d1) o envio de laudo médico (cópia autenticada), que ateste a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, assim como a provável causa da deficiência.
 - d2) esse(s) laudo(s) médico(s) deverá(ão) conter o nome completo do candidato, bem como o nome, a data, a assinatura, carimbo e o CRM do médico responsável por sua emissão.
 - d3) fundamentação médica para a solicitação.
 - d4) **o laudo médico deverá ter sido expedido nos últimos 06 meses, contados do último dia do prazo para as inscrições deste Processo Seletivo.**
 - d5) se necessário, ao envio de laudo médico (emitido por especialista na área de deficiência do candidato, que ateste e indique, especificamente, a necessidade de tempo adicional para a realização das provas, não podendo, entretanto, esse tempo adicional ultrapassar 60 (sessenta) minutos para realização das mesmas).
- 3.7 Para o envio de laudo(s) médico(s) o candidato deverá:
- a) acessar o link próprio do Processo Seletivo, no site www.institutoinddec.org.br;
 - b) solicitar o pedido de PCD no ato da inscrição, onde o candidato deverá anexar o laudo médico conforme previsto na alínea “d”, do **item 3.5**, deste Capítulo, por meio digital (upload).
 - b1) cada laudo médico deverá ser digitalizado com tamanho de até 5MB em um único documento e em uma das seguintes extensões: “pdf” ou “png” ou “jpg” ou “jpeg”.
- 3.8 O(s) laudo(s) médico(s) mencionado(s) na alínea “d”, do **item 3.6**, deste Capítulo, terá(terão) validade somente para este Processo Seletivo.
- 3.9 Não será(ão) avaliado(s) laudo(s) médico(s) ilegível(is) e/ou com rasura(s) e/ou proveniente(s) de arquivo(s) corrompido(s).



- 3.10 Não serão considerados documentos contendo solicitação de condição especial e/ou laudo(s) médico(s) enviados pelos Correios, por e-mail ou por quaisquer outras formas não especificadas neste Regulamento, salvo os casos excepcionais que serão tratados com excepcionalidade.
- 3.11 O candidato que, no período de inscrições, não declarar ser pessoa com deficiência ou aquele que se declarar, mas não atender aos dispositivos constantes neste Capítulo, não será considerado candidato com deficiência, para fins deste Processo Seletivo, seja qual for o motivo alegado.
- 3.12 O candidato na condição de pessoa com deficiência que necessitar de condição especial para a realização da prova que não atender aos dispositivos constantes neste Capítulo, não terá prova especial preparada e/ou condição específica para realização da prova atendida, seja qual for o motivo alegado.
- 3.13 A divulgação do resultado da solicitação de inscrição na condição de candidato com deficiência neste Processo Seletivo estará disponível no site do INDEC www.institutoindec.org.br, na página deste Processo Seletivo, na página deste Processo Seletivo no período previsto no **Capítulo 10** deste Edital.
- 3.14 O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme disposto neste Capítulo, não poderá interpor recurso em favor de sua condição, seja qual for o motivo alegado.
- 3.15 Após o período de inscrições, fica proibida qualquer inclusão de candidatos com deficiência.
- 3.16 O candidato com deficiência visual deverá indicar, obrigatoriamente, em sua ficha de inscrição, o tipo de prova especial de que necessitará:
a) prova impressa em braille;
b) prova impressa em caracteres ampliados, com indicação do tamanho da fonte;
c) designação de fiscal para auxiliar na transcrição das respostas.
- 3.17 **Aos deficientes visuais (cegos)** que solicitarem prova especial em braille serão oferecidas provas nesse sistema e suas respostas serão transcritas para a folha de respostas por um fiscal designado pelo INDEC para tal finalidade.
- 3.18 Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação das provas, reglete e punção, podendo utilizar-se de soroban.
- 3.19 **Aos candidatos com deficiência visual (baixa visão)** que solicitarem prova especial ampliada serão oferecidas provas confeccionadas de acordo com o solicitado no ato de sua inscrição.
- 3.20 O candidato deverá indicar, no momento da inscrição, o tamanho da fonte de sua prova ampliada.
- 3.21 O candidato que não indicar o tamanho da fonte terá sua prova elaborada na fonte 24.
- 3.22 A ampliação oferecida é limitada à prova. A folha de respostas e outros documentos utilizados durante a aplicação não serão ampliados.
- 3.23 **O candidato com deficiência auditiva** deverá indicar, obrigatoriamente, em sua ficha de inscrição, se necessitará de:
a) intérprete de LIBRAS;
b) autorização para utilização de aparelho auditivo.
- 3.24 O candidato com deficiência física deverá indicar, obrigatoriamente, em sua ficha de inscrição, se necessitará de:
a) mobiliário adaptado;
b) auxílio no manuseio da prova e transcrição de respostas;



c) facilidade de acesso às salas de realização das provas e às demais instalações de uso coletivo no local de realização das provas.

- 3.25** O candidato que NÃO possui condição de pessoa com deficiência, e que necessita de condição especial para a realização da prova, deverá, também, solicitar no ato da inscrição a necessidade de condição especial, o motivo e anexando documento que comprove tal necessidade. O candidato que não atender aos dispositivos constantes neste Capítulo, não terá prova especial preparada e/ou condição específica para realização da prova atendida, seja qual for o motivo alegado.
- 3.26** O atendimento às condições especiais pleiteadas para realização da prova ficará sujeito, por parte do INDEC, à análise da viabilidade e razoabilidade do solicitado.
- 3.27** Nas provas realizadas com auxílio de fiscal leitor, o candidato identificará, para cada questão, a alternativa que será marcada pelo fiscal na folha de respostas.
- 3.28** **O INDEC e a Prefeitura Municipal de Monte Mor não serão responsabilizados por eventuais erros de transcrição cometidos pelo fiscal leitor.**
- 3.29** O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital não poderá impetrar recurso em favor de sua situação, bem como não terá sua prova especial preparada, seja qual for o motivo alegado.
- 3.30** Após o prazo de inscrição fica proibida qualquer inclusão de candidato na lista específica de pessoa com deficiência.
- 3.31** Não serão considerados como deficiência, os distúrbios passíveis de correção.
- 3.32** A deficiência não poderá ser apresentada como motivo para justificar a concessão de readaptação da função ou concessão de aposentadoria por invalidez.
- 3.33** A publicação do resultado final do Processo Seletivo será feita em duas listas, contendo a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a de pessoa com deficiência, e a outra somente a pontuação de pessoa com deficiência.
- 3.34** O candidato que for julgado inapto, em razão da deficiência incompatibilizar-se com o exercício das atividades próprias da função, será desclassificado do Processo Seletivo.
- 3.35** Ao ser convocado para investidura na função, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da função. Será eliminado da lista de pessoa com deficiência o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.
- 3.36** A não observância pelo candidato de qualquer das disposições deste capítulo implicará a perda do direito a ser admitido para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

4. DAS PROVAS

4.1 DA PROVA OBJETIVA

- 4.1.1** A seleção dos candidatos será realizada mediante aplicação de **Prova Objetiva**.
- 4.1.2** **Prova Objetiva:** As provas objetivas serão de caráter classificatório e se constituirão de 30 questões objetivas de múltipla escolha.



- 4.1.3** O conteúdo das questões versará sobre o conteúdo descrito no **Anexo II** deste Edital.
- 4.1.4** Compete à banca examinadora a deliberação sobre o grau de dificuldade da prova e a quantidade de questões por assunto.
- 4.1.5** A prova será apresentada sob forma de testes de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas em conformidade com o Programa de Provas constante no **Anexo II** deste Edital, sendo somente uma correta.
- 4.1.6** O **Quadro II** apresenta a relação das funções e o respectivo número de questões relacionadas aos conhecimentos específicos, bem como de português e matemática.

Quadro II – Provas e Questões por Função

Função	Provas	Nº questões
NÍVEL DE ENSINO FUNDAMENTAL		
Merendeira	Língua Portuguesa	15
	Matemática	15
	Total	30
NÍVEL DE ENSINO MÉDIO COMPLETO		
Cuidador de Criança	Língua Portuguesa	10
	Matemática	10
	Conhecimentos Gerais	10
	Total	30
Oficineiro de Artesanato	Língua Portuguesa	10
	Matemática	10
	Conhecimentos em Legislação	10
	Total	30
Oficineiro de Capoeira	Língua Portuguesa	10
	Matemática	10
	Conhecimentos em Legislação	10
	Total	30
Oficineiro de Dança	Língua Portuguesa	10
	Matemática	10
	Conhecimentos em Legislação	10
	Total	30
	Língua Portuguesa	10
	Matemática	10



Oficineiro de Kung Fu	Conhecimentos em Legislação	10
	Total	30
Oficineiro de Musicalização	Língua Portuguesa	10
	Matemática	10
	Conhecimentos em Legislação	10
	Total	30
Oficineiro de Teatro	Língua Portuguesa	10
	Matemática	10
	Conhecimentos em Legislação	10
	Total	30
Oficineiro de Xadrez e Jogos de Tabuleiro	Língua Portuguesa	10
	Matemática	10
	Conhecimentos em Legislação	10
	Total	30
NÍVEL DE ENSINO SUPERIOR COMPLETO		
Nutricionista	Língua Portuguesa	10
	Matemática	10
	Conhecimentos Específicos	10
	Total	30
Professor de Educação Básica - PEB I	Língua Portuguesa	05
	Matemática	05
	Conhecimentos Educacionais	10
	Conhecimentos Específicos	10
	Total	30
Professor de Educação Básica PEB II – Arte	Língua Portuguesa	05
	Matemática	05
	Conhecimentos Educacionais	10
	Conhecimentos Específicos	10
	Total	30
	Língua Portuguesa	05



Professor de Educação Básica PEB II – Ciências	Matemática	05
	Conhecimentos Educacionais	10
	Conhecimentos Específicos	10
	Total	30
Professor de Educação Básica PEB II – Educação Física	Língua Portuguesa	05
	Matemática	05
	Conhecimentos Educacionais	10
	Conhecimentos Específicos	10
	Total	30
Professor de Educação Básica PEB II – Geografia	Língua Portuguesa	05
	Matemática	05
	Conhecimentos Educacionais	10
	Conhecimentos Específicos	10
	Total	30
Professor de Educação Básica PEB II – História	Língua Portuguesa	05
	Matemática	05
	Conhecimentos Educacionais	10
	Conhecimentos Específicos	10
	Total	30
Professor de Educação Básica PEB II – Inglês	Língua Portuguesa	05
	Matemática	05
	Conhecimentos Educacionais	10
	Conhecimentos Específicos	10
	Total	30
Professor de Educação Básica PEB II – Língua Brasileira de Sinais/ Intérprete de Libras	Língua Portuguesa	05
	Matemática	05
	Conhecimentos Educacionais	10
	Conhecimentos Específicos	10
	Total	30



Professor de Educação Básica PEB II – Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	05
	Matemática	05
	Conhecimentos Educacionais	10
	Conhecimentos Específicos	10
	Total	30
Professor de Educação Básica PEB II – Matemática	Língua Portuguesa	05
	Matemática	05
	Conhecimentos Educacionais	10
	Conhecimentos Específicos	10
	Total	30
Professor de Educação Especial	Língua Portuguesa	05
	Matemática	05
	Conhecimentos Educacionais	10
	Conhecimentos Específicos	10
	Total	30

- 4.1.7 A aplicação das provas está prevista para o dia **11/12/2022**, nos períodos abaixo especificados, em horário e local a ser oportunamente divulgado.

Quadro III – Período de Aplicação das Provas

Período da Manhã	Período da Tarde
Merendeira	Cuidador de Criança
Oficineiro de Artesanato	Oficineiro de Dança
Oficineiro de Teatro	Oficineiro de Xadrez e Jogos de Tabuleiro
Oficineiro de Musicalização	Oficineiro de Kung Fu
Oficineiro de Capoeira	Nutricionista
Professor de Educação Básica - PEB I	Professor de Educação Básica PEB II – Educação Física
Professor de Educação Básica PEB II – Arte	Professor de Educação Básica PEB II – História
Professor de Educação Básica PEB II – Ciências	Professor de Educação Básica PEB II – Língua Portuguesa
Professor de Educação Básica PEB II – Geografia	Professor de Educação Básica PEB II – Matemática
Professor de Educação Básica PEB II – Inglês	Professor de Educação Especial
Professor de Educação Básica PEB II – Língua Brasileira de Sinais/ Intérprete de Libras	

- 4.1.8 O tempo de duração da prova objetiva será de 01h30min (uma hora e trinta minutos), contadas a partir da autorização do fiscal para o início.



- 4.1.9 A aplicação da prova nas datas previstas dependerá da disponibilidade de locais adequados à realização das mesmas.
- 4.1.10 Caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de lugares adequados existentes nas escolas localizadas na cidade de Monte Mor, o INDEC reserva-se o direito de alocá-los em cidades próximas, não assumindo, entretanto, qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e alojamento dos candidatos.
- 4.1.11 Havendo alteração da data prevista no item 4.1.7, as provas poderão ocorrer em outra data, sempre aos domingos.
- 4.1.12 A confirmação da data e as informações sobre horários e locais serão divulgados oportunamente através de Edital de Convocação para as provas a ser publicado no site do INDEC <https://institutoindec.org.br>, e na Imprensa Oficial do Município.
- 4.1.13 O candidato deverá acompanhar no Diário do Município e no site do INDEC a publicação do Edital de Convocação para as provas.
- 4.1.14 **Não serão enviados cartões de convocação, devendo o candidato tomar conhecimento dos locais e horários de aplicação das provas através do Edital de Convocação mencionado no item anterior.**
- 4.1.15 Ao candidato só será permitida a realização das provas na respectiva data, no local e no horário constantes das listas afixadas nos locais de aplicação das provas, no Edital de Convocação divulgado no Diário do Município.
- 4.1.16 **Os candidatos deverão comparecer ao local da prova com 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos dos documentos originais (Cédula Oficial de Identidade ou Carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe ou de Carteira de Trabalho e Previdência Social ou de Certificado de Reservista, ou Carteira Nacional de Habilitação modelo com foto), caneta de tinta azul ou preta, lápis preto e borracha. Somente será admitido na sala de provas, o candidato que estiver munido de Protocolo de inscrição e Cédula Oficial de Identidade ou de Carteira expedida por Órgãos ou Conselhos Profissionais que tenham força de documento de identificação com foto ou de Carteira de Trabalho e Previdência Social ou de Certificado de Reservista. Como o documento não ficará retido será exigido a apresentação do ORIGINAL, não sendo aceitas cópias, ainda que autenticadas.**
- a) Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de modo a permitir, com clareza, a identificação do candidato;
- b) Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins: Boletim de Ocorrência, Protocolos, Certidão de Nascimento ou Casamento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação (emitida anteriormente à Lei nº 9.503/97 ou fora de sua validade), Carteira de Estudante, Crachás, Identidade Funcional de natureza pública ou privada.
- c) Somente será admitido na sala ou local de provas o candidato que apresentar um dos documentos discriminados neste item desde que permita com clareza a sua identificação, conforme descrito no item 4.1.16 deste Edital.
- 4.1.17 O candidato que estiver portando aparelho celular deverá desligar e juntamente com o relógio deverão ser colocados e lacrados no envelope lacre que será fornecido pelo fiscal de sala no momento da assinatura da lista de presença.
- 4.1.17.1 O candidato ao ingressar no local de realização das provas deverá, obrigatoriamente, manter desligado qualquer aparelho de comunicação, devendo retirar a bateria de qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo os sinais de alarme e os modos de vibração e silencioso.
- 4.1.17.2 O uso de quaisquer funcionalidades de aparelhos, tais como telefone celular (e seus aplicativos), aparelhos sonoros, receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, tablet, notebook ou



- similares, calculadora, palm-top, relógio com calculadora e/ou receptor, qualquer equipamento que possibilite comunicação externa, incorrerá em exclusão do candidato do Certame, mesmo que o aparelho esteja dentro do envelope de segurança que será distribuído pelo INDEC.
- 4.1.17.3** Os celulares e outros aparelhos eletrônicos deverão permanecer desligados até a saída do candidato do local de realização das provas.
- 4.1.17.4** É aconselhável que os candidatos retirem as baterias dos celulares, garantindo que nenhum som seja emitido, inclusive do despertador caso seja ativado.
- 4.1.17.5** Durante a prova, não serão permitidas qualquer espécie de consulta a códigos, livros, manuais, impressos, anotações e/ou outro tipo de pesquisa, utilização de outro material não fornecido pelo INDEC, uso de relógio com calculadora, telefone celular e/ou qualquer equipamento eletrônico, protetor auricular, boné, gorro, chapéu e óculos de sol.
- 4.1.17.6** O candidato que necessitar usar boné, gorro, chapéu, protetor auricular ou óculos de sol na sala de provas deverá ter justificativa médica e o(s) objeto(s) será(ão) verificado(s) pela coordenação.
- 4.1.17.7** O INDEC não se responsabilizará por perda ou extravio de documentos ou objetos ocorridos no local de realização das provas, nem por danos neles causados.
- 4.1.17.8** O candidato não poderá alegar desconhecimentos quaisquer sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.
- 4.1.17.9** O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará na eliminação do Processo Seletivo.
- 4.1.17.10** O INDEC, objetivando garantir a lisura e a idoneidade do Processo Seletivo – o que é de interesse público e, em especial dos próprios candidatos – bem como a sua autenticidade solicitará aos candidatos, quando da aplicação das provas, o registro de sua assinatura em campo específico na folha de respostas.
- 4.1.17.11** Quando, após a prova, for constatada, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, a utilização de processos ilícitos, o candidato terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.
- 4.1.17.12** Autorizar-se-á ao candidato ausentar-se do recinto das provas durante a sua realização somente em condições especiais e acompanhado por um fiscal.
- 4.1.18** O candidato poderá fazer uso de sanitários acompanhado de um fiscal, somente durante a realização da prova, não sendo permitido o uso após o término de sua prova. O candidato será submetido ao detector de metais para acesso e saída do sanitário, a detecção de objetos eletrônicos vedados no local da prova pelo detector de metais quando do acesso aos sanitários no momento da prova eliminará automaticamente o candidato do Processo Seletivo Público.
- 4.1.19** Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em virtude do afastamento, por qualquer motivo, do candidato da sala de prova.
- 4.1.20** O candidato deverá assinalar suas respostas no Cartão de Respostas (Gabarito), com caneta de tinta preta ou azul, assinando-o, em conformidade com as instruções específicas contidas na capa do caderno de questões e na folha de respostas. O preenchimento do Cartão de Respostas (Gabarito) é de total responsabilidade do candidato.
- 4.1.20.1** Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
- 4.1.20.2** O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar ou, de qualquer modo, danificar a Folha de Respostas sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de correção da mesma.
- 4.1.20.3** Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que não devolver a Folha de Respostas.
- 4.1.21** Não serão computadas questões não assinaladas ou assinaladas a lápis ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível, sendo atribuída nota 0 (zero) à questão.
- 4.1.22** O candidato deverá ler atentamente as instruções contidas no Caderno de Questões.



- 4.1.23** As instruções contidas no Caderno de Questões deverão ser rigorosamente seguidas sendo o candidato único responsável por eventuais erros cometidos.
- 4.1.24** Nos casos de eventual falta de Caderno de Questões/material personalizado de aplicação das provas, em razão de falha de impressão, número de provas incompatível com o número de candidatos na sala ou qualquer outro equívoco na distribuição de prova/material, o INDEC tem a prerrogativa para entregar ao candidato prova/material reserva não personalizado eletronicamente.
- 4.1.25** O candidato deverá informar ao fiscal de sua sala qualquer irregularidade nos materiais recebidos no momento da aplicação das provas não sendo aceitas reclamações posteriores.
- 4.1.26** O candidato que queira fazer alguma reclamação ou sugestão deverá fazer junto ao fiscal de sala, que anotarà na folha de ocorrência para posterior análise.
- 4.1.27** O candidato somente poderá retirar-se do local de aplicação levando consigo o caderno de provas a partir dos últimos 30 (trinta) minutos do tempo destinado à realização de Exame. O Gabarito será obrigatoriamente devolvido pelo candidato. O preenchimento deverá ser feito de acordo com as instruções do Caderno de Questões. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato. Em nenhuma hipótese o caderno de questões será considerado para correção e respectiva pontuação.
- 4.1.28** O candidato deverá permanecer em prova pelo tempo mínimo de 30 (trinta) minutos.
- 4.1.29** Em hipótese alguma haverá segunda chamada, revisão de provas ou de resultados, em quaisquer das formas de avaliação, nas diferentes fases do Processo Seletivo, seja qual for o motivo alegado.
- 4.1.30** O não comparecimento à prova excluirá o candidato automaticamente do Processo Seletivo.
- 4.1.31** No dia da realização das provas, na hipótese de o candidato não constar das listagens oficiais relativas aos locais de prova estabelecidos no Edital de Convocação, o INDEC procederá à inclusão do referido candidato, antes do início das provas, fornecendo Caderno de Provas, mediante a apresentação do comprovante de sua inscrição.
- 4.1.32** A inclusão de que trata o item **4.1.31** será realizada de forma condicional, e será confirmada pelo INDEC, na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de se verificar a pertinência da referida inscrição.
- 4.1.33** Considerada a impertinência da inscrição de que trata o item **4.1.31** a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.
- 4.1.34** Não será admitida, em nenhuma hipótese, a entrada de retardatários no local da prova.
- 4.1.35 CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA LACTANTES**
- 4.1.35.1** Fica assegurado às lactantes o direito de participarem do Processo Seletivo, nos critérios e condições estabelecidos pela Lei nº 13.872, de 17 de setembro de 2019.
- 4.1.35.2** A candidata que seja mãe lactante de bebê de até 6 (seis) meses de idade deverá requerer, no ato da inscrição, local reservado para amamentação.
- 4.1.35.3** A prova da idade do infante será feita mediante declaração anexada no ato de inscrição para o Processo Seletivo e apresentação da respectiva certidão de nascimento durante sua realização. A candidata que não apresentar a solicitação no período de inscrição, poderá não ter a solicitação atendida por questões de não adequação das instalações físicas do local de realização das provas.
- 4.1.35.4** Deferida a solicitação, a mãe deverá, no dia da prova ou da etapa avaliativa, indicar uma pessoa acompanhante que será a responsável pela guarda da criança durante o período necessário.
- 4.1.35.5** A mãe terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho. A mãe poderá retirar-se, temporariamente, da sala em que estiver sendo realizadas as



- provas, para atendimento ao seu bebê, em sala especial a ser reservada pela Coordenação.
- 4.1.35.6** O tempo despendido na amamentação será compensado durante a realização da prova, em igual período.
- 4.1.35.7** Para a amamentação, o bebê deverá permanecer no ambiente determinado pela Coordenação.
- 4.1.35.8** A criança deverá estar acompanhada somente de um maior de 18 (dezoito) anos, capaz, responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata), e a permanência temporária desse adulto, em local apropriado, será autorizada pela Coordenação deste Processo Seletivo. O(a) acompanhante somente terá acesso ao local de prova até o horário estabelecido para fechamento dos portões e permanecerá em sala reservada até o término da prova da candidata. O acompanhante do infante não poderá utilizar celulares ou outros equipamentos eletrônicos.
- 4.1.35.9** A pessoa acompanhante somente terá acesso ao local das provas até o horário estabelecido para fechamento dos portões e ficará com a criança em sala reservada para essa finalidade, próxima ao local de aplicação das provas.
- 4.1.35.10** A candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada de um fiscal do Instituto Indec, sem a presença do responsável pela guarda da criança, que garantirá que sua conduta esteja de acordo com os termos e condições deste edital.
- 4.1.35.11** A candidata nesta condição que não levar acompanhante não realizará as provas.
- 4.1.35.12** Instituto Indec não disponibilizará acompanhante para a guarda de crianças.

4.1.36 DA EXCLUSÃO DO CANDIDATO DAS PROVAS

- Será automaticamente excluído do Processo Seletivo o candidato que:
- a) Apresentar-se após o horário estabelecido ou em local diferente do designado;
 - b) Não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
 - c) Não apresentar o documento de identidade exigido;
 - d) Ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal, ou antes, de decorrido o tempo mínimo estabelecido para permanência na sala;
 - e) For surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livros, notas ou impressos não permitidos;
 - f) Estiver portando ou fizer uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico e/ou de comunicação como telefone celular, pager, máquina calculadora ou qualquer outro meio;
 - g) Lançar mão de meios ilícitos para execução da prova;
 - h) Fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
 - i) Não devolver integralmente o material recebido;
 - j) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
 - k) Agir com incorreção ou descortesia, independentemente do momento, para com qualquer membro da equipe encarregada de aplicação de provas;
 - l) Estiver fazendo uso de boné ou chapéu, lenço ou qualquer outro acessório que impeça a visão total das orelhas do candidato na sala de aula durante a realização das provas;
 - m) Durante a realização da prova e/ou procedimento deste Processo Seletivo, fizer utilização de qualquer tipo de aparelho que realize a gravação de imagem, de som, ou de imagem e som pelo candidato, pelos seus familiares ou por quaisquer outros estranhos ao Processo Seletivo. Caso haja qualquer necessidade de realização de uma ou mais modalidades de gravação aqui citada, com vistas à produção do conhecimento a ser avaliado pela banca examinadora da organizadora do Processo Seletivo, caberá ao Instituto INDEC, e somente a ele, a realização, o uso e a guarda de todo e qualquer material produzido.

4.2 DOS TÍTULOS

- 4.2.1** O Processo Seletivo constará de **PROVA DE TÍTULOS** para as funções de Professor de Educação Básica - PEB I, Professor de Educação Básica PEB II – Arte, Professor de Educação Básica PEB II – Ciências, Professor de Educação Básica PEB II – Educação Física, Professor de Educação Básica PEB II – Geografia, Professor de Educação Básica PEB II – História, Professor de Educação Básica PEB II – Inglês, Professor de Educação Básica PEB II – Língua Brasileira de Sinais/ Intérprete de Libras, Professor de Educação Básica PEB II – Língua Portuguesa, Professor de Educação Básica PEB II – Matemática e Professor de Educação Especial que será realizada digitalmente (upload,) **EXCLUSIVAMENTE** durante o período de inscrições, por meio de acesso ao site do INDEC



www.institutoinddec.org.br, na página deste Concurso Público, na Área do Candidato, não podendo ser alegado qualquer espécie de desconhecimento.

- 4.2.2** Os documentos relativos aos títulos deverão ser encaminhados no formato digital, por upload de arquivos contendo cópias simples digitalizadas dos comprovantes dos títulos.
- 4.2.3** A qualidade das imagens dos comprovantes de títulos, a comprovação dos títulos e o envio dos arquivos por upload são de responsabilidade exclusiva do candidato.
- 4.2.4** O envio de títulos NÃO é obrigatório à vista do caráter classificatório desta prova.
- 4.2.5** Não serão considerados como títulos os cursos que se constituem em requisito para o cargo. Assim sendo, no caso de entrega de títulos, previstos na tabela de títulos, que possam ser considerados requisito, o candidato deverá entregar, de acordo com as normas deste Edital;
- a) O documento que comprova o título e;
- b) O documento que comprova o requisito para assumir o cargo.
- 4.2.6** Todos os títulos deverão ser comprovados por documentos que contenham as informações necessárias ao perfeito enquadramento e consequente valoração.
- 4.2.7** Cabe exclusivamente ao candidato apresentar provas materiais que comprovem o atendimento integral às normas deste Edital.
- 4.2.8** Quando o nome do candidato for diferente do constante nos documentos encaminhados deverá ser encaminhado, também, o correspondente comprovante de alteração do nome.
- 4.2.9 Para a comprovação dos títulos, o candidato deverá observar as seguintes condições:**
- 1) Para comprovação da conclusão do curso de **pós-graduação stricto sensu (doutorado e mestrado)**, será aceito Diploma devidamente registrado de instituições autorizadas pelo MEC.
 - 2) Para comprovação da conclusão do curso de **pós-graduação lato sensu em nível de Especialização**, será aceito o **Certificado final** devidamente registrado, atestando que o curso atende às normas da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) ou do Conselho Nacional de Educação (CNE) ou estar de acordo com as normas do extinto Conselho Federal de Educação (CFE), **acompanhado do respectivo histórico escolar**.
 - 3) **Também será aceita declaração de conclusão de doutorado, mestrado e de pós-graduação lato sensu em nível de Especialização desde que acompanhada do respectivo histórico escolar.**
 - 4) Os comprovantes dos títulos deverão estar em papel timbrado da instituição, com nome, função/departamento e assinatura do responsável, assim como com a data do documento, e:
 - a) no caso de declaração de conclusão de curso de doutorado ou de mestrado, deverá constar a data de homologação do respectivo título ou de homologação da ata de defesa;
 - b) no caso de certificado/declaração de conclusão de curso de pós-graduação lato sensu, deverão constar a carga horária total e o período de realização do curso. Deverá constar, ainda, na declaração da instituição, que o curso cumpriu todas as disposições estabelecidas na Resolução CNE/CES vigente à época da realização do curso e a indicação do ato legal de credenciamento da instituição;
 - c) no histórico escolar deverão constar o rol das disciplinas/atividades com as respectivas cargas horárias, notas ou conceitos obtidos pelo aluno e, preferencialmente, o título do trabalho (tese, dissertação, monografia);
 - d) documentos obtidos de meio digital (arquivos da internet) apenas serão aceitos se atenderem a uma das seguintes condições:



- d1) conter a informação de que o documento foi assinado digitalmente ou eletronicamente e conter a identificação do assinante;
- d2) conter código de verificação de sua autenticidade e assinatura devidamente identificada do responsável por sua emissão;
- d3) conter código e endereço eletrônico de verificação de sua autenticidade.

4.2.10 Os títulos serão devidamente comprovados e deverão guardar direta relação com as atribuições das funções do Processo Seletivo.

4.2.11 Quando o documento não comprovar explicitamente que o título se enquadra na especialidade da função-atividade a que concorre, o candidato poderá encaminhar, também, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital, histórico escolar ou declaração da instituição que emitiu o documento contendo as informações complementares que permitam o perfeito enquadramento do título.

4.2.12 Os títulos/documentos equivalentes ao de doutor e de mestre obtidos no exterior deverão ser reconhecidos por universidades oficiais do Brasil que mantenham cursos congêneres, credenciados nos órgãos competentes.

4.2.13 Os títulos não reconhecidos por universidades oficiais do Brasil e os demais títulos obtidos no exterior serão desconsiderados.

4.2.14 Não serão aceitos como comprovantes de títulos:

- a) protocolos de documentos ou fac-símile;
- b) comprovantes que não apresentem de forma clara e inequívoca a conclusão do curso e obtenção do grau;
- c) diplomas de doutorado e de mestrado e certificado de pós-graduação lato sensu que não contenham a frente e o verso do documento original;
- d) comprovante que não ateste inequivocamente ter relação com a especialidade e com as atribuições da função-atividade a que concorre;
- e) comprovante que não atenda as normas deste Edital.

4.2.15 **Previamente ao envio dos títulos, o candidato deverá:**

- a) observar no quadro de Títulos, disposto neste capítulo, a quantidade de documentos para cada tipo de título, digitalizar todos os documentos referentes a cada título, em apenas um arquivo.
- b) digitalizar as cópias autenticadas de todos os documentos (os documentos que possuam frente e verso devem ser digitalizados em ambos os lados) que enviará como comprovante de títulos e salvá-las em arquivo no formato "pdf" ou "png" ou "jpg" ou "jpeg" com até 5MB de tamanho cada um; cada documento deverá ser salvo em um arquivo e em tamanho compatível com a impressão em papel A4;
- c) identificar (nomear) o arquivo com a imagem de cada documento, explicitando o seu conteúdo; conferir a qualidade da imagem digitalizada de todos os documentos;
- d) verificar se a imagem está nítida, se está completa, se é possível realizar a leitura com clareza de todas as informações, se está orientada corretamente e/ou outros detalhes que possam comprometer a correta leitura de seu conteúdo.

4.2.16 **Para o envio dos títulos o candidato deverá seguir as seguintes orientações:**

- a) acessar a [site www.institutoindec.org.br](http://www.institutoindec.org.br), digitar seu CPF e sua Senha, e entrar na Área do Candidato;
- b) acessar a aba **Anexo de Títulos**, selecionar o tipo do título, o arquivo, e em seguida fazer o upload;



- c) enviar somente o arquivo, devidamente identificado, contendo o documento que corresponda a título conforme o quadro acima;
 - d) **enviar somente um arquivo contendo todo o conteúdo a ser anexado por título (frente, verso, conteúdo programático, carga horária);**
 - e) cada documento, em seu respectivo arquivo, deverá ser enviado uma única vez;
 - f) repetir o procedimento para cada tipo de título;
 - g) **não é possível excluir o arquivo enviado, caso o arquivo esteja incorreto, entre em contato pelo contato@institutoindec.org.br com o assunto TÍTULOS – ARQUIVO INCORRETO – PROCESSO SELETIVO 002/2022 MONTE MOR, informando quais arquivos necessita alterar.**
 - h) depois de efetuado o upload dos arquivos, o candidato poderá verificar as informações e arquivos enviados na mesma aba de **Anexo de Títulos**.
- 4.2.17** Não serão considerados/avaliados os documentos:
- a) encaminhados fora da forma ou do "campo" estipulados neste Edital;
 - b) encaminhados fora do prazo estipulado neste Edital;
 - c) ilegíveis e/ou com rasuras ou provenientes de arquivo corrompido;
 - d) que não atendam as normas previstas neste Edital;
 - e) que não permitam comprovar inequivocamente pertencer ao candidato;
 - f) que não permitam comprovar inequivocamente que atende as normas estabelecidas neste Edital.
- 4.2.18** Será de inteira responsabilidade do candidato o envio dos títulos no período determinado para esta prova, arcando o candidato com as consequências de eventuais erros ou omissões.
- 4.2.19** Não serão aceitos títulos encaminhados fora do local, data e horário estabelecidos neste Edital, nem a complementação ou a substituição, a qualquer tempo, de títulos já encaminhados.
- 4.2.20** Comprovada, em qualquer tempo, a irregularidade ou ilegalidade na obtenção do título, o candidato terá anulada a respectiva pontuação e, comprovada a sua culpa, será eliminado deste Concurso Público.
- 4.2.21** O resultado da prova de títulos será divulgado no site do INDEC www.institutoindec.org.br, na página deste Concurso Público, na data prevista descrita no Capítulo 10. CRONOGRAMA PREVISTO deste Edital, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.
- 4.2.22** Da decisão que venha eventualmente indeferir a prova de título, fica assegurado ao candidato o direito de interpor recurso, nos termos do Capítulo 7. DOS RECURSOS, devidamente justificado e comprovado, no período previsto no Capítulo 10. CRONOGRAMA PREVISTO deste Edital, exclusivamente no endereço eletrônico www.institutoindec.org.br, através do Formulário de Recurso que estará disponível no *link* correlato a este Concurso Público.
- 4.2.23** Não será permitido, no prazo de recurso, a complementação de documentos.
- 4.2.24** O resultado da análise do recurso será divulgado, exclusiva e oficialmente, na data prevista no Capítulo 10. CRONOGRAMA PREVISTO deste Edital, no site www.institutoindec.org.br.
- 4.2.25** A pontuação referente aos títulos será acrescida à nota final dos candidatos aprovados na prova objetiva.
- 4.2.26** Será computado somente como título, Pós-Graduação – 2,5 pontos, Mestrado – 5,0 pontos e Doutorado – 10,0 pontos.



4.2.27 A contagem dos títulos não poderá exceder a 10 (dez) pontos.

4.2.28 Os cursos de Mestrado e Doutorado não poderão ser contados cumulativamente.

4.2.29 Será computado somente como título conforme quadro abaixo:

Títulos	Pontuação Atribuída	Nº. Máximo de Documentos
Diploma de conclusão de Curso de Doutorado	10,00	1
Diploma de conclusão de Curso de Mestrado	5,00	1
Diploma de conclusão de Curso de Especialização (mínimo de 360 horas), em nível de pós-graduação, específico para a área na qual concorre.	2,5	1

5. DO JULGAMENTO DAS PROVAS

5.1 DA NOTA DA PROVA

5.1.1 As provas objetivas de caráter **classificatório** serão avaliadas na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

5.1.2 A nota da prova objetiva será obtida pela fórmula: $NP = \frac{Na \times 100}{Tq}$

Sendo:

NP = Nota da prova

Na = Número de acertos

Tq = Total de questões da prova

5.1.3 O candidato não aprovado, que tiver nota 0 (zero), na Prova Objetiva será eliminado do Processo Seletivo.

5.1.4 A pontuação relativa à questão eventualmente anulada será atribuída a todos os candidatos presentes à respectiva prova.

5.2 CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.2.1 Na hipótese de igualdade na Classificação Final, o desempate obedecerá, sucessivamente, aos seguintes critérios:

5.2.1.1 O candidato que contar com maior idade;

5.2.1.2 O candidato com conhecimento comprovado em Língua Brasileira de Sinais – Libras (Lei Ordinária n.º 2.866, de 14 de outubro de 2021);

5.2.1.3 Maior número de acertos em conhecimentos específicos;

5.2.1.4 Maior número de acertos em conhecimentos educacionais;

5.2.1.5 Maior número de acertos em língua portuguesa.

5.2.1.6 Maior número de acertos em conhecimentos em matemática;

5.2.2 Persistindo o empate, haverá sorteio juntamente com a Comissão Examinadora de Processo Seletivo.

5.2.3 O ingresso no serviço público municipal obedecerá à ordem de classificação.

5.2.4 A Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS será utilizada no critério de pontuação para desempate em concursos públicos e processos seletivos realizados no município de Monte Mor pelos órgãos da administração pública direta e indireta.



5.2.5 Será exigido do candidato conhecimento comprovado em Língua Brasileira de Sinais - Libras mediante e entrega de uma das seguintes provas:

- I. Certificado ou declaração de conclusão de curso e histórico escolar de graduação superior e ou pós-graduação de instituição devidamente reconhecida pelo MEC - Ministério de Educação e que tenha carga mínima de 500 horas em LIBRAS;
- II. Curso em tradução e interpretação em LIBRAS por entidades da sociedade civil, representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III do artigo 18 do Decreto Federal nº 5626 de 22 de dezembro de 2005;
- III. Certificado de proficiência em Libras emitidos pelo Ministério da Educação.

5.2.6 Para o envio dos documentos comprobatórios em Libras, o candidato deverá:

- a) Digitalizar (escanear) e anexar os documentos, conforme subitem 5.2.5, em um **ÚNICO ARQUIVO, frente e verso, sem rasuras e legíveis, durante o prazo de inscrição. (Não serão aceitos documentos após o término do prazo das inscrições, de acordo com o presente Edital)**
- b) Acessar o site www.institutoindec.org.br, digitar seu CPF e sua Senha, e entrar na Área do Candidato;
- c) Acessar a aba **Anexo de Documentos**, selecionar a função desejada, Visualizar, e em seguida fazer o *upload* do arquivo.
- d) Depois de efetuado o *upload* do arquivo, o candidato poderá verificar as informações e arquivo enviado na mesma aba de **Anexo de Documentos**.

5.2.7 Será de inteira responsabilidade do candidato o envio dos documentos no período determinado para esta prova, arcando o candidato com as consequências de eventuais erros ou omissões.

5.2.8 Não serão aceitos documentos encaminhados fora do local, data e horário estabelecidos neste Edital, nem a complementação ou a substituição, a qualquer tempo, de documentos já encaminhados.

5.2.9 Comprovada, em qualquer tempo, a irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos documentos, o candidato terá anulada a respectiva participação no critério e, comprovada a sua culpa, será eliminado deste Concurso Público.

5.2.10 A divulgação do resultado do pedido de critério de pontuação para desempate neste Processo Seletivo estará disponível no site do INDEC www.institutoindec.org.br, na página deste Processo Seletivo no período previsto no Capítulo 10 deste Edital.

6. DA CLASSIFICAÇÃO

6.1 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E PUBLICAÇÃO DO RESULTADO

- 6.1.1 Os candidatos habilitados serão classificados por ordem decrescente da nota final, em lista de classificação por função.
- 6.1.2 A pontuação final do candidato corresponderá à nota da prova objetiva e título, conforme o caso, a somatória das notas obtidas nas avaliações que participou.
- 6.1.3 Serão elaboradas duas listas de classificação: uma geral, com a relação de todos os candidatos, inclusive de pessoa com deficiência e outra apenas de pessoa com deficiência.
- 6.1.4 Não ocorrendo inscrição no Processo Seletivo ou aprovação de candidatos com deficiência, será elaborada somente a Lista de Classificação Final Geral.
- 6.1.5 Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no Processo Seletivo, valendo para esse fim, a homologação.



- 6.1.6 O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço e telefones junto ao Instituto INDEC, durante o período da realização do Processo Seletivo e, após a homologação do resultado final do mesmo, junto à Prefeitura Municipal de Monte Mor.

7. DOS RECURSOS

- 7.1 Caberão recursos quanto a: relação de candidatos com deficiência, gabarito preliminar, prova de títulos e resultado preliminar da prova objetiva, dentro de 2 (dois) dias, contados a partir da data de publicação do ato, conforme mencionado no no Capítulo 10. CRONOGRAMA PREVISTO.
- 7.2 Para a interposição de recurso, o candidato deverá obrigatoriamente acessar o site <https://institutoindec.org.br>, realizar a consulta do andamento de sua inscrição informando seu login e senha, acessar o Formulário de Recurso que estará disponível apenas no período estabelecido em cada divulgação, preencher corretamente todos os campos do formulário de acordo com as orientações disponíveis no site e enviá-lo para análise. Ao enviar corretamente o formulário, o candidato receberá um número de protocolo para acompanhamento da resposta do recurso interposto.
- 7.3 No formulário de recurso deverá constar obrigatoriamente a síntese das razões que motivaram a solicitação do recurso. Não serão aceitos recursos relativos à divulgação já questionada pelo candidato, ou relativo a assunto já divulgado anteriormente.
- 7.4 Caso seja necessário o candidato poderá anexar documentos que auxilie na elaboração dos recursos, sendo obrigatório o anexo do comprovante de pagamento apenas no recurso contra a relação de candidatos.
- 7.5 Antes de enviar o recurso para análise, o candidato deve fazer a revisão do texto que compõe a síntese das razões. Após o envio do recurso (protocolado), não será mais possível realizar alterações no conteúdo do mesmo.
- 7.6 **Será liminarmente indeferido o recurso:**
- a) que não estiver devidamente fundamentado ou não possuir argumentação lógica e consistente que permita sua adequada avaliação;
 - b) que for apresentado fora do prazo a que se destina ou relacionado a evento diverso;
 - c) Que estiverem com período de Recursos já encerrado;
 - d) por outros meios que não seja o preenchimento do Formulário de Recurso disponibilizado no site da empresa (Não serão aceitos recursos enviados por meio de carta, correio, e-mail, suporte aos candidatos do site, fax, telefone, etc.);
 - e) que apresentar contestação referente a mais de uma questão no mesmo formulário, devendo o candidato utilizar um formulário para cada questão, objeto de questionamento;
 - f) que estiver com o Anexo apresentado em letra manuscrita;
 - g) cuja fundamentação não corresponda à questão recorrida;
 - h) cujo teor desrespeite a Banca Examinadora;
 - i) contra terceiros;
 - j) que esteja em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo e nas instruções constantes dos Editais de divulgação dos eventos.
- 7.7 O INDEC e a Prefeitura Municipal de Monte Mor não se responsabilizam por solicitações de recursos não recebidas por dificuldades de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação e acesso à internet, congestionamento das linhas de comunicação, bem como qualquer outro fator externo ao site do INDEC que impossibilite o correto envio do formulário de recurso.
- 7.8 O recurso interposto fora do prazo previsto no item 7.1 deste Capítulo não serão conhecidos.
- 7.9 Não serão aceitos recursos sem embasamento.



- 7.10 O Recurso recebido será encaminhado para a Banca Examinadora para análise e manifestação a propósito do arguido, não havendo ao candidato requerente direito de vista ou revisão pessoal da Prova Objetiva.
- 7.11 As respostas aos recursos interpostos serão disponibilizadas aos candidatos através do site <https://institutoindec.org.br>, por meio de consulta da inscrição do candidato informando seu login e senha, tendo como referência sempre o número do protocolo do recurso interposto em cada uma das divulgações.
- 7.12 Havendo o deferimento de recurso, poderá haver alteração do Gabarito Preliminar ou do Resultado Preliminar, no sentido de que haja o devido provimento ao recurso deferido, podendo haver alteração nos resultados obtidos pelos candidatos, bem como na ordem de classificação para posição superior ou inferior, ou ainda ocorrer à desclassificação dos candidatos que não obtiverem a pontuação mínima exigida para classificação.
- 7.13 Será indeferido o recurso interposto fora dos prazos estipulados neste edital.
- 7.14 A interposição dos recursos não interfere o andamento regular do cronograma do Processo Seletivo.
- 7.15 Após o julgamento de todos os recursos interpostos, será publicado o resultado da Prova de Títulos, o Gabarito Oficial e a Classificação Final com as alterações ocorridas em atendimento aos recursos tempestivamente protocolados, e não haverá segunda instância de recurso administrativo, re-análise de recurso interposto ou pedidos de revisão de recurso.
- 7.16 A Banca Examinadora constitui a última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.
- 7.17 Os pontos relativos às questões eventualmente anuladas serão atribuídos a todos os candidatos presentes à prova independente de terem recorrido.
- 7.18 Caso haja alteração no gabarito divulgado por força de impugnações ou correções, as provas serão corrigidas de acordo com as alterações promovidas, considerando-se as marcações feitas pelos candidatos na(s) alternativa(s) considerada(s) correta(s) para a questão de acordo com o gabarito definitivo.
- 7.19 A decisão dos recursos interpostos será divulgada no site do INDEC.

8. DA CONTRATAÇÃO DAS FUNÇÕES

- 8.1 A convocação para admissão do candidato aprovado, seja por tempo determinado como para substituição eventual, será feita na ordem de classificação e na medida das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, oportunidade em que deverão ser apresentados os documentos exigidos para comprovação dos requisitos para a contratação, sob pena de perda da vaga. A simples classificação neste Processo Seletivo não gera direito à contratação, pois serão contratados apenas os professores em quantidade suficiente para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo.
- 8.2 As vagas disponíveis para o processo de atribuição serão afixadas nos quadros de aviso da Secretaria Municipal da Educação de MONTE MOR, na Rua Carlos de Campos, 131 - Centro, todas às segundas-feiras, a partir das 13 horas, sendo também divulgadas através do site www.montemor.sp.gov.br.
- 8.3 Não haverá convocação para as Sessões de Atribuições via fax, e-mail, telegrama ou telefone, ficando desde já estabelecido que, o candidato classificado e interessado deverá comparecer às SESSÕES DE ATRIBUIÇÕES que acontecerão todas às terças-feiras a partir das 14h, conforme função.
- 8.3.1 Poderá haver mudanças na data das Sessões de Atribuições dependendo de datas comemorativas municipais, feriados e pontos facultativos, ou por necessidade da Administração Municipal, sendo



que, para essas eventuais alterações, a confirmação da nova data será previamente divulgada no próximo dia útil subsequente por afixação nos locais de praxe da Secretaria Municipal da Educação.

- 8.4** O candidato classificado que não comparecer às Sessões de Atribuições, seja por qual for o motivo, estará excluído apenas da sessão em que não compareceu, permanecendo na lista final de classificação, e se ainda houver interesse, o mesmo poderá participar da próxima Sessão de Atribuição conforme sua classificação.
- 8.5** Para efeito da admissão, fica o candidato sujeito à aprovação em exame médico admissional, de caráter eliminatório, que avaliará sua aptidão física e mental para o exercício da função.
- 8.6** O candidato convocado deverá apresentar toda documentação comprobatória para o exercício da função.
- 8.7** Documentação necessária cópia simples ou original, conforme necessário:
- a) 01 (uma) foto 3X4 (recente);
 - b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) - original e cópias das páginas da foto e do verso da foto.
 - c) Comprovante de cadastro no PIS/PASEP (o cartão cidadão **não** será aceito como comprovante).
 - d) Cédula de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
 - e) Comprovante de situação cadastral do CPF;
 - f) Cédula de Identidade (RG) – no caso de estrangeiro, cédula de identidade, visto e certidão de registro estrangeiro;
 - g) Título de Eleitor, juntamente com os comprovantes de votação na última eleição (1º e 2º turnos) ou certidão de quitação eleitoral (as justificativas **não** serão aceitas);
 - h) Certificado de reservista (se candidato masculino);
 - i) Cartão Nacional de Saúde (SUS);
 - j) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública da área de seu domicílio (original);
 - k) Comprovante de residência atual no nome do candidato;
 - l) Comprovante de escolaridade de acordo com o exigido por lei ou no edital para o exercício da função:
 - Diploma de Graduação de Nível Superior com apostilamento ou Certificado juntamente com Histórico Escolar com data de colação de grau (para funções de nível superior);
 - Histórico Nível Médio completo (funções de nível médio);
 - Histórico Nível Fundamental completo (para funções de nível fundamental)
 - m) Comprovante de Especialização mediante apresentação de documento reconhecido pelo Ministério da Educação ou pela Sociedade da Especialidade.
 - n) Registro no respectivo conselho de classe acompanhado do comprovante de pagamento da anuidade. Na falta deste, pede-se Registro na DRT – Delegacia Regional do Trabalho.
 - o) Certidão Negativa de Pontuação e Certidão de Prontuário (expedidas pelo DETRAN) e CNH categorias B – as certidões originais e a CNH original e cópia (para as funções que exigem CNH de acordo com o exigido no Quadro I, item 2.1);
 - p) Certidão e/ou Declaração emitida pelo órgão competente que conste cargo/emprego/função exercido naquele órgão, horário de trabalho, para comprovação de acúmulo lícito de cargo/emprego/função público (original);
 - q) Declaração de acúmulo ou não de cargo/emprego/funções públicos (original);
 - r) Certidão de Casamento para o caso de candidatos casados, separados, divorciados ou viúvos ou Certidão de Nascimento no caso de solteiro(a);
 - s) Certidão de Nascimento, RG, CPF e Cartão SUS dos filhos solteiros de zero até 21 anos de idade ou até 24 anos, se universitário – somente cópias;
 - t) Certidão de Nascimento, RG, CPF e Cartão SUS do cônjuge (obrigatório) e dos pais (somente se estes forem dependentes do Imposto de Renda);
 - u) Caderneta de Vacinação atualizada dos filhos menores de 6 anos;
 - v) Comprovante de Escolaridade dos filhos com até 14 anos;
 - w) Cópia da Declaração de Imposto de Renda do ano em exercício (**completa**) ou preenchimento de declaração de bens e valores;



- x) Certidão expedida pelo órgão competente indicando o tipo de aposentadoria (somente para os aposentados em cargo/emprego/função públicos, desde que as funções estejam previstos nas acumulações legais previstas pela Constituição Federal) – original;
 - y) Não poderá ser empossado o candidato que receber proventos em virtude de aposentadoria pelo exercício de cargo/emprego/função na Administração Direta Municipal, Estadual ou Federal, conforme o disposto no § 10, do artigo 37, da Constituição Federal, com redação alterada pelas Emendas Constitucionais 19/98 e 20/98.
- 8.9 A admissão e o exercício far-se-ão na forma estabelecida na Legislação.
- 8.10 A aprovação do candidato não isenta o mesmo da apresentação dos documentos pessoais exigíveis para a admissão.
- 8.11 Independentemente da aprovação nas provas, os candidatos somente serão admitidos se aprovados nos exames médicos, para constatação de aptidão física e mental.
- 8.12 Caso haja necessidade, a Prefeitura Municipal de Monte Mor poderá solicitar documentos complementares.
- 8.13 Fica a critério da Prefeitura Municipal de Monte Mor o estabelecimento da jornada de trabalho a ser cumprida – horário flexível, podendo ser em período diurno e/ou noturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados.
- 8.13.1 Não cabe ao candidato a escolha do horário e local e trabalho, devendo o mesmo atender à necessidade da Administração.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9.1 Caberá à Secretária Municipal de Educação do Município de Monte Mor a homologação do Processo Seletivo.
- 9.2 A Prefeitura Municipal de Monte Mor e o Instituto INDEC não se responsabilizam por eventuais prejuízos aos candidatos decorrentes de:
- a) Endereço não atualizado;
 - b) Endereço de difícil acesso;
 - c) Correspondência devolvida pela ECT por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato; e
 - d) Correspondência recebida por terceiros.
- 9.3 A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a tácita aceitação das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas no Edital de Abertura e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.
- 9.4 É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar as publicações de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo, que venham a ser feitas no Diário do Município e no site do Instituto INDEC, <https://institutoindec.org.br>, não sendo aceita a alegação de desconhecimento das normas do certame.**
- 9.5 Serão publicados no Diário do Município apenas o Edital de Abertura, Edital de Convocação para a Prova Objetiva, Resultado Preliminar da Prova Objetiva, Resultado Final e Homologação. As demais publicações serão divulgadas no site do INDEC www.institutoindec.org.br e/ou da Prefeitura Municipal de Monte Mor.
- 9.6 Motivará a eliminação do candidato do Processo Seletivo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital e/ou nas instruções constantes na prova, o candidato que:



- a) apresentar-se após o horário estabelecido para fechamento dos portões do prédio, inadmitindo-se qualquer tolerância;
 - b) não comparecer às provas seja qual for o motivo alegado;
 - c) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
 - d) não apresentar o documento que bem o identifique;
 - e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
 - f) ausentar-se do local de provas antes do tempo mínimo de permanência;
 - g) ausentar-se da sala de provas levando folha de respostas ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
 - h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
 - i) for apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo da deflagração do procedimento cabível;
 - j) for surpreendido em comunicação com outras pessoas, dando ou recebendo auxílio para a execução das provas, ou utilizando-se de livros, notas ou impressos não permitidos ou máquina calculadora ou similar;
 - k) estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico ou de comunicação;
 - l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas ou com os demais candidatos.
 - m) prestar, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
 - n) fotografar, filmar a realização de sua prova ou de terceiros ou registrar qualquer imagem do local de aplicação das provas;
 - o) descumprir qualquer regra estabelecida neste Edital, nas retificações e no Edital de Convocação para a realização das provas.
- 9.7 A Prefeitura Municipal de Monte Mor e o Instituto INDEC se eximem das despesas decorrentes de viagens e estadias dos candidatos para comparecimento a qualquer das fases deste Processo Seletivo, bem como da responsabilidade sobre material e/ou documento eventualmente esquecidos nos locais das provas.
- 9.8 O não atendimento pelo candidato, a qualquer tempo, de quaisquer das condições estabelecidas neste Edital, implicará em sua eliminação do Processo Seletivo.
- 9.9 Decorridos 90 dias da data da publicação da homologação e não caracterizando qualquer óbice, é facultado o descarte dos registros escritos, mantendo-se, porém, pelo prazo de validade do Processo Seletivo, os registros eletrônicos.
- 9.10 Sem prejuízo das sanções criminais cabíveis, a qualquer tempo, o Instituto INDEC e a Prefeitura Municipal de Monte Mor poderão anular a inscrição, prova ou nomeação do candidato, verificadas falsidades de declaração ou irregularidade no Certame.
- 9.11 O candidato será considerado desistente e excluído do Processo Seletivo quando não comparecer às convocações nas datas estabelecidas ou manifestar sua desistência por escrito.
- 9.12 Para efeito deste Processo Seletivo, considerar-se-á a legislação vigente até a data do término das inscrições.
- 9.10.1 A legislação com entrada em vigor após o término das inscrições não será objeto de avaliação da prova neste Processo Seletivo.
- 9.13 **Não será fornecida informação relativa à convocação, ao resultado das provas e resultado final via telefone ou e-mail, bem como atestados ou declarações pela participação no certame.**
- 9.14 A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades nos documentos, mesmo que verificadas a qualquer tempo, acarretarão a nulidade da inscrição com todas as suas decorrências, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, civil ou criminal.
- 9.15 A Prefeitura Municipal de Monte Mor e o INDEC não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Processo Seletivo.



- 9.16** Para fins deste Processo Seletivo, o candidato deverá manter atualizado seu endereço, desde a inscrição até a publicação da classificação final, no Instituto INDEC e, após esse período, na Prefeitura Municipal de Monte Mor.
- 9.17** Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo do candidato a responsabilidade de acompanhar no Diário do Município e pelos sites do INDEC e da Prefeitura, as eventuais retificações.
- 9.18** Todos os atos relativos a este Processo Seletivo serão publicados no endereço eletrônico <https://institutoindec.org.br>, e pela Prefeitura Municipal de Monte Mor. Após a homologação, somente no Diário do Município.
- 9.19** O candidato aprovado que vier a ser admitido fica ciente de que consta no Edital somente um resumo da função a que está concorrendo e, portanto, estará sujeito a desempenhar todas as atividades que sejam inerentes a sua função.
- 9.20** Não serão fornecidos atestados, declarações, certidões relativas à habilitação, classificação ou nota de candidatos valendo para tal fim os resultados divulgados através do Diário do Município e do site do INDEC.
- 9.21** A publicação dos atos relativos à convocação para exame médico admissional, exame toxicológico e curso de formação, nomeação e posse, após a homologação do Processo Seletivo, serão de competência exclusiva da Prefeitura Municipal de Monte Mor.
- 9.22** Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no artigo 31 da Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011 e ainda a lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.
- 9.23** Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital de Processo Seletivo, o candidato que não o fizer até o segundo dia útil após a publicação do mesmo.
- 9.24** Casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Monte Mor, em conjunto com o INDEC – Instituto Nacional de Desenvolvimento Educacional e Capacitação.
- 9.25** As ocorrências não previstas neste Edital, os casos omissos e duvidosos serão resolvidos em caráter irrecorrível pela Comissão designada para a realização do presente Processo Seletivo e pelo INDEC, no que couber.

10. CRONOGRAMA PREVISTO

DATA/PERÍODO	ATIVIDADES
25/10/22 a 10/11/22	Período de recebimento das inscrições via internet – Pagamento até 11/11/2022
15/11/2022	Publicação dos Candidatos Inscritos e Edital de Deferimento dos candidatos as vagas reservadas às pessoas com deficiência, da solicitação de condição especial e do pedido de critério de pontuação para desempate
16/11/22 a 17/11/22	Prazo recursal referente às vagas reservadas às pessoas com deficiência, da solicitação de condição especial e do pedido de critério de pontuação para desempate

30



22/11/2022	Publicação da análise dos recursos referentes à divulgação da relação de candidatos inscritos para vagas reservadas às pessoas com deficiência e que solicitaram condição especial para a realização da prova e do pedido de critério de pontuação para desempate
02/12/2022	Publicação do Edital de Convocação para a Prova Objetiva
11/12/2022	Data Provável da realização das Provas Objetivas
13/12/2022	Publicação do Gabarito Preliminar das Provas Objetivas e Resultado da Prova de Títulos
14/12/22 a 15/12/22	Prazo recursal referente ao Gabarito Preliminar e Prova de Títulos
20/12/2022	Divulgação das respostas aos recursos contra o Gabarito Preliminar e Prova de Títulos
20/12/2022	Publicação do Gabarito Final
20/12/2022	Publicação do Resultado Preliminar da Prova Objetiva
21/12/22 a 22/12/22	Prazo recursal referente ao Resultado Preliminar
13/01/2023	Divulgação das respostas aos recursos contra o Resultado Preliminar
13/01/2023	Publicação dos Resultados Finais e Homologação do Processo Seletivo

10.1 O cronograma acima pré-estabelecido poderá sofrer alterações e/ou modificações pela Comissão do Processo Seletivo.

Para que chegue ao conhecimento de todos e, no futuro, não se alegue ignorância, é expedido o presente Edital, que vai publicado no lugar de costume e no endereço eletrônico <https://institutoindec.org.br>.

Monte Mor, 24 de outubro de 2022.

SANDRA REGINA CRUZ FERNANDES BRUZON
Secretária Municipal de Educação



ANEXO I – DAS FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES

MERENDEIRA

Preparar e distribuir refeições, selecionando os ingredientes necessários, observando a higiene e a conservação dos mesmos para atender aos cardápios estabelecidos; selecionar os ingredientes necessários ao preparo das refeições, observando o cardápio, quantidades estabelecidas e qualidade dos gêneros alimentícios, temperando e cozinhando os alimentos, para obter o sabor adequado a cada prato e para atender ao programa alimentar da unidade; receber ou recolher louças, talheres e utensílios empregados no preparo das refeições, providenciando sua lavagem e guarda, para deixá-los em condições de uso; distribuir as refeições preparadas, colocando-as em recipientes apropriados, a fim de servir aos alunos; receber e armazenar os produtos, observando data de validade e qualidade dos gêneros alimentícios, bem como a adequação do local reservado a estocagem, visando a perfeita qualidade da merenda; solicitar a reposição dos gêneros alimentícios, verificando periodicamente a posição de estoques e prevenindo futuras necessidades, para suprir a demanda; zelar pela limpeza e higienização de cozinhas e copas, para assegurar a conservação e o bom aspecto das mesmas; providenciar a lavagem e guarda dos utensílios, para assegurar sua posterior utilização; fornecer dados e informações sobre a alimentação consumida na unidade, para a elaboração de relatórios; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

CAIDADOR DE CRIANÇA

Manter e incentivar o espírito de cooperação, a cordialidade, o diálogo, a solidariedade e respeito com as crianças, com a equipe escolar e com a comunidade em geral. Zelar pelo bem-estar das crianças, preocupando-se sempre com a limpeza e ventilação dos locais onde estarão, bem como deixá-los em ordem ao finalizar as tarefas, prevenindo a saúde de forma integrada. Respeitar todas as crianças sem distinção de sexo, orientação sexual, deficiência física ou mental, religião e opinião política, ou decorrente de origem geográfica, étnica e de nacionalidade. Dar atenção a todas as crianças, tratando-as com respeito e carinho. Evitar tecer comentários negativos sobre determinada criança em sua frente ou expor seus problemas na frente de outras crianças ou de adultos que não os seus responsáveis. Chamar a criança pelo nome, não usando apelidos e/ou adjetivos, pejorativos ou não, administrando sempre o tom de voz e sua autoridade sobre ela. Utilizar vestuários adequados às diversas atividades de suas funções, tais como sentar-se ao chão, agachar, entre outros. Auxiliar as crianças durante as refeições, respeitando preferências, ritmos e hábitos alimentares individuais. Auxiliar, com carinho, os bebês no momento da mamadeira e às outras crianças na transição da mamadeira para o copo e a colher. Respeitar o ritmo fisiológico da criança: sonos, evacuações, sensações de frio e de calor, entre outros. Auxiliar as crianças durante o banho diário e ao utilizar o banheiro, ajudando-as quanto ao seu uso e higiene pessoal. Participar ativamente com as crianças durante todo o período de atividades. Desenvolver atividades de recreação e lazer através de jogos e brincadeiras. Proporcionar momentos em que as crianças tenham acesso a brinquedos e materiais em espaços adequados, arejados, limpos e seguros. Manter o ambiente aconchegante, seguro e tranquilo para que as crianças possam passar o dia de forma agradável. Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

OFICINEIRO DE ARTESANATO

O Oficinaireiro de Artesanato deverá ter paciência, criatividade, senso de organização, autocontrole, extroversão, empatia, sensibilidade, capacidade de observação, ser dinâmico, proativo, comunicativo, observador, mediador, saber exercer liderança, compartilhar, propor soluções, estar disposto para as atividades que necessitam movimentos corporais, saber respeitar as diferenças e tratar com urbanidade os profissionais envolvidos e públicos em geral. As atividades propostas deverão ser adaptáveis para espaços diversos, como: auditório, salas multiuso, quadras, salas de aula, biblioteca, espaços alternativos e ambientes externos, e estarão sujeitas à disponibilidade de materiais nas unidades escolares e deverá: Participar da elaboração da proposta do estabelecimento. Buscar uma perspectiva de formação permanente, o aprimoramento do seu desempenho profissional e ampliação do seu conhecimento. Realizar as diversas possibilidades de produzir artes manuais, fornecendo técnicas sobre materiais, ferramentas diversas e estilos. Planejar, organizar, coordenar e orientar o trabalho com as artes visuais e artesanato em geral. Estimular e acompanhar o desenvolvimento das potencialidades artísticas através do uso dos diversos materiais de artesanato, (recicláveis e reaproveitáveis). Preparar e apresentar exposições, objetivando e atualizando a evolução das técnicas na área de artes visuais e artesanato. Proporcionar o domínio de técnicas artesanais e estimular o fazer artístico. Estimular e desenvolver potencial criativo de crianças e adolescentes. Executar tarefas que dão suporte aos projetos na sua área de atuação profissional, dentre outras atividades correlatas. Fomentar a participação dos aprendizes. Manter o local de trabalho organizado. Zelar pelos materiais. Planejar, executar e avaliar o acompanhamento das crianças e adolescentes atendidos. Promover a inclusão de pessoas com deficiência. Promover a participação de novos aprendizes. Ter disponibilidade para participar de cursos e treinamentos. Ter dinamismo, criatividade, iniciativa, flexibilidade, liderança, capacidade de trabalhar em equipe. Elaborar seu horário de acordo com as necessidades da área e do espaço oferecido pela instituição para a qual trabalha. Atender aos Projetos do município e da instituição em que trabalha. Participar de festivais e atividades gerais de estímulo ao artesanato. Adequar-se às normas da unidade escolar e à legislação do município para o cumprimento de seu trabalho e outras tarefas correlatas.



OFICINEIRO DE TEATRO

O Oficinaireiro de Teatro deverá ter paciência, criatividade, senso de organização, autocontrole, extroversão, empatia, sensibilidade, capacidade de observação, ser dinâmico, proativo, comunicativo, observador, mediador, saber exercer liderança, compartilhar, propor soluções, estar disposto para as atividades que necessitam movimentos corporais, saber respeitar as diferenças e tratar com urbanidade os profissionais envolvidos e públicos em geral. As atividades propostas deverão ser adaptáveis para espaços diversos, como: auditório, salas multiuso, quadras, salas de aula, biblioteca, espaços alternativos e ambientes externos, e estarão sujeitas à disponibilidade de materiais nas unidades escolares e deverá: Participar da elaboração da proposta do estabelecimento. Buscar uma perspectiva de formação permanente, o aprimoramento do seu desempenho profissional e ampliação do seu conhecimento. Favorecer possibilidades de compartilhar descobertas, ideias, sentimentos, atitudes, ao permitir a observação de diversos pontos de vista, estabelecendo a relação do indivíduo com o coletivo e desenvolvendo a socialização. Compreender a organização dos papéis sociais como etnias, diferenças culturais e raciais, de costumes e crenças, para a construção da linguagem teatral. Conhecer e distinguir diferentes momentos da História do teatro, os aspectos estéticos predominantes, a tradição dos estilos e a presença desta tradição na produção teatral contemporânea. Explorar a capacidade de teatralidade que a criança vivencia nos jogos de faz de conta. Representar cenas do cotidiano e da literatura estudada. Desenvolver a criatividade, autonomia e autoconfiança. Elaborar seu horário de acordo com as necessidades da área e do espaço oferecido pela instituição. Ter disponibilidade para participar de cursos e treinamentos. Atender aos Projetos do município e da instituição em que trabalha. Participar de festivais e atividades gerais de estímulo à Teatro. Adequar-se às normas da unidade escolar e à legislação do município para o cumprimento de seu trabalho e outras tarefas correlatas.

OFICINEIRO DE MUSICALIZAÇÃO

O Oficinaireiro de Musicalização deverá ter paciência, criatividade, senso de organização, autocontrole, extroversão, empatia, sensibilidade, capacidade de observação, ser dinâmico, proativo, comunicativo, observador, mediador, saber exercer liderança, compartilhar, propor soluções, saber respeitar as diferenças e tratar com urbanidade os profissionais envolvidos e públicos em geral. As atividades propostas deverão ser adaptáveis para espaços diversos, como: auditório, salas multiuso, quadras, salas de aula, biblioteca, espaços alternativos e ambientes externos, e estarão sujeitas à disponibilidade de materiais nas unidades escolares e deverá: Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta do estabelecimento. Buscar uma perspectiva de formação permanente, o aprimoramento do seu desempenho profissional e ampliação do seu conhecimento. Planejar, organizar, coordenar e orientar o trabalho relacionado ao processo de construção do conhecimento musical pesquisando, explorando, improvisando, compondo e interpretando sons de diversas naturezas e procedências. Orientar atividades de construção de instrumentos musicais com materiais alternativos, desenvolvendo o reconhecimento de ritmos, sons e estimulando apresentações culturais. Ter disponibilidade para participar de cursos e treinamentos. Conservar os instrumentos. Sugerir e gerenciar apresentações, despertar o gosto pela música e aprender e conviver com ela. Contribuir para o desenvolvimento cognitivo e emocional, compreendendo a importância da música na sociedade e na vida dos indivíduos. Reverenciar valores culturais, difundindo o senso estético, promovendo a sociabilidade e a expressividade. Elaborar seu horário de acordo com as necessidades da área e do espaço oferecido pela instituição para a qual trabalha. Atender aos Projetos do município e da instituição em que trabalha. Participar de festivais e atividades gerais de estímulo à Musicalização. Adequar-se às normas da unidade escolar e à legislação do município para o cumprimento de seu trabalho e outras tarefas correlatas.

OFICINEIRO DE DANÇA

O Oficinaireiro de Dança deverá ter paciência, criatividade, senso de organização, autocontrole, extroversão, empatia, sensibilidade, capacidade de observação, ser dinâmico, proativo, comunicativo, observador, mediador, saber exercer liderança, compartilhar, propor soluções, estar disposto para as atividades que necessitam movimentos corporais, saber respeitar as diferenças e tratar com urbanidade os profissionais envolvidos e públicos em geral. As atividades propostas deverão ser adaptáveis para espaços diversos, como: auditório, salas multiuso, quadras, salas de aula, biblioteca, espaços alternativos e ambientes externos, e estarão sujeitas à disponibilidade de materiais nas unidades escolares e deverá: Participar da elaboração da proposta do estabelecimento. Proporcionar o desenvolvimento do ritmo, da atenção musical, da coordenação motora e da consciência corporal através dos movimentos da dança, estimulando a memória e a socialização dos participantes, além de trabalhar a correção postural através de alongamentos e flexibilidade, desenvolvendo a coordenação motora, o equilíbrio e o fortalecimento muscular. Expressar e comunicar através de gestos e movimentos, acompanhados ou não de música, de canto, ou de ritmos peculiares. Introduzir o sentido de parceria e cooperação e auxiliar o desenvolvimento motor trabalhando com a sincronia de movimentos. Desenvolver habilidades para criar coreografias. Improvisar e criar sequência de movimentos em grupo. Elaborar seu horário de acordo com as necessidades da área e do espaço oferecido pela instituição para a qual trabalha. Ter disponibilidade para participar de cursos e treinamentos. Atender aos Projetos do município e da instituição em que trabalha. Participar de festivais e atividades gerais de estímulo à Dança. Adequar-se às normas da unidade escolar e à legislação do município para o cumprimento de seu trabalho e outras tarefas correlatas.

OFICINEIRO DE CAPOEIRA

O Oficinaireiro de Capoeira deverá ter paciência, criatividade, senso de organização, autocontrole, extroversão, empatia, sensibilidade, capacidade de observação, ser dinâmico, proativo, comunicativo, observador, mediador, saber exercer



Monte Mor / SP, Segunda-feira, 24 de Outubro de 2022 | Ano III | Edição 585

liderança, compartilhar, propor soluções, estar disposto para as atividades que necessitam movimentos corporais, saber respeitar as diferenças e tratar com urbanidade os profissionais envolvidos e públicos em geral. As atividades propostas deverão ser adaptáveis para espaços diversos, como: auditório, salas multiuso, quadras, salas de aula, biblioteca, espaços alternativos e ambientes externos, e estarão sujeitas à disponibilidade de materiais nas unidades escolares e deverá: Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta do estabelecimento. Buscar uma perspectiva de formação permanente, o aprimoramento do seu desempenho profissional e ampliação do seu conhecimento. Promover atividades que desenvolvam a flexibilidade, o conhecimento físico, a autoconfiança, a postura e o trabalho em equipe. Aprimorar diversas condutas psicomotoras, destacando-se: a coordenação motora, a lateralidade, a organização do espaço temporal, a resistência, a flexibilidade, a agilidade, a destreza e a expressão corporal. Incentivar o sentido de comunidade, estimulando o convívio com outras pessoas, praticando a cooperação, a lealdade, a cortesia, o respeito mútuo e a disciplina. Ter disponibilidade para participar de cursos e treinamentos. Desenvolver a prática de Capoeira Jogo, estimulando a criatividade de movimentos, expressão corporal, favorecendo e enriquecendo a cultura popular brasileira. Elaborar seu horário de acordo com as necessidades da área e do espaço oferecido pela instituição para a qual trabalha. Atender aos Projetos do município e da instituição em que trabalha. Participar de festivais e atividades gerais de estímulo à Capoeira. Adequar-se às normas da unidade escolar e à legislação do município para o cumprimento de seu trabalho e outras tarefas correlatas.

OFICINEIRO DE XADREZ E JOGOS DE TABULEIRO

O Oficinaireiro de Xadrez e Jogos de Tabuleiro deverá ter paciência, criatividade, senso de organização, autocontrole, extroversão, empatia, sensibilidade, capacidade de observação, ser dinâmico, proativo, comunicativo, observador, mediador, saber exercer liderança, compartilhar, propor soluções, saber respeitar as diferenças e tratar com urbanidade os profissionais envolvidos e públicos em geral. As atividades propostas deverão ser adaptáveis para espaços diversos, como: auditório, salas multiuso, quadras, salas de aula, biblioteca, espaços alternativos e ambientes externos, e estarão sujeitas à disponibilidade de materiais nas unidades escolares e deverá: Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta do estabelecimento. Buscar uma perspectiva de formação permanente, o aprimoramento do seu desempenho profissional e ampliação do seu conhecimento. Promover atividades que desenvolvam a concentração, o conhecimento de regras, a autoconfiança, a postura e o trabalho individual e em equipe. Aprimorar diversas condutas psicomotoras e cognitivas, destacando-se: a coordenação motora, a lateralidade, a organização do espaço, a agilidade, conhecimento de regras e a destreza. Desenvolver oficinas de jogos de tabuleiro clássico como: Go, Luta na Selva, Mancala, Jogo da Onça, Tafl (jogos nórdicos), Trilha (ou jogo do moinho), Xadrez, Shogi (xadrez japonês), Xiangqi (ou xadrez chinês), Chaturanga, Chaturaji; ou Jogos de Tabuleiro Moderno como: A Guerra dos Tronos, Agrícola, Amazonas, Batalha Naval, Cara a Cara, Cilada, Combate, Damas Chinesas, Detetive, RPG (dungeons & dragons), outras como, futebol de botão, construção de jogos, dentre outras. Estimular o convívio com outras pessoas, praticando a cooperação, a lealdade, a cortesia, o respeito mútuo e a disciplina. Ter disponibilidade para participar de cursos e treinamentos. Desenvolver a prática de xadrez e os jogos de tabuleiro, estimulando a criatividade. Elaborar seu horário de acordo com as necessidades da área e do espaço oferecido pela instituição para a qual trabalha. Atender aos Projetos do município e da instituição em que trabalha. Participar de festivais e atividades gerais de estímulo à Capoeira. Adequar-se às normas da unidade escolar e à legislação do município para o cumprimento de seu trabalho e outras tarefas correlatas.

OFICINEIRO DE KUNG FU

O Oficinaireiro de Kung Fu deverá ter paciência, criatividade, senso de organização, autocontrole, extroversão, empatia, sensibilidade, capacidade de observação, ser dinâmico, proativo, comunicativo, observador, mediador, saber exercer liderança, compartilhar, propor soluções, estar disposto para as atividades que necessitam movimentos corporais, saber respeitar as diferenças e tratar com urbanidade os profissionais envolvidos e públicos em geral. As atividades propostas deverão ser adaptáveis para espaços diversos, como: auditório, salas multiuso, quadras, salas de aula, biblioteca, espaços alternativos e ambientes externos, e estarão sujeitas à disponibilidade de materiais nas unidades escolares e deverá: Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta do estabelecimento. Buscar uma perspectiva de formação permanente, o aprimoramento do seu desempenho profissional e ampliação do seu conhecimento. Promover atividades que desenvolvam a flexibilidade, o conhecimento físico, a autoconfiança, a postura e o trabalho em equipe. Aprimorar diversas condutas psicomotoras, destacando-se: a coordenação motora, a lateralidade, a organização do espaço temporal, a resistência, a flexibilidade, a agilidade, a destreza e a expressão corporal. Incentivar o sentido de comunidade, estimulando o convívio com outras pessoas, praticando a cooperação, a lealdade, a cortesia, o respeito mútuo e a disciplina. Ter disponibilidade para participar de cursos e treinamentos. Desenvolver a prática do Kung Fu estimulando a criatividade de movimentos, expressão corporal, favorecendo e enriquecendo o conhecimento corporal dos alunos. Elaborar seu horário de acordo com as necessidades da área e do espaço oferecido pela instituição para a qual trabalha. Atender aos Projetos do município e da instituição em que trabalha. Participar de festivais e atividades gerais de estímulo à Capoeira. Adequar-se às normas da unidade escolar e à legislação do município para o cumprimento de seu trabalho e outras tarefas correlatas.

NUTRICIONISTA

Planejar e elaborar cardápios, baseando-se na observação da aceitação dos alimentos pelos comensais e nos estudos dos meios e técnicas de preparação dos mesmos; acompanhar o trabalho do pessoal responsável pelo preparo e distribuição dos alimentos, supervisionando o preparo e a distribuição de refeições; acompanhar e conferir o recebimento dos gêneros alimentícios, sua armazenagem e distribuição; zelar pela ordem e manutenção de boas condições higiênicas, observando,



analisando o ambiente interno, orientando e supervisionando os funcionários, assim como providenciando medidas adequadas para a solução de problemas pertinentes, na intenção de se oferecer uma alimentação sadia e o aproveitamento das sobras de alimentos; realizar auditoria, consultoria, assessoria e palestras em nutrição e dietética; preparar listas de compras de produtos utilizados, baseando-se no cardápio e no número de refeições a serem servidas e no estoque existente; zelar pela conservação dos alimentos estocados, providenciando as condições necessárias para evitar deterioração e perdas; participar, conforme a política interna da secretaria municipal de educação, de programas de treinamento, projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino e extensão; elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade; trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental; executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática; executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função. Executar atividades correlatas ao cargo.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - PEB I

DESCRIÇÃO SINTÉTICA-Compreende os cargos que se destinam à regência de classe e ou aula de educação infantil, ensino fundamental anos iniciais e suplência – EJA, bem como à execução de trabalhos relativos à implementação das grades curriculares e à coordenação de disciplinas.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; ministrar aula de acordo com o Projeto Pedagógico da Unidade Escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar aos alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; avaliar os educandos em seu desenvolvimento global; estabelecer estratégias de intervenção no processo de aprendizagem dos educandos que apresentam dificuldades, implementando estratégias mais adequadas; encaminhar diário de classe contendo frequência, descrição das atividades, conteúdos desenvolvidos, conceitos ou fichas de avaliação do aluno ao Diretor de Escola ou Professor Coordenador Pedagógico da unidade escolar em que está lecionando; colaborar e participar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem; participar dos projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou reciclagem dos métodos aplicados junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade do exercício da cidadania, ética, bem como frequência escolar das crianças do município; realizar pesquisas na área da educação; cumprir todas as tarefas que a Unidade Escolar defina como indispensável para que a mesma atinja seus fins educacionais ou como relevantes para o processo de ensino-aprendizagem; solicitar a presença de outro profissional, sempre que houver necessidade de ausentar-se da sala ou de distanciamento da turma, para que os alunos não fiquem sozinhos; executar outras atribuições afins.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA PEB II – (ARTE, CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO FÍSICA, GEOGRAFIA, HISTÓRIA, INGLÊS, LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA)

DESCRIÇÃO SINTÉTICA-Compreende os cargos que se destinam à regência de AULA NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS, FINAIS E SUPLENÇA - EJA, inclusive educação especial, bem como a execução de trabalhos relativos à implementação das grades curriculares e à coordenação de disciplinas.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; ministrar aula de acordo com o Projeto Pedagógico da Unidade Escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar aos alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; avaliar os educandos em seu desenvolvimento global; estabelecer estratégias de intervenção no processo de aprendizagem dos educandos que apresentam dificuldades, implementando estratégias mais adequadas; encaminhar diário de classe contendo frequência, descrição das atividades, conteúdos desenvolvidos, conceitos ou fichas de avaliação do aluno ao Diretor de Escola ou Professor Coordenador Pedagógico da unidade escolar em que está lecionando; colaborar e participar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem; participar dos projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou reciclagem dos métodos aplicados junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade do exercício da cidadania, ética, bem como frequência escolar das crianças do município; realizar pesquisas na área da educação; cumprir todas as tarefas que a Unidade Escolar defina como indispensável para que a mesma atinja seus fins educacionais ou como relevantes para o processo de ensino-aprendizagem; solicitar a presença de outro profissional, sempre que houver necessidade de ausentar-se da sala ou de distanciamento da turma, para que os alunos não fiquem sozinhos; executar outras atribuições afins.



PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA PEB II – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS/ INTÉRPRETE DE LIBRAS

DESCRIÇÃO SINTÉTICA - compreende as funções que se destinam a efetuar a interpretação de duas línguas (Libras/Língua Portuguesa), nas escolas da rede municipal de ensino que mantém alunos com necessidades especiais.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS: Participar da elaboração e execução do projeto político pedagógico da escola; planejar e executar o trabalho docente, orientar o processo de ensino aprendizagem e avaliação do aluno, procedendo ao registro das observações; cooperar com a equipe diretiva da escola, colaborando com as atividades de articulação da instituição com as famílias e a comunidade; participar do horário de trabalho pedagógico coletivo, planejamento, momentos de avaliação discente e docente, capacitação e formação profissional. Operar e instruir alunos no uso de linguagens e equipamentos específicos para a deficiência apresentada; promover atividades junto aos alunos que proporcionem o seu convívio com a língua brasileira de sinais; contar histórias e realizar brincadeiras próprias da cultura surda; prestar assistência ao professor em sala no que se refere ao uso da linguagem de libras, favorecendo a sua relação com os alunos surdos, bem como a relação entre estes e os alunos ouvintes; acompanhar o pleno desenvolvimento dos alunos surdos ao longo do ano letivo; ministrar aula utilizando a língua de sinais nas diferentes modalidades, etapas e níveis de ensino como meio de comunicação e interlocução; auxiliar o professor do aluno favorecendo o conhecimento e a aquisição de termos científicos, de acordo com o estágio de desenvolvimento da língua de sinais em que o aluno se encontra; colaborar para o aprendizado dos conteúdos curriculares em estudo e na sala de aula; ministrar aulas de libras para o professor, pais e alunos; executar outras tarefas de mesma natureza e nível de dificuldade.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

DESCRIÇÃO SINTÉTICA - compreende as funções que se destinam à docência de salas de recurso, e/ou projetos da Secretaria Municipal de Educação, bem como acompanhamento individual de alunos com necessidades especiais e/ou acompanhamento em grupos.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS: - participar da elaboração e execução do projeto político pedagógico da escola; orientar a aprendizagem dos alunos portadores de deficiências; participar do planejamento das atividades da escola; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; planejar e executar o trabalho docente; orientar o processo de ensino aprendizagem e avaliação do aluno, procedendo ao registro das observações; cooperar com a equipe diretiva da escola, colaborando com as atividades de articulação da Instituição das famílias e comunidade; participar do planejamento, momentos de validação, cursos de formação continuada; operar e instruir alunos no uso da linguagem e equipamentos específicos para a deficiência apresentada; prestar assistência e orientar o professor em sala de aula; auxiliar o professor do aluno favorecendo o conhecimento e aquisição de termos científicos de acordo com a deficiência apresentada; colaborar para o aprendizado dos conteúdos curriculares em estudo e na sala de aula; desenvolver atividades na sala de recursos multifuncionais instalada nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Educação; acompanhar os alunos com deficiência na sua sala de aula, assim como orientar os professores da Unidade Escolar; executar outras atribuições afins.



ANEXO II – DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

Para a função de Merendeira

PORTUGUÊS: Substantivos (Gênero, número e grau), Artigos, Preposição, Pronomes, Adjetivos, Verbos – conjugação, Comparação de palavras entre si: sinônimo e antônimo, Acentuação e sinais gráficos, Ortografia, Sinais de pontuação, Análise e interpretação de textos.

MATEMÁTICA: As quatro operações, Medidas de tempo, Noções de: dúzia, arroba, dezena, centena, milhar, etc., Problemas sobre: as quatro operações, Problemas sobre: peso, tempo, medidas de: massa, tempo, área etc., Problemas sobre: sistema métrico, Sistema Monetário Nacional: (Real).

ENSINO MÉDIO COMPLETO

Para as funções de Cuidador de Crianças, Oficineiro de Artesanato, Oficineiro de Capoeira, Oficineiro de Dança, Oficineiro de Kung Fu, Oficineiro de Musicalização, Oficineiro de Teatro e Oficineiro de Xadrez e Jogos de Tabuleiro

PORTUGUÊS (CONTEÚDO COMUM PARA TODAS AS FUNÇÕES DE NÍVEL MÉDIO): Ortografia, Acentuação gráfica, Pontuação, Classes de palavras: artigo, nome, pronome, verbo, palavras relacionadas (preposição e conjunção), Flexão nominal, Concordância nominal, Flexão verbal: número pessoal e modo temporal, Concordância verbal, Formação de palavra: composição e derivação portuguesa, Estrutura da frase portuguesa: a- termos da oração; b- coordenação e subordinação, Regência nominal e verbal, Colocação pronominal, Sinonímia, antonímia, polissemia, denotação e conotação, Recursos linguísticos (linguagem figurada), Redação, Interpretação de textos.

MATEMÁTICA (CONTEÚDO COMUM PARA TODAS AS FUNÇÕES DE NÍVEL MÉDIO): Propriedades, Simplificação de radicais, Operações radicais, Racionalização simples, Equações incompletas, Resolução de uma equação, Sistema simples de equações, Equações de 1º e 2º Grau – resolução – problemas, Noções de relação e função, Função de 1º Grau, Funções, Função constante, Relação e função: noções gerais, domínio, imagem, Razão e proporção, Grandezas proporcionais, Regra de três simples, Regra de três composta, Porcentagem, Juros (Simples e Composto), Conjunto de números inteiros: operações, Conjunto de números racionais: operações, Expressões algébricas: operações, Radicais: operações, simplificação, racionalização, propriedades.

CONHECIMENTOS GERAIS:

CUIDADOR DE CRIANÇAS

HISTÓRIA: História Geral – Grandes Civilizações, Personagens Históricos, A Conquista da América, Mercantilismo e o Sistema Colonial. O Renascimento Cultural Europeu, Revoluções, Iluminismo, Revolução Industrial. Idade Média. A Revolução Francesa, A Primeira Guerra Mundial, A Década do Pós-Guerra, A Segunda Guerra Mundial. **História do Brasil** - Balaiada, Guerra de Canudos, Bandeirantes, Brasil Colônia, Brasil República, Descobrimento do Brasil, Capitanias Hereditárias, Escravidão no Brasil, Abolição da Escravatura, Guerra do Paraguai, Índios do Brasil, Invasão Holandesa no Brasil, Guerra dos Emboabas, Guerra dos Farrapos, Guerra dos Farrapos, Brasil, Imigração, Era Vargas. **GEOGRAFIA: Geografia Geral** - Hidrografia, Mapas, África, América do Norte, América Central, América do Sul, Ásia, Geopolítica, Geografia Física, Produção e Consumo de Energia e Minerais Metálicos. **Geografia do Brasil** - Industrialização Brasileira, Urbanização Brasileira, Agropecuária, Questões Ambientais. Clima do Brasil, Mapas do Brasil, Desmatamento no Brasil, Rio Amazonas, MERCOSUL, Dados geográficos, Relevo Brasileiro, Efeito Estufa, Aquífero Guarani, Hidrografia, Vegetação. **ATUALIDADES:** Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, segurança, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental e ecologia, e suas vinculações históricas.



CONHECIMENTOS EM LEGISLAÇÃO:

OFICINEIRO ESCOLAR (Todos)

Conhecimentos de legislação sobre a Lei nº 8.069, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criada em 13 de julho de 1990 e conhecimentos de legislação sobre a Lei 9.394/1996 conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) criada em 20 de dezembro de 1996.

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

Para a função de Nutricionista

PORTUGUÊS: Ortografia, Acentuação gráfica, Pontuação, Classes de palavras: artigo, nome, pronome, verbo, palavras relacionadas (preposição e conjunção), Flexão nominal, Concordância nominal, Flexão verbal: número pessoal e modo temporal, Concordância verbal, Formação de palavra: composição e derivação portuguesa, Estrutura da frase portuguesa: a- termos da oração; b- coordenação e subordinação, Regência nominal e verbal, Colocação pronominal, Sinonímia, antonímia, polissemia, denotação e conotação, Recursos linguísticos (linguagem figurada), Redação, Interpretação de textos.

MATEMÁTICA: Propriedades, Simplificação de radicais, Operações radicais, Racionalização simples, Equações incompletas, Resolução de uma equação, Sistema simples de equações, Equações de 1º e 2º Graus – resolução – problemas, Noções de relação e função, Função de 1º Grau, Funções, Função constante, Relação e função: noções gerais, domínio, imagem, Razão e proporção, Grandezas proporcionais, Regra de três simples, Regra de três composta, Porcentagem, Juros (Simples e Composto), Conjunto de números inteiros: operações, Conjunto de números racionais: operações, Expressões algébricas: operações, Radicais: operações, simplificação, racionalização, propriedades.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Administração de Serviços de Alimentação: saneamento e segurança na produção de alimentos, aspectos físicos dos serviços de alimentação, equipamentos para cozinhas institucionais programas de alimentação para coletividades, organização de lactários. Caracteres organolépticos. Seleção, conservação e custo. Fatores influentes na elaboração de cardápios e requisição de gêneros alimentícios. Métodos de avaliação do estado nutricional. Nutrição e saúde pública: diagnóstico do estado nutricional de populações, nutrição e infecções, epidemiologia da desnutrição. Nutrição em Saúde Pública: noções de epidemiologia das doenças nutricionais, nutrição e infecção, má nutrição protéico-energética, anemias nutricionais, hipovitaminose A, bócio endemias, cárie dental, vigilância nutricional, atividades de nutrição em programas integrados de saúde pública. Dietoterapia, Diabetes Mellitus, Nutrição e Câncer. Nutrição Materno Infantil: crescimento e desenvolvimento, gestão e lactação, nutrição do lactente e da: dietas progressivas hospitalares, nas enfermidades do trato gastrointestinal, obesidade e magreza, estados infecciosos, pré e pós-operatório, anemias, queimaduras, alergias alimentares, doenças renais, cardiovasculares, neuropsíquicas, criança de baixo peso; desnutrição na infância. Planejamento de cardápios: Pré-preparo e preparo dos alimentos: operações preliminares de divisão, operações para união, perdas e fatores de correção, métodos e técnicas de cocção. Técnica dietética: conceitos, objetivos, relevância. Alimentos: conceito, classificação e composição química. Legislação do Sistema Único de Saúde - SUS. Código de Ética Profissional. Legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, Microbiologia dos Alimentos. Demais conhecimentos compatíveis com as atribuições do cargo.

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

Para as funções de Professor de Educação Básica - PEB I, Professor de Educação Básica PEB II – Arte, Professor de Educação Básica, PEB II – Ciências, Professor de Educação Básica PEB II – Educação Física, Professor de Educação Básica PEB II – Geografia, Professor de Educação Básica PEB II – História, Professor de Educação Básica PEB II – Inglês, Professor de Educação Básica PEB II – Língua Brasileira de Sinais/ Intérprete de Libras, Professor de Educação Básica PEB II – Língua Portuguesa, Professor de Educação Básica PEB II – Matemática e Professor de Educação Especial



PORTUGUÊS: Ortografia, Acentuação gráfica, Pontuação, Classes de palavras: artigo, nome, pronome, verbo, palavras relacionadas (preposição e conjunção), Flexão nominal, Concordância nominal, Flexão verbal: número pessoal e modo temporal, Concordância verbal, Formação de palavra: composição e derivação portuguesa, Estrutura da frase portuguesa: a- termos da oração; b- coordenação e subordinação, Regência nominal e verbal, Colocação pronominal, Sinonímia, antonímia, polissemia, denotação e conotação, Recursos linguísticos (linguagem figurada), Redação, Interpretação de textos.

MATEMÁTICA: Propriedades, Simplificação de radicais, Operações radicais, Racionalização simples, Equações incompletas, Resolução de uma equação, Sistema simples de equações, Equações de 1º e 2º Grau – resolução – problemas, Noções de relação e função, Função de 1º Grau, Funções, Função constante, Relação e função: noções gerais, domínio, imagem, Razão e proporção, Grandezas proporcionais, Regra de três simples, Regra de três composta, Porcentagem, Juros (Simples e Composto), Conjunto de números inteiros: operações, Conjunto de números racionais: operações, Expressões algébricas: operações, Radicais: operações, simplificação, racionalização, propriedades.

CONHECIMENTOS EDUCACIONAIS:

Constituição da República Federativa do Brasil - 1988. (Artigos 5º, 6º, 205 a 214).
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - 9394/96 Atualizada Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008.
Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. 2013.
Lei Nº 13.005 de 25 de Junho 2014 - Plano Nacional De Educação. Brasília, 2014
Base Nacional Comum Curricular 2017.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – PEB I

Reflexões sobre alfabetização, Concepções de linguagem e escrita, As relações entre ensino e aprendizagem na sala de aula, A Metodologia nas áreas do conhecimento, A importância do jogo na educação, Análise e interpretação de textos, A leitura, A Literatura Infantil – 1ª A 4ª série, O comportamento infantil – 7 a 10 anos, A criança e as normas escolares, Planejamento, Currículo, Conteúdos, Estatuto da Criança e do Adolescente, Leis e Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Proposta Construtivista, Avaliação e Progressão Continuada, Plano de Carreira Municipal e Plano Nacional de Educação.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

FERREIRO, E. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortês/Autores Associados, 1985.
FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.
LERNER, D. Ler e escrever na escola. O real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002.
MARCUSCHI, L. A. Da fala para a escrita: atividades de reatualização. São Paulo: Cortez, 2001.
BRASIL. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educacional. Lei 9394/96.
BRASIL. Decreto. ECA. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº8069, de 13/07/90. Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Niterói, 2001.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Política Nacional de Educação Infantil. Brasília, 1994a.
BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara De Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB 5/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA PEB II - ARTE

HISTÓRIA GERAL DA ARTE: - Significados da Arte; - A Arte na pré-História; - Renascimento, Barroco e Classicismo; - Arte Moderna – Sec. XX. - Arte Pós-Moderna e Contemporânea. HISTÓRIA DA ARTE NO BRASIL: - Arte Colonial - Arte Brasileira no Século XIX. - Arte Moderna no Século XX. - Arte Contemporânea no Brasil. EXPRESSÃO PLÁSTICA: - Elementos Visuais e Ordenações Perspectivas nos Espaços Bi e Tridimensionais. METODOLOGIA, TEORIA E PRÁTICA NA EDUCAÇÃO ARTÍSTICA: - Fundamentos da Arte – Educação. - A Arte e o Desenvolvimento da Criatividade. - A Expressão Individual. - Apreciação Estética. - Materiais e Técnicas de Expressão Plástica. - A Avaliação nas Aulas de Educação Artística. O ENSINO DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL: - O conhecimento Arte no currículo escolar: razão e finalidades. - A metodologia do ensino de Arte. - O desenvolvimento expressivo nas diferentes áreas artísticas e suas relações com o desenvolvimento biológico, afetivo, cognitivo e sócio – cultural do ser humano. - As diferentes linguagens artísticas e a educação.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos: Teoria e Prática da Educação Artística. 14ª ed. São Paulo. Ed. Cultix, 1.995. - A Imagem no Ensino da Arte. São Paulo, Porto Alegre: Perspectiva, 1.991.
CAMARGO, Luis (Org.): Arte – Educação: da Pré – Escola à Universidade. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nobel, 1.994.
CAVALCANTI, Zélia (Coord): Arte na sala de aula. Porto Alegre. Artes Médicas, 1.995.
FERRAZ, Maria Heloisa Corrêa de Toledo. FUSARI, Maria F. de Rezende: Metodologia do Ensino da Arte. São Paulo. Ed. Cortez, 1.993.
FUSARI, Maria F. de Rezende. FERRAZ, Maria Heloisa Corrêa de Toledo: Arte na Educação Escolar. São Paulo. Ed. Cortez, 1.993. BRASIL.



Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1.997. v.6. SÃO PAULO (Estado).

Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Proposta curricular para o ensino de Educação Artística: 1º grau. São Paulo: SE/CENP, 1.991. - Proposta curricular para o ensino de Educação Artística: 2º grau. São Paulo: SE/CENP, 1.992.

PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA PEB II - CIÊNCIAS

Ar: 1.1. Composição; propriedades e respectivas aplicações. 1.2 camadas da atmosfera. 1.3. Pressão atmosférica (variações da pressão atmosférica, medida da pressão atmosférica, formação de vento, as massas do ar). 1.4. Previsão do tempo. 1.5. ar e saúde. 1.6. Preservação do ar. 2. Água: 2.1. Composição, 2.2. Propriedades; 2.3. Estados físicos e as mudanças de fase da água. 2.4. o ciclo e formação da água na natureza. 2.6. Água e saúde. 2.7. Saneamento básico. 3. Solo: 3.1. Como se formam os solos (as rochas); 3.2. Composição; 3.3. Tipos; 3.4. Função; 3.5. o solo e a nossa saúde. 4. Vírus: 4.1. Estrutura; 4.2. Reprodução; 4.3. Importância do estudo. 5. Moneras, protistas e fungos: 5.1. Representantes; 5.2. Ecologia; 5.3. Características da célula; 5.4. Caracteres morfofisiológicos; 5.5. Importância do estudo dos benefícios e malefícios para os seres humanos. 6. Evolução dos seres vivos: 6.1. Fóssil e sua importância; 6.2. Seres vivos e adaptação; 6.3. Seleção natural/mutação; categorias de classificação; 6.5. Nomenclatura científica básica de classificação dos seres vivos. 7. Animais: 7.1. ordenação evolutiva da filogenia dos principais grupos do reino animal com seus respectivos representantes. 7.2. Estudo dos Políferos e celenterados (ecologia, principais caracteres morfofisiológicos, reprodução e importância do estudo); 7.3. Estudo dos platelmintos, Nematelmintos e Anelídeos (ecologia, principais caracteres diferenciais morfofisiológicos, reprodução e importância do estudo). 7.4. Estudo dos moluscos (classificação dos principais representantes, ecologia, caracteres básicos morfofisiológicos, reprodução e importância do estudo). 7.5. Estudo dos vertebrados superiores (peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos): classificação, ecologia, caracteres básicos morfofisiológicos, reprodução e importância do estudo. 8. Vegetais: 8.1. os grandes grupos de vegetais (ordenação evolutiva com seus respectivos representantes e características da célula vegetal); 8.2. Algas pluricelulares (características, ecologia, classificação e importância); 8.3. Briófitas e Pteridófitas (caracteres morfofisiológicos básicos diferenciais, ecologia, reprodução e utilidade); 8.4. Gimnospermas: representantes, reprodução e importância; 8.5. Angiosperma: classificação e representantes, caracteres estruturais, fisiológicos e importância (raiz, caule, folha, flor, fruto e semente). 9. Corpo humano: 9.1. Célula (características da célula animal partes com seus respectivos componentes e função); 9.2. Tecido: conceito, tipos (classificação) e função; 9.3. Sistemas digestivo, respiratório, circulatório, nervoso e reprodutor: composição (órgão) e principais considerações funcionais destes sistemas; 9.4. Educação sexual; 9.5. Drogas (fumo, álcool e estimulantes) e seus efeitos. Matéria: 10.1. Conceito; 10.2. Tipos; 10.3. Propriedade (gerais e específicas) energia (modalidade, transformações e unidade de mediada); 10.5. diferenças entre fenômenos químicos e físicos; 10.6. Substâncias: simples, compostas/uso das substâncias na indústria; 10.7. Funções químicas: ácidos, bases, sais e óxidos (diferenças e aplicabilidades); 10.8. Características diferenciais das misturas e das combinações; 10.8.1. Misturas e seus processos de fracionamento; 10.8.2. Combinações ou reações químicas – tipos e fatores que a influenciam; 10.9. Movimento: conceito, tipos e seus fatores; massa, força e aceleração. o ensino de ciências na base nacional comum curricular.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BASTOS, F. **Construtivismo: ensino de Ciências**. In: NARDI, R. (Org.). Questões atuais no ensino de Ciências. Escrituras, São Paulo: 2005.

CACHAPUZ, Antonio et al. **A Necessária renovação do ensino de Ciências**. Cortez, São Paulo: 2005.

CAMPES, Maria Cristina da Cunha; NIGRO, Rogério Gonçalves. **Teoria e Prática em Ciências na Escola: O Ensino Aprendizagem como Investigação**. FTD, São Paulo: 2009.

CARVALHO, Ana Maria Pessoa, et. al. **Ciências do Ensino Fundamental: O Conhecimento Físico**. Scipione, São Paulo: 2009.

CHASSOT, A. **A ciência através dos tempos**. Moderna, São Paulo: 1994.

HENNING, Georg J. **Metodologia do Ensino de Ciências**. 2a ed. Mercado Aberto. Porto Alegre: 1994.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. Cortez, São Paulo: 2005.

POZO, Juan Ignacio; CRESPO, Miguel Angel Gomez. **A Aprendizagem e o Ensino de Ciências**. 5ª Ed. Artmed, Porto Alegre: 2009.

RODRIGUES, Rosicler Martins. **Vida e Saúde**. 3a ed. Moderna, São Paulo: 1993.

SADAVA, D. H (org) **Vida: a ciência da biologia**. 3v. Artmed, Porto Alegre: 2009.

SASSERON, Lucia Helena; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Alfabetização científica: uma revisão bibliográfica. Investigações em Ensino de Ciências**.

SILVA, Jr., César da; SASSON, Sezar. **Biologia**. 4a ed. Saraiva, São Paulo: 1995. v.1, 2 e 3.

WARD, Julie Helen; HEWLETT, Claire; RODEN, Judith. **Ensino de ciências**. Artmed, Porto Alegre: 2010.

LENZI, Ervim; FAVERO, Luzia Otília Bortolli. **Introdução à Química da Atmosfera: Ciência, vida e sobrevivência**. Livros Técnicos e Científicos, Rio de Janeiro: 2012.

MARZZOCO, Anita; TORRES, Bayardo, B. **Bioquímica básica**. 3. ed., Guanabara Koogan, Rio de Janeiro:2007.

ROCHA, J. C.; ROSA, A. H.; CARDOSO, A. A. **Introdução à química ambiental**. 2. ed., Bookman, Porto Alegre: 2009.

SOLOMONS, T. W. G. **Química Orgânica**. LTC, Rio de Janeiro: 2009. v. 1 e 2.

ZANON, Lenir Basso; MALDANER, Otavio Aluísio. (Orgs.). **Fundamentos e propostas de ensino de Química para a**



Educação Básica no Brasil. Unijuí Ijuí, 2007.

HEWITT, Paul G. **Física conceitual.** Tradução: Trieste Freire Ricci; revisão técnica: Maria Helena Gravina, 11. ed., Bookman, Porto Alegre: 2011.

MENEZES, Luis Carlos de. **A matéria uma aventura do espírito: fundamentos e fronteiras do conhecimento físico.** Livraria da Física, São Paulo: 2005.

OLIVEIRA, Ivan S. **Física Moderna: para iniciados, interessados e aficionados.** vol. 1 e 2. Editora Livraria da Física, São Paulo: 2005.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA PEB II - EDUCAÇÃO FÍSICA

Fundamentos da Educação Física; Concepções da Educação Física; Objetivos da Educação Física; Aspectos Técnicos, Políticos e Pedagógicos da Educação Física Escolar; Desenvolvimento Humano – Aprendizagem Motora; Recreação Escolar; Anatomia/Fisiologia do Exercício; Qualidade de Vida; Diretrizes Curriculares de Educação Física. Corpo, Sociedade e a Construção da Cultura Corporal de Movimento. Dimensões Biológicas Aplicadas À Educação Física E Ao Esporte: As Mudanças Fisiológicas Resultantes Da Atividade Física. Esporte e Jogos: Competição, Cooperação e Transformação Didático-Pedagógica. Crescimento e Desenvolvimento Motor. Modalidades Esportivas. Consciência Corporal e Estética do Movimento, Coreografias e Danças. Esquema e Consciência Corporal. Plasticidade, Flexibilidade e Adaptabilidade do Corpo. Exercícios Corporais Orientados e/ou Adaptados. Jogos de Comunicação e Expressão em Grupo. Exercícios Aeróbicos. Exercícios De Resistência E Força Muscular. Exercícios De Coordenação e Habilidade Motora. Exercícios de Readequação Postural. Alongamento. O Ensino de Educação Física na Base Nacional Comum Curricular.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BARBIERI, C. A. S. Esporte educacional: uma possibilidade para restauração do humano no homem. Canoas: Editora ULBRA, 2001.

BRACHT, V. Educação física e aprendizagem social. São Paulo: Magister, 1992.

BENVEGNÚ JÚNIOR, A. E. Educação Física Escolar no Brasil e seus Resquícios Históricos. Revista de Educação do IDEAU. v. 6, nº 13 jan./jul. 2011.

DAOLIO, J. Os significados do corpo na cultura e as implicações para educação física. Movimento. v. 2, nº 2, 1995.

LAZZAROTTI FILHO, A. BANDEIRA, L. B. JORGE A. C. A educação do corpo em ambientes educacionais. Pensar a Prática. v. 8, nº 2, jul./dez. 2005.

MENDES, M. I. B. S. MEDEIROS, L. P. Interfaces entre saúde, lazer e educação: reflexões sobre práticas corporais. Holos, Ano 24, v. 2, 2008.

MINISTÉRIO DO ESPORTE, Dimensões pedagógicas do esporte. Brasília: Universidade de Brasília/CEAD, 2004.

TUBINO, M. J. G. Esporte e cultura física. São Paulo: Ibrasa, 1992.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. 2018.

FERREIRA, V. Dança Escolar: um novo ritmo para a educação física. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

MELO, José Pereira. Desenvolvimento da consciência corporal: uma experiência da educação física na idade pré-escolar. São Paulo, Ed. da UNICAMP, 1997.

VERDERI, Érica Beatriz. Dança na escola. 2 ed. Editora Sprint, 2000.

BRASIL. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educacional. Lei 9394/96.

BRASIL. Decreto. ECA. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº8069, de 13/07/90. Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Niterói, 2001.

PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA PEB II - GEOGRAFIA

1. A evolução do pensamento geográfico e os novos paradigmas de ciência; 2. As fontes e a evolução da concepção da natureza do homem e da economia na geografia: os impactos da economia mundial sobre o meio ambiente e suas relações com a sociedade; 3. Abordagem dos conceitos da geografia de paisagem, espaço, sociedade, região, território; 4. Geopolítica da globalização: organismos internacionais, comércio internacional e desigualdades; 5. Metodologia do ensino e aprendizagem da geografia: os novos recursos didáticos; 6. As diferentes propostas curriculares e o livro didático na geografia; 7. Ensino e pesquisa em geografia; 8. Alfabetização e linguagem cartográfica; 9. A cartografia nos diversos níveis de ensino; 10. Orientação, localização e representação da terra; 11. A divisão política, administrativa e o planejamento do território brasileiro; 12. A divisão do espaço brasileiro segundo o IBGE; 13. As regiões geoeconômicas brasileiras; 14. Conceitos demográficos fundamentais; 15. Crescimento populacional; 16. Teorias demográficas e desenvolvimento sócio-econômico; 17. Distribuição geográfica da população; 18. Estrutura da população; 19. Migrações populacionais; 20. O processo de industrialização e a urbanização brasileira e as consequências ambientais; 21. Relação cidade e campo; 22. A geografia agrária e as transformações territoriais no campo brasileiro; 23. Agricultura e meio ambiente; 24. Brasil, território e nação: a produção do espaço geográfico brasileiro, o Brasil e a nova ordem mundial e o Brasil no contexto regional; 25. Organizações e blocos econômicos; 26. Conflitos, problemas e propostas do mundo atual; 27. Quadro natural (relevo vegetação, clima, solos e hidrografia) numa perspectiva global, nacional e regional; clima e aquecimento global; 28. Conservação, preservação e degradação ambiental no Brasil; 29. Políticas públicas e gestão ambiental no Brasil. 30. Representações e práticas sociais em educação ambiental; 31. Espaço e turismo no ensino da geografia. 32. O ensino de geografia na base nacional comum curricular.



BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

- ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Cartografia Escolar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- _____, Rosângela Doin de (org.). **Novos rumos da cartografia escolar: currículo, linguagem e tecnologia**. São Paulo: Contexto, 2011.
- _____, Rosângela Doin de e PASSINI, Elza Yasuko. **O espaço geográfico: ensino e representação**. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. BRASIL: **500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- CALLAI, Helena Copetti (org.). **Educação geográfica: reflexão e prática**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). **Geografia das metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CASTELLAR, Sonia (org.). **Educação geográfica: teorias e práticas docentes**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- _____, e VILHENA, Jerusa. **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia escolar e a cidade: Ensaio sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. Campinas, SP: Papirus, 2008.
- COSTA, Edmilson. **A globalização e o capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- COSTA, Wanderley Messias da. **O estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.
- _____. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e prática**. São Paulo: Gaia, 1994.
- FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000.
- FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo rural e Geografia: Geografia Agrária no Brasil: 1930- 1990**. São Paulo, Unesp, 2002.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 25. ed. São Paulo: Nacional, 1995.
- GIANSANTI, Roberto. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atual, 1998.
- GEIGER, Pedro Pinchas. **As formas do espaço brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- HAESBAERT, Rogério. **Dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010.
- HOBSBAWN, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- KIMURA, Shoko. **Geografia no ensino básico: questões e propostas**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço brasileiro**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- NEGRI, Barjas. **Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1980-1990)**. Campinas, Unicamp, 1996.
- OLIC, Nelson B. e CANEPA, Beatriz. **Geopolítica da América Latina**. São Paulo: Moderna, 2004.
- _____. **O Oriente Médio e a Questão Palestina**. São Paulo: Moderna, 2003.
- PONTUSCHKA, Nidia Nacib (org.). **Para ensinar e aprender Geografia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA PEB II - HISTÓRIA

1. Fundamentos Teóricos Do Pensamento Histórico. 2. Didática e Prática dos Procedimentos de Produção do Conhecimento Histórico. 3. Linguagem e Ensino de História; 4. Transversalidade, Novas Formas de Abordagem e Renovação do Ensino de História; 5. O Ofício do Historiador e a Construção da História; 6. Natureza, Cultura e História; 7. Passagens da Antiguidade para o Feudalismo; 8. Mundo Medieval; 9. Expansão Europeia do Século Xv; 10. Formação do Mundo Contemporâneo; 12. Brasil - Sistema Colonial; 13 Brasil - Império; 14. Brasil - República; 15. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; 16. Aspectos da História da África e dos Povos Afro-Americanos e Ameríndios; 17. História da América. O Ensino de História na Base Nacional Comum Curricular.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

- ABUD, Kátia Maria; SILVA, André Chaves de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso. **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.
- BRASIL. SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais - História**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas. **O imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e consciência histórica. Implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1999.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994.
- FINLEY, Moses. **Democracia antiga e moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.



- _____. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas: Papirus, 2009.
- FUNARI, Pedro Paulo A. **A Antiguidade Clássica**. Campinas: UNICAMP, 1995.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 2003.
- HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios, 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- _____. **Sobre história: ensaios**. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.
- _____. **Tempos interessantes. uma vida no século XX**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- JÚNIOR, Hilário Franco. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- MONTEIRO, Ana Maria. Et alli (Org.) **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: MauadX: Faperj, 2007.
- NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo, Editora Contexto, 2009.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA PEB II - INGLÊS

Gramática: 1. Fonética E Fonologia. 2. Ortografia. 3. Morfologia. 4. Sintaxe. 5. Vocabulário. 6. Compreensão E Produção De Gêneros Textuais Diversos. Prática Pedagógica Do Ensino Da Língua Inglesa: 1. Abordagem Comunicativa. Abordagem Lexical. 3. Abordagem Reflexiva. 4. Interculturalidade E Interdisciplinaridade No Ensino De Inglês. 5. Competências Para Ensinar E Aprender Língua Inglesa. 6. Avaliação Do Processo Ensino-Aprendizagem E De Seus Atores. 7. Interação Em Sala De Aula E Valorização Do Conhecimento Prévio E De Mundo Do Aluno. 8. Conceito De Letramento: Aplicações Ao Ensino-Aprendizagem De Língua Estrangeira/ Inglês. Entre As Quais: Leitura Como Letramento, Comunicação Oral Como Letramento, Prática Escrita Como Letramento. 9. O Ensino Da Língua Inglesa Na Base Nacional Comum Curricular.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

- ALMEIDA FILHO, J. C. P. Dimensões comunicativas no ensino de língua. Campinas: Pontes, 1993.
- AZAR, B. S. Understanding and Using English Grammar. 4th ed. Longman.
- BROWN, H.D. Principles of Language Learning and Teaching. 5th ed. Longman, 2000.
- CHAMOT, A. U. et al. The Learning Strategies Handbook: creating independent learners. New York: Longman, 1999.
- CELANI, M. A. A. (coord.) Ensino de 2ª Língua: redescobrimos as origens. São Paulo, SP: EDUC, 1997.
- CELCE-MURCIA, M. Teaching English as a Second or Foreign Language. 3rd ed. Heinle Cengage.
- _____. & LARSEN FREEMAN, D. The grammar book: an ESL / EFL teacher's course. Heinle Cengage, 1999.
- COLLINS COBUILD English Guides: Confusable Words. London: Harper Collins, 1997.
- DEKEYSER, R. Practice in a Second Language. Perspectives from Applied Linguistics and Cognitive Psychology. Cambridge, 2007.
- DIONÍSIO A., MACHADO, A. R. e BEZERRA, M. A. (org.). Gêneros textuais e ensino. Editora Lucerna, 2005.
- FOLEY, M. & HALL, D. Advanced Learners' Grammar. Longman, 2003.
- GUIMENEZ, T. Trajetórias na formação de professores de línguas. Londrina: Edue, 2002.
- HARMER, J. How to Teach English. Longman, 1998.
- _____. The Practice of English Language Teaching. 4th ed. Longman, 2007.
- HEWINGS, M. Advanced Grammar in Use. 4th edition. Cambridge, 2005.
- HIGH, P. B. G. Outline of American Literature. Essex (U.K.): Longman, 1996.
- HORNBY, A.S. Oxford Advanced Learner's Dictionary. 8th ed. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- LARSEN-FREEMAN, D., Thewlis, S.H. Grammar Dimensions: form, meaning and use. Boston: Heinle Cengage.
- LEWIS, M. The Lexical Approach. Heinle Cengage.
- MURPHY, R. English Grammar in Use. 4th ed. Cambridge University.
- NUNAN, D. Second language teaching & learning. Boston: Heinle Cengage.
- O'KEEFE, A., MCCARTHY, M. & CARTER, R. From Corpus to Classroom. Language Use and Language Teaching. Cambridge, 2007.
- PAIVA, V. L. M. O. (Org) Ensino de Língua Inglesa: Reflexões e experiências. 2.ª ed. Campinas: Pontes, 1998.
- STEVIK, E. W. Working with teaching methods. Heinle & Cengage.
- SWAN, M. Practical English Usage. 3rd ed. Oxford: Oxford University, 2008.
- SWAN, Michael & WALTER, Catherine. How English Works: a grammar practice book. Oxford: Oxford UP, 1994.
- THORNLEY, G.C. & ROBERTS, G. Outline of English Literature. Essex (U.K.): Longman, 1996.
- VINCE, M. Advanced Language Practice. Oxford: Oxford University, 1994.
- YULE, G. Explaining English Grammar. Oxford: Oxford University, 1998.
- _____. Oxford Practice Grammar – Advanced. New Edition. Oxford UP.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA PEB II – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS/ INTÉRPRETE DE LIBRAS

1. Políticas educacionais para Surdos - História da Educação de Surdos: da antiguidade à modernidade. Abordagens na educação de surdos (oralismo, comunicação total, bilinguismo). Representações da surdez (modelos clínico-terapêutico e socioantropológico). Movimentos Surdos. Cultura, identidade e comunidade surda.
2. Legislação e documentos internacionais
 - 2.1.1. Políticas educacionais para Surdos



- 2.1.2. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- 2.1.3. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.
- 2.1.4. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- 2.1.5. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.
- 2.1.6. Decreto nº 6.949 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
- 2.1.7. Decreto nº 6.571/08 alterado pelo Decreto nº 7.611/11- Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Atualizado em 07.06.2019.
- 2.1.8. Decreto nº 5.626/05 - Regulamenta a Lei 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.
- 2.1.9. Decreto nº 5.296/04 - Regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098 com ênfase na Promoção de Acessibilidade.
- 2.1.10. Decreto nº 3.956/01 - (Convenção da Guatemala) Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
- 2.2.1 Documentos Internacionais
- 2.2.2 Convenção ONU Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 2007.
- 2.2.3 Declaração de Salamanca.
3. Aspectos linguísticos da Libras: Mitos sobre as línguas de sinais. Sistema de transcrição de sinais da Libras. Os parâmetros articulatórios dos sinais. Incorporação de número e negação. Classes verbais. O uso do espaço. Construções com classificadores. Sistema pronominal e Referenciação. Contrastes gramaticais entre libras e português.
- BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:**
- AQUINO, Júlio G. (org.) **Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus Editorial, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Políticos Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Especial**. -Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010. 72p.
- _____. Resolução CNE/CEB 4/2009 – Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: CNE, 2009.
- _____. Lei nº 10.098/94 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 1994.
- _____. Decreto nº 6.571/08 - Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Brasília, 2008.
- _____. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – MEC. Brasília, 2008.
- _____. Resolução CNE/CEB nº 02/02 – institui as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Especial. Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2002.
- _____. Decreto nº 3956/2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília, 2001.
- _____. Resolução CNE/CEB 04/2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: CNE, 2010.
- IMBERNÓN, Francisco. **Formação Docente e Profissional: Formar-se para a mudança e a incerteza**. 3ª Edição. São Paulo. Cortez, 2002.
- MACHADO, Rosângela. **Educação Especial na Escola Inclusiva: Políticas, Paradigmas e Práticas**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- SANCHEZ, Ana com WEISZ, Telma. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. 2ª Edição – 2006. Ática.
- UNESCO. Declaração de Jomtien. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990.
- _____. Declaração de Salamanca. Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educacionais especiais, Salamanca, 1994.
- ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa: como ensinar**. 1ª Edição. Porto Alegre. Artmed. 1998.
- BECKER, Fernando. **Educação e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Penso, 2012.
- BRASIL. **Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília, 2007.
- _____. Resolução CNE/CEB 05/2009 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: CNE, 2009.
- _____. Resolução CNE/CEB 4/2009 – Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: CNE, 2009.
- _____. Resolução CNE/CEB 04/2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: CNE, 2010.
- _____. Resolução CNE/CEB 07/2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília: CNE, 2010.
- _____. Parecer CNE/CEB 11/2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 09 anos. Brasília: CNE, 2010.
- _____. Reexame do Parecer CNE/SEB nº 23/2008, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio



da Educação a Distância. Brasília: CNE, 2010.

_____. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, MEC/2008.

_____. A criança de 6 anos, a linguagem escrita e o Ensino Fundamental de nove anos. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2009.

_____. Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças – Ministério da Educação. Brasília/MEC, 2009.

BRENELLI, Rosely Palermo. **O jogo como espaço para pensar: a construção de noções lógicas e aritméticas**. Campinas, Papirus, 1996.

CAROLYN, Edward; et. al. **As cem linguagens da criança**. Porto Alegre. Artmed, 1999.

COLL, Cesar. **Psicologia da Educação Virtual: aprender e ensinar com tecnologias da informação e da comunicação**. Porto Alegre. Artmed, 2010.

CUNHA, Susana Rangel Vieira da (org.). **Cor, som e movimento**. Mediação, 1999.

FREIRE, Madalena. **A paixão de conhecer o mundo**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam – Coleção Polêmicas do nosso tempo** – volume 4. 26ª Edição – São Paulo, Cortez, 1991.

_____. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre, Mediação, 2001.

IAVELBERG, Rosa. **Desenho na Educação Infantil**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2013.

JOLIBERT, Josette. **Além dos muros da escola: a escrita como ponte entre alunos e comunidade**. Porto Alegre: Ates Médicas, 2006.

KAMII, Constance. **A criança e o número**. Campinas: Papirus, 1990.

LERNER, Delia - **A matemática na escola – Aqui e Agora**. Porto Alegre, Artmed, 1995.

_____. **Ler e escrever na escola – o real, o possível e o necessário**. 1ª Edição – Porto Alegre, Artmed, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo, Summus, 2015.

NÓVOA, Antonio. **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 2004.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de Oliveira (Org.), et.al. **O trabalho do professor na Educação Infantil**. São Paulo: Biruta, 2012.

PARRA, Cecília; SAIZ, Irma (Org.). **Didática da Matemática: reflexões psicopedagógicas** – Ed Artmed, 1996.

PIAGET, Jean. **A linguagem e o pensamento da criança**. Trad. Manuel Campos. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959. 307 p.

_____. **A equilibrção das estruturas cognitivas: problema central do desenvolvimento**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

POSTMAN, Nei. **O desaparecimento da infância**. Graphia editora.

SMOLE, Katia; et. al. **Resolução de problemas**. Porto Alegre: Artmed, 2003. 96 p.

SOARES, Magda. Ler verbo intransitivo. In: Paiva (org). **Literatura e letramento: suporte e interfaces – o jogo do livro** - Autêntica/CEALI - 2003

SOLÉ, Isabel - **Estratégias de Leitura**. Artmed. 6ª Edição - 1998

TEBEROSKY, Ana; COLOMER, Teresa. **Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Construção do conhecimento em sala de aula**. Libertad – Centro de Pesquisa, formação e Assessoria Pedagógica. 14ª Edição – 2002

VINHA, Telma Pileggi. **O educador e a moralidade infantil: uma visão construtivista**. Campinas: Mercado das Letras, 2000.

VGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA PEB II - LÍNGUA PORTUGUESA

Concepções de Língua-Linguagem como Discurso e Processo de Interação: Conceitos Básicos de Dialogismo, Polifonia, Discurso, Enunciado, Enunciação, Texto, Gêneros Discursivos; 2. Oralidade: Concepção, Gêneros Oraís, Oralidade e Ensino de Língua, Particularidades do Texto Oral; 3. Leitura: Concepção, Gêneros, Papel do Leitor, Diferentes Objetivos da Leitura, Formação do Leitor Crítico, Intertextualidade, Inferências, Literatura e Ensino, Análise da Natureza Estética do Texto Literário; 4. Escrita: Produção de Texto na Escola, Papel do Interlocutor, Contexto de Produção, Gêneros da Escrita, Fatores Lingüísticos e Discursivos da Escrita, O Trabalho da Análise e Revisão de Reescrita de Textos; 5. Análise Lingüística: O Texto (Oral e Escrito) como Unidade Privilegiada na Análise-Reflexão da Língua (Gem), Os Efeitos do Sentido Provocados pelos Elementos Lingüísticos, A Norma Padrão e as outras Variedades Lingüísticas; 6. Linguagem Oral e Linguagem Escrita: - Relações Entre Fala e Escrita: Perspectiva não dicotômica. - Relações de Independência, de Dependência e de Interdependência; 7. O Ensino de Leitura e Compreensão de Textos: - Estratégias de Leitura. 8. O Ensino da Língua Portuguesa na Base Nacional Comum Curricular.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. **Mudanças didáticas e pedagógicas no ensino de língua portuguesa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ANTUNES, I. **Aula de Português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.



BAGNO, M.; STUBBS, M.; GAGNÉ, G. **Língua materna: letramento, variação e ensino**. São Paulo: Parábola, 2002.

_____. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola, 2007.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna, 2004.

BORDINI, M. G.; AGUIAR, V. T. **Literatura e a formação do leitor**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

CAMPS, A. (org). **Propostas didáticas para aprender a escrever**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CASTILHO, A. T. **Nova gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

COLOMER, T. CAMPS, A. **Ensinar a ler, ensinar a compreender**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CURTO, L. M.; MORILLO, M. M. e TEIXIDÓ, M. M. **Escrever e ler: como as crianças aprendem e como o professor pode ensiná-las a escrever e a ler**, v. 1. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DOLZ, J.; NOVERRAZ, N. & SCHNEUWLY, B. **Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

DOLZ, J.; GAGNON, R.; DECÂNIO, F. **Produção escrita e dificuldades de aprendizagem**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

KLEIMAN, A. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura**. 6. ed. Campinas: Pontes, 1999.

KOCH, Ingedore G.V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

LAJOLO, M. **O que é literatura**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos).

MACHADO, A.B.; BEZERRA, M.A. (org.) **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita – atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

SANTOS, L. W. **O ensino de língua portuguesa e os PCN**. In: PAULIUKONIS, M. A. L. & GAVAZZI, S. (org.). **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática ensino plural**. São Paulo: Cortez, 2003.

XAVIER, A. C. **Hipertexto e Gêneros Digitais: novas formas de construção de sentido**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

ZILBERMAN, Regina. **A Literatura Infantil na Escola**. São Paulo: Global, 2003.

PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA PEB II - MATEMÁTICA

Aritmética e Conjuntos: Os Conjuntos Numéricos (Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais); Operações Básicas; Propriedades, Divisibilidade, Contagem e Princípio Multiplicativo. Proporcionalidade. 2. Álgebra; Equações de 1º e 2º Grau; Funções Elementares, Suas Representações Gráficas e Aplicações: Lineares, Quadráticas, Exponenciais, Logarítmicas e Trigonômicas; Progressões Aritméticas e Geométricas; Polinômios; Números Complexos; Matrizes, Sistemas Lineares e Aplicações na Informática; Fundamentos de Matemática Financeira. 3. Espaço e Forma: Geometria Plana, Plantas e Mapas; Geometria Espacial; Geometria Métrica; Geometria Analítica. 4. Tratamento de Dados: Fundamentos de Estatística; Análise Combinatória e Probabilidade; Análise e Interpretação de Informações Expressas em Gráficos e Tabelas. 5. Matemática, Sociedade e Currículo: Currículos de Matemática e Recentes Movimentos de Reforma. Os Objetivos da Matemática na Educação Básica. Seleção e Organização dos Conteúdos para O Ensino Fundamental e Médio. Tendências em Educação Matemática (Resolução de Problemas, Modelagem, Etnomatemática, História da Matemática e Mídias Tecnológicas). O Ensino de Matemática na Base Nacional Comum Curricular.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

Bibliografia

AVILA, Geraldo. **Análise matemática para licenciatura**. Edgard Blucher, 2006.

BIANCHINI, Edwaldo. **Matemática 5ª a 8ª séries**. Ed. Moderna.

BOYER, Carl. **História da matemática**. 2ª ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1999.

BUSSAB, Wilson, O. E. Moretin, Pedro. **Estatística Básica**. Editora Atual.

Centro de Aperfeiçoamento do Ensino de Matemática (CAEM). **Jogos e resolução de Problemas. Uma estratégia para o ensino da Matemática**. São Paulo: IME/USP, v.6, 1996.

D'AMBROSIO, U. **Da realidade à ação: reflexões sobre Educação e Matemática**. Unicamp, Campinas, 1986.

IEZZI, Gelson e outros. **Coleção Fundamentos da Matemática Elementar**. São Paulo. Atual: 1997. Volumes: 1, 3, 4, 5, 6, 9 e 10.

IMENES, Luiz Márcio. **Coleção Vivendo a Matemática**. São Paulo. Ed. Scipione.

LIMA, Elon Lages. **Temas e Problemas Elementares**. Coleção do Professor de Matemática. Sociedade brasileira de Matemática: Rio de Janeiro, 2005.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Criança Deficiente E A Família; O Desenvolvimento Emocional E Afetivo; Atividades Gerais Para Os Deficientes; A Psicologia No Auxílio A Educação E Compreensão Dos Deficientes; O Deficiente E O Trabalho; Treinamento Para O Trabalho; Integração No Mercado De Trabalho; A Adaptação; Metodologia Educacional; Didática Da Classe De Deficiente Visual; O Deficiente Visual Integrado; Atividades De Vida Diária; Psicologia Educacional; Psicologia Vocacional; Método De Escrita Em Braille; Recursos Didáticos Para D.V.; Auxílio Óticos Para Visão Subnormal; Orientação E Mobilidade Para D.V.; Anatomia E Fisiologia Do Aparelho Visual.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BUSCAGLIA, L. Os Deficientes e seus Pais Trad. Raquel Mendes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.



PADILHA, Ana Maria. Práticas educativas: Perspectivas que se abrem para a Educação Especial. Educação & Sociedade, ano XXI, nº 71, Julho/00.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Tailândia: UNESCO; 1990.

RAZERA, K. D. M. F. Inclusão escolar e preconceito: avanços e limites da educação inclusiva. In: CARLONI, P. R.; FREIRE, A. C.; ANDRADE, T. C. O. Inclusão, Educação e Sociedade. 1. ed. Goiânia: Mundial Gráfica, 2018, p. 29-38.

COELHO, Cecília Martins. Trabalhadores com deficiência: vivência subjetiva e realidade de trabalho. Dissertação (Mestrado em Ciências da Reabilitação). Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais. 2009.

BRUNO, M. M. G. Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação sinalização: deficiência visual. Brasília, DF: Secretaria de Educação Especial, 2006.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais. Brasília, DF, 1994.

COSTA, V. B. Inclusão escolar do deficiente visual no ensino regular. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

MOSQUERA, C. F. F. Deficiência visual na escola inclusiva. Curitiba: Ibpx, 2010.

ALMEIDA, Maria da Glória de Souza. Prontidão para alfabetização através do sistema Braille. Rio de Janeiro, Instituto Benjamin Constant, 1995.

COMISSÃO BRASILEIRA DO BRAILLE / União Brasileira de Cegos. Código Matemático Unificado para a Língua Portuguesa. São Paulo, 1998.

Guia teórico para alfabetização em Braille. Rio de Janeiro, Instituto Benjamin Constant, 1995.

BRASIL. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educacional. Lei 9394/96.

BRASIL. Decreto. ECA. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº8069, de 13/07/90. Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Niterói, 2001.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>

» <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico do Município de Monte Mor

(Lei Municipal nº 2.630, de 14 de agosto de 2018 e regulamentada pelo Decreto nº 5073, de 12 de setembro de 2019)

é uma publicação da Prefeitura de Monte Mor. Site: www.montemor.sp.gov.br CONTEÚDO:

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade das secretarias e órgãos públicos emissores.

Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor.

Para informações sobre como contatar o órgão emissor, ligue para (19) 3879-9000.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO:

Edição, diagramação e Publicação Eletrônica.

E-mail: diario.oficial@montemor.sp.gov.br



Sumário

PODER EXECUTIVO	1
DECRETOS	1
PORTARIAS	9
PODER LEGISLATIVO	15
EDITAL	16



PODER EXECUTIVO

DECRETOS

DECRETO Nº 5787

DECRETO nº 5787 de 21 de outubro de 2022

“Dispõe sobre denominação de Ruas”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º – Ficam denominadas as Ruas do **RESIDENCIAL PARQUE SANTA CLARA DO LAGO**, conforme segue:

ANTIGA RUA	ATUAL RUA
AVENIDA BRASIL	AVENIDA BRASIL
RUA MÉXICO	RUA MÉXICO
RUA CHILE	RUA CHILE
RUA CANADÁ	RUA CANADÁ
RUA EQUADOR	RUA EQUADOR
RUA BOLÍVIA	RUA BOLÍVIA
RUA PERU	RUA PERU
RUA ARGENTINA	RUA ARGENTINA
RUA CUBA	RUA CUBA
RUA URUGUAI	RUA URUGUAI
RUA GUATEMALA	RUA GUATEMALA
RUA PARAGUAI	RUA PARAGUAI
RUA VENEZUELA	RUA VENEZUELA
RUA ESTADOS UNIDOS	RUA ESTADOS UNIDOS
RUA COLÔMBIA	RUA COLÔMBIA
RUA PANAMÁ	RUA PANAMÁ
RUA ÁUSTRIA	RUA ÁUSTRIA
RUA ESCÓCIA	RUA ESCÓCIA



RUA BÉLGICA	RUA BÉLGICA
RUA INGLATERRA	RUA INGLATERRA
RUA DINAMARCA	RUA DINAMARCA
RUAS SUÉCIA	RUAS SUÉCIA
RUA ALEMANHA	RUA ALEMANHA
RUA ITÁLIA	RUA ITÁLIA
RUA SUÍÇA	RUA SUÍÇA
RUA FRANÇA	RUA FRANÇA
RUA PORTUGAL	RUA PORTUGAL
RUA ESPANHA	RUA ESPANHA
RUA GRÉCIA	RUA GRÉCIA
RUA POLÔNIA	RUA POLÔNIA
RUA TURQUIA	RUA TURQUIA
RUA NORUEGA	RUA NORUEGA
NÃO EXISTIA	NÃO EXISTIA

QUADRA BELA VISTA

ANTIGA RUA	ATUAL RUA
RUA 01 QD A E N	AVENIDA MARLENE MUNIZ SODRÉ
RUA 01 QD A	RUA RAFAELA DE JESUS
RUA 02	RUA ANTONIO ROBERTO BAUAB
RUA 03	RUA CARLOS DONIZETE SEGURA
RUA 04	RUA REGINALDO MARQUES
RUA 05	RUA ANTONIO VIEIRA DA SILVA
RUA 06	RUA SERGIO VICENTE ORLANDO
RUA 07	RUA IRENE MICCUCI RAIMUNDO
RUA 08	RUA JOÃO CÂNDIDO CLARO
RUA 09	RUA MARIA GERALDA AQUINO DA SILVA
RUA 10	RUA ALVERINO DO CARMO DA SILVA
RUA 11	RUA LUZINETE DE ANDRADE SILVA
RUA 12	RUA DIMAS ARRUDA
RUA 01 QD O	AVENIDA EDUARDO FERREIRA TEIXEIRA

ANTIGA RUA	ATUAL RUA
-------------------	------------------



ALAEDA BEIJA-FLOR	ALAMEDA BEIJA-FLOR
ALAMEDA DAS PALMEIRAS	ALAMEDA DAS PALMEIRAS
ALAMEDA DAS VIOLETAS	ALAMEDA DAS VIOLETAS
ALAMEDA DAS ORQUÍDEAS	ALAMEDA DAS ORQUÍDEAS
ALAMEDA DAS AVENCAS	ALAMEDA DAS AVENCAS
ALAMEDA DOS CRAVOS	ALAMEDA DOS CRAVOS
ALAMEDA DAS PALMEIRAS	ALAMEDA DAS PALMEIRAS
ALAMEDA DAS HORTÊNCIAS	ALAMEDA DAS HORTÊNCIAS
ALAMEDA DOS LÍRIOS	ALAMEDA DOS LÍRIOS
ALAMEDA DAS ROSAS	ALAMEDA DAS ROSAS
ALAMEDA DAS PRIMAVERAS	ALAMEDA DAS PRIMAVERAS
ALAMEDA DAS TULIPAS	ALAMEDA DAS TULIPAS
RUA FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	RUA FRANCISCO PEREIRA DA SILVA
RUA DOS HIBISCOS DO 52 ATÉ 64	RUA DOS HIBISCOS

Artigo 2º –

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 21 de outubro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI

Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR

Procurador Geral do Município

DECRETO Nº 5798

DECRETO Nº 5798 de 01 de Novembro de 2.022



“Dispõe sobre o Remanejamento de Saldos entre fichas do Orçamento Programa para 2.022”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 18 da Lei Municipal nº 2836 de 06 de julho de 2021,

DECRETA:

Art. 1º. – Fica autorizado o Remanejamento de Saldos entre dotações do orçamento fiscal e da seguridade social do município, referente ao exercício de 2.022 - Lei Municipal nº 2.885 de 09 de Dezembro de 2.021 – conforme preceito constitucional exposto no art. 167, Inc. VI, em favor do órgão e unidade orçamentária, na seguinte dotação consignada sob número:

02.07.06. – Infraestrutura e Manutenção

15.452.2075.1.302.01.– Calçadas, Guias, Sarjetas, Drenagens, Ciclovias, Quadras Poliesportivas, Pav. E Recap. Em Ruas Do Município
4490.51.00– Obras e Instalações F – 2006 R\$ 771.000,00

TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO R\$ 771.000,00

Art. 2º – O recurso necessário ao Remanejamento de que trata o artigo 1º decorre da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

02.02.01 – Secretaria da Administração, Trânsito e Mobilidade Urbana

04.122.2002.2.010.01 – Manutenção da Unidade Sec. Adm, Trans. E Mob. Urbana
3191.13.00 – Obrigações Patronais F – 1238 R\$ 70.000,00

02.04.01. – Serviços Administrativos da Educação

12.122.2045.2.022.01. – Suporte Administrativo e Coordenação Educacional
3191.13.00. – Obrigações Patronais F – 540 R\$ 46.000,00

02.04.03. – Ensino Infantil - Creche

12.365.2045.2.171.01. – Coordenação das Unidades de Ensino em Creches Municipais 25%
3191.13.00 – Obrigações Patronais F – 485 R\$ 140.000,00

02.05.01 – Secretaria Municipal de Saúde

10.122.2061.2.040.01 – Manutenção da Unidade Secretaria de Saúde
3191.13.00 – Obrigações Patronais F – 1330 R\$ 35.000,00

02.05.01. – Secretaria de Saúde de Dependências

10.122.2061.2.040.01. – Manutenção da Unidade Secretaria de Saúde
3390.35.00 – Serviços de Consultoria – F: 2017 R\$ 10.000,00

02.05.03. – Atenção Básica Primária Da Saúde

10.301.2061.2.043.01. – Manutenção - Bloco I - Atenção Básica
3191.13.00 – Obrigações Patronais F – 774 R\$ 70.000,00

02.08.20 – Secretaria de Segurança

06.181.2079.2.056.01 – Manut. Da Unidade Sec. De Segurança Pub. E Dependência
3191.13.00 – Obrigações Patronais F – 1560 R\$ 400.000,00

TOTAL DE ANULAÇÕES R\$ 771.000,00

Art. 3º – Fica convalidado na Lei nº 2.884/21 – PPA e na Lei nº 2.836/21 – LDO, o valor do programa ou ação ora contemplado na presente Lei, bem como, passam a compor as planilhas que integram as leis retro-citadas.



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 04 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 590

Art. 4º – Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DE MONTE MOR, EM 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, afixado em local de costume do Paço Municipal, e publicado no diário oficial do Município, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR

Procurador Geral do Município

DECRETO Nº 5801

DECRETO Nº 5801 de 03 de Novembro de 2022

“Dispõe sobre a Transferência de saldos entre fichas do Orçamento Programa para 2022”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 18 da Lei Municipal nº 2836 de 06 de julho de 2021.

DECRETA:

Art. 1º. – Fica autorizada a Transferência de saldos entre dotações do orçamento fiscal e da seguridade social do município, referente ao exercício de 2022 - Lei Municipal nº 2.885 de 09 de dezembro de 2021 – conforme preceito constitucional exposto no art. 167, Inc. VI, em favor do órgão e unidade orçamentária, na seguinte dotação consignada sob número:

02.07.06. – Infraestrutura e Manutenção

15.452.2075.2.253.01. – Manutenção das Vias Públicas

3390.30.00 – Material de Consumo – F: 1450 R\$ 78.500,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 78.500,00

Art. 2º – O recurso necessário à Transferência de que trata o artigo 1º decorre de anulação da seguinte dotação:

02.07.05. – Manutenção e Modernização de Prédios Públicos

15.122.2074.2.248.01. – Gestão da Secretaria de Planejamento e Obras

4490.52.00 – Equipamentos e Material Permanente – F: 1424 R\$ 78.500,00

TOTAL DAS ANULAÇÃO R\$ 78.500,00

Art. 3º – Fica convalidado na Lei nº 2.884/21 – PPA e na Lei nº 2836/21 – LDO, o valor do programa ou ação ora contemplado na presente Lei,



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 04 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 590

bem como, passam a compor as planilhas que integram as leis retro-citadas.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura de Monte Mor, 03 de Novembro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, afixado em local de costume do Paço Municipal, e publicado no diário oficial do Município, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

DECRETO Nº 5802

DECRETO Nº 5802 de 03 de novembro de 2022.

“Dispõe sobre a aprovação de loteamento, e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

DECRETA:

Artigo 1º. - Ficam aprovados os planos de arruamento e loteamento denominado **“Parque Central Park Monte Mor III”**, de propriedade da **“Terra de Ouro Empreendimentos Imobiliários LTDA”**, inscrita no CNPJ sob nº. 42.865.501/0001-03, a ser implantado no imóvel objeto da Matrícula Nº 26.716 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor/SP, com área total de 584.042,00 m², em conformidade com memoriais descritivos, plantas e projetos arquivados junto à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Certificado do GRAPOHAB nº. 295/2022.

Artigo 2º. - O loteamento será composto pelo total de 1.126 (mil cento e vinte e seis) lotes, com destinação **RESIDENCIAL**, 02 (dois) lotes de **USO MISTO**, que são os lotes 01 e 02 da quadra 08 e 50 (cinquenta) lotes de **USO COMERCIAL**, que são os lotes de 01 a 08 da quadra 01, de 01 a 05 da quadra 02, de 01 a 11 da quadra 39, de 01 a 13 da quadra 31 e de 01 a 14 da quadra 32.

Artigo 3º. - As construções deverão obedecer aos recuos mínimos estabelecidos no Código de Obras do Município.

Artigo 4º. - O proprietário deverá cumprir integralmente todas as exigências da Prefeitura Municipal descritas a seguir:

- a) promover a inscrição do loteamento no Registro Imobiliário na forma da legislação federal;
- b) promover abertura de matrícula das áreas que no projeto constituem sistema de lazer, áreas verdes e áreas destinadas aos equipamentos



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 04 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 590

urbanos e comunitários;

c) executar os ramais de ligações domiciliares de água e esgoto para cada lote, exceto se as redes forem implantadas nas calçadas;

d) construir dissipadores de energia nos sistemas de captação das águas pluviais nos pontos de lançamento a jusante para não causar danos ambientais;

e) não serão permitidas áreas públicas e lotes cujo desnível frontal seja inferior o meio-fio da rua lindeira;

f) não será permitida a construção nos lotes sem que todas as obras e exigências contidas no Decreto de aprovação forem cumpridas pelo loteador, vistoriadas e atestadas pelos órgãos competentes;

g) executar a recuperação e recomposição das áreas de preservação permanente com o plantio de mudas e vegetação nativa;

h) sinalizar o sistema viário e os acessos (horizontal e vertical) de acordo com o projeto aprovado pelo Setor de Trânsito desta Municipalidade, e a normas do Código Nacional de Trânsito vigentes;

i) executar a rede de energia elétrica e iluminação pública com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento, para o seu normal e imediato funcionamento, de acordo com as normas da Cia. Paulista de Força e Luz;

j) executar a rede de água e esgoto com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento, para o seu normal funcionamento, de acordo com as normas da Sabesp;

k) executar a interligação das redes de galerias de águas pluviais, guias, sarjetas e pavimentação asfáltica de acordo com os projetos aprovados;

l) executar a abertura de ruas, demarcação de lotes e terraplanagem;

m) cumprir integralmente as exigências contidas no certificado do GRAPROHAB nº295/2022.

Artigo 5º. - Após o cumprimento de todas as exigências a que alude o presente Decreto, bem como aquelas ditadas pela Lei Complementar N°. 044/2015 (dispões sobre a revisão do parcelamento do solo), será expedido o devido alvará de recebimento do loteamento.

Artigo 6º. - O não cumprimento de quaisquer das exigências no Artigo anterior, importará na revogação da aprovação do loteamento e na adoção, por parte da Prefeitura Municipal, das medidas judiciais cabíveis.

Artigo 7º. - Os tributos incidentes sobre os lotes serão devidos a partir do Termo de Verificação de Obras – TVO ou ultrapassados 24 (vinte e quatro) meses da publicação deste Decreto, sendo de responsabilidade do loteador até que ele informe, através de documento hábil e após o registro do loteamento no Registro Imobiliário, os nomes de seus compradores, respeitadas as isenções concedidas por lei.

Artigo 8º. - Para garantia da execução das obras de infraestrutura do loteamento, orçadas em R\$ 22.556.750,83 (vinte e dois milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, setecentos e cinquenta reais e oitenta e três centavos), fica caucionado ao Município de Monte Mor/SP, em primeira e especial hipoteca, o imóvel descrito e caracterizado na matrícula nº 19.156 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor, com área total de 659.558,00 m², avaliado em R\$ 29.393.370,00 (vinte e nove milhões, trezentos e noventa e três mil, trezentos e setenta reais), conforme laudo de avaliação apresentado.

Artigo 9º. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 03 de novembro de 2022.



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 04 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 590

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, publicado no Diário Oficial do Município e afixado em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

DECRETO Nº 5803

DECRETO Nº 5803 de 04 de Novembro de 2.022

“Dispõe sobre o Remanejamento de Saldos entre fichas do Orçamento Programa para 2.022”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 18 da Lei Municipal nº 2836 de 06 de julho de 2021,

DECRETA:

Art. 1º. – Fica autorizado o Remanejamento de Saldos entre dotações do orçamento fiscal e da seguridade social do município, referente ao exercício de 2.022 - Lei Municipal nº 2.885 de 09 de Dezembro de 2.021 – conforme preceito constitucional exposto no art. 167, Inc. VI, em favor do órgão e unidade orçamentária, nas seguintes dotações orçamentárias consignadas sob número:

02.02.01. – Secretaria da Administração e Dependências

04.122.2002.2.010.01. – Manutenção da Unidade Secretaria Adm, Trânsito E Mobilidade Urbana
3390.39.00 – Outros serviços de terceiros – PJ – F: 1243 R\$ 63.900,00

02.02.05. – Demutran

15.122.2002.2.016.01. – Manutenção Unidade da Demutran
3390.39.00 – Serviços de Terceiros – PJ – F: 1312 R\$ 5.000,00

02.04.13. – Cultura

13.392.2059.2.034.01. – Funcionamento da Unidade da Cultura
3390.39.00 – Serviços de Terceiros – PJ – F: 665 R\$ 1.500,00

02.09.01. – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social

08.244.2070.2.154.01. – Manutenção da Casa da Criança - "Clara Luiza Clemente"
3390.39.00 – Serviços de Terceiros – PJ – F: 1923 R\$ 1.500,00

02.12.01. – Esporte e Lazer

27.813.2006.2.036.01. – Manutenção das Atividades da Secretaria de Esportes
3390.39.00 – Serviços de Terceiros – PJ – F: 1736 R\$ 29.900,00

TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO R\$ 101.800,00



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 04 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 590

Art. 2º – O recurso necessário ao Remanejamento de que trata o artigo 1º decorre da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

02.01.01. – Secretaria de Chefia de Gabinete e Dependências

04.122.2078.2.001.01. – Manutenção da Unidade de Chefia de Gabinete do Prefeito

3390.39.00 – Serviços de Terceiros - PJ – F: 1476 R\$ 42.900,00

02.01.03. – Procuradoria Geral do Município

02.334.2078.2.257.01 – Manutenção de Despesas com Estagiários/ Convênio Faculdade

3390.36.00 – Serviços de Terceiros - PF – F: 1884 R\$ 4.000,00

02.04.02. – Ensino Infantil Pré Escola

12.365.2045.2.023.01. – Coordenação das Unidades de Ensino Pré- Escola

3390.39.00 – Serviços de Terceiros – PJ – F: 575 R\$ 2.000,00

02.04.03. – Ensino Infantil Creche

12.365.2045.2.171.01. – Coordenação das Unidades de Ensino em Creches Municipais

3390.39.00 – Serviços de Terceiros - PJ – F: 488 R\$ 32.900,00

02.04.04. – Ensino Fundamental

12.361.2045.2.029.01. – Manutenção da Unidade de Ensino Fundamental

3390.39.00. – Serviços de Terceiros - PJ – F: 516 R\$ 3.000,00

02.13.01. – Defesa Civil

06.182.2044.2.057.01. – Manutenção Unidade Secretaria de Defesa Civil

3390.39.00 – Serviços de Terceiros - PJ – F: 1128 R\$ 17.000,00

TOTAL DE ANULAÇÃO R\$ 101.800,00

Art. 3º – Fica convalidado na Lei nº 2.884/21 – PPA e na Lei nº 2.836/21 – LDO, o valor do programa ou ação ora contemplado na presente Lei, bem como, passam a compor as planilhas que integram as leis retro-citadas.

Art. 4º – Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DE MONTE MOR, EM 04 DE NOVEMBRO DE 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, afixado em local de costume do Paço Municipal, e publicado no diário oficial do Município, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR

Procurador Geral do Município

PORTARIAS

PORTARIA Nº 6704



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 04 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 590

Portaria nº 6704 de 04 de novembro de 2022.

“Dispõe sobre exoneração de cargo efetivo.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica exonerado a pedido, do cargo efetivo de Atendente da Casa Abrigo, o Sr. **Matheus Leopoldino Coelho Ferreira**, matrícula nº 3134, admitido em 18/08/2017.

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de outubro de 2022.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 04 de novembro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

PORTARIA Nº 6705

Portaria nº 6705 de 04 de novembro de 2022.

“Dispõe sobre readaptação de servidor e dá outras providências”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica mantida a readaptação da servidora Sra. **Jessica dos Santos Costa**, matrícula 2740, efetiva no cargo de Agente Comunitário de Saúde, admitida em 01/10/2013, **com validade de 180 dias até 30 de dezembro de 2022**, para prestar serviços junto à Secretaria de Saúde, sem prejuízos em seus vencimentos.

Artigo 2º – O não comparecimento do servidor, com 15 (quinze) dias de antecedência do prazo de vencimento da readaptação, para solicitar a prorrogação, implicará, automaticamente, em alta médica com o retorno ao cargo e função de origem.



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 04 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 590

Artigo 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de julho de 2022.

Artigo 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 04 de novembro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

PORTARIA Nº 6706

Portaria nº 6706 de 04 de novembro de 2022.

“Dispõe sobre readaptação de servidor e dá outras providências”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica mantida a readaptação da servidora Sra. **Maria Aparecida de Almeida**, matrícula 2716, efetiva no cargo de Agente Comunitário de Saúde, admitida em 01/10/2013, **com validade de 180 dias até 10 de janeiro de 2023**, para prestar serviços junto ao Centro de Especialidades Odontológicas – CEO, sem prejuízos em seus vencimentos.

Artigo 2º – O não comparecimento do servidor, com 15 (quinze) dias de antecedência do prazo de vencimento da readaptação, para solicitar a prorrogação, implicará, automaticamente, em alta médica com o retorno ao cargo e função de origem.

Artigo 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de julho de 2022.

Artigo 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 04 de novembro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 04 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 590

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

PORTARIA Nº 6707

Portaria nº 6707 de 04 de novembro de 2022.

“Dispõe sobre autorização para funcionário dirigir e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica autorizado a dirigir veículos municipais, o Sr. **Antônio Carlos Vidal Júnior** – lotado na Secretaria Municipal de Defesa Civil, portador do CPF/MF nº 34432347805 e CNH 04020441520 – Cat. “AD”.

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 04 de novembro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

PORTARIA Nº 6708

Portaria nº 6708 de 04 de novembro de 2022.

“Dispõe sobre a Nomeação de funcionários em comissão especificado e dá outras providências”.



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 04 de Novembro de 2022 | **Ano III** | Edição **590**

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Ficam nomeados para ocupar os cargos em comissão os abaixo relacionados:

JOSÉ ANTÔNIO JACOB	ASSESSOR I
ANTÔNIO CARLOS VIDAL JÚNIOR	ASSESSOR III
MAIARA LOPES CAMILO	CONSELHEIRO TUTELAR
EVERALDO DE MORAIS SANTANA	CHEFE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Artigo 2º

– Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2022.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 04 de novembro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

PORTARIA Nº 6710

Portaria nº 6710 de 04 de novembro de 2022.

“Dispõe sobre a Nomeação de funcionário do cargo em comissão”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica nomeada para ocupar o cargo de Chefe do CRAS Central, a Sra. **Maria Lucicleide de Lima**.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2022.



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 04 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 590

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 04 de novembro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

PORTARIA Nº 6709

Portaria nº 6709 de 04 de novembro de 2022.

“Dispõe sobre a exoneração de funcionário do cargo em comissão”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica exonerada do cargo de Assessor III, a Sra. **Maria Lucicleide de Lima**.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de outubro de 2022.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 04 de novembro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 04 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 590

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

PODER LEGISLATIVO

PORTARIA Nº 84

PORTARIA Nº 84 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

“Dispõe sobre Ponto Facultativo na Câmara Municipal e dá outras providências.”

ALEXANDRE PINHEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e:

Considerando o feriado da Comemoração da Proclamação da República de 15 novembro de 2022 (terça-feira):

R e s o l v e

Art. 1º - Suspender o expediente na Câmara Municipal no dia 14 de novembro de 2022 (segunda-feira).

Art. 2º - Fica determinado que o expediente do dia 16 de novembro de 2022 (quarta-feira) se inicia às 08h00.

Art. 3º - Fica transferida a 39ª Sessão Ordinária, que ocorreria em 14 de novembro de 2022, para o dia 16 de novembro do mesmo ano com início previsto para as 17h30.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Monte Mor, 01 de novembro de 2022.

ALEXANDRE PINHEIRO
Presidente

ADRIEL DE OLIVEIRA NASCIMENTO
1º Secretário

Publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Monte Mor ao 01º dia do mês de novembro do ano de 2022.

RENATA BERNARDO DE SOUSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº 85

PORTARIA Nº 85 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

“Dispõe sobre nomeação do servidor comissionado Cleuton Neves de Souza e dá outras providências”.



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 04 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 590

ALEXANDRE PINHEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei:

Resolve

Art. 1º – Nomear **CLEUTON NEVES DE SOUZA**, portador do RG nº 45.119.803-7, CPF nº 387.534.698-01, para ocupar o cargo de provimento comissionado de Assessor Parlamentar do Vereador Alexandre de Jesus Pinheiro da Câmara Municipal de Monte Mor, com vencimento classificado na referência C-IV.

Art. 2º – Ficam os setores competentes autorizados a promover as providências de praxe, a contar da presente data.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Monte Mor, 01 de novembro de 2022.

ALEXANDRE PINHEIRO
Presidente

ADRIEL DE OLIVEIRA NASCIMENTO
1º Secretário

Publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Monte Mor ao 01º dia do mês de novembro do ano de 2022.

RENATA BERNARDO DE SOUSA
Diretora Geral

EDITAL

EDITAL RESUMIDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2022

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito de Monte Mor, AUTORIZA a publicação do Edital Resumido do Pregão Presencial nº 62/2022, como segue.

EDITAL RESUMIDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2022 – Objeto: “Registro de Preços para aquisição de LAVA-LOUÇAS INDUSTRIAL para atender as necessidades da rede municipal de ensino” conforme edital e seus anexos.

Os documentos de habilitação serão recebidos no **dia 18 de novembro de 2022 às 09:00 horas**, cuja abertura está programada para a mesma data, no mesmo horário.

O Edital poderá ser lido e obtido no endereço acima, no horário das 08:00 às 16:00 horas, ou pelo nosso site gratuitamente www.montemor.sp.gov.br – Portal da Transparência – Editais – 2022; outras informações através do telefone (19) 3879-9032.

Monte Mor, SP, em 03 de novembro de 2022
Edivaldo Antônio Brischi – Prefeito Municipal



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 04 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 590

PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2022 FASE DE LANCES

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito Municipal de Monte Mor, AUTORIZA aviso da publicação para FASE DE LANCES do Pregão Presencial nº 56/2022 como segue.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2022 FASE DE LANCES

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, torna público, para conhecimento de quantos possam interessar para Fase de Lances nº 56/2022, objeto: **“Registro de preços para aquisição de Óleos Lubrificantes, Filtros para veículos desta municipalidade, pelo período de 12 (doze) meses”, conforme anexo I do Edital”,**

Após análise da Secretaria solicitante ficam convocadas as licitantes **LINCETRATRATOR COMERCIO E IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÕES LTDA, PARTS LUB DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS EIRELI, BRUNO DA SILVA RIBEIRO ME e JAVERT ANTÔNIO DA SILVA EIRELI EPP**, para Fase de Lances, que será no dia 11 de novembro de 2022 às 09:00HS. Quais quer dúvidas entrar em contato por email: vanessa.souza@montemor.sp.gov.br, Telefone: 3879-9032.

Monte Mor, SP em 03 de novembro de 2022.
Edivaldo Antônio Brischi – Prefeito Municipal

EDITAL RESUMIDO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2022

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito Municipal de Monte Mor, AUTORIZA a publicação do Edital Resumido Pregão Eletronico nº 60/2022, como segue.

EDITAL RESUMIDO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2022

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, torna público, para conhecimento de quantos possam interessar, que se encontra DISPONÍVEL o processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO nº 60/2022, que visa o: “Aquisição de veículo 0KM, tipo SUV para Guarda Civil Municipal, conforme edital e seus anexos”.

As Propostas serão recebidas a partir das 8h00min do dia 08/11/2022 até às 08h00min do dia 23/11/2022. Início da Sessão de Disputa de preços: às 9h00min do dia 23/11/2022.

O Pregão eletrônico ocorrerá no endereço: www.bbmnetlicitacoes.com.br, (acesso identificado no link-licitações públicas). Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

O edital poderá ser lido e obtido no endereço acima, no horário das 08:00 às 16:00 horas, ou pelo nosso site gratuitamente www.montemor.sp.gov.br – Portal da Transparência – Editais – 2022; Ou5tras informações através do telefone (19) 3879-9032.

Monte Mor, 04 de novembro de 2022
Edivaldo Antônio Brischi – Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico do Município de Monte Mor

(Lei Municipal nº 2.630, de 14 de agosto de 2018 e regulamentada pelo Decreto nº 5073, de 12 de setembro de 2019)

é uma publicação da Prefeitura de Monte Mor. Site: www.montemor.sp.gov.br CONTEÚDO:

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade das secretarias e órgãos públicos emissores.

Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor.

Para informações sobre como contatar o órgão emissor, ligue para (19) 3879-9000.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO:

Edição, diagramação e Publicação Eletrônica.

E-mail: diario.oficial@montemor.sp.gov.br



Sumário

PODER EXECUTIVO	1
<i>DECRETOS</i>	1



Monte Mor / SP, Terça-feira, 22 de Agosto de 2023 | Ano III | Edição 756 - Extra

PODER EXECUTIVO**DECRETOS****DECRETO Nº 6032 DE 22 DE AGOSTO DE 2023****DECRETO Nº 6032 de 22 de agosto de 2023**

“Dispõe sobre Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que o artigo 4º, inciso I, da Lei 3023 de 19 de dezembro 2022, autorizou o Executivo por meio de decreto, a abrir créditos suplementares em reforço às dotações orçamentárias mediante o uso dos recursos previstos no artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, observados os limites de 10% (dez por cento) do total da despesa fixada, constante do artigo 2º da mesma Lei;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica autorizado a suplementação no valor de **R\$ 2.000,00 (dois mil reais)** do orçamento fiscal e da seguridade social do município, autorizado pela Lei nº 3023 de 19 de Dezembro de 2022 – conforme preceito constitucional exposto no inciso III do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, em favor do órgão e unidade orçamentária, na seguinte dotação consignada sob número:

02.08.20 – Secretaria de Segurança e Defesa Civil

06.181.2079.2102.01 – Despesas com Diárias

3390.14.00 – Diárias -Pessoa Civil

Ficha 1020

R\$ 2.000,00**TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO****R\$ 2.000,00**

Art. 2º – O Crédito Adicional aberto será coberto com o recurso proveniente da Anulação de Dotação, no valor de **R\$ 2.000,00 (dois mil reais)**, da seguinte dotação do orçamento municipal vigente:

02.08.20 – Secretaria de Segurança e Defesa Civil

06.181.2079.2056.01 – Manutenção da Unidade Secretaria de Segurança Pública e Dependência

3390.30.00 – Material de Consumo

Ficha 1001

R\$ 2.000,00**TOTAL DE ANULAÇÃO****R\$ 2.000,00**



Monte Mor / SP, Terça-feira, 22 de Agosto de 2023 | Ano III | Edição 756 - Extra



Art. 3º – Fica convalidado na Lei nº 2.884/21 – PPA e na Lei nº 2.960/22 – LDO, o valor do programa ou ação ora contemplado na presente Lei, bem como, passam a compor as planilhas que integram as leis retro-citadas.

Art. 4º – Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DE MONTE MOR, EM 22 DE AGOSTO DE 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito de Monte Mor

Registrado em livro próprio, afixado em local de costume do Paço Municipal, e publicado no diário oficial do Município, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



DECRETO N° 5802 de 03 de novembro de 2022.

“Dispõe sobre a aprovação de loteamento, e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

DECRETA:

Artigo 1º. - Ficam aprovados os planos de arruamento e loteamento denominado “**Parque Central Park Monte Mor III**”, de propriedade da “**Terra de Ouro Empreendimentos Imobiliários LTDA**”, inscrita no CNPJ sob nº. 42.866.501/0001-03, a ser implantado no imóvel objeto da Matrícula N° 26.716 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor/SP, com área total de 584.042,00 m², em conformidade com memoriais descritivos, plantas e projetos arquivados junto à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Certificado do GRAPOHAB nº. 295/2022.

Artigo 2º. - O loteamento será composto pelo total de 1.126 (mil cento e vinte e seis) lotes, com destinação **RESIDENCIAL**, 02 (dois) lotes de **USO MISTO**, que são os lotes 01 e 02 da quadra 08 e 50 (cinquenta) lotes de **USO COMERCIAL**, que são os lotes de 01 a 08 da quadra 01, de 01 a 05 da quadra 02, de 01 a 11 da quadra 39, de 01 a 13 da quadra 31 e de 01 a 14 da quadra 32.

Artigo 3º. - As construções deverão obedecer aos recuos mínimos estabelecidos no Código de Obras do Município.

Artigo 4º. - O proprietário deverá cumprir integralmente todas as exigências da Prefeitura Municipal descritas a seguir:

- a)** promover a inscrição do loteamento no Registro Imobiliário na forma da legislação federal;
- b)** promover abertura de matrícula das áreas que no projeto constituem sistema de lazer, áreas verdes e áreas destinadas aos equipamentos urbanos e comunitários;
- c)** executar os ramais de ligações domiciliares de água e esgoto para cada lote, exceto se as redes forem implantadas nas calçadas;
- d)** construir dissipadores de energia nos sistemas de captação das águas pluviais nos pontos de lançamento a jusante para não causar danos ambientais;
- e)** não serão permitidas áreas públicas e lotes cujo desnível frontal seja inferior o meio-fio da rua lindeira;



f) não será permitida a construção nos lotes sem que todas as obras e exigências contidas no Decreto de aprovação forem cumpridas pelo loteador, vistoriadas e atestadas pelos órgãos competentes;

g) executar a recuperação e recomposição das áreas de preservação permanente com o plantio de mudas e vegetação nativa;

h) sinalizar o sistema viário e os acessos (horizontal e vertical) de acordo com o projeto aprovado pelo Setor de Trânsito desta Municipalidade, e a normas do Código Nacional de Trânsito vigentes;

i) executar a rede de energia elétrica e iluminação pública com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento, para o seu normal e imediato funcionamento, de acordo com as normas da Cia. Paulista de Força e Luz;

j) executar a rede de água e esgoto com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento, para o seu normal funcionamento, de acordo com as normas da Sabesp;

k) executar a interligação das redes de galerias de águas pluviais, guias, sarjetas e pavimentação asfáltica de acordo com os projetos aprovados;

l) executar a abertura de ruas, demarcação de lotes e terraplanagem;

m) cumprir integralmente as exigências contidas no certificado do GRAPROHAB nº295/2022.

Artigo 5º. - Após o cumprimento de todas as exigências a que alude o presente Decreto, bem como aquelas ditadas pela Lei Complementar Nº. 044/2015 (dispõe sobre a revisão do parcelamento do solo), será expedido o devido alvará de recebimento do loteamento.

Artigo 6º. - O não cumprimento de quaisquer das exigências no Artigo anterior, importará na revogação da aprovação do loteamento e na adoção, por parte da Prefeitura Municipal, das medidas judiciais cabíveis.

Artigo 7º. - Os tributos incidentes sobre os lotes serão devidos a partir do Termo de Verificação de Obras – TVO ou ultrapassados 48 (quarenta e oito) meses da publicação deste Decreto, sendo de responsabilidade do loteador até que ele informe, através de documento hábil e após o registro do loteamento no Registro Imobiliário, os nomes de seus compradores, respeitadas as isenções concedidas por lei.

Artigo 8º. - Para garantia da execução das obras de infraestrutura do loteamento, orçadas em R\$ 22.556.750,83 (vinte e dois milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, setecentos e cinquenta reais e oitenta e três centavos), fica caucionado ao Município de Monte Mor/SP, em primeira e especial hipoteca, o imóvel descrito e caracterizado na matrícula nº 19.156 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor, com área total de 659.558,00 m², avaliado em R\$ 29.393.370,00 (vinte e nove milhões, trezentos e noventa e três mil, trezentos e setenta reais), conforme laudo de avaliação apresentado.



Monte Mor / SP, Terça-feira, 22 de Agosto de 2023 | Ano III | Edição 756 - Extra



Artigo 9º. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 03 de novembro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, publicado no Diário Oficial do Município e afixado em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico do Município de Monte Mor

(Lei Municipal nº 2.630, de 14 de agosto de 2018 e regulamentada pelo Decreto nº 5073, de 12 de setembro de 2019)

é uma publicação da Prefeitura de Monte Mor. Site: www.montemor.sp.gov.br CONTEÚDO:

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade das secretarias e órgãos públicos emissores.

Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor.

Para informações sobre como contatar o órgão emissor, ligue para (19) 3879-9000.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO:

Edição, diagramação e Publicação Eletrônica.

E-mail: diario.oficial@montemor.sp.gov.br



Sumário

PODER EXECUTIVO	1
DECRETOS	1
PORTARIAS	10
PODER LEGISLATIVO	12
DIVERSOS	15
EDITAL	20



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 25 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 603

PODER EXECUTIVO

DECRETOS

DECRETO Nº 5828 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022



DECRETO nº 5828 de 25 de novembro de 2022
“Dispõe sobre denominação de Ruas”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º – Ficam denominadas as Ruas do **RESIDENCIAL PARQUE SANTA CLARA DO LAGO**, conforme segue:

ANTIGA RUA	ATUAL RUA
Estrada Principal	Estrada Municipal da Paz
Rua 59	Rua Egito
Rua 60	Rua Polinésia
Rua 61	Rua Nigéria
Rua 62	Rua Joaquim Felisberto de Oliveira
Rua 63	Rua Benedito Cesar de Moraes
Rua 64	Rua Moçambique

Artigo 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 25 de novembro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

**DECRETO Nº 5.829 de 25 de Novembro de 2.022**

*“Dispõe sobre o Remanejamento de Saldos entre
fichas do Orçamento Programa para 2.022”.*

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 18 da Lei Municipal nº 2836 de 06 de julho de 2021,

DECRETA:

Art. 1º. – Fica autorizado o Remanejamento de Saldos entre dotações do orçamento fiscal e da seguridade social do município, referente ao exercício de 2.022 - Lei Municipal nº 2.885 de 09 de Dezembro de 2.021 – conforme preceito constitucional exposto no art. 167, Inc. VI, em favor do órgão e unidade orçamentária, nas seguintes dotações consignadas sob número:

02.05.04. – Média e Alta Complexidade

10.302.2061.2.180.01. – Manutenção Unidade De Pronto Atendimento - Upa
3390.39.00 – Serv. de Terceiros – PJ – F: 1387 R\$ 12.000,00

02.05.01 – Secretaria de Saúde e Dependências

10.122.2061.2.168.01 – Atendimento de Ordens Judiciais
3390.39.00 – Serv. de Terceiros – PJ – F: 1896 R\$ 15.000,00
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES R\$ 27.000,00

Art. 2º – O recurso necessário ao Remanejamento de que trata o artigo 1º decorre da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

02.06.02. – Meio Ambiente

18.122.2052.2.193.01. – Manutenção das Atividades do Meio Ambiente
3390.39.00 – Serviços de Terceiros – PJ F: 1181 R\$ 27.000,00
TOTAL DE ANULAÇÃO R\$ 27.000,00



Art. 3º – Fica convalidado na Lei nº 2.884/21 – PPA e na Lei nº 2.836/21 – LDO, o valor do programa ou ação ora contemplado na presente Lei, bem como, passam a compor as planilhas que integram as leis retro-citadas.

Art. 4º – Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DE MONTE MOR, EM 25 DE NOVEMBRO DE 2.022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, afixado em local de costume do Paço Municipal, e publicado no diário oficial do Município, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



DECRETO nº 5.830, de 25 de novembro de 2022

“Dispõe sobre a afetação de imóvel para certa finalidade FAIXA NON AEDIFICAND para passagem de esgoto sanitário do loteamento JARDIM CENTRAL PARK MONTE MOR II”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica afetada área do imóvel para certa finalidade FAIXA NON AEDIFICAND para passagem de esgoto sanitário do loteamento “JARDIM CENTRAL PARK MONTE MOR II”

a) DA DESCRIÇÃO DA FAIXA NON AEDIFICA A SER INSTITUÍDA: Dita faixa NON AEDIFICAND objetiva a passagem de tubos de esgoto para passagens de tubulações em conformidade com memoriais descritivos, plantas e projetos constante nos processos 5097/2022, e possuem as seguintes descrições:

b) UMA FAIXA NON AEDIFICAND para passagem de esgoto sanitário, com largura de 3,00m (três metros) localizado integralmente na Área Institucional 01 do Loteamento JARDIM CENTRAL PARK MONTE MOR II, que assim descreve: Inicia-se no ponto A5 definido pelas coordenadas N: 7461667,258 m e E: 264965,303 m, com azimute de 101°06'43" e distância de 28,00m, deste segue até o ponto A6 definido pelas coordenadas N: 7461661,826 m e E: 264992,778 m, com azimute de 191°06'43" e distância de 19,52m, deste segue até o ponto A7 confrontando do ponto A5 ao A7 com AREA INSTITUCIONAL 01 do Loteamento JARDIM CENTRAL PARK MONTE MOR II; definido pelas coordenadas N: 7461642,710 m e E: 264989,017 m, com azimute de 280°02'36" e distância de 3,00m, deste segue até o ponto A18a confrontando do ponto A7 ao A18a com AREA INSTITUCIONAL 04 (matrícula nº 27.949 do Oficial de Registro de Imóveis de Monte Mor – SP) do Loteamento PARQUE CENTRAL PARK MONTE MOR; definido pelas coordenadas N: 7461643,234 m e E: 264986,062 m, com azimute de 11°06'43" e distância de 16,57m, deste segue até o ponto A19, definido pelas coordenadas N: 7461659,496 m e E: 264989,256 m, com azimute de 281°06'43" e distância de 25,00m, deste segue até o ponto A20 confrontando do ponto A18a ao A20 com o lote 01 da quadra A (matrícula 19.801 do Oficial de Registro de Imóveis de Monte Mor – SP) do Loteamento JARDIM CENTRAL PARK MONTE MOR II; definido pelas coordenadas N: 7461664,315 m e E: 264964,725 m, com azimute de 11°06'43" e distância de 3,00m, deste segue até o ponto A5 confrontando do ponto A20 ao A5 com a Rua Aparecida Conceição Moraes Geremias (Prol. Rua 21). O perímetro acima descrito encerra uma área de 133,64 m². (cento e trinta e três metros e sessenta e quatro decímetros quadrados). Descrição esta constante do memorial descritivo, plantas e projetos constante nos processos 5097/2022, imóvel esse Área Institucional 01 do loteamento urbano denominado “Jardim Central Park Monte Mor II”, localizado na Cidade de Monte Mor – SP. O Imóvel não possui matrícula própria e está registrado sob nº R-10 da matrícula nº 18.237, Livro 2-Registro Geral, do Oficial de Registro de Imóveis de Monte Mor – SP. O Imóvel está cadastrado junto à Prefeitura Municipal de Monte Mor com o código nº 13.43.63.0060.01.0000.



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 25 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 603

Artigo 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 25 de novembro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral



DECRETO nº 5.831, de 25 de novembro de 2022

“Dispõe sobre a afetação de imóvel para certa finalidade FAIXA NON AEDIFICAND para passagem de esgoto sanitário do loteamento JARDIM CENTRAL PARK MONTE MOR II”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica afetada área do imóvel para certa finalidade FAIXA NON AEDIFICAND para passagem de esgoto sanitário do loteamento JARDIM CENTRAL PARK MONTE MOR II”

a) DA DESCRIÇÃO DA FAIXA NON AEDIFICA A SER INSTITUÍDA: Dita faixa NON AEDIFICAND objetiva a passagem de tubos de esgoto para passagens de tubulações em conformidade com memoriais descritivos, plantas e projetos constante nos processos 5096/2022, e possuem as seguintes descrições:

b) UMA FAIXA NON AEDIFICANDI para passagem de esgoto sanitário, com largura de 3,00m (três metros) localizado integralmente na Área Institucional 04 do Loteamento PARQUE CENTRAL PARK MONTE MOR (matrícula nº 27.949 do Oficial de Registro de Imóveis de Monte Mor – SP), que assim descreve: Inicia-se no ponto A18a definido pelas coordenadas N: 7.461.643,234 m e E: 264.986,062 m, com azimute de 100°02'36" e distância de 3,00m, deste segue até o ponto A7, confrontando do ponto A18a ao A7 com Área Institucional 01 do Loteamento JARDIM CENTRAL PARK MONTE MOR II, definido pelas coordenadas N: 7.461.642,710 m e E: 264.989,017 m, com azimute de 100°02'36" e distância de 31,77m, deste segue até o ponto A8 confrontando do ponto A7 ao A8 com Área Institucional 01 e Área Verde 01 do Loteamento JARDIM CENTRAL PARK MONTE MOR II, definido pelas coordenadas N: 7.461.637,168 m e E: 265.020,304 m, com azimute de 100°19'36" e distância de 10,09m, deste segue até o ponto A9 confrontando do ponto A8 ao A9 com Área Verde 01 do Loteamento JARDIM CENTRAL PARK MONTE MOR II; definido pelas coordenadas N: 7.461.635,361 m e E: 264.030,227 m, com azimute de 117°47'20" e distância de 41,78m, deste segue até o ponto A10 definido pelas coordenadas N: 7.461.615,885 m e E: 265.067,184 m, com azimute de 131°20'46" e distância de 22,25m, deste segue até o ponto A11 definido pelas coordenadas N: 7.461.601,187 m e E: 265.083,888 m, com azimute de 175°40'15" e distância de 18,12m, deste segue até o ponto A12, confrontando do ponto A9 ao A12 com Área Verde 04 do Loteamento PARQUE CENTRAL PARK MONTE MOR definido pelas coordenadas N: 7.461.583,121 m e E: 265.082,520 m, com azimute de 281°06'43" e distância de 3,02m, deste segue até o ponto A13 confrontando do ponto A12 ao A13 com Rua Aparicio Alves Pimentel (Rua 25) do Loteamento PARQUE CENTRAL PARK MONTE MOR definido pelas coordenadas N: 7.461.583,703 m e E: 265.079,556 m, com azimute de 4°19'45" e distância de 16,27m, deste segue até o ponto A14 definido pelas coordenadas N: 7.461.599,923 m e E: 265.080,783 m, com azimute de 311°20'46" e distância de 20,40m, deste segue até o ponto A15 definido pelas coordenadas N: 7.461.613,397 m e E: 265.065,470 m, com azimute de 297°47'20" e distância de 40,96m, deste segue até o ponto A16 definido pelas coordenadas N: 7.461.632,493 m e E: 265.029,236 m, com azimute de 280°19'36" e distância de



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 25 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 603

9,62m, deste segue até o ponto A17 definido pelas coordenadas N: 7.461.634,215 m e E: 265.019.773 m, com azimute de 280°02'36" e distância de 34,82m, deste segue até o ponto A18a, confrontando do ponto A13 ao A18a com Área Institucional 04 do Loteamento PARQUE CENTRAL PARK MONTE MOR (matrícula nº 27.949 do Oficial de Registro de Imóveis de Monte Mor – SP) definido pelas coordenadas N: 7.461.640,289 m e E: 264.985.484 m, com azimute de 11°06'43" e distância de 3,00m. O perímetro acima descrito encerra uma área de 255,10 m² (duzentos e cinquenta e cinco metros e dez décimos quadrados). Descrição esta constante do memorial descritivo, plantas e projetos constante nos processos 5096/2022. Imóvel esse Área Institucional 04 do loteamento urbano denominado “Parque Central Park Monte Mor”, localizado na Cidade de Monte Mor – SP, descrito e caracterizado na matrícula nº 27.949 do Oficial de Registro de Imóveis de Monte Mor – SP. O Imóvel está cadastrado junto à Prefeitura Municipal de Monte Mor com o código nº 13.43.62.0400.01.0000.

Artigo 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 25 de novembro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral



DECRETO nº 5.833, de 25 de novembro de 2022.

“Dispõe sobre a convocação da XII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente 2022 do município de Monte Mor - SP e dá outras providências.”

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas e pela Lei Orgânica do Município, com esteio nas Constituições Federal e Estadual, decreta:

Considerando a Resolução Nº 227, de 19 de maio de 2022, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente-CONANDA, que Dispõe sobre a convocação da 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a Deliberação Nº 04, de 31 de agosto de 2022, do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONDECA/SP, que dispõe sobre a Convocação das Conferências Lúdicas e Convencionais Estaduais, Regionais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente no Estado de São Paulo;

Considerando a mobilização e as decisões de seu Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA em torno da Conferência,

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a XII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com o Tema Central “Situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia da Covid-19: violações e vulnerabilidades, ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade”, a ser realizada na forma presencial no dia **02 de dezembro de 2022, das 8:00h às 12:30h, no Centro Cultural Joaquinção, sito a Rua Capitão Augusto Steffen nº 57, Jardim Planalto, Monte Mor – SP.**

Art. 2º. O Tema central será abordado em cinco eixos, sendo:

Eixo 1: Promoção e garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no contexto pandêmico e pós-pandemia;

Eixo 2: Enfrentamento das violações e vulnerabilidades resultantes da pandemia de Covid-19;



Eixo 3: Ampliação e consolidação da participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão e deliberação de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos seus direitos, durante e após a pandemia;

Eixo 4: Participação da sociedade na deliberação, execução, gestão e controle social de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes considerando o cenário pandêmico;

Eixo 5: Garantia de recursos para as políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes durante após a pandemia de Covid-19.

Art. 3º. As diretrizes gerais e organizativas para a realização do evento em epígrafe serão observadas conforme o Documento Base e Documento Orientador, elaborados pela Comissão Organizadora Nacional e aprovados em Plenária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente-CONANDA, que oferecem subsídios para o debate do tema central e eixos da conferência nacional e sobre as orientações de organização da 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 4º. Para organização e realização dos trabalhos dessa conferência fica instituída a Comissão Organizadora, cujas atribuições serão disciplinadas no Regimento Interno do Evento, a ser aprovado em plenária.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 25 de novembro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixado em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



PORTARIAS

PORTARIA Nº 6.732 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2022



Portaria nº 6.732 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2022.

“Dispõe sobre criação e implantação da Comissão Permanente de Avaliação de Exames de Alta Complexidade, Medicamentos não Padronizados, Nutrição Oral/Enteral.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o excesso de gastos com o custeio de Exames de Alta Complexidade, com cotas reduzidas ou inexistentes no SUS;

CONSIDERANDO o excesso de solicitações que a Secretaria Municipal de Saúde, através da Unidade Mista de Saúde-UMS de Monte Mor recebe com referência a esses exames;

CONSIDERANDO que parte desses exames são solicitados por serviços particulares e/ou Convênios;

CONSIDERANDO a forte queda de arrecadação e a insuficiência financeira de recursos do Tesouro Municipal para o custeio desses exames.

RESOLVE

ARTIGO 1º-Fica criada e implantada a “Comissão Permanente de Avaliação de Exames de Alta Complexidade, Medicamentos não Padronizados, Nutrição Oral/Enteral”, que fica assim constituída:

- Marivanie Cristina Jacob Correia - Enfermagem
- Maria Bernardete Bet – Farmacêutica
- Elisangela Gois de Souza – Assistência Social
- Juliana Rosa Gicov – Central regulação
- Letícia Pagotto Piovesani Julio – Advogada
- Eliane Regina Queiroz Piai – Gestão
- Marina Mendes Rodrigues – Médica
- Alex Sandro Freitas Costa – Enfermeiros
- Marlúcia Aparecida de Melo Rodrigues – Hospital
- Fernanda Rossin – Médica
- Grazielli Silva Carvalho Pigatto – Nutricionista

ARTIGO 2º - A Comissão, composta por uma equipe multidisciplinar. Terá como incumbência avaliar, rigorosamente, as seguintes situações:-solicitações excepcionais;



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 25 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 603



- solicitações de exames de alta complexidade sem cotas ou com cotas reduzidas no SUS;

- exames laboratoriais que estejam fora da grade de cobertura da Unidade Mista de Saúde-UMS de Monte Mor;

- medicamentos que não fazem parte das RENAME ou REMUNE, nem da relação dos disponibilizados pelo Estado, através da Farmácia de Alto Custo;

- medicamentos para dietas e leites especiais.

ARTIGO 3º-A Comissão se reunirá duas vezes por mês, na segunda e última semana, para análise e deliberação das solicitações apresentadas, sendo que as possíveis negativas estarão sempre respaldadas por relatórios específicos e as concedidas serão enviadas ao Poder Executivo para apreciação e autorização.

ARTIGO 4º-Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 23 DE NOVEMBRO DE 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



PODER LEGISLATIVO

EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA



Câmara Municipal de Monte Mor

"Palácio 24 de Março"

EDITAL
AUDIÊNCIA PÚBLICA

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO
DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE MOR

A **Presidente da Comissão de Justiça e Redação**, respeitada a decisão da Comissão, **CONVIDA** as autoridades e pessoas interessadas a participarem da Audiência Pública que será realizada na Câmara Municipal de Monte Mor, no dia **12 (doze) de dezembro de 2022 (dois mil e vinte e dois)**, às **10h00min** (dez horas), para discussão das seguintes proposituras:

PROJETO DE LEI Nº. 153/2022 – "*Autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio nutricional aos servidores públicos municipais inativos e pensionistas vinculados ao órgão do Regime Próprio de Previdência do Município de Monte Mor*", de autoria do PODER EXECUTIVO;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 36/2022 – "*Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 153/2022*", de autoria da Vereadora Wal da Farmácia.

O cidadão também poderá participar da audiência através do Portal e-Democracia da Câmara Municipal de Monte Mor, endereço eletrônico **edemocracia.montemor.sp.leg.br**. Também será possível acompanhar pelo canal do YouTube da Câmara, porém sem a possibilidade de interação.

Monte Mor, 25 de novembro de 2022.

Valdirene Joandsin da Silva
Presidente da Comissão de Justiça e Redação

Rua Rage Maluf, 61 – Monte Mor – SP – CEP 13190-000 – Fone/Fax: (19)
3889-2780

E-mail: camara@camaramontemor.sp.gov.br



EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE MOR

O **Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento**, respeitada a decisão da Comissão, **CONVIDA** as autoridades e pessoas interessadas a participarem da Audiência Pública que será realizada na Câmara Municipal de Monte Mor, no dia **05 (cinco) de dezembro de 2022 (dois mil e vinte e dois)**, às **10h00** (dez horas), para discussão das seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº. 139/2022 – “*Estima a receita e fixa a despesa do Município de Monte Mor para o exercício de 2023, e dá outras providências*”, de autoria do PODER EXECUTIVO (LOA 2023);

EMENDA MODIFICATIVA Nº 17/2022 – “*Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 01/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022*”, de autoria do Vereador Beto Carvalho;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 18/2022 – “*Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 02/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022*”, de autoria da Vereadora Milziane Menezes;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 19/2022 – “*Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 03/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022*”, de autoria do Vereador Bruno Leite;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 20/2022 – “*Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 04/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022*”, de autoria da Vereadora Andrea Garcia;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 21/2022 – “*Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 05/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022*”, de autoria do Vereador Paranhos;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 22/2022 – “*Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 06/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022*”, de autoria do Vereador Alexandre Pinheiro;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 23/2022 – “*Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 07/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022*”, de autoria do Vereador Alexandre Pinheiro;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 24/2022 – “*Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 08/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022*”, de autoria do Vereador Altran;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 25/2022 – “*Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 09/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022*”, de autoria do Vereador Vítor Gabriel;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 26/2022 – “*Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 10/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022*”, de autoria do Vereador Professor Adriel;



EMENDA MODIFICATIVA Nº 27/2022 – "Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 11/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022", de autoria da Vereadora Camilla Hellen;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 28/2022 – "Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 12/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022", de autoria da Vereadora Wal da Farmácia;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 29/2022 – "Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 13/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022", de autoria da Vereadora Wal da Farmácia;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 30/2022 – "Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 15/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022", de autoria do Vereador Nelson Almeida;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 31/2022 – "Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 16/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022", de autoria do Vereador Nelson Almeida;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 32/2022 – "Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 17/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022", de autoria do Vereador João do Bar;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 33/2022 – "Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 18/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022", de autoria do Vereador Professor Fio;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 34/2022 – "Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 19/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022", de autoria do Vereador Professor Fio;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 35/2022 – "Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 14/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022", de autoria do Vereador Pavão da Academia.

O cidadão também poderá participar da audiência através do Portal e-Democracia da Câmara Municipal de Monte Mor, endereço eletrônico edemocracia.montemor.sp.leg.br. Também será possível acompanhar pelo canal do YouTube da Câmara, porém sem a possibilidade de interação.

Monte Mor, 24 de novembro de 2022.

Altran José Farias Lima
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

**DIVERSOS****TERMO ADITIVO Nº 01/2022 DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2022****TERMO ADITIVO Nº 01/2022 DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2022**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2022 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR E A ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL (ONG) NOVO DIA.

Pelo presente instrumento de um lado o Município de Monte Mor-SP, por intermédio da Prefeitura Municipal de Monte Mor, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 45.787.652/0001-56, com sede na Rua Francisco Glicério, 399-Centro, MONTE MOR-SP, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Edivaldo Antônio Brischi, portador da Cédula de Identidade sob o nº 16.342.765-3, e inscrito no CPF sob nº 105.071.048-70, residente e domiciliado na Rua Afonso Aferri, nº 1.649, na cidade de Monte Mor-SP, CONCEDENTE e do outro a ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL (ONG) NOVO DIA, inscrita no CNPJ nº 06.024.429/0001-03, estabelecida na Rua XV de Novembro nº 364, Centro de Monte Mor-SP, neste ato representada por sua Presidente, Cândida Aparecida Brischi Cavallaro, brasileira, casada, portadora do RG nº 8244772-X, CPF nº 968.253.248-53, doravante denominada PROPONENTE, resolvem celebrar o Termo de Aditamento ao TERMO DE COLABORAÇÃO, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

1-1.- O presente Termo de Colaboração tem por objeto a Execução do Plano de Trabalho proposta pela Colaboradora, na forma do artigo 22 e seguintes da Lei Ordinária nº 13.019/2014 (redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015) e aprovado pelo Município, sendo parte integrante e indissociável deste instrumento, que tem como finalidade garantir a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes no seu contra turno escolar, promovendo a convivência comunitária pelo viés da socialização.

CLÁUSULA SEGUNDA- DO OBJETO DO ADITAMENTO – PRAZO, QUANTIDADES E VALOR

2-1.-Fica prorrogado o prazo da parceria (Termo de Colaboração) por mais 05 (cinco) meses, a partir de 01 de agosto de 2022 e com término previsto para 31 dezembro de 2022, contados a partir da data de sua assinatura.

2-2.-O aditamento tem o seu caráter também de errata, para constar o que segue: Que o Termo de Colaboração nº 01/2022, constou a vigência de 01 de fevereiro de 2022 a 01 de agosto de 2022, quando o correto seria de 01/01/2022 até 31/12/2022.

2-3.-O valor do Termo de Colaboração está previsto de acordo com o Plano de Trabalho, sendo o valor mensal de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), totalizando o montante de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) até final de 31 de dezembro de 2022.

2-4.-Justifica-se a realização aquilo que propõe por tratar-se de ONG- Organização Não Governamental Novo Dia, constituída em 02/10/2003, é uma associação civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, que, com sede no Município de Monte Mor/SP e no cumprimento de suas finalidades, e em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente, procura promover oficinas gratuitas no contra turno escolar voltada ao desenvolvimento artístico e recreativo. Levando em consideração o período da pandemia, entendemos a necessidade de oferecer atividades que devolva aos atendidos a oportunidade de brincar, sonhar, desenvolver habilidades, além de possibilitar a sociabilidade de forma lúdica. O que será possível no espaço que utiliza mantendo a guarda e conservação patrimonial.



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 25 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 603



Permanecem inalteradas as demais e condições do Termo de Colaboração nº01/2022.

E, por estarem acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Monte Mor-SP, 01 de agosto de 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
PREFEITO MUNICIPAL

CÂNDIDA APARECIDA BRISCHI CAVALLARO
PRESIDENTE DA ONG-NOVO DIA

TESTEMUNHAS:

Silvio Luiz Gondari Rodrigues de Paula
CPF: 050.792.168-24

Juliana da Silva Januário Andrade
CPF: 337.503.048-74

Rua Francisco Glicério, 399 - Centro - Monte Mor - SP - 13190-000 - PABX: (19) 3879-9000 - www.montemor.sp.gov.br
Estado de São Paulo - CNPJ 45.787.652/0001-56



ANEXO RP-09-REPASSES AO TERCEIRO SETOR- TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 01/2022 DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2022

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO(A): MUNICÍPIO DE MONTE MOR
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCERIA: ONG NOVO DIA
TERMO ADITIVO Nº 01/2022 DO TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO Nº 01/2022
OBJETO: Execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 14 a 17 anos.
VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO (1): R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS).
EXERCÍCIO (1): 2022 -Período de 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.
ADVOGADO(S) Nº

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:
 - a) O ajuste acima referido e seus aditamentos / o processo de prestação de contas, estará(ão) sujeito(s) a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
 - b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
 - c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
 - d) As informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão concessor e entidade beneficiária, estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:
 - a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
 - b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Monte Mor-SP, 01 de agosto de 2022



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 25 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 603



AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: Edivaldo Antônio Brischi
Cargo: Prefeito
CPF: 106.071.048-70

AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:

Nome: Cândida Aparecida Brischi Cavallaro
Cargo: Presidente
CPF: 968.253.248-53

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo:
PELO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: Edivaldo Antônio Brischi
Cargo: Prefeito
CPF: 105.071.048-70
Assinatura: _____

Nome: Silvana Aparecida Zanetti
Cargo: Secretária de Finanças
CPF: 107.995.978-56
Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou prestação de Contas:

PELA ENTIDADE PARCEIRA:
Nome: Cândida Aparecida Brischi Cavallaro
Cargo: Presidente
CPF: 968.253.248-53
Assinatura: _____

- (1) Valor repassado exercício, quando se tratar de processo de prestação de contas
(2) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive o endereço eletrônico



TERMO DE VERIFICAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA - TVO



Monte Mor, 23 de novembro de 2022.

TERMO DE VERIFICAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA - TVO

Alexandre Colaneri Campos, Secretário Municipal de Planejamento e Obras da Prefeitura Municipal de Monte Mor: atendendo solicitação do de pessoa interessada;

CERTIFICA para os devidos fins, que o loteamento residencial denominado "JARDIM CENTRAL PARK MONTE MOR II", aprovado por esta Municipalidade através do Decreto Municipal nº 4.882 de 21 de junho de 2018, revalidado pelo Decreto Municipal nº 4.993, de 15 de fevereiro de 2019, e Certificado nº 120/2018, e, registrado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor/SP, pela matrícula nº 18.237, foi regularmente vistoriado, ficando constatado através de vistoria no dia 21/11/2022 a execução total das obras de infraestrutura básica, de acordo com o cronograma de execução física, aprovado pelo Município de Monte Mor, respaldado ainda na decisão proferida pelo GRUPO DE TRABALHO PARA APROVAÇÃO DE PROJETOS.

CERTIFICA ainda, que a contar desta data, são recebidas pela Prefeitura Municipal de Monte Mor, em caráter definitivo, às obras de infraestrutura do loteamento mencionado acima, estando autorizada as providências de registro deste TVO junto ao Registro de Imóveis competente.

O referido é verdade e por merecer fé, assino,

Alexandre Colaneri Campos
Secretário Municipal de Planejamento e Obras



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 25 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 603

EDITAL

EDITAL RESUMIDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2022

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito de Monte Mor, AUTORIZA a publicação do Edital Resumido do Pregão Presencial nº 61/2022, como segue.

EDITAL RESUMIDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2022 – Objeto:
“Registro de preços para fornecimento futuro e parcelado de refeições prontas “marmitex” em atendimento a diversas Secretarias desta municipalidade, pelo período de 12 (doze) meses”, conforme descrito em anexo I.

Os documentos de habilitação serão recebidos no **dia 13 de dezembro de 2022 às 09:00 horas**, cuja abertura está programada para a mesma data, no mesmo horário.

O Edital poderá ser lido e obtido no endereço acima, no horário das 08:00 às 16:00 horas, ou pelo nosso site gratuitamente www.montemor.sp.gov.br – Portal da Transparência – Editais – 2022; outras informações através do telefone (19) 3879-9032.

Monte Mor, SP, em 25 de novembro de 2022
Edivaldo Antônio Brischi – Prefeito Municipal



EDITAL RESUMIDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2022

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito de Monte Mor, AUTORIZA a publicação do Edital Resumido do Pregão Presencial nº 66/2022, como segue.

EDITAL RESUMIDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2022 – Objeto: “Registro de preços para aquisição de luminárias de LED para iluminação de vias públicas desta municipalidade, pelo período de 12 (doze) meses. Conforme edital e seus anexos.

Os documentos de habilitação serão recebidos no **dia 09 de dezembro de 2022 às 09:00 horas**, cuja abertura está programada para a mesma data, no mesmo horário.

O Edital poderá ser lido e obtido no endereço acima, no horário das 08:00 às 16:00 horas, ou pelo nosso site gratuitamente www.montemor.sp.gov.br – Portal da Transparência – Editais – 2022; outras informações através do telefone (19) 3879-9032.

Monte Mor, SP, em 25 de novembro de 2022
Edivaldo Antônio Brischi – Prefeito Municipal



Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito de Monte Mor, AUTORIZA a publicação do Edital Resumido Retificado do Pregão Presencial nº 62/2022, como segue.

EDITAL RESUMIDO RETIFICADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2022 –
Objeto: “Registro de Preços para aquisição de LAVA-LOUÇAS INDUSTRIAL
para atender as necessidades da rede municipal de ensino” conforme edital e seus
anexos.

Os documentos de habilitação serão recebidos no **dia 08 de dezembro de 2022 às 09:00 horas**, cuja abertura está programada para a mesma data, no mesmo horário.

O Edital poderá ser lido e obtido no endereço acima, no horário das 08:00 às 16:00 horas, ou pelo nosso site gratuitamente www.montemor.sp.gov.br – Portal da Transparência – Editais – 2022; outras informações através do telefone (19) 3879-9032.

Monte Mor, SP, em 25 de novembro de 2022
Edivaldo Antônio Brischi – Prefeito Municipal



Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito de Monte Mor, AUTORIZA a publicação do Edital Resumido do Pregão Presencial nº 65/2022, como segue.

EDITAL RESUMIDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2022 – Objeto:
“Registro de preços para aquisição de combustível para diversas máquinas e veículos de diversas secretarias desta municipalidade, pelo período de 12(doze) meses”.

Os documentos de habilitação serão recebidos no **dia 12 de dezembro de 2022 às 14:00horas**, cuja abertura está programada para a mesma data, no mesmo horário.

O Edital poderá ser lido e obtido no endereço acima, no horário das 08:00 às 16:00 horas, ou pelo nosso site gratuitamente www.montemor.sp.gov.br – Portal da Transparência – Editais – 2022; outras informações através do telefone (19) 3879-9032.

Monte Mor, SP, em 25 de novembro de 2022
Edivaldo Antônio Brischi – Prefeito



EDITAL RESUMIDO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2022

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito Municipal de Monte Mor, AUTORIZA a publicação do Edital Resumido Pregão Eletrônico nº 68/2022, como segue.

EDITAL RESUMIDO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2022

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, torna público, para conhecimento de quantos possam interessar, que se encontra DISPONÍVEL o processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO nº 68/2022, que visa o: **“Registro de preços para aquisição de material escolar em forma de KIT ESCOLAR, para entrega ponto a ponto e distribuição gratuita para alunos da rede Municipal de Ensino”**.

As Propostas serão recebidas a partir das 8h00min do dia 29/11/2022 até às 08h00min do dia 15/12/2022. Início da Sessão de Disputa de preços: às 9h00min do dia 15/12/2022.

O Pregão eletrônico ocorrerá no endereço: www.bbmnetlicitacoes.com.br, (acesso identificado no link-licitações públicas). Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

O edital poderá ser lido e obtido no endereço acima, no horário das 08:00 às 16:00 horas, ou pelo nosso site gratuitamente www.montemor.sp.gov.br – Portal da Transparência – Editais – 2022; Outras informações através do telefone (19) 3879-9032.

Monte Mor, 25 de novembro de 2022
Edivaldo Antônio Brischi – Prefeito Municipal



EDITAL RESUMIDO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2022

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito de Monte Mor, AUTORIZA a publicação do Edital Resumido Pregão Eletrônico nº 67/2022, como segue.

EDITAL RESUMIDO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2022

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, torna público, para conhecimento de quantos possam interessar, que se encontra **DISPONÍVEL** o processo licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO nº 67/2022** que visa o: “Registro de preços para aquisição de solução educacional integrada, com objetivo de modernização do ensino municipal, contemplando a educação infantil, especial e fundamental (I e II)”.

As Propostas serão recebidas a partir das 8h00min do dia 01/12/2022 até às 08h00min do dia 12/12/2022. Início da Sessão de Disputa de preços: às 9h00min do dia 12/12/2022.

O Pregão eletrônico ocorrerá no endereço: www.bbmnetlicitacoes.com.br, (acesso identificado no link-licitações públicas). Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

O edital poderá ser lido e obtido no endereço acima, no horário das 08:00 às 16:00 horas, ou pelo nosso site gratuitamente www.montemor.sp.gov.br – Portal da Transparência – Editais – 2022; Ou5tras informações através do telefone (19) 3879-9032.

Monte Mor, 25 de novembro de 2022
Edivaldo Antônio Brischi – Prefeito Municipal



Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito de Monte Mor, AUTORIZA a publicação do Edital Resumido do Pregão Presencial nº 69/2022 como segue.

EDITAL RESUMIDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2022 – Objeto:
“Aquisição de Unidades de Gabinetes integrados (all in one) com monitores de no mínimo 21,5” e notebooks para serem utilizados pelos servidores da secretaria municipal de educação desta Municipalidade”.

Os documentos de habilitação serão recebidos no **dia 14 de dezembro de 2022 às 09:00horas**, cuja abertura está programada para a mesma data, no mesmo horário.

O Edital poderá ser lido e obtido no endereço acima, no horário das 08:00 às 16:00 horas, ou pelo nosso site gratuitamente www.montemor.sp.gov.br – Portal da Transparência – Editais – 2022; outras informações através do telefone (19) 3879-9032.

Monte Mor, SP, em 25 de novembro de 2022
Edivaldo Antônio Brischi – Prefeito



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico do Município de Monte Mor

(Lei Municipal nº 2.630, de 14 de agosto de 2018 e regulamentada pelo Decreto nº 5073, de 12 de setembro de 2019)

é uma publicação da Prefeitura de Monte Mor. Site: www.montemor.sp.gov.br CONTEÚDO:

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade das secretarias e órgãos públicos emissores.

Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor.

Para informações sobre como contatar o órgão emissor, ligue para (19) 3879-9000.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO:

Edição, diagramação e Publicação Eletrônica.

E-mail: diario.oficial@montemor.sp.gov.br



Sumário

PODER EXECUTIVO	1
DECRETOS	1
PORTARIAS	10
PODER LEGISLATIVO	12
DIVERSOS	15
EDITAL	20



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 25 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 603

PODER EXECUTIVO

DECRETOS

DECRETO Nº 5828 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022



DECRETO nº 5828 de 25 de novembro de 2022
“Dispõe sobre denominação de Ruas”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º – Ficam denominadas as Ruas do **RESIDENCIAL PARQUE SANTA CLARA DO LAGO**, conforme segue:

ANTIGA RUA	ATUAL RUA
Estrada Principal	Estrada Municipal da Paz
Rua 59	Rua Egito
Rua 60	Rua Polinésia
Rua 61	Rua Nigéria
Rua 62	Rua Joaquim Felisberto de Oliveira
Rua 63	Rua Benedito Cesar de Moraes
Rua 64	Rua Moçambique

Artigo 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 25 de novembro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

**DECRETO Nº 5.829 de 25 de Novembro de 2.022**

“Dispõe sobre o Remanejamento de Saldos entre fichas do Orçamento Programa para 2.022”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 18 da Lei Municipal nº 2836 de 06 de julho de 2021,

DECRETA:

Art. 1º. – Fica autorizado o Remanejamento de Saldos entre dotações do orçamento fiscal e da seguridade social do município, referente ao exercício de 2.022 - Lei Municipal nº 2.885 de 09 de Dezembro de 2.021 – conforme preceito constitucional exposto no art. 167, Inc. VI, em favor do órgão e unidade orçamentária, nas seguintes dotações consignadas sob número:

02.05.04. – Média e Alta Complexidade

10.302.2061.2.180.01. – Manutenção Unidade De Pronto Atendimento - Upa
3390.39.00 – Serv. de Terceiros – PJ – F: 1387 R\$ 12.000,00

02.05.01 – Secretaria de Saúde e Dependências

10.122.2061.2.168.01 – Atendimento de Ordens Judiciais
3390.39.00 – Serv. de Terceiros – PJ – F: 1896 R\$ 15.000,00
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES R\$ 27.000,00

Art. 2º – O recurso necessário ao Remanejamento de que trata o artigo 1º decorre da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

02.06.02. – Meio Ambiente

18.122.2052.2.193.01. – Manutenção das Atividades do Meio Ambiente
3390.39.00 – Serviços de Terceiros – PJ F: 1181 R\$ 27.000,00
TOTAL DE ANULAÇÃO R\$ 27.000,00



Art. 3º – Fica convalidado na Lei nº 2.884/21 – PPA e na Lei nº 2.836/21 – LDO, o valor do programa ou ação ora contemplado na presente Lei, bem como, passam a compor as planilhas que integram as leis retro-citadas.

Art. 4º – Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DE MONTE MOR, EM 25 DE NOVEMBRO DE 2.022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, afixado em local de costume do Paço Municipal, e publicado no diário oficial do Município, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



DECRETO nº 5.830, de 25 de novembro de 2022

“Dispõe sobre a afetação de imóvel para certa finalidade FAIXA NON AEDIFICAND para passagem de esgoto sanitário do loteamento JARDIM CENTRAL PARK MONTE MOR II”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica afetada área do imóvel para certa finalidade FAIXA NON AEDIFICAND para passagem de esgoto sanitário do loteamento “JARDIM CENTRAL PARK MONTE MOR II”

a) DA DESCRIÇÃO DA FAIXA NON AEDIFICA A SER INSTITUÍDA: Dita faixa NON AEDIFICAND objetiva a passagem de tubos de esgoto para passagens de tubulações em conformidade com memoriais descritivos, plantas e projetos constante nos processos 5097/2022, e possuem as seguintes descrições:

b) UMA FAIXA NON AEDIFICAND para passagem de esgoto sanitário, com largura de 3,00m (três metros) localizado integralmente na Área Institucional 01 do Loteamento JARDIM CENTRAL PARK MONTE MOR II, que assim descreve: Inicia-se no ponto A5 definido pelas coordenadas N: 7461667,258 m e E: 264965,303 m, com azimute de 101°06'43" e distância de 28,00m, deste segue até o ponto A6 definido pelas coordenadas N: 7461661,826 m e E: 264992,778 m, com azimute de 191°06'43" e distância de 19,52m, deste segue até o ponto A7 confrontando do ponto A5 ao A7 com AREA INSTITUCIONAL 01 do Loteamento JARDIM CENTRAL PARK MONTE MOR II; definido pelas coordenadas N: 7461642,710 m e E: 264989,017 m, com azimute de 280°02'36" e distância de 3,00m, deste segue até o ponto A18a confrontando do ponto A7 ao A18a com AREA INSTITUCIONAL 04 (matrícula nº 27.949 do Oficial de Registro de Imóveis de Monte Mor – SP) do Loteamento PARQUE CENTRAL PARK MONTE MOR; definido pelas coordenadas N: 7461643,234 m e E: 264986,062 m, com azimute de 11°06'43" e distância de 16,57m, deste segue até o ponto A19, definido pelas coordenadas N: 7461659,496 m e E: 264989,256 m, com azimute de 281°06'43" e distância de 25,00m, deste segue até o ponto A20 confrontando do ponto A18a ao A20 com o lote 01 da quadra A (matrícula 19.801 do Oficial de Registro de Imóveis de Monte Mor – SP) do Loteamento JARDIM CENTRAL PARK MONTE MOR II; definido pelas coordenadas N: 7461664,315 m e E: 264964,725 m, com azimute de 11°06'43" e distância de 3,00m, deste segue até o ponto A5 confrontando do ponto A20 ao A5 com a Rua Aparecida Conceição Moraes Geremias (Prol. Rua 21). O perímetro acima descrito encerra uma área de 133,64 m². (cento e trinta e três metros e sessenta e quatro decímetros quadrados). Descrição esta constante do memorial descritivo, plantas e projetos constante nos processos 5097/2022, imóvel esse Área Institucional 01 do loteamento urbano denominado “Jardim Central Park Monte Mor II”, localizado na Cidade de Monte Mor – SP. O Imóvel não possui matrícula própria e está registrado sob nº R-10 da matrícula nº 18.237, Livro 2-Registro Geral, do Oficial de Registro de Imóveis de Monte Mor – SP. O Imóvel está cadastrado junto à Prefeitura Municipal de Monte Mor com o código nº 13.43.63.0060.01.0000.



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 25 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 603

Artigo 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 25 de novembro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral



DECRETO nº 5.831, de 25 de novembro de 2022

“Dispõe sobre a afetação de imóvel para certa finalidade FAIXA NON AEDIFICAND para passagem de esgoto sanitário do loteamento JARDIM CENTRAL PARK MONTE MOR II”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica afetada área do imóvel para certa finalidade FAIXA NON AEDIFICAND para passagem de esgoto sanitário do loteamento JARDIM CENTRAL PARK MONTE MOR II”

a) DA DESCRIÇÃO DA FAIXA NON AEDIFICA A SER INSTITUÍDA: Dita faixa NON AEDIFICAND objetiva a passagem de tubos de esgoto para passagens de tubulações em conformidade com memoriais descritivos, plantas e projetos constante nos processos 5096/2022, e possuem as seguintes descrições:

b) UMA FAIXA NON AEDIFICANDI para passagem de esgoto sanitário, com largura de 3,00m (três metros) localizado integralmente na Área Institucional 04 do Loteamento PARQUE CENTRAL PARK MONTE MOR (matrícula nº 27.949 do Oficial de Registro de Imóveis de Monte Mor – SP), que assim descreve: Inicia-se no ponto A18a definido pelas coordenadas N: 7.461.643,234 m e E: 264.986,062 m, com azimute de 100°02'36" e distância de 3,00m, deste segue até o ponto A7, confrontando do ponto A18a ao A7 com Área Institucional 01 do Loteamento JARDIM CENTRAL PARK MONTE MOR II, definido pelas coordenadas N: 7.461.642,710 m e E: 264.989,017 m, com azimute de 100°02'36" e distância de 31,77m, deste segue até o ponto A8 confrontando do ponto A7 ao A8 com Área Institucional 01 e Área Verde 01 do Loteamento JARDIM CENTRAL PARK MONTE MOR II, definido pelas coordenadas N: 7.461.637,168 m e E: 265.020,304 m, com azimute de 100°19'36" e distância de 10,09m, deste segue até o ponto A9 confrontando do ponto A8 ao A9 com Área Verde 01 do Loteamento JARDIM CENTRAL PARK MONTE MOR II; definido pelas coordenadas N: 7.461.635,361 m e E: 264.030,227 m, com azimute de 117°47'20" e distância de 41,78m, deste segue até o ponto A10 definido pelas coordenadas N: 7.461.615,885 m e E: 265.067,184 m, com azimute de 131°20'46" e distância de 22,25m, deste segue até o ponto A11 definido pelas coordenadas N: 7.461.601,187 m e E: 265.083,888 m, com azimute de 175°40'15" e distância de 18,12m, deste segue até o ponto A12, confrontando do ponto A9 ao A12 com Área Verde 04 do Loteamento PARQUE CENTRAL PARK MONTE MOR definido pelas coordenadas N: 7.461.583,121 m e E: 265.082,520 m, com azimute de 281°06'43" e distância de 3,02m, deste segue até o ponto A13 confrontando do ponto A12 ao A13 com Rua Aparicio Alves Pimentel (Rua 25) do Loteamento PARQUE CENTRAL PARK MONTE MOR definido pelas coordenadas N: 7.461.583,703 m e E: 265.079,556 m, com azimute de 4°19'45" e distância de 16,27m, deste segue até o ponto A14 definido pelas coordenadas N: 7.461.599,923 m e E: 265.080,783 m, com azimute de 311°20'46" e distância de 20,40m, deste segue até o ponto A15 definido pelas coordenadas N: 7.461.613,397 m e E: 265.065,470 m, com azimute de 297°47'20" e distância de 40,96m, deste segue até o ponto A16 definido pelas coordenadas N: 7.461.632,493 m e E: 265.029,236 m, com azimute de 280°19'36" e distância de



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 25 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 603

9,62m, deste segue até o ponto A17 definido pelas coordenadas N: 7.461.634,215 m e E: 265.019.773 m, com azimute de 280°02'36" e distância de 34,82m, deste segue até o ponto A18a, confrontando do ponto A13 ao A18a com Área Institucional 04 do Loteamento PARQUE CENTRAL PARK MONTE MOR (matrícula nº 27.949 do Oficial de Registro de Imóveis de Monte Mor – SP) definido pelas coordenadas N: 7.461.640,289 m e E: 264.985.484 m, com azimute de 11°06'43" e distância de 3,00m. O perímetro acima descrito encerra uma área de 255,10 m² (duzentos e cinquenta e cinco metros e dez décimos quadrados). Descrição esta constante do memorial descritivo, plantas e projetos constante nos processos 5096/2022. Imóvel esse Área Institucional 04 do loteamento urbano denominado “Parque Central Park Monte Mor”, localizado na Cidade de Monte Mor – SP, descrito e caracterizado na matrícula nº 27.949 do Oficial de Registro de Imóveis de Monte Mor – SP. O Imóvel está cadastrado junto à Prefeitura Municipal de Monte Mor com o código nº 13.43.62.0400.01.0000.

Artigo 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 25 de novembro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral



DECRETO nº 5.833, de 25 de novembro de 2022.

“Dispõe sobre a convocação da XII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente 2022 do município de Monte Mor - SP e dá outras providências.”

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas e pela Lei Orgânica do Município, com esteio nas Constituições Federal e Estadual, decreta:

Considerando a Resolução Nº 227, de 19 de maio de 2022, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente-CONANDA, que Dispõe sobre a convocação da 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a Deliberação Nº 04, de 31 de agosto de 2022, do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONDECA/SP, que dispõe sobre a Convocação das Conferências Lúdicas e Convencionais Estaduais, Regionais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente no Estado de São Paulo;

Considerando a mobilização e as decisões de seu Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA em torno da Conferência,

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a XII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com o Tema Central “Situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia da Covid-19: violações e vulnerabilidades, ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade”, a ser realizada na forma presencial no dia **02 de dezembro de 2022, das 8:00h às 12:30h, no Centro Cultural Joaquinção, sito a Rua Capitão Augusto Steffen nº 57, Jardim Planalto, Monte Mor – SP.**

Art. 2º. O Tema central será abordado em cinco eixos, sendo:

Eixo 1: Promoção e garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no contexto pandêmico e pós-pandemia;

Eixo 2: Enfrentamento das violações e vulnerabilidades resultantes da pandemia de Covid-19;



Eixo 3: Ampliação e consolidação da participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão e deliberação de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos seus direitos, durante e após a pandemia;

Eixo 4: Participação da sociedade na deliberação, execução, gestão e controle social de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes considerando o cenário pandêmico;

Eixo 5: Garantia de recursos para as políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes durante após a pandemia de Covid-19.

Art. 3º. As diretrizes gerais e organizativas para a realização do evento em epígrafe serão observadas conforme o Documento Base e Documento Orientador, elaborados pela Comissão Organizadora Nacional e aprovados em Plenária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente-CONANDA, que oferecem subsídios para o debate do tema central e eixos da conferência nacional e sobre as orientações de organização da 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 4º. Para organização e realização dos trabalhos dessa conferência fica instituída a Comissão Organizadora, cujas atribuições serão disciplinadas no Regimento Interno do Evento, a ser aprovado em plenária.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 25 de novembro de 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixado em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



PORTARIAS

PORTARIA Nº 6.732 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2022



Portaria nº 6.732 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2022.

“Dispõe sobre criação e implantação da Comissão Permanente de Avaliação de Exames de Alta Complexidade, Medicamentos não Padronizados, Nutrição Oral/Enteral.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o excesso de gastos com o custeio de Exames de Alta Complexidade, com cotas reduzidas ou inexistentes no SUS;

CONSIDERANDO o excesso de solicitações que a Secretaria Municipal de Saúde, através da Unidade Mista de Saúde-UMS de Monte Mor recebe com referência a esses exames;

CONSIDERANDO que parte desses exames são solicitados por serviços particulares e/ou Convênios;

CONSIDERANDO a forte queda de arrecadação e a insuficiência financeira de recursos do Tesouro Municipal para o custeio desses exames.

RESOLVE

ARTIGO 1º-Fica criada e implantada a “Comissão Permanente de Avaliação de Exames de Alta Complexidade, Medicamentos não Padronizados, Nutrição Oral/Enteral”, que fica assim constituída:

- Marivanie Cristina Jacob Correia - Enfermagem
- Maria Bernardete Bet – Farmacêutica
- Elisangela Gois de Souza – Assistência Social
- Juliana Rosa Gicov – Central regulação
- Letícia Pagotto Piovesani Julio – Advogada
- Eliane Regina Queiroz Piai – Gestão
- Marina Mendes Rodrigues – Médica
- Alex Sandro Freitas Costa – Enfermeiros
- Marlúcia Aparecida de Melo Rodrigues – Hospital
- Fernanda Rossin – Médica
- Grazielli Silva Carvalho Pigatto – Nutricionista

ARTIGO 2º - A Comissão, composta por uma equipe multidisciplinar. Terá como incumbência avaliar, rigorosamente, as seguintes situações:-solicitações excepcionais;



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 25 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 603



- solicitações de exames de alta complexidade sem cotas ou com cotas reduzidas no SUS;

- exames laboratoriais que estejam fora da grade de cobertura da Unidade Mista de Saúde-UMS de Monte Mor;

- medicamentos que não fazem parte das RENAME ou REMUNE, nem da relação dos disponibilizados pelo Estado, através da Farmácia de Alto Custo;

- medicamentos para dietas e leites especiais.

ARTIGO 3º-A Comissão se reunirá duas vezes por mês, na segunda e última semana, para análise e deliberação das solicitações apresentadas, sendo que as possíveis negativas estarão sempre respaldadas por relatórios específicos e as concedidas serão enviadas ao Poder Executivo para apreciação e autorização.

ARTIGO 4º-Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 23 DE NOVEMBRO DE 2022.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



PODER LEGISLATIVO

EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA



Câmara Municipal de Monte Mor

"Palácio 24 de Março"

EDITAL
AUDIÊNCIA PÚBLICA

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO
DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE MOR

A **Presidente da Comissão de Justiça e Redação**, respeitada a decisão da Comissão, **CONVIDA** as autoridades e pessoas interessadas a participarem da Audiência Pública que será realizada na Câmara Municipal de Monte Mor, no dia **12 (doze) de dezembro de 2022 (dois mil e vinte e dois)**, às **10h00min** (dez horas), para discussão das seguintes proposituras:

PROJETO DE LEI Nº. 153/2022 – "*Autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio nutricional aos servidores públicos municipais inativos e pensionistas vinculados ao órgão do Regime Próprio de Previdência do Município de Monte Mor*", de autoria do PODER EXECUTIVO;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 36/2022 – "*Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 153/2022*", de autoria da Vereadora Wal da Farmácia.

O cidadão também poderá participar da audiência através do Portal e-Democracia da Câmara Municipal de Monte Mor, endereço eletrônico **edemocracia.montemor.sp.leg.br**. Também será possível acompanhar pelo canal do YouTube da Câmara, porém sem a possibilidade de interação.

Monte Mor, 25 de novembro de 2022.

Valdirene Joandsin da Silva
Presidente da Comissão de Justiça e Redação

Rua Rage Maluf, 61 - Monte Mor - SP - CEP 13190-000 - Fone/Fax: (19)
3889-2780

E-mail: camara@camaramontemor.sp.gov.br



EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE MOR

O **Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento**, respeitada a decisão da Comissão, **CONVIDA** as autoridades e pessoas interessadas a participarem da Audiência Pública que será realizada na Câmara Municipal de Monte Mor, no dia **05 (cinco) de dezembro de 2022 (dois mil e vinte e dois)**, às **10h00** (dez horas), para discussão das seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº. 139/2022 – “*Estima a receita e fixa a despesa do Município de Monte Mor para o exercício de 2023, e dá outras providências*”, de autoria do PODER EXECUTIVO (LOA 2023);

EMENDA MODIFICATIVA Nº 17/2022 – “*Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 01/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022*”, de autoria do Vereador Beto Carvalho;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 18/2022 – “*Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 02/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022*”, de autoria da Vereadora Milziane Menezes;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 19/2022 – “*Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 03/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022*”, de autoria do Vereador Bruno Leite;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 20/2022 – “*Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 04/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022*”, de autoria da Vereadora Andrea Garcia;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 21/2022 – “*Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 05/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022*”, de autoria do Vereador Paranhos;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 22/2022 – “*Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 06/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022*”, de autoria do Vereador Alexandre Pinheiro;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 23/2022 – “*Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 07/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022*”, de autoria do Vereador Alexandre Pinheiro;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 24/2022 – “*Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 08/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022*”, de autoria do Vereador Altran;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 25/2022 – “*Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 09/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022*”, de autoria do Vereador Vítor Gabriel;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 26/2022 – “*Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 10/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022*”, de autoria do Vereador Professor Adriel;



EMENDA MODIFICATIVA Nº 27/2022 – "Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 11/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022", de autoria da Vereadora Camilla Hellen;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 28/2022 – "Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 12/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022", de autoria da Vereadora Wal da Farmácia;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 29/2022 – "Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 13/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022", de autoria da Vereadora Wal da Farmácia;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 30/2022 – "Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 15/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022", de autoria do Vereador Nelson Almeida;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 31/2022 – "Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 16/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022", de autoria do Vereador Nelson Almeida;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 32/2022 – "Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 17/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022", de autoria do Vereador João do Bar;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 33/2022 – "Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 18/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022", de autoria do Vereador Professor Fio;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 34/2022 – "Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 19/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022", de autoria do Vereador Professor Fio;

EMENDA MODIFICATIVA Nº 35/2022 – "Projeto de Emenda Parlamentar Impositiva nº 14/2022 ao Projeto de Lei do Executivo nº 139/2022", de autoria do Vereador Pavão da Academia.

O cidadão também poderá participar da audiência através do Portal e-Democracia da Câmara Municipal de Monte Mor, endereço eletrônico edemocracia.montemor.sp.leg.br. Também será possível acompanhar pelo canal do YouTube da Câmara, porém sem a possibilidade de interação.

Monte Mor, 24 de novembro de 2022.

Altran José Farias Lima
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

**DIVERSOS****TERMO ADITIVO Nº 01/2022 DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2022****TERMO ADITIVO Nº 01/2022 DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2022**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2022 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR E A ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL (ONG) NOVO DIA.

Pelo presente instrumento de um lado o Município de Monte Mor-SP, por intermédio da Prefeitura Municipal de Monte Mor, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 45.787.652/0001-56, com sede na Rua Francisco Glicério, 399-Centro, MONTE MOR-SP, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Edivaldo Antônio Brischi, portador da Cédula de Identidade sob o nº 16.342.765-3, e inscrito no CPF sob nº 105.071.048-70, residente e domiciliado na Rua Afonso Aferri, nº 1.649, na cidade de Monte Mor-SP, CONCEDENTE e do outro a ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL (ONG) NOVO DIA, inscrita no CNPJ nº 06.024.429/0001-03, estabelecida na Rua XV de Novembro nº 364, Centro de Monte Mor-SP, neste ato representada por sua Presidente, Cândida Aparecida Brischi Cavallaro, brasileira, casada, portadora do RG nº 8244772-X, CPF nº 968.253.248-53, doravante denominada PROPONENTE, resolvem celebrar o Termo de Aditamento ao TERMO DE COLABORAÇÃO, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

1-1.- O presente Termo de Colaboração tem por objeto a Execução do Plano de Trabalho proposta pela Colaboradora, na forma do artigo 22 e seguintes da Lei Ordinária nº 13.019/2014 (redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015) e aprovado pelo Município, sendo parte integrante e indissociável deste instrumento, que tem como finalidade garantir a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes no seu contra turno escolar, promovendo a convivência comunitária pelo viés da socialização.

CLÁUSULA SEGUNDA- DO OBJETO DO ADITAMENTO – PRAZO, QUANTIDADES E VALOR

2-1.-Fica prorrogado o prazo da parceria (Termo de Colaboração) por mais 05 (cinco) meses, a partir de 01 de agosto de 2022 e com término previsto para 31 dezembro de 2022, contados a partir da data de sua assinatura.

2-2.-O aditamento tem o seu caráter também de errata, para constar o que segue: Que o Termo de Colaboração nº 01/2022, constou a vigência de 01 de fevereiro de 2022 a 01 de agosto de 2022, quando o correto seria de 01/01/2022 até 31/12/2022.

2-3.-O valor do Termo de Colaboração está previsto de acordo com o Plano de Trabalho, sendo o valor mensal de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), totalizando o montante de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) até final de 31 de dezembro de 2022.

2-4.-Justifica-se a realização aquilo que propõe por tratar-se de ONG- Organização Não Governamental Novo Dia, constituída em 02/10/2003, é uma associação civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, que, com sede no Município de Monte Mor/SP e no cumprimento de suas finalidades, e em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente, procura promover oficinas gratuitas no contra turno escolar voltada ao desenvolvimento artístico e recreativo. Levando em consideração o período da pandemia, entendemos a necessidade de oferecer atividades que devolva aos atendidos a oportunidade de brincar, sonhar, desenvolver habilidades, além de possibilitar a sociabilidade de forma lúdica. O que será possível no espaço que utiliza mantendo a guarda e conservação patrimonial.



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 25 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 603



Permanecem inalteradas as demais e condições do Termo de Colaboração nº01/2022.

E, por estarem acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Monte Mor-SP, 01 de agosto de 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
PREFEITO MUNICIPAL

CÂNDIDA APARECIDA BRISCHI CAVALLARO
PRESIDENTE DA ONG-NOVO DIA

TESTEMUNHAS:

Silvio Luiz Gondari Rodrigues de Paula
CPF: 050.792.168-24

Juliana da Silva Januário Andrade
CPF: 337.503.048-74

Rua Francisco Glicério, 399 - Centro - Monte Mor - SP - 13190-000 - PABX: (19) 3879-9000 - www.montemor.sp.gov.br
Estado de São Paulo - CNPJ 45.787.652/0001-56



ANEXO RP-09-REPASSES AO TERCEIRO SETOR- TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 01/2022 DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2022

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO(A): MUNICÍPIO DE MONTE MOR
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCERIA: ONG NOVO DIA
TERMO ADITIVO Nº 01/2022 DO TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO Nº 01/2022
OBJETO: Execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 14 a 17 anos.
VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO (1): R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS).
EXERCÍCIO (1): 2022 -Período de 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.
ADVOGADO(S) Nº

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:
 - a) O ajuste acima referido e seus aditamentos / o processo de prestação de contas, estará(ão) sujeito(s) a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
 - b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
 - c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
 - d) As informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão concessor e entidade beneficiária, estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCE/SP – CadTCE/SP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:
 - a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
 - b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Monte Mor-SP, 01 de agosto de 2022



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 25 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 603



AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: Edivaldo Antônio Brischi
Cargo: Prefeito
CPF: 106.071.048-70

AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:

Nome: Cândida Aparecida Brischi Cavallaro
Cargo: Presidente
CPF: 968.253.248-53

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo:
PELO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: Edivaldo Antônio Brischi
Cargo: Prefeito
CPF: 105.071.048-70
Assinatura: _____

Nome: Silvana Aparecida Zanetti
Cargo: Secretária de Finanças
CPF: 107.995.978-56
Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou prestação de Contas:

PELA ENTIDADE PARCEIRA:
Nome: Cândida Aparecida Brischi Cavallaro
Cargo: Presidente
CPF: 968.253.248-53
Assinatura: _____

- (1) Valor repassado exercício, quando se tratar de processo de prestação de contas
(2) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive o endereço eletrônico



TERMO DE VERIFICAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA - TVO



Monte Mor, 23 de novembro de 2022.

TERMO DE VERIFICAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA - TVO

Alexandre Colaneri Campos, Secretário Municipal de Planejamento e Obras da Prefeitura Municipal de Monte Mor: atendendo solicitação do de pessoa interessada;

CERTIFICA para os devidos fins, que o loteamento residencial denominado "JARDIM CENTRAL PARK MONTE MOR II", aprovado por esta Municipalidade através do Decreto Municipal nº 4.882 de 21 de junho de 2018, revalidado pelo Decreto Municipal nº 4.993, de 15 de fevereiro de 2019, e Certificado nº 120/2018, e, registrado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor/SP, pela matrícula nº 18.237, foi regularmente vistoriado, ficando constatado através de vistoria no dia 21/11/2022 a execução total das obras de infraestrutura básica, de acordo com o cronograma de execução física, aprovado pelo Município de Monte Mor, respaldado ainda na decisão proferida pelo GRUPO DE TRABALHO PARA APROVAÇÃO DE PROJETOS.

CERTIFICA ainda, que a contar desta data, são recebidas pela Prefeitura Municipal de Monte Mor, em caráter definitivo, às obras de infraestrutura do loteamento mencionado acima, estando autorizada as providências de registro deste TVO junto ao Registro de Imóveis competente.

O referido é verdade e por merecer fé, assino,

Alexandre Colaneri Campos
Secretário Municipal de Planejamento e Obras



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 25 de Novembro de 2022 | Ano III | Edição 603

EDITAL

EDITAL RESUMIDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2022

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito de Monte Mor, AUTORIZA a publicação do Edital Resumido do Pregão Presencial nº 61/2022, como segue.

EDITAL RESUMIDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2022 – Objeto:
“Registro de preços para fornecimento futuro e parcelado de refeições prontas “marmitex” em atendimento a diversas Secretarias desta municipalidade, pelo período de 12 (doze) meses”, conforme descrito em anexo I.

Os documentos de habilitação serão recebidos no **dia 13 de dezembro de 2022 às 09:00 horas**, cuja abertura está programada para a mesma data, no mesmo horário.

O Edital poderá ser lido e obtido no endereço acima, no horário das 08:00 às 16:00 horas, ou pelo nosso site gratuitamente www.montemor.sp.gov.br – Portal da Transparência – Editais – 2022; outras informações através do telefone (19) 3879-9032.

Monte Mor, SP, em 25 de novembro de 2022
Edivaldo Antônio Brischi – Prefeito Municipal



EDITAL RESUMIDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2022

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito de Monte Mor, AUTORIZA a publicação do Edital Resumido do Pregão Presencial nº 66/2022, como segue.

EDITAL RESUMIDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2022 – Objeto: “Registro de preços para aquisição de luminárias de LED para iluminação de vias públicas desta municipalidade, pelo período de 12 (doze) meses. Conforme edital e seus anexos.

Os documentos de habilitação serão recebidos no **dia 09 de dezembro de 2022 às 09:00 horas**, cuja abertura está programada para a mesma data, no mesmo horário.

O Edital poderá ser lido e obtido no endereço acima, no horário das 08:00 às 16:00 horas, ou pelo nosso site gratuitamente www.montemor.sp.gov.br – Portal da Transparência – Editais – 2022; outras informações através do telefone (19) 3879-9032.

Monte Mor, SP, em 25 de novembro de 2022
Edivaldo Antônio Brischi – Prefeito Municipal



Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito de Monte Mor, AUTORIZA a publicação do Edital Resumido Retificado do Pregão Presencial nº 62/2022, como segue.

EDITAL RESUMIDO RETIFICADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2022 –
Objeto: “Registro de Preços para aquisição de LAVA-LOUÇAS INDUSTRIAL
para atender as necessidades da rede municipal de ensino” conforme edital e seus
anexos.

Os documentos de habilitação serão recebidos no **dia 08 de dezembro de 2022 às 09:00 horas**, cuja abertura está programada para a mesma data, no mesmo horário.

O Edital poderá ser lido e obtido no endereço acima, no horário das 08:00 às 16:00 horas, ou pelo nosso site gratuitamente www.montemor.sp.gov.br – Portal da Transparência – Editais – 2022; outras informações através do telefone (19) 3879-9032.

Monte Mor, SP, em 25 de novembro de 2022
Edivaldo Antônio Brischi – Prefeito Municipal



Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito de Monte Mor, AUTORIZA a publicação do Edital Resumido do Pregão Presencial nº 65/2022, como segue.

EDITAL RESUMIDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2022 – Objeto:
“Registro de preços para aquisição de combustível para diversas máquinas e veículos de diversas secretarias desta municipalidade, pelo período de 12(doze) meses”.

Os documentos de habilitação serão recebidos no **dia 12 de dezembro de 2022 às 14:00horas**, cuja abertura está programada para a mesma data, no mesmo horário.

O Edital poderá ser lido e obtido no endereço acima, no horário das 08:00 às 16:00 horas, ou pelo nosso site gratuitamente www.montemor.sp.gov.br – Portal da Transparência – Editais – 2022; outras informações através do telefone (19) 3879-9032.

Monte Mor, SP, em 25 de novembro de 2022
Edivaldo Antônio Brischi – Prefeito



EDITAL RESUMIDO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2022

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito Municipal de Monte Mor, AUTORIZA a publicação do Edital Resumido Pregão Eletrônico nº 68/2022, como segue.

EDITAL RESUMIDO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2022

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, torna público, para conhecimento de quantos possam interessar, que se encontra DISPONÍVEL o processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO nº 68/2022, que visa o: **“Registro de preços para aquisição de material escolar em forma de KIT ESCOLAR, para entrega ponto a ponto e distribuição gratuita para alunos da rede Municipal de Ensino”**.

As Propostas serão recebidas a partir das 8h00min do dia 29/11/2022 até às 08h00min do dia 15/12/2022. Início da Sessão de Disputa de preços: às 9h00min do dia 15/12/2022.

O Pregão eletrônico ocorrerá no endereço: www.bbmnetlicitacoes.com.br, (acesso identificado no link-licitações públicas). Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

O edital poderá ser lido e obtido no endereço acima, no horário das 08:00 às 16:00 horas, ou pelo nosso site gratuitamente www.montemor.sp.gov.br – Portal da Transparência – Editais – 2022; Outras informações através do telefone (19) 3879-9032.

Monte Mor, 25 de novembro de 2022
Edivaldo Antônio Brischi – Prefeito Municipal



EDITAL RESUMIDO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2022

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito de Monte Mor, AUTORIZA a publicação do Edital Resumido Pregão Eletrônico nº 67/2022, como segue.

EDITAL RESUMIDO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2022

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, torna público, para conhecimento de quantos possam interessar, que se encontra **DISPONÍVEL** o processo licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO nº 67/2022** que visa o: “Registro de preços para aquisição de solução educacional integrada, com objetivo de modernização do ensino municipal, contemplando a educação infantil, especial e fundamental (I e II)”.

As Propostas serão recebidas a partir das 8h00min do dia 01/12/2022 até às 08h00min do dia 12/12/2022. Início da Sessão de Disputa de preços: às 9h00min do dia 12/12/2022.

O Pregão eletrônico ocorrerá no endereço: www.bbmnetlicitacoes.com.br, (acesso identificado no link-licitações públicas). Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

O edital poderá ser lido e obtido no endereço acima, no horário das 08:00 às 16:00 horas, ou pelo nosso site gratuitamente www.montemor.sp.gov.br – Portal da Transparência – Editais – 2022; Ou5tras informações através do telefone (19) 3879-9032.

Monte Mor, 25 de novembro de 2022
Edivaldo Antônio Brischi – Prefeito Municipal



Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito de Monte Mor, AUTORIZA a publicação do Edital Resumido do Pregão Presencial nº 69/2022 como segue.

EDITAL RESUMIDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2022 – Objeto:
“Aquisição de Unidades de Gabinetes integrados (all in one) com monitores de no mínimo 21,5” e notebooks para serem utilizados pelos servidores da secretaria municipal de educação desta Municipalidade”.

Os documentos de habilitação serão recebidos no **dia 14 de dezembro de 2022 às 09:00horas**, cuja abertura está programada para a mesma data, no mesmo horário.

O Edital poderá ser lido e obtido no endereço acima, no horário das 08:00 às 16:00 horas, ou pelo nosso site gratuitamente www.montemor.sp.gov.br – Portal da Transparência – Editais – 2022; outras informações através do telefone (19) 3879-9032.

Monte Mor, SP, em 25 de novembro de 2022
Edivaldo Antônio Brischi – Prefeito



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico do Município de Monte Mor

(Lei Municipal nº 2.630, de 14 de agosto de 2018 e regulamentada pelo Decreto nº 5073, de 12 de setembro de 2019)

é uma publicação da Prefeitura de Monte Mor. Site: www.montemor.sp.gov.br CONTEÚDO:

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade das secretarias e órgãos públicos emissores.

Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor.

Para informações sobre como contatar o órgão emissor, ligue para (19) 3879-9000.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO:

Edição, diagramação e Publicação Eletrônica.

E-mail: diario.oficial@montemor.sp.gov.br



Sumário

PODER EXECUTIVO	1
DECRETOS	1
PORTARIAS	4
PODER LEGISLATIVO	4
EDITAL	11



Monte Mor / SP, Quinta-feira, 02 de Março de 2023 | Ano III | Edição 651

PODER EXECUTIVO

DECRETOS

DECRETO Nº 5889 DE MARÇO DE 2023



DECRETO Nº 5889 de Março de 2023.

“Dispõe sobre controle de acesso para loteamento e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º – Fica autorizado o controle de acesso ao loteamento denominado “**PORTO VILLE JATAÍ**”, de propriedade da **URBA 15 LOTEAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.620.780/0001-12, registrado sob nº R 03 da matrícula nº 28.713 do Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor – SP, com área total de 312.117,25m², conforme Lei Complementar nº 044 de 21 de dezembro de 2015, artigo nº 22, que será implantado pela **URBA 16 LOTEAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.621.516/0001-29, por meio de Contrato de Parceria firmado entre as Partes em 24 de outubro de 2022.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 01 de março de 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, publicado no Diário Oficial do Município e afixado em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



DECRETO Nº 5890 de 01 de março de 2023.

“Transpõe recursos de dotação dentro do mesmo órgão orçamentário e categoria de programação.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que a Constituição do Brasil, em seu artigo 167, VI, veda tão somente a transposição ou o remanejamento de recursos de dotações, sem prévia autorização legislativa, quando essa movimentação for de dotações de um órgão para outro ou de uma categoria de programação para outra;

CONSIDERANDO em consequência, que as transposições de recursos dentro do mesmo órgão e mesma categoria de programação independem de autorização legislativa;

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam transpostos os recursos de dotação para dotação, sempre dentro do mesmo órgão e categoria de programação, estabelecidos pela Lei n. 3023, de 19 de dezembro de 2022 nas dotações do orçamento vigente, conforme Anexo Único deste Decreto.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 01 de março de 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, afixado em local de costume do Paço Municipal, e publicado no diário oficial do Município, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 02 de Março de 2023 | Ano III | Edição 651



ANEXO ÚNICO

SECRETARIA	ÓRGÃO UNID. ORC. EXEC	FUNC/SUB/PROG/PROJ/ ATIVIDADE	CATEGORIA ELEMENTO	FTE REC.APLIC. VAR.	FICHA	VALOR R\$
SECR. DE PLANEJAMENTO E OBRAS	02.07.06	15 452 2075 2253	3.3.90.39	1 110 0000	976	500.000,00
SECR. DE PLANEJAMENTO E OBRAS	02.07.06	15 452 2075 1302	4.4.90.51	1 000 0000	968	500.000,00
SECR. DE FINANÇAS	02.03.01	28 843 2003 0001	4.6.90.76	1 110 0000	220	2.000.000,00
SECR. DE CHEFIA DE GABINETE	02.01.03	02 061 2078 2007	3.3.90.39	1 110 0000	51	600.000,00
SECR. DE CHEFIA DE GABINETE	02.01.03	02 061 2078 2007	3.3.90.91	1 110 0000	54	500.000,00
SECR. DE ADMINISTRAÇÃO, TRÂNSITO E MOB. URBANA	02.02.01	04 131 2002 2003	3.3.90.39	1 110.0000	107	200.000,00
SECR. DE ADMINISTRAÇÃO, TRÂNSITO E MOB. URBANA	02.02.01	04 131 2002 2203	3.3.90.39	1 110.0000	108	200.000,00
SECR. DE MEIO AMB. E AGRICULTURA	02.06.02	18 541 2052 2196	3.3.90.39	1 110 0000	878	4.000.000,00
VALOR TOTAL						8.500.000,00

Para:					
	ÓRGÃO UNID. ORC. EXEC	FUNC/SUB/ PROG/PROJ/ ATIVI- DADE	CATEGO- RIA ELE- MENTO	FTE REC.A- PLIC. VAR.	FICHA
SECR. DE PLANEJAMENTO E OBRAS	02.07.06	15 452 2075 1302	4.4.90.51	1 000 0000	968

Rua Francisco Glicério, 399 - Centro - Monte Mor - SP - 13190-000 - PABX: (19) 3879-9000 - www.montemor.sp.gov.br
Estado de São Paulo - CNPJ 45.787.652/0001-56

**PORTARIAS****PODER LEGISLATIVO**

Câmara Municipal de Monte Mor

"Palácio 24 de Março"

ATO DA MESA Nº 01/2023

Autoriza a Elemmor - Escola do Legislativo executar o projeto Estudantes Visitam a Câmara e define os termos da parceria com a Secretaria Municipal de Educação.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Monte Mor, nos termos do artigo 15 do Regimento Interno e da Resolução 04/2017, em especial o parágrafo único do art. 1º e o inciso IX do art. 2º

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a Escola do Legislativo de Monte Mor executar o projeto Estudantes Visitam a Câmara, de acordo com o Termo de Parceria que faz parte deste ATO através do anexo único.

Art. 2º O projeto Estudantes Visitam a Câmara objetiva receber estudantes do nono ano da rede pública municipal para conhecer os órgãos administrativos e legislativos da Câmara Municipal, seu funcionamento e importância para o Estado Democrático de Direito, visando estimular os adolescentes para a cidadania ativa e responsável.

Parágrafo único – As escolas particulares interessadas podem participar do projeto, devendo realizar o agendamento diretamente com a Elemmor e assumir as responsabilidades pelo transporte e acompanhamento dos seus alunos, incluindo a autorização dos pais e direito de imagem.

Art. 3º A programação das visitas dos estudantes do 9º ano no exercício 2023 será definida de comum acordo entre a Escola do Legislativo e a Secretaria Municipal de Educação, levando em consideração a agenda de uso do Plenário e o calendário de funcionamento da Câmara Municipal, priorizando os dias de quartas e quintas-feiras, exceto no caso do nono ano do EJA que será no dia de sessão ordinária.

Art. 4º É de responsabilidade da Escola do Legislativo receber os alunos na porta de entrada da Câmara, identificá-los com crachá, fazer lista de presença, registrar as atividades, organizar o tour pelas repartições da Câmara, orientar e monitorar os alunos sobre os cuidados que devem ter enquanto permanecerem no prédio da Câmara, receber e manter a guarda das autorizações de uso de imagens dos pais ou tutor responsável dos estudantes.

Art. 5º Poderá a Elemmor contar com os recursos materiais e humanos do Poder Legislativo, desde que requeridos com antecedência, incluindo o fornecimento de lanches aos alunos visitantes.

Art. 6º Será de responsabilidade da Secretaria de Educação o transporte dos alunos à Câmara Municipal, manter uma pessoa responsável para acompanhar os alunos no percurso e durante a estadia deles no prédio da Câmara.

Rua Rage Maluf, 61 - Monte Mor - SP - CEP 13190-000 - Fone/Fax: (19) 3889-2780

E-mail: camara@camaramontemor.sp.gov.br



Câmara Municipal de Monte Mor

"Palácio 24 de Março"

Art. 7º As unidades de ensino devem enviar por e-mail elemmor@camaramontemor.sp.gov.br os nomes dos alunos que visitarão a Câmara Municipal em até dois dias antes da visita agendada para confecção de lista de presença e crachás de identificação.

Art. 8º As escolas devem providenciar a autorização dos tutores responsáveis para Câmara de Vereadores ter o direito de uso de imagem do aluno, que deverá ser entregue até a data da visita.

Parágrafo único – o aluno que não tiver autorização para Câmara divulgar a sua imagem, não poderá participar de todas as atividades promovidas pela Elemmor.

Art. 9º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, devendo a Escola do Legislativo de Monte Mor, com o apoio dos demais órgãos internos, tomar as medidas necessárias para sua execução.

Câmara Municipal de Monte Mor – SP, 17 de fevereiro de 2023

ALTRAN JOSÉ FARIAS LIMA
Presidente

WAL DA FARMÁCIA
1º Secretária

PROFESSOR FIO
2º Secretário

Publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Monte Mor, em 14 de fevereiro do ano de 2023.

ALEXANDRE CAMARGO SANTANA
Diretora Geral

Rua Rage Maluf, 61 - Monte Mor - SP - CEP 13190-000 - Fone/Fax: (19) 3889-2780

E-mail: camara@camaramontemor.sp.gov.br



Câmara Municipal de Monte Mor

"Palácio 24 de Março"

ANEXO ÚNICO

MINUTA

TERMO DE PARCERIA

Câmara Municipal e Secretaria de Educação

A Câmara Municipal de Monte Mor, representada pelo vereador Altran José Farias Lima, na função de Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Monte Mor, com sede à Rua Rage Maluf, n.º 61, e a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Turismo do Município de Monte Mor, representada neste ato pela Professora Sandra Regina Cruz Fernandes Bruzon, assinam TERMO DE PARCERIA para execução do projeto Estudantes Visitam a Câmara nos termos que seguem:

Cláusula 1ª O termo de parceria objetiva a execução do projeto Estudantes Visitam a Câmara nos termos do Ato da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Monte Mor nº 01 de 2023.

Cláusula 2ª Para execução do projeto Estudantes Visitam a Câmara, fica constituída comissão organizadora formada pelo Diretor da Escola do Legislativo e pela responsável da Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

Cláusula 3ª A comissão organizadora de que trata a cláusula 2ª definirá a programação das atividades, das visitas, do conteúdo pedagógico, e demais elementos que julgar necessário para execução da parceria, considerando sempre a legislação vigente.

Cláusula 4ª A Secretaria de Educação do Município de Monte Mor responsabiliza-se por:

I - providenciar o transporte dos alunos da unidade de ensino à sede da Câmara Municipal;

II - manter uma pessoa responsável para acompanhar os alunos no percurso da unidade de ensino até a Câmara e durante a estadia dos alunos no prédio do Poder Legislativo;

Rua Rage Maluf, 61 - Monte Mor - SP - CEP 13190-000 - Fone/Fax: (19) 3889-2780

E-mail: camara@camaramontemor.sp.gov.br



Câmara Municipal de Monte Mor

"Palácio 24 de Março"

III – orientar as escolas municipais para enviar pelo e-mail elemmor@camaramontemor.sp.gov.br os nomes dos alunos que visitarão a Câmara Municipal com antecedência de dois dias da visita agendada;

IV – providenciar autorização dos tutores responsáveis para uso de imagem dos estudantes responsáveis, e entregar à Elemmor antes do início da visita;

V – realizar algum tipo de atividade com os alunos visitantes sobre as competências do Poder Legislativo, do Poder Executivo e do Poder Judiciário;

VI – Incentivar cada aluno em produzir um artigo de opinião a respeito da experiência vivenciada na visita a Câmara sob a orientação do professor de Língua Portuguesa, que também será responsável por selecionar a melhor produção e encaminhar para a Secretaria Municipal de Educação. O artigo será publicado no site da Câmara Municipal destinado a ELEMOR.

Cláusula 5ª – É de responsabilidade da Câmara Municipal de Monte Mor:

I – recepcionar os alunos na entrada do prédio da Câmara Municipal;

II – identificar cada aluno, entregar o crachá e coletar assinatura deles em lista de presença previamente elaborada;

III – organizar o roteiro de atividades no interior da Câmara, zelando pela segurança dos mesmos dentro do prédio;

IV – desenvolver atividades sobre o que é, como funciona e competências sobre o Poder Legislativo, com foco na importância para sociedade e suas funções legislativas.

V – registrar as atividades e avaliar o desenvolvimento das atividades para cada grupo de visitantes;

VI – manter arquivadas as autorizações de uso de imagem dos estudantes.

VII – Publicar o artigo de opinião escolhido e encaminhado pela Secretaria de Educação, que servirá de material de avaliação do projeto.

Cláusula 7ª – Este Termo de Parceria tem início na data de sua assinatura e se encerra em 30 de novembro do corrente ano.

Monte Mor-SP, 17 de fevereiro de 2023

ALTRAN JOSÉ FARIAS LIMA

SANDRA REGINA CRUZ FERNANDES BRUZON

Rua Rage Maluf, 61 - Monte Mor - SP - CEP 13190-000 - Fone/Fax: (19) 3889-2780

E-mail: camara@camaramontemor.sp.gov.br



Monte Mor / SP, Quinta-feira, 02 de Março de 2023 | Ano III | Edição 651



Câmara Municipal de Monte Mor

"Palácio 24 de Março"

Presidente da Câmara

Secretária de Educação, Esporte e Turismo
do Município de Monte Mor

Rua Rage Maluf, 61 - Monte Mor - SP - CEP 13190-000 - Fone/Fax: (19) 3889-2780

E-mail: camara@camaramontemor.sp.gov.br



Portaria Nº 19/2023 1

PORTARIA Nº 19 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2023.

"Dispõe sobre concessão de férias à servidora efetiva Maria Elisabeth Hadler Azevedo e dá outras providências".

ALTRAN JOSÉ FARIAS LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e:

Considerando o disposto nos artigos 44, 52, 54 e 55 todos da Lei Complementar Nº 04/2006;

Considerando ainda os termos da Instrução Normativa Nº 08/2019;

Considerando finalmente o deferimento no requerimento de férias do servidor, devidamente arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Casa de Leis:

R e s o l v e

Art. 1º - Conceder férias regulamentares de 20 dias à servidora efetiva **MARIA ELISABETH HADLER AZEVEDO**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Recepcionista da Câmara Municipal de Monte Mor, matrícula funcional nº 13, com vencimento classificado na referência E-V (Portaria de Nomeação nº 07/2009), referente ao período aquisitivo de 02/2022 a 02/2023, a partir do dia 06 de março de 2023, devendo retornar às suas atividades normais no dia 16 de março do mesmo ano (1º período), e a partir de 12 de junho de 2023, devendo retornar às suas atividades normais no dia 22 de junho do mesmo ano (2º período).

Art. 2º - Fica concedida a conversão de 1/3 (hum terço) das férias em valor pecuniário.

Art. 3º - Ficam os setores de Recursos Humanos e Financeiro autorizados a promover as providências de praxe, observando os reflexos do período de férias como afastamento do servidor em Comissões em que ele eventualmente participe, ficando vedado o recebimento de gratificação pelo referido período.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Monte Mor, 27 de fevereiro de 2023.



Monte Mor / SP, Quinta-feira, 02 de Março de 2023 | Ano III | Edição 651

Portaria Nº 19/2023 2

ALTRAN JOSÉ FARIAS LIMA
Presidente

VALDIRENE JOANDSIN SILVA
1ª Secretária

Publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Monte Mor
aos 27 dias do mês fevereiro do ano de 2023.

ALEXANDRE CAMARGO SANTANA
Diretor Geral



EDITAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ACORDO Nº 01/2023



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ACORDO Nº 01/2023

A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS publica o Edital de Convocação para acordo nº 1/2023, conforme segue:

OBJETO: Convocação para apresentação de propostas de acordo direto com titulares de créditos de precatórios, nos termos do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4357 pelo Supremo Tribunal Federal, artigo 102, § 1º do ADCT, Lei Municipal 2689 de 04 de junho de 2019 e Decreto Municipal nº 5706 de 18 de julho de 2022.

A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS,

CONVOCA todos os titulares de precatórios da Prefeitura do Município de Monte Mor – São Paulo, para, querendo, apresentarem suas propostas de acordo direto.

1. DO DESÁGIO APLICADO E DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

1.1 - Poderão celebrar o acordo direto os titulares originais dos precatórios, seus sucessores “causa mortis” ou cessionários, mediante deságio de até 40% (quarenta por cento) do valor atualizado do crédito cujo cálculo seja definitivo, desde que não haja discussão do crédito em sede de ação rescisória ou recursos pendentes do Município de Monte Mor, ou crédito sujeito a retificação.

1.2 – Não serão realizados acordos em precatórios de ordem cronológica 2024.

1.3 – Os acordos em precatórios expedidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região não estão abrangidos por este edital, uma vez que devem ser objeto de edital expedido por aquele Tribunal, nos termos da Resolução nº 314, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

2. DO PERÍODO DE APRESENTAÇÃO

2.1 O requerimento para apresentação de proposta de acordo direto com o Município de Monte Mor, deverá ser devidamente preenchido e acompanhado da documentação exigida, deverá ser protocolado entre 23/01/2023 até 01/12/2023, de forma eletrônica, pelo sítio: (<https://servicosonline.gcaspp.com/Protocolo/protocolo.wpwizardsolicitacaoprotocolo.aspx?SIKdL1X1UPM8qS6CKtPyT2FN7w7muVlzh553wX62yPgY49L0z0RxVL5db8ihilFWfHyvX7bkWEg56nj27KIV1Q>), ou na forma presencial, diretamente no paço municipal, Rua Francisco Glicério, 399, Centro, Monte Mor – São Paulo, CEP 13190-079.

3. DOS DOCUMENTOS

3.1 - As propostas de acordo deverão ser instruídas com os seguintes documentos:

I - formulário de requerimento de acordo, conforme minuta padrão gerada pelo sistema eletrônico;

II - As propostas apresentadas pelos sucessores “causa mortis” deverão ser instruídas com:

a – o pedido de habilitação dos herdeiros protocolado nos autos da ação de execução;



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

b – a decisão judicial que deferiu a habilitação;

c – ofício encaminhado pela vara de origem à DEPRE, com a comunicação sobre o deferimento da habilitação dos herdeiros;

d – a indicação do grau de parentesco e a distribuição dos quinhões, para fins de correta tributação;

e – certidão ou decisão emitida pela DEPRE ou pelo respectivo Tribunal, que comprove que o precatório foi desmembrado para constar a titularidade de cada herdeiro, nos casos em que o requerimento de acordo não for apresentado por todos conjuntamente.

III – As propostas formuladas por representante(s) em favor de menor deverão ser instruídas com cópia da autorização judicial apta para o acordo, observando-se, para isso, o disposto no artigo 1691 do Código Civil;

IV – As propostas formuladas em favor de curatelado deverão ser instruídas com cópia da autorização judicial apta para o acordo, observando-se, para isso, o disposto no artigo 1748, III c.c. o artigo 1774, ambos do Código Civil;

V – As propostas formuladas por cessionários deverão ser instruídas com:

a – cópia do instrumento de cessão protocolado em juízo, conforme artigo 100, § 14, da Constituição Federal e Comunicado nº 60/2012 da DEPRE, nos precatórios de competência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, bem como a cadeia de cessões, se o caso;

b – decisão judicial que homologou a cessão de crédito;

c - ofício encaminhado pela vara de origem à DEPRE, com a comunicação sobre a homologação da cessão de crédito;

d - a indicação da distribuição dos quinhões, para fins de correta tributação e futura emissão dos informes de rendimentos;

VI - procuração atualizada de cada credor ou sucessor, com data posterior à publicação do edital, que confira poderes específicos para celebrar acordo direto. No caso de credor analfabeto ou que por qualquer motivo não possa assinar, a procuração deverá ser outorgada por instrumento público. No caso de pessoa jurídica credora, deverá ser juntado o contrato/estatuto social da sociedade;

VII - cópia do CPF e do RG, no caso de titulares de precatórios alimentares maiores de 60 (sessenta) anos;

VIII - comprovação da condição de portador de doença grave ou portador de deficiência, assim definidos na forma da Lei, ou que foi reconhecida pelo Tribunal competente;

IX - comprovação da individualização do precatório junto à DEPRE, nos casos de precatórios de outras espécies que não tenham sido expedidos individualmente. Caso não haja individualização, é indispensável a participação de todos os titulares do crédito, uma vez que não haverá desmembramento do crédito, salvo os honorários sucumbenciais.

3.2 - A proposta de acordo será apresentada pela via eletrônica, devendo ser assinada mediante o uso de certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica.

3.3 - O sistema eletrônico somente aceitará documentos e proposta de acordo em arquivos eletrônicos no formato "PDF".

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO****4. DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA**

4.1 - Das propostas deverão obrigatoriamente constar:

I - se o interessado se enquadra nos requisitos de prioridade ou não;

II - a indicação do ente devedor;

III - se os honorários advocatícios de sucumbência (fixados na ação de origem) estão incluídos na proposta. Caso a proposta seja exclusivamente de honorários advocatícios de sucumbência, o advogado deverá apresentá-la em nome próprio, inclusive nos precatórios de outras espécies. Em caso de sociedade de advogados, deverá ser indicado o CNPJ respectivo, para fins de tributação, com solicitação expressa nesse sentido. O Advogado proponente deve possuir procuração nos autos de origem e no precatório;

IV - que a apresentação da proposta de acordo posteriormente homologada acarreta, por parte do credor, na desistência automática (tácita) de toda e qualquer medida judicial visando aumentar o valor do crédito em execução ou a expedição de novo precatório quanto ao valor controvertido, bem como na concordância automática (tácita) com toda e qualquer medida judicial do Município que discuta o valor do crédito ou impugne a expedição de novo precatório quanto ao valor controvertido;

V - que o interessado declara, sob as penas da lei, estar o crédito do precatório livre de quaisquer ônus ou gravames judiciais ou extrajudiciais, tais como penhora, arresto ou sequestro;

VI - que o interessado tem ciência de que o pagamento será processado exclusivamente pelo Tribunal competente, a quem incumbirá a atualização do crédito e aplicação do deságio concedido pelo titular do precatório, na forma do Item 1 do Edital;

VII - que o pagamento realizado pelo Tribunal competente importa em quitação plena concedida pelo credor, que não poderá discutir os critérios de cálculo utilizados pelo Tribunal, salvo erro material;

VIII - a indicação de dados bancários para a realização do pagamento do acordo por depósito direto em conta pela Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos do TJSP (DEPRE), explicitando o nome do titular, CPF/CNPJ, banco e respectivo código, agência, número da conta bancária (se conta corrente ou poupança) e data de nascimento;

IX - os dados bancários tratados no inciso anterior devem ser do credor do precatório ou do advogado que o representa, desde que a procuração de que trata o inciso VI do item 3.1 lhe confira poderes para receber o pagamento e dar quitação.

X - É vedada a celebração de acordo parcial em relação a precatórios de outras espécies.

5. DO VALOR DESTINADO AO PAGAMENTO DE ACORDOS

5.1 - Serão destinados ao pagamento das propostas contempladas os valores disponíveis na segunda conta administrada pelo Tribunal de Justiça, reservada ao pagamento de precatórios por meio de acordos, nos termos do Decreto Municipal nº 5.706, de 18 de julho de 2022.

6. DO CRITÉRIO DE ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 - Ao fim de cada mês, será formado o lote de propostas a serem analisadas pela Câmara de Conciliação de Precatórios do Município de Monte Mor, que habilitará e classificará os pedidos conforme os critérios abaixo indicados, em lista que será divulgada no Diário Oficial do Município.

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

I – Os acordos referentes a precatórios com ordem cronológica de pagamento do exercício de 2023 formarão lote separado, a ser analisado e encaminhado ao Tribunal competente ao final dos demais lotes, observados os critérios do item 6.2.

6.2 -A classificação das propostas será feita de acordo com os seguintes critérios:

I - portadores de doenças graves e maiores de 60 (sessenta) anos titulares de precatórios alimentares, ordenados segundo a ordem cronológica do precatório. A condição de prioridade se refere ao credor originário vivo ou, se falecido, aos seus sucessores e não abrange cessionários do crédito;

II - ordem cronológica dos precatórios, de acordo com seus exercícios, sendo conferida prioridade a todos os precatórios alimentares no interior de cada exercício.

6.3 - Considera-se portador de doença grave aquele que tenha sua condição reconhecida pelo órgão de execução do Tribunal competente.

6.4 - Considera-se maior de 60 (sessenta) anos aquele que tenha completado essa idade até a data de protocolo do requerimento do pedido de acordo.

6.5 - Caso não sejam comprovados os requisitos dos subitens 6.3 e 6.4, os pedidos serão automaticamente classificados pela ordem cronológica, em obediência ao critério do inciso II do subitem 6.2, devendo a classificação ser realizada com base nas propostas apresentadas em cada mês.

7. DAS IMPUGNAÇÕES

7.1 - Será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a divulgação da lista de aprovados, para eventuais impugnações, as quais deverão ser apresentadas via protocolo endereçado à Procuradoria Geral do Município, de forma eletrônica, pelo sítio: (<https://servicosonline.gcaspp.com/Protocolo/protocolo.wizard SolicitacaoProtocolo.aspx?SIKdL1X1UPM8qS6CKtPyT2FN7w7muVlzh553wX62yPgY49L0z0RxVL5db8ihiIFWfHvX7bkWEg56nj27KIV1Q>), ou na forma presencial, diretamente no paço municipal, Rua Francisco Glicério, 399, Centro, Monte Mor – São Paulo, CEP 13190-079.

7.2 - Os recursos deferidos serão encaminhados ao Tribunal competente, para efetivação dos depósitos, com aplicação do deságio definido no Decreto nº 5.706, de 18 de julho de 2022, até o limite do valor disponível para pagamento dos acordos.

8. DAS PROPOSTAS CONTEMPLADAS

8.1 - Serão contempladas todas as propostas que possam ser pagas até o limite dos depósitos realizados na segunda conta administrada pelo Tribunal de Justiça, destinada ao pagamento de precatórios por meio de acordos.

9. DA EFETIVAÇÃO E DO PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS

9.1 - O efetivo pagamento será realizado pelo Tribunal competente, conforme disponibilidade financeira, a quem caberá a atualização do valor devido e aplicação do deságio concedido.

9.2 - O pagamento do acordo implicará plena quitação do precatório pelo credor, bem como eventual saldo *sub judice* ou ainda não requisitado, quando o valor requisitado for o incontroverso.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

9.7- O credor poderá desistir da proposta, a qualquer tempo, desde que antes do pagamento realizado pela DEPRE.

9.8- A desistência mencionada no item 9.7 deverá ser realizada mediante petição assinada por advogado com procuração atualizada, na qual conste poderes específicos para desistir e deverá ser apresentada no protocolo do Departamento Judicial da Procuradoria Geral do Município, de forma eletrônica, pelo sítio:

(<https://servicosonline.gcaspp.com/Protocolo/protocolo.wpwizardsolicitacaoprotocolo.aspx?SIKdL1X1UPM8qS6CKtPyT2FN7w7muVlzh553wX62yPgY49L0z0RxVL5db8ihiIFWfHyvX7bkWEg56nj27KIV1Q>), ou na forma presencial, diretamente no paço municipal, Rua Francisco Glicério, 399, Centro, Monte Mor – São Paulo, CEP 13190-079.

9.9- Nas hipóteses em que o deferimento do acordo já tiver sido publicado no diário oficial, caberá ao credor, além da providência mencionada no item 9.8, solicitar a desistência diretamente ao Desembargador Coordenador da DEPRE, através de petição no processo do precatório, não possuindo o Município, nessa hipótese, responsabilidade em solicitar a desistência do acordo junto ao Tribunal.

9.10- Após o envio dos acordos ao Tribunal competente para homologação, cessam as atribuições do Município com relação ao pagamento dos acordos.

10. DOS PEDIDOS INDEFERIDOS

10.1 - A ausência dos documentos necessários ou dos requisitos exigidos pela legislação em vigor e por este edital acarretará o indeferimento de plano da proposta.

10.2 - Serão indeferidas as propostas cujo valor requisitado esteja pendente de recurso ou de retificação, bem como de qualquer medida que importe em desconstituição do crédito, salvo quando requisitado o valor incontroverso.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 – Serão indeferidas as propostas de acordo em que o precatório tiver sido retificado pelo juízo do feito, mas a retificação não tenha sido comunicada à DEPRE.

11.2 - A celebração de acordo não dispensa o cumprimento, pelo credor, dos requisitos legais exigidos para o levantamento da quantia disponibilizada.

11.3 - O acordo poderá não produzir efeitos se constatadas irregularidades relativas à legitimidade do habilitante ou a outros pressupostos essenciais relacionados ao respectivo crédito, mesmo após seu encaminhamento ao Tribunal competente.

São Paulo, 13 de janeiro de 2023.

Edivaldo Antônio Brischi
Prefeito Municipal

Rua Francisco Glicério, 399 - Centro - Monte Mor - SP - 13190-000 - PABX: (19) 3879-9000 - www.montemor.sp.gov.br
Estado de São Paulo - CNPJ 45.787.652/0001-56

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2023****EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2.023**

A Prefeitura Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, **CONVOCA** os candidatos Classificados e Aprovados no **Concurso Público nº 01/2.019**, homologado em 22/11/2.019 **CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO**, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Monte Mor, com sede à Rua Francisco Glicério, 399 – Centro, desta cidade de Monte Mor, Estado de São Paulo, nos dias **06 E 07 DE MARÇO DE 2.023 no horário compreendido entre 08:00 às 12:00 horas**, para **apresentarem os documentos e habilitações exigidas**, conforme cláusulas constantes em **Edital**, assim tomando ciência de posse em seus respectivos cargos e certificando sua regularidade documental em ocorrendo casos de desistências dos melhores Classificados. A saber:

PEB II – LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) – Nº DE VAGAS: 01**ARLIAN GONÇALVES CRUZ****02º****APRESENTAR FOTOCÓPIA AUTENTICADA DOS DOCUMENTOS:**

LICENCIATURA PLENA EM LETRAS (COM HABILITAÇÃO EM LIBRAS OU EM LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA); OU LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA OU CURSO NORMAL SUPERIOR, EM QUE LIBRAS E LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA TENHAM CONSTITUÍDO LÍNGUAS DE INSTRUÇÃO, VIABILIZANDO A FORMAÇÃO BILÍNGUE; OU LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA OU CURSO NORMAL SUPERIOR COM PÓS GRADUAÇÃO EM LIBRAS.

OFICIAL DE ESCOLA – Nº DE VAGAS: 01**LARISSA DE MELLO VIEIRA****21º****APRESENTAR FOTOCÓPIA AUTENTICADA DOS DOCUMENTOS:**

ENSINO MÉDIO COMPLETO

INSPECTOR DE ALUNOS – Nº DE VAGAS: 04**EDSON KENNIS DOS SANTOS JUNIOR****18º****ZULMIRA MENDES NUNES DOS SANTOS****19º****EDUARDO HENRIQUE MENDES LUCAS****20º****CARLA DE CASSIA CARDOSO DE LIMA****21º****APRESENTAR FOTOCÓPIA AUTENTICADA DOS DOCUMENTOS:**

ENSINO MÉDIO COMPLETO

ALÉM DA FOTOCÓPIA AUTENTICADA DA HABILITAÇÃO PARA O CARGO, **TODOS** OS CONVOCADOS DEVERÃO APRESENTAR FOTOCÓPIA AUTENTICADA DOS DOCUMENTOS, A SABER:

CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CASAMENTO
CERTIDÃO DE NASCIMENTO E RG, CPF DOS FILHOS
CÉDULA DE IDENTIDADE (RG)
CÉDULA DE CADASTRO PESSOA FÍSICA (CPF)
TÍTULO DE ELEITOR
COMPROVANTE DE TER VOTADO NA ÚLTIMA ELEIÇÃO
COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA ATUAL NO NOME DO CANDIDATO
CERTIDÃO NEGATIVA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS
PORTARIA DE EXONERAÇÃO DE VÍNCULOS ANTERIORES
Nº PIS/PASEP – (O CARTÃO NÃO SERÁ ACEITO COMO COMPROVANTE).
CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (SUS)
CNIS – CADASTRO NACIONAL DE INFORMAÇÃO SOCIAL (EXTRATO PREVIDENCIÁRIO DE VÍNCULOS ANTERIORES)
01 (UMA) FOTO 3X4 (RECENTE)
PORTARIA DE EXONERAÇÃO DE VÍNCULOS ANTERIORES



Monte Mor / SP, Quinta-feira, 02 de Março de 2023 | Ano III | Edição 651



PARA ADESAO AO PLANO MÉDICO – APRESENTAR FOTOCÓPIA SIMPLES:

ESPOSO (A) = CERTIDÃO DE ESTADO CIVIL, RG, CPF E CARTÃO DO SUS
FILHOS = CERTIDÃO DE NASCIMENTO, RG, CPF, E CARTÃO DO SUS
DECLARAÇÃO DE ESTAR CURSANDO FACULDADE PARA FILHOS MAIORES DE 20 ANOS
ATÉ 23 ANOS E 12 MESES.

O não comparecimento nas datas estipuladas acima para o cumprimento das Cláusulas de Edital e a apresentação de documentos e habilitações exigidas implicará na desistência do classificado, podendo a Prefeitura convocar os imediatamente posteriores, obedecendo a ordem de classificação.

Monte Mor, 01 de março de 2.023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
PREFEITO MUNICIPAL

MARIO CÉZAR FRANCO JÚNIOR
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2023****EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2.023**

A Prefeitura Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, **CONVOCA** os candidatos Classificados e Aprovados no **Concurso Público nº 02/2.019**, homologado em 22/11/2.019 **CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO**, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Monte Mor, com sede à Rua Francisco Glicério, 399 – Centro, desta cidade de Monte Mor, Estado de São Paulo, nos dias **06 E 07 DE MARÇO DE 2.023 no horário compreendido entre 08:00 às 12:00 horas**, para **apresentarem os documentos e habilitações exigidas**, conforme cláusulas constantes em **Edital**, assim tomando ciência de posse em seus respectivos cargos e certificando sua regularidade documental em ocorrendo casos de desistências dos melhores Classificados. A saber:

MOTORISTA – Nº DE VAGAS: 06

JOÃO GONÇALVES DE SOUSA
JEFFERSON RODRIGUES DE ALMEIDA
CRISTIANO ANDERSON RODRIGUES
LEONEL DE LIMA NOGUEIRA
DIOGO APARECIDO BENEDETI
DJOVANI ROZENDO SCIAN GUERRERO

10º
11º
12º
13º
14º
15º

APRESENTAR FOTOCÓPIA AUTENTICADA DOS DOCUMENTOS:

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO; POSSUI CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO CNH NA CATEGORIA "D"; POSSUIR CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO EM CURSO DE FORMAÇÃO PARA TRANSPORTE COLETIVO OU ESCOLAR.

ALÉM DA FOTOCÓPIA AUTENTICADA DA HABILITAÇÃO PARA O CARGO, TODOS OS CONVOCADOS DEVERÃO APRESENTAR FOTOCÓPIA AUTENTICADA DOS DOCUMENTOS, A SABER:

CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CASAMENTO
CERTIDÃO DE NASCIMENTO E RG, CPF DOS FILHOS
CÉDULA DE IDENTIDADE (RG)
CÉDULA DE CADASTRO PESSOA FÍSICA (CPF)
TÍTULO DE ELEITOR
COMPROVANTE DE TER VOTADO NA ÚLTIMA ELEIÇÃO
COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA ATUAL NO NOME DO CANDIDATO
CERTIDÃO NEGATIVA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS
PORTARIA DE EXONERAÇÃO DE VÍNCULOS ANTERIORES
Nº PIS/PASEP – (O CARTÃO NÃO SERÁ ACEITO COMO COMPROVANTE).
CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (SUS)
CNIS – CADASTRO NACIONAL DE INFORMAÇÃO SOCIAL (EXTRATO PREVIDENCIÁRIO DE VÍNCULOS ANTERIORES)
01 (UMA) FOTO 3X4 (RECENTE)
PORTARIA DE EXONERAÇÃO DE VÍNCULOS ANTERIORES

PARA ADESÃO AO PLANO MÉDICO – APRESENTAR FOTOCÓPIA SIMPLES:

ESPOSO (A) = CERTIDÃO DE ESTADO CIVIL, RG, CPF E CARTÃO DO SUS
FILHOS = CERTIDÃO DE NASCIMENTO, RG, CPF, E CARTÃO DO SUS
DECLARAÇÃO DE ESTAR CURSANDO FACULDADE PARA FILHOS MAIORES DE 20 ANOS ATÉ 23 ANOS E 12 MESES

O não comparecendo nas datas estipuladas acima para o cumprimento das Cláusulas de Edital e a apresentação de documentos e habilitações exigidas implicará na desistência do classificado, podendo a Prefeitura convocar os imediatamente posteriores, obedecendo a ordem de classificação.

Monte Mor, 01 de março de 2.023.



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 02 de Março de 2023 | Ano III | Edição 651



EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
PREFEITO MUNICIPAL

MARIO CÉZAR FRANCO JÚNIOR
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Francisco Glicério, 399 - Centro - Monte Mor - SP - 13190-079 - PABX: (19) 3879-9000 – www.montemor.sp.gov.br
Estado de São Paulo - CNPJ 45.787.652/0001-56



EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2023



EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2.023

A Prefeitura Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, **CONVOCA** os candidatos Classificados e Aprovados no **Concurso Público nº 01/2.019**, homologado em 22/11/2.019 **CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO**, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Monte Mor, com sede à Rua Francisco Glicério, 399 – Centro, desta cidade de Monte Mor, Estado de São Paulo, nos dias **06 E 07 DE MARÇO DE 2.023 no horário compreendido entre 08:00 às 12:00 horas**, para **apresentarem os documentos e habilitações exigidas**, conforme cláusulas constantes em **Edital**, assim tomando ciência de posse em seus respectivos cargos e certificando sua regularidade documental em ocorrendo casos de desistências dos melhores Classificados. A saber:

PEB II – LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) – Nº DE VAGAS: 01

RENATA MIRANDA DOS SANTOS

03º

APRESENTAR FOTOCÓPIA AUTENTICADA DOS DOCUMENTOS:

LICENCIATURA PLENA EM LETRAS (COM HABILITAÇÃO EM LIBRAS OU EM LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA); OU LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA OU CURSO NORMAL SUPERIOR, EM QUE LIBRAS E LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA TENHAM CONSTITUÍDO LÍNGUAS DE INSTRUÇÃO, VIABILIZANDO A FORMAÇÃO BILÍNGUE; OU LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA OU CURSO NORMAL SUPERIOR COM PÓS GRADUAÇÃO EM LIBRAS.

ALÉM DA FOTOCÓPIA AUTENTICADA DA HABILITAÇÃO PARA O CARGO, **TODOS OS CONVOCADOS DEVERÃO APRESENTAR FOTOCÓPIA AUTENTICADA DOS DOCUMENTOS, A SABER:**

CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CASAMENTO
CERTIDÃO DE NASCIMENTO E RG, CPF DOS FILHOS
CÉDULA DE IDENTIDADE (RG)
CÉDULA DE CADASTRO PESSOA FÍSICA (CPF)
TÍTULO DE ELEITOR
COMPROVANTE DE TER VOTADO NA ÚLTIMA ELEIÇÃO
COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA ATUAL NO NOME DO CANDIDATO
CERTIDÃO NEGATIVA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS
PORTARIA DE EXONERAÇÃO DE VÍNCULOS ANTERIORES
Nº PIS/PASEP – (O CARTÃO NÃO SERÁ ACEITO COMO COMPROVANTE).
CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (SUS)
CNIS – CADASTRO NACIONAL DE INFORMAÇÃO SOCIAL (EXTRATO PREVIDENCIÁRIO DE VÍNCULOS ANTERIORES)
01 (UMA) FOTO 3X4 (RECENTE)

PARA ADESÃO AO PLANO MÉDICO – APRESENTAR FOTOCÓPIA SIMPLES:

ESPOSO (A) = CERTIDÃO DE ESTADO CIVIL, RG, CPF E CARTÃO DO SUS
FILHOS = CERTIDÃO DE NASCIMENTO, RG, CPF, E CARTÃO DO SUS
DECLARAÇÃO DE ESTAR CURSANDO FACULDADE PARA FILHOS MAIORES DE 20 ANOS ATÉ 23 ANOS E 12 MESES.

O não comparecendo nas datas estipuladas acima para o cumprimento das Cláusulas de Edital e a apresentação de documentos e habilitações exigidas implicará na desistência do classificado, podendo a Prefeitura convocar os imediatamente posteriores, obedecendo a ordem de classificação.

Monte Mor, 02 de março de 2.023.



Monte Mor / SP, Quinta-feira, 02 de Março de 2023 | Ano III | Edição 651



EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
PREFEITO MUNICIPAL

MARIO CÉZAR FRANCO JÚNIOR
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Francisco Glicério, 399 - Centro - Monte Mor - SP - 13190-079 - PABX: (19) 3879-9000 – www.montemor.sp.gov.br
Estado de São Paulo - CNPJ 45.787.652/0001-56



TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 03/2023 TERMO ADITIVO Nº 01/2023

DISPENSA POR INEXIGIBILIDADE-

TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR, SP, E A ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL MONTEMORENSE, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento de um lado o MUNICÍPIO DE MONTE MOR, SP, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ- sob o nº 45.787.652/0001-56, com sede na Rua – Francisco Glicério, 399, Centro, MONTE MOR, SP, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Edivaldo Antônio Brisch, portador da Cédula de Identidade sob n.º 16.342.765-3, e inscrito no CPF sob n.º 105.071.048-70, residente e domiciliado na Rua Afonso Aferri nº 1.649, na cidade de Monte Mor, SP, CONCEDENTE e do outro ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL MONTEMORENSE, INSCRITA no CNPJ nº 50.099.944/0001-36, estabelecida, na rua: José Ferreira nº 314, centro de Monte Mor/ SP, neste ato representada por sua Presidente, Maria Elizabeth Costa Clemente, brasileira, casada, RG 9.853.664-3 e CPF 966.566.978-87 doravante denominada PROponente, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao TERMO DE COLABORAÇÃO 03/2023, com fundamento na Lei Federal nº 13.019 de 31 de Julho de 2.014, na Instrução nº 02/2008 do Tribunal de Contas do Estado de SÃO PAULO e, sujeitando-se, no que couber, às normas contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

- Fica permitida a disponibilização de assistente social para a proponente, que desenvolve as atividades de atendimento junto a família dos idosos da nossa entidade.

CLÁUSULA SEGUNDA

- Permanecem inalterados as demais cláusulas do termo inicial.



Monte Mor / SP, Quinta-feira, 02 de Março de 2023 | Ano III | Edição 651



Monte Mor/SP, 01 de Março de 2023

Maria Elizabeth Costa Clemente
Presidente da Associação Assistencial Montemorensense

Edivaldo Antônio Brischi
Prefeito Municipal

Elaine Ravin Brischi
Secretária de Desenvolvimento Econômico e Social

Testemunhas.

1. _____
Nome: Bernadete de Lourdes Nemer
CPF.: 004.857.288-85

2. _____
Nome: Silvio Luiz Gondari Rodrigues de Paula
CPF.: 050.792.168-24

Rua Francisco Glicério, 399 - Centro - Monte Mor - SP - 13190-000 - PABX: (19) 3879-9000 - www.montemor.sp.gov.br
Estado de São Paulo - CNPJ 45.787.652/0001-56



fls. 904



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEPRE 5.2 - Serviço de Gestões das Dívidas, Conciliações e Rateios dos Depósitos - Letras I a P
Endereço: Rua dos Sorocabanos, 680
Ipiranga - CEP 04202-001 - São Paulo - SP
Fone: (11) 2272-6347 - E-mail: depre5.2@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo DEPRE nº: **9000249-25.2015.8.26.0500/03**
Ent. Devedora: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR**
Págs: **848/903**

CONCLUSÃO

Em 09 de fevereiro de 2023, faço estes autos conclusos ao Exmo. Sr. Dr. AFONSO FARO JR., Desembargador Coordenador da Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos.

NILSON ALVES DE ALMEIDA

Diretor
DEPRE

Vistos.

Aprovo o edital constante das págs. 898/903, por encontrar-se em conformidade com os parâmetros estabelecidos nas normas vigentes.

Encaminhe-se, por mensagem eletrônica, cópia dos documentos de págs. 848/903 e desta decisão ao DEPRE 1.3 e ao DEPRE 2.1, para o que couber.

Oficie-se à PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR para conhecimento e providências cabíveis.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2023.

AFONSO FARO JR.

Desembargador Coordenador da
Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos
DEPRE

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO STIVAL JUNIOR e AFONSO DE BARROS FARO JUNIOR, liberado nos autos em 13/02/2023 às 18:11. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 9000249-25.2015.8.26.0500 e código 1E7F05B.



Monte Mor / SP, Quinta-feira, 02 de Março de 2023 | Ano III | Edição 651



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2023

PROPOSTA DE ACORDO PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIO COM
RECURSOS DA CONTA II

(NÃO/HÁ) pedido para incluir Verba Honorária no acordo.

ORDEM CRONOLÓGICA Nº XXX / XXX (NÚMERO DA ORDEM
CRONOLÓGICA) - Tipo Precatório: XXXXX (ALIMENTAR OU OUTRAS
ESPÉCIES)

EP nº (NÚMERO DO PRECATÓRIO)

Autos nº (NÚMERO DOS AUTOS ORIGINAIS) da XXº VARA DA XXXXXXXXXXXXX

1-Titular(s): (NOME DO CREDOR/TITULAR DO CRÉDITO) C.P.F/CNPJ.:
XXX.XXX.XXX-XX, por meio de seu advogado abaixo assinado, vem formular a
presente PROPOSTA DE ACORDO PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIO
(nome
da entidade devedora), nos termos do(s) Decretos Municipais nº XXXX, de xx (dia) de
XXXX(mês) de XXXX(ano), nº XXXX.

2-O(s) requerente(s) é(são) titular(es) de precatório supracitado inscrito para pagamento
no exercício de XXXX, sob ordem cronológica nº XXXX / XXXX decorrente de ação autuada
sob nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX que originalmente tramitou perante a XXº Vara
XXXXXXXXXXXXXX.

3-O(s) requerente(s) se enquadra(m) na hipótese do Edital de Nº XXX, comprovando
sua condição pelos documentos em anexo.

4-O(s) requerente(s) aceita(m) expressamente todos os termos do acordo previstos no
Decreto municipal nº XXXXX, de XX de XXXXXX de 20XX e do EDITAL DE
CONVOCAÇÃO PARA ACORDO Nº (XX/ANO), especialmente o disposto nos
itens 4.1, IV e 4.1, VII, do edital de convocação do acordo, que veda a celebração de

Rua Francisco Glicério, 399 - Centro - Monte Mor - SP - 13190-000 - PABX: (19) 3879-9000 - www.montemor.sp.gov.br
Estado de São Paulo - CNPJ 45.787.652/0001-56



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

acordo se existente recurso pendente bem como de acordo parcial em relação a precatórios de outras espécies.

5-O valor devido será apurado pela Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a quem incumbirá a atualização do crédito e aplicação do deságio definido no item 1.1 do Edital de Convocação concedido pelo titular do precatório, além do processamento e efetivação do pagamento.

6- O pagamento do presente acordo implicará em plena quitação pelo credor e extinção do precatório.

7- Dados bancários para depósitos, desde que celebrado por valor determinado, em espécie:

DADOS DO CREDOR

Nome: _____

CPF/CNPJ/RNE nº: _____

Conta bancária nº: _____

Banco: _____

Agência: _____

Número da Conta: _____

Tipo da conta: () conta corrente () conta poupança

Se poupança do Banco do Brasil DV _____

Data de nascimento: _____

8- O requerente tem ciência de que a presente proposta apenas implicará pagamento dos precatórios até o limite da disponibilidade financeira da conta destinada ao pagamento dos acordos, conforme previsto no Edital de Convocação.

Monte Mor, xx de xxxxxx de 20xx

Advogado



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico do Município de Monte Mor

(Lei Municipal nº 2.630, de 14 de agosto de 2018 e regulamentada pelo Decreto nº 5073, de 12 de setembro de 2019)

é uma publicação da Prefeitura de Monte Mor. Site: www.montemor.sp.gov.br CONTEÚDO:

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade das secretarias e órgãos públicos emissores.

Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor.

Para informações sobre como contatar o órgão emissor, ligue para (19) 3879-9000.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO:

Edição, diagramação e Publicação Eletrônica.

E-mail: diario.oficial@montemor.sp.gov.br



Sumário

PODER EXECUTIVO	1
DECRETOS	1
PORTARIAS	4
DIVERSOS	21
IPREMOR	25



PODER EXECUTIVO

DECRETOS

DECRETO Nº 5931 DE 26 DE ABRIL DE 2023



DECRETO Nº 5931 de 26 de Abril de 2023.

“Dispõe sobre aprovação de loteamento e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Artigo 1º – Ficam aprovados os planos de arruamento e loteamento denominado **“PARQUE SANTA MARGARIDA”**, de propriedade da **CAVAL 2 DESENVOLVIMENTO URBANO LTDA**”, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.355.781/0001-01, a ser implantado no imóvel objeto das matrículas nº 4.748 e 4.750 do Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor – SP, com área total de 630.863,86 m², conforme certificado GRAPROHAB nº 050/2022.

Artigo 2º – As construções deverão obedecer aos recuos mínimos estabelecidos no Código de Obras do Município

Artigo 3º – O proprietário deverá cumprir integralmente todas as exigências da Prefeitura Municipal descritas a seguir:

- a)** Promover a inscrição do loteamento no Registro Imobiliário na forma da legislação federal;
- b)** Solicitar junto ao oficial do RI a abertura de matrícula das áreas que no projeto constituem sistema de lazer, áreas verdes e áreas destinadas aos equipamentos urbanos e comunitários;
- c)** Executar os ramais de ligações domiciliares de água e esgoto para cada lote, exceto se as redes forem implantadas nas calçadas, mas tudo de conformidade com o projeto aprovado junto a Sabesp.
- d)** Construir dissipadores de energia nos sistemas de captação das águas pluviais nos pontos de lançamento a jusante para não causar danos ambientais, se estes estiverem previstos no projeto de drenagem constante do processo de aprovação.
- e)** Os lotes e áreas públicas no que se referir a sua topografia, aclives e declives com relação a via pública, serão configurados de conformidade com o projeto de Terraplanagem constante do processo de loteamento;
- f)** Não será permitida a construção nos lotes sem que todas as obras e exigências contidas no Decreto de aprovação forem cumpridas pelo loteador, vistoriadas nos prazos estabelecidos pela legislação federal e atestadas pela municipalidade, na totalidade do loteamento, ou nas etapas de execução que eventualmente forem terminadas.
- g)** Executar a recuperação e recomposição das áreas de preservação permanente com o plantio de mudas e vegetação nativa;
- h)** Sinalizar o sistema viário e os acessos (horizontal e vertical) de acordo com o projeto aprovado pelo Setor de Trânsito desta Municipalidade, e a normas do Código Nacional de Trânsito vigentes;
- i)** Executar a rede de energia elétrica e iluminação pública com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento de acordo com o projeto aprovado, para o seu normal e imediato

Rua Francisco Glicério, 399 - Centro - Monte Mor - SP - 13190-000 - PABX: (19) 3879-9000 - www.montemor.sp.gov.br
Estado de São Paulo - CNPJ 45.787.652/0001-56



funcionamento, de acordo com as normas da Cia. Paulista de Força e Luz;

j) Executar a rede de água e esgoto com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento, de acordo com o projeto aprovado, para o seu normal funcionamento, de acordo com as normas da Sabesp;

l) Executar as redes de galerias de águas pluviais, guias, sarjetas e pavimentação asfáltica de acordo com os projetos aprovados;

m) Executar a abertura de ruas, demarcação de lotes, áreas públicas e terraplanagem;

n) Cumprir integralmente as exigências contidas no certificado do GRAPROHAB nº050/2022.

o) Acompanhar a regularização do acesso do empreendimento, pela Rodovia SP 101, Km 16+344m, em nome do proprietário ou da municipalidade em processo que tramita junto à concessionária Rodovias do Tietê e Artesp e, em caso de aprovação, executar as obras do mencionado acesso segundo as normas estabelecidas no processo.

Artigo 4º – Após o cumprimento de todas as exigências a que alude o presente Decreto, bem como aquelas ditas pela Lei Complementar nº 044/2015 (dispõe sobre a revisão do parcelamento do solo), será expedido o devido Termo de Execução de Obras, podendo ser emitido termo de execução parcial da obra, desde que atendidas todas as exigências legais para a etapa concluída.

Artigo 5º - O não cumprimento de quaisquer das exigências estabelecidas no Artigo anterior, importará na notificação do loteador para solução de eventuais pendências, podendo a prefeitura, em caso de não atendimento, adotar as medidas judiciais cabíveis.

Artigo 6º – Os tributos incidentes sobre os lotes serão devidos a partir do exercício seguinte à expedição do Termo de Execução de Obras ou ultrapassados 48 (quarenta e oito) meses do Registro do Loteamento objeto desse decreto junto ao Oficial de Registro de Imóveis de Monte Mor, sendo de responsabilidade do loteador, até que o mesmo informe, através de documento hábil, e após o registro do loteamento no Registro Imobiliário, os nomes de seus compradores, respeitadas as isenções concedidas por Lei.

Artigo 7º – Fica autorizada a CAVAL 2 DESENVOLVIMENTO URBANO LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.355.781/0001-01, a proceder o fechamento do perímetro e o acesso controlado do LOTEAMENTO PARQUE SANTA MARGARIDA, conforme Lei Complementar 044, de 21 de dezembro de 2015, artigo 22, e projeto urbanístico aprovado pela municipalidade de Monte Mor/SP.

Artigo 8º – Para garantia da execução das obras de infraestrutura do loteamento, orçadas em R\$ 18.057.348,52 (dezoito milhões, cinquenta e sete mil, trezentos e quarenta e oito reais e cinquenta e dois centavos), fica caucionado ao Município de Monte Mor – SP, em primeira e especial hipoteca, o imóvel descrito e caracterizado na matrícula nº4.751 do Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor, conforme laudos de avaliação 01, 02 e 03 apresentados.

Artigo 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 26 de Abril de 2023.



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 28 de Abril de 2023 | Ano III | Edição 687



EDIVALDO ANTONIO
BRISCHI:1050710487
0

Assinado de forma digital por
EDIVALDO ANTONIO
BRISCHI:1050710487
Dados: 2023.04.28 11:25:06
+03'00'

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, publicado no Diário Oficial do Município e afixado em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR
FRANCO JUNIOR

Assinado de forma digital por
MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Dados: 2023.04.28 11:25:30
-03'00'

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

Rua Francisco Glicério, 399 - Centro - Monte Mor - SP - 13190-000 - PABX: (19) 3879-9000 - www.montemor.sp.gov.br
Estado de São Paulo - CNPJ 45.787.652/0001-56



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 28 de Abril de 2023 | Ano III | Edição 687

PORTARIAS

PORTARIA Nº 6938 DE 28 DE ABRIL DE 2023



Portaria nº 6938 de 28 de abril de 2023.

“Dispõe sobre promoção de Guarda Civil Municipal, e dá outras providências”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO ofício nº 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 51, e 52/2023 do Secretário Municipal de Segurança, com base no parágrafo único do Artigo 30 da Lei Complementar nº 08 de 02.07.2007.

Resolve:

Artigo 1º – Ficam promovidos a classe imediatamente superior, **Classe Distinta**, os Guardas Civis Municipais abaixo relacionados, conforme dispõe o parágrafo único do Artigo 30 da Lei Complementar nº 08 de 02/07/2007;

Clovis Feliciano da Costa - Matrícula nº 1558;
Edson Aparecido Rodrigues de Castro - Matrícula nº 1362;
João Batista Filho - Matrícula nº 1560;
João Pedro de Santana - Matrícula nº 101452;
Jorge Alves Filho - Matrícula nº 101361;
Hélio Ribeiro de Sousa - Matrícula nº 2049;
Leandro Dias Rodrigues - Matrícula nº 2025;
Luciano de Campos - Matrícula nº 1530;
Marcelo Franco de Oliveira - Matrícula nº 1559;
Natalino Ferreira da Silva - Matrícula nº 1563.

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 28 de abril de 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

Rua Francisco Glicério, 399 - Centro - Monte Mor - SP - 13190-000 - PABX: (19) 3879-9000 - www.montemor.sp.gov.br
Estado de São Paulo - CNPJ 45.787.652/0001-56



Portaria nº 6939 de 28 de abril de 2023.

“Dispõe sobre readaptação de servidor e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica readaptada após avaliação pericial, a servidora **Edite Alves dos Santos**, matrícula 1740, efetiva no cargo de Servente, admitida em 24/02/2003, **com validade até 17 de setembro de 2023**, para prestar serviços junto à E.M “Leopoldo Paviotti”, sem prejuízos em seus vencimentos.

Artigo 2º – O não comparecimento do servidor, com 15 (quinze) dias de antecedência do prazo de vencimento da readaptação, para solicitar a prorrogação, implicará, automaticamente, em alta médica com o retorno ao cargo e função de origem.

Artigo 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22/03/2023.

Artigo 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 28 de abril de 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 6940 de 28 de abril de 2023.

“Dispõe sobre readaptação de servidor e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica readaptada após avaliação pericial, a servidora **Elaine de Cassia Ferreira Santos**, matrícula 9212, efetiva no cargo de Atendente de Creche, admitida em 02/01/2006, **com validade até 01 de outubro de 2023**, para prestar serviços junto à E.M “Prof. Lázaro Gonçalves Teixeira”, sem prejuízos em seus vencimentos.

Artigo 2º – O não comparecimento do servidor, com 15 (quinze) dias de antecedência do prazo de vencimento da readaptação, para solicitar a prorrogação, implicará, automaticamente, em alta médica com o retorno ao cargo e função de origem.

Artigo 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05/04/2023.

Artigo 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 28 de abril de 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 6941 de 28 de abril de 2023.

“Dispõe sobre readaptação de servidor e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica readaptada após avaliação pericial, a servidora **Fabiana Costa Nunes**, matrícula 9634, efetiva no cargo de Merendeira, admitida em 22/06/2015, **com validade até 28 de maio de 2023**, para prestar serviços junto à E.M “Douglas Tomas de Moraes”, sem prejuízos em seus vencimentos.

Artigo 2º – O não comparecimento do servidor, com 15 (quinze) dias de antecedência do prazo de vencimento da readaptação, para solicitar a prorrogação, implicará, automaticamente, em alta médica com o retorno ao cargo e função de origem.

Artigo 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30/03/2023.

Artigo 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 28 de abril de 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 6942 de 28 de abril de 2023.

“Dispõe sobre readaptação de servidor e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica readaptada após avaliação pericial, a servidora **Graziela da Costa Correia**, matrícula 7593, efetiva no cargo de PEB I, admitida em 02/02/2015, **com validade até 27 de agosto de 2023**, para prestar serviços junto à E.M “Leonardo Rodrigues da Silva”, sem prejuízos em seus vencimentos.

Artigo 2º – O não comparecimento do servidor, com 15 (quinze) dias de antecedência do prazo de vencimento da readaptação, para solicitar a prorrogação, implicará, automaticamente, em alta médica com o retorno ao cargo e função de origem.

Artigo 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/03/2023.

Artigo 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 28 de abril de 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 6943 de 28 de abril de 2023.

“Dispõe sobre readaptação de servidor e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica readaptada após avaliação pericial, a servidora **Jamila Massignan Rinaldi**, matrícula 2410, efetiva no cargo de Cuidador de Crianças, admitida em 02/05/2012, **com validade até 13 de julho de 2023**, para prestar serviços junto à E.M “Prof. Sarah Calil Gomes Carneiro”, sem prejuízos em seus vencimentos.

Artigo 2º – O não comparecimento do servidor, com 15 (quinze) dias de antecedência do prazo de vencimento da readaptação, para solicitar a prorrogação, implicará, automaticamente, em alta médica com o retorno ao cargo e função de origem.

Artigo 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16/03/2023.

Artigo 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 28 de abril de 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 6944 de 28 de abril de 2023.

“Dispõe sobre readaptação de servidor e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica readaptada após avaliação pericial, a servidora **Janaina Maria Souza Leão Scavone**, matrícula 9491, efetiva no cargo de Merendeira, admitida em 23/09/2013, **com validade até 22 de setembro de 2023**, para prestar serviços junto à Secretaria de Educação, sem prejuízos em seus vencimentos.

Artigo 2º – O não comparecimento do servidor, com 15 (quinze) dias de antecedência do prazo de vencimento da readaptação, para solicitar a prorrogação, implicará, automaticamente, em alta médica com o retorno ao cargo e função de origem.

Artigo 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27/03/2023.

Artigo 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 28 de abril de 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 6945 de 28 de abril de 2023.

“Dispõe sobre readaptação de servidor e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica readaptada após avaliação pericial, a servidora **Luci Glecia Miranda de Moura**, matrícula 2617, efetiva no cargo de Cuidador de Crianças, admitida em 08/04/2013, **com validade até 13 de agosto de 2023**, para prestar serviços junto à EM. “Pedro Transfereti”, sem prejuízos em seus vencimentos.

Artigo 2º – O não comparecimento do servidor, com 15 (quinze) dias de antecedência do prazo de vencimento da readaptação, para solicitar a prorrogação, implicará, automaticamente, em alta médica com o retorno ao cargo e função de origem.

Artigo 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15/02/2023.

Artigo 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 28 de abril de 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 6946 de 28 de abril de 2023.

“Dispõe sobre readaptação de servidor e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica readaptada após avaliação pericial, a servidora **Magali de Cássia Iorgatchof**, matrícula 2998, efetiva no cargo de Cuidador de Crianças, admitida em 22/01/2015, **com validade até 08 de outubro de 2023**, para prestar serviços junto à EM. “Jorge Chaud”, sem prejuízos em seus vencimentos.

Artigo 2º – O não comparecimento do servidor, com 15 (quinze) dias de antecedência do prazo de vencimento da readaptação, para solicitar a prorrogação, implicará, automaticamente, em alta médica com o retorno ao cargo e função de origem.

Artigo 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12/04/2023.

Artigo 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 28 de abril de 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 6947 de 28 de abril de 2023.

“Dispõe sobre readaptação de servidor e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica readaptada após avaliação pericial, a servidora **Marcia Moreira Madeira Bussioli**, matrícula 9527, efetiva no cargo de Servente, admitida em 18/10/2017, **com validade até 12 de setembro de 2023**, para prestar serviços junto à EM. “Prof. Teresa de Lourdes Ferreira Penteado”, sem prejuízos em seus vencimentos.

Artigo 2º – O não comparecimento do servidor, com 15 (quinze) dias de antecedência do prazo de vencimento da readaptação, para solicitar a prorrogação, implicará, automaticamente, em alta médica com o retorno ao cargo e função de origem.

Artigo 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17/03/2023.

Artigo 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 28 de abril de 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 6948 de 28 de abril de 2023.

“Dispõe sobre readaptação de servidor e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica readaptada após avaliação pericial, a servidora **Patricia Régia dos Santos**, matrícula 2613, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços, admitida em 08/04/2013, **com validade até 22 de agosto de 2023**, para prestar serviços junto à EM. “San Remo”, sem prejuízos em seus vencimentos.

Artigo 2º – O não comparecimento do servidor, com 15 (quinze) dias de antecedência do prazo de vencimento da readaptação, para solicitar a prorrogação, implicará, automaticamente, em alta médica com o retorno ao cargo e função de origem.

Artigo 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24/02/2023.

Artigo 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 28 de abril de 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 6949 de 28 de abril de 2023.

“Dispõe sobre readaptação de servidor e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica readaptada após avaliação pericial, a servidora **Adna Silva Santos da Cruz**, matrícula 9444, efetiva no cargo de Merendeira, admitida em 25/01/2010, **com validade até 18 de setembro de 2023**, para prestar serviços junto à EM. “Prof. Lúcia Marine de Paula”, sem prejuízos em seus vencimentos.

Artigo 2º – O não comparecimento do servidor, com 15 (quinze) dias de antecedência do prazo de vencimento da readaptação, para solicitar a prorrogação, implicará, automaticamente, em alta médica com o retorno ao cargo e função de origem.

Artigo 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23/03/2023.

Artigo 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 28 de abril de 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 6950 de 28 de abril de 2023.

“Dispõe sobre readaptação de servidor e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica readaptada após avaliação pericial, a servidora **Dulcelaine da Silva Pires**, matrícula 9622, efetiva no cargo de Servente, admitida em 17/10/2013, **com validade até 26 de setembro de 2023**, para prestar serviços junto à EM. “Miguel Jalbut”, sem prejuízos em seus vencimentos.

Artigo 2º – O não comparecimento do servidor, com 15 (quinze) dias de antecedência do prazo de vencimento da readaptação, para solicitar a prorrogação, implicará, automaticamente, em alta médica com o retorno ao cargo e função de origem.

Artigo 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31/03/2023.

Artigo 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 28 de abril de 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 6951 de 28 de abril de 2023.

“Dispõe sobre readaptação de servidor e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica readaptada após avaliação pericial, a servidora **Rosemeire Anastacia da Fonseca**, matrícula 9490, efetiva no cargo de Merendeira, admitida em 23/09/2013, **com validade até 15 de outubro de 2023**, para prestar serviços junto à EM. “Miguel Jalbut”, sem prejuízos em seus vencimentos.

Artigo 2º – O não comparecimento do servidor, com 15 (quinze) dias de antecedência do prazo de vencimento da readaptação, para solicitar a prorrogação, implicará, automaticamente, em alta médica com o retorno ao cargo e função de origem.

Artigo 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19/04/2023.

Artigo 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 28 de abril de 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 6952 de 28 de abril de 2023.

“Dispõe sobre readaptação de servidor e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica readaptada após avaliação pericial, a servidora **Sandra Elise Cassassola**, matrícula 7300, efetiva no cargo de PEB II, admitida em 08/03/2010, **com validade até 17 de setembro de 2023**, para prestar serviços junto à EM. “Leopoldo Paviotti”, sem prejuízos em seus vencimentos.

Artigo 2º – O não comparecimento do servidor, com 15 (quinze) dias de antecedência do prazo de vencimento da readaptação, para solicitar a prorrogação, implicará, automaticamente, em alta médica com o retorno ao cargo e função de origem.

Artigo 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22/03/2023.

Artigo 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 28 de abril de 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 6953 de 28 de abril de 2023.

“Dispõe sobre readaptação de servidor e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica readaptada após avaliação pericial, a servidora **Sueli Rosani de Oliveira Benassi**, matrícula 7300, efetiva no cargo de PDI, admitida em 24/01/2011, **com validade até 15 de outubro de 2023**, para prestar serviços junto à EM. “Prof. Helena Cristina Emke Fuscaldó”, sem prejuízos em seus vencimentos.

Artigo 2º – O não comparecimento do servidor, com 15 (quinze) dias de antecedência do prazo de vencimento da readaptação, para solicitar a prorrogação, implicará, automaticamente, em alta médica com o retorno ao cargo e função de origem.

Artigo 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19/04/2023.

Artigo 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 28 de abril de 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 6954 de 28 de abril de 2023.

“Dispõe sobre readaptação de servidor e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica readaptada após avaliação pericial, a servidora **Milza Maria de Paula**, matrícula 101497, efetiva no cargo de Merendeira, admitida em 14/08/1995, **com validade até 08 de outubro de 2023**, para prestar serviços junto à EM. “Prof. Fauze Calil Canfur”, sem prejuízos em seus vencimentos.

Artigo 2º – O não comparecimento do servidor, com 15 (quinze) dias de antecedência do prazo de vencimento da readaptação, para solicitar a prorrogação, implicará, automaticamente, em alta médica com o retorno ao cargo e função de origem.

Artigo 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12/04/2023.

Artigo 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 28 de abril de 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 28 de Abril de 2023 | Ano III | Edição 687

DIVERSOS

ATRIBUIÇÃO EDUCAÇÃO - MERENDEIRA



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO

A Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e de acordo com o Edital do Processo Seletivo Nº 002/2022, torna pública a Sessão de Contratação para preenchimento de vagas, na função de **Merendeira, em caráter de substituição** a ser realizada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo situada à rua Dr Carlos de Campos, 131 - Centro - Monte Mor/SP, conforme descreve-se abaixo:

ATRIBUIÇÃO - MERENDEIRA

02/05/2023 - 3ª FEIRA - 13h30

COMPARECER OS CANDIDATOS CLASSIFICADOS DO Nº 01 AO Nº 50

MERENDEIRA	
UNIDADE ESCOLAR	
1	VOLANTE
1	VOLANTE

Monte Mor, 28 de abril de 2023.

**ATRIBUIÇÃO EDUCAÇÃO - PEB I****SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO A Secretaria Municipal de Educação Cultura e Turismo, no uso de suas atribuições, convoca os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Nº 002/2022 para a Sessão de Atribuição de Classes/Aulas a ser realizada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo situada à rua Dr Carlos de Campos, 131 - Centro - Monte Mor/SP, conforme descreve-se abaixo:

SALDO DE ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E AULAS - 02/05/2023

PEB I - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I - 14h00
Candidatos classificados do 001 a 185

Tarde (150 horas)				
	Escola Municipal	Classe	Tipo Afast.	Período
1	EM Aurélio Trasferetti	Maternal II A	Licença Saúde	20/07/2023

Monte Mor, 28 de abril de 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Departamento de Vigilância em Saúde
Setor de Vigilância Sanitária

O Setor de Vigilância Sanitária, através deste, vem tornar público as seguintes publicações:

1) Alterações de dados cadastrais (Assunção de Responsabilidade Técnica e Baixa de Responsabilidade Técnica)

Empresa	Atividade	CNPJ/CPF	Endereço	Validade da licença sanitária
Sodexo do Brasil Comercial S.A Cozinha Tetra Pak	Fornecimento de Alimentos Preparados Preponderantemente para Empresas	49.930.514/3100-88	Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença KM 23.750, S/Nº Chapéu do Sol	13/04/2024
NCD – Dedetizadora e Desentupidora LTDA ME	Controle de Pragas Urbanas	45.075.873/0001-00	Rua Paineira, nº 384, Residencial Figueira III	18/04/2024

2) Concessão de Licença Sanitária

Empresa	Atividade	CNPJ/CPF	Endereço	Validade da licença sanitária
Sodexo do Brasil Comercial S.A Cozinha Tetra Pak	Fornecimento de Alimentos Preparados Preponderantemente para Empresas	49.930.514/3100-88	Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença KM 23.750, S/Nº Chapéu do Sol	13/04/2024
Cemtos – Centro Especializado em Medicina do Trabalho	Atividade Médica Ambulatorial Restrita a Consultas	06.084.692/0001-80	Rua Visconde do Rio Branco, nº 64, Jardim Fortuna	13/04/2024
Asvotec Termointustrial LTDA Ambulatório Médico	Atividade Médica Ambulatorial Restrita a Consultas	56.995.681/0002-00	Rodovia Cônego Cyriaco Scaranelo Pires, s/nº Chapadão	13/04/2024
NCD – Dedetizadora e Desentupidora LTDA ME	Controle de Pragas Urbanas	45.075.873/0001-00	Rua Paineira, nº 384, Residencial Figueira III	18/04/2024
S.P de Moraes Mercaria ME	Comércio Varejista de Mercadorias em geral, com Predominância de Produtos Alimentícios, Minimercados, Mercarias e Armazéns	47.079.000/0001-92	Rua Guilherme Júlio Scheffer, nº 45, Jardim Alvorada	20/04/2024
Letícia Barbieri da Silva ME	Comércio Varejista de Mercadorias em geral, com Predominância de Produtos Alimentícios, Minimercados, Mercarias e Armazéns	09.068.430/0001-10	Ávenida Jânio Quadros, nº 933, Centro	20/04/2024

*Praça Coronel Domingos Ferreira, 41 - Centro - Monte Mor (019) 3879-1130
visamontemor@gmail.com*



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 28 de Abril de 2023 | Ano III | Edição 687



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Departamento de Vigilância em Saúde
Setor de Vigilância Sanitária

Antônio João da Silva Monte Mor – ME Leila Fest	Comércio Varejista de Mercadorias em geral, com Predominância de Produtos Alimentícios, Minimercados, Mercearias e Armazéns	72.708.183/0001-05	Ávenida Jânio Quadros, nº 911, Centro	20/04/2024
Canaã Pesqueiro e Restaurante LTDA	Lanchonete, Casas de Chá, de Sucos e Similares	48.358.463/0001-56	Rua Santo Alves Pereira, s/nº, Quinhões da Boa Esperança	27/04/2024

Suellen Basso de Lima
Coordenadora de Vigilância Sanitária
COREN 338166

*Praça Coronel Domingos Ferreira, 41 - Centro - Monte Mor (019) 3879-1130
visamontemor@gmail.com*



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 28 de Abril de 2023 | Ano III | Edição 687

IPREMOR

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

Contratante: Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor/SP
Contratada: RCont Gestão Contábil Ltda
Objeto: Serviços técnicos de consultoria e assessoria na área contábil e fiscal.
Valor global do contrato: R\$ 28.200,00 (vinte e oito mil e duzentos reais)
Data da assinatura: 27/04/2023



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico do Município de Monte Mor

(Lei Municipal nº 2.630, de 14 de agosto de 2018 e regulamentada pelo Decreto nº 5073, de 12 de setembro de 2019)

é uma publicação da Prefeitura de Monte Mor. Site: www.montemor.sp.gov.br CONTEÚDO:

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade das secretarias e órgãos públicos emissores.

Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor.

Para informações sobre como contatar o órgão emissor, ligue para (19) 3879-9000.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO:

Edição, diagramação e Publicação Eletrônica.

E-mail: diario.oficial@montemor.sp.gov.br



Sumário

PODER EXECUTIVO	1
DECRETOS	1
DIVERSOS	4
AUDESP	7
STN	29



Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

PODER EXECUTIVO

DECRETOS

DECRETO Nº 5962 DE 25 DE MAIO DE 2023



DECRETO Nº 5962 de 25 de maio de 2023.

“Dispõe sobre a delimitação da Rua Dr. Carlos de Campos”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

DECRETA:

Artigo 1º – A Rua Dr. Carlos de Campos tem o seu início na Avenida Jânio Quadros e vai até o final da quadra A do loteamento Jardim Guanabara, *conforme croqui anexo que passa a fazer parte integrante do presente Decreto.*

Artigo 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 25 de maio de 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, publicado no Diário Oficial do Município e afixado em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700



EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

Rua Francisco Glicério, 399 - Centro - Monte Mor - SP - 13190-000 - PABX: (19) 3879-9000 - www.montemor.sp.gov.br
Estado de São Paulo - CNPJ 45.787.652/0001-56



DECRETO Nº 5959 de 24 de maio de 2023.

“Dispõe sobre a revalidação da aprovação dos planos e projetos de loteamento “Parque Central Park Monte Mor III”, e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

DECRETA:

Artigo 1º. - Ficam revalidados o prazo previsto no artigo 18, Inciso V, da Lei Federal 6766/1979 que dispõe sobre o loteamento de solo urbano e dá outras providências, para as obras aprovadas, relativos aos planos de arruamento e loteamento denominado **“Parque Central Park Monte Mor III”**, de propriedade da **“Terra de Ouro Empreendimentos Imobiliários LTDA”**, inscrita no CNPJ sob nº. 42.866.501/0001-03, a ser implantado no imóvel objeto da Matrícula Nº 26.716 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor/SP, com área total de 584.042,00 m², em conformidade com memoriais descritivos, plantas e projetos arquivados junto à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Certificado do GRAPOHAB nº. 295/2022, em conformidade ao **Decreto nº 5802 de novembro de 2022**.

Artigo 2º. - A revalidação mencionada no Artigo 1º é de 180 dias, contados da publicação deste instrumento.

Artigo 3º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 24 de maio de 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, publicado no Diário Oficial do Município e afixado em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

**DIVERSOS****CMDCA - RESULTADO DOS CANDIDATOS INSCRITOS****RESULTADO DOS CANDIDATOS INSCRITOS**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Monte Mor – CMDCA/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 8.069/90 – ECA, publica a lista de candidatos inscritos deferidas e indeferidas do processo unificado de escolha de Conselheiros Tutelares para o Município, conforme dispõe o Edital nº002/CMDCA-SP/2023.

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	RESULTADO
01	JOSIMARA APARECIDA CRIVELARI EMKE	INDEFERIDO
02	ANA PAULA SILVA MORAES	DEFERIDO
03	UTIBE ESSIEN EKPO	INDEFERIDO
04	ALINE FREITAS DOS SANTOS	DEFERIDO
05	LARISSA DIAS COELHO	DEFERIDO
06	RUTE MARIA DA SILVA MORAIS	DEFERIDO
07	VIVIANE REGINA DO PRADO PORTO	DEFERIDO
08	LARISSA TAMARA VIDAL	INDEFERIDO
09	WELLIGTON DE LIMA RAMOS BATISTA	INDEFERIDO
10	REGINA DINIZ CORREA	DEFERIDO
11	ROSINEIA FERREIRA RAMALHO SANTANA	DEFERIDO
12	ANDREIA CANDIDA DE OLIVEIRA	DEFERIDO
13	ANDREIA BENTO CARVALHO DA SILVA	DEFERIDO
14	ADRIANA DA SILVA PENATTI PIERINI	DEFERIDO
15	ERONILDA NASCIMENTO DE PAULO SILVA	DEFERIDO
16	WALTERBERG ALVES RIBEIRO	DEFERIDO
17	ANA PAULA ANDRADE DE MORENO SILVA CRUZ	DEFERIDO
18	CECILIA ADRIANA VENTECINCO	DEFERIDO
19	JULIANA APARECIDA FELICIO	DEFERIDO
20	MARCIA APARECIDA DIAS DA SILVA CRUZ	DEFERIDO
21	MAILZA MARIA DE SOUZA	DEFERIDO
22	JESSICA DE FATIMA MAXIMO VIEIRA NUNES	DEFERIDO
23	CAMILA PRISCILA FIGUEIRA	DEFERIDO
24	MARIA DA CONCEIÇÃO BARROSO	DEFERIDO
25	KELLY CRISTINA FERRO DA SILVA	DEFERIDO
26	MARIA ADILMA CORDEIRO MIGUEL	DEFERIDO
27	CLEITON RODRIGUES DOS SANTOS	DEFERIDO
28	JOSE LUIS CORREA	DEFERIDO
29	FERNANDA CRISTINA DA SILVA	DEFERIDO

Digitalizado com CamScanner



Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700




30	REGIANE TONETTO BODEA DINIZ	DEFERIDO
31	BIANCA SOUZA DE ALMEIDA CASCAIS	DEFERIDO
32	PAULA CRISTINA DIAS DA COSTA	DEFERIDO
33	KAMILA MENDES DE ARAUJO GOMES	DEFERIDO
34	RODRIGO MAGALHAES NASCIMENTO	DEFERIDO
35	ELIETE FORAO DE MOARES NOBRE BRAGA	DEFERIDO
36	MARLENE BARBOSA ALVES	INDEFERIDO
37	LEDA MARIA ARAUJO DA SILVA GUIMARAES	DEFERIDO
38	PATRICIA ALVES DE SOUZA NATIVIDADE	DEFERIDO
39	ADRIANA MARIA FERNANDES DIAS	INDEFERIDO
40	KATHLYN DA SILVA	DEFERIDO
41	MARIANA MEDEIROS DINIZ COSTA	DEFERIDO
42	VILMA DOS SANTOS PINHEIRO	DEFERIDO
43	LARISSA PAFUME	DEFERIDO
44	PALOMA DE FREITAS SILVA	DEFERIDO
45	ANDERSON FERNANDO GEOGETTI	INDEFERIDO

Monte Mor, 23 de maio de 2023.

Comissão Especial do Processo Unificado de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar


Daniel Martins Furlan
Membro


Renato Elias da Silva
Membro


Luiz Carlos Miguel
Membro

Digitalizado com CamScanner



Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

RESOLUÇÃO - CMAS Nº 11 DE 25 DE MAIO DE 2023



RESOLUÇÃO CMAS Nº 11 DE 25 DE MAIO DE 2023.

“Dispõe sobre a aprovação da Comissão Organizadora para a Conferência Municipal de Assistência Social”

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso das suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Municipal Nº 1126 de 14 de junho de 2005.

CONSIDERANDO, a deliberação da plenária realizada em 10/05/2023.

CONSIDERANDO, o afastamento da conselheira Denise Forchetti Tigre Caetano na comissão,

CONSIDERANDO, a Lei Nº 8.742/93 - LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social).

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar a nova formação da Comissão Organizadora para a Conferência Municipal de Assistência Social. Os conselheiros eleitos à referida Comissão são:

Poder Público	Sociedade Civil
Luciana Estevam Molina	Maria Elizabeth Costa Clemente
Eduardo de Oliveira Rosa	Elizângela Passos Morata

Artigo 2º - Revoga a resolução nº 10 de 17 de maio de 2023.

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Mor, 25 de maio de 2023.

Maria Elizabeth Costa Clemente
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

AUDES

AUDES - 2º BIMESTRE DE 2023

Balanco Orçamentario

(Artigo 52, incisos I e II, alíneas "a" e "b", da LC. 101/00)

Período: Janeiro/2023 a Abril/2023

Consolidado

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	PREVISTAS ATÉ O MÊS	REALIZADA ATÉ O MÊS	SALDO A REALIZAR				
RECEITAS CORRENTES	367.048.400,00	367.048.400,00	122.300.526,88	117.564.853,19	249.483.546,81				
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	67.566.000,00	67.566.000,00	22.512.991,20	22.467.334,89	45.098.665,11				
CONTRIBUIÇÕES	16.741.000,00	16.741.000,00	5.578.101,20	5.170.530,59	11.570.469,41				
RECEITA PATRIMONIAL	9.327.500,00	9.327.500,00	3.107.923,00	11.674.687,61	-2.347.187,61				
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	854,45	-854,45				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	272.232.900,00	272.232.900,00	90.708.002,28	74.932.555,15	197.300.344,85				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.181.000,00	1.181.000,00	393.509,20	3.318.890,50	-2.137.890,50				
RECEITAS DE CAPITAL	186.600,00	186.600,00	62.175,12	0,00	186.600,00				
ALIENAÇÃO DE BENS	4.500,00	4.500,00	1.499,40	0,00	4.500,00				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	182.100,00	182.100,00	60.675,72	0,00	182.100,00				
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	33.652.000,00	33.652.000,00	11.212.846,40	9.242.812,91	24.409.187,09				
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	37.017.000,00	37.017.000,00	12.334.064,40	12.362.531,26	24.654.468,74				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	370.600.000,00	370.600.000,00	123.483.920,00	120.684.571,54	249.915.428,46				
OP. DE CRÉDITO - REFINANC. (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
SUBTOTAL COM REFINANC. (III) = (I + II)	370.600.000,00	370.600.000,00	123.483.920,00	120.684.571,54	249.915.428,46				
DÉFICIT (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
TOTAL (V) = (III + IV)	370.600.000,00	370.600.000,00	123.483.920,00	120.684.571,54	249.915.428,46				
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEMENT./ REDUÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA	SALDO A EMPENHAR	SALDO A LIQUIDAR	SALDO A PAGAR
DESPESAS CORRENTES	314.017.100,00	-1.591.114,44	312.425.985,56	144.949.372,65	93.749.340,85	88.295.641,53	167.476.612,91	51.200.031,80	5.453.699,32
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	164.427.050,00	4.216.257,96	168.643.307,96	44.587.374,55	43.145.558,92	42.694.948,96	124.055.933,41	1.441.815,63	450.609,96
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	250.000,00	0,00	250.000,00	210.000,00	54.559,14	54.559,14	40.000,00	155.440,86	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	149.340.050,00	-5.807.372,40	143.532.677,60	100.151.998,10	50.549.222,79	45.546.133,43	43.380.679,50	49.602.775,31	5.003.089,36
DESPESAS DE CAPITAL	29.401.250,00	26.443.462,31	55.844.712,31	40.447.655,53	9.128.114,78	9.128.114,78	15.397.056,78	31.319.540,75	0,00
INVESTIMENTOS	8.453.250,00	28.443.462,31	36.896.712,31	21.507.655,53	1.756.519,98	1.756.519,98	15.389.056,78	19.751.135,55	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	20.948.000,00	-2.000.000,00	18.948.000,00	18.940.000,00	7.371.594,80	7.371.594,80	8.000,00	11.568.405,20	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.180.800,00	0,00	3.180.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	24.000.850,00	608.629,85	24.609.479,85	6.058.663,27	6.058.663,27	4.632.408,79	18.550.816,58	0,00	1.426.254,48
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	370.600.000,00	25.460.977,72	396.060.977,72	191.455.691,45	108.936.118,90	102.056.165,10	201.424.486,27	82.519.572,55	6.879.953,80
ANOT. DÍVIDA - REFINANC. (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB. COM REFINANC. (VIII)=(VI + VII)	370.600.000,00	25.460.977,72	396.060.977,72	191.455.691,45	108.936.118,90	102.056.165,10	201.424.486,27	82.519.572,55	6.879.953,80
SUPERÁVIT (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	11.748.452,64	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (X)=(VIII + IX)	370.600.000,00	25.460.977,72	396.060.977,72	191.455.691,45	120.684.571,54	102.056.165,10	201.424.486,27	82.519.572,55	6.879.953,80

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiante do Sistema Audeps do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP9347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controlador Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

Prefeitura Municipal de Monte Mor							
Demonstrativo por Função e Subfunção							
(Artigo 52, Incisos II, alínea "c", da LC. 101/00)							
Período: Janeiro/2023 a Abril/2023				Órgão: Consolidado			
DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO A EMPENHAR	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO A LIQUIDAR
1 - LEGISLATIVA	9.000.000,00	0,00	9.000.000,00	3.191.008,68	5.808.991,32	2.622.324,99	568.683,69
31 - AÇÃO LEGISLATIVA	9.000.000,00	0,00	9.000.000,00	3.191.008,68	5.808.991,32	2.622.324,99	568.683,69
2 - JUDICIÁRIA	2.988.450,00	-1.377.000,00	1.611.450,00	901.843,17	709.606,83	620.567,46	281.275,71
61 - AÇÃO JUDICIÁRIA	2.988.450,00	-1.377.000,00	1.611.450,00	901.843,17	709.606,83	620.567,46	281.275,71
334 - FOMENTO AO TRABALHO	5.250,00	0,00	5.250,00	0,00	5.250,00	0,00	0,00
4 - ADMINISTRAÇÃO	32.108.150,00	324.279,61	32.432.429,61	24.369.106,45	8.063.323,16	12.174.271,18	12.194.835,27
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	16.758.500,00	1.438.279,61	18.196.779,61	11.040.237,30	7.156.542,31	7.228.600,22	3.811.637,08
123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	4.054.300,00	-150.000,00	3.904.300,00	3.270.282,67	634.017,33	1.118.371,33	2.151.911,34
131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	500.000,00	-450.000,00	50.000,00	24.999,96	25.000,04	4.767,45	20.232,51
331 - PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	10.501.000,00	-514.000,00	9.987.000,00	9.985.999,84	1.000,16	3.774.945,50	6.211.054,34
334 - FOMENTO AO TRABALHO	294.350,00	0,00	294.350,00	47.586,68	246.763,32	47.586,68	0,00
6 - SEGURANÇA PÚBLICA	13.547.500,00	0,00	13.547.500,00	4.678.549,30	8.868.950,70	3.907.729,05	770.820,25
181 - POLICIAMENTO	12.961.300,00	0,00	12.961.300,00	4.429.738,40	8.531.561,60	3.737.374,54	692.363,86
182 - DEFESA CIVIL	544.200,00	0,00	544.200,00	237.050,90	307.149,10	158.594,51	78.456,39
334 - FOMENTO AO TRABALHO	42.000,00	0,00	42.000,00	11.760,00	30.240,00	11.760,00	0,00
8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	8.297.800,00	962.534,00	9.260.334,00	3.384.899,69	5.875.434,31	2.348.679,28	1.036.220,41
241 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO	73.000,00	-6.900,00	66.100,00	60.000,00	6.100,00	15.000,00	45.000,00
242 - ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	410.700,00	0,00	410.700,00	410.000,00	700,00	114.460,00	295.540,00
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	10.000,00	6.900,00	16.900,00	16.900,00	0,00	0,00	16.900,00
244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	7.754.100,00	962.534,00	8.716.634,00	2.892.049,69	5.824.584,31	2.213.269,28	678.780,41
334 - FOMENTO AO TRABALHO	50.000,00	0,00	50.000,00	5.950,00	44.050,00	5.950,00	0,00
9 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	50.765.000,00	0,00	50.765.000,00	5.606.640,93	45.158.359,07	5.545.899,57	60.741,36
272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	50.765.000,00	0,00	50.765.000,00	5.606.640,93	45.158.359,07	5.545.899,57	60.741,36
10 - SAÚDE	64.574.500,00	933.889,83	65.508.389,83	35.408.962,74	30.099.427,09	25.154.187,50	10.254.775,24
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	21.896.700,00	-32.500,00	21.864.200,00	18.059.471,91	3.804.728,09	12.796.097,41	5.263.374,50
301 - ATENÇÃO BÁSICA	22.076.700,00	420.224,83	22.496.924,83	7.074.548,46	15.422.376,37	5.874.957,75	1.199.590,71
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	17.884.800,00	546.165,00	18.430.965,00	9.622.124,06	8.808.840,94	5.960.444,55	3.661.679,51
303 - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	561.000,00	0,00	561.000,00	16.079,52	544.920,48	0,00	16.079,52
304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.930.000,00	0,00	1.930.000,00	508.027,91	1.421.972,09	393.976,91	114.051,00
305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	225.300,00	0,00	225.300,00	128.710,88	96.589,12	128.710,88	0,00
12 - EDUCAÇÃO	121.186.500,00	17.775.274,28	138.961.774,28	68.037.443,40	70.924.330,88	39.779.201,15	28.258.242,25
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.029.500,00	0,00	6.029.500,00	2.955.275,63	3.074.224,37	1.589.717,35	1.365.558,28
306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	2.876.500,00	0,00	2.876.500,00	1.888.948,53	987.551,47	623.673,61	1.265.274,92
361 - ENSINO FUNDAMENTAL	62.887.000,00	4.483.359,82	67.370.359,82	32.846.565,10	34.523.794,72	24.570.391,04	8.276.174,06
362 - ENSINO MÉDIO	2.741.500,00	12.534.155,94	15.275.655,94	13.226.487,87	2.049.168,07	603.277,97	12.623.209,90
363 - ENSINO PROFISSIONAL	590.000,00	-46.300,00	543.700,00	305.453,54	238.246,46	160.321,38	145.132,16

Metabit Sistemas para Gestao Publica

Página: 1/3 - 22/05/2023 10:52 sddaff.sdrs



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

Prefeitura Municipal de Monte Mor							
Demonstrativo por Função e Subfunção							
(Artigo 52, Incisos II, alínea "c", da LC. 101/00)							
Período: Janeiro/2023 a Abril/2023				Órgão: Consolidado			
DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO A EMPENHAR	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO A LIQUIDAR
364 - ENSINO SUPERIOR	785.000,00	0,00	785.000,00	529.763,55	255.236,45	151.007,36	378.756,19
365 - EDUCAÇÃO INFANTIL	44.317.000,00	804.058,52	45.121.058,52	15.668.163,75	29.452.894,77	11.912.177,65	3.755.986,10
366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	453.000,00	0,00	453.000,00	228.757,50	224.242,50	102.044,48	126.713,02
367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	507.000,00	0,00	507.000,00	388.027,93	118.972,07	66.590,31	321.437,62
13 - CULTURA	1.210.500,00	0,00	1.210.500,00	467.363,99	743.136,01	373.408,44	93.955,55
392 - DIFUSÃO CULTURAL	1.210.500,00	0,00	1.210.500,00	467.363,99	743.136,01	373.408,44	93.955,55
15 - URBANISMO	21.703.000,00	12.842.000,00	34.545.000,00	17.816.922,03	16.728.077,97	4.986.216,52	12.830.705,51
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	7.296.000,00	1.365.000,00	8.661.000,00	3.153.379,41	5.507.620,59	2.699.761,20	453.618,21
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	586.500,00	0,00	586.500,00	86.250,00	500.250,00	54.250,00	32.000,00
452 - SERVIÇOS URBANOS	13.820.500,00	11.477.000,00	25.297.500,00	14.577.292,62	10.720.207,38	2.232.205,32	12.345.087,30
16 - HABITAÇÃO	177.000,00	0,00	177.000,00	82.965,00	94.035,00	21.965,00	61.000,00
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	76.500,00	0,00	76.500,00	0,00	76.500,00	0,00	0,00
481 - HABITAÇÃO RURAL	100.500,00	0,00	100.500,00	82.965,00	17.535,00	21.965,00	61.000,00
18 - GESTÃO AMBIENTAL	10.414.100,00	-4.000.000,00	6.414.100,00	3.888.306,41	2.525.793,59	1.875.127,96	2.013.178,45
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.648.100,00	0,00	1.648.100,00	859.530,96	788.569,04	759.912,35	99.618,61
334 - FOMENTO AO TRABALHO	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00	0,00	0,00
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.262.000,00	0,00	1.262.000,00	178.608,61	1.083.391,39	74.963,85	103.644,76
452 - SERVIÇOS URBANOS	200,00	0,00	200,00	0,00	200,00	0,00	0,00
511 - SANEAMENTO BÁSICO RURAL	180.000,00	0,00	180.000,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00
541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	7.323.700,00	-4.000.000,00	3.323.700,00	2.850.166,84	473.533,16	1.040.251,76	1.809.915,08
20 - AGRICULTURA	737.000,00	0,00	737.000,00	95.640,18	641.359,82	66.438,82	29.201,36
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	357.300,00	0,00	357.300,00	49.541,24	307.758,76	20.339,88	29.201,36
511 - SANEAMENTO BÁSICO RURAL	300,00	0,00	300,00	0,00	300,00	0,00	0,00
605 - ABASTECIMENTO	400,00	0,00	400,00	0,00	400,00	0,00	0,00
606 - EXTENSÃO RURAL	379.000,00	0,00	379.000,00	46.098,94	332.901,06	46.098,94	0,00
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	390.000,00	0,00	390.000,00	53.110,34	336.889,66	51.110,34	2.000,00
695 - TURISMO	390.000,00	0,00	390.000,00	53.110,34	336.889,66	51.110,34	2.000,00
27 - DESPORTO E LAZER	2.141.300,00	0,00	2.141.300,00	1.150.929,14	990.370,86	765.915,34	385.013,80
334 - FOMENTO AO TRABALHO	67.000,00	-28.000,00	39.000,00	14.296,67	24.703,33	14.296,67	0,00
813 - LAZER	2.074.300,00	28.000,00	2.102.300,00	1.136.632,47	965.667,53	751.618,67	385.013,80
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	28.178.400,00	-2.000.000,00	26.178.400,00	22.322.000,00	3.856.400,00	8.643.076,30	13.678.923,70
843 - SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	21.199.000,00	-2.000.000,00	19.199.000,00	19.150.000,00	49.000,00	7.426.153,94	11.723.846,06
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	6.979.400,00	0,00	6.979.400,00	3.172.000,00	3.807.400,00	1.216.922,36	1.955.077,64
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.180.800,00	0,00	3.180.800,00	0,00	3.180.800,00	0,00	0,00
997 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA PARA O RPPS	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00	0,00	0,00
999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	680.800,00	0,00	680.800,00	0,00	680.800,00	0,00	0,00

Metabit Sistemas para Gestao Publica

Página: 2/3 - 22/05/2023 10:52 sddaf.sdrs



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

Prefeitura Municipal de Monte Mor

Demonstrativo por Função e Subfunção
(Artigo 52, Incisos II, alínea "c", da LC. 101/00)

Período: Janeiro/2023 a Abril/2023

Órgão: Consolidado

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO A EMPENHAR	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO A LIQUIDAR
TOTAL	370.600.000,00	25.460.977,72	396.060.977,72	191.455.691,45	204.605.286,27	108.936.118,90	82.519.572,55

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Layout do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Controladora
CRC 15P347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controlador Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

Prefeitura Municipal de Monte Mor													
Demonstrativo de apuração da Receita Corrente Líquida													
(Artigo 2º, Inciso IV e 53, Inciso I da LC. 101/00)													
Período: Maio/2022 a Abril/2023													Órgão: Consolidado
RECEITAS CORRENTES													
ESPECIFICAÇÃO	05/2022	06/2022	07/2022	08/2022	09/2022	10/2022	11/2022	12/2022	01/2023	02/2023	03/2023	04/2023	TOTAL
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB. MELHORIA	3.831.878,72	5.149.232,27	5.446.678,24	4.393.969,98	5.984.035,21	4.977.052,04	5.059.682,03	7.349.465,09	1.967.399,74	2.344.056,33	6.628.610,54	11.527.268,28	64.659.318,47
CONTRIBUIÇÕES	717.459,03	1.448.113,18	4.000.951,08	1.381.741,27	1.402.238,61	1.388.514,92	1.367.904,74	2.847.084,13	1.019.828,05	1.516.036,51	1.808.656,51	826.107,52	19.724.528,45
RECEITA PATRIMONIAL	2.585.629,86	1.389.204,05	1.489.504,60	3.102.505,44	2.112.712,43	3.271.948,43	1.918.860,90	3.474.407,06	2.552.572,21	3.236.178,25	3.576.222,41	2.309.714,74	31.019.460,38
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	525,81	138,13	2,78	187,73	854,45
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.498.094,46	19.769.933,40	28.770.719,23	19.435.443,56	17.278.769,92	19.843.177,15	19.300.400,07	27.441.126,88	22.215.691,91	17.693.183,21	22.097.102,37	12.926.577,66	251.268.219,82
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	41.636,11	86.516,24	114.721,91	427.704,26	87.886,22	113.896,10	71.258,02	389.772,63	1.678.771,89	1.565.197,63	94.001,58	-19.080,80	4.652.281,99
TOTAL RECEITAS CORRENTES (I)	31.872.699,08	27.842.999,14	39.822.575,06	28.741.354,51	26.865.632,39	29.594.586,64	27.718.105,76	41.581.855,79	29.434.789,61	26.354.793,06	34.204.495,19	27.576.775,33	371.324.663,56
DEDUÇÕES													
ESPECIFICAÇÃO	05/2022	06/2022	07/2022	08/2022	09/2022	10/2022	11/2022	12/2022	01/2023	02/2023	03/2023	04/2023	TOTAL
CONTRIBUIÇÃO AO R.P.P.S.	4.704,76	674.342,80	3.315.507,16	735.217,81	738.245,84	736.451,41	737.946,37	2.185.862,43	306.479,37	799.824,40	1.181.040,73	823.246,14	12.238.869,22
REC. COMPENSAÇÃO PREVIDENC.	26.686,89	26.686,89	23.821,86	25.691,07	25.691,07	24.141,83	25.120,80	52.231,17	25.120,80	25.120,80	25.392,29	26.334,50	332.039,97
GANHOS APLIC. FINANCEIRA RPPS	1.831.789,85	968.669,98	1.333.295,16	2.088.076,11	1.982.322,74	2.811.106,33	812.900,40	2.340.956,00	2.540.746,85	2.342.646,61	3.021.850,07	2.110.410,46	34.184.778,56
FUNDES RETIDO	2.837.505,63	2.265.310,46	2.147.472,07	2.468.965,32	2.025.433,89	2.074.030,72	2.285.422,61	2.743.073,13	2.341.483,76	2.313.893,27	2.953.897,53	1.633.738,35	28.080.028,94
VENCIMENTO ACS E ACE (E.C. 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DEDUÇÕES (II)	4.700.687,33	3.935.010,13	6.828.696,25	5.307.999,31	4.771.693,54	5.645.730,29	3.861.390,18	7.322.122,73	5.213.830,78	5.481.484,08	7.181.989,62	4.593.729,45	64.835.714,69
TOTAIS													
ESPECIFICAÇÃO	05/2022	06/2022	07/2022	08/2022	09/2022	10/2022	11/2022	12/2022	01/2023	02/2023	03/2023	04/2023	TOTAL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III)=(I-II)	26.972.011,75	23.907.989,01	33.002.478,81	23.433.404,20	22.093.938,85	23.948.856,35	23.856.715,58	34.179.733,06	24.220.958,83	20.873.308,98	27.022.505,57	22.977.045,88	306.488.948,87
RCL AJUSTADA P/ CÁLCULO LIMITES DE ENDIVIDUAMENTO EMENDAS INDIVIDUAIS (ART.166-A, § 1,CF) (IV)													
(-) EMENDAS INDIVIDUAIS (IV)	0,00	2.450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.450.000,00
TOTAL (V)=(III-IV)	26.972.011,75	21.457.989,01	33.002.478,81	23.433.404,20	22.093.938,85	23.948.856,35	23.856.715,58	34.179.733,06	24.220.958,83	20.873.308,98	27.022.505,57	22.977.045,88	304.038.948,87
RCL AJUSTADA P/ CÁLCULO LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL EMENDAS BANCADA (ART.166, § 16,CF) (VI)													
(-) EMENDAS BANCADA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII)=(V-VI)	26.972.011,75	21.457.989,01	33.002.478,81	23.433.404,20	22.093.938,85	23.948.856,35	23.856.715,58	34.179.733,06	24.220.958,83	20.873.308,98	27.022.505,57	22.977.045,88	304.038.948,87

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

Prefeitura Municipal de Monte Mor

Demonstrativo de apuração da Receita Corrente Líquida
(Artigo 2º, Inciso IV e 53, Inciso I da LC. 101/00)

Período: Maio/2022 a Abril/2023

Órgão: Consolidado

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Tais Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 159347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controlador Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

Prefeitura Municipal de Monte Mor				
Demonstrativo de Receitas e Despesas Previdenciárias				
(Artigo 53, Incisos II e 50, Inciso IV, da LC. 101/00)				
Período: Janeiro/2023 a Abril/2023				Consolidado
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	PREVISÃO ATÉ MÊS	REALIZADA ATÉ O MÊS
RECEITAS CORRENTES (I)	16.248.000,00	16.248.000,00	5.413.833,60	13.243.630,95
CONTRIBUIÇÕES	8.948.000,00	8.948.000,00	2.981.473,60	3.110.590,64
CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL	8.936.000,00	8.936.000,00	2.977.475,20	3.087.464,51
CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR INATIVO CIVIL	12.000,00	12.000,00	3.998,40	23.126,13
CONTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTA CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ENTRE RGPS E RPPS	300.000,00	300.000,00	99.960,00	101.968,39
RECEITA PATRIMONIAL	7.000.000,00	7.000.000,00	2.332.400,00	10.031.071,92
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	7.000.000,00	7.000.000,00	2.332.400,00	10.015.661,99
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	15.409,93
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III)	20.517.000,00	20.517.000,00	6.836.264,40	5.468.924,91
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO EXERCÍCIO	20.517.000,00	20.517.000,00	6.836.264,40	5.468.924,91
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL ATIVO CIVIL	20.517.000,00	20.517.000,00	6.836.264,40	5.468.924,91
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL INATIVO CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PENSIONISTA CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS PARA COBERTURA DE DÉFICIT (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS APORTES FINANCEIROS AO RPPS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (VII) = (I+II+III+V+VI) - IV	36.765.000,00	36.765.000,00	12.250.098,00	18.712.555,86



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

Prefeitura Municipal de Monte Mor				
Demonstrativo de Receitas e Despesas Previdenciárias				
(Artigo 53, Incisos II e 50, Inciso IV, da LC. 101/00)				
Período: Janeiro/2023 a Abril/2023				Consolidado
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADA ATÉ MÊS	LIQUIDADADA ATÉ MÊS
ADMINISTRAÇÃO (VII)	14.765.000,00	14.765.000,00	277.498,63	216.757,27
DESPESAS CORRENTES	11.965.000,00	11.965.000,00	277.498,63	216.757,27
DESPESAS DE CAPITAL	2.800.000,00	2.800.000,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL (VIII)	36.000.000,00	36.000.000,00	5.329.142,30	5.329.142,30
APOSENTADORIAS	25.000.000,00	25.000.000,00	4.215.386,08	4.215.386,08
PENSÕES	11.000.000,00	11.000.000,00	1.113.756,22	1.113.756,22
OUTRAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
COMPENSAÇÕES A REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (SUPERÁVIT PREVISTO NO ORÇAMENTO) (IX)	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (X)=(VII+VIII+IX)	53.265.000,00	53.265.000,00	5.606.640,93	5.545.899,57
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (VII - X)	-16.500.000,00	-16.500.000,00	13.105.914,93	13.166.656,29

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Layout do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CPF 159347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controlador Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

Prefeitura Municipal de Monte Mor

Resultado Nominal - Exceto órgão de Previdência
(Artigo 53, Inciso III, da LC. 101/00)

Período: Janeiro/2023 a Abril/2023

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2022 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	104.212.477,65	126.875.617,28	126.875.617,28
Deduções (II)	43.734.731,22	45.666.847,98	39.783.898,22
Ativo Disponível	57.255.489,01	59.678.410,86	51.371.943,03
Haveres Financeiros	2.336.612,92	2.894.340,57	3.542.014,52
(-) Restos a Pagar Processados	13.801.157,12	14.000.199,05	12.108.544,94
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.056.213,59	2.905.704,40	3.021.514,39
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I-II)	60.477.746,43	81.208.769,30	87.091.719,06
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	3.392.695,41	96.415.765,75	96.415.765,75
Dívida Fiscal Líquida (VI) = (III + IV - V)	57.085.051,02	-15.206.996,45	-9.324.046,69

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre Atual (c - b)	Janeiro a Abril (c - a)
Resultado Nominal	5.882.949,76	-66.409.097,71

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

NOTA EXPLICATIVA:

1. Na linha DEDUÇÕES (II) se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado valor nessa linha.
2. Os valores relativos aos investimentos do RPPS serão demonstrados na linha de Haveres Financeiros.
3. O saldo da Dívida Fiscal Líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida, deduzidas as Receitas de Privatização e Passivos Reconhecidos.
4. O saldo dos Passivos Reconhecidos compreende as obrigações com fornecedor ou instituição financeira que não foram excluídas da Dívida Consolidada.
5. As dívidas contabilizadas como INTRA OFSS (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social) são excluídas nos demonstrativos consolidados.

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Lelaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHII
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 15P347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controlador Interno
CPF 284.391.568-43

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

Prefeitura Municipal de Monte Mor			
Resultado Nominal - Regime Previdenciário			
(Artigo 53, Inciso III, da LC. 101/00)			
Período: Janeiro/2023 a Abril/2023			
ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2022 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada Previdenciária (I)	270.992.591,47	270.992.591,47	270.992.591,47
Passivo Atuarial	270.992.591,47	270.992.591,47	270.992.591,47
Deduções (II)	201.579.301,11	211.146.597,61	221.639.052,99
Ativo Disponível	74.355.890,14	75.863.089,73	77.618.372,84
Haveres Financeiros	127.583.475,34	135.645.763,13	144.260.678,74
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
(-) Depósitos Restituintes e Valores Vinculados	360.064,37	362.255,25	239.998,59
Dívida Consolidada Líquida Previdenciária (III) = (I - II)	69.413.290,36	59.845.993,86	49.353.538,48
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (VI) = (III - V)	69.413.290,36	59.845.993,86	49.353.538,48

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre Atual (c - b)	Janeiro a Abril (c - a)
Resultado Nominal	-10.492.455,38	-20.059.751,88

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL		VALOR
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA		0,00

NOTA EXPLICATIVA:

1. Na linha DEDUÇÕES (II) se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado valor nessa linha.
2. Os valores relativos aos investimentos do RPPS serão demonstrados na linha de Haveres Financeiros.
3. O saldo da Dívida Fiscal Líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida, deduzidas as Receitas de Privatização e Passivos Reconhecidos.
4. O saldo dos Passivos Reconhecidos compreende as obrigações com fornecedor ou instituição financeira que não foram excluídas da Dívida Consolidada.
5. As dívidas contabilizadas como INTRA OFSS (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social) são excluídas nos demonstrativos consolidados.

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Layout do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 15P347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controlador Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

Prefeitura Municipal de Monte Mor

Resultado Primário

(Artigo 53, Incisos III, da LC. 101/00)

Período: Janeiro/2023 a Abril/2023

Órgão: Consolidado

RECEITAS FISCAIS	PREVISÃO ANUAL INICIAL	PREVISÃO ANUAL ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (I)	357.759.900,00	357.759.900,00	105.916.161,91
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	67.566.000,00	67.566.000,00	22.467.334,89
CONTRIBUIÇÕES	16.741.000,00	16.741.000,00	5.170.530,59
RECEITA PREVIDENCIÁRIA	8.948.000,00	8.948.000,00	3.110.590,64
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	7.793.000,00	7.793.000,00	2.059.939,95
RECEITA PATRIMONIAL LÍQUIDA	39.000,00	39.000,00	25.996,33
RECEITA PATRIMONIAL	9.327.500,00	9.327.500,00	11.674.687,61
(-) APLICAÇÕES FINANCEIRAS	9.288.500,00	9.288.500,00	11.648.691,28
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	272.232.900,00	272.232.900,00	74.932.555,15
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	1.181.000,00	1.181.000,00	3.319.744,95
DIVERSAS RECEITAS CORRENTES	1.181.000,00	1.181.000,00	3.319.744,95
RECEITAS DE CAPITAL (II)	186.600,00	186.600,00	0,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	4.500,00	4.500,00	0,00
OUTRAS ALIENAÇÕES DE BENS	4.500,00	4.500,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	182.100,00	182.100,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	182.100,00	182.100,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VII)=(II-III-IV-V-VI)	186.600,00	186.600,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (VIII)	33.652.000,00	33.652.000,00	9.242.812,91
RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS (IX)=(I+VII-VIII)	324.294.500,00	324.294.500,00	96.673.349,00

DESPESAS FISCAIS	DOTAÇÃO ANUAL INICIAL	DOTAÇÃO ANUAL ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O MÊS
DESPESAS CORRENTES (X)	314.017.100,00	312.425.985,56	93.749.340,85
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	164.427.050,00	168.643.307,96	43.145.558,92
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (XI)	250.000,00	250.000,00	54.559,14
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	149.340.050,00	143.532.677,60	50.549.222,79
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	313.767.100,00	312.175.985,56	93.694.781,71
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	29.401.250,00	55.844.712,31	9.128.114,78
INVESTIMENTOS	8.453.250,00	36.896.712,31	1.756.519,98
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (XVI)	20.948.000,00	18.948.000,00	7.371.594,80
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XVII)=(XIII-XIV-XV-XVI)	8.453.250,00	36.896.712,31	1.756.519,98
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	3.180.800,00	3.180.800,00	0,00
DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS (XIX)=(XII+XVII+XVIII)	325.401.150,00	352.253.497,87	95.451.301,69
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XIX)	-1.106.650,00	-27.958.997,87	1.222.047,31

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL

VALOR

META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

0,00

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

Prefeitura Municipal de Monte Mor									
Demonstrativo dos Restos a Pagar									
(Artigo 53, Inciso V, da LC. 101/00)									
Período: Janeiro/2023 a Abril/2023								Consolidado	
ENTIDADE	EXERCÍCIO ANTERIOR		MOVIMENTAÇÃO ATÉ O PERÍODO					SALDO ATÉ O PERÍODO	
FONTE DE RECURSO	PROCESSADO	NÃO PROCESSADO	NÃO PROC. LIQUIDADO	PAGO PROCESSADO	PAGO NÃO PROCESSADO	CANCELADO PROCESSADO	CANCELADO NÃO PROCES.	PROCESSADO	NÃO PROCESSADO
PREFEITURA MUNICIPAL	13.557.459,29	11.488.055,13	4.360.570,90	1.655.494,45	4.153.990,80	0,00	104.386,21	11.901.964,84	7.229.678,12
RECURSOS PRÓPRIOS	11.374.941,57	3.244.484,70	811.050,90	1.122.763,77	615.548,61	0,00	3.590,00	10.252.177,80	2.625.346,09
RECURSOS ESTADUAIS	1.846.896,14	4.937.591,61	2.575.375,71	532.730,68	2.575.375,71	0,00	1,60	1.314.165,46	2.362.214,30
RECURSOS FEDERAIS	335.621,58	2.994.603,39	763.563,47	0,00	752.485,66	0,00	0,00	335.621,58	2.242.117,73
OUTRAS FONTES DE RECURSO	0,00	311.375,43	210.580,82	0,00	210.580,82	0,00	100.794,61	0,00	0,00
CÂMARA MUNICIPAL	38.085,33	0,00	0,00	38.085,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS PRÓPRIOS	38.085,33	0,00	0,00	38.085,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IPREMOR - INSTITUTO DE PREVIDENCIA	0,00	510,76	510,76	0,00	510,76	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	0,00	510,76	510,76	0,00	510,76	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	13.595.544,62	11.488.565,89	4.361.081,66	1.693.579,78	4.154.501,56	0,00	104.386,21	11.901.964,84	7.229.678,12

NOTA EXPLICATIVA:

As inscrições de restos a pagar processados e não processados do exercício serão apresentados após o processamento do balancete de encerramento parcial (balancete mês 13).

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 15P347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controlador Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

Prefeitura Municipal de Monte Mor

Demonstrativo de Aplicação no Ensino

(Artigo 212, da Constituição Federal de 1998; Artigo 256, da Constituição Estadual)

Período: Janeiro/2023 a Abril/2023

RECEITA DE IMPOSTOS			APLICAÇÃO MÍNIMA CONSTITUCIONAL		
Previsão Atualizada para o Exercício		Arrecadação até o Período	Para o Exercício (Prev. Atualizada)		Até o Período (Arrecadação)
PRÓPRIOS	63.300.000,00	21.220.243,88	TOTAL (25%)		59.215.000,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	71.360.000,00	19.841.846,94			16.858.577,41
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	102.200.000,00	26.372.218,81			
TOTAL	236.860.000,00	67.434.309,63			
RETENÇÕES AO FUNDEB	33.652.000,00	9.242.812,91			
RECEITA LÍQUIDA	203.208.000,00	58.191.496,72			

DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO

DESPESAS TOTAIS								
	Dotacao Atualizada (para o Exercício)		Despesa Empenhada (ate o Período)		Despesa Liquidada (ate o Período)		Despesa Paga (ate o Período)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
TOTAL	63.901.800,00	26,98	25.102.168,95	37,22	18.879.457,83	28,00	18.220.736,20	27,02
EDUCAÇÃO INFANTIL	21.952.300,00	9,27	10.661.893,12	15,81	7.013.405,00	10,40	6.492.120,39	9,63
EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	8.297.500,00	3,50	5.197.462,92	7,71	2.623.239,92	3,89	2.485.802,90	3,69
RETENÇÕES AO FUNDEB	33.652.000,00	14,21	9.242.812,91	13,71	9.242.812,91	13,71	9.242.812,91	13,71
DEDUÇÕES								
TOTAL			59.416,37	0,09	59.416,37	0,09	59.416,37	0,09
(-) GANHOS APLIC. FINANCEIRA FUNDAMENTAL			59.416,37	0,09	59.416,37	0,09	59.416,37	0,09
DESPESAS LÍQUIDAS								
TOTAL			25.042.752,58	37,14	18.820.041,46	27,91	18.161.319,83	26,93
EDUCAÇÃO INFANTIL			10.661.893,12	15,81	7.013.405,00	10,40	6.492.120,39	9,63
EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL			5.138.046,55	7,62	2.563.823,55	3,80	2.426.386,53	3,60
RETENÇÕES AO FUNDEB			9.242.812,91	13,71	9.242.812,91	13,71	9.242.812,91	13,71

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

SANDRA REGINA CRUZ FERNANDES BRUZON
Secretária de Educação

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

Prefeitura Municipal de Monte Mor							
Demonstrativo de Aplicação no FUNDEB							
(Artigos 25 e 26 Lei Federal n 14.113/2020)							
Período: Janeiro/2023 a Abril/2023							
RECEITAS DO FUNDEB				RETENÇÕES AO FUNDEB			
	Previsão Atualizada para o Exercício	Arrecadação até o Período		Prev. Atualizada Para Exercício	Retido Até o Período		
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	71.000.000,00	22.157.302,29	RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	33.652.000,00	9.242.812,91		
RECEITAS DE APLIC. FINANCEIRAS	600.000,00	777.409,40					
TOTAL	71.600.000,00	22.934.711,69					
APLICAÇÕES MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS			APURAÇÃO DO RESULTADO DO FUNDEB ATÉ O PERÍODO				
	Previsão Atualizada para o Exercício	Arrecadação até o Período		Transferências Recebidas	Retenções		
TOTAL DA RECEITA	71.600.000,00	22.934.711,69	TOTAL DA RECEITA	22.157.302,29	9.242.812,91		
MAGISTÉRIO (70%)	50.120.000,00	16.054.298,18					
Diferença (Recebido-Retido): (Ganho)					12.914.489,38		
DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB							
DESPESAS TOTAIS							
	Dotacao Atualizada (para o Exercício)		Despesa Empenhada (ate o Período)		Despesa Liquidada (ate o Período)		Despesa Paga (ate o Período)
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
TOTAL	94.510.100,00	131,99	19.255.208,59	83,95	17.461.376,82	76,13	16.801.695,92
MAGISTÉRIO	61.852.100,00	86,38	14.099.393,81	61,47	14.099.393,81	61,47	13.583.962,91
OUTRAS	32.658.000,00	45,61	5.155.814,78	22,48	3.361.983,01	14,65	3.217.733,01
DEDUÇÕES							
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS LÍQUIDAS							
TOTAL			19.255.208,59	83,95	17.461.376,82	76,13	16.801.695,92
MAGISTÉRIO			14.099.393,81	61,47	14.099.393,81	61,47	13.583.962,91
OUTRAS			5.155.814,78	22,48	3.361.983,01	14,65	3.217.733,01



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

Prefeitura Municipal de Monte Mor						
Demonstrativo de Aplicação no FUNDEB (Artigos 25 e 26 Lei Federal n 14.113/2020)						
Período: Janeiro/2023 a Abril/2023						
Recursos recebidos a título de Complementação da União VAAT - Aplicação em Despesas de Capital - art. 27 Lei 14.113/2020						
Total da Complementação da União VAAT arrecadado			0,00			
Percentual mínimo de aplicação - Despesa de Capital			15%			
			Despesa Empenhada (ate o Período)	Despesa Liquidada (ate o Período)	Despesa Paga (ate o Período)	
			Valor	Valor	Valor	%
Complementação da União VAAT - Despesas de Capital			0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos recebidos a título de Complementação da União VAAT - Aplicação em Educação Infantil - art. 28 Lei 14.113/2020						
Percentual mínimo de aplicação - Educação Infantil			50%			
			Despesa Empenhada (ate o Período)	Despesa Liquidada (ate o Período)	Despesa Paga (ate o Período)	
			Valor	Valor	Valor	%
Complementação da União VAAT			0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Lei de Contas do Estado de São Paulo.						
EDIVALDO ANTONIO BRISCHI Prefeito Municipal		Tais Maciel Barreira Moreno Contadora CRC 15P347278/O-2		SANDRA REGINA CRUZ FERNANDES BRUZON Secretária de Educação		SILVANA APARECIDA ZANETTI Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

Prefeitura Municipal de Monte Mor

Demonstrativo de Aplicação na Saúde
Artigo 198, § 2º da CF de 1988; LC nº 141/2012

Período: Janeiro/2023 a Abril/2023

RECEITA DE IMPOSTOS			APLICAÇÃO MÍNIMA CONSTITUCIONAL		
Previsão Atualizada para o Exercício		Arrecadação até o Período	Para o Exercício (Prev. Atualizada)		Até o Período (Arrecadação)
PRÓPRIOS	63.300.000,00	21.220.243,88	TOTAL (15%)		34.734.000,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	66.060.000,00	19.841.846,94			10.115.146,44
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	102.200.000,00	26.372.218,81			
SUB TOTAL	231.560.000,00	67.434.309,63			

APURAÇÃO DA APLICAÇÃO								
	Dotacao Atualizada (para o Exercício)		Despesa Empenhada (ate o Período)		Despesa Liquidada (ate o Período)		Despesa Paga (ate o Período)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
DESP. TOTAL C/ RECURSOS PRÓPRIOS	54.904.050,00	23,71	30.672.228,82	45,48	22.856.041,38	33,89	20.446.081,31	30,32
DESPESA LÍQUIDA DA SAÚDE			30.672.228,82	45,48	22.856.041,38	33,89	20.446.081,31	30,32

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Lelaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 15P347278/O-2

ELIANE REGINA QUEIROZ PIAI
Secretária da Saúde

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

AUDES - 1º QUADRIMESTRE DE 2023

Demonstrativo de apuração das Despesas com Pessoal - Poder Executivo (Artigo 22, Artigo 59, § 1º, incisos II e IV e § 2º da LC. 101/00; §§ 1º e 2º do Artigo 2º da Lei Federal nº 9717/98)													
Período: Maio/2022 a Abril/2023						Órgão: Poder Executivo							
DESPESAS COM PESSOAL													
ESPECIFICAÇÃO	05/2022	06/2022	07/2022	08/2022	09/2022	10/2022	11/2022	12/2022	01/2023	02/2023	03/2023	04/2023	TOTAL
VENCIM. E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL ATIVO	6.560.962,58	7.119.866,14	6.509.445,39	6.610.577,40	6.381.027,16	6.309.447,19	12.914.241,04	7.518.531,73	7.090.266,44	7.345.601,12	7.248.868,80	7.165.372,91	88.774.207,90
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA	968.202,05	1.101.837,13	1.043.129,30	988.640,15	1.140.938,11	1.228.517,42	2.003.275,57	1.576.708,46	7.585,70	507.699,15	1.007.811,99	1.199.329,86	12.773.674,92
REMUNERAÇÃO DE AGENTES POLÍTICOS	124.247,24	136.473,07	157.431,63	147.246,16	145.205,80	145.205,80	270.075,18	156.562,77	20.140,00	401.063,64	403.048,64	413.545,21	2.520.245,14
ENCARGOS SOCIAIS	1.679.753,54	1.684.852,32	1.731.946,46	1.737.558,83	1.731.341,93	1.726.416,84	3.667.426,31	1.854.942,30	1.886.494,16	1.627.890,30	1.615.639,45	1.626.753,33	22.571.015,77
INATIVOS, PENSIONISTAS E OUTROS BENEFICIÁRIOS PREVIDENCIÁRIOS	1.110.158,90	1.161.770,42	1.125.060,33	1.130.283,40	1.136.664,69	1.142.913,58	1.199.203,98	2.317.707,11	1.239.886,85	1.233.977,30	1.602.910,94	1.252.367,21	15.652.904,71
DESPESA COM PESSOAL NÃO EXECUTADA ORÇAMENTARIAMENTE (VARIÁVEIS)	264.907,14	290.730,17	200.845,81	239.646,87	325.504,27	265.552,34	410.169,92	277.252,01	145.829,64	206.585,74	768.052,17	387.197,30	3.782.273,38
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.796,44
SENTENÇAS JUDICIAIS	81.640,47	117.370,54	85.331,46	85.656,14	89.067,17	89.300,61	89.936,42	91.524,41	91.291,09	96.690,80	109.073,53	104.528,95	1.131.411,59
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.847,85	28.588,67	115.795,08	67.832,37	274.063,97
COMPENSAÇÕES A REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL (I)	10.789.871,92	11.612.899,79	10.853.190,38	10.939.698,95	10.949.749,13	10.907.353,78	20.554.328,42	13.793.228,79	10.591.138,17	11.448.096,72	12.871.200,60	12.216.927,17	147.527.593,82
DEDUÇÕES (§ 1º do Artigo 19º da LC 101/00)													
ESPECIFICAÇÃO	05/2022	06/2022	07/2022	08/2022	09/2022	10/2022	11/2022	12/2022	01/2023	02/2023	03/2023	04/2023	TOTAL
DECORRENTES DECISÃO JUDICIAL E EXERCÍCIO ANTERIORES	81.640,47	117.370,54	85.331,46	85.656,14	89.067,17	89.300,61	89.936,42	91.524,41	139.087,53	96.690,80	109.073,53	104.528,95	1.179.208,03
DESPESA COM INATIVOS E PENSIONISTAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS	1.107.404,94	1.159.016,46	1.122.306,37	1.127.529,44	1.133.910,73	1.140.159,62	1.196.450,02	2.314.953,15	1.239.886,85	1.233.977,30	1.602.910,94	1.252.367,21	15.630.873,03
VENCIMENTO ACIS E ACE (E.C. 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	329.862,53	325.767,03	321.886,01	325.318,29	1.302.853,86
SUBTOTAL (II)	1.189.045,41	1.276.387,00	1.207.637,83	1.213.185,58	1.222.977,90	1.229.460,23	1.286.386,44	2.406.477,56	1.708.856,91	1.656.435,13	2.033.870,48	1.682.214,45	18.112.934,92
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL													
TOTAL LÍQUIDO (I - II)	9.600.826,51	10.336.512,79	9.645.552,55	9.726.423,37	9.726.771,23	9.677.893,55	19.267.941,98	11.386.751,23	8.882.281,26	9.791.661,59	10.837.330,12	10.534.712,72	129.414.658,90

Nota Explicativa:

- A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do Ente com ativos, inativos e pensionistas;
- Para a apuração da dedução do Regime Próprio de Previdência é considerado mensalmente a despesa de inativos e pensionistas até o limite da receita arrecadada, conforme demonstrativo disponibilizado no site do Tribunal de Contas.

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Layout do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 159347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controlador Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

Prefeitura Municipal de Monte Mor

Demonstrativo de Apuração da D.C.L. (Exceto Previdência)

Período: Maio/2022 a Abril/2023

Especificação	Saldo Exercício Anterior	Saldo do Exercício Atual		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC				
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL	68.182.995,68	103.596.529,76	0,00	0,00
PARCELAMENTOS DE DÍVIDAS	3.392.695,41	96.415.765,75	0,00	0,00
DE TRIBUTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.392.695,41	96.415.765,75	0,00	0,00
PREVIDENCIÁRIAS	3.392.695,41	96.415.765,75	0,00	0,00
DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
DO FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	64.790.300,27	7.180.764,01	0,00	0,00
PRECATORIOS POSTERIORES A 5.5.2000 (INCLUSIVE) -	615.947,89	23.279.087,52	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	35.413.534,08	0,00	0,00	0,00
TOTAL DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	104.212.477,65	126.875.617,28	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
ATIVO DISPONÍVEL	57.255.489,01	51.371.943,03	0,00	0,00
HAVERES FINANCEIROS	2.336.612,92	3.542.014,52	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	13.801.157,12	12.108.544,94	0,00	0,00
(-) DEPÓSITOS RESTITUTIVOS E VALORES VINCULADOS	2.056.213,59	3.021.514,39	0,00	0,00
TOTAL DEDUÇÕES (II)	43.734.731,22	39.783.898,22	0,00	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES/POSTERIORES A 5.5.2000	23.242.806,63	579.667,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	171.996,58	42.412,03	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS	-11.488.055,13	-7.229.678,12	0,00	0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	11.926.748,08	-6.607.599,09	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	60.477.746,43	87.091.719,06	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	305.806.246,58	304.038.948,87	0,00	0,00
PERCENTUAL DA DC SOBRE A RCL (I / IV)	34,08	41,73	0,00	0,00
PERCENTUAL DA DCL SOBRE A RCL (III / IV)	19,78	28,64	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO	120,00	120,00	120,00	120,00

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

Prefeitura Municipal de Monte Mor

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (Regime de Previdência)

Período: Maio/2022 a Abril/2023

Especificação	Saldo Exercício Anterior	Saldo do Exercício Atual		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA - DC (I)				
PASSIVO ATUARIAL	270.992.591,47	270.992.591,47	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA - DC (I)	270.992.591,47	270.992.591,47	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)				
ATIVO DISPONÍVEL	74.355.890,14	77.618.372,84	0,00	0,00
HAVERES FINANCEIROS	127.583.475,34	144.260.678,74	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEPÓSITOS RESTITUTÍVEIS E VALORES VINCULADOS	360.064,37	239.998,59	0,00	0,00
TOTAL DEDUÇÕES (II)	201.579.301,11	221.639.052,99	0,00	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES/POSTERIORES A 5.5.2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	120.604,02	129.140,65	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS	-510,76	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	120.093,26	129.140,65	0,00	0,00
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) = (I - II)	69.413.290,36	49.353.538,48	0,00	0,00

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

Prefeitura Municipal de Monte Mor									
Operações de Crédito e Despesas de Capital									
(Artigo 53, § 1º da LC 101/2000)									
Período: Janeiro/2023 a Abril/2023						Consolidado			
ENTIDADE	OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS					DESPESAS DE CAPITAL REALIZADAS			
	PREVISÃO ATUALIZADA	INTERNAS	EXTERNAS	A.R.O.	TOTAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS
01 - Recursos Próprios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.735.350,00	27.966.625,09	7.445.323,45	7.445.323,45
02 - Recursos Estaduais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.163.302,38	10.966.129,26	277.341,17	277.341,17
04 - Recursos Próprios da Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.800.000,00	0,00	0,00	0,00
05 - Recursos Federais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.757.459,93	126.301,18	16.850,16	16.850,16
06 - Outras Fontes de Recurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
92 - Recursos Estaduais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.388.600,00	1.388.600,00	1.388.600,00	1.388.600,00
TOTAL:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.844.712,31	40.447.655,53	9.128.114,78	9.128.114,78

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leilante do Sistema Audep do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 15P347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controlador Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

Prefeitura Municipal de Monte Mor								
Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos								
(Artigo 53, § 1º, Inciso III da LC 101/2000)								
Período: Janeiro/2023 a Abril/2023								Consolidado
ENTIDADE	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	RECEITA		DOTAÇÃO ATUALIZADA	APLICAÇÃO DOS RECURSOS			SALDO APLICAR
		PREVISTA	REALIZADA		EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	
1 - Prefeitura Municipal	329.623,38	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	329.623,38
1 - Recursos Próprios	329.623,38	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	329.623,38
1200000 - ALIENAÇÃO DE BENS	323.799,62	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	323.799,62
1210000 - REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	5.823,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.823,76
TOTAL	329.623,38	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	329.623,38

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Lelaute do Sistema Audeps do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

Prefeitura Municipal de Monte Mor

Relatório de Gestão Fiscal - Poder Executivo

(Artigo 54 e 55, da LC. 101/00)

Período: Maio/2022 a Abril/2023

Poder Executivo

QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF		Valores em R\$	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		304.038.948,87	100,00
DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL			
MONTANTE	129.414.658,90	42,56	
LIMITE MÁXIMO (ART. 20 LRF)	164.181.032,39	54,00	
LIMITE PRUDENCIAL 95% (PAR. ÚNICO ART. 22 LRF)	155.971.980,77	51,30	
EXCESSO A REGULARIZAR	0,00	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DE ENDIVIDAMENTO		304.038.948,87	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
SALDO DEVEDOR	87.091.719,06	28,64	
LIMITE LEGAL (ART. S 3º E 4º RES. 40 SENADO)	364.846.738,64	120,00	
EXCESSO A REGULARIZAR	0,00	0,00	
CONCESSÕES DE GARANTIA			
MONTANTE	0,00	0,00	
LIMITE LEGAL (ART. 9º RES. 43 SENADO)	66.888.568,75	22,00	
EXCESSO A REGULARIZAR	0,00	0,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (EXCETO ARO)			
REALIZADAS NO PERÍODO	0,00	0,00	
LIMITE LEGAL (INC. I DO ART. 7º RES. 43 SENADO)	48.646.231,82	16,00	
EXCESSO A REGULARIZAR	0,00	0,00	
ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
SALDO DEVEDOR	0,00	0,00	
LIMITE LEGAL (ART. 10º RES. 43 SENADO)	21.282.726,42	7,00	
EXCESSO A REGULARIZAR	0,00	0,00	

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

STN

STN - 2º BIMESTRE DE 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2023

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	333.583.000,00	333.583.000,00	57.187.834,64	17,14	108.322.040,28	32,47	225.260.959,72
Receitas Correntes	333.396.400,00	333.396.400,00	57.187.834,64	17,15	108.322.040,28	32,49	225.074.359,72
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	67.566.000,00	67.566.000,00	18.155.878,82	26,87	22.467.334,89	33,25	45.098.665,11
Impostos	63.800.000,00	63.800.000,00	17.367.301,48	27,22	21.220.243,88	33,26	42.579.756,12
Taxas	3.766.000,00	3.766.000,00	788.577,34	20,94	1.247.091,01	33,11	2.518.908,99
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	16.741.000,00	16.741.000,00	2.634.663,03	15,74	5.170.530,59	30,89	11.570.469,41
Contribuições Sociais	8.948.000,00	8.948.000,00	2.004.286,87	22,40	3.110.590,64	34,76	5.837.409,36
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	7.793.000,00	7.793.000,00	630.376,16	8,09	2.059.939,95	26,43	5.733.060,05
Receita Patrimonial	9.327.500,00	9.327.500,00	5.885.937,15	63,10	11.674.687,61	125,16	-2.347.187,61
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	39.000,00	39.000,00	3.528,80	9,05	10.586,40	27,14	28.413,60
Valores Mobiliários	9.288.500,00	9.288.500,00	5.875.142,47	63,25	11.648.691,28	125,41	-2.360.191,28
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	7.265,88	0,00	15.409,93	0,00	-15.409,93
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	190,51	0,00	854,45	0,00	-854,45
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	190,51	0,00	854,45	0,00	-854,45
Transferências Correntes	238.580.900,00	238.580.900,00	30.436.244,15	12,76	65.689.742,24	27,53	172.891.157,76
Transferências da União e de suas Entidades	80.971.900,00	80.971.900,00	8.687.347,66	10,73	21.357.378,89	26,38	59.614.521,11
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	86.582.000,00	86.582.000,00	12.604.151,52	14,56	22.175.061,06	25,61	64.406.938,94
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	71.000.000,00	71.000.000,00	9.144.744,97	12,88	22.157.302,29	31,21	48.842.697,71
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	24.000,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00
Outras Receitas Correntes	1.181.000,00	1.181.000,00	74.920,98	6,34	3.318.890,50	281,02	-2.137.890,50
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	331.000,00	331.000,00	602,34	0,18	602,34	0,18	330.397,66
Indenizações, Restituições e Resarcimentos	500.000,00	500.000,00	1.400,00	0,28	3.440,21	0,69	496.559,79
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	350.000,00	350.000,00	72.918,64	20,83	3.314.847,95	947,10	-2.964.847,95
Receitas de Capital	186.600,00	186.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	186.600,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	4.500,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00
Alienação de Bens Móveis	4.500,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	182.100,00	182.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	182.100,00
Transferências da União e de suas Entidades	33.500,00	33.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.500,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	148.600,00	148.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	148.600,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização de Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	37.017.000,00	37.017.000,00	6.278.718,95	16,96	12.362.531,26	33,40	24.654.468,74
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	370.600.000,00	370.600.000,00	63.466.553,55	17,13	120.684.571,54	32,56	249.915.428,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2023

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (III + IV)	370.600.000,00	370.600.000,00	63.466.553,55	17,13	120.684.571,54	32,56	249.915.428,46
DEFICIT (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII) = (V + VI)	370.600.000,00	370.600.000,00	63.466.553,55	17,13	120.684.571,54	32,56	249.915.428,46
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	7.496.083,75	0,00	0,00	7.496.083,75	100,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	7.496.083,75	0,00	0,00	7.496.083,75	100,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	344.099.150,00	368.951.497,87	80.916.376,13	185.397.028,18	183.554.469,69	58.745.378,62	102.877.455,63	266.074.042,24	97.423.756,31	
DESPESAS CORRENTES	314.017.100,00	312.425.985,56	61.739.182,77	144.949.372,65	167.476.612,91	54.164.616,56	93.749.340,85	218.676.644,71	88.295.641,53	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	164.427.050,00	168.643.307,96	23.731.953,93	44.587.374,55	124.055.933,41	23.311.266,18	43.145.558,92	125.497.749,04	42.694.948,96	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	250.000,00	250.000,00	0,00	210.000,00	40.000,00	27.161,55	54.559,14	195.440,86	54.559,14	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	149.340.050,00	143.532.677,60	38.007.228,84	100.151.998,10	43.380.679,50	30.826.188,83	50.549.222,79	92.983.454,81	45.546.133,43	
DESPESAS DE CAPITAL	29.401.250,00	55.844.713,31	19.177.193,36	40.447.655,53	15.397.056,78	4.380.762,06	9.128.114,78	46.716.597,33	9.128.114,78	
INVESTIMENTOS	8.453.250,00	36.896.712,31	21.177.193,36	21.507.655,53	15.389.056,78	1.426.057,81	1.756.519,98	35.140.192,33	1.756.519,98	
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	20.948.000,00	18.948.000,00	-2.000.000,00	18.940.000,00	8.000,00	3.154.704,25	7.371.594,80	11.576.405,20	7.371.594,80	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	680.800,00	680.800,00	0,00	0,00	680.800,00	0,00	0,00	680.800,00	0,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	24.000.850,00	24.609.479,85	2.851.889,89	6.058.663,27	18.550.816,58	2.851.889,90	6.058.663,27	18.550.816,58	4.632.408,79	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	368.100.000,00	393.560.977,72	83.768.266,02	191.455.691,45	202.105.286,27	61.597.268,52	108.936.118,90	284.624.858,82	102.056.165,10	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	368.100.000,00	393.560.977,72	83.768.266,02	191.455.691,45	202.105.286,27	61.597.268,52	108.936.118,90	284.624.858,82	102.056.165,10	
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.748.452,64	0,00	18.628.406,44	0,00	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	368.100.000,00	393.560.977,72	83.768.266,02	191.455.691,45	202.105.286,27	61.597.268,52	120.684.571,54	272.876.406,18	120.684.571,54	
RESERVA DO RPPS	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00	2.500.000,00	0,00	0,00	2.500.000,00	0,00	

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	37.017.000,00	37.017.000,00	6.278.718,91	16,96	12.362.531,26	33,40	24.654.468,74
Receitas Correntes	37.017.000,00	37.017.000,00	6.278.718,91	16,96	12.362.531,26	33,40	24.654.468,74
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	37.017.000,00	37.017.000,00	6.278.718,91	16,96	12.362.531,26	33,40	24.654.468,74
Contribuições Sociais	37.017.000,00	37.017.000,00	6.278.718,91	16,96	12.362.531,26	33,40	24.654.468,74
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2023

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização de Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	24.000.850,00	24.609.479,85	2.851.889,89	6.058.663,27	18.550.816,58	2.851.889,90	6.058.663,27	18.550.816,58	4.632.408,79	
DESPESAS CORRENTES	24.000.850,00	24.609.479,85	2.851.889,89	6.058.663,27	18.550.816,58	2.851.889,90	6.058.663,27	18.550.816,58	4.632.408,79	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24.000.850,00	24.609.479,85	2.851.889,89	6.058.663,27	18.550.816,58	2.851.889,90	6.058.663,27	18.550.816,58	4.632.408,79	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2023

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	346.599.150,00	371.451.497,87	80.916.376,13	185.397.028,18	100,00	186.054.469,69	58.745.378,62	102.877.455,63	100,00	268.574.042,24	
LEGISLATIVA	9.000.000,00	9.000.000,00	1.818.392,56	3.191.008,68	1,72	5.808.991,32	1.368.470,94	2.622.324,99	2,55	6.377.675,01	
Ação Legislativa	9.000.000,00	9.000.000,00	1.818.392,56	3.191.008,68	1,72	5.808.991,32	1.368.470,94	2.622.324,99	2,55	6.377.675,01	
JUDICIÁRIA	2.881.650,00	1.504.650,00	234.557,52	875.410,54	0,47	629.239,46	298.031,53	594.134,83	0,58	910.515,17	
Ação Judiciária	2.876.400,00	1.499.400,00	234.557,52	875.410,54	0,47	623.989,46	298.031,53	594.134,83	0,58	905.265,17	
Demais Subfunções	5.250,00	5.250,00	0,00	0,00	0,00	5.250,00	0,00	0,00	0,00	5.250,00	
ADMINISTRAÇÃO	31.312.850,00	31.637.129,61	14.700.136,77	24.161.195,89	13,03	7.475.933,72	6.823.568,96	11.966.360,62	11,63	19.670.768,99	
Administração Geral	16.031.200,00	17.469.479,61	5.633.014,55	10.847.682,36	5,85	6.621.797,25	4.037.962,90	7.036.045,28	6,84	10.433.434,33	
Administração Financeira	3.986.300,00	3.836.300,00	577.603,99	3.254.927,05	1,76	581.372,95	527.374,68	1.103.015,71	1,07	2.733.284,29	
Comunicação Social	500.000,00	50.000,00	24.999,96	24.999,96	0,01	25.000,04	4.767,45	4.767,45	0,00	45.232,55	
Demais Subfunções	10.795.350,00	10.281.350,00	8.464.518,27	10.033.586,52	5,41	247.763,48	2.253.463,93	3.822.532,18	3,72	6.458.817,82	
SEGURANÇA PÚBLICA	11.464.900,00	11.464.900,00	2.446.118,57	4.180.455,01	2,25	7.284.444,99	1.798.915,68	3.409.634,76	3,31	8.055.265,24	
Policimento	10.886.300,00	10.886.300,00	2.338.207,56	3.931.644,11	2,12	6.954.655,89	1.711.839,00	3.239.280,25	3,15	7.647.019,75	
Defesa Civil	536.600,00	536.600,00	101.751,01	237.050,90	0,13	299.549,10	80.916,68	158.594,51	0,15	378.005,49	
Demais Subfunções	42.000,00	42.000,00	6.160,00	11.760,00	0,01	30.240,00	6.160,00	11.760,00	0,01	30.240,00	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.664.750,00	8.620.534,00	1.588.891,73	3.256.187,79	1,76	5.364.346,21	1.384.966,50	2.219.967,38	2,16	6.400.566,62	
Assistência ao Idoso	72.900,00	66.000,00	0,00	60.000,00	0,03	6.000,00	10.000,00	15.000,00	0,01	51.000,00	
Assistência ao Portador de Deficiência	410.650,00	410.650,00	0,00	410.000,00	0,22	650,00	76.080,00	114.460,00	0,11	286.190,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	10.000,00	16.900,00	16.900,00	16.900,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	16.900,00	
Assistência Comunitária	7.121.200,00	8.076.984,00	1.567.481,73	2.763.337,79	1,49	5.313.646,21	1.294.376,50	2.084.557,38	2,03	5.992.426,62	
Demais Subfunções	50.000,00	50.000,00	4.510,00	5.950,00	0,00	44.050,00	4.510,00	5.950,00	0,01	44.050,00	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	50.645.000,00	50.645.000,00	2.970.495,97	5.606.640,93	3,02	45.038.359,07	2.981.812,60	5.545.899,57	5,39	45.099.100,43	
Previdência do Regime Estatutário	50.645.000,00	50.645.000,00	2.970.495,97	5.606.640,93	3,02	45.038.359,07	2.981.812,60	5.545.899,57	5,39	45.099.100,43	
SAÚDE	59.839.700,00	60.773.589,83	7.915.991,33	34.080.500,46	18,38	26.693.089,37	13.022.779,23	23.825.725,22	23,16	36.947.864,61	
Atenção Básica	19.244.700,00	19.664.924,83	3.577.774,49	6.210.533,50	3,35	13.454.391,33	2.593.285,28	5.010.942,79	4,87	14.653.982,04	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	16.698.700,00	17.244.865,00	1.484.594,08	9.333.154,40	5,03	7.911.710,60	3.106.142,88	5.671.474,89	5,51	11.573.390,11	
Suporte Profilático e Terapêutico	561.000,00	561.000,00	16.079,52	16.079,52	0,01	544.920,48	0,00	0,00	0,00	561.000,00	
Vigilância Sanitária	1.698.000,00	1.698.000,00	263.417,48	457.375,55	0,25	1.240.624,45	149.366,48	342.324,55	0,23	1.354.675,45	
Vigilância Epidemiológica	161.600,00	161.600,00	53.582,16	113.333,60	0,06	48.266,40	53.582,16	113.333,60	0,11	48.266,40	
Administração Geral	21.475.700,00	21.443.200,00	2.520.543,60	17.950.023,89	9,68	3.493.176,11	7.120.402,43	12.686.649,39	12,33	8.756.550,61	
EDUCAÇÃO	107.074.200,00	124.247.594,43	35.448.095,50	64.412.028,41	34,74	59.835.566,02	22.563.587,99	36.153.786,16	35,14	88.093.808,27	
Ensino Fundamental	56.267.000,00	60.233.800,18	16.056.719,03	30.578.277,91	16,49	29.655.522,27	14.422.003,83	22.302.103,85	21,68	37.931.096,33	
Ensino Médio	2.741.400,00	15.275.555,94	10.689.537,34	13.226.487,87	7,13	2.049.068,07	473.327,26	603.277,97	0,59	14.672.277,97	
Ensino Profissional	589.900,00	543.600,00	0,00	305.453,54	0,16	238.146,46	121.245,79	160.321,38	0,16	383.278,62	
Ensino Superior	785.000,00	785.000,00	423.776,25	529.763,55	0,29	255.236,45	50.020,06	151.007,36	0,15	633.992,64	
Educação Infantil	37.303.400,00	38.022.138,31	6.183.091,66	14.429.473,57	7,78	23.592.664,74	6.236.603,41	10.673.487,47	10,38	27.348.650,84	
Educação de Jovens e Adultos	416.000,00	416.000,00	139.696,85	228.757,50	0,12	187.242,50	49.764,31	102.044,48	0,10	313.955,52	
Educação Especial	493.000,00	493.000,00	337.022,22	388.027,93	0,21	104.972,07	41.350,00	66.590,31	0,06	426.409,69	
Administração Geral	5.602.000,00	5.602.000,00	1.792.763,53	2.836.838,01	1,53	2.765.161,99	897.017,33	1.471.279,73	1,43	4.130.720,27	
Demais Subfunções	2.876.500,00	2.876.500,00	-173.511,38	1.888.948,53	1,02	987.551,47	272.256,00	623.673,61	0,61	2.252.826,39	
CULTURA	1.106.400,00	1.106.400,00	131.853,99	452.489,23	0,24	653.910,77	130.399,10	358.533,68	0,35	747.866,32	
Difusão Cultural	1.106.400,00	1.106.400,00	131.853,99	452.489,23	0,24	653.910,77	130.399,10	358.533,68	0,35	747.866,32	
URBANISMO	20.654.500,00	33.496.500,00	11.565.747,45	17.658.827,22	9,52	15.837.672,78	2.581.501,48	4.828.121,71	4,69	28.668.378,29	
Infra-Estrutura Urbana	586.500,00	586.500,00	86.250,00	86.250,00	0,05	500.250,00	54.250,00	54.250,00	0,05	532.250,00	
Serviços Urbanos	13.749.000,00	25.226.000,00	10.484.894,43	14.565.039,10	7,86	10.660.960,90	1.663.855,57	2.219.951,80	2,16	23.006.048,20	
Administração Geral	6.319.000,00	7.684.000,00	994.603,02	3.007.538,12	1,62	4.676.461,88	863.395,91	2.553.919,91	2,48	5.130.080,09	
HABITAÇÃO	177.000,00	177.000,00	82.965,00	82.965,00	0,04	94.035,00	21.965,00	21.965,00	0,02	155.035,00	
Habitação Rural	100.500,00	100.500,00	82.965,00	82.965,00	0,04	17.535,00	21.965,00	21.965,00	0,02	78.535,00	
Administração Geral	76.500,00	76.500,00	0,00	0,00	0,00	76.500,00	0,00	0,00	0,00	76.500,00	
GESTÃO AMBIENTAL	10.288.700,00	6.288.700,00	3.319.275,41	3.847.629,71	2,08	2.441.070,29	1.453.981,59	1.834.451,26	1,78	4.454.248,74	
Preservação e Conservação Ambiental	7.323.700,00	3.323.700,00	2.850.166,84	2.850.166,84	1,54	473.533,16	1.040.251,76	1.040.251,76	1,01	2.283.448,24	
Administração Geral	1.522.700,00	1.522.700,00	345.182,26	818.854,26	0,44	703.545,74	369.794,99	719.235,65	0,70	803.464,35	
Demais Subfunções	1.442.300,00	1.442.300,00	123.526,31	178.608,61	0,10	1.263.691,39	43.934,84	74.963,85	0,07	1.367.336,15	
AGRICULTURA	725.000,00	725.000,00	48.947,18	95.640,18	0,05	629.359,82	54.745,82	66.438,82	0,06	658.561,18	
Abastecimento	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00	
Extensão Rural	379.000,00	379.000,00	39.199,94	46.098,94	0,02	332.901,06	39.199,94	46.098,94	0,04	332.901,06	
Administração Geral	345.300,00	345.300,00	9.747,24	49.541,24	0,03	295.758,76	15.545,88	20.339,88	0,02	324.960,12	
Demais Subfunções	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	300,00	
COMÉRCIO E SERVIÇOS	389.000,00	389.000,00	26.562,55	53.110,34	0,03	335.889,66	27.362,55	51.110,34	0,05	337.889,66	
Turismo	389.000,00	389.000,00	26.562,55	53.110,34	0,03	335.889,66	27.362,55	51.110,34	0,05	337.889,66	
DESPORTO E LAZER	2.016.300,00	2.016.300,00	617.344,60	1.120.938,79	0,60	895.361,21	404.143,59	735.924,99	0,72	1.280.375,01	
Lazer	1.949.300,00	1.977.300,00	610.627,93	1.106.642,12	0,60	870.672,88	397.426,92	721.628,32	0,70	1.255.671,68	
Demais Subfunções	67.000,00	39.000,00	6.716,67	14.296,67	0,01	24.703,33	6.716,67	14.296,67	0,01	24.703,33	
ENCARGOS ESPECIAIS	28.178.400,00	26.178.400,00	-2.000.000,00	22.322.000,00	12,04	3.856.400,00	3.829.146,06	8.643.076,30	8,40	17.335.323,70	
Serviço da Dívida Interna	21.199.000,00	19.199.000,00	-2.000.000,00	19.150.000,00	10,33	49.000,00	3.181.865,80	7.426.153,94	7,22	11.772.846,06	
Outros Encargos Especiais	6.979.400,00	6.979.400,00	0,00	3.172.000,00	1,71	3.807.400,00	647.280,26	1.216.922,36	1,18	5.762.477,64	



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2023

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.180.800,00	3.180.800,00	0,00	0,00	0,00	3.180.800,00	0,00	0,00	0,00	3.180.800,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	24.000.850,00	24.609.479,85	2.851.889,89	6.058.663,27	3,27	18.550.816,58	2.851.889,90	6.058.663,27	5,89	18.550.816,58	
TOTAL (III) = (I + II)	370.600.000,00	396.060.977,72	83.768.266,02	191.455.691,45	103,27	204.605.286,27	61.597.268,52	108.936.118,90	105,89	287.124.858,82	

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/III b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	24.000.850,00	24.609.479,85	2.851.889,89	6.058.663,27	3,27	18.550.816,58	2.851.889,90	6.058.663,27	5,89	18.550.816,58	
JUDICIÁRIA	106.800,00	106.800,00	12.849,97	26.432,63	0,01	80.367,37	12.849,97	26.432,63	0,03	80.367,37	
Ação Judiciária	106.800,00	106.800,00	12.849,97	26.432,63	0,01	80.367,37	12.849,97	26.432,63	0,03	80.367,37	
ADMINISTRAÇÃO	795.300,00	795.300,00	99.754,27	207.910,56	0,11	587.389,44	99.754,28	207.910,56	0,20	587.389,44	
Administração Geral	727.300,00	727.300,00	92.348,58	192.554,94	0,10	534.745,06	92.348,59	192.554,94	0,19	534.745,06	
Administração Financeira	68.000,00	68.000,00	7.205,69	15.355,62	0,01	52.644,38	7.205,69	15.355,62	0,01	52.644,38	
SEGURANÇA PÚBLICA	2.082.600,00	2.082.600,00	241.851,65	498.094,29	0,27	1.584.505,71	241.851,65	498.094,29	0,48	1.584.505,71	
Policiamento	2.075.000,00	2.075.000,00	241.851,65	498.094,29	0,27	1.576.905,71	241.851,65	498.094,29	0,48	1.576.905,71	
Defesa Civil	7.600,00	7.600,00	0,00	0,00	0,00	7.600,00	0,00	0,00	0,00	7.600,00	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	633.050,00	639.800,00	57.981,93	128.711,90	0,07	511.088,10	57.981,93	128.711,90	0,13	511.088,10	
Assistência ao Idoso	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
Assistência ao Portador de Deficiência	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00	
Assistência Comunitária	632.900,00	639.650,00	57.981,93	128.711,90	0,07	510.938,10	57.981,93	128.711,90	0,13	510.938,10	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	
Previdência do Regime Estatutário	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	
SAÚDE	4.734.800,00	4.734.800,00	621.312,91	1.328.462,28	0,72	3.406.337,72	621.312,91	1.328.462,28	1,29	3.406.337,72	
Atenção Básica	2.832.000,00	2.832.000,00	403.630,84	864.014,96	0,47	1.967.985,04	403.630,84	864.014,96	0,84	1.967.985,04	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.186.100,00	1.186.100,00	134.019,83	288.969,66	0,16	897.130,34	134.019,83	288.969,66	0,28	897.130,34	
Vigilância Sanitária	232.000,00	232.000,00	20.719,00	50.652,36	0,03	181.347,64	20.719,00	50.652,36	0,05	181.347,64	
Vigilância Epidemiológica	63.700,00	63.700,00	10.268,32	15.377,28	0,01	48.322,72	10.268,32	15.377,28	0,01	48.322,72	
Administração Geral	421.000,00	421.000,00	52.674,92	109.448,02	0,06	311.551,98	52.674,92	109.448,02	0,11	311.551,98	
EDUCAÇÃO	14.112.300,00	14.714.179,85	1.705.306,34	3.625.414,99	1,96	11.088.764,86	1.705.306,34	3.625.414,99	3,52	11.088.764,86	
Ensino Fundamental	6.620.000,00	7.136.559,64	1.070.150,35	2.268.287,19	1,22	4.868.272,45	1.070.150,35	2.268.287,19	2,20	4.868.272,45	
Ensino Médio	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
Ensino Profissional	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
Educação Infantil	7.013.600,00	7.098.920,21	580.327,12	1.238.690,18	0,87	5.860.230,03	580.327,12	1.238.690,18	1,20	5.860.230,03	
Educação de Jovens e Adultos	37.000,00	37.000,00	0,00	0,00	0,00	37.000,00	0,00	0,00	0,00	37.000,00	
Educação Especial	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00	
Administração Geral	427.500,00	427.500,00	54.828,87	118.437,62	0,06	309.062,38	54.828,87	118.437,62	0,12	309.062,38	
CULTURA	104.100,00	104.100,00	6.833,84	14.874,76	0,01	89.225,24	6.833,84	14.874,76	0,01	89.225,24	
Diffusão Cultural	104.100,00	104.100,00	6.833,84	14.874,76	0,01	89.225,24	6.833,84	14.874,76	0,01	89.225,24	
URBANISMO	1.048.500,00	1.048.500,00	73.104,60	158.094,81	0,09	890.405,19	73.104,60	158.094,81	0,15	890.405,19	
Serviços Urbanos	71.500,00	71.500,00	5.740,02	12.253,52	0,01	59.246,48	5.740,02	12.253,52	0,01	59.246,48	
Administração Geral	977.000,00	977.000,00	67.364,58	145.841,29	0,08	831.158,71	67.364,58	145.841,29	0,14	831.158,71	
GESTÃO AMBIENTAL	125.400,00	125.400,00	19.206,07	40.676,70	0,02	84.723,30	19.206,07	40.676,70	0,04	84.723,30	
Administração Geral	125.400,00	125.400,00	19.206,07	40.676,70	0,02	84.723,30	19.206,07	40.676,70	0,04	84.723,30	
AGRICULTURA	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	
Administração Geral	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	
COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
Turismo	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
DESPORTO E LAZER	125.000,00	125.000,00	13.688,31	29.990,35	0,02	95.009,65	13.688,31	29.990,35	0,03	95.009,65	
Lazer	125.000,00	125.000,00	13.688,31	29.990,35	0,02	95.009,65	13.688,31	29.990,35	0,03	95.009,65	

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Contador
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: MAIO 2022 a ABRIL 2023

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)													Em Reais	
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL	PREVISÃO ATUALIZADA
	MAI/2022	JUN/2022	JUL/2022	AGO/2022	SET/2022	OUT/2022	NOV/2022	DEZ/2022	JAN/2023	FEV/2023	MAR/2023	ABR/2023		
RECEITAS CORRENTES (I)	32.367.305,42	27.887.757,73	37.325.010,10	28.741.354,51	26.865.632,39	29.594.588,64	27.718.105,54	41.510.136,99	29.434.789,61	26.354.793,06	34.204.495,19	27.570.775,33	369.474.744,51	367.048.400,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.831.878,72	5.149.232,27	5.446.678,24	4.393.959,98	5.984.035,21	4.977.052,04	5.059.682,03	7.349.465,09	1.967.399,74	2.344.056,33	6.628.610,54	11.527.268,28	64.659.318,47	67.566.000,00
IPTU	1.379.206,60	1.456.299,77	1.555.657,86	1.776.838,07	1.523.657,38	1.582.958,52	1.309.204,73	1.596.585,87	379.907,58	713.006,00	1.761.487,78	8.128.088,17	23.162.898,33	29.000.000,00
ISS	1.184.265,34	2.197.985,98	2.580.704,55	1.272.349,84	3.143.283,18	1.936.695,90	2.036.698,71	4.803.769,92	341.730,81	73.416,18	3.150.351,21	1.420.551,22	24.141.802,84	22.000.000,00
ITBI	378.727,95	525.524,19	493.930,90	374.873,73	386.769,78	612.341,34	390.222,56	74.261,25	499.715,99	585.482,27	660.720,26	723.767,95	5.706.438,17	6.500.000,00
IRRF	477.496,04	543.493,53	408.511,99	602.614,24	534.452,33	495.957,91	1.035.255,49	732.117,53	560.913,48	698.769,99	795.625,80	726.709,09	7.611.917,42	5.800.000,00
Outras Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	412.182,79	425.928,80	407.872,94	367.284,10	395.872,54	349.099,37	288.200,54	142.730,52	185.131,78	273.381,89	260.425,49	528.151,85	4.036.261,61	4.266.000,00
Contribuições	1.412.066,27	1.492.871,77	1.403.386,17	1.381.741,27	1.402.228,61	1.388.514,92	1.367.904,52	2.855.365,33	1.019.628,05	1.516.039,51	1.808.555,51	826.107,52	17.874.609,40	16.741.000,00
Receita Patrimonial	3.589.629,86	1.389.204,05	1.489.104,60	3.102.505,44	2.112.712,43	3.271.948,43	1.918.880,90	3.474.407,06	2.552.572,21	3.236.178,25	3.576.222,41	2.309.714,74	31.019.480,38	9.327.500,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	2.579.731,81	1.376.732,07	1.478.753,94	3.096.547,23	2.106.440,14	3.266.369,29	1.912.865,93	3.456.902,56	2.543.579,80	3.239.968,91	3.570.010,57	2.305.131,90	30.923.934,24	9.273.500,00
Outras Receitas Patrimoniais	5.898,05	12.471,98	10.750,66	5.958,21	6.272,29	5.679,14	5.994,98	17.504,50	8.992,31	6.209,34	6.211,84	4.582,84	96.526,14	54.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	24.496.094,46	19.769.933,40	28.770.719,23	19.435.443,56	17.278.769,92	19.843.177,15	19.300.400,07	27.441.126,88	22.215.691,91	17.693.183,21	22.097.102,37	12.926.577,66	251.268.219,82	272.232.900,00
Cota-Parte do FPM	4.781.175,36	4.473.701,75	6.021.321,09	4.374.815,58	4.029.141,68	3.833.591,99	4.818.127,29	7.486.403,87	4.857.954,76	6.476.249,27	3.961.818,78	4.529.595,23	59.643.896,23	71.300.000,00
Cota-Parte do ICMS	7.373.236,12	5.434.468,63	6.292.689,89	7.449.685,03	5.560.854,88	5.929.083,81	6.264.274,63	6.176.934,43	6.807.719,69	5.055.895,27	5.121.124,69	3.605.026,66	71.065.993,63	88.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	2.004.125,52	1.374.679,85	571.055,03	443.811,96	852.129,63	409.668,83	26.863,01	1.812.290,05	0,00	0,00	5.661.473,56	0,00	13.256.097,84	13.500.000,00
Cota-Parte do ITR	1.063,27	267,77	502,75	1.181,28	41.441,32	154.430,32	7.133,35	6.204,44	5.325,49	8.904,67	109,03	989,71	228.451,40	60.000,00
Transferências da LC 61/1989	28.933,33	33.182,39	36.338,33	25.332,00	38.314,41	41.108,89	28.589,32	36.931,24	36.419,24	27.517,40	27.961,88	33.080,42	393.708,85	700.000,00
Transferências do FUNDEB	6.554.355,96	4.842.252,05	5.245.706,60	6.198.002,56	4.686.543,49	5.322.620,01	5.452.302,63	6.645.227,39	8.295.967,41	4.793.859,57	5.485.585,03	3.982.611,39	67.505.034,09	71.000.000,00
Outras Transferências Correntes	3.754.209,10	3.611.380,16	10.603.105,54	942.614,25	2.070.344,53	4.152.673,30	2.703.109,84	5.177.135,06	2.212.305,32	1.329.857,03	1.843.029,40	775.274,25	39.175.037,78	27.672.900,00
Outras Receitas Correntes	41.636,11	86.516,24	114.721,91	427.704,26	87.886,22	113.896,10	71.258,02	389.772,83	1.678.771,89	1.565.197,63	94.051,58	19.080,00	4.652.281,99	1.181.000,00
DEBITOS (II)	5.395.293,67	3.979.746,72	4.222.531,29	5.307.959,31	4.771.693,54	5.448.730,29	3.861.386,96	7.330.403,93	5.213.830,79	5.481.484,08	7.181.989,62	4.593.729,45	62.985.795,84	49.900.000,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	4.705,76	674.342,80	3.315.507,16	738.217,81	738.245,86	736.411,41	737.846,37	2.185.982,40	306.479,37	799.834,46	1.181.040,73	823.346,14	12.238.869,32	8.948.000,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	721.293,23	71.445,48	2.573.743,10	25.691,07	25.691,07	24.141,83	25.120,58	60.512,37	25.120,80	25.120,80	25.392,29	26.334,50	1.517.679,08	300.000,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	1.831.789,85	968.669,98	1.333.295,16	2.088.076,11	1.982.322,74	2.811.106,33	812.900,40	2.340.956,00	2.540.746,85	2.342.645,61	3.021.859,07	2.110.410,46	24.184.778,56	7.000.000,00
Obrigações de Receita para Formação do FUNDEB	2.837.505,83	2.265.310,46	2.147.472,07	2.458.965,32	2.025.433,89	2.074.030,72	2.285.422,61	2.743.073,17	2.341.483,76	2.313.893,27	2.953.697,53	1.633.738,35	28.080.026,94	33.652.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)	26.972.011,75	23.907.989,01	33.002.478,81	23.433.404,20	22.093.938,85	23.948.858,35	23.856.715,58	34.179.733,06	24.220.958,83	20.873.308,98	27.022.505,57	22.977.045,88	306.488.948,87	317.148.400,00
(I -) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166, § 1º, da CF) (IV)	0,00	2.450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.450.000,00	800,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III) - (IV)	26.972.011,75	21.457.989,01	33.002.478,81	23.433.404,20	22.093.938,85	23.948.858,35	23.856.715,58	34.179.733,06	24.220.958,83	20.873.308,98	27.022.505,57	22.977.045,88	304.038.948,87	317.147.600,00
(I -) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 1º, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (art. 198, § 1º, V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V) - (VI)	26.972.011,75	21.457.989,01	33.002.478,81	23.433.404,20	22.093.938,85	23.948.858,35	23.856.715,58	34.179.733,06	24.220.958,83	20.873.308,98	27.022.505,57	22.977.045,88	304.038.948,87	317.147.600,00



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: MAIO 2022 a ABRIL 2023

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiute do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E DAS RECEITAS E DESPESAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES E INATIVOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2023

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00		0,00		
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00		0,00		
Ativo	0,00		0,00		
Inativo	0,00		0,00		
Pensionista	0,00		0,00		
Receita de Contribuições Patronais	0,00		0,00		
Ativo	0,00		0,00		
Inativo	0,00		0,00		
Pensionista	0,00		0,00		
Receita Patrimonial	0,00		0,00		
Receitas Imobiliárias	0,00		0,00		
Receitas de Valores Mobiliários	0,00		0,00		
Outras Receitas Patrimoniais	0,00		0,00		
Receita de Serviços	0,00		0,00		
Outras Receitas Correntes	0,00		0,00		
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00		0,00		
Aportes Periódicos Amortização Déficit Atuarial RPPS (II)	0,00		0,00		
Demais Receitas Correntes	0,00		0,00		
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00		0,00		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00		0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IV) = (I+III-II)	0,00		0,00		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	0,00	2.487.219,57	2.487.219,57	2.487.219,57	0,00
Aposentadorias	0,00	1.991.345,06	1.991.345,06	1.991.345,06	0,00
Pensões por Morte	0,00	495.874,51	495.874,51	495.874,51	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	0,00	2.487.219,57	2.487.219,57	2.487.219,57	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)	0,00	-2.487.219,57	-2.487.219,57	-2.487.219,57	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES VALOR				0,00	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS VALOR				0,00	
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS				APORTES REALIZADOS	
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar				0,00	
Plano de Amortização - Aporte Periódico Valores Predefinidos				0,00	
Outros Aportes para o RPPS				0,00	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro				0,00	
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)				SALDO ATUAL	
Caixa e Equivalentes de Caixa				20.359,05	
Investimentos e Aplicações				144.260.678,74	
Outros Bens e Direitos				93.023.070,34	



Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E DAS RECEITAS E DESPESAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES E INATIVOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2023

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00		0,00		
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00		0,00		
Ativo	0,00		0,00		
Inativo	0,00		0,00		
Pensionista	0,00		0,00		
Receita de Contribuições Patronais	0,00		0,00		
Ativo	0,00		0,00		
Inativo	0,00		0,00		
Pensionista	0,00		0,00		
Receita Patrimonial	0,00		0,00		
Receitas Imobiliárias	0,00		0,00		
Receitas de Valores Mobiliários	0,00		0,00		
Outras Receitas Patrimoniais	0,00		0,00		
Receita de Serviços	0,00		0,00		
Outras Receitas Correntes	0,00		0,00		
Compensação Financeira entre os regimes	0,00		0,00		
Demais Receitas Correntes	0,00		0,00		
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00		0,00		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00		0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)	0,00		0,00		

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS			APORTES REALIZADOS		
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			0,00		
Recursos para Formação de Reserva			0,00		

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)			SALDO ATUAL		
Caixa e Equivalentes de Caixa			0,00		
Investimentos e Aplicações			0,00		
Outros Bens e Direitos			0,00		



Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E DAS RECEITAS E DESPESAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES E INATIVOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2023

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	
Receitas Correntes		53.265.000,00		25.606.162,21	
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)		53.265.000,00		25.606.162,21	
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Despesas Correntes (XIII)	0,00	3.119.421,36	3.058.680,00	3.058.680,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	2.997.636,49	2.997.636,49	2.997.636,49	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	121.784,87	61.043,51	61.043,51	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	3.119.421,36	3.058.680,00	3.058.680,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	53.265.000,00	22.486.740,85	22.547.482,21	22.547.482,21	0,00
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS				SALDO ATUAL	
Caixa e Equivalentes de Caixa				0,00	
Investimentos e Aplicações				0,00	
Outros Bens e Direitos				0,00	
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	
Contribuições dos Servidores		0,00		0,00	
Demais Receitas Previdenciárias		0,00		0,00	
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVII)		0,00		0,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO (XIX) = (XVII - XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2023

DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXXI)	352.253.497,87	166.247.026,18	95.451.301,69	89.997.602,37	1.693.579,78	4.361.081,66	4.154.501,56
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	352.253.497,87	166.247.026,18	95.451.301,69	89.997.602,37	1.693.579,78	4.361.081,66	4.154.501,56
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - ACIMA DA LINHA (XXXIV) = (XVIA - (XXXIIIA + XXXIIB + XXXIIC))							827.665,29
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - ACIMA DA LINHA (XXXV) = (XVIBA - (XXXIIIA + XXXIIB + XXXIIC))							827.665,29
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO							VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência							0,00
JUROS NOMINAIS							Até o Bimestre/2023
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)							1.633.029,29
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)							54.559,14
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - ACIMA DA LINHA (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)							2.406.135,44
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL							VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência							0,00
ABAIXO DA LINHA							SALDO
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL							em 31/Dez/2022
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)							68.798.943,57
DEDUÇÕES (XL)							45.790.944,81
Disponibilidade de Caixa							43.454.331,89
Disponibilidade de Caixa Bruta							57.255.489,01
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)							13.801.157,12
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados							0,00
Demaís Haveres Financeiros							2.336.612,92
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)							23.007.998,76
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)							-64.083.720,30
AJUSTE METODOLÓGICO							Até o bimestre / 2023
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIa - XLIb)							1.692.612,18
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)							0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)							0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)							0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)							0,00
OUTROS AJUSTES (XLIX)							0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = (XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX))							-62.391.108,12
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)							-63.969.578,27
INFORMAÇÕES ADICIONAIS							PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							7.496.083,75
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais							7.496.083,75
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS							2.500.000,00

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiate do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2023

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

<

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Layout do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Controladora
CRC 15P347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controladora Interna
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2023

RREO - ANEXO 8 (Portaria STN nº 274/2016, art. 11, II, b)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
1 - RECEITAS DE IMPOSTOS		63.300.000,00	21.220.243,88		
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU		29.000.000,00	10.982.489,53		
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI		6.500.000,00	2.469.686,47		
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		22.000.000,00	4.986.049,52		
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		5.800.000,00	2.782.018,36		
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS		139.908.000,00	46.214.065,75		
2.1 - Cota-Parte FPM		58.100.000,00	19.825.618,04		
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b		52.800.000,00	19.825.618,04		
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e e		5.300.000,00	0,00		
2.2 - Cota-Parte ICMS		70.400.000,00	20.585.766,31		
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação		560.000,00	124.978,94		
2.4 - Cota-Parte ITR		48.000,00	16.228,90		
2.5 - Cota-Parte IPVA		10.800.000,00	5.661.473,56		
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro		0,00	0,00		
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		0,00	0,00		
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)		203.208.000,00	67.434.309,63		
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5))		33.652.000,00	9.242.812,91		
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO EM MDE ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1)+(2.2)+(2.3)+(2.4)+(2.5)) + 25% DE ((1.1)+(1.2)+(1.3)+(1.4)+(2.1.2)+(2.6)+(2.7))		23.880.400,00	7.615.764,26		

FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO		PREVISÃO ATUALIZADA (a)
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB		71.600.000,00
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		71.600.000,00
6.1.1 - Principal		71.000.000,00
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira		600.000,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF		0,00
6.2.1 - Principal		0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira		0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT		0,00
6.3.1 - Principal		0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira		0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)¹		37.348.000,00

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		VALOR
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		4.923.983,49
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		4.923.983,49
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		0,00
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)		27.858.695,18

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)⁶	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	65.509.618,34	17.756.912,15	17.756.912,15	16.928.328,21	0,00
10.1 - Educação Infantil	23.895.058,52	4.258.626,47	4.258.626,47	4.087.797,75	0,00
10.1.1 - Creche	0,00	3.522.875,93	3.522.875,93	3.353.710,34	0,00
10.1.2 - Pré-escola	23.895.058,52	735.750,54	735.750,54	734.087,41	0,00
10.2 - Ensino Fundamental	41.614.559,82	13.498.285,68	13.498.285,68	12.840.530,46	0,00
11 - OUTRAS DESPESAS	23.508.500,00	6.544.414,78	4.750.583,01	4.606.333,01	1.793.831,77
11.1 - Educação Infantil	5.597.200,00	2.365.978,51	1.437.234,70	1.292.984,70	928.743,81
11.1.1 - Creche	0,00	1.301.956,12	743.859,21	617.159,21	558.096,91
11.1.2 - Pré-escola	5.597.200,00	1.064.022,39	693.375,49	675.825,49	370.646,90
11.2 - Ensino Fundamental	17.911.300,00	4.178.436,27	3.313.348,31	3.313.348,31	865.087,96
12 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (10 + 11)	89.018.118,34	24.301.326,93	22.507.495,16	21.534.661,22	1.793.831,77



Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2023

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)7	
13 - Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	14.099.393,81	14.099.393,81	13.583.962,91	0,00	0,00	
14 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	19.255.208,59	17.461.376,82	16.801.695,92	1.793.831,77	0,00	
15 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
16 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
17 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
18 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal ²	VALOR EXIGIDO (i)	VALOR APLICADO (j)	VALOR CONSIDERADO APOS DEDUÇÕES (k)	% APLICADO (l)
19 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	16.054.298,18	14.099.393,81	14.099.393,81	61,47
20 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
21 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit) ³	VALOR PERMITIDO (m)	VALOR NÃO APLICADO (n)	VALOR NÃO APLICADO APOS AJUSTE (o)	% NÃO APLICADO (p)
22 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	2.293.471,17	5.473.334,87	5.473.334,87	23,86

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior) ³	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (q)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (r)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (s)	VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INEGRARA O LIMITE CONSTITUCIONAL (t)	VALOR APLICADO APOS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR NÃO APLICADO (v)
23 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	6.965.193,83	4.923.983,49	5.046.118,34	4.923.983,49	0,00	0,00
23.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	6.965.193,83	4.923.983,49	5.046.118,34	4.923.983,49	0,00	0,00
23.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	
24 - EDUCAÇÃO INFANTIL	8.013.800,00	7.899.806,34	5.436.450,60	5.036.536,25	2.463.355,74	
24.1 - Creche	0,00	3.565.523,51	2.790.568,70	2.512.603,19	774.954,81	
24.2 - Pré-escola	8.013.800,00	4.334.282,83	2.645.881,90	2.523.933,06	1.688.400,93	
25 - ENSINO FUNDAMENTAL	14.621.000,00	7.977.734,35	4.212.957,27	3.952.278,89	3.764.777,08	
26 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (24 + 25)	22.634.800,00	15.877.540,69	9.649.407,87	8.988.815,14	6.228.132,82	

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL				VALOR
27 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS (FUNDEB E RECEITA DE IMPOSTOS) = (L14(d ou e) + L26(d ou e) + L23.1(t))				32.034.768,18
28 - (-) RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (L7)				12.914.489,38
29 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB IMPOSTOS ⁴ = (L14h)				0,00
30 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS				0,00
31 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L34.1 (ac) + L34.2(ac))				0,00
32 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (27 - (28 + 29 + 30 + 31))				19.120.278,80

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5			VALOR EXIGIDO (x)	VALOR APLICADO (w)	% APLICADO (y)
33 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS			16.858.577,41	19.120.278,80	28,35

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS E DO FUNDEB	SALDO INICIAL (z)	RP LIQUIDADOS (aa)	RP PAGOS (ab)	RP CANCELADOS (ac)	SALDO FINAL (ad) = (z)-(ab)-(ac)
34 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	5.338.288,71	42.643,19	728.467,93	0,00	4.609.820,78
34.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	4.837.604,48	42.643,19	230.737,25	0,00	4.606.867,23
34.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	500.684,23	0,00	497.730,68	0,00	2.953,55
34.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2023

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
35 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	12.082.000,00	3.700.962,55
35.1 - Salário-Educação	10.350.000,00	3.270.908,27
35.2 - PDDE	0,00	0,00
35.3 - PNAE	1.450.000,00	392.643,00
35.4 - PNATE	80.000,00	0,00
35.5 - Outras Transferências do FNDE	202.000,00	37.411,28
36 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.291.200,00	896.790,00
37 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	300.000,00	43.346,12
38 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
39 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00
40 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO = (35 + 36 + 37 + 38 + 39)	15.673.200,00	4.641.098,67

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
41 - EDUCAÇÃO INFANTIL	1.734.000,00	2.045.433,77	947.470,62	634.601,80	1.097.963,15
41.1 - Creche	0,00	1.038.982,51	489.889,21	332.225,64	549.093,30
41.2 - Pré-escola	1.734.000,00	1.006.451,26	457.581,41	302.376,16	548.869,85
42 - ENSINO FUNDAMENTAL	13.727.500,00	10.926.997,11	5.305.958,50	4.305.454,65	5.621.038,61
43 - ENSINO MÉDIO	15.275.655,94	13.226.487,87	603.277,97	537.955,97	12.623.209,90
44 - ENSINO SUPERIOR	785.000,00	529.763,55	151.007,36	150.499,47	378.756,19
45 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	543.700,00	305.453,54	160.321,38	121.245,79	145.132,16
46 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (41 + 42 + 43 + 44 + 45)	32.065.855,94	27.034.135,84	7.168.035,83	5.749.757,68	19.866.100,01

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
47 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (12 + 26 + 46)	138.789.974,28	67.989.646,96	39.731.404,71	36.665.025,70	28.258.242,25
47.1 - Despesas Correntes	122.383.318,34	55.592.767,85	38.043.555,73	34.977.176,72	17.549.212,12
47.1.1 - Pessoal Ativo	83.069.018,34	23.118.127,65	23.118.127,65	22.023.977,74	0,00
47.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47.1.4 - Outras Despesas Correntes	39.314.300,00	32.474.640,20	14.925.428,08	12.953.198,98	17.549.212,12
47.2 - Despesas de Capital	16.406.655,94	12.396.879,11	1.687.848,98	1.687.848,98	10.709.030,13
47.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47.2.2 - Outras Despesas Correntes	16.406.655,94	12.396.879,11	1.687.848,98	1.687.848,98	10.709.030,13

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ae)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (af)
48 - Disponibilidade Financeira em 31 de Dezembro de 2022	5.424.116,40	0,00
49 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	22.934.711,69	3.270.908,27
50 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	22.032.391,90	4.122.829,19
51 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	6.326.436,19	-851.920,92
52 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
53 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
54 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	6.326.436,19	-851.920,92

Nota Explicativa:

- 1 - SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (7) MAIOR QUE 0 = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB, SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (7) 0 = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB.
- 2 - Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
- 3 - Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional. utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.
- 4 - Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- 5 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
- 6 - As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.
- 7 - Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não deve ser considerado na apuração dos indicadores e limites.
- 8 - Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Layout do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

SANDRA REGINA CRUZ FERNANDES BRUZON
Secretária de Educação

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL (REGRA DE OURO)
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2023

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	55.844.712,31	40.447.655,53	15.397.056,78
Investimentos	36.896.712,31	21.507.655,53	15.389.056,78
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	18.948.000,00	18.940.000,00	8.000,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	55.844.712,31	40.447.655,53	15.397.056,78
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	55.844.712,31	40.447.655,53	15.397.056,78

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leitura do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controlador Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2023

Em Reais						
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c) = (a - b)			
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	4.500,00	0,00	4.500,00			
Receita de Alienação de Bens Móveis	4.500,00	0,00	4.500,00			
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00			
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00			
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2022 (i)	2023 (j) = (Ib - (II f + II g))	SALDO (k) = (III i - III j)
VALOR (III)	329.623,38	0,00	329.623,38

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 15P347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controlador Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2023

RREO - ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

R\$1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre	% (b/a) x 100
RECEITAS DE IMPOSTOS (I)	63.300.000,00	63.300.000,00	21.220.243,88	33,52
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	29.000.000,00	29.000.000,00	10.982.489,53	37,87
IPTU	21.850.000,00	21.850.000,00	9.261.136,44	42,38
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	7.150.000,00	7.150.000,00	1.721.353,09	24,07
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	6.500.000,00	6.500.000,00	2.469.686,47	37,99
ITBI	6.480.000,00	6.480.000,00	2.462.921,34	38,00
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	20.000,00	20.000,00	6.765,13	33,82
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	22.000.000,00	22.000.000,00	4.986.049,52	22,66
ISS	21.650.000,00	21.650.000,00	4.827.905,79	22,29
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	350.000,00	350.000,00	158.143,73	45,18
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	5.800.000,00	5.800.000,00	2.782.018,36	47,96
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	168.260.000,00	168.260.000,00	46.214.065,75	27,46
Cota-Parte FPM	66.000.000,00	66.000.000,00	19.825.618,04	30,03
Cota-Parte ITR	60.000,00	60.000,00	16.228,90	27,04
Cota-Parte IPVA	13.500.000,00	13.500.000,00	5.661.473,56	41,93
Cota-Parte ICMS	88.000.000,00	88.000.000,00	20.585.766,31	23,39
Cota-Parte IPI-Exportação	700.000,00	700.000,00	124.978,94	17,85
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS - LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) =	231.560.000,00	231.560.000,00	67.434.309,63	29,12

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados
			Até o Bimestre	% (d/c) x 100	Até o bimestre	% (e/c) x 100	Até o bimestre	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	15.969.600,00	15.969.600,00	5.123.333,97	32,08	4.502.611,00	28,19	4.290.525,95	26,86	620.722,97
Despesas Correntes	15.969.600,00	15.969.600,00	5.123.333,97	32,08	4.502.611,00	28,19	4.290.525,95	26,86	620.722,97
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	15.109.600,00	15.109.600,00	7.059.489,00	46,72	5.159.734,55	34,14	4.445.474,34	29,42	1.899.754,45
Despesas Correntes	15.109.500,00	15.109.500,00	7.059.489,00	46,72	5.159.734,55	34,14	4.445.474,34	29,42	1.899.754,45
Despesas de Capital	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	300.000,00	300.000,00	16.079,52	5,35	0,00	0,00	0,00	0,00	16.079,52
Despesas Correntes	300.000,00	300.000,00	16.079,52	5,35	0,00	0,00	0,00	0,00	16.079,52
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	1.484.000,00	1.484.000,00	406.527,91	27,39	388.531,91	26,18	377.391,75	25,43	17.996,00
Despesas Correntes	1.484.000,00	1.484.000,00	406.527,91	27,39	388.531,91	26,18	377.391,75	25,43	17.996,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	35.000,00	35.000,00	9.410,51	26,88	9.410,51	26,88	9.410,51	26,88	0,00
Despesas Correntes	35.000,00	35.000,00	9.410,51	26,88	9.410,51	26,88	9.410,51	26,88	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	21.710.600,00	21.677.850,00	18.057.387,91	83,29	12.795.753,41	59,02	11.323.278,76	52,23	5.261.634,50
Despesas Correntes	21.579.800,00	21.547.050,00	18.048.128,91	83,76	12.787.844,41	59,34	11.315.369,76	52,51	5.260.284,50
Despesas de Capital	130.800,00	130.800,00	9.259,00	7,07	7.909,00	6,04	7.909,00	6,04	1.350,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	54.608.800,00	54.576.050,00	30.672.228,82	56,20	22.856.041,38	41,87	20.446.081,31	37,46	7.816.187,44

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	30.672.228,82	22.856.041,38	20.446.081,31
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	30.672.228,82	22.856.041,38	20.446.081,31
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	10.115.146,44	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	12.740.894,94	12.740.894,94	12.740.894,94
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orçânica Municipal)	45,48	33,89	30,31

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (I) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo final = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2022 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2023

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR									
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m)	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q))	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados
Empenhos de 2023	10.115.146,44	30.672.228,82	20.557.082,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.557.082,38
Empenhos de 2022	30.214.002,72	53.557.600,33	23.343.597,61	320.119,80	0,00	0,00	216.443,08	103.676,72	23.343.597,61
Empenhos de 2021	25.979.301,83	42.667.050,73	16.687.748,90	994.316,27	0,00	0,00	664.845,26	239.696,31	16.597.974,20
Empenhos de 2020	21.248.497,89	34.764.520,54	13.516.022,65	1.871.285,49	0,00	0,00	1.656.594,26	206.750,64	13.508.082,06
Empenhos de 2019	20.368.313,31	33.769.331,91	13.401.018,60	2.744.094,25	0,00	0,00	2.628.954,84	54.669,22	13.340.548,41
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)									0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)									0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)									0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24º 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência		Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	9.417.600,00	9.417.600,00	888.774,32	9,43
Proveniente da União	8.881.400,00	8.881.400,00	888.774,32	10,00
Proveniente dos Estados	536.200,00	536.200,00	0,00	0,00
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	9.417.600,00	9.417.600,00	888.774,32	9,43

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO							
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre	% (d/c) x 100	Até o bimestre	% (e/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	6.107.100,00	6.527.324,83	1.951.214,49	29,89	1.372.346,75	21,02	578.867,74
Despesas Correntes	5.920.200,00	5.990.771,83	1.951.214,49	32,57	1.372.346,75	22,90	578.867,74
Despesas de Capital	186.900,00	536.553,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	2.775.200,00	3.321.365,00	2.562.635,06	77,15	800.710,00	24,10	1.761.925,06
Despesas Correntes	2.775.000,00	3.175.000,00	2.473.635,06	77,90	800.710,00	25,21	1.672.925,06
Despesas de Capital	200,00	146.365,00	89.000,00	60,80	0,00	0,00	89.000,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	261.000,00	261.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	261.000,00	261.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	446.000,00	446.000,00	101.500,00	22,75	5.445,00	1,22	96.055,00
Despesas Correntes	446.000,00	446.000,00	101.500,00	22,75	5.445,00	1,22	96.055,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	190.300,00	190.300,00	119.300,37	62,69	119.300,37	62,69	0,00
Despesas Correntes	190.200,00	190.200,00	119.300,37	62,72	119.300,37	62,72	0,00
Despesas de Capital	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	186.100,00	186.350,00	2.084,00	1,11	344,00	0,18	1.740,00
Despesas Correntes	124.100,00	124.350,00	2.084,00	1,67	344,00	0,27	1.740,00
Despesas de Capital	62.000,00	62.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	9.965.700,00	10.932.339,83	4.736.733,92	43,32	2.298.146,12	21,02	2.438.587,80



Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2023

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre	% (d/c) x 100	Até o bimestre	% (e/c) x 100	Até o bimestre	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	22.076.700,00	22.496.924,83	7.074.548,46	31,44	5.874.957,75	26,11	5.610.944,16	24,94	1.199.590,71
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	17.884.800,00	18.430.965,00	9.622.124,06	52,20	5.960.444,55	32,33	5.245.474,34	28,46	3.661.679,51
SUORTE PROFIÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	561.000,00	561.000,00	16.079,52	2,86	0,00	0,00	0,00	0,00	16.079,52
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	1.930.000,00	1.930.000,00	508.027,91	26,32	393.976,91	20,41	382.836,75	19,83	114.051,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	225.300,00	225.300,00	128.710,88	57,12	128.710,88	57,12	123.574,56	54,84	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	21.896.700,00	21.864.200,00	18.059.471,91	82,59	12.796.097,41	58,52	11.323.622,76	51,79	5.263.374,50
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	64.574.500,00	65.508.389,83	35.408.962,74	54,05	25.154.187,50	38,39	22.686.452,57	34,63	10.254.775,24
(*) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes	9.637.600,00	10.603.989,83	4.639.714,92	43,75	2.292.357,12	21,61	2.234.582,26	21,07	2.347.357,80
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	54.936.900,00	54.904.400,00	30.769.247,82	56,04	22.861.830,38	41,63	20.451.870,31	37,24	7.907.417,44

Nota Explicativa:

1. Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
2. Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).
3. Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leilante do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

ELIANE REGINA QUEIROZ PIAI
Secretária da Saúde

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: ABRIL 2023

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre			
RECEITAS					
Previsão Inicial		370.600.000,00			
Previsão Atualizada		370.600.000,00			
Receitas Realizadas		120.684.571,54			
Déficit Orçamentário		0,00			
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		7.496.083,75			
DESPESAS					
Dotação Inicial		368.100.000,00			
Dotação Atualizada		393.560.977,72			
Despesas Empenhadas		191.455.691,45			
Despesas Liquidadas		108.936.118,90			
Despesas Pagas		102.056.165,10			
Superávit Orçamentário		11.748.452,64			
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre			
Despesas Empenhadas		191.455.691,45			
Despesas Liquidadas		108.936.118,90			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre			
Receita Corrente Líquida		306.488.948,87			
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		304.038.948,87			
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		304.038.948,87			
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO		-2.487.219,57			
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00			
Despesas Previdenciárias Empenhadas		2.487.219,57			
Despesas Previdenciárias Liquidadas		2.487.219,57			
Despesas Previdenciárias Pagas		2.487.219,57			
Resultado Previdenciário		-2.487.219,57			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO		0,00			
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00			
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00			
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00			
Despesas Previdenciárias Pagas		0,00			
Resultado Previdenciário		0,00			
RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (c)	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha		0,00	827.665,29	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha		0,00	-64.083.720,30	0,00	
RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		13.595.544,62	0,00	1.693.579,78	11.901.964,84
Poder Executivo		13.557.459,29	0,00	1.655.494,45	11.901.964,84
Poder Legislativo		38.085,33	0,00	38.085,33	0,00
Poder Judiciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		11.488.565,89	104.386,21	4.154.501,56	7.229.678,12
Poder Executivo		11.488.565,89	104.386,21	4.154.501,56	7.229.678,12
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		25.084.110,51	104.386,21	5.848.081,34	19.131.642,96
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		19.120.278,80	25,00	28,35	
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica		14.099.393,81	70,00	61,47	
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil		0,00	0,00	0,00	
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apurado no Exercício	Saldo não realizado		
Receitas de Operação de Crédito		0,00	0,00		
Despesa de Capital Líquida		40.447.655,53	15.397.056,78		



Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: ABRIL 2023

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar	
Receitas da Alienação de Ativos	0,00	4.500,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00	

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	22.856.041,38	15,00	33,89

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

STN - 1º QUADRIMESTRE DE 2023

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: MAIO 2022 a ABRIL 2023

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R\$ 1.00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)	
	LIQUIDADAS														
	MAI/2022	JUN/2022	JUL/2022	AGO/2022	SET/2022	OUT/2022	NOV/2022	DEZ/2022	JAN/2023	FEV/2023	MAR/2023	ABR/2023	TOTAL(ÚLTIMOS 12 MESES) (a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.789.871,02	11.612.899,79	10.853.190,38	10.939.608,95	10.949.749,13	10.907.353,78	20.554.328,42	13.793.228,79	10.591.138,17	11.448.096,72	12.871.200,60	12.216.927,17	147.527.593,82	0,00	
Pessoal Ativo	9.679.713,02	10.451.129,37	9.728.130,05	9.809.325,55	9.813.084,44	9.764.440,20	19.355.124,44	11.475.521,68	9.351.251,32	10.214.119,42	11.268.289,66	10.964.559,96	131.874.689,11	0,00	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	7.999.959,48	8.766.277,05	7.996.183,59	8.071.766,72	8.081.742,51	8.038.023,36	15.687.698,13	9.620.579,38	7.464.757,16	8.586.229,12	9.652.650,21	9.337.806,63	109.303.673,34	0,00	
Obrigações Patronais	1.679.753,54	1.684.852,32	1.731.946,46	1.737.558,83	1.731.341,93	1.726.416,84	3.667.426,31	1.854.942,30	1.886.494,16	1.627.899,30	1.615.639,45	1.626.753,33	22.571.015,77	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.110.158,90	1.161.770,42	1.125.060,33	1.130.283,40	1.136.664,09	1.142.913,58	1.199.203,98	2.317.707,11	1.239.886,85	1.233.977,30	1.602.916,94	1.252.367,21	15.652.904,71	0,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	876.914,38	922.520,07	891.352,65	896.656,64	900.733,77	904.343,66	946.363,81	1.831.482,11	981.530,96	987.851,48	1.243.667,98	1.002.335,66	12.385.733,17	0,00	
Períodos	233.244,52	239.250,35	233.707,68	233.626,76	235.930,92	238.569,92	252.840,17	486.225,00	258.355,89	246.125,82	359.242,96	250.031,55	3.267.151,54	0,00	
Outras Despesas Pessoal														0,00	
Decorrentes Contratos Terceirização (§ 1º, Art. 181ff)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa com Pessoal Não Executadas Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Não Computadas (II) (§ 1º do Art. 19 da LRF)	1.189.045,41	1.276.387,00	1.207.637,83	1.213.185,58	1.222.977,90	1.229.460,23	1.286.386,44	2.406.477,56	1.378.974,38	1.330.668,10	1.711.984,47	1.356.896,16	16.810.081,06	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos A Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	81.640,47	117.370,54	85.331,46	85.656,14	89.067,17	89.300,61	89.936,42	91.524,41	91.291,09	96.690,85	109.073,53	104.528,95	1.131.411,59	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.796,44	0,00	0,00	0,00	47.796,44	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.107.404,94	1.159.016,46	1.122.306,37	1.127.529,44	1.133.910,73	1.140.159,62	1.196.450,02	2.314.953,15	1.239.886,85	1.233.977,30	1.602.910,94	1.252.367,21	15.630.873,03	0,00	
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II)	9.600.826,51	10.336.512,79	9.645.552,55	9.726.423,37	9.726.771,23	9.677.893,55	19.267.941,98	11.386.751,23	9.212.163,79	10.117.428,62	11.159.216,13	10.860.031,01	130.717.512,76	0,00	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL								VALOR				% SOBRE A RCL AJUSTADA			
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)								306.488.948,87							
(1) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)								2.450.000,00							
(1) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)								0,00							
RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)								304.038.948,87							
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III) + (II b)								130.737.512,76				42,99			
LIMITE MÁXIMO (IX) (inciso I e II do art. 20 da LRF) - (54,00%)								164.181.012,39				54,00			
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (parágrafo único do art. 22 da LRF) - (31,30%)								155.971.980,77				51,29			
LIMITE DE ALERTA (XI) = (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - (48,60%)								147.762.920,15				48,59			

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Layout do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHII
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 15P347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controlador Interno
CPF 284.391.568-43

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: ABRIL 2023

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	68.798.943,57	126.875.617,28	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	68.182.995,68	103.596.529,76	0,00	0,00
Empréstimos	7.180.764,01	7.180.764,01	0,00	0,00
Internos	7.180.764,01	7.180.764,01	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	61.002.231,67	96.415.765,75	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	61.002.231,67	96.415.765,75	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	615.947,89	23.279.087,52	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	45.790.944,81	39.783.898,22	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa¹	43.454.331,89	36.241.883,70	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	57.255.489,01	51.371.943,03	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	13.801.157,12	12.108.544,94	0,00	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	3.021.514,39	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	2.336.612,92	3.542.014,52	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA² (DCL) (III) = (I - II)	23.007.998,76	87.091.719,06	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	310.011.342,58	306.488.948,87	0,00	0,00
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-	4.205.096,00	2.450.000,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE	305.806.246,58	304.038.948,87	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/III)	22,49	41,73	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/IV)	7,52	28,64	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <120 %>	366.967.495,90	364.846.738,64	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <90 %>	330.270.746,31	328.362.064,78	0,00	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DCL)	23.242.806,63	579.667,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	270.992.591,47	270.992.591,47	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	11.488.055,13	7.229.678,12	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leitura do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: ABRIL 2023

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

Em Reais

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (VI) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	310.011.342,58	306.488.948,87	0,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	4.205.096,00	2.450.000,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	305.806.246,58	304.038.948,87	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	67.277.374,25	66.888.568,75	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	60.549.636,83	60.199.711,88	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leitura do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: ABRIL 2023

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência(a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	306.488.948,87	0,00
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	2.450.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	304.038.948,87	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	48.646.231,82	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	43.781.608,64	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	21.282.726,42	7,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência(a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leitura do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2023

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")											R\$ 1,00					
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) 1 (g) = (a - (b+c+d+e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) 1 (i) = (g - h)					
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)											
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)													
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	103.012.312,21	10.252.177,80	0,00	2.625.346,09	0,00	0,00	90.134.788,32	0,00	0,00	90.134.788,32						
Recursos Não Vinculados de Impostos	103.012.312,21	10.252.177,80	0,00	2.622.177,38	0,00	0,00	90.137.957,03	0,00	0,00	90.137.957,03						
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	3.168,71	0,00	0,00	-3.168,71	0,00	0,00	-3.168,71						
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	25.351.896,48	1.649.787,04	0,00	4.604.332,03	0,00	0,00	19.097.777,41	0,00	0,00	19.097.777,41						
Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
Transferências do FUNDEB	7.296.848,62	2.953,55	0,00	0,00	0,00	0,00	7.293.895,07	0,00	0,00	7.293.895,07						
Outros Recursos Vinculados à Educação	3.867.995,46	1.437.573,31	0,00	0,00	0,00	0,00	2.430.424,15	0,00	0,00	2.430.424,15						
Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
Outros Recursos Vinculados à Saúde	10.990.413,74	206.616,18	0,00	1.110.669,65	0,00	0,00	9.673.127,91	0,00	0,00	9.673.127,91						
Recursos Vinculados à Assistência Social	975.445,26	2.646,00	0,00	50.171,48	0,00	0,00	922.627,78	0,00	0,00	922.627,78						
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
Outros Recursos Vinculados	2.221.193,60	0,00	0,00	3.443.490,90	0,00	0,00	-1.222.297,30	0,00	0,00	-1.222.297,30						
TOTAL (III) = (I + II)	128.364.208,69	11.901.964,84	0,00	7.229.678,12	0,00	0,00	109.232.565,93	0,00	0,00	109.232.565,93						

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Layout do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 15P347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Monte Mor / SP, Quinta-feira, 25 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 700

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: ABRIL 2023

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	306.488.948,87
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	304.038.948,87
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	304.038.948,87

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP	130.717.512,76	42,99
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <54,00 %>	164.181.032,39	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <51,30 %>	155.971.980,77	51,29
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <48,60 %>	147.762.929,15	48,59

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA* (DCL) (III) = (I - II)	87.091.719,06	28,41
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <120 %>	364.846.738,64	119,04

GARANTIAS DE VALORES	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	66.888.568,75	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	48.646.231,82	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA	21.282.726,42	6,99

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	109.232.566,00

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leitura do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico do Município de Monte Mor

(Lei Municipal nº 2.630, de 14 de agosto de 2018 e regulamentada pelo Decreto nº 5073, de 12 de setembro de 2019)

é uma publicação da Prefeitura de Monte Mor. Site: www.montemor.sp.gov.br CONTEÚDO:

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade das secretarias e órgãos públicos emissores.

Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor.

Para informações sobre como contatar o órgão emissor, ligue para (19) 3879-9000.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO:

Edição, diagramação e Publicação Eletrônica.

E-mail: diario.oficial@montemor.sp.gov.br



Sumário

PODER EXECUTIVO	1
DECRETOS	1
PORTARIAS	2
PODER LEGISLATIVO	2
LEIS	8
DIVERSOS	13
AUDESP	15
STN	40



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

PODER EXECUTIVO

DECRETOS

DECRETO N° 5959 DE 24 DE MAIO DE 2023.



DECRETO N° 5959 de 24 de maio de 2023.

“Dispõe sobre a revalidação da aprovação dos planos e projetos de loteamento “Parque Central Park Monte Mor III”, e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

DECRETA:

Artigo 1º. - Ficam revalidados o prazo previsto no artigo 18, Inciso V, da Lei Federal 6766/1979 que dispõe sobre o loteamento de solo urbano e dá outras providências, para as obras aprovadas, relativos aos planos de arruamento e loteamento denominado **“Parque Central Park Monte Mor III”**, de propriedade da **“Terra de Ouro Empreendimentos Imobiliários LTDA”**, inscrita no CNPJ sob n°. 42.865.501/0001-03, a ser implantado no imóvel objeto da Matrícula N° 26.716 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor/SP, com área total de 584.042,00 m², em conformidade com memoriais descritivos, plantas e projetos arquivados junto à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Certificado do GRAPOHAB n°. 295/2022, em conformidade ao **Decreto n° 5802 de novembro de 2022**.

Artigo 2º. - A revalidação mencionada no Artigo 1º é de 180 dias, contados da publicação deste instrumento.

Artigo 3º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 24 de maio de 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, publicado no Diário Oficial do Município e afixado em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

PORTARIAS

PODER LEGISLATIVO

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

Dispensa nº 01/2023

Proc. Adm. nº 07/2023

Contrato nº 02/2023

Partes: Câmara Municipal de Monte Mor e JSV BUGATTI ELEVADORES LTDA

Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de manutenção preventiva e corretiva do elevador da Câmara Municipal.

Local de Instalação: Câmara Municipal de Monte Mor

Prazo Contratual: 12 meses contados a contar de 01 de junho de 2023

Valor Mensal: R\$ 300,00 (trezentos reais)

Valor total: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

Data de assinatura do contrato: 23 de maio de 2023.



Portaria Nº 42/2023 1

PORTARIA Nº 42 DE 19 DE MAIO DE 2023.

"Dispõe sobre a nomeação de servidor responsável pelo livro e inscrições dos vereadores para uso da tribuna".

ALTRAN JOSÉ FARIAS LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e:

Considerando o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Mor, em especial o Art. 273, § 1º;

Considerando ainda a necessidade de promover organização e agilidade nas inscrições.

Resolve

Art. 1º - Nomear o servidor **LUCIANO APARECIDO MARTINS**, como responsável pelo livro de inscrição para fala dos vereadores na tribuna durante as sessões ordinárias e extraordinárias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Monte Mor, 19 de maio de 2023.

ALTRAN JOSÉ FARIAS LIMA
Presidente

VALDIRENE JOANDSIN SILVA
1ª Secretária

Publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Monte Mor ao 19º dia do mês de maio do ano de 2023.

ALEXANDRE CAMARGO SANTANA
Diretor Geral



Portaria Nº 43/2023

PORTARIA Nº 43 DE 24 DE MAIO DE 2023.

"Designa o servidor Lucas da Rocha como Fiscal do Contrato nº 02/2023 e dá outras providências".

ALTRAN JOSÉ FARIAS LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e:

Considerando que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante da administração especialmente designado (artigo 67 da Lei nº 8.666/1993);

Considerando também que a Câmara Municipal regulamentou através da Instrução Normativa nº 03/2020 o procedimento de acompanhamento e fiscalização contratual;

Considerando inclusive a possibilidade de atribuição de gratificação ao fiscal de execução contratual (art. 11, V, da Lei nº 2.756/2020).

Resolve

Art. 1º - Nomear o servidor **LUCAS DA ROCHA**, matrícula funcional nº 204, como FISCAL do Contrato nº 02/2023, firmado com a empresa **JSV BUGATTI ELEVADORES LTDA**.

Parágrafo único - O instrumento contratual mencionado no caput é oriundo da dispensa de licitação nº 01/2023, referente ao processo administrativo nº 07/2023 e seu objeto versa sobre a prestação de serviços técnicos especializados de manutenção preventiva e corretiva para elevador nas condições e especificações do Termo de Referência.

Art. 2º - Conceder a gratificação, constante no anexo IV, da Lei nº 2.756/2020, alterada pela Lei nº 2.764/2020, enquadrada no NÍVEL I para o servidor efetivo designado como fiscal.

§ 1º - O enquadramento no nível I da tabela de valores das gratificações se motiva no objeto contratual por ser de baixa complexidade sendo oriundo de uma Dispensa de Licitação.

§ 2º - Não terá direito a percepção da gratificação o servidor ausente ou afastado do trabalho, por um período superior a 14 (quatorze) dias, em virtude de férias, licença médica, ou qualquer outro motivo mesmo que remunerado.



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

Portaria Nº 43/2023

§ 3º – Fica vedado o pagamento acumulado de gratificação e, em havendo mais de uma designação para função gratificada, o servidor terá direito a perceber o valor mais vantajoso.

§ 4º – O pagamento da gratificação deverá respeitar o limite estabelecido no §2º, do art. 41, da Lei Complementar nº04/2006 (Estatuto Servidores Públicos de Monte Mor).

§ 5º – O pagamento da gratificação ocorrerá se ausente de restrição legal e, em existindo, os setores de Recursos Humanos e Financeiro deverão ser formalmente comunicados pela autoridade competente.

§ 6º – A gratificação não será incorporada ao vencimento do servidor em nenhuma hipótese e sobre ela não incidirá contribuição previdenciária.

Art. 3º – O servidor designado deverá acompanhar e fiscalizar a execução do contrato enquanto perdurar a sua vigência, observando os termos da Instrução Normativa nº 03/2020 ou regulamentação substitutiva posterior.

Parágrafo único – O desempenho da função de fiscal deverá ocorrer durante a jornada de trabalho, contudo se ocorrer em horário extraordinário fica vedado o pagamento de horas extras.

Art. 4º – Na ausência do servidor designado no caput, DESIGNO o Sr. **LUCIANO APARECIDO MARTINS**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente de Suprimentos da Câmara Municipal de Monte Mor, matrícula nº 158, para exercer as funções de Fiscal Substituto.

Art. 5º – Ficam os setores competentes autorizados a adotar as providências de praxe.

Art. 6º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Monte Mor, 24 de maio de 2023.

ALTRAN JOSÉ FARIAS LIMA
Presidente

VALDIRENE JOANDSIN DA SILVA
1ª Secretária

Publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Monte Mor ao 24º dia do mês de maio do ano de 2023.

ALEXANDRE CAMARGO SANTANA
Diretor Geral



TERMO DE DECLARAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO DESERTO

TERMO DE DECLARAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO DESERTO

A Câmara Municipal de Monte Mor, através de sua pregoeira, DECLARA o certame licitatório referente à aquisição de combustível DESERTO, tendo em vista o não comparecimento de interessados em participar da Sessão Pública do Pregão nº 02/2023 – Processo Licitatório nº 199/2023.

Monte Mor, 22 de maio de 2023.

Sílvia Correia Lima Evangelista
Pregoeira
Câmara Municipal de Monte Mor



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
(Artigos 54 e 55 da LC 101/00)

MUNICÍPIO DE MONTE MOR
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
1º QUADRIMESTRE DE 2023

I – COMPARATIVOS: Valores expressos em R\$				
	EXERCÍCIO ANTERIOR		1º QUADRIMESTRE 2023	
Receita Corrente Líquida	305.705.209,68		304.038.948,87	
	R\$	%	R\$	%
Despesas Totais com Pessoal	6.632.257,31	2,17	6.594.971,05	2,17
Limite Prudencial 95% (par.ún.art.22)			17.330.220,09	5,70
Limite Legal (art. 20)	18.342.312,58	6,00	18.242.336,93	6,00
Excesso a Regularizar	0,00	0,00	0,00	0,00

II – INDICAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS OU A ADOTAR (caso ultrapasse os limites acima):

III – DEMONSTRATIVOS:

Disponibilidades financ.em 31/12	R\$	Inscrição de Restos a Pagar:	R\$
Caixa	0,00	Processados	56.624,13
Bancos – C/Movimento	68.559,14	Não Processados	0,00
Bancos – C/Vinculadas	0,00	Total da Inscrição:	56.624,13
Aplicações Financeiras	0,00		
Subtotal	0,00		
(-) Deduções:			
Valores compromissados a pagar até 31/12	0,00		
Total das Disponibilidades:	68.559,14		

Monte Mor-SP, 22 de maio de 2023

Altran Jose Farias Lima
Presidente da Câmara Municipal

Jair Evangelista
Contador

Joselma Medeiros de A. Santana
Responsável pelo Controle Interno



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

LEIS

LEI Nº 3068 DE 24 DE MAIO DE 2023



LEI Nº 3068, DE 24 DE MAIO DE 2023

Institui no âmbito do Município de Monte Mor o mês “Maio Furta-Cor”, dedicado às ações de conscientização, incentivo ao cuidado e promoção da Saúde Mental Materna.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE MOR:

Faço saber que a Câmara Municipal de Monte Mor aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Institui no calendário oficial do Município o mês "Maio Furta-Cor", dedicado às ações de conscientização, incentivo ao cuidado e promoção da saúde mental materna.

Art. 2º As ações propostas no artigo anterior poderão ser desenvolvidas por meio de reuniões, palestras, cursos, seminários e distribuição de material informativo, sempre priorizando:

I – a conscientização da população sobre a importância da saúde mental materna;

II - o incentivo aos órgãos da administração pública municipal, empresas, entidades de classe, associações, federações e à sociedade civil organizada para se engajarem nas campanhas sobre o tema objeto desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Monte Mor, 24 de maio de 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

Autoria: Vereadora Wal da Farmácia



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

LEI Nº 3069 DE 24 DE MAIO DE 2023



LEI Nº 3069, DE 24 DE MAIO DE 2023

Reconhece a atividade religiosa como essencial para a população do Município de Monte Mor, em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas, epidemias, pandemias ou catástrofes naturais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE MOR:

Faço saber que a Câmara Municipal de Monte Mor aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O Município de Monte Mor reconhece as atividades religiosas realizadas nos seus respectivos templos e dependências, e fora deles, como atividades essenciais a serem mantidas em tempos de crises oriundas de moléstias contagiosas, epidemias, pandemias ou catástrofes naturais.

Parágrafo único – Para a aplicação da presente Lei devem ser observadas as recomendações expedidas pelo Ministério da Saúde do Brasil, e regulamentada via decreto, obedecendo as determinações sanitárias.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Mor, 24 de maio de 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI

Prefeito Municipal

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR

Procurador Geral do Município

Autoria: Vereadora Camilla Hellen



LEI Nº 3070, DE 24 DE MAIO DE 2023

Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para utilização de crédito adicional suplementar de R\$ 3.836.158,63 (três milhões e oitocentos e trinta e seis mil e cento e cinquenta e oito reais e sessenta e três centavos) no Orçamento Programa de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE MOR:

Faço saber que a Câmara Municipal de Monte Mor aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo de Monte Mor autorizado a incluir no Orçamento Programa de 2023 aprovado pela Lei nº 3023 de 19 de dezembro de 2022, o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.836.158,63 (três milhões e oitocentos e trinta e seis mil e cento e cinquenta e oito reais e sessenta e três centavos), na seguinte dotação orçamentária:

02.04.04 – Ensino Fundamental

12.361.2045.2.093.05 – Quese – Salário Educação

3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Ficha 405 R\$ 3.836.158,63

TOTAL DO CRÉDITO **R\$ 3.836.158,63**

Art. 2º O recurso necessário à abertura dos créditos de que trata o artigo 1º decorre de Superávit Financeiro no valor de R\$ 3.836.158,63 (três milhões e oitocentos e trinta e seis mil e cento e cinquenta e oito reais e sessenta e três centavos).

Art. 3º Fica convalidado na Lei nº 2884/21 – PPA e na Lei nº 2960/22 – LDO, o valor do programa ou ação ora contemplados na presente Lei, bem como, passam a integrar as planilhas que integram as leis retro citadas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Mor, 24 de maio de 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI

Prefeito Municipal

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR

Procurador Geral do Município

Autoria: Poder Executivo

**LEI Nº 3071, DE 24 DE MAIO DE 2023**

Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para utilização de créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 640.000,00 (seiscentos e quarenta mil reais) no Orçamento Programa para 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE MOR:

Faço saber que a Câmara Municipal de Monte Mor aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo de Monte Mor autorizado a incluir no Orçamento Programa de 2023 aprovado pela Lei nº 3023 de 19 de dezembro de 2022, o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 640.000,00 (seiscentos e quarenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02.04.11 – Fundeb 30%

12.361.2045.2.030.02 – Manutenção da Unidade Fundeb - Fundamental	
3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Ficha - 522	R\$ 40.000,00

12.365.2045.2.026.02 – Coordenação das Unidades de Ensino Pré-Escolar	
3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Ficha 540	R\$ 300.000,00

12.365.2045.2.028.02 – Coordenação das Unidades de Ensino em Creches Municipais	
3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – Ficha - 556	R\$ 300.000,00

TOTAL DOS CRÉDITOS	R\$ 640.000,00
---------------------------	-----------------------

Art. 2º O recurso necessário à abertura dos créditos de que trata o artigo 1º decorre de anulação parcial no valor de R\$ 640.000,00 (seiscentos e quarenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02.04.11 – Fundeb 30%

12.361.2045.2.030.02 – Manutenção da Unidade Fundeb - Fundamental	
4490.51.00 – Obras e Instalações – Ficha - 548	R\$ 40.000,00

12.365.2045.2.026.02 – Coordenação das Unidades de Ensino Pré-Escolar	
4490.51.00 – Obras e Instalações – Ficha 544	R\$ 300.000,00

12.365.2045.2.028.02 – Coordenação das Unidades de Ensino em Creches Municipais	
4490.51.00 – Obras e Instalações – Ficha - 559	R\$ 300.000,00

TOTAL DOS DÉBITOS	R\$ 640.000,00
--------------------------	-----------------------

Art. 3º Fica convalidado na Lei nº 2884/21 – PPA e na Lei nº 2960/22 – LDO, o valor do programa ou ação ora contemplados na presente Lei, bem como, passam a integrar as planilhas que integram as leis retro citadas.



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699



Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Mor, 24 de maio de 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

Autoria: Poder Executivo

Rua Francisco Glicério, 399 - Centro - Monte Mor - SP - 13190-000 - PABX: (19) 3879-9000 - www.montemor.sp.gov.br
Estado de São Paulo - CNPJ 45.787.652/0001-56



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

DIVERSOS**VIGILÂNCIA SANITÁRIA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Departamento de Vigilância em Saúde
Setor de Vigilância Sanitária

O Setor de Vigilância Sanitária, através deste, vem tornar público as seguintes publicações:

1) Alterações de dados cadastrais (Endereço)

Empresa	Atividade	CNPJ/CPF	Endereço	Validade da licença sanitária
Ambulatório de Saúde Mental - CAPS	Atividade Médica Ambulatorial Restrita a Consultas	45.787.652/0001-56	Rua Jo'se Ferreira, nº 36, Centro	XXXXXXXXXXXXXXXXXX

2) Concessão de Licença Sanitária

Empresa	Atividade	CNPJ/CPF	Endereço	Validade da licença sanitária
Escola Municipal San Remo	Cantina – Serviço de Alimentação Privativo	45.787.652/0001-56	Rua Natal Albino Leme, nº 200, Jardim San Remo	19/05/2024
E.M. Professora Tereza de Lourdes Ferreira Penteadó	Educação Infantil Creches	45.787.652/0001-56	Rua César Marini, nº 171, Jardim Vista Alegre	19/05/2024
Escola Municipal Capuavinha	Cantina – Serviço de Alimentação Privativo	45.787.652/0001-56	Rua Onofre Sebastião Zambonini, nº 15, Jardim Capuavinha	19/05/2024
E.M. Dona Orlanda Tiziane Malaquias	Educação Infantil Creches	45.787.652/0001-56	Rua Antônio Guedes Pinto, nº 12, Jardim San Remo	19/05/2024
E. M. Dona Maria Vialta Bertos Unidade II	Educação Infantil Creches	45.787.652/0001-56	Ávenida Luiz Gonzaga do Nascimento, nº 1800, Jardim Paulista	22/05/2024
Escola Municipal Leonardo Rodrigues da Silva	Cantina – Serviço de Alimentação Privativo	45.787.652/0001-56	Rua 06, nº 151, Parque Residencial São Clemente	22/05/2024
Mercado Bráz LTDA	Comércio Varejista de Mercadorias em geral, com Predominância de Produtos Alimentícios minimercados, Mercadorias e Armazéns	07.946.896/0001-45	Rua 12, nº 175, Jardim Moreira	16/05/2024
Escola Miguel Jalbut	Cantina – Serviço de Alimentação Privativo	45.787.652/0001-56	Rua Maria Aparecida de Lucena Andrade, nº 357, Jardim Paulista	22/05/2024

*Praça Coronel Domingos Ferreira, 41 - Centro - Monte Mor (019) 3879-1130
visamontemor@gmail.com*



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Departamento de Vigilância em Saúde
Setor de Vigilância Sanitária

Sodexo do Brasil Comercial S.A. Cozinha Tetra Pak	Fornecimento de Alimentos Preparados Preponderantemente para Empresas	49.930.514/3100-88	Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença KM 23,750, S/Nº, Chapéu do Sol	15/05/2024
---	--	--------------------	--	------------

Suellen Basso de Lima
Coordenadora de Vigilância Sanitária
COREN 338166

*Praça Coronel Domingos Ferreira, 41 - Centro - Monte Mor (019) 3879-1130
visamontemor@gmail.com*



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

AUDES

AUDES - 1º BIMESTRE DE 2023

Balanco Orçamentario

(Artigo 52, Incisos I e II, alíneas "a" e "b", da LC. 101/00)

Período: Janeiro/2023 a Fevereiro/2023

Consolidado

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	PREVISTAS ATÉ O MÊS	REALIZADA ATÉ O MÊS	SALDO A REALIZAR				
RECEITAS CORRENTES	367.048.400,00	367.048.400,00	61.150.263,44	55.789.582,67	311.258.817,33				
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	67.566.000,00	67.566.000,00	11.256.495,60	4.311.456,07	63.254.543,93				
CONTRIBUIÇÕES	16.741.000,00	16.741.000,00	2.789.050,60	2.535.867,56	14.205.132,44				
RECEITA PATRIMONIAL	9.327.500,00	9.327.500,00	1.553.961,50	5.788.750,46	3.538.749,54				
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	663,94	-663,94				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	272.232.900,00	272.232.900,00	45.354.001,14	39.908.875,12	232.324.024,88				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.181.000,00	1.181.000,00	196.754,60	3.243.969,52	-2.062.969,52				
RECEITAS DE CAPITAL	186.600,00	186.600,00	31.087,56	0,00	186.600,00				
ALIENAÇÃO DE BENS	4.500,00	4.500,00	749,70	0,00	4.500,00				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	182.100,00	182.100,00	30.337,86	0,00	182.100,00				
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	33.652.000,00	33.652.000,00	5.606.423,20	4.655.377,03	28.996.622,97				
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	37.017.000,00	37.017.000,00	6.167.032,20	6.083.812,35	30.933.187,65				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	370.600.000,00	370.600.000,00	61.741.960,00	57.218.017,99	313.381.982,01				
OP. DE CRÉDITO - REFINANC. (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
SUBTOTAL COM REFINANC. (III) = (I + II)	370.600.000,00	370.600.000,00	61.741.960,00	57.218.017,99	313.381.982,01				
DÉFICIT (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
TOTAL (V) = (III + IV)	370.600.000,00	370.600.000,00	61.741.960,00	57.218.017,99	313.381.982,01				
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEMENT./ REDUÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	SALDO A PAGAR	SALDO A EMPENHAR	SALDO A LIQUIDAR	SALDO A PAGAR
DESPESAS CORRENTES	314.017.100,00	0,00	314.017.100,00	83.210.189,88	39.584.724,29	37.171.209,20	230.806.910,12	43.625.465,59	2.413.515,09
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	164.427.050,00	-266.700,00	164.160.350,00	20.855.420,62	19.834.292,74	19.473.033,15	143.304.929,38	1.021.127,88	361.259,59
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	250.000,00	0,00	250.000,00	210.000,00	27.397,59	27.397,59	40.000,00	182.602,41	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	149.340.050,00	266.700,00	149.606.750,00	62.144.769,26	19.723.033,96	17.670.778,46	87.461.980,74	42.421.735,30	2.052.255,50
DESPESAS DE CAPITAL	29.401.250,00	0,00	29.401.250,00	21.270.462,17	4.547.352,72	4.542.243,72	8.130.787,83	16.723.109,45	5.109,00
INVESTIMENTOS	8.453.250,00	0,00	8.453.250,00	330.462,17	330.462,17	325.353,17	8.122.787,83	0,00	5.109,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	20.948.000,00	0,00	20.948.000,00	20.940.000,00	4.216.890,55	4.216.890,55	8.000,00	16.723.109,45	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.180.800,00	0,00	3.180.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	24.000.850,00	0,00	24.000.850,00	3.206.773,38	3.206.773,37	1.766.433,40	20.794.076,62	0,01	1.440.339,97
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	370.600.000,00	0,00	370.600.000,00	107.687.425,43	47.338.850,38	43.479.886,32	259.731.774,57	60.348.575,05	3.858.964,06
AMORT. DÍVIDA - REFINANC. (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB. COM REFINANC. (VIII)=(VI + VII)	370.600.000,00	0,00	370.600.000,00	107.687.425,43	47.338.850,38	43.479.886,32	259.731.774,57	60.348.575,05	3.858.964,06
SUPERÁVIT (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	9.879.167,61	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (X)=(VIII + IX)	370.600.000,00	0,00	370.600.000,00	107.687.425,43	57.218.017,99	43.479.886,32	259.731.774,57	60.348.575,05	3.858.964,06

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiante do Sistema Audep do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP9347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controlador Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

Prefeitura Municipal de Monte Mor							
Demonstrativo por Função e Subfunção							
(Artigo 52, Incisos II, alínea "c", da LC. 101/00)							
Período: Janeiro/2023 a Fevereiro/2023				Órgão: Consolidado			
DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO A EMPENHAR	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO A LIQUIDAR
1 - LEGISLATIVA	9.000.000,00	0,00	9.000.000,00	1.372.616,12	7.627.383,88	1.253.854,05	118.762,07
31 - AÇÃO LEGISLATIVA	9.000.000,00	0,00	9.000.000,00	1.372.616,12	7.627.383,88	1.253.854,05	118.762,07
2 - JUDICIÁRIA	2.988.450,00	0,00	2.988.450,00	654.435,68	2.334.014,32	309.685,96	344.749,72
61 - AÇÃO JUDICIÁRIA	2.988.450,00	0,00	2.988.450,00	654.435,68	2.334.014,32	309.685,96	344.749,72
334 - FOMENTO AO TRABALHO	5.250,00	0,00	5.250,00	0,00	5.250,00	0,00	0,00
4 - ADMINISTRAÇÃO	32.108.150,00	0,00	32.108.150,00	9.569.215,41	22.538.934,59	5.250.947,94	4.318.267,47
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	16.758.500,00	0,00	16.758.500,00	5.314.674,17	11.443.825,83	3.098.088,73	2.216.585,44
123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	4.054.300,00	0,00	4.054.300,00	2.685.472,99	1.368.827,01	583.790,96	2.101.682,03
131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00
331 - PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	10.501.000,00	0,00	10.501.000,00	1.546.898,24	8.954.101,76	1.546.898,24	0,00
334 - FOMENTO AO TRABALHO	294.350,00	0,00	294.350,00	22.170,01	272.179,99	22.170,01	0,00
6 - SEGURANÇA PÚBLICA	13.547.500,00	0,00	13.547.500,00	1.990.579,08	11.556.920,92	1.866.961,72	123.617,36
181 - POLICIAMENTO	12.961.300,00	0,00	12.961.300,00	1.849.679,19	11.111.620,81	1.783.683,89	65.995,30
182 - DEFESA CIVIL	544.200,00	0,00	544.200,00	135.299,89	408.900,11	77.677,83	57.622,06
334 - FOMENTO AO TRABALHO	42.000,00	0,00	42.000,00	5.600,00	36.400,00	5.600,00	0,00
8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	8.297.800,00	0,00	8.297.800,00	1.738.026,03	6.559.773,97	905.730,85	832.295,18
241 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO	73.000,00	0,00	73.000,00	60.000,00	13.000,00	5.000,00	55.000,00
242 - ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	410.700,00	0,00	410.700,00	410.000,00	700,00	38.380,00	371.620,00
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	7.754.100,00	0,00	7.754.100,00	1.266.586,03	6.487.513,97	860.910,85	405.675,18
334 - FOMENTO AO TRABALHO	50.000,00	0,00	50.000,00	1.440,00	48.560,00	1.440,00	0,00
9 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	50.765.000,00	0,00	50.765.000,00	2.636.144,96	48.128.855,04	2.564.086,97	72.057,99
272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	50.765.000,00	0,00	50.765.000,00	2.636.144,96	48.128.855,04	2.564.086,97	72.057,99
10 - SAÚDE	64.574.500,00	0,00	64.574.500,00	26.871.658,50	37.702.841,50	11.510.095,36	15.361.563,14
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	21.896.700,00	0,00	21.896.700,00	15.486.253,39	6.410.446,61	5.623.020,06	9.863.233,33
301 - ATENÇÃO BÁSICA	22.076.700,00	0,00	22.076.700,00	3.093.143,13	18.983.556,87	2.878.041,63	215.101,50
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	17.884.800,00	0,00	17.884.800,00	8.003.510,15	9.881.289,85	2.720.281,84	5.283.228,31
303 - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	561.000,00	0,00	561.000,00	0,00	561.000,00	0,00	0,00
304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.930.000,00	0,00	1.930.000,00	223.891,43	1.706.108,57	223.891,43	0,00
305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	225.300,00	0,00	225.300,00	64.860,40	160.439,60	64.860,40	0,00
12 - EDUCAÇÃO	121.186.500,00	0,00	121.186.500,00	30.883.041,56	90.303.458,44	15.510.306,82	15.372.734,74
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.029.500,00	0,00	6.029.500,00	1.107.683,23	4.921.816,77	637.871,15	469.812,08
306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	2.876.500,00	0,00	2.876.500,00	2.062.459,91	814.040,09	351.417,61	1.711.042,30
361 - ENSINO FUNDAMENTAL	62.887.000,00	0,00	62.887.000,00	15.719.695,72	47.167.304,28	9.078.236,86	6.641.458,86
362 - ENSINO MÉDIO	2.741.500,00	0,00	2.741.500,00	2.536.950,53	204.549,47	129.950,71	2.406.999,82
363 - ENSINO PROFISSIONAL	590.000,00	0,00	590.000,00	305.453,54	284.546,46	39.075,59	266.377,95

Metabit Sistemas para Gestao Publica

Página: 1/3 - 11/05/2023 11:56 sdadd.scz



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

Prefeitura Municipal de Monte Mor							
Demonstrativo por Função e Subfunção							
(Artigo 52, Incisos II, alínea "c", da LC. 101/00)							
Período: Janeiro/2023 a Fevereiro/2023				Órgão: Consolidado			
DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO A EMPENHAR	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO A LIQUIDAR
364 - ENSINO SUPERIOR	785.000,00	0,00	785.000,00	105.987,30	679.012,70	100.987,30	5.000,00
365 - EDUCAÇÃO INFANTIL	44.317.000,00	0,00	44.317.000,00	8.904.744,97	35.412.255,03	5.095.247,12	3.809.497,85
366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	453.000,00	0,00	453.000,00	89.060,65	363.939,35	52.280,17	36.780,48
367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	507.000,00	0,00	507.000,00	51.005,71	455.994,29	25.240,31	25.765,40
13 - CULTURA	1.210.500,00	0,00	1.210.500,00	328.676,16	881.823,84	236.175,50	92.500,66
392 - DIFUSÃO CULTURAL	1.210.500,00	0,00	1.210.500,00	328.676,16	881.823,84	236.175,50	92.500,66
15 - URBANISMO	21.703.000,00	0,00	21.703.000,00	6.178.069,98	15.524.930,02	2.331.610,44	3.846.459,54
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	7.296.000,00	0,00	7.296.000,00	2.091.411,81	5.204.588,19	1.769.000,71	322.411,10
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	586.500,00	0,00	586.500,00	0,00	586.500,00	0,00	0,00
452 - SERVIÇOS URBANOS	13.820.500,00	0,00	13.820.500,00	4.086.658,17	9.733.841,83	562.609,73	3.524.048,44
16 - HABITAÇÃO	177.000,00	0,00	177.000,00	0,00	177.000,00	0,00	0,00
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	76.500,00	0,00	76.500,00	0,00	76.500,00	0,00	0,00
481 - HABITAÇÃO RURAL	100.500,00	0,00	100.500,00	0,00	100.500,00	0,00	0,00
18 - GESTÃO AMBIENTAL	10.414.100,00	0,00	10.414.100,00	549.824,93	9.864.275,07	401.940,30	147.884,63
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.648.100,00	0,00	1.648.100,00	494.742,63	1.153.357,37	370.911,29	123.831,34
334 - FOMENTO AO TRABALHO	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00	0,00	0,00
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.262.000,00	0,00	1.262.000,00	55.082,30	1.206.917,70	31.029,01	24.053,29
452 - SERVIÇOS URBANOS	200,00	0,00	200,00	0,00	200,00	0,00	0,00
511 - SANEAMENTO BÁSICO RURAL	180.000,00	0,00	180.000,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00
541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	7.323.700,00	0,00	7.323.700,00	0,00	7.323.700,00	0,00	0,00
20 - AGRICULTURA	737.000,00	0,00	737.000,00	46.693,00	690.307,00	11.693,00	35.000,00
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	357.300,00	0,00	357.300,00	39.794,00	317.506,00	4.794,00	35.000,00
511 - SANEAMENTO BÁSICO RURAL	300,00	0,00	300,00	0,00	300,00	0,00	0,00
605 - ABASTECIMENTO	400,00	0,00	400,00	0,00	400,00	0,00	0,00
606 - EXTENSÃO RURAL	379.000,00	0,00	379.000,00	6.899,00	372.101,00	6.899,00	0,00
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	390.000,00	0,00	390.000,00	26.547,79	363.452,21	23.747,79	2.800,00
695 - TURISMO	390.000,00	0,00	390.000,00	26.547,79	363.452,21	23.747,79	2.800,00
27 - DESPORTO E LAZER	2.141.300,00	0,00	2.141.300,00	519.896,23	1.621.403,77	348.083,44	171.812,79
334 - FOMENTO AO TRABALHO	67.000,00	0,00	67.000,00	7.580,00	59.420,00	7.580,00	0,00
813 - LAZER	2.074.300,00	0,00	2.074.300,00	512.316,23	1.561.983,77	340.503,44	171.812,79
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	28.178.400,00	0,00	28.178.400,00	24.322.000,00	3.856.400,00	4.813.930,24	19.508.069,76
843 - SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	21.199.000,00	0,00	21.199.000,00	21.150.000,00	49.000,00	4.244.288,14	16.905.711,86
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	6.979.400,00	0,00	6.979.400,00	3.172.000,00	3.807.400,00	569.642,10	2.602.357,90
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.180.800,00	0,00	3.180.800,00	0,00	3.180.800,00	0,00	0,00
997 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA PARA O RPPS	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00	0,00	0,00
999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	680.800,00	0,00	680.800,00	0,00	680.800,00	0,00	0,00

Metabit Sistemas para Gestao Publica

Página: 2/3 - 11/05/2023 11:56 sdadd.scz



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

Prefeitura Municipal de Monte Mor

Demonstrativo por Função e Subfunção
(Artigo 52, Incisos II, alínea "c", da LC. 101/00)

Período: Janeiro/2023 a Fevereiro/2023

Órgão: Consolidado

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO A EMPENHAR	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO A LIQUIDAR
TOTAL	370.600.000,00	0,00	370.600.000,00	107.687.425,43	262.912.574,57	47.338.850,38	60.348.575,05

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 15P347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

Prefeitura Municipal de Monte Mor													
Demonstrativo de apuração da Receita Corrente Líquida													
(Artigo 2º, Inciso IV e 53, Inciso I da LC. 101/00)													
Período: Março/2022 a Fevereiro/2023													Órgão: Consolidado
RECEITAS CORRENTES													
ESPECIFICAÇÃO	03/2022	04/2022	05/2022	06/2022	07/2022	08/2022	09/2022	10/2022	11/2022	12/2022	01/2023	02/2023	TOTAL
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB. MELHORIA	11.366.791,87	4.843.704,30	3.831.878,72	5.149.232,27	5.446.678,24	4.393.959,98	5.984.035,21	4.977.052,04	5.009.682,03	7.349.465,09	1.967.399,74	2.344.056,33	62.713.935,82
CONTRIBUIÇÕES	666.894,08	1.427.321,15	717.459,93	1.448.113,18	4.000.951,08	1.381.741,27	1.402.228,61	1.386.514,92	1.367.904,74	2.847.084,13	1.019.828,05	1.516.039,51	19.184.080,65
RECEITA PATRIMONIAL	2.972.239,04	1.815.002,97	2.585.629,86	1.389.204,05	1.489.504,60	3.102.505,44	2.112.712,43	3.271.948,43	1.918.860,90	3.474.407,06	2.552.572,21	3.236.178,25	29.920.765,24
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	525,81	138,13	663,94
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	23.993.394,95	17.111.036,73	24.496.094,48	19.769.933,40	28.770.719,23	19.436.443,56	17.276.769,92	19.843.177,15	19.300.400,07	27.441.126,88	22.215.691,91	17.693.183,21	257.348.971,47
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	89.120,92	67.568,66	41.636,11	86.516,24	114.721,91	427.704,26	87.886,22	113.896,10	71.258,02	389.772,63	1.678.771,89	1.565.197,83	4.734.050,59
TOTAL RECEITAS CORRENTES (I)	39.088.440,86	25.264.633,81	31.872.699,08	27.842.399,14	39.822.575,06	28.741.354,51	26.865.632,39	29.594.588,64	27.718.105,76	41.591.855,79	29.434.789,61	26.354.793,06	373.902.467,71
DEDUÇÕES													
ESPECIFICAÇÃO	03/2022	04/2022	05/2022	06/2022	07/2022	08/2022	09/2022	10/2022	11/2022	12/2022	01/2023	02/2023	TOTAL
CONTRIBUIÇÃO AO R.P.P.S.	2.877,95	626.511,60	4.704,76	674.342,80	3.315.507,16	735.217,81	738.245,84	736.451,41	737.946,37	2.185.862,43	306.479,37	799.624,40	10.865.971,90
REC. COMPENSAÇÃO PREVIDENC.	26.686,89	26.686,89	26.686,89	26.686,89	23.821,86	25.691,07	25.691,07	24.141,83	25.120,80	52.231,17	25.120,80	25.120,80	333.888,96
GANHOS APLIC. FINANCEIRA RPPS	2.767.560,45	1.768.121,39	1.831.769,85	958.969,98	1.333.295,16	2.088.076,11	1.982.322,74	2.811.106,33	812.900,40	2.340.956,00	2.540.746,95	2.342.645,51	23.588.190,87
FUNDES RETIDO	2.674.969,67	2.087.303,71	2.837.505,83	2.265.310,48	2.147.472,07	2.458.965,32	2.025.433,89	2.074.030,72	2.285.423,61	2.743.073,13	2.341.483,78	2.313.893,27	28.254.464,44
VENCIMENTO ACS E ACE (E.C. 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DEDUÇÕES (II)	5.471.694,36	4.510.623,59	4.706.687,33	3.935.019,13	6.820.096,25	5.307.950,31	4.771.693,54	5.645.739,29	3.861.380,18	7.322.122,73	5.213.839,78	5.481.484,08	63.842.314,17
TOTAIS													
ESPECIFICAÇÃO	03/2022	04/2022	05/2022	06/2022	07/2022	08/2022	09/2022	10/2022	11/2022	12/2022	01/2023	02/2023	TOTAL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III)=(I-II)	33.616.745,90	20.754.010,22	26.972.911,75	23.907.389,91	33.002.478,81	23.433.404,20	22.093.938,85	23.948.859,35	23.856.715,58	34.179.733,06	24.220.958,83	20.873.308,98	310.860.153,54
RCL AJUSTADA P/ CÁLCULO LIMITES DE ENDIVIDAMENTO EMENDAS INDIVIDUAIS (ART.166-A, § 1,CF) (IV)													
(-) EMENDAS INDIVIDUAIS (IV)	1.556.096,00	0,00	0,00	2.460.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.005.096,00
TOTAL (V)=(III-IV)	32.060.649,90	20.754.010,22	26.972.911,75	21.447.389,91	33.002.478,81	23.433.404,20	22.093.938,85	23.948.859,35	23.856.715,58	34.179.733,06	24.220.958,83	20.873.308,98	306.855.057,54
RCL AJUSTADA P/ CÁLCULO LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL EMENDAS BANCADA (ART.166, § 16,CF) (VI)													
(-) EMENDAS BANCADA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII)=(V-VI)	32.060.649,90	20.754.010,22	26.972.911,75	21.447.389,91	33.002.478,81	23.433.404,20	22.093.938,85	23.948.859,35	23.856.715,58	34.179.733,06	24.220.958,83	20.873.308,98	306.855.057,54

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Layout do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

Prefeitura Municipal de Monte Mor

Demonstrativo de apuração da Receita Corrente Líquida
(Artigo 2º, Inciso IV e 53, Inciso I da LC. 101/00)

Período: Março/2022 a Fevereiro/2023

Órgão: Consolidado

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Tais Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 159347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controlador Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

Prefeitura Municipal de Monte Mor									
Demonstrativo dos Restos a Pagar									
(Artigo 53, Inciso V, da LC. 101/00)									
Período: Janeiro/2023 a Fevereiro/2023								Consolidado	
ENTIDADE	EXERCÍCIO ANTERIOR		MOVIMENTAÇÃO ATÉ O PERÍODO					SALDO ATÉ O PERÍODO	
FONTE DE RECURSO	PROCESSADO	NÃO PROCESSADO	NÃO PROC. LIQUIDADO	PAGO PROCESSADO	PAGO NÃO PROCESSADO	CANCELADO PROCESSADO	CANCELADO NÃO PROCES.	PROCESSADO	NÃO PROCESSADO
PREFEITURA MUNICIPAL	13.557.459,29	11.488.055,13	3.440.394,79	1.231.205,06	1.766.449,97	0,00	104.386,21	12.326.254,23	9.617.218,95
RECURSOS PRÓPRIOS	11.374.941,57	3.244.484,70	627.633,91	713.474,38	418.575,68	0,00	3.590,00	10.661.467,19	2.822.319,02
RECURSOS ESTADUAIS	1.846.896,14	4.937.591,61	1.860.469,07	517.730,68	646.375,08	0,00	1,60	1.329.165,46	4.291.214,93
RECURSOS FEDERAIS	335.621,58	2.994.603,39	741.710,99	0,00	490.918,39	0,00	0,00	335.621,58	2.503.685,00
OUTRAS FONTES DE RECURSO	0,00	311.375,43	210.580,82	0,00	210.580,82	0,00	100.794,61	0,00	0,00
CÂMARA MUNICIPAL	38.085,33	0,00	0,00	38.085,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS PRÓPRIOS	38.085,33	0,00	0,00	38.085,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IPREMOR - INSTITUTO DE PREVIDENCIA	0,00	510,76	510,76	0,00	510,76	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	0,00	510,76	510,76	0,00	510,76	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	13.595.544,62	11.488.565,89	3.440.905,55	1.269.290,39	1.766.960,73	0,00	104.386,21	12.326.254,23	9.617.218,95

NOTA EXPLICATIVA:

As inscrições de restos a pagar processados e não processados do exercício serão apresentados após o processamento do balancete de encerramento parcial (balancete mês 13).

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 15P347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controlador Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

Prefeitura Municipal de Monte Mor				
Demonstrativo de Receitas e Despesas Previdenciárias				
(Artigo 53, Incisos II e 50, Inciso IV, da LC. 101/00)				
Período: Janeiro/2023 a Fevereiro/2023				Consolidado
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	PREVISÃO ATÉ MÊS	REALIZADA ATÉ O MÊS
RECEITAS CORRENTES (I)	16.248.000,00	16.248.000,00	2.706.916,80	6.048.081,88
CONTRIBUIÇÕES	8.948.000,00	8.948.000,00	1.490.736,80	1.106.303,77
CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL	8.936.000,00	8.936.000,00	1.488.737,60	1.094.227,50
CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR INATIVO CIVIL	12.000,00	12.000,00	1.999,20	12.076,27
CONTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTA CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ENTRE RGPS E RPPS	300.000,00	300.000,00	49.980,00	50.241,60
RECEITA PATRIMONIAL	7.000.000,00	7.000.000,00	1.166.200,00	4.891.536,51
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	7.000.000,00	7.000.000,00	1.166.200,00	4.883.392,46
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	8.144,05
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III)	20.517.000,00	20.517.000,00	3.418.132,20	2.506.811,99
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO EXERCÍCIO	20.517.000,00	20.517.000,00	3.418.132,20	2.506.811,99
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL ATIVO CIVIL	20.517.000,00	20.517.000,00	3.418.132,20	2.506.811,99
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL INATIVO CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PENSIONISTA CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS PARA COBERTURA DE DÉFICIT (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS APORTES FINANCEIROS AO RPPS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (VII) = (I+II+III+V+VI) - IV	36.765.000,00	36.765.000,00	6.125.049,00	8.554.893,87



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

Prefeitura Municipal de Monte Mor				
Demonstrativo de Receitas e Despesas Previdenciárias				
(Artigo 53, Incisos II e 50, Inciso IV, da LC. 101/00)				
Período: Janeiro/2023 a Fevereiro/2023				Consolidado
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADA ATÉ MÊS	LIQUIDADADA ATÉ MÊS
ADMINISTRAÇÃO (VII)	14.765.000,00	14.765.000,00	162.280,81	90.222,82
DESPESAS CORRENTES	11.965.000,00	11.965.000,00	162.280,81	90.222,82
DESPESAS DE CAPITAL	2.800.000,00	2.800.000,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL (VIII)	36.000.000,00	36.000.000,00	2.473.864,15	2.473.864,15
APOSENTADORIAS	25.000.000,00	25.000.000,00	1.969.382,44	1.969.382,44
PENSÕES	11.000.000,00	11.000.000,00	504.481,71	504.481,71
OUTRAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
COMPENSAÇÕES A REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (SUPERÁVIT PREVISTO NO ORÇAMENTO) (IX)	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (X)=(VII+VIII+IX)	53.265.000,00	53.265.000,00	2.636.144,96	2.564.086,97
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (VII - X)	-16.500.000,00	-16.500.000,00	5.918.748,91	5.990.806,90

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Layout do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CPF 159347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controlador Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

Prefeitura Municipal de Monte Mor

Resultado Nominal - Exceto órgão de Previdência
(Artigo 53, Inciso III, da LC. 101/00)

Período: Janeiro/2023 a Fevereiro/2023

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2022 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	104.212.477,65	104.212.477,65	126.875.617,28
Deduções (II)	43.734.731,22	43.734.731,22	45.666.847,98
Ativo Disponível	57.255.489,01	57.255.489,01	59.678.410,86
Haveres Financeiros	2.336.612,92	2.336.612,92	2.894.340,57
(-) Restos a Pagar Processados	13.801.157,12	13.801.157,12	14.000.199,05
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.056.213,59	2.056.213,59	2.905.704,40
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I-II)	60.477.746,43	60.477.746,43	81.208.769,30
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	3.392.695,41	3.392.695,41	96.415.765,75
Dívida Fiscal Líquida (VI) = (III + IV - V)	57.085.051,02	57.085.051,02	-15.206.996,45

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre Atual (c - b)	Janeiro a Fevereiro (c - a)
Resultado Nominal	-72.292.047,47	-72.292.047,47

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

NOTA EXPLICATIVA:

1. Na linha DEDUÇÕES (II) se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado valor nessa linha.
2. Os valores relativos aos investimentos do RPPS serão demonstrados na linha de Haveres Financeiros.
3. O saldo da Dívida Fiscal Líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida, deduzidas as Receitas de Privatização e Passivos Reconhecidos.
4. O saldo dos Passivos Reconhecidos compreende as obrigações com fornecedor ou instituição financeira que não foram excluídas da Dívida Consolidada.
5. As dívidas contabilizadas como INTRA OFSS (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social) são excluídas nos demonstrativos consolidados.

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Lelaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHII
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 15P347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controlador Interno
CPF 284.391.568-43

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

Prefeitura Municipal de Monte Mor			
Resultado Nominal - Regime Previdenciário			
(Artigo 53, Inciso III, da LC. 101/00)			
Período: Janeiro/2023 a Fevereiro/2023			
ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2022 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada Previdenciária (I)	270.992.591,47	270.992.591,47	270.992.591,47
Passivo Atuarial	270.992.591,47	270.992.591,47	270.992.591,47
Deduções (II)	201.579.301,11	201.579.301,11	211.146.597,61
Ativo Disponível	74.355.890,14	74.355.890,14	75.863.089,73
Haveres Financeiros	127.583.475,34	127.583.475,34	135.645.763,13
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
(-) Depósitos Restituintes e Valores Vinculados	360.064,37	360.064,37	362.255,25
Dívida Consolidada Líquida Previdenciária (III) = (I - II)	69.413.290,36	69.413.290,36	59.845.993,86
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (VI) = (III - V)	69.413.290,36	69.413.290,36	59.845.993,86

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre Atual (c - b)	Jan. a Fev. (c - a)
Resultado Nominal	-9.567.296,50	-9.567.296,50

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL		VALOR
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA		0,00

NOTA EXPLICATIVA:

1. Na linha DEDUÇÕES (II) se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado valor nessa linha.
2. Os valores relativos aos investimentos do RPPS serão demonstrados na linha de Haveres Financeiros.
3. O saldo da Dívida Fiscal Líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida, deduzidas as Receitas de Privatização e Passivos Reconhecidos.
4. O saldo dos Passivos Reconhecidos compreende as obrigações com fornecedor ou instituição financeira que não foram excluídas da Dívida Consolidada.
5. As dívidas contabilizadas como INTRA OFSS (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social) são excluídas nos demonstrativos consolidados.

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Layout do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Tais Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 15P347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

Prefeitura Municipal de Monte Mor

Resultado Primário

(Artigo 53, Incisos III, da LC. 101/00)

Período: Janeiro/2023 a Fevereiro/2023

Órgão: Consolidado

RECEITAS FISCAIS	PREVISÃO ANUAL INICIAL	PREVISÃO ANUAL ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (I)	357.759.900,00	357.759.900,00	50.016.033,86
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	67.566.000,00	67.566.000,00	4.311.456,07
CONTRIBUIÇÕES	16.741.000,00	16.741.000,00	2.535.867,56
RECEITA PREVIDENCIÁRIA	8.948.000,00	8.948.000,00	1.106.303,77
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	7.793.000,00	7.793.000,00	1.429.563,79
RECEITA PATRIMONIAL LÍQUIDA	39.000,00	39.000,00	15.201,65
RECEITA PATRIMONIAL	9.327.500,00	9.327.500,00	5.788.750,46
(-) APLICAÇÕES FINANCEIRAS	9.288.500,00	9.288.500,00	5.773.548,81
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	272.232.900,00	272.232.900,00	39.908.875,12
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	1.181.000,00	1.181.000,00	3.244.633,46
DIVERSAS RECEITAS CORRENTES	1.181.000,00	1.181.000,00	3.244.633,46
RECEITAS DE CAPITAL (II)	186.600,00	186.600,00	0,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	4.500,00	4.500,00	0,00
OUTRAS ALIENAÇÕES DE BENS	4.500,00	4.500,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	182.100,00	182.100,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	182.100,00	182.100,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VII)=(II-III-IV-V-VI)	186.600,00	186.600,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (VIII)	33.652.000,00	33.652.000,00	4.655.377,03
RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS (IX)=(I+VII-VIII)	324.294.500,00	324.294.500,00	45.360.656,83
DESPESAS FISCAIS	DOTAÇÃO ANUAL INICIAL	DOTAÇÃO ANUAL ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O MÊS
DESPESAS CORRENTES (X)	314.017.100,00	314.017.100,00	39.584.724,29
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	164.427.050,00	164.160.350,00	19.834.292,74
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (XI)	250.000,00	250.000,00	27.397,59
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	149.340.050,00	149.606.750,00	19.723.033,96
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	313.767.100,00	313.767.100,00	39.557.326,70
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	29.401.250,00	29.401.250,00	4.547.352,72
INVESTIMENTOS	8.453.250,00	8.453.250,00	330.462,17
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (XVI)	20.948.000,00	20.948.000,00	4.216.890,55
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XVII)=(XIII-XIV-XV-XVI)	8.453.250,00	8.453.250,00	330.462,17
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	3.180.800,00	3.180.800,00	0,00
DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS (XIX)=(XII+XVII+XVIII)	325.401.150,00	325.401.150,00	39.887.788,87
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XIX)	-1.106.650,00	-1.106.650,00	5.472.867,96

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL

VALOR

META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

0,00

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audep do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

Prefeitura Municipal de Monte Mor									
Demonstrativo de Aplicação no Ensino									
(Artigo 212, da Constituição Federal de 1998; Artigo 256, da Constituição Estadual)									
Período: Janeiro/2023 a Fevereiro/2023									
RECEITA DE IMPOSTOS					APLICAÇÃO MÍNIMA CONSTITUCIONAL				
Previsão Atualizada para o Exercício		Arrecadação até o Período			Para o Exercício (Prev. Atualizada)		Até o Período (Arrecadação)		
PRÓPRIOS	63.300.000,00	3.852.942,40			TOTAL (25%)	59.215.000,00	6.782.457,05		
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	71.360.000,00	11.349.334,19							
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	102.200.000,00	11.927.551,60							
TOTAL	236.860.000,00	27.129.828,19							
RETENÇÕES AO FUNDEB	33.652.000,00	4.655.377,03							
RECEITA LÍQUIDA	203.208.000,00	22.474.451,16							

DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO									
DESPESAS TOTAIS									
Dotacao Atualizada (para o Exercício)		Despesa Empenhada (ate o Período)		Despesa Liquidada (ate o Período)		Despesa Paga (ate o Período)			
Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%		
TOTAL	63.660.500,00	26,88	13.929.011,57	51,34	8.576.868,64	31,61	7.914.901,19	29,17	
EDUCAÇÃO INFANTIL	21.711.000,00	9,17	5.298.504,37	19,53	3.078.476,62	11,35	2.543.298,65	9,37	
EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	8.297.500,00	3,50	3.975.130,17	14,65	843.014,99	3,11	716.225,51	2,64	
RETENÇÕES AO FUNDEB	33.652.000,00	14,21	4.655.377,03	17,16	4.655.377,03	17,16	4.655.377,03	17,16	

DESPESAS LÍQUIDAS									
TOTAL			13.929.011,57	51,34	8.576.868,64	31,61	7.914.901,19	29,17	
EDUCAÇÃO INFANTIL			5.298.504,37	19,53	3.078.476,62	11,35	2.543.298,65	9,37	
EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL			3.975.130,17	14,65	843.014,99	3,11	716.225,51	2,64	
RETENÇÕES AO FUNDEB			4.655.377,03	17,16	4.655.377,03	17,16	4.655.377,03	17,16	

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI	Taís Maciel Barreira Moreno	SANDRA REGINA CRUZ FERNANDES BRUZON	SILVANA APARECIDA ZANETTI
Prefeito Municipal	Contadora	Secretária de Educação	Secretária de Finanças
	CRC 15P347278/O-2		



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

Prefeitura Municipal de Monte Mor							
Demonstrativo de Aplicação no FUNDEB							
(Artigos 25 e 26 Lei Federal n 14.113/2020)							
Período: Janeiro/2023 a Fevereiro/2023							
RECEITAS DO FUNDEB				RETENÇÕES AO FUNDEB			
	Previsão Atualizada para o Exercício	Arrecadação até o Período		Prev. Atualizada Para Exercício	Retido Até o Período		
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	71.000.000,00	13.012.557,32	RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	33.652.000,00	4.655.377,03		
RECEITAS DE APLIC. FINANCEIRAS	600.000,00	872.107,87					
TOTAL	71.600.000,00	13.884.665,19					
APLICAÇÕES MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS				APURAÇÃO DO RESULTADO DO FUNDEB ATÉ O PERÍODO			
	Previsão Atualizada para o Exercício	Arrecadação até o Período		Transferências Recebidas	Retenções		
TOTAL DA RECEITA	71.600.000,00	13.884.665,19	TOTAL DA RECEITA	13.012.557,32	4.655.377,03		
MAGISTÉRIO (70%)	50.120.000,00	9.719.265,63					
Diferença (Recebido-Retido): (Ganho)					8.357.180,29		
DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB							
DESPESAS TOTAIS							
	Dotacao Atualizada (para o Exercício)		Despesa Empenhada (ate o Período)		Despesa Liquidada (ate o Período)		Despesa Paga (ate o Período)
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
TOTAL	94.510.100,00	131,99	11.801.276,94	84,99	10.263.267,17	73,91	9.004.068,73
MAGISTÉRIO	61.852.100,00	86,38	8.262.302,24	59,50	8.230.205,71	59,27	7.434.644,03
OUTRAS	32.658.000,00	45,61	3.538.974,70	25,48	2.033.061,46	14,64	1.569.424,70
DEDUÇÕES							
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS LÍQUIDAS							
TOTAL	11.801.276,94	84,99	10.263.267,17	73,91	9.004.068,73	64,84	
MAGISTÉRIO	8.262.302,24	59,50	8.230.205,71	59,27	7.434.644,03	53,54	
OUTRAS	3.538.974,70	25,48	2.033.061,46	14,64	1.569.424,70	11,30	



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

Prefeitura Municipal de Monte Mor						
Demonstrativo de Aplicação no FUNDEB (Artigos 25 e 26 Lei Federal n 14.113/2020)						
Período: Janeiro/2023 a Fevereiro/2023						
Recursos recebidos a título de Complementação da União VAAT - Aplicação em Despesas de Capital - art. 27 Lei 14.113/2020						
Total da Complementação da União VAAT arrecadado			0,00			
Percentual mínimo de aplicação - Despesa de Capital			15%			
			Despesa Empenhada (ate o Período)	Despesa Liquidada (ate o Período)	Despesa Paga (ate o Período)	
			Valor	Valor	Valor	%
Complementação da União VAAT - Despesas de Capital			0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos recebidos a título de Complementação da União VAAT - Aplicação em Educação Infantil - art. 28 Lei 14.113/2020						
Percentual mínimo de aplicação - Educação Infantil			50%			
			Despesa Empenhada (ate o Período)	Despesa Liquidada (ate o Período)	Despesa Paga (ate o Período)	
			Valor	Valor	Valor	%
Complementação da União VAAT			0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Lei de Sistema Audep do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.						
EDIVALDO ANTONIO BRISCHI Prefeito Municipal		Tais Maciel Barreira Moreno Contadora CRC 15P347278/O-2		SANDRA REGINA CRUZ FERNANDES BRUZON Secretária de Educação		SILVANA APARECIDA ZANETTI Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

Prefeitura Municipal de Monte Mor								
Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos								
(Artigo 53, § 1º, Inciso III da LC 101/2000)								
Período: Janeiro/2023 a Fevereiro/2023								Consolidado
ENTIDADE	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	RECEITA		DOTAÇÃO ATUALIZADA	APLICAÇÃO DOS RECURSOS			SALDO APLICAR
		PREVISTA	REALIZADA		EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	
1 - Prefeitura Municipal	329.623,38	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	329.623,38
1 - Recursos Próprios	329.623,38	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	329.623,38
1200000 - ALIENAÇÃO DE BENS	323.799,62	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	323.799,62
1210000 - REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	5.823,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.823,76
TOTAL	329.623,38	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	329.623,38

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Lelaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

Prefeitura Municipal de Monte Mor

Demonstrativo de Aplicação na Saúde
Artigo 198, § 2º da CF de 1988; LC nº 141/2012

Período: Janeiro/2023 a Fevereiro/2023

RECEITA DE IMPOSTOS			APLICAÇÃO MÍNIMA CONSTITUCIONAL		
	Previsão Atualizada para o Exercício	Arrecadação até o Período		Para o Exercício (Prev. Atualizada)	Até o Período (Arrecadação)
PRÓPRIOS	63.300.000,00	3.852.942,40	TOTAL (15%)	34.734.000,00	4.069.474,23
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	66.060.000,00	11.349.334,19			
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	102.200.000,00	11.927.551,60			
SUB TOTAL	231.560.000,00	27.129.828,19			

APURAÇÃO DA APLICAÇÃO								
	Dotacao Atualizada (para o Exercício)		Despesa Empenhada (ate o Período)		Despesa Liquidada (ate o Período)		Despesa Paga (ate o Período)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
DESP. TOTAL C/ RECURSOS PRÓPRIOS	54.936.550,00	23,72	23.833.782,56	87,85	10.453.340,20	38,53	9.850.786,78	36,31
DESPESA LÍQUIDA DA SAÚDE			23.833.782,56	87,85	10.453.340,20	38,53	9.850.786,78	36,31

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Lelaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 159347278/O-2

ELIANE REGINA QUEIROZ PIAI
Secretária da Saúde

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2023

RREO - ANEXO 8 (Portaria STN nº 274/2016, art. 11, II, b)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
1 - RECEITAS DE IMPOSTOS		63.300.000,00	3.852.942,40		
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU		29.000.000,00	1.092.913,58		
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI		6.500.000,00	1.085.198,26		
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		22.000.000,00	415.147,09		
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		5.800.000,00	1.259.683,47		
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS		139.908.000,00	23.276.885,79		
2.1 - Cota-Parte FPM		58.100.000,00	11.334.204,03		
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b		52.800.000,00	11.334.204,03		
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e e		5.300.000,00	0,00		
2.2 - Cota-Parte ICMS		70.400.000,00	11.863.614,96		
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação		560.000,00	63.936,64		
2.4 - Cota-Parte ITR		48.000,00	15.130,16		
2.5 - Cota-Parte IPVA		10.800.000,00	0,00		
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro		0,00	0,00		
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		0,00	0,00		
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)		203.208.000,00	27.129.828,19		
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5))		33.652.000,00	4.655.377,03		
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO EM MDE ALEM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1)+(2.2)+(2.3)+(2.4)+(2.5)) + 25% DE ((1.1)+(1.2)+(1.3)+(1.4)+(2.1.2)+(2.6)+(2.7))		23.880.400,00	2.127.079,89		

FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	71.600.000,00	13.884.665,19
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	71.600.000,00	13.884.665,19
6.1.1 - Principal	71.000.000,00	13.012.557,32
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	600.000,00	872.107,87
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)¹	37.348.000,00	8.357.180,29

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	4.923.983,49
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	4.923.983,49
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	18.808.648,68

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)⁶	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	61.852.100,00	8.262.302,24	8.230.205,71	7.434.644,03	32.096,53
10.1 - Educação Infantil	23.332.300,00	1.985.459,77	1.985.459,77	1.792.490,66	0,00
10.1.1 - Creche	0,00	1.936.114,48	1.936.114,48	1.743.145,37	0,00
10.1.2 - Pré-escola	23.332.300,00	49.345,29	49.345,29	49.345,29	0,00
10.2 - Ensino Fundamental	38.519.800,00	6.276.842,47	6.244.745,94	5.642.153,37	32.096,53
11 - OUTRAS DESPESAS	22.119.900,00	3.538.974,70	2.033.061,46	1.569.424,70	1.505.913,24
11.1 - Educação Infantil	5.597.200,00	1.791.049,70	619.549,70	517.349,70	1.171.500,00
11.1.1 - Creche	0,00	1.020.594,21	403.594,21	304.194,21	617.000,00
11.1.2 - Pré-escola	5.597.200,00	770.455,49	215.955,49	213.155,49	554.500,00
11.2 - Ensino Fundamental	16.522.700,00	1.747.925,00	1.413.511,76	1.052.075,00	334.413,24
12 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (10 + 11)	83.972.000,00	11.801.276,94	10.263.267,17	9.004.068,73	1.538.009,77



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2023

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)7	
13 - Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	8.262.302,24	8.230.205,71	7.434.644,03	32.096,53	0,00	
14 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	11.801.276,94	10.263.267,17	9.004.068,73	1.538.009,77	0,00	
15 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
16 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
17 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
18 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal ²	VALOR EXIGIDO (i)	VALOR APLICADO (j)	VALOR CONSIDERADO APOS DEDUÇÕES (k)	% APLICADO (l)
19 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	9.719.265,63	8.230.205,71	8.230.205,71	59,27
20 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
21 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit) ³	VALOR PERMITIDO (m)	VALOR NÃO APLICADO (n)	VALOR NÃO APLICADO APOS AJUSTE (o)	% NÃO APLICADO (p)
22 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	1.388.466,52	3.621.398,02	3.621.398,02	26,08

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior) ³	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (q)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (r)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (s)	VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INEGRARA O LIMITE CONSTITUCIONAL (t)	VALOR APLICADO APOS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR NÃO APLICADO (v)
23 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	6.965.193,83	4.923.983,49	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	6.965.193,83	4.923.983,49	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	
24 - EDUCAÇÃO INFANTIL	7.772.500,00	4.191.143,09	2.440.605,47	1.995.657,55	1.750.537,62	
24.1 - Creche	0,00	2.116.427,70	1.413.575,50	1.118.497,00	702.852,20	
24.2 - Pré-escola	7.772.500,00	2.074.715,39	1.027.029,97	877.160,55	1.047.685,42	
25 - ENSINO FUNDAMENTAL	14.621.000,00	5.082.813,40	1.480.886,14	1.263.866,61	3.601.927,26	
26 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (24 + 25)	22.393.500,00	9.273.956,49	3.921.491,61	3.259.524,16	5.352.464,88	

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL		VALOR
27 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS (FUNDEB E RECEITA DE IMPOSTOS) = (L14(d ou e) + L26(d ou e) + L23.1(t))		14.184.758,78
28 - (-) RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (L7)		8.357.180,29
29 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB IMPOSTOS ⁴ = (L14h)		0,00
30 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS		0,00
31 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L34.1 (ac) + L34.2(ac))		0,00
32 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (27 - (28 + 29 + 30 + 31))		5.827.578,49

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5		VALOR EXIGIDO (x)	VALOR APLICADO (w)	% APLICADO (y)
33 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS		6.782.457,05	5.827.578,49	21,48

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS E DO FUNDEB	SALDO INICIAL (z)	RP LIQUIDADOS (aa)	RP PAGOS (ab)	RP CANCELADOS (ac)	SALDO FINAL (ad) = (z)-(ab)-(ac)
34 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	5.338.288,71	42.643,19	594.608,02	0,00	4.743.680,69
34.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	4.837.604,48	42.643,19	96.877,34	0,00	4.740.727,14
34.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	500.684,23	0,00	497.730,68	0,00	2.953,55
34.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2023

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
35 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	12.082.000,00	2.394.343,82
35.1 - Salário-Educação	10.350.000,00	2.288.372,42
35.2 - PDDE	0,00	0,00
35.3 - PNAE	1.450.000,00	105.971,40
35.4 - PNATE	80.000,00	0,00
35.5 - Outras Transferências do FNDE	202.000,00	0,00
36 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.291.200,00	10.708,98
37 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	300.000,00	28.523,35
38 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
39 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00
40 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO = (35 + 36 + 37 + 38 + 39)	15.673.200,00	2.433.576,15

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
41 - EDUCAÇÃO INFANTIL	1.734.000,00	1.417.837,42	85.323,51	49.446,77	1.332.513,91
41.1 - Creche	0,00	709.839,61	55.685,25	35.365,65	654.154,36
41.2 - Pré-escola	1.734.000,00	707.997,81	29.638,26	14.081,12	678.359,55
42 - ENSINO FUNDAMENTAL	13.727.500,00	4.316.463,86	649.250,70	608.920,58	3.667.213,16
43 - ENSINO MÉDIO	2.741.500,00	2.536.950,53	129.950,71	129.950,71	2.406.999,82
44 - ENSINO SUPERIOR	785.000,00	105.987,30	100.987,30	4.947,30	5.000,00
45 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	590.000,00	305.453,54	39.075,59	0,00	266.377,95
46 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (41 + 42 + 43 + 44 + 45)	19.578.000,00	8.682.692,65	1.004.587,81	793.265,36	7.678.104,84

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
47 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (12 + 26 + 46)	121.014.700,00	30.835.245,12	15.462.510,38	13.256.423,98	15.372.734,74
47.1 - Despesas Correntes	118.725.800,00	30.557.903,95	15.185.169,21	12.979.082,81	15.372.734,74
47.1.1 - Pessoal Ativo	79.421.500,00	10.696.776,59	10.661.166,82	9.623.369,46	35.609,77
47.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47.1.4 - Outras Despesas Correntes	39.304.300,00	19.861.127,36	4.524.002,39	3.355.713,35	15.337.124,97
47.2 - Despesas de Capital	2.288.900,00	277.341,17	277.341,17	277.341,17	0,00
47.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47.2.2 - Outras Despesas Correntes	2.288.900,00	277.341,17	277.341,17	277.341,17	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ae)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (af)
48 - Disponibilidade Financeira em 31 de Dezembro de 2022	5.424.116,40	0,00
49 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	13.884.665,19	2.288.372,42
50 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	9.501.799,41	407.964,18
51 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	9.806.982,18	1.880.408,24
52 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
53 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
54 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	9.806.982,18	1.880.408,24

Nota Explicativa:

- 1 - SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (7) MAIOR QUE 0 = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB, SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (7) 0 = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB.
- 2 - Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
- 3 - Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional. utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.
- 4 - Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- 5 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
- 6 - As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.
- 7 - Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não deve ser considerado na apuração dos indicadores e limites.
- 8 - Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Layout do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

SANDRA REGINA CRUZ FERNANDES BRUZON
Secretária de Educação

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2023

RREO - ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

R\$1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre	% (b/a) x 100
RECEITAS DE IMPOSTOS (I)	63.300.000,00	63.300.000,00	3.852.942,40	6,08
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	29.000.000,00	29.000.000,00	1.092.913,58	3,76
IPTU	21.850.000,00	21.850.000,00	313.326,58	1,43
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	7.150.000,00	7.150.000,00	779.587,00	10,90
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	6.500.000,00	6.500.000,00	1.085.198,26	16,69
ITBI	6.480.000,00	6.480.000,00	1.083.026,47	16,71
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	20.000,00	20.000,00	2.171,79	10,85
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	22.000.000,00	22.000.000,00	415.147,09	1,88
ISS	21.650.000,00	21.650.000,00	305.502,07	1,41
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	350.000,00	350.000,00	109.645,02	31,32
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	5.800.000,00	5.800.000,00	1.259.683,47	21,71
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	168.260.000,00	168.260.000,00	23.276.885,79	13,83
Cota-Parte FPM	66.000.000,00	66.000.000,00	11.334.204,03	17,17
Cota-Parte ITR	60.000,00	60.000,00	15.130,16	25,21
Cota-Parte IPVA	13.500.000,00	13.500.000,00	0,00	0,00
Cota-Parte ICMS	88.000.000,00	88.000.000,00	11.863.614,96	13,48
Cota-Parte IPI-Exportação	700.000,00	700.000,00	63.936,64	9,13
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS - LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) =	231.560.000,00	231.560.000,00	27.129.828,19	11,71

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados
			Até o Bimestre	% (d/c) x 100	Até o bimestre	% (e/c) x 100	Até o bimestre	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	15.969.600,00	15.969.600,00	2.491.523,58	15,60	2.277.542,86	14,26	1.982.594,22	12,41	213.980,72
Despesas Correntes	15.969.600,00	15.969.600,00	2.491.523,58	15,60	2.277.542,86	14,26	1.982.594,22	12,41	213.980,72
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	15.109.600,00	15.109.600,00	5.623.510,15	37,21	2.320.281,84	15,35	2.196.240,52	14,53	3.303.228,31
Despesas Correntes	15.109.500,00	15.109.500,00	5.623.510,15	37,21	2.320.281,84	15,35	2.196.240,52	14,53	3.303.228,31
Despesas de Capital	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	1.484.000,00	1.484.000,00	223.428,93	15,05	223.428,93	15,05	197.132,39	13,28	0,00
Despesas Correntes	1.484.000,00	1.484.000,00	223.428,93	15,05	223.428,93	15,05	197.132,39	13,28	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	35.000,00	35.000,00	9.410,51	26,88	9.410,51	26,88	9.410,51	26,88	0,00
Despesas Correntes	35.000,00	35.000,00	9.410,51	26,88	9.410,51	26,88	9.410,51	26,88	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	21.710.600,00	21.710.350,00	15.485.909,39	71,32	5.622.676,06	25,89	5.465.409,14	25,17	9.863.233,33
Despesas Correntes	21.579.800,00	21.579.550,00	15.480.800,39	71,73	5.617.567,06	26,03	5.465.409,14	25,32	9.863.233,33
Despesas de Capital	130.800,00	130.800,00	5.109,00	3,90	5.109,00	3,90	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	54.608.800,00	54.608.550,00	23.833.782,56	43,64	10.453.340,20	19,14	9.850.786,78	18,03	13.380.442,36

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	23.833.782,56	10.453.340,20	9.850.786,78
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	23.833.782,56	10.453.340,20	9.850.786,78
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	4.069.474,23	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	6.383.865,97	6.383.865,97	6.383.865,97
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orçânica Municipal)	87,85	38,53	36,30

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (I) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo final = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2022 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2023

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m)	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente e no Exercício sem Disponibilidade e Financeira	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q))	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados
Empenhos de 2023	4.069.474,23	23.833.782,56	19.764.308,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.764.308,33
Empenhos de 2022	30.214.002,72	53.557.600,33	23.343.597,61	320.119,80	0,00	0,00	169.217,10	150.902,70	0,00	23.343.597,61
Empenhos de 2021	25.979.301,83	42.667.050,73	16.687.748,90	994.316,27	0,00	0,00	660.998,63	243.542,94	89.774,70	16.597.974,20
Empenhos de 2020	21.248.497,89	34.764.520,54	13.516.022,65	1.871.285,49	0,00	0,00	1.654.241,06	209.103,84	7.940,59	13.508.082,06
Empenhos de 2019	20.368.313,31	33.769.331,91	13.401.018,60	2.744.094,25	0,00	0,00	2.628.954,84	54.669,22	60.470,19	13.340.548,06
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)										0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24º 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final(não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	9.417.600,00	9.417.600,00	881.927,57	9,36
Proveniente da União	8.881.400,00	8.881.400,00	881.927,57	9,93
Proveniente dos Estados	536.200,00	536.200,00	0,00	0,00
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	9.417.600,00	9.417.600,00	881.927,57	9,36

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre	% (d/c) x 100	Até o bimestre	% (e/c) x 100	Até o bimestre	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	6.107.100,00	6.107.100,00	601.619,55	9,85	600.498,77	9,83	549.150,40	8,99	1.120,78
Despesas Correntes	5.920.200,00	5.920.200,00	601.619,55	10,16	600.498,77	10,14	549.150,40	9,27	1.120,78
Despesas de Capital	186.900,00	186.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	2.775.200,00	2.775.200,00	2.380.000,00	85,75	400.000,00	14,41	400.000,00	14,41	1.980.000,00
Despesas Correntes	2.775.000,00	2.775.000,00	2.380.000,00	85,76	400.000,00	14,41	400.000,00	14,41	1.980.000,00
Despesas de Capital	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	261.000,00	261.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	261.000,00	261.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	446.000,00	446.000,00	462,50	0,10	462,50	0,10	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	446.000,00	446.000,00	462,50	0,10	462,50	0,10	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	190.300,00	190.300,00	55.449,89	29,13	55.449,89	29,13	50.340,93	26,45	0,00
Despesas Correntes	190.200,00	190.200,00	55.449,89	29,15	55.449,89	29,15	50.340,93	26,46	0,00
Despesas de Capital	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	186.100,00	186.350,00	344,00	0,18	344,00	0,18	344,00	0,18	0,00
Despesas Correntes	124.100,00	124.350,00	344,00	0,27	344,00	0,27	344,00	0,27	0,00
Despesas de Capital	62.000,00	62.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	9.965.700,00	9.965.950,00	3.037.875,94	30,48	1.056.755,16	10,60	999.835,33	10,03	1.981.120,78



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2023

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre	% (d/c) x 100	Até o bimestre	% (e/c) x 100	Até o bimestre	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	22.076.700,00	22.076.700,00	3.093.143,13	14,01	2.878.041,63	13,03	2.531.744,62	11,46	215.101,50
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	17.884.800,00	17.884.800,00	8.003.510,15	44,75	2.720.281,84	15,21	2.596.240,52	14,51	5.283.228,31
SUPOORTE FISIOTERAPÊUTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	561.000,00	561.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	1.930.000,00	1.930.000,00	223.891,43	11,60	223.891,43	11,60	197.132,39	10,21	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	225.300,00	225.300,00	64.860,40	28,78	64.860,40	28,78	59.751,44	26,52	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	21.896.700,00	21.896.700,00	15.486.253,39	70,72	5.623.020,06	25,67	5.465.753,14	24,96	9.863.233,33
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	64.574.500,00	64.574.500,00	26.871.658,50	41,61	11.510.095,36	17,82	10.850.622,11	16,80	15.361.563,14
(*) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes	9.637.600,00	9.637.600,00	3.037.069,44	31,51	1.055.948,66	10,95	999.491,33	10,37	1.981.120,78
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	54.936.900,00	54.936.900,00	23.834.589,06	43,38	10.454.146,70	19,02	9.851.130,78	17,93	13.380.442,36

Nota Explicativa:

1. Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
2. Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).
3. Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leilante do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

ELIANE REGINA QUEIROZ PIAI
Secretária da Saúde

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

(Artigos 53, Inciso II e 50, Inciso IV da LC. 101/00)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

MUNICÍPIO DE MONTE MOR

1º BIMESTRE DE 2023

Valores expressos em R\$

I – RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	Previsão Anual		Receitas Realizadas		Saldo a Realizar
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	
Contribuições Patronais	37.017.000,00	37.017.000,00	6.083.812,35	6.083.812,35	30.933.187,65
Contribuições dos Servidores Ativos	8.936.000,00	8.936.000,00	1.094.227,50	1.094.227,50	7.841.772,50
Contribuições dos Servidores Inativos	12.000,00	12.000,00	12.076,27	12.076,27	-76,27
Contribuições dos Pensionistas					0,00
Receitas Patrimoniais	7.000.000,00	7.000.000,00	4.883.392,46	4.883.392,46	2.116.607,54
Compensações Previdenciárias	300.000,00	300.000,00	50.241,60	50.241,60	249.758,40
Alienações de Bens	0,00	0,00			0,00
Outras	0,00	0,00	8.144,05	8.144,05	-8.144,05
Total	53.265.000,00	53.265.000,00	12.131.894,23	12.131.894,23	41.133.105,77

II – DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação Anual		Empenhadas		Liquidadas		Saldo a Empenhar
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
Inativos	25.000.000,00	25.000.000,00	1.969.382,44	1.969.382,44	1.969.382,44	1.969.382,44	23.030.617,56
Pensionistas	11.000.000,00	11.000.000,00	504.481,71	504.481,71	504.481,71	504.481,71	10.495.518,29
Outros Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas	17.265.000,00	17.265.000,00	162.280,81	162.280,81	90.222,82	90.222,82	17.174.777,18
Total	53.265.000,00	53.265.000,00	2.636.144,96	2.636.144,96	2.564.086,97	2.564.086,97	50.700.913,03

III - RESULTADO	0,00	0,00	9.495.749,27	9.495.749,27	9.567.807,26	9.567.807,26	
-----------------	------	------	--------------	--------------	--------------	--------------	--



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

IV –DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	R\$		R\$
Receitas	12.393.906,82	Despesas	3.061.164,27
Orçamentárias	12.131.894,23	Orçamentárias pagas	2.564.086,97
Extra-orçamentárias	262.012,59	Extra-orçamentárias	497.077,30
		Inscrição Restos a pagar*	
Saldo do exercício anterior	220.389.557,41	Saldo Atual	229.722.299,96
Caixa		Caixa	
Bancos Conta Movimento		Bancos Conta Movimento	
Aplicações Financeiras	220.389.557,41	Aplicações Financeiras	229.722.299,96
Total Geral	232.783.464,23		232.783.464,23

* Relativo ao último bimestre

Djalma Sombini Junior
Presidente Ipremor

Rosângela Ap. Gonçalves
CRC SP 317967/O-6

Rosimara C. D. Roventini
Dir. Administrativa / Financeira



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

STN

STN - 1º BIMESTRE DE 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2023

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	333.583.000,00	333.583.000,00	51.134.205,64	15,33	51.134.205,64	15,33	282.448.794,36
Receitas Correntes	333.396.400,00	333.396.400,00	51.134.205,64	15,34	51.134.205,64	15,34	282.262.194,36
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	67.566.000,00	67.566.000,00	4.311.456,07	6,38	4.311.456,07	6,38	63.254.543,93
Impostos	63.800.000,00	63.800.000,00	3.852.942,40	6,04	3.852.942,40	6,04	59.947.057,60
Taxas	3.766.000,00	3.766.000,00	458.513,67	12,18	458.513,67	12,18	3.307.486,33
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	16.741.000,00	16.741.000,00	2.535.867,56	15,15	2.535.867,56	15,15	14.205.132,44
Contribuições Sociais	8.948.000,00	8.948.000,00	1.106.303,77	12,36	1.106.303,77	12,36	7.841.696,23
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	7.793.000,00	7.793.000,00	1.429.563,79	18,34	1.429.563,79	18,34	6.363.436,21
Receita Patrimonial	9.327.500,00	9.327.500,00	5.788.750,46	62,06	5.788.750,46	62,06	3.538.749,54
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	39.000,00	39.000,00	7.057,60	18,10	7.057,60	18,10	31.942,40
Valores Mobiliários	9.288.500,00	9.288.500,00	5.773.548,81	62,16	5.773.548,81	62,16	3.514.951,19
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	8.144,05	0,00	8.144,05	0,00	-8.144,05
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	663,94	0,00	663,94	0,00	-663,94
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	663,94	0,00	663,94	0,00	-663,94
Transferências Correntes	238.580.900,00	238.580.900,00	35.253.498,09	14,78	35.253.498,09	14,78	203.327.401,91
Transferências da União e de suas Entidades	80.971.900,00	80.971.900,00	12.670.031,23	15,65	12.670.031,23	15,65	68.301.868,77
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	86.582.000,00	86.582.000,00	9.570.909,54	11,05	9.570.909,54	11,05	77.011.090,46
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	71.000.000,00	71.000.000,00	13.012.557,32	18,33	13.012.557,32	18,33	57.987.442,68
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	24.000,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00
Outras Receitas Correntes	1.181.000,00	1.181.000,00	3.243.969,52	274,68	3.243.969,52	274,68	-2.062.969,52
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	331.000,00	331.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	331.000,00
Indenizações, Restituições e Resarcimentos	500.000,00	500.000,00	2.040,21	0,41	2.040,21	0,41	497.959,79
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	350.000,00	350.000,00	3.241.929,31	926,27	3.241.929,31	926,27	-2.891.929,31
Receitas de Capital	186.600,00	186.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	186.600,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	4.500,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00
Alienação de Bens Móveis	4.500,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	182.100,00	182.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	182.100,00
Transferências da União e de suas Entidades	33.500,00	33.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.500,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	148.600,00	148.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	148.600,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização de Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	37.017.000,00	37.017.000,00	6.083.812,35	16,44	6.083.812,35	16,44	30.933.187,65
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	370.600.000,00	370.600.000,00	57.218.017,99	15,44	57.218.017,99	15,44	313.381.982,01
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2023

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (III + IV)	370.600.000,00	370.600.000,00	57.218.017,99	15,44	57.218.017,99	313.381.982,01
DEFICIT (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII) = (V + VI)	370.600.000,00	370.600.000,00	57.218.017,99	15,44	57.218.017,99	313.381.982,01
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	344.099.150,00	344.099.150,00	104.480.652,05	104.480.652,05	239.618.497,95	44.132.077,01	44.132.077,01	299.967.072,99	41.713.452,92	
DESPESAS CORRENTES	314.017.100,00	314.017.100,00	83.210.189,88	83.210.189,88	230.806.910,12	39.584.724,29	39.584.724,29	274.432.375,71	37.171.209,20	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	164.427.050,00	164.160.350,00	20.855.420,62	20.855.420,62	143.304.929,38	19.834.292,74	19.834.292,74	144.326.057,26	19.473.033,15	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	250.000,00	250.000,00	210.000,00	210.000,00	40.000,00	27.397,59	27.397,59	222.602,41	27.397,59	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	149.340.050,00	149.606.750,00	62.144.769,26	62.144.769,26	87.461.980,74	19.723.033,96	19.723.033,96	129.883.716,04	17.670.778,46	
DESPESAS DE CAPITAL	29.401.250,00	29.401.250,00	21.270.462,17	21.270.462,17	8.130.787,83	4.547.352,72	4.547.352,72	24.853.897,28	4.542.243,72	
INVESTIMENTOS	8.453.250,00	8.453.250,00	330.462,17	330.462,17	8.122.787,83	330.462,17	330.462,17	8.122.787,83	325.353,17	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	20.948.000,00	20.948.000,00	20.940.000,00	20.940.000,00	8.000,00	4.216.890,55	4.216.890,55	16.731.109,45	4.216.890,55	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	680.800,00	680.800,00	0,00	0,00	680.800,00	0,00	0,00	680.800,00	0,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	24.000.850,00	24.000.850,00	3.206.773,38	3.206.773,38	20.794.076,62	3.206.773,37	3.206.773,37	20.794.076,63	1.766.433,40	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	368.100.000,00	368.100.000,00	107.687.425,43	107.687.425,43	260.412.574,57	47.338.850,38	47.338.850,38	320.761.149,62	43.479.886,32	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (REFINANCIAMENTO) (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	368.100.000,00	368.100.000,00	107.687.425,43	107.687.425,43	260.412.574,57	47.338.850,38	47.338.850,38	320.761.149,62	43.479.886,32	
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.879.167,61	9.879.167,61	0,00	13.738.131,67	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	368.100.000,00	368.100.000,00	107.687.425,43	107.687.425,43	260.412.574,57	47.338.850,38	57.218.017,99	310.881.982,01	57.218.017,99	
RESERVA DO RPPS	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00	0,00	

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	37.017.000,00	37.017.000,00	6.083.812,35	16,44	6.083.812,35	30.933.187,65
Receitas Correntes	37.017.000,00	37.017.000,00	6.083.812,35	16,44	6.083.812,35	30.933.187,65
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	37.017.000,00	37.017.000,00	6.083.812,35	16,44	6.083.812,35	30.933.187,65
Contribuições Sociais	37.017.000,00	37.017.000,00	6.083.812,35	16,44	6.083.812,35	30.933.187,65
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2023

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização de Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	24.000.850,00	24.000.850,00	3.206.773,38	3.206.773,38	20.794.076,62	3.206.773,37	3.206.773,37	20.794.076,63	1.766.433,40	
DESPESAS CORRENTES	24.000.850,00	24.000.850,00	3.206.773,38	3.206.773,38	20.794.076,62	3.206.773,37	3.206.773,37	20.794.076,63	1.766.433,40	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24.000.850,00	24.000.850,00	3.206.773,38	3.206.773,38	20.794.076,62	3.206.773,37	3.206.773,37	20.794.076,63	1.766.433,40	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2023

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	346.599.150,00	346.599.150,00	104.489.652,05	104.489.652,05	100,00	242.118.497,95	44.132.077,01	44.132.077,01	100,00	302.467.072,99	
LEGISLATIVA	9.000.000,00	9.000.000,00	1.372.616,12	1.372.616,12	1,31	7.627.383,88	1.253.854,05	1.253.854,05	2,84	7.746.145,95	
Ação Legislativa	9.000.000,00	9.000.000,00	1.372.616,12	1.372.616,12	1,31	7.627.383,88	1.253.854,05	1.253.854,05	2,84	7.746.145,95	
JUDICIÁRIA	2.881.650,00	2.881.650,00	640.853,02	640.853,02	0,61	2.240.796,98	296.103,30	296.103,30	0,67	2.585.546,70	
Ação Judiciária	2.876.400,00	2.876.400,00	640.853,02	640.853,02	0,61	2.235.546,98	296.103,30	296.103,30	0,67	2.580.296,70	
Demais Subfunções	5.250,00	5.250,00	0,00	0,00	0,00	5.250,00	0,00	0,00	0,00	5.250,00	
ADMINISTRAÇÃO	31.312.850,00	31.312.850,00	9.461.059,12	9.461.059,12	9,06	21.851.790,88	5.142.791,66	5.142.791,66	11,65	26.170.058,34	
Administração Geral	16.031.200,00	16.031.200,00	5.214.667,81	5.214.667,81	4,99	10.816.532,19	2.998.082,38	2.998.082,38	6,79	13.033.117,62	
Administração Financeira	3.986.300,00	3.986.300,00	2.677.323,06	2.677.323,06	2,56	1.308.976,94	575.641,03	575.641,03	1,30	3.410.658,97	
Comunicação Social	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	
Demais Subfunções	10.795.350,00	10.795.350,00	1.569.068,25	1.569.068,25	1,50	9.226.281,75	1.569.068,25	1.569.068,25	3,56	9.226.281,75	
SEGURANÇA PÚBLICA	11.464.900,00	11.464.900,00	1.734.336,44	1.734.336,44	1,66	9.730.563,56	1.610.719,08	1.610.719,08	3,65	9.854.180,92	
Policimento	10.886.300,00	10.886.300,00	1.593.436,55	1.593.436,55	1,53	9.292.863,45	1.527.441,25	1.527.441,25	3,46	9.358.858,75	
Defesa Civil	536.600,00	536.600,00	135.299,89	135.299,89	0,13	401.300,11	77.677,83	77.677,83	0,18	458.922,17	
Demais Subfunções	42.000,00	42.000,00	5.600,00	5.600,00	0,01	36.400,00	5.600,00	5.600,00	0,01	36.400,00	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.664.750,00	7.664.750,00	1.667.296,06	1.667.296,06	1,60	5.997.453,94	835.000,88	835.000,88	1,89	6.832.749,12	
Assistência ao Idoso	72.900,00	72.900,00	60.000,00	60.000,00	0,06	12.900,00	5.000,00	5.000,00	0,01	67.900,00	
Assistência ao Portador de Deficiência	410.650,00	410.650,00	410.000,00	410.000,00	0,39	650,00	38.380,00	38.380,00	0,09	372.270,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
Assistência Comunitária	7.121.200,00	7.121.200,00	1.195.856,06	1.195.856,06	1,14	5.925.343,94	790.180,88	790.180,88	1,79	6.331.019,12	
Demais Subfunções	50.000,00	50.000,00	1.440,00	1.440,00	0,00	48.560,00	1.440,00	1.440,00	0,00	48.560,00	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	50.645.000,00	50.645.000,00	2.636.144,96	2.636.144,96	2,52	48.008.855,04	2.564.086,97	2.564.086,97	5,81	48.080.913,03	
Previdência do Regime Estatutário	50.645.000,00	50.645.000,00	2.636.144,96	2.636.144,96	2,52	48.008.855,04	2.564.086,97	2.564.086,97	5,81	48.080.913,03	
SAÚDE	59.839.700,00	59.839.700,00	26.164.509,13	26.164.509,13	25,04	33.675.190,87	10.802.945,99	10.802.945,99	24,48	49.036.754,01	
Atenção Básica	19.244.700,00	19.244.700,00	2.632.759,01	2.632.759,01	2,52	16.611.940,99	2.417.657,51	2.417.657,51	5,48	16.827.042,49	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	16.698.700,00	16.698.700,00	7.848.560,32	7.848.560,32	7,51	8.850.139,68	2.565.332,01	2.565.332,01	5,81	14.133.367,99	
Suporte Profilático e Terapêutico	561.000,00	561.000,00	0,00	0,00	0,00	561.000,00	0,00	0,00	0,00	561.000,00	
Vigilância Sanitária	1.698.000,00	1.698.000,00	192.958,07	192.958,07	0,19	1.504.041,93	192.958,07	192.958,07	0,44	1.504.041,93	
Vigilância Epidemiológica	161.600,00	161.600,00	59.751,44	59.751,44	0,06	101.848,56	59.751,44	59.751,44	0,14	101.848,56	
Administração Geral	21.475.700,00	21.475.700,00	15.429.480,29	15.429.480,29	14,77	6.046.219,71	5.566.246,96	5.566.246,96	12,61	15.909.453,04	
EDUCAÇÃO	107.074.200,00	107.074.200,00	28.962.932,91	28.962.932,91	27,72	78.111.267,09	13.590.198,17	13.590.198,17	30,79	93.484.001,83	
Ensino Fundamental	56.267.000,00	56.267.000,00	14.521.558,88	14.521.558,88	13,90	41.745.441,12	7.880.100,02	7.880.100,02	17,86	48.886.899,98	
Ensino Médio	2.741.400,00	2.741.400,00	2.536.950,53	2.536.950,53	2,43	204.449,47	129.950,71	129.950,71	0,29	2.611.449,29	
Ensino Profissional	589.900,00	589.900,00	305.453,54	305.453,54	0,29	284.446,46	39.075,59	39.075,59	0,09	550.824,41	
Ensino Superior	785.000,00	785.000,00	105.987,30	105.987,30	0,10	679.012,70	100.987,30	100.987,30	0,23	684.022,70	
Educação Infantil	37.303.400,00	37.303.400,00	8.246.381,91	8.246.381,91	7,89	29.057.018,09	4.436.884,06	4.436.884,06	10,05	32.866.515,94	
Educação de Jovens e Adultos	416.000,00	416.000,00	89.060,65	89.060,65	0,09	326.939,35	52.280,17	52.280,17	0,12	363.719,83	
Educação Especial	493.000,00	493.000,00	51.005,71	51.005,71	0,05	441.994,29	25.240,31	25.240,31	0,06	467.759,69	
Administração Geral	5.602.000,00	5.602.000,00	1.044.074,48	1.044.074,48	1,00	4.557.925,52	574.262,40	574.262,40	1,30	5.027.737,60	
Demais Subfunções	2.876.500,00	2.876.500,00	2.062.459,91	2.062.459,91	1,97	814.040,09	351.417,61	351.417,61	0,80	2.525.082,39	
CULTURA	1.106.400,00	1.106.400,00	320.635,24	320.635,24	0,31	785.764,76	228.134,58	228.134,58	0,52	878.265,42	
Difusão Cultural	1.106.400,00	1.106.400,00	320.635,24	320.635,24	0,31	785.764,76	228.134,58	228.134,58	0,52	878.265,42	
URBANISMO	20.654.500,00	20.654.500,00	6.093.079,77	6.093.079,77	5,83	14.561.420,23	2.246.620,23	2.246.620,23	5,09	18.407.879,77	
Infra-Estrutura Urbana	586.500,00	586.500,00	0,00	0,00	0,00	586.500,00	0,00	0,00	0,00	586.500,00	
Serviços Urbanos	13.749.000,00	13.749.000,00	4.080.144,67	4.080.144,67	3,91	9.668.855,33	556.096,23	556.096,23	1,26	13.192.903,77	
Administração Geral	6.319.000,00	6.319.000,00	2.012.935,10	2.012.935,10	1,93	4.306.064,90	1.690.524,00	1.690.524,00	3,83	4.628.476,00	
HABITAÇÃO	177.000,00	177.000,00	0,00	0,00	0,00	177.000,00	0,00	0,00	0,00	177.000,00	
Habitação Rural	100.500,00	100.500,00	0,00	0,00	0,00	100.500,00	0,00	0,00	0,00	100.500,00	
Administração Geral	76.500,00	76.500,00	0,00	0,00	0,00	76.500,00	0,00	0,00	0,00	76.500,00	
GESTÃO AMBIENTAL	10.288.700,00	10.288.700,00	528.354,30	528.354,30	0,51	9.760.345,70	380.469,67	380.469,67	0,86	9.908.230,33	
Preservação e Conservação Ambiental	7.323.700,00	7.323.700,00	0,00	0,00	0,00	7.323.700,00	0,00	0,00	0,00	7.323.700,00	
Administração Geral	1.522.700,00	1.522.700,00	473.272,00	473.272,00	0,45	1.049.428,00	349.440,66	349.440,66	0,79	1.173.259,34	
Demais Subfunções	1.442.300,00	1.442.300,00	55.082,30	55.082,30	0,05	1.387.217,70	31.029,01	31.029,01	0,07	1.411.270,99	
AGRICULTURA	725.000,00	725.000,00	46.693,00	46.693,00	0,04	678.307,00	11.693,00	11.693,00	0,03	713.307,00	
Abastecimento	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00	
Extensão Rural	379.000,00	379.000,00	6.899,00	6.899,00	0,01	372.101,00	6.899,00	6.899,00	0,02	372.101,00	
Administração Geral	345.300,00	345.300,00	39.794,00	39.794,00	0,04	305.506,00	4.794,00	4.794,00	0,01	340.506,00	
Demais Subfunções	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	300,00	
COMÉRCIO E SERVIÇOS	389.000,00	389.000,00	26.547,79	26.547,79	0,03	362.452,21	23.747,79	23.747,79	0,05	365.252,21	
Turismo	389.000,00	389.000,00	26.547,79	26.547,79	0,03	362.452,21	23.747,79	23.747,79	0,05	365.252,21	
DESPORTO E LAZER	2.016.300,00	2.016.300,00	503.594,19	503.594,19	0,48	1.512.705,81	331.781,40	331.781,40	0,75	1.684.518,60	
Lazer	1.949.300,00	1.949.300,00	496.014,19	496.014,19	0,47	1.453.285,81	324.201,40	324.201,40	0,73	1.625.098,60	
Demais Subfunções	67.000,00	67.000,00	7.580,00	7.580,00	0,01	59.420,00	7.580,00	7.580,00	0,02	59.420,00	
ENCARGOS ESPECIAIS	28.178.400,00	28.178.400,00	24.322.000,00	24.322.000,00	23,28	3.856.400,00	4.813.930,24	4.813.930,24	10,91	23.364.469,76	
Serviço da Dívida Interna	21.199.000,00	21.199.000,00	21.150.000,00	21.150.000,00	20,24	49.000,00	4.244.288,14	4.244.288,14	9,62	16.954.711,86	
Outros Encargos Especiais	6.979.400,00	6.979.400,00	3.172.000,00	3.172.000,00	3,04	3.807.400,00	569.642,10	569.642,10	1,29	6.409.757,90	



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2023

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.180.800,00	3.180.800,00	0,00	0,00	0,00	3.180.800,00	0,00	0,00	0,00	3.180.800,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	24.000.850,00	24.000.850,00	3.206.773,38	3.206.773,38	3,07	20.794.076,62	3.206.773,37	3.206.773,37	7,27	20.794.076,63	
TOTAL (III) = (I + II)	370.600.000,00	370.600.000,00	107.687.425,43	107.687.425,43	103,07	262.912.574,57	47.338.850,38	47.338.850,38	107,27	323.261.149,62	

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/III b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	24.000.850,00	24.000.850,00	3.206.773,38	3.206.773,38	3,07	20.794.076,62	3.206.773,37	3.206.773,37	7,27	20.794.076,63	
JUDICIÁRIA	106.800,00	106.800,00	13.582,66	13.582,66	0,01	93.217,34	13.582,66	13.582,66	0,03	93.217,34	
Ação Judiciária	106.800,00	106.800,00	13.582,66	13.582,66	0,01	93.217,34	13.582,66	13.582,66	0,03	93.217,34	
ADMINISTRAÇÃO	795.300,00	795.300,00	108.156,29	108.156,29	0,10	687.143,71	108.156,28	108.156,28	0,25	687.143,72	
Administração Geral	727.300,00	727.300,00	100.006,36	100.006,36	0,10	627.293,64	100.006,35	100.006,35	0,23	627.293,65	
Administração Financeira	68.000,00	68.000,00	8.149,93	8.149,93	0,01	59.850,07	8.149,93	8.149,93	0,02	59.850,07	
SEGURANÇA PÚBLICA	2.082.600,00	2.082.600,00	256.242,64	256.242,64	0,25	1.826.357,36	256.242,64	256.242,64	0,58	1.826.357,36	
Policiamento	2.075.000,00	2.075.000,00	256.242,64	256.242,64	0,25	1.818.757,36	256.242,64	256.242,64	0,58	1.818.757,36	
Defesa Civil	7.600,00	7.600,00	0,00	0,00	0,00	7.600,00	0,00	0,00	0,00	7.600,00	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	633.050,00	633.050,00	70.729,97	70.729,97	0,07	562.320,03	70.729,97	70.729,97	0,16	562.320,03	
Assistência ao Idoso	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
Assistência ao Portador de Deficiência	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00	
Assistência Comunitária	632.900,00	632.900,00	70.729,97	70.729,97	0,07	562.170,03	70.729,97	70.729,97	0,16	562.170,03	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	
Previdência do Regime Estatutário	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	
SAÚDE	4.734.800,00	4.734.800,00	707.149,37	707.149,37	0,58	4.027.650,63	707.149,37	707.149,37	1,40	4.027.650,63	
Atenção Básica	2.832.000,00	2.832.000,00	460.384,12	460.384,12	0,44	2.371.615,88	460.384,12	460.384,12	1,04	2.371.615,88	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.186.100,00	1.186.100,00	154.949,83	154.949,83	0,15	1.031.150,17	154.949,83	154.949,83	0,35	1.031.150,17	
Vigilância Sanitária	232.000,00	232.000,00	29.933,36	29.933,36	0,03	202.066,64	29.933,36	29.933,36	0,07	202.066,64	
Vigilância Epidemiológica	63.700,00	63.700,00	5.108,96	5.108,96	0,00	58.591,04	5.108,96	5.108,96	0,01	58.591,04	
Administração Geral	421.000,00	421.000,00	56.773,10	56.773,10	0,05	364.226,90	56.773,10	56.773,10	0,13	364.226,90	
EDUCAÇÃO	14.112.300,00	14.112.300,00	1.920.108,65	1.920.108,65	1,84	12.192.191,35	1.920.108,65	1.920.108,65	4,35	12.192.191,35	
Ensino Fundamental	6.620.000,00	6.620.000,00	1.198.136,84	1.198.136,84	1,15	5.421.863,16	1.198.136,84	1.198.136,84	2,71	5.421.863,16	
Ensino Médio	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
Ensino Profissional	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
Educação Infantil	7.013.600,00	7.013.600,00	658.363,06	658.363,06	0,83	6.355.236,94	658.363,06	658.363,06	1,49	6.355.236,94	
Educação de Jovens e Adultos	37.000,00	37.000,00	0,00	0,00	0,00	37.000,00	0,00	0,00	0,00	37.000,00	
Educação Especial	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00	
Administração Geral	427.500,00	427.500,00	63.608,75	63.608,75	0,06	363.891,25	63.608,75	63.608,75	0,14	363.891,25	
CULTURA	104.100,00	104.100,00	8.040,92	8.040,92	0,01	96.059,08	8.040,92	8.040,92	0,02	96.059,08	
Diffusão Cultural	104.100,00	104.100,00	8.040,92	8.040,92	0,01	96.059,08	8.040,92	8.040,92	0,02	96.059,08	
URBANISMO	1.048.500,00	1.048.500,00	84.990,21	84.990,21	0,08	963.509,79	84.990,21	84.990,21	0,19	963.509,79	
Serviços Urbanos	71.500,00	71.500,00	6.513,50	6.513,50	0,01	64.986,50	6.513,50	6.513,50	0,01	64.986,50	
Administração Geral	977.000,00	977.000,00	78.476,71	78.476,71	0,08	898.523,29	78.476,71	78.476,71	0,18	898.523,29	
GESTÃO AMBIENTAL	125.400,00	125.400,00	21.470,63	21.470,63	0,02	103.929,37	21.470,63	21.470,63	0,05	103.929,37	
Administração Geral	125.400,00	125.400,00	21.470,63	21.470,63	0,02	103.929,37	21.470,63	21.470,63	0,05	103.929,37	
AGRICULTURA	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	
Administração Geral	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	
COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
Turismo	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
DESPORTO E LAZER	125.000,00	125.000,00	16.302,04	16.302,04	0,02	108.697,96	16.302,04	16.302,04	0,04	108.697,96	
Lazer	125.000,00	125.000,00	16.302,04	16.302,04	0,02	108.697,96	16.302,04	16.302,04	0,04	108.697,96	

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: MARÇO 2022 a FEVEREIRO 2023

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)													Em Reais	
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL	PREVISÃO ATUALIZADA
	MAR/2022	ABR/2022	MAI/2022	JUN/2022	JUL/2022	AGO/2022	SET/2022	OUT/2022	NOV/2022	DEZ/2022	JAN/2023	FEV/2023		
RECEITAS CORRENTES (I)	39.088.440,86	25.264.633,81	31.672.699,08	27.842.999,14	39.822.575,06	28.741.354,51	26.865.632,39	29.594.588,64	27.718.105,76	41.501.855,79	29.434.789,61	26.354.793,06	373.902.467,71	350.800.400,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	11.366.791,87	4.843.704,30	3.831.878,72	5.149.232,27	5.446.678,24	4.393.959,98	5.984.035,21	4.977.052,04	5.059.682,03	7.349.465,09	1.967.399,74	2.344.056,33	62.713.935,82	67.566.000,00
IPTU	7.819.960,10	1.395.177,68	1.379.206,60	1.456.299,77	1.555.657,86	1.776.838,07	1.523.657,38	1.582.958,52	1.309.204,73	1.596.585,87	379.907,58	713.006,00	22.488.460,16	29.000.000,00
ISS	2.062.551,64	2.402.603,75	1.184.265,34	2.197.985,98	2.580.704,55	1.272.349,84	3.143.283,18	1.936.695,90	2.036.698,71	4.803.769,92	341.730,91	73.416,18	24.036.055,90	22.000.000,00
ITBI	501.236,86	285.769,41	378.727,95	525.524,19	493.930,90	374.873,73	386.769,78	612.341,34	390.322,56	74.261,25	499.715,99	585.482,27	5.108.956,23	6.500.000,00
IRRF	413.100,50	426.671,18	477.496,04	543.493,53	408.511,99	602.614,24	534.452,33	495.957,81	1.035.255,49	732.117,53	560.913,48	698.769,99	6.929.354,21	5.800.000,00
Outras Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	569.942,77	333.482,28	412.182,79	425.928,80	407.872,94	367.284,10	395.872,54	349.098,37	288.200,54	142.730,52	185.131,78	273.381,89	4.151.109,32	4.266.000,00
Contribuições	666.894,08	1.427.321,15	717.459,93	1.448.113,18	4.000.951,08	1.381.741,27	1.402.228,61	1.388.514,92	1.367.904,74	2.847.084,13	1.019.828,05	1.516.039,51	19.184.080,85	7.793.000,00
Receita Patrimonial	2.972.239,04	1.815.002,97	2.585.409,86	1.389.204,05	1.489.504,60	3.102.509,44	2.112.712,49	3.371.948,03	1.818.860,90	2.474.407,06	2.552.572,21	3.236.178,25	29.820.765,24	2.327.500,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	2.969.999,19	1.800.106,97	2.579.731,81	1.276.732,07	1.478.753,94	3.096.547,23	2.106.440,14	3.266.269,29	1.812.865,82	3.458.902,56	2.543.579,90	3.229.968,91	29.817.897,83	2.273.500,00
Outras Receitas Patrimoniais	2.239,85	14.896,00	5.898,05	12.471,98	10.750,66	5.958,21	6.272,29	5.679,14	5.994,98	17.504,30	8.992,31	6.209,34	102.867,31	54.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	23.993.394,95	17.111.036,73	24.496.094,46	19.769.933,40	28.770.719,23	19.435.443,56	17.278.769,92	19.843.177,15	19.300.400,07	27.441.126,88	22.215.691,91	17.693.183,21	257.348.971,47	272.232.900,00
Cota-Parte do FPM	3.625.980,68	4.298.071,07	4.781.175,16	4.473.701,75	6.021.321,09	4.374.815,38	4.029.141,66	3.833.591,99	4.818.127,29	7.486.403,67	4.857.954,76	6.476.249,27	59.076.533,87	71.300.000,00
Cota-Parte do ICMS	6.044.305,74	5.935.920,08	7.372.234,12	5.434.469,63	6.292.809,89	7.449.683,93	5.560.854,98	5.929.983,81	6.264.274,63	6.176.934,43	6.807.719,69	5.055.895,27	76.324.148,10	88.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	1.655.960,74	160.370,21	2.004.125,52	1.374.679,65	571.055,03	443.811,96	852.129,63	409.668,63	26.863,01	1.912.290,05	0,00	0,00	9.410.755,23	13.500.000,00
Cota-Parte do ITR	263,74	28,34	1.061,27	267,77	502,75	1.181,28	144.330,32	7.133,35	6.204,44	5.325,49	9.804,67	227.644,74	60.000,00	60.000,00
Transferências da LC 61/1989	46.257,73	42.059,43	28.933,33	33.182,39	36.338,33	25.332,00	38.314,41	41.108,89	28.589,32	36.931,24	36.419,24	27.517,40	420.983,71	700.000,00
Transferencia do FUNDEB	7.003.292,10	5.280.687,19	6.554.355,96	4.842.252,05	5.245.706,60	6.198.002,56	4.686.543,49	5.322.620,01	5.452.302,83	6.645.227,39	8.259.172,33	4.753.384,99	70.243.547,30	71.000.000,00
Outras Transferências Correntes	3.617.254,22	1.394.100,41	3.754.209,10	3.611.380,16	10.603.105,54	942.614,25	2.070.344,53	4.152.673,30	2.703.109,84	5.177.135,06	2.249.100,40	1.370.331,61	41.645.358,42	27.672.900,00
Outras Receitas Correntes	89.120,92	67.568,66	41.636,11	86.316,24	114.721,91	427.704,26	87.886,22	113.896,10	71.258,02	389.772,63	1.676.771,89	1.565.197,63	4.734.050,59	881.000,00
DEBITOS (II)	5.471.694,96	4.514.623,59	4.708.687,33	3.935.011,13	6.820.096,25	5.307.960,31	4.771.480,54	5.645.790,29	3.861.390,18	7.322.122,73	5.213.830,78	5.461.484,08	63.842.314,17	49.600.000,00
Contrib para o Plano de Previdência do Servidor	2.877,95	626.511,60	4.704,76	4.704,76	3.315.507,16	735.217,81	738.245,84	736.651,41	737.946,37	2.185.862,43	305.479,37	799.824,40	10.865.971,90	8.948.000,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	26.686,89	26.686,89	26.686,89	26.686,89	23.821,86	25.691,07	24.141,83	25.120,80	52.231,17	25.120,80	25.120,80	333.686,96	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	2.767.560,45	1.768.121,39	1.831.769,85	968.669,96	1.333.295,16	2.088.076,11	1.982.322,74	2.811.106,33	812.900,40	2.340.956,00	2.540.746,85	2.342.645,61	23.588.190,87	7.000.000,00
Ondação de Receita para Formação do FUNDEB	2.674.569,07	2.087.303,71	2.837.505,83	2.265.310,46	2.147.472,07	2.458.965,32	2.025.433,80	2.074.030,72	2.285.422,81	2.743.073,13	2.341.483,76	2.313.893,27	28.254.464,44	35.652.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)	33.616.745,90	20.750.010,22	26.972.011,75	23.907.989,01	33.002.478,81	23.433.404,20	22.093.938,85	23.948.858,35	23.856.715,58	34.179.733,06	24.220.958,83	20.873.308,98	310.860.153,54	301.200.400,00
(I) - Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166, § 1º, da CF)	1.555.096,00	0,00	0,00	2.450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.005.096,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (IV) = (III) - (I)	32.061.649,90	20.750.010,22	26.972.011,75	21.457.989,01	33.002.478,81	23.433.404,20	22.093.938,85	23.948.858,35	23.856.715,58	34.179.733,06	24.220.958,83	20.873.308,98	306.855.057,54	301.200.400,00
(I) - Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (art. 108, § 11º, da CF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (IV) - (I)	32.061.649,90	20.750.010,22	26.972.011,75	21.457.989,01	33.002.478,81	23.433.404,20	22.093.938,85	23.948.858,35	23.856.715,58	34.179.733,06	24.220.958,83	20.873.308,98	306.855.057,54	301.200.400,00



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: MARÇO 2022 a FEVEREIRO 2023

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiute do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E DAS RECEITAS E DESPESAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES E INATIVOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2023

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00		0,00		
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00		0,00		
Ativo	0,00		0,00		
Inativo	0,00		0,00		
Pensionista	0,00		0,00		
Receita de Contribuições Patronais	0,00		0,00		
Ativo	0,00		0,00		
Inativo	0,00		0,00		
Pensionista	0,00		0,00		
Receita Patrimonial	0,00		0,00		
Receitas Imobiliárias	0,00		0,00		
Receitas de Valores Mobiliários	0,00		0,00		
Outras Receitas Patrimoniais	0,00		0,00		
Receita de Serviços	0,00		0,00		
Outras Receitas Correntes	0,00		0,00		
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00		0,00		
Aportes Periódicos Amortização Déficit Atuarial RPPS (II)	0,00		0,00		
Demais Receitas Correntes	0,00		0,00		
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00		0,00		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00		0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IV) = (I+III-II)	0,00		0,00		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES VALOR				0,00	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS VALOR				0,00	
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS				APORTES REALIZADOS	
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar				0,00	
Plano de Amortização - Aporte Periódico Valores Predefinidos				0,00	
Outros Aportes para o RPPS				0,00	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro				0,00	
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)				SALDO ATUAL	
Caixa e Equivalentes de Caixa				5.754,19	
Investimentos e Aplicações				135.645.763,13	
Outros Bens e Direitos				93.023.070,34	



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E DAS RECEITAS E DESPESAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES E INATIVOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2023

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00		0,00		
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00		0,00		
Ativo	0,00		0,00		
Inativo	0,00		0,00		
Pensionista	0,00		0,00		
Receita de Contribuições Patronais	0,00		0,00		
Ativo	0,00		0,00		
Inativo	0,00		0,00		
Pensionista	0,00		0,00		
Receita Patrimonial	0,00		0,00		
Receitas Imobiliárias	0,00		0,00		
Receitas de Valores Mobiliários	0,00		0,00		
Outras Receitas Patrimoniais	0,00		0,00		
Receita de Serviços	0,00		0,00		
Outras Receitas Correntes	0,00		0,00		
Compensação Financeira entre os regimes	0,00		0,00		
Demais Receitas Correntes	0,00		0,00		
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00		0,00		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00		0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)	0,00		0,00		

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS			APORTES REALIZADOS	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras				0,00
Recursos para Formação de Reserva				0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)			SALDO ATUAL	
Caixa e Equivalentes de Caixa				0,00
Investimentos e Aplicações				0,00
Outros Bens e Direitos				0,00



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E DAS RECEITAS E DESPESAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES E INATIVOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2023

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS						
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
Receitas Correntes		53.265.000,00		12.131.894,23		
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)		53.265.000,00		12.131.894,23		
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS		DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Despesas Correntes (XIII)		0,00	2.636.144,96	2.564.086,97	2.564.086,97	0,00
Pessoal e Encargos Sociais		0,00	2.546.837,79	2.546.837,79	2.546.837,79	0,00
Demais Despesas Correntes		0,00	89.307,17	17.249,18	17.249,18	0,00
Despesas de Capital (XIV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)		0,00	2.636.144,96	2.564.086,97	2.564.086,97	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)		53.265.000,00	9.495.749,27	9.567.807,26	9.567.807,26	0,00
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS				SALDO ATUAL		
Caixa e Equivalentes de Caixa				0,00		
Investimentos e Aplicações				0,00		
Outros Bens e Direitos				0,00		
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO						
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
Contribuições dos Servidores		0,00		0,00		
Demais Receitas Previdenciárias		0,00		0,00		
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVII)		0,00		0,00		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)	
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO (XIX) = (XVII - XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiate do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2023

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

Em reais

ACIMA DA LINHA			
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2023	
		RECEITAS REALIZADAS (a)	
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	333.396.400,00	51.134.205,64	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	67.566.000,00	4.311.456,07	
IPTU	29.000.000,00	1.092.913,58	
ISS	22.000.000,00	415.147,09	
ITBI	6.500.000,00	1.085.198,26	
IRRF	5.800.000,00	1.259.683,47	
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.266.000,00	458.513,67	
Contribuições	16.741.000,00	2.535.867,56	
Receita Patrimonial	9.327.500,00	5.788.750,46	
Aplicações Financeiras (II)	9.273.500,00	5.773.548,81	
Outras Receitas Patrimoniais	54.000,00	15.201,65	
Transferências Correntes	238.580.900,00	35.253.498,09	
Cota-Parte do FPM	58.100.000,00	9.067.363,27	
Cota-Parte do ICMS	70.400.000,00	9.490.892,04	
Cota-Parte do IPVA	10.800.000,00	0,00	
Cota-Parte do ITR	48.000,00	12.104,14	
Transferências da LC nº 61/1989	560.000,00	51.149,31	
Transferências do FUNDEB	71.000.000,00	13.012.557,32	
Outras Transferências Correntes	27.672.900,00	3.619.432,01	
Demais Receitas Correntes	1.181.000,00	3.244.633,46	
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	
Receitas Correntes Restantes	1.181.000,00	3.244.633,46	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = (I - (II + III))	324.122.900,00	45.360.656,83	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00	
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	186.600,00	0,00	
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00	
Alienação de Bens	4.500,00	0,00	
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00	
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00	
Outras Alienações de Bens	4.500,00	0,00	
Transferências de Capital	182.100,00	0,00	
Convênios	0,00	0,00	
Outras Transferências de Capital	182.100,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = (VII - (VIII + IX + X + XI + XII + XIII))	186.600,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00	
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	324.309.500,00	45.360.656,83	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	324.309.500,00	45.360.656,83	

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2023					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	R. PAGAR PROC. PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	314.017.100,00	83.210.189,88	39.584.724,29	37.171.209,20	1.269.290,39	2.920.462,33	1.257.427,25
Pessoal e Encargos Sociais	164.160.350,00	20.855.420,62	19.834.292,74	19.473.033,15	856.935,35	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	250.000,00	210.000,00	27.397,59	27.397,59	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	149.606.750,00	62.144.769,26	19.723.033,96	17.670.778,46	412.355,04	2.920.462,33	1.257.427,25
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	313.767.100,00	83.000.189,88	39.557.326,70	37.143.811,61	1.269.290,39	2.920.462,33	1.257.427,25
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	29.401.250,00	21.270.462,17	4.547.352,72	4.542.243,72	0,00	520.443,22	509.533,48
Investimentos	8.453.250,00	330.462,17	330.462,17	325.353,17	0,00	520.443,22	509.533,48
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	20.948.000,00	20.940.000,00	4.216.890,55	4.216.890,55	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = (XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII))	8.453.250,00	330.462,17	330.462,17	325.353,17	0,00	520.443,22	509.533,48
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	3.180.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Metabit Sistemas para Gestao Publica

Página: 1/2 - sdafr.sdw



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2023

DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXXI)	325.401.150,00	83.330.652,05	39.887.788,87	37.469.164,78	1.269.290,39	3.440.905,55
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	325.401.150,00	83.330.652,05	39.887.788,87	37.469.164,78	1.269.290,39	3.440.905,55
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - ACIMA DA LINHA (XXXIV) = (XVIIA - (XXXIIIA + XXXIIB + XXXIIC))						4.855.240,93
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - ACIMA DA LINHA (XXXV) = (XVIIA - (XXXIIIA + XXXIIB + XXXIIC))						4.855.240,93
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO				VALOR CORRENTE		
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência				0,00		
JUROS NOMINAIS				Até o Bimestre/2023		
				VALOR INCORRIDO		
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)				890.156,35		
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)				27.397,59		
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - ACIMA DA LINHA (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)				5.717.999,69		
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL				VALOR CORRENTE		
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência				0,00		
ABAIXO DA LINHA						
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL				SALDO		
				em 31/Dez/2022		Até o 2023
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)				68.798.943,57		126.875.617,28
DEDUÇÕES (XL)				45.790.944,81		45.666.847,98
Disponibilidade de Caixa				43.454.331,89		42.772.507,41
Disponibilidade de Caixa Bruta				57.255.489,01		59.678.410,86
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)				13.801.157,12		14.000.199,05
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados				0,00		2.905.704,40
Demais Haveres Financeiros				2.336.612,92		2.894.340,57
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)				23.007.998,76		81.208.769,30
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)				-58.200.770,54		
AJUSTE METODOLÓGICO				Até o bimestre / 2023		
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIa - XLIb)				-199.041,93		
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)				0,00		
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)				0,00		
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)				0,00		
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)				0,00		
OUTROS AJUSTES (XLIX)				0,00		
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = (XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX))				-58.399.812,47		
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)				-59.262.571,23		
INFORMAÇÕES ADICIONAIS				PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS				0,00		
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais				0,00		
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				2.500.000,00		

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiate do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2023

RREO - ANEXO 8 (Portaria STN nº 274/2016, art. 11, II, b)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
1 - RECEITAS DE IMPOSTOS		63.300.000,00	3.852.942,40		
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU		29.000.000,00	1.092.913,58		
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI		6.500.000,00	1.085.198,26		
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		22.000.000,00	415.147,09		
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		5.800.000,00	1.259.683,47		
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS		139.908.000,00	23.276.885,79		
2.1 - Cota-Parte FPM		58.100.000,00	11.334.204,03		
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b		52.800.000,00	11.334.204,03		
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e e		5.300.000,00	0,00		
2.2 - Cota-Parte ICMS		70.400.000,00	11.863.614,96		
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação		560.000,00	63.936,64		
2.4 - Cota-Parte ITR		48.000,00	15.130,16		
2.5 - Cota-Parte IPVA		10.800.000,00	0,00		
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro		0,00	0,00		
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		0,00	0,00		
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)		203.208.000,00	27.129.828,19		
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5))		33.652.000,00	4.655.377,03		
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO EM MDE ALEM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1)+(2.2)+(2.3)+(2.4)+(2.5)) + 25% DE ((1.1)+(1.2)+(1.3)+(1.4)+(2.1.2)+(2.6)+(2.7))		23.880.400,00	2.127.079,89		

FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	71.600.000,00	13.884.665,19
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	71.600.000,00	13.884.665,19
6.1.1 - Principal	71.000.000,00	13.012.557,32
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	600.000,00	872.107,87
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)¹	37.348.000,00	8.357.180,29

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	4.923.983,49
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	4.923.983,49
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	18.808.648,68

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)⁶	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	61.852.100,00	8.262.302,24	8.230.205,71	7.434.644,03	32.096,53
10.1 - Educação Infantil	23.332.300,00	1.985.459,77	1.985.459,77	1.792.490,66	0,00
10.1.1 - Creche	0,00	1.936.114,48	1.936.114,48	1.743.145,37	0,00
10.1.2 - Pré-escola	23.332.300,00	49.345,29	49.345,29	49.345,29	0,00
10.2 - Ensino Fundamental	38.519.800,00	6.276.842,47	6.244.745,94	5.642.153,37	32.096,53
11 - OUTRAS DESPESAS	22.119.900,00	3.538.974,70	2.033.061,46	1.569.424,70	1.505.913,24
11.1 - Educação Infantil	5.597.200,00	1.791.049,70	619.549,70	517.349,70	1.171.500,00
11.1.1 - Creche	0,00	1.020.594,21	403.594,21	304.194,21	617.000,00
11.1.2 - Pré-escola	5.597.200,00	770.455,49	215.955,49	213.155,49	554.500,00
11.2 - Ensino Fundamental	16.522.700,00	1.747.925,00	1.413.511,76	1.052.075,00	334.413,24
12 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (10 + 11)	83.972.000,00	11.801.276,94	10.263.267,17	9.004.068,73	1.538.009,77



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2023

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)7	
13 - Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	8.262.302,24	8.230.205,71	7.434.644,03	32.096,53	0,00	
14 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	11.801.276,94	10.263.267,17	9.004.068,73	1.538.009,77	0,00	
15 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
16 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
17 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
18 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INDICADORES - Art. 212-A, Inciso XI e § 3º - Constituição Federal²						
19 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	9.719.265,63	8.230.205,71	8.230.205,71	0,00	59,27	
20 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
21 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)³						
22 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	1.388.466,52	3.621.398,02	3.621.398,02	3.621.398,02	26,08	
INDICADOR - Art. 25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)³						
23 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	6.965.193,83	4.923.983,49	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	6.965.193,83	4.923.983,49	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	
24 - EDUCAÇÃO INFANTIL	7.772.500,00	4.191.143,09	2.440.605,47	1.995.657,55	1.750.537,62	
24.1 - Creche	0,00	2.116.427,70	1.413.575,50	1.118.497,00	702.852,20	
24.2 - Pré-escola	7.772.500,00	2.074.715,39	1.027.029,97	877.160,55	1.047.685,42	
25 - ENSINO FUNDAMENTAL	14.621.000,00	5.082.813,40	1.480.886,14	1.263.866,61	3.601.927,26	
26 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (24 + 25)	22.393.500,00	9.273.956,49	3.921.491,61	3.259.524,16	5.352.464,88	
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					VALOR	
27 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS (FUNDEB E RECEITA DE IMPOSTOS) = (L14(d ou e) + L26(d ou e) + L23.1(t))					14.184.758,78	
28 - (-) RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (L7)					8.357.180,29	
29 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB IMPOSTOS⁴ = (L14h)					0,00	
30 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
31 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L34.1 (ac) + L34.2(ac))					0,00	
32 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (27 - (28 + 29 + 30 + 31))					5.827.578,49	
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5			VALOR EXIGIDO (x)	VALOR APLICADO (w)	% APLICADO (y)	
33 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS			6.782.457,05	5.827.578,49	21,48	
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS E DO FUNDEB						
	SALDO INICIAL (z)	RP LIQUIDADOS (aa)	RP PAGOS (ab)	RP CANCELADOS (ac)	SALDO FINAL (ad) = (z)-(ab)-(ac)	
34 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	5.338.288,71	42.643,19	594.608,02	0,00	4.743.680,69	
34.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	4.837.604,48	42.643,19	96.877,34	0,00	4.740.727,14	
34.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	500.684,23	0,00	497.730,68	0,00	2.953,55	
34.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2023

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
35 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	12.082.000,00	2.394.343,82
35.1 - Salário-Educação	10.350.000,00	2.288.372,42
35.2 - PDDE	0,00	0,00
35.3 - PNAE	1.450.000,00	105.971,40
35.4 - PNATE	80.000,00	0,00
35.5 - Outras Transferências do FNDE	202.000,00	0,00
36 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.291.200,00	10.708,98
37 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	300.000,00	28.523,35
38 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
39 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00
40 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO = (35 + 36 + 37 + 38 + 39)	15.673.200,00	2.433.576,15

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
41 - EDUCAÇÃO INFANTIL	1.734.000,00	1.417.837,42	85.323,51	49.446,77	1.332.513,91
41.1 - Creche	0,00	709.839,61	55.685,25	35.365,65	654.154,36
41.2 - Pré-escola	1.734.000,00	707.997,81	29.638,26	14.081,12	678.359,55
42 - ENSINO FUNDAMENTAL	13.727.500,00	4.316.463,86	649.250,70	608.920,58	3.667.213,16
43 - ENSINO MÉDIO	2.741.500,00	2.536.950,53	129.950,71	129.950,71	2.406.999,82
44 - ENSINO SUPERIOR	785.000,00	105.987,30	100.987,30	4.947,30	5.000,00
45 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	590.000,00	305.453,54	39.075,59	0,00	266.377,95
46 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (41 + 42 + 43 + 44 + 45)	19.578.000,00	8.682.692,65	1.004.587,81	793.265,36	7.678.104,84

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
47 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (12 + 26 + 46)	121.014.700,00	30.835.245,12	15.462.510,38	13.256.423,98	15.372.734,74
47.1 - Despesas Correntes	118.725.800,00	30.557.903,95	15.185.169,21	12.979.082,81	15.372.734,74
47.1.1 - Pessoal Ativo	79.421.500,00	10.696.776,59	10.661.166,82	9.623.369,46	35.609,77
47.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47.1.4 - Outras Despesas Correntes	39.304.300,00	19.861.127,36	4.524.002,39	3.355.713,35	15.337.124,97
47.2 - Despesas de Capital	2.288.900,00	277.341,17	277.341,17	277.341,17	0,00
47.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47.2.2 - Outras Despesas Correntes	2.288.900,00	277.341,17	277.341,17	277.341,17	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ae)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (af)
48 - Disponibilidade Financeira em 31 de Dezembro de 2022	5.424.116,40	0,00
49 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	13.884.665,19	2.288.372,42
50 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	9.501.799,41	407.964,18
51 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	9.806.982,18	1.880.408,24
52 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
53 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
54 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	9.806.982,18	1.880.408,24

Nota Explicativa:

- 1 - SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (7) MAIOR QUE 0 = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB, SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (7) 0 = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB.
- 2 - Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
- 3 - Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional. utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.
- 4 - Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- 5 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
- 6 - As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.
- 7 - Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não deve ser considerado na apuração dos indicadores e limites.
- 8 - Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Layout do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

SANDRA REGINA CRUZ FERNANDES BRUZON
Secretária de Educação

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL (REGRA DE OURO)
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2023

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	29.401.250,00	21.270.462,17	8.130.787,83
Investimentos	8.453.250,00	330.462,17	8.122.787,83
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	20.948.000,00	20.940.000,00	8.000,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	29.401.250,00	21.270.462,17	8.130.787,83
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	29.401.250,00	21.270.462,17	8.130.787,83

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leitura do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2023

RREO - ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

R\$1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre	% (b/a) x 100
RECEITAS DE IMPOSTOS (I)	63.300.000,00	63.300.000,00	3.852.942,40	6,08
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	29.000.000,00	29.000.000,00	1.092.913,58	3,76
IPTU	21.850.000,00	21.850.000,00	313.326,58	1,43
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	7.150.000,00	7.150.000,00	779.587,00	10,90
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	6.500.000,00	6.500.000,00	1.085.198,26	16,69
ITBI	6.480.000,00	6.480.000,00	1.083.026,47	16,71
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	20.000,00	20.000,00	2.171,79	10,85
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	22.000.000,00	22.000.000,00	415.147,09	1,88
ISS	21.650.000,00	21.650.000,00	305.502,07	1,41
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	350.000,00	350.000,00	109.645,02	31,32
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	5.800.000,00	5.800.000,00	1.259.683,47	21,71
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	168.260.000,00	168.260.000,00	23.276.885,79	13,83
Cota-Parte FPM	66.000.000,00	66.000.000,00	11.334.204,03	17,17
Cota-Parte ITR	60.000,00	60.000,00	15.130,16	25,21
Cota-Parte IPVA	13.500.000,00	13.500.000,00	0,00	0,00
Cota-Parte ICMS	88.000.000,00	88.000.000,00	11.863.614,96	13,48
Cota-Parte IPI-Exportação	700.000,00	700.000,00	63.936,64	9,13
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS - LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) =	231.560.000,00	231.560.000,00	27.129.828,19	11,71

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados
			Até o Bimestre	% (d/c) x 100	Até o bimestre	% (e/c) x 100	Até o bimestre	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	15.969.600,00	15.969.600,00	2.491.523,58	15,60	2.277.542,86	14,26	1.982.594,22	12,41	213.980,72
Despesas Correntes	15.969.600,00	15.969.600,00	2.491.523,58	15,60	2.277.542,86	14,26	1.982.594,22	12,41	213.980,72
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	15.109.600,00	15.109.600,00	5.623.510,15	37,21	2.320.281,84	15,35	2.196.240,52	14,53	3.303.228,31
Despesas Correntes	15.109.500,00	15.109.500,00	5.623.510,15	37,21	2.320.281,84	15,35	2.196.240,52	14,53	3.303.228,31
Despesas de Capital	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	1.484.000,00	1.484.000,00	223.428,93	15,05	223.428,93	15,05	197.132,39	13,28	0,00
Despesas Correntes	1.484.000,00	1.484.000,00	223.428,93	15,05	223.428,93	15,05	197.132,39	13,28	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	35.000,00	35.000,00	9.410,51	26,88	9.410,51	26,88	9.410,51	26,88	0,00
Despesas Correntes	35.000,00	35.000,00	9.410,51	26,88	9.410,51	26,88	9.410,51	26,88	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	21.710.600,00	21.710.350,00	15.485.909,39	71,32	5.622.676,06	25,89	5.465.409,14	25,17	9.863.233,33
Despesas Correntes	21.579.800,00	21.579.550,00	15.480.800,39	71,73	5.617.567,06	26,03	5.465.409,14	25,32	9.863.233,33
Despesas de Capital	130.800,00	130.800,00	5.109,00	3,90	5.109,00	3,90	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	54.608.800,00	54.608.550,00	23.833.782,56	43,64	10.453.340,20	19,14	9.850.786,78	18,03	13.380.442,36

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	23.833.782,56	10.453.340,20	9.850.786,78
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPs em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	23.833.782,56	10.453.340,20	9.850.786,78
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPs (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	4.069.474,23	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	6.383.865,97	6.383.865,97	6.383.865,97
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orçânica Municipal)	87,85	38,53	36,30

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (I) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo final = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2022 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2023

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m)	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente e no Exercício sem Disponibilidade e Financeira	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q))	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados
Empenhos de 2023	4.069.474,23	23.833.782,56	19.764.308,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.764.308,33
Empenhos de 2022	30.214.002,72	53.557.600,33	23.343.597,61	320.119,80	0,00	0,00	169.217,10	150.902,70	0,00	23.343.597,61
Empenhos de 2021	25.979.301,83	42.667.050,73	16.687.748,90	994.316,27	0,00	0,00	660.998,63	243.542,94	89.774,70	16.597.974,20
Empenhos de 2020	21.248.497,89	34.764.520,54	13.516.022,65	1.871.285,49	0,00	0,00	1.654.241,06	209.103,84	7.940,59	13.508.082,06
Empenhos de 2019	20.368.313,31	33.769.331,91	13.401.018,60	2.744.094,25	0,00	0,00	2.628.954,84	54.669,22	60.470,19	13.340.548,41
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)										0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24º 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência		Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	9.417.600,00	9.417.600,00	881.927,57	9,36
Proveniente da União	8.881.400,00	8.881.400,00	881.927,57	9,93
Proveniente dos Estados	536.200,00	536.200,00	0,00	0,00
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	9.417.600,00	9.417.600,00	881.927,57	9,36

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre	% (d/c) x 100	Até o bimestre	% (e/c) x 100	Até o bimestre	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	6.107.100,00	6.107.100,00	601.619,55	9,85	600.498,77	9,83	549.150,40	8,99	1.120,78
Despesas Correntes	5.920.200,00	5.920.200,00	601.619,55	10,16	600.498,77	10,14	549.150,40	9,27	1.120,78
Despesas de Capital	186.900,00	186.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	2.775.200,00	2.775.200,00	2.380.000,00	85,75	400.000,00	14,41	400.000,00	14,41	1.980.000,00
Despesas Correntes	2.775.000,00	2.775.000,00	2.380.000,00	85,76	400.000,00	14,41	400.000,00	14,41	1.980.000,00
Despesas de Capital	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	261.000,00	261.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	261.000,00	261.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	446.000,00	446.000,00	462,50	0,10	462,50	0,10	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	446.000,00	446.000,00	462,50	0,10	462,50	0,10	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	190.300,00	190.300,00	55.449,89	29,13	55.449,89	29,13	50.340,93	26,45	0,00
Despesas Correntes	190.200,00	190.200,00	55.449,89	29,15	55.449,89	29,15	50.340,93	26,46	0,00
Despesas de Capital	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	186.100,00	186.350,00	344,00	0,18	344,00	0,18	344,00	0,18	0,00
Despesas Correntes	124.100,00	124.350,00	344,00	0,27	344,00	0,27	344,00	0,27	0,00
Despesas de Capital	62.000,00	62.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	9.965.700,00	9.965.950,00	3.037.875,94	30,48	1.056.755,16	10,60	999.835,33	10,03	1.981.120,78



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2023

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre	% (d/c) x 100	Até o bimestre	% (e/c) x 100	Até o bimestre	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	22.076.700,00	22.076.700,00	3.093.143,13	14,01	2.878.041,63	13,03	2.531.744,62	11,46	215.101,50
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	17.884.800,00	17.884.800,00	8.003.510,15	44,75	2.720.281,84	15,21	2.596.240,52	14,51	5.283.228,31
SUORTE PROFIÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	561.000,00	561.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	1.930.000,00	1.930.000,00	223.891,43	11,60	223.891,43	11,60	197.132,39	10,21	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	225.300,00	225.300,00	64.860,40	28,78	64.860,40	28,78	59.751,44	26,52	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	21.896.700,00	21.896.700,00	15.486.253,39	70,72	5.623.020,06	25,67	5.465.753,14	24,96	9.863.233,33
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	64.574.500,00	64.574.500,00	26.871.658,50	41,61	11.510.095,36	17,82	10.850.622,11	16,80	15.361.563,14
(*) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes	9.637.600,00	9.637.600,00	3.037.069,44	31,51	1.055.948,66	10,95	999.491,33	10,37	1.981.120,78
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	54.936.900,00	54.936.900,00	23.834.589,06	43,38	10.454.146,70	19,02	9.851.130,78	17,93	13.380.442,36

Nota Explicativa:

1. Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
2. Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).
3. Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leilante do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

ELIANE REGINA QUEIROZ PIAI
Secretária da Saúde

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: FEVEREIRO 2023

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre			
RECEITAS					
Previsão Inicial		370.600.000,00			
Previsão Atualizada		370.600.000,00			
Receitas Realizadas		57.218.017,99			
Déficit Orçamentário		0,00			
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		0,00			
DESPESAS					
Dotação Inicial		368.100.000,00			
Dotação Atualizada		368.100.000,00			
Despesas Empenhadas		107.687.425,43			
Despesas Liquidadas		47.338.850,38			
Despesas Pagas		43.479.886,32			
Superávit Orçamentário		9.879.167,61			
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre			
Despesas Empenhadas		107.687.425,43			
Despesas Liquidadas		47.338.850,38			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre			
Receita Corrente Líquida		310.860.153,54			
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		306.855.057,54			
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		306.855.057,54			
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO		0,00			
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00			
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00			
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00			
Despesas Previdenciárias Pagas		0,00			
Resultado Previdenciário		0,00			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO		0,00			
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00			
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00			
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00			
Despesas Previdenciárias Pagas		0,00			
Resultado Previdenciário		0,00			
RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (c)	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha		0,00	4.855.240,93	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha		0,00	-58.200.770,54	0,00	
RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		13.595.544,62	0,00	1.269.290,39	12.326.254,23
Poder Executivo		13.557.459,29	0,00	1.231.205,06	12.326.254,23
Poder Legislativo		38.085,33	0,00	38.085,33	0,00
Poder Judiciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		11.488.565,89	104.386,21	1.766.960,73	9.617.218,95
Poder Executivo		11.488.565,89	104.386,21	1.766.960,73	9.617.218,95
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		25.084.110,51	104.386,21	3.036.251,12	21.943.473,18
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		5.827.578,49	25,00	21,48	
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica		8.230.205,71	70,00	59,27	
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil		0,00	0,00	0,00	
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apurado no Exercício	Saldo não realizado		
Receitas de Operação de Crédito		0,00	0,00		
Despesa de Capital Líquida		21.270.462,17	8.130.787,83		



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: FEVEREIRO 2023

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar	
Receitas da Alienação de Ativos	0,00	4.500,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00	

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	10.453.340,20	15,00	38,53

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Taís Maciel Barreira Moreno
Contadora
CRC 1SP347278/O-2

ELIANA DONIZETE DA SILVA
Controle Interno
CPF 284.391.568-63

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Maio de 2023 | Ano III | Edição 699

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico do Município de Monte Mor

(Lei Municipal nº 2.630, de 14 de agosto de 2018 e regulamentada pelo Decreto nº 5073, de 12 de setembro de 2019)

é uma publicação da Prefeitura de Monte Mor. Site: www.montemor.sp.gov.br CONTEÚDO:

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade das secretarias e órgãos públicos emissores.

Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor.

Para informações sobre como contatar o órgão emissor, ligue para (19) 3879-9000.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO:

Edição, diagramação e Publicação Eletrônica.

E-mail: diario.oficial@montemor.sp.gov.br



Sumário

PODER EXECUTIVO	1
<i>DECRETOS</i>	1
<i>PORTARIAS</i>	4
<i>EDITAL</i>	6
EXTRATO	299



PODER EXECUTIVO

DECRETOS

DECRETO Nº 6066 DE 29 DE SETEMBRO DE 2023



DECRETO Nº 6066 de 29 de Setembro de 2023.

“Dispõe sobre aprovação de loteamento e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Artigo 1º – Ficam aprovados os planos de arruamento e loteamento denominado **“PARQUE SANTA MARGARIDA”**, de propriedade da **CAVAL 2 DESENVOLVIMENTO URBANO LTDA**”, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.355.781/0001-01, a ser implantado no imóvel objeto das matrículas nº 4.748 e 4.750 do Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor – SP, com área total de 630.863,86 m², conforme certificado GRAPROHAB nº 050/2022.

Artigo 2º – As construções deverão obedecer aos recuos mínimos estabelecidos no Código de Obras do Município

Artigo 3º – O proprietário deverá cumprir integralmente todas as exigências da Prefeitura Municipal descritas a seguir:

- a)** Promover a inscrição do loteamento no Registro Imobiliário na forma da legislação federal;
- b)** Solicitar junto ao oficial do RI a abertura de matrícula das áreas que no projeto constituem sistema de lazer, áreas verdes e áreas destinadas aos equipamentos urbanos e comunitários;
- c)** Executar os ramais de ligações domiciliares de água e esgoto para cada lote, exceto se as redes forem implantadas nas calçadas, mas tudo de conformidade com o projeto aprovado junto a Sabesp.
- d)** Construir dissipadores de energia nos sistemas de captação das águas pluviais nos pontos de lançamento a jusante para não causar danos ambientais, se estes estiverem previstos no projeto de drenagem constante do processo de aprovação.
- e)** Os lotes e áreas públicas no que se referir a sua topografia, aclives e declives com relação a via pública, serão configurados de conformidade com o projeto de Terraplanagem constante do processo de loteamento;
- f)** Não será permitida a construção nos lotes sem que todas as obras e exigências contidas no Decreto de aprovação forem cumpridas pelo loteador, vistoriadas nos prazos estabelecidos pela legislação federal e atestadas pela municipalidade, na totalidade do loteamento, ou nas etapas de execução que eventualmente forem terminadas.
- g)** Executar a recuperação e recomposição das áreas de preservação permanente com o plantio de mudas e vegetação nativa;
- h)** Sinalizar o sistema viário e os acessos (horizontal e vertical) de acordo com o projeto aprovado pelo Setor de Trânsito desta Municipalidade, e a normas do Código Nacional de Trânsito vigentes;
- i)** Executar a rede de energia elétrica e iluminação pública com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento de acordo com o projeto aprovado, para o seu normal e imediato

Rua Francisco Glicério, 399 - Centro - Monte Mor - SP - 13190-000 - PABX: (19) 3879-9000 - www.montemor.sp.gov.br
Estado de São Paulo - CNPJ 45.787.652/0001-56



funcionamento, de acordo com as normas da Cia. Paulista de Força e Luz;

j) Executar a rede de água e esgoto com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento, de acordo com o projeto aprovado, para o seu normal funcionamento, de acordo com as normas da Sabesp;

l) Executar as redes de galerias de águas pluviais, guias, sarjetas e pavimentação asfáltica de acordo com os projetos aprovados;

m) Executar a abertura de ruas, demarcação de lotes, áreas públicas e terraplanagem;

n) Cumprir integralmente as exigências contidas no certificado do GRAPROHAB nº050/2022.

o) Acompanhar a regularização do acesso do empreendimento, pela Rodovia SP 101, Km 16+344m, em nome do proprietário ou da municipalidade em processo que tramita junto à concessionária Rodovias do Tietê e Artesp e, em caso de aprovação, executar as obras do mencionado acesso segundo as normas estabelecidas no processo.

Artigo 4º – Após o cumprimento de todas as exigências a que alude o presente Decreto, bem como aquelas ditas pela Lei Complementar nº 044/2015 (dispõe sobre a revisão do parcelamento do solo), será expedido o devido Termo de Execução de Obras, podendo ser emitido termo de execução parcial da obra, desde que atendidas todas as exigências legais para a etapa concluída.

Artigo 5º - O não cumprimento de quaisquer das exigências estabelecidas no Artigo anterior, importará na notificação do loteador para solução de eventuais pendências, podendo a prefeitura, em caso de não atendimento, adotar as medidas judiciais cabíveis.

Artigo 6º – Os tributos incidentes sobre os lotes serão devidos a partir do exercício seguinte à expedição do Termo de Execução de Obras ou ultrapassados 48 (quarenta e oito) meses do Registro do Loteamento objeto desse decreto junto ao Oficial de Registro de Imóveis de Monte Mor, sendo de responsabilidade do loteador, até que o mesmo informe, através de documento hábil, e após o registro do loteamento no Registro Imobiliário, os nomes de seus compradores, respeitadas as isenções concedidas por Lei.

Artigo 7º – Fica autorizada a CAVAL 2 DESENVOLVIMENTO URBANO LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.355.781/0001-01, a proceder o fechamento do perímetro e o acesso controlado do LOTEAMENTO PARQUE SANTA MARGARIDA, conforme Lei Complementar 044, de 21 de dezembro de 2015, artigo 22, e projeto urbanístico aprovado pela municipalidade de Monte Mor/SP.

Artigo 8º – Para garantia da execução das obras de infraestrutura do loteamento, orçadas em R\$ 18.057.348,52 (dezoito milhões, cinquenta e sete mil, trezentos e quarenta e oito reais e cinquenta e dois centavos), fica caucionado ao Município de Monte Mor – SP, em primeira e especial hipoteca, o imóvel descrito e caracterizado na matrícula nº4.751 do Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor, conforme laudos de avaliação 01, 02 e 03 apresentados.

Artigo 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 29 de Setembro de 2023.



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, publicado no Diário Oficial do Município e afixado em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

Rua Francisco Glicério, 399 - Centro - Monte Mor - SP - 13190-000 - PABX: (19) 3879-9000 - www.montemor.sp.gov.br
Estado de São Paulo - CNPJ 45.787.652/0001-56

**PORTARIAS****PORTARIA Nº 7166 DE 29 DE SETEMBRO DE 2023****Portaria nº 7166 de 29 de setembro de 2023.*****“Dispõe sobre progressão de servidor público, conforme Lei Complementar nº12/2008”***

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO A Lei Complementar nº 12 de 24 de Março de 2.008, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Salários e Carreira dos Servidores Públicos Municipais de Monte Mor;

CONSIDERANDO Em especial o Artigo 81 da supramencionada Lei Complementar;

CONSIDERANDO O Decreto 4.944 de 01 de Outubro de 2.018, que regulamenta o Artigo 81, Parágrafo Segundo da Lei Complementar 12/2.008;

CONSIDERANDO O levantamento efetuado pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Monte Mor referente ao período (triênio) de cada servidor.

R E S O L V E:

ARTIGO 1º – Fica concedida a progressão superior dentro da mesma faixa de referência aos seguintes servidores:

<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Letras:</u>	<u>Referência:</u>
JESSICA GACHET DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	1	B-1-E
EDILMA DO AMARAL PINHA	ASSISTENTE DE FARMÁCIA	1	B-6-E
TANIA REGINA DOS SANTOS MORALES	ASSISTENTE DE FARMÁCIA	1	B-6-C
LUCIANA APARECIDA DO NASCIMENTO	AUXILIAR DE ENFERMAGEM - ESF	1	C
ELIANE DE OLIVEIRA SOARES CAMPOLINA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM - ESF	1	B
MARIA REGIANE DE OLIVEIRA LAVELHA	ENFERMEIRO - ESF	1	D
ELIENE APARECIDA VIEIRA FUNARO	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	1	B-3-D
TELMA LUCIA HIPOLITO DA COSTA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM - ESF	1	D
LUCIENE FRANCO DE ALMEIDA	ASSISTENTE SOCIAL	1	C-4-B
PALOMA PEREIRA FERREIRA DE ALMEIDA	RECEPCIONISTA	1	B-1-B
VILMA GOMES RIBEIRO	MERENDEIRA	1	A-1-D

Artigo 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 29 de setembro de 2023.



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787

EDITAL

EDITAL DE RETIFICAÇÃO 1 - CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2023



EDITAL DE RETIFICAÇÃO 1
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2023

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, Estado de São Paulo, por meio de sua Comissão de Concurso Público, RETIFICA o Edital do Concurso Público nº. 001/2023, do dia 14 de setembro de 2023, da seguinte forma:

ONDE SE LÊ:

QUADRO I – DOS CARGOS E DAS VAGAS

CARGOS PARA O NÍVEL DE ENSINO SUPERIOR COMPLETO

VALOR DE INSCRIÇÃO: R\$ 85,00

CÓD.	CARGO	VAGAS	HORAS/SEMANAL	SALÁRIO R\$	REQUISITOS BÁSICOS
33	CIRURGIÃO DENTISTA BUCO MAXILO FACIAL	01	20 horas	4.586,12	Curso de nível superior completo em Odontologia e registro com regularidade no CRO.
34	DENTISTA (CIRURGIÃO DENTISTA)	01	40 horas	6.662,76	Curso de nível superior completo em Odontologia, especialização em Buco-maxilo-faciais e registro com regularidade no CRO.
39	FISIOTERAPEUTA	02	40 horas	3.507,10	Curso de nível superior completo em Fisioterapia e registro com regularidade no CREFITO.

LEIA-SE:

QUADRO I – DOS CARGOS E DAS VAGAS

CARGOS PARA O NÍVEL DE ENSINO SUPERIOR COMPLETO

VALOR DE INSCRIÇÃO: R\$ 85,00

CÓD.	CARGO	VAGAS	HORAS/SEMANAL	SALÁRIO R\$	REQUISITOS BÁSICOS
33	CIRURGIÃO DENTISTA BUCO MAXILO FACIAL	01	20 horas	4.586,12	Curso de nível superior completo em Odontologia, especialização em Buco-maxilo-faciais e registro com regularidade no CRO.
34	DENTISTA (CIRURGIÃO DENTISTA)	01	40 horas	6.662,76	Curso de nível superior completo em Odontologia e registro com regularidade no CRO.
39	FISIOTERAPEUTA	02	30 horas	3.507,10	Curso de nível superior completo em Fisioterapia e registro com regularidade no CREFITO.

As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

Monte Mor, em 29 de setembro de 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR **CONVOCA** A POPULAÇÃO DE MONTE MOR PARA PARTICIPAR NO DIA 16 (**DEZESSEIS**) DE **OUTUBRO DE 2023, COM INÍCIO ÀS 09 (NOVE) HORAS**, NO AUDITÓRIO CENTRO CULTURAL JOAQUINZÃO, RUA **CAP. AUGUSTO STEFFEN, 57 – JARDIM PLANALTO, MONTE MOR/SP**, PARA A APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS OS QUAIS ATENDEM AO CONVITE Nº 06/2022 E TERMO DE CONTRATO Nº 98/2022 FIRMADO ENTRE A PROESPLAN ENGENHARIA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR, OBJETIVANDO O DEBATE AS DIVERSAS ALTERNATIVAS TÉCNICAS E OS POSSÍVEIS MODELOS DE GESTÃO DE SANEAMENTO RURAL, TENDO EM VISTA QUE OS MORADORES SERÃO SEMPRE AGENTES INDISPENSÁVEIS NA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DESSES SISTEMAS DE FORMA A FIXAR CRITÉRIOS, METODOLOGIA, ATIVIDADES E RESULTADOS A SEREM OBTIDOS COM O DESENVOLVIMENTO DO PLANO DIRETOR DE SANEAMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR.

MONTE MOR, 29 DE SETEMBRO DE 2023.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal de Monte Mor



PLANO DIRETOR DE SANEAMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR

PRODUTO 1

PLANO DE TRABALHO E FORMAÇÃO DE TRABALHO

TEXTO E DESENHOS

PROESPLAN
Engenharia

CTR 455

JANEIRO/2023 – REV-0



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787

PROESPLAN
Engenharia

APRESENTAÇÃO

CTR 455



PROESPLAN
Engenharia

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho atende ao **CONVITE Nº 06/2022 e TERMO DE CONTRATO Nº 98/2022** firmado entre a **PROESPLAN ENGENHARIA** e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR**, e tem por objetivo a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM OBJETIVO DE FIXAR CRITÉRIOS, METODOLOGIA, ATIVIDADES E RESULTADOS A SEREM OBTIDOS COM O DESENVOLVIMENTO DO PLANO DIRETOR DE SANEAMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR.**

O **Termo de Referência** relaciona todos os relatórios que compõem este trabalho, conforme abaixo:

PRODUTO 1 PLANO DE TRABALHO E FORMAÇÃO DE TRABALHO

PRODUTO 2 PLANO DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO JUNTO A COMUNIDADE RURAL

PRODUTO 3 LEVANTAMENTO DE DADOS E ESTIMATIVA POPULACIONAL DA ZONA RURAL

PRODUTO 4 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DO SANEAMENTO RURAL

VOLUME 1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

VOLUME 2 ESGOTAMENTO SANITÁRIO

VOLUME 3 DRENAGEM PLUVIAL

VOLUME 4 RESÍDUOS SÓLIDOS

PRODUTO 5 PROGNÓSTICO E ALTERNATIVAS PARA SOLUÇÕES DE MELHORIAS

VOLUME 1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

VOLUME 2 ESGOTAMENTO SANITÁRIO

VOLUME 3 DRENAGEM PLUVIAL

VOLUME 4 RESÍDUOS SÓLIDOS

PRODUTO 6 ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES NO HORIZONTE DE 20 ANOS

VOLUME 1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

VOLUME 2 ESGOTAMENTO SANITÁRIO

VOLUME 3 DRENAGEM PLUVIAL

VOLUME 4 RESÍDUOS SÓLIDOS

CTR 455



PROESPLAN
Engenharia

PRODUTO 7 ELABORAÇÃO DE MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DAS AÇÕES DO PLANO DE SANEAMENTO RURAL

PRODUTO 8 REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS / CONSULTA PÚBLICA / CONFERÊNCIA

PRODUTO 9 ELABORAÇÃO FINAL DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL



PROESPLAN
Engenharia

EQUIPE TÉCNICA

Coordenador Geral

Vitor Odilmar Morgato – Engenheiro Civil

Coordenação Técnica

Bruno Valentim Retrão – Esp. Infraestrutura do Saneamento Básico

Gerenciamento Técnico e Apoio

Ana Paula Frederico – Engenheira Ambiental

Consultor

Lucas Pereira Gardinali – Esp. Infraestrutura do Saneamento Básico



PROESPLAN
Engenharia

SUMÁRIO

1 – PLANO DE TRABALHO.....	1.1
1.1. CONTEXTO	1.1
1.2. O MUNICÍPIO DE MONTE MOR	1.2
1.3. ABRANGÊNCIA	1.3
1.4. METODOLOGIA.....	1.3
1.5. PRODUTO 1 - PLANO DE TRABALHO E FORMAÇÃO DE TRABALHO.....	1.4
1.5.1. FORMAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO	1.4
1.5.2. PRIMEIRA REUNIÃO DE ALINHAMENTO	1.5
1.6. PRODUTO 2 - PLANO DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO JUNTO À COMUNIDADE RURAL.....	1.6
1.7. PRODUTO 3 - LEVANTAMENTO DE DADOS E ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO	1.7
1.8. PRODUTO 4 - DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DO SANEAMENTO RURAL	1.8
1.8.1. DIAGNÓSTICO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA ÁREA RURAL	1.9
1.8.2. DIAGNÓSTICO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA ÁREA RURAL	1.10
1.8.3. DIAGNÓSTICO DO RESÍDUOS SÓLIDOS DA ÁREA RURAL.....	1.11
1.8.4. DIAGNÓSTICO DA DRENAGEM PLUVIAL EXISTENTES NAS COMUNIDADES RURAIS OU ISOLADAS.....	1.12
1.9. PRODUTO 5 - PROGNÓSTICO E ALTERNATIVAS PARA SOLUÇÕES DE MELHORIAS	1.12
1.9.1. PROGNÓSTICO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA ÁREA RURAL.....	1.12
1.9.2. PROGNÓSTICO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA ÁREA RURAL	1.13
1.9.3. PROGNÓSTICO DO RESÍDUOS SÓLIDOS DA ÁREA RURAL.....	1.14
1.9.4. PROGNÓSTICO DA DRENAGEM PLUVIAL EXISTENTES NAS COMUNIDADES RURAIS OU ISOLADAS.....	1.14
1.10. PRODUTO 6 - ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES NO HORIZONTE DE 20 ANOS PARA A ZONA RURAL DO MUNICÍPIO.....	1.15
1.11. PRODUTO 7 - ELABORAÇÃO DE MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DAS AÇÕES DO PLANO DE SANEAMENTO RURAL DO MUNICÍPIO.....	1.16



PROESPLAN
Engenharia

1.12. PRODUTO 8 - REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS / CONSULTA PÚBLICA / CONFERÊNCIAS.....	1.17
1.13. PRODUTO 9 - ELABORAÇÃO FINAL DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL	1.18
1.14. CRONOGRAMA FÍSICO DE DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS.....	1.18
1.15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1.20



PROESPLAN
Engenharia

PRODUTO 1	PLANO DE TRABALHO E FORMAÇÃO DE TRABALHO
-----------	--

1 – PLANO DE TRABALHO

CTR 455



1 – PLANO DE TRABALHO

1.1. CONTEXTO

No Brasil, a Política Nacional de Saneamento Básico foi instituída através da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabeleceu as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico. Nos termos da referida Lei, o Saneamento Básico inclui o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais. Esta mesma Lei estabelece que compete ao titular dos serviços elaborar os planos de saneamento básico.

Contudo, a maioria dos municípios, não só no estado de São Paulo, mas no Brasil, tem elaborado Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) sem qualquer citação sobre saneamento rural e sem nenhum diagnóstico efetivo e real, elaborado com base em dados obtidos em campo, que caracterize, por exemplo, o número de propriedades e os tipos de soluções de saneamento nelas utilizadas. Além disso, na maioria dos Planos não há um delineamento de soluções que visem a implantação e/ou melhoria dos serviços de saneamento na área rural com intuito de garantir a saúde da população e a qualidade do meio ambiente.

O planejamento para o saneamento rural de um município necessita de uma caracterização de toda a área rural da localidade (aspectos físicos, demográficos, hidrográficos, ambientais, sanitários etc.) e de uma contextualização das soluções que, atualmente, são adotadas nessas áreas para o abastecimento de água, coleta e disposição final de esgotos domésticos, resíduos sólidos e drenagem pluvial.

Cabe ressaltar que os serviços de Saneamento Rural devem observar a articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, com vistas à erradicação da pobreza, proteção ambiental, melhoria da qualidade de vida e promoção de saúde.

PROESPLAN
Engenharia

Em suma, o objetivo do Plano de Trabalho aqui apresentado é estabelecer as metodologias a serem utilizadas durante a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Rural (PMSR), considerando todas as etapas que serão contempladas pelo plano. Sua importância reside no fato de que ele possibilita o planejamento das ações de forma lógica e organizada, realizando o alinhamento de expectativas entre os envolvidos e delineando o escopo de atuação do corpo técnico responsável por sua elaboração e avaliação.

1.2. O MUNICÍPIO DE MONTE MOR

Possuindo uma área de 240,6 km², e contando com uma população estimada de 61.707 habitantes (2021), o município de Monte Mor localiza-se no Estado de São Paulo, mais especificamente na Região Metropolitana de Campinas (RMC).

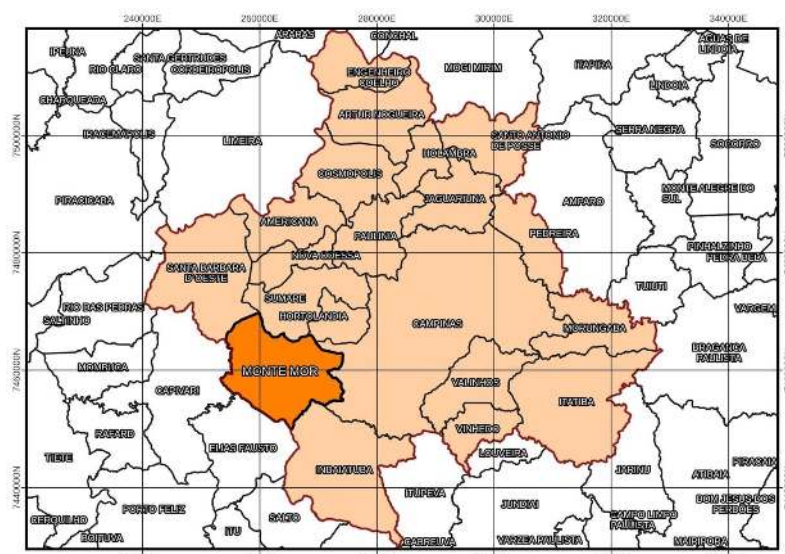


Figura 01. Localização do Município de Monte Mor na Região Metropolitana de Campinas (RMC).



PROESPLAN
Engenharia

O município de Monte Mor se constituiu apenas de distrito-sede datado de 1960, quando foi emancipado politicamente, permanecendo da mesma forma na nova divisão territorial de 2020. É composto por 77 bairros apresentando, segundo o censo do IBGE de 2010, 14.464 domicílios particulares permanentes, sendo 13.598 na área urbana e 866 na área rural.

Estando situado nas imediações de importantes eixos rodoviários estaduais, como as rodovias dos Bandeirantes, Anhanguera e Santos Dumont, o município está a aproximadamente 17 quilômetros do Aeroporto Internacional de Viracopos, assim como também se situa a 17 quilômetros da ferrovia EF-364, conhecida como Linha Tronco da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, responsável pela ligação entre o município de Cuiabá e o porto de Santos.

1.3. ABRANGÊNCIA

A área objeto desta intervenção contempla áreas com habitações unifamiliares, localidades e aglomerados rurais do município, bem como, comunidades isoladas que não são atendidas pela infraestrutura de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, coleta e disposição final de resíduos sólidos do sistema público do município e drenagem pluvial, e não estejam programadas para atendimento de curto e médio prazo.

1.4. METODOLOGIA

A metodologia a ser utilizada em cada etapa de elaboração do PMSR obedecerá aos preceitos do Anexo I – Memorial Descritivo do Plano Municipal de Saneamento Rural, produzido pela Prefeitura de Monte Mor em março de 2021; e também ao Termo de Referência para elaboração de Plano Municipal de Saneamento Rural produzido em Janeiro de 2021 pela Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural dos Comitês PCJ e Agência das Bacias PCJ, com apoio da Câmara Técnica de Saúde e Saneamento em Comunidades Isoladas da ABES, Seção São Paulo.



PROESPLAN
Engenharia

O detalhamento da metodologia para cada etapa constituinte do plano será apresentado nos tópicos subsequentes.

1.5. PRODUTO 1 - PLANO DE TRABALHO E FORMAÇÃO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho tem como objetivo apresentar a metodologia específica para cada etapa do PMSR. Este Plano de Trabalho apresenta:

- Metodologia proposta para cada uma das etapas de desenvolvimento;
- Fluxograma do processo de elaboração do PMSR, apresentando a interrelação entre as várias etapas;
- Equipe técnica dos trabalhos;
- Cronograma físico dos trabalhos.

Ainda dentro da atividade de planejamento, será realizada em fevereiro de 2023 uma reunião de alinhamento com as partes atuantes no processo, com o objetivo de definir responsabilidades e empossar os participantes de conhecimentos acerca do processo de Elaboração do Plano de Saneamento Rural, suas bases, objetivos, importância e implicações.

A equipe técnica da Contratada está responsável por executar todas as atividades previstas no escopo deste trabalho. Vale ressaltar que, apesar da responsabilidade pela elaboração do referido documento recair sobre a equipe técnica, a participação da sociedade será assegurada em todas as etapas, permitindo um modelo de planejamento participativo em caráter permanente.

1.5.1. FORMAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO

Os integrantes indicados por parte da empresa Contratada para participar do Grupo Técnico de Acompanhamento (GTA) e do Comitê Executivo (CE) foram:

- Vitor Odilmar Morgato, Engenheiro Civil;
- Bruno Valentim Retrão, Engenheiro Ambiental com especialização em Infraestrutura do Saneamento Básico;
- Ana Paula Frederico, Engenheira Ambiental.



PROESPLAN
Engenharia

Ainda para compor o GTA sugerimos como representantes do Poder Público os seguintes membros:

- 2 (dois) representantes da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura;
- 1 (um) representante da Secretaria de Planejamento e Obras;
- 1 (um) representante da Secretaria de Saúde (Vigilância Sanitária);
- 1 (um) representante dos Comitês PCJ;
- 1 (um) representante do Sindicato Rural de Monte Mor;
- 1 (um) representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente;
- 1 (um) representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Já o Comitê Executivo deve ser composto por profissionais representantes da Prefeitura de Monte Mor, sendo sugerido:

- 2 (dois) representantes da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura;
- 1 (um) representante da Secretaria de Planejamento e Obras;
- 1 (um) representante da Secretaria de Saúde (Vigilância Sanitária).

Devido a dificuldades internas, a Prefeitura de Monte Mor ainda não conseguiu formar os grupos GTA e CE, estando prevista reunião em fevereiro de 2023, para resolver esta questão.

1.5.2. PRIMEIRA REUNIÃO DE ALINHAMENTO

Às 09h00, do dia 20, do mês de outubro, do ano de 2022, ocorreu a primeira reunião entre o Secretário de Meio Ambiente e Agricultura de Monte Mor, o Eng.^o Bruno Henrique Ross e a empresa contratada Proesplan Engenharia, representada por seu sócio administrador, o Eng.^o Vitor Odilmar Morgato.

A reunião contou ainda com 2 (dois) engenheiros ambientais da contratada, sendo eles a Eng.^a Ambiental Kamyla Guerra e o Eng.^o Ambiental Especialista em Saneamento Básico Bruno Retrão.

A reunião teve início com a apresentação das equipes de trabalho; na sequência, o Secretário Bruno Ross descreveu características do município, os problemas relacionados ao saneamento rural em Monte Mor e a expectativa da Gestão em relação aos trabalhos.



PROESPLAN
Engenharia

Também se discutiu as possíveis partes interessadas (stakeholders) na elaboração do PMSR e que farão parte do Grupo Técnico de Acompanhamento (GTA) e do Comitê Executivo (CE).

Posteriormente, discutiu-se o planejamento das próximas etapas de desenvolvimento, bem como os prazos para realização deles.

1.6. PRODUTO 2 - PLANO DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO JUNTO À COMUNIDADE RURAL

O produto 2 consiste no desenvolvimento do Plano de Mobilização e Comunicação que visa sensibilizar o máximo de pessoas residentes na área rural sobre a importância da participação popular no processo de elaboração do PMSR.

O conteúdo deste produto atenderá aos seguintes objetivos:

- Divulgar amplamente o processo, as formas e canais de participação e informar, de forma clara e didática, os objetivos e desafios do Plano de Saneamento Rural;
- Disponibilizar as informações necessárias para a efetiva participação da sociedade da área rural nos processos decisórios da elaboração do Plano; e
- Estimular todos os segmentos sociais a participarem do processo de planejamento e de fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico na área rural.

Dessa forma, o Plano de Mobilização e Comunicação abrangerá:

- Elaboração de mecanismos de comunicação e divulgação;
- Estabelecimento de canais para recebimento de críticas e sugestões;
- Estabelecimento de debates, oficinas e audiências públicas que envolvam as comunidades rurais, escolas rurais e os vereadores do município;
- Estabelecimento da participação dos diversos órgãos da cidade, em especial, os conselhos de meio ambiente e de desenvolvimento rural, além dos Comitês de Bacias PCJ;
- Verificação, junto à comunidade rural e Prefeitura Municipal, da disponibilidade de locais apropriados para a realização dos eventos a serem programados;



PROESPLAN
Engenharia

- Plano para disponibilização, à população, de questionário com perguntas relacionadas às quatro frentes de trabalho: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais na área rural, para entender as carências em cada área do saneamento na área rural e direcionar as ações voltadas para a solução desses problemas.

1.7. PRODUTO 3 - LEVANTAMENTO DE DADOS E ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO

Dentro deste Produto será levantado os dados existentes na Prefeitura, no âmbito regional, estadual e federal referente a área total do município. Deverão ser coletadas informações junto à prefeitura de todos os loteamentos rurais existentes no município. Também serão coletados dados secundários que possam subsidiar o levantamento de informações.

Será considerado os dados a serem divulgados pelo IBGE relativos ao Censo Demográfico de 2022, estas informações serão fundamentais para o desenvolvimento dos trabalhos.

Serão realizadas visitas à diversos órgãos da Prefeitura, bem como a instituições que possuam alguma atuação na área de saneamento rural.

Quanto ao desenvolvimento de mapas será utilizado o software QGIS para integrar bases oficiais de âmbito municipal, estadual e federal relativos à delimitação da área rural de Monte Mor.

Será feito um levantamento das habitações rurais, conforme previsto no Termo de Referência, atentando-se para não conflitar com o levantamento do Censo do IBGE.

Nesta etapa do estudo serão apresentados os seguintes produtos:

- Mapa municipal em escala e cores apropriadas, contendo os pontos dos locais onde existem habitações;
- Relatório contendo descritivo de cada localidade identificada e visitada, descrevendo o tipo de imóvel existente, quantidade de moradores, tipo de acesso, hidrografia, erosões e impactos ambientais nas proximidades etc.;



PROESPLAN
Engenharia

- Relatório de registro fotográfico obtido durante a visita in loco. Também será verificado se a localidade está inserida em áreas de proteção ambiental;
- Relatório contendo a estimativa do crescimento populacional para cada localidade evidenciada, contendo os modelos adotados, bem como as justificativas técnicas para a definição da população para o horizonte de projeto de 20 anos.

Nesta etapa do trabalho serão apresentados outros dados detalhados do município, sendo estes:

- Perfil demográfico;
- Dados socioeconômicos;
- Dados da saúde pública;
- Dados da educação;
- Aspectos físicos, geográficos, geomorfológicos e hidrografia do município; e
- Uso e ocupação do solo.

Esta parte do trabalho trata da caracterização territorial do município na perspectiva social, ambiental, econômica, cultural e de infraestrutura. Na sequência são apresentadas as informações que deverão constar sobre a descrição do município em estudo.

1.8. PRODUTO 4 - DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DO SANEAMENTO RURAL

A etapa de diagnóstico da situação atual do saneamento rural no município de Monte Mor abordará entre outros assuntos:

- Caracterização da área de planejamento;
- Caracterização física da área rural do município, consultando as seguintes fontes:
 - Plano das Bacias PCJ, com atenção especial aos principais afluentes que cortam área urbana e rural;
 - Diagnósticos municipais;
 - Dados do IBGE;



PROESPLAN
Engenharia

- Publicações da Embrapa;
- Materiais publicados pela EMBRAPA;
- Página do Governo Estadual;
- Dados do IBGE, especialmente o Mapa Temático de Clima e Vegetação;
- Informações sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Ministério do Meio ambiente), em especial os relacionados à Vegetação e UCs;
- Atlas de Abastecimento Urbano de Água (da Agência Nacional das Águas);
- Atlas Digital de Recursos Hídricos Subterrâneos (da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais).
- Caracterização socioeconômica da área rural do município;
- Demonstração do perfil demográfico da área rural do município; e
- Demonstração da estruturação territorial do município.

A etapa de Diagnóstico leva em consideração a revisão do Plano Diretor do município de Monte Mor e suas zonas de expansão urbana. Será analisado até que ponto deverá ser implantada soluções rurais robustas para localidades que serão urbanizadas.

1.8.1. DIAGNÓSTICO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA ÁREA RURAL

Para elaborar o diagnóstico do sistema de abastecimento de água para cada localidade da área rural ou isolada identificada nos itens anteriores, será entregue relatório contendo o seguinte conteúdo:

- Descritivo do sistema de abastecimento de água para cada localidade (infraestrutura, tecnologia e operação);
- Identificar e representar o sistema de abastecimento de água em um croqui esquemático;
- Avaliação da disponibilidade de água dos mananciais e da oferta à população;



PROESPLAN
Engenharia

- Levantamento e avaliação das condições dos atuais e potenciais mananciais de abastecimento de água quanto aos aspectos de proteção da bacia de contribuição;
- Identificação, quantificação e avaliação de soluções alternativas de abastecimento de água, individuais ou coletivas;
- Informações sobre a gestão dos serviços de abastecimento de água junto as comunidades rurais (operação, manutenção, gestão financeira, subsídios etc.);
- Pesquisa de opinião com duas pessoas referenciais na comunidade; e
- Registro fotográfico.

1.8.2. DIAGNÓSTICO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA ÁREA RURAL

Para elaborar o diagnóstico do sistema de esgotamento sanitário para cada localidade da área rural ou isolada identificada nos itens anteriores, será entregue relatório contendo o seguinte conteúdo:

- Caracterização da cobertura e a identificação das populações rurais ou isoladas não atendidas ou sujeitas às deficiências no atendimento pelo sistema de esgotamento sanitário, contemplando também o tratamento;
- Descritivo do sistema de esgotamento sanitário para cada localidade (infraestruturas, tecnologia e operação);
- Avaliação da situação atual e estimativa futura da geração de esgoto;
- Dados da avaliação das condições dos corpos receptores, quando existentes;
- Indicação de áreas de risco de contaminação, e de áreas já contaminadas por esgotos no município, quando mapeadas e avaliadas;
- Identificação, quantificação e avaliação qualitativa de soluções alternativas de esgotamento sanitário (fossas sépticas, fossa negra, infiltração no solo, lançamento direto em corpos d'água, outros.), individuais ou coletivas;
- Analisar a atual capacidade de tratamento do sistema e propor ampliações;



PROESPLAN
Engenharia

- Obter informações sobre a gestão dos serviços de esgotamento sanitário junto as comunidades rurais (operação, manutenção, gestão financeira, subsídios etc.); e
- Pesquisa de opinião com duas pessoas referenciais na comunidade.

1.8.3. DIAGNÓSTICO DO RESÍDUOS SÓLIDOS DA ÁREA RURAL

Para elaborar o diagnóstico do sistema de resíduos sólidos para cada localidade da área rural ou isolada identificada será entregue relatório contendo o seguinte conteúdo:

- Descritivo do sistema de resíduos sólidos e análise da situação (infraestruturas, tecnologia e operação);
- Identificação de lacunas no atendimento à população rural de manejo de resíduos sólidos;
- Identificação da cobertura do atendimento;
- Informações da caracterização dos resíduos sólidos produzidos na área rural em termos de quantidade e qualidade;
- Identificação e informação sobre áreas de risco de poluição/contaminação;
- Descrição das unidades de destinação final dos resíduos sólidos gerados em cada localidade rural ou isolada;
- Propostas para a reutilização, reciclagem, beneficiamento e disposição final dos resíduos gerados em cada localidade;
- Obtenção de informações sobre a gestão dos serviços de resíduos sólidos junto as comunidades rurais (operação, manutenção, gestão financeira, subsídios etc.); e
- Pesquisa de opinião com duas pessoas referenciais na comunidade.



PROESPLAN
Engenharia

1.8.4. DIAGNÓSTICO DA DRENAGEM PLUVIAL EXISTENTES NAS COMUNIDADES RURAIS OU ISOLADAS

Para elaborar o diagnóstico do sistema de drenagem pluvial para cada localidade da área rural ou isolada identificada nos itens anteriores, será entregue relatório contendo o seguinte conteúdo:

- Descritivo do sistema de drenagem pluvial (infraestruturas, tecnologia e operação);
- Mapeamento da infraestrutura em drenagem mostrando as bacias e os principais corpos hídricos que atravessam o meio rural, bem como os pontos que sofrem mais frequentemente inundação;
- Análise dos processos erosivos e sedimentológicos e sua influência na degradação das bacias e riscos de enchentes, inundações e deslizamentos de terra junto as comunidades rurais ou isoladas;
- Obter informações sobre a gestão das águas pluviais junto às comunidades rurais (operação, manutenção, gestão financeira, subsídios etc.); e
- Pesquisa de opinião com duas pessoas referenciais na comunidade.

1.9. PRODUTO 5 - PROGNÓSTICO E ALTERNATIVAS PARA SOLUÇÕES DE MELHORIAS

De posse dos diagnósticos elaborados para cada um dos quatros eixos do saneamento nas comunidades rurais e isoladas do município, a empresa elaborará o prognóstico, baseada no estudo de crescimento populacional realizado nos itens anteriores.

1.9.1. PROGNÓSTICO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA ÁREA RURAL

O prognóstico do sistema de abastecimento de água para cada comunidade rural ou isolada irá conter o seguinte conteúdo:



PROESPLAN
Engenharia

- Prever a demanda anual de água para cada área rural ou isolada estudada no horizonte de 20 anos e estabelecer uma curva de demanda de água ao longo deste período;
- Descrever os principais mananciais (superficiais e/ou subterrâneos) passíveis de serem utilizados para o abastecimento de água para cada área de planejamento;
- Escolher o(s) manancial(is) para atender a área de planejamento, justificando a escolha com base na vazão outorgável e na qualidade da água;
- Apresentar em planta o "layout" do sistema de abastecimento de água, com indicação das principais unidades que compõem o sistema (manancial, captação, linhas adutoras, estação de tratamento de água);
- Apresentar o memorial de cálculo, quando pertinente; e
- Prever eventos de emergência e contingência.

1.9.2. PROGNÓSTICO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA ÁREA RURAL

O prognóstico do sistema de esgotamento sanitário para cada comunidade rural ou isolada irá conter o seguinte conteúdo:

- Decidir sobre a adoção de sistema de esgotamento individual ou coletivo;
- Prever a vazão de esgotos (vazão) num horizonte de 20 anos para cada área de planejamento, e plotar os valores ao longo deste período;
- Comparar as alternativas de tratamento isolados ou coletivos dos esgotos para cada área em estudo, justificando a abordagem selecionada;
- Apresentar em planta o "layout" do sistema de esgotamento sanitário, com indicação das infraestruturas que serão necessárias de serem implantadas;
- Apresentar memorial de cálculo, quando pertinente; e
- Prever eventos de emergência e contingência.



1.9.3. PROGNÓSTICO DO RESÍDUOS SÓLIDOS DA ÁREA RURAL

O prognóstico do sistema de resíduos sólidos para cada comunidade rural ou isolada irá conter o seguinte conteúdo:

- Estimar a produção de resíduos com base nos resultados dos estudos demográficos;
- Elaborar planilha com estimativas anuais dos volumes de produção de resíduos sólidos classificados em (I) total, (II) reciclado, (III) compostado e (IV) aterrado, plotando os valores em gráficos;
- Propor formas de coleta e transporte dos resíduos, incorporando conceitos de minimização na fonte, visando o conceito de gerenciamento sustentável;
- Estipular critérios de escolha de área para disposição final para cada área de planejamento nos próximos 20 anos;
- Elaborar planta de situação do(s) destino(s) final(is) dos resíduos sólidos, sobre mapa básico em escala adequada, e indicar o itinerário entre o setor da área de planejamento escolhido e um dos destinos finais ou o destino final, conforme o caso; e
- Prever eventos de emergência e contingência.

1.9.4. PROGNÓSTICO DA DRENAGEM PLUVIAL EXISTENTES NAS COMUNIDADES RURAIS OU ISOLADAS

O prognóstico do sistema de drenagem pluvial para cada comunidade rural ou isolada irá conter o seguinte conteúdo:

- Estabelecer diretrizes para o controle de escoamentos na fonte, adotando-se soluções que favoreçam o armazenamento, a infiltração e a percolação, ou a jusante, adotando-se bacias de retenção – ter em consideração as características topográficas locais e listar as soluções de controle que melhor se adaptariam;
- Propor implantação de soluções de armazenamento de água pluvial para o uso em diversas atividades rurais;



PROESPLAN
Engenharia

- Elaborar proposta de medidas mitigadoras para os principais impactos identificados, em particular:
 - Medidas de controle para reduzir o assoreamento de cursos d'água e de bacias de retenção;
 - Medidas de controle para reduzir o lançamento de resíduos sólidos nos corpos d'água;
 - Medidas estruturais ou Soluções baseadas na Natureza (SbN) nas pontes e travessias, cujas seções podem apresentar gargalos em épocas de chuvas intensas, que não comportam as vazões de maxímo; e
 - Prever eventos de emergência e contingência.

1.10. PRODUTO 6 - ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES NO HORIZONTE DE 20 ANOS PARA A ZONA RURAL DO MUNICÍPIO

Baseado no diagnóstico e prognóstico, este Produto irá conter o seguinte conteúdo:

- Detalhamento de todos os programas, projetos e ações na área do saneamento que deverão ser executados visando atingir os objetivos e metas, sendo necessário elaborar um cronograma físico-financeiro no horizonte de 20 anos;
- Identificação de possíveis fontes de financiamento e as formas de acompanhamento e avaliação, e de integração entre si e com outros programas e projetos de setores afins;
- Apresentação de medidas alternativas para os serviços do setor e modelos de gestão que permitam orientar o processo de planejamento do saneamento básico na área rural ou isolada no sentido de se encontrarem soluções;
- Integração nessa etapa, quando necessário, a programação de investimentos que contemple ações integradas e ações relativas a cada um dos serviços, com a estimativa de valores, cronograma das aplicações, fontes de recursos, com nível de detalhes diferenciados para cada etapa;



PROESPLAN
Engenharia

- Estudar alternativas e propor modelos de gestão de saneamento para o município, tendo em consideração as soluções utilizadas, o envolvimento dos entes comunitários locais, municipais, estaduais e federais, com suas atribuições e responsabilidades, bem como, os arranjos institucionais possíveis, padrões mínimos de tecnologia, arranjos para assistência técnica, discussão sobre subsídios, dentre outros itens;
- Deverão ser buscadas, por meio do destaque dos pontos positivos e negativos de cada solução, tais como, custos de implantação, facilidade de operação, consumos de energia elétrica e produtos químicos, e a construção de um cenário de referência de soluções possíveis a serem utilizadas, incluindo o aporte institucional que garanta a perenidade das situações desejadas;
- Para a gestão operacional e de manutenção, deverão ser estimados custos específicos para cada tipo de solução a ser utilizada, bem como, propostas de cobrança pelos serviços, parcial ou integral; e
- É importante a avaliação da mão de obra disponível na localidade, bem como a necessidade de cursos de capacitação.

Nesta etapa deverão ser apresentados os critérios de prioridades para atendimento das diversas localidades e aglomerações, tendo em vista, a densidade populacional, os riscos sanitários a que essas populações estão submetidas e a sustentabilidade dos sistemas propostos.

1.11.PRODUTO 7 - ELABORAÇÃO DE MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DAS AÇÕES DO PLANO DE SANEAMENTO RURAL DO MUNICÍPIO

O Plano de Monitoramento estabelecerá mecanismos e procedimentos para avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações do Plano de Saneamento Rural do Município. Neste Plano de Monitoramento serão definidos os indicadores, bem como os padrões e níveis de qualidade e eficiência que deverão ser alcançados ao longo do horizonte (20 anos).

Para tanto, irá conter as seguintes diretrizes:



PROESPLAN
Engenharia

- Definição dos indicadores de prestação dos serviços de saneamento rural a serem seguidos pelos prestadores de serviços;
- Determinação dos valores dos indicadores e definição dos padrões e níveis de qualidade e eficiência a serem seguidos pelos gestores municipais;
- Definição dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos necessários à execução, avaliação, fiscalização e monitoramento do Plano de Saneamento Rural;
- Mecanismos para a divulgação do plano no município, assegurando o pleno conhecimento da população;
- Mecanismos de representação da sociedade para o acompanhamento, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Saneamento Rural; e
- Planejamento de execução da avaliação/processo de elaboração e implantação do Plano Municipal de Saneamento Rural.

1.12. PRODUTO 8 - REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS / CONSULTA PÚBLICA / CONFERÊNCIAS

Com a consolidação dos produtos anteriores, serão realizadas reuniões com a população envolvida para debater as diversas alternativas técnicas e os possíveis modelos de gestão de saneamento, tendo em vista que os moradores serão sempre agentes indispensáveis na implantação e manutenção desses sistemas. As instituições municipais deverão participar ativamente dessas reuniões e discussões.

Assim, tais reuniões deverão ocorrer com representantes das diversas instituições envolvidas na região (Secretarias Municipais e Estaduais, Universidades, Serviço de Água e Esgoto, CDRS, FUNASA etc.) onde deverão ser debatidas as propostas elaboradas pela CONTRATADA e validadas pela população.



PROESPLAN
Engenharia

1.13. PRODUTO 9 - ELABORAÇÃO FINAL DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL

O Relatório Final contemplará todas as etapas e produtos desenvolvidos durante o trabalho, sendo prevista a entrega de um relatório consolidado contendo todas as informações e produtos referentes aos 04 (quatro) componentes do Plano do Saneamento Rural (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas pluviais e manejo dos resíduos sólidos).

1.14. CRONOGRAMA FÍSICO DE DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

O Cronograma Físico apresentado consta todas as etapas de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Rural de Monte Mor/SP, com os respectivos prazos previstos para cada etapa.



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787

PROESPAN
Engenharia

Tabela 1 - Cronograma Físico das etapas de desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Rural

PRODUTOS	DESCRIÇÃO	MESES/DIAS											
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º
		30	60	90	120	150	180	210	240	270	300	330	360
1	PLANO DE TRABALHO E FORMAÇÃO DE TRABALHO												
2	PLANO DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO JUNTO À COMUNIDADE RURAL												
3	LEVANTAMENTO DE DADOS E ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO												
4	DIAGNÓSTICO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA												
	DIAGNÓSTICO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO												
	DIAGNÓSTICO DO RESÍDUOS SÓLIDOS												
	DIAGNÓSTICO DA DRENAGEM PLUVIAL												
5	PROGNÓSTICO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA												
	PROGNÓSTICO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO												
	PROGNÓSTICO DO RESÍDUOS SÓLIDOS												
	PROGNÓSTICO DA DRENAGEM PLUVIAL												
6	ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES NO HORIZONTE DE 20 ANOS PARA A ZONA RURAL DO MUNICÍPIO												
7	ELABORAÇÃO DE MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DAS AÇÕES DO PLANO DE SANEAMENTO RURAL DO MUNICÍPIO												
8	REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS / CONSULTA PÚBLICA / CONFERÊNCIA												
9	ELABORAÇÃO FINAL DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL												

CTR 455

1.19



PROESPLAN
Engenharia

1.15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. (Redação pela Lei nº 14.026, de 2020). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/L11445compilado.htm. Acesso em: 04 de jan. 2023.

Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural dos Comitês PCJ e Agência das Bacias PCJ, com apoio da Câmara Técnica de Saúde e Saneamento em Comunidades Isoladas da ABES, Seção São Paulo. **Termo de Referência: Plano Municipal de Saneamento Rural.** Download disponível em: https://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=991:termo-de-referencia-para-elaboracao-plano-municipal-de-saneamento-rural&catid=156:arquivo-pcj&Itemid=360. Acesso em: 04 de jan. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010 – Monte Mor.** Download disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/monte-mor/pesquisa>. Acesso 04 de jan. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Histórico do município de Monte Mor/SP.** Download disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/monte-mor/historico>. Acesso em: 04 de jan. 2023.



PLANO DIRETOR DE SANEAMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR

PRODUTO 2

PLANO DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO JUNTO À COMUNIDADE RURAL

TEXTO

PROESPLAN
Engenharia

CTR 455

FEVEREIRO/2023 – REV-0



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787

PROESPLAN
Engenharia

APRESENTAÇÃO

CTR 455



PROESPLAN
Engenharia

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho atende ao **CONVITE Nº 06/2022 e TERMO DE CONTRATO Nº 98/2022** firmado entre a **PROESPLAN ENGENHARIA** e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR**, e tem por objetivo a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM OBJETIVO DE FIXAR CRITÉRIOS, METODOLOGIA, ATIVIDADES E RESULTADOS A SEREM OBTIDOS COM O DESENVOLVIMENTO DO PLANO DIRETOR DE SANEAMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR**.

O **Termo de Referência** relaciona todos os relatórios que compõem este trabalho, conforme abaixo:

PRODUTO 1 PLANO DE TRABALHO E FORMAÇÃO DE TRABALHO

PRODUTO 2 PLANO DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO JUNTO À COMUNIDADE RURAL

PRODUTO 3 LEVANTAMENTO DE DADOS E ESTIMATIVA POPULACIONAL DA ZONA RURAL

PRODUTO 4 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DO SANEAMENTO RURAL

VOLUME 1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

VOLUME 2 ESGOTAMENTO SANITÁRIO

VOLUME 3 DRENAGEM PLUVIAL

VOLUME 4 RESÍDUOS SÓLIDOS

PRODUTO 5 PROGNÓSTICO E ALTERNATIVAS PARA SOLUÇÕES DE MELHORIAS

VOLUME 1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

VOLUME 2 ESGOTAMENTO SANITÁRIO

VOLUME 3 DRENAGEM PLUVIAL

VOLUME 4 RESÍDUOS SÓLIDOS

PRODUTO 6 ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES NO HORIZONTE DE 20 ANOS

VOLUME 1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

VOLUME 2 ESGOTAMENTO SANITÁRIO

VOLUME 3 DRENAGEM PLUVIAL

VOLUME 4 RESÍDUOS SÓLIDOS

CTR 455



PROESPLAN
Engenharia

PRODUTO 7 ELABORAÇÃO DE MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DAS AÇÕES DO PLANO DE SANEAMENTO RURAL

PRODUTO 8 REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS / CONSULTA PÚBLICA / CONFERÊNCIA

PRODUTO 9 ELABORAÇÃO FINAL DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL



PROESPLAN
Engenharia

EQUIPE TÉCNICA

Coordenador Geral

Vitor Odilmar Morgato – Engenheiro Civil

Coordenação Técnica

Bruno Valentim Retrão – Esp. Infraestrutura do Saneamento Básico

Gerenciamento Técnico e Apoio

Ana Paula Frederico – Engenheira Ambiental

Consultor

Lucas Pereira Gardinali – Esp. Infraestrutura do Saneamento Básico



PROESPLAN
Engenharia

SUMÁRIO

2 – PLANO DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO JUNTO À COMUNIDADE RURAL.....	2.1
2.1. CONTEXTO	2.1
2.2. INTRODUÇÃO	2.1
2.3. FERRAMENTAS PARA A MOBILIZAÇÃO SOCIAL.....	2.3
2.4. COMUNICAÇÃO	2.3
2.5. MOBILIZAÇÃO.....	2.4
2.6. ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO	2.5
2.7. PARTICIPAÇÃO POPULAR.....	2.6
2.8. SEMINÁRIOS.....	2.7
2.9. CONSULTA PÚBLICA.....	2.8
2.10. AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	2.9
2.11. OUVIDORIA ONLINE	2.11
2.12. ESPECIFICAÇÕES DOS EVENTOS DO PMC	2.12
2.13. SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	2.13
2.14. RESPONSABILIDADE REFERENTES À EXECUÇÃO.....	2.13
2.15. ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E ESTRUTURA NECESSÁRIA	2.14
2.16. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	2.16
2.17. ANEXOS	2.17
2.18. MODELO DE CONVITE – MÍDIA SOCIAL E SITE DA PREFEITURA	2.17
2.19. TEXTO DE CONVITE – RÁDIO	2.17



PROESPLAN
Engenharia

PRODUTO 2	PLANO DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO JUNTO À COMUNIDADE RURAL
-----------	---

2 – PLANO DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO JUNTO À COMUNIDADE RURAL

CTR 455



PROESPLAN
Engenharia

2 – PLANO DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO JUNTO À COMUNIDADE RURAL

2.1. CONTEXTO

O Plano Municipal de Saneamento Rural (PMSR) é um instrumento no qual, considerando o diagnóstico da situação, são definidos os objetivos e metas, as prioridades de investimentos, os aspectos econômicos e sociais, os aspectos técnicos e a forma de participação e controle social, de modo a orientar a atuação das partes interessadas no saneamento em zona rural e em comunidades isoladas.

O PMSR busca promover o saneamento básico na área rural com base nas quatro vertentes definidas pela Lei Federal N° 11.445/2007: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais. O modelo de planejamento será participativo, haja vista que a participação social é um instrumento de eficácia da gestão pública e do aperfeiçoamento contínuo das políticas e serviços públicos.

O presente documento corresponde ao Plano de Mobilização e Comunicação junto à Comunidade Rural (Produto 2) do Plano Municipal de Saneamento Rural do município de Monte Mor. O Produto 2 tem o papel de definir a metodologia, os mecanismos e procedimentos empregados para sensibilizar o máximo de pessoas residentes na área rural sobre a importância da participação popular no processo de elaboração do PMSR, estimulando a contribuição e corresponsabilização pelo processo.

2.2. INTRODUÇÃO

A Lei Federal N° 11.445, de 05 de janeiro de 2007, em seu artigo 2°, traz o controle social como um dos princípios fundamentais para a prestação de serviços públicos de saneamento básico.



PROESPLAN
Engenharia

Ele é definido, pela referida Lei, como “o conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico”. Desta forma, o controle social buscará inserir as comunidades rurais nas ações de planejamento, fornecendo subsídios à efetiva participação da população no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Rural do município.

Segundo o Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (PÓLIS, 2008), o controle social se constitui em um instrumento de democracia e cidadania, uma vez que visa ao compartilhamento do poder decisório do Estado com a sociedade na formulação de políticas públicas. Seu objetivo é garantir que as políticas atendam, de forma efetiva, às necessidades prioritárias da população, levando em conta suas demandas mais urgentes e melhorando os níveis de oferta e qualidade dos serviços prestados.

De acordo com o Programa Nacional de Saneamento Rural elaborado pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA, 2019), o exercício da participação social e desse controle, a apropriação das soluções de saneamento pela população interessada, bem como o desempenho eficiente dos atores vinculados aos processos de gestão pública dos serviços de saneamento dependem diretamente de estratégias educacionais que maximizem a formação em saneamento. Nesse sentido, o desenvolvimento de capacidades e o compromisso dos diversos atores será tão mais potente quanto maior for o enfoque dado aos processos de educação.

Conforme o Termo de Referência para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Rural elaborado pelos Comitês e Agências PCJ em 2021, os objetivos do Plano de Mobilização e Comunicação junto à Comunidade Rural incluem uma ampla divulgação do processo, a disponibilização de informações necessárias à participação qualificada da sociedade da área rural no processo decisório, a promoção da participação de todos os segmentos sociais do processo de planejamento e de fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico na área rural de reuniões e debates que visem à mobilização e sensibilização.

Ao longo do presente documento serão discriminadas as ferramentas a serem utilizadas para a mobilização social, assim como as estratégias que buscarão garantir a adequada comunicação e participação da comunidade rural, com indicação dos atores sociais relevantes no processo de elaboração do PMSR.



2.3. FERRAMENTAS PARA A MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Para Mafra (2010), a mobilização social é um processo político, essencial numa sociedade democrática. Ela está intrinsecamente envolvida com o estabelecimento de processos comunicativos entre os diversos atores sociais que compartilham determinada causa.

Neste contexto, a mobilização social tem, por objetivo, garantir a atuação qualificada da sociedade civil nas ações de planejamento em saneamento básico. Para isso, torna-se necessária a criação de espaços qualificados de discussão, participação e controle social, que se constituem nas ferramentas para a mobilização social. No PMSR em questão, essas ferramentas serão representadas pelos seminários e debates, que ocorrerão ao longo do processo de elaboração do plano, e pela consulta pública e audiência pública, que ocorrerão na fase de validação do plano. O Quadro 1, que consta no Tópico especificações dos eventos do Plano de Mobilização e Comunicação junto à Comunidade Rural (PMC) do presente documento, traz o detalhamento dos eventos que serão realizados ao longo do processo de elaboração do PMSR do município de Monte Mor.

O Termo de Referência deste contrato recomenda a participação de diversos segmentos representativos da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração do PMSB, tais como Conselhos da Cidade, Saúde, Meio Ambiente, Educação e Desenvolvimento Rural Sustentável, e dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. Além destes Conselhos, recomenda-se também a participação de Atores Sociais, Câmara de Vereadores e Ministério Público.

2.4. COMUNICAÇÃO

A efetiva participação social está condicionada ao pleno conhecimento, por parte das comunidades rurais de Monte Mor, de algumas informações que geralmente não estão disponíveis nas fontes convencionais de dados. Por este motivo, serão previstos mecanismos de disponibilização, repasse e facilitação de acesso a informações à sociedade, com vistas a permitir a adequada contribuição da população no processo.



PROESPLAN
Engenharia

Além do acesso às informações, o Plano de Mobilização e Comunicação junto à Comunidade Rural (PMC) deve garantir à população a representação técnica, a participação na formulação das políticas e o acompanhamento da gestão dos serviços de saneamento rural. O detalhamento da metodologia para cada etapa constituinte do plano será apresentado nos tópicos subsequentes.

Para que a comunicação entre todos os atores envolvidos no processo de elaboração do PMSR se dê de forma efetiva e garanta a participação da comunidade rural, serão utilizados diversos canais, tais como questionários de autopreenchimento, divulgação nas mídias sociais (Facebook e Instagram), eventos em formato digital. Além destes canais, a sociedade também poderá oferecer sugestões e fazer críticas a respeito do processo através de um correio eletrônico (e-mail), brevemente detalhado nos tópicos subsequentes.

2.5. MOBILIZAÇÃO

Considerando sua função de alcançar toda a sociedade, a mobilização social deverá apresentar um caráter participativo e democrático, com os seguintes objetivos (FUNASA, 2018):

- Conscientização da sociedade para a responsabilidade compartilhada sobre a preservação e conservação de recursos naturais;
- Envolvimento da população nas discussões sobre potencialidades e problemas de salubridade ambiental e saneamento rural, assim como suas implicações;
- Estímulo dos diversos segmentos sociais para que estes participem do processo de gestão ambiental;
- Sensibilização da sociedade acerca da importância dos investimentos em saneamento rural, seus benefícios e vantagens;
- Sensibilização dos gestores e técnicos municipais para o fomento de ações de educação ambiental e mobilização social, de forma permanente, visando ao apoio dos programas, projetos e ações de saneamento rural a serem implantados por meio do PMSR.



PROESPLAN
Engenharia

A mobilização social também será de grande valia nas fases posteriores à elaboração do plano, servindo de estímulo à prática da participação social na implantação da política municipal de saneamento rural. Além disso, ela possibilitará a criação de novos grupos representativos, desde que seus participantes tenham conhecimentos mínimos relacionados ao saneamento básico rural, que poderão acompanhar e fiscalizar a execução do PMSR do município.

2.6. ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO

A mobilização social será o ponto de partida para que a participação social se dê de forma efetiva na elaboração do PMSR do município. Ela ocorrerá com a divulgação de estudos e propostas e a discussão de problemas, alternativas e soluções relativas ao saneamento rural.

São recomendados três modos básicos de participação social (PCJ, 2021):

- Participação direta da comunidade, possibilitando a expressão de opiniões individuais e coletivas através da aplicação de questionários e pesquisas;
- Participação por meio de sugestões ou alegações (apresentadas por escrito) ou em audiências públicas, consultas e oficinas;
- Participação por meio do Grupo Técnico de Acompanhamento (GTA) e do Comitê Executivo (CE).

Todos os eventos relacionados à mobilização social serão realizados em locais de fácil acesso às comunidades rurais e que contem com a infraestrutura necessária para tal. Estes locais serão definidos pelo Grupo Técnico de Acompanhamento (GTA), sendo dada prioridade a locais públicos na zona rural.

Além dos modos básicos de participação social apresentados, outra importante estratégia a ser utilizada para fomentar e fortalecer a mobilização social em torno do saneamento rural é a educação ambiental, que surge como uma ferramenta para que o município obtenha melhores resultados para seus investimentos neste setor.



PROESPLAN
Engenharia

Isto porque, ao compreender a essencialidade da presença e da qualidade do saneamento rural, a comunidade poderá utilizar de maneira mais adequada a infraestrutura dos serviços disponíveis e também se mobilizar para reivindicar melhorias na gestão e operação dos sistemas existentes (FUNASA, 2018).

2.7. PARTICIPAÇÃO POPULAR

Na elaboração de um Plano Municipal de Saneamento Rural, a efetiva participação dos atores e segmentos sociais estratégicos auxilia na implementação dos programas, projetos e ações do plano. Em geral, os atores estratégicos são compostos pela população rural, assim como pelo poder público local e regional. Os segmentos estratégicos, por sua vez, são representados pelas diversas organizações econômicas, políticas, sociais e culturais existentes no município.

A participação popular efetiva reflete em uma coleta de dados e informações mais abrangentes acerca da temática do saneamento rural, pois os atores e segmentos estratégicos atuam dando um enfoque diferente ao diagnóstico da zona rural, avaliando criticamente a qualidade dos serviços de saneamento, bem como sugerindo eventuais melhorias necessárias, de forma a contribuir para que a elaboração do plano ocorra de maneira mais direcionada e exequível.

Reuniões comunitárias na área rural, apresentações, debates, pesquisas, seminários e audiências públicas são mecanismos que possibilitam a expressão das opiniões individuais e coletivas da população como um todo.

Em todos os meios de interação com a comunidade, a linguagem utilizada deve ser clara, objetiva e acessível aos mais diversos públicos, de forma que todos consigam entender o que está sendo repassado. Para isso, a linguagem utilizada deve ser menos especializada, recorrendo-se sempre que possível a instrumentos didáticos.

Nos tópicos a seguir serão apresentados detalhadamente os mecanismos que serão desenvolvidos para a efetiva participação popular na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Rural, são eles:

- Seminários;
- Consulta Pública;



PROESPLAN
Engenharia

- Audiência Pública;
- Ouvidoria Online.

2.8. SEMINÁRIOS

Dentre os mais diversos mecanismos de comunicação e mobilização social, serão realizados 3 (três) seminários para expor inicialmente à população uma contextualização sobre o Plano de Saneamento Rural a ser elaborado no município e suas respectivas etapas, e posteriormente, para expor os resultados levantados pelo Grupo Técnico de Acompanhamento (GTA) e pelo Comitê Executivo (CE) e verificar a aprovação dos mesmos pela população. Será dada prioridade as Escolas Públicas situadas na zona rural de Monte Mor.

Todas as críticas, opiniões, sugestões, observações, vivências e conhecimentos dos munícipes acerca das temáticas de saneamento rural serão levantadas nos seminários.

De maneira geral, os seminários terão a seguinte estrutura:

- **Seminário 1:** Primeiramente uma introdução sobre as informações básicas acerca do Plano Municipal de Saneamento Rural, sua importância, seus impactos, desafios e suas etapas constituintes; seguida de uma breve explicação sobre os agentes institucionais ligados à elaboração do PMSR, utilizando como recurso didático uma apresentação de slides. No final haverá um momento destinado à participação dos atores estratégicos de modo a esclarecer possíveis dúvidas.
- **Seminário 2:** Inicialmente serão expostos os dados e informações levantados pelo GTA acerca do município para formulação da etapa do diagnóstico setorial. Em seguida, haverá um momento destinado às contribuições das comunidades rurais, onde a população poderá dar suas opiniões, sugestões e críticas sobre os dados levantados e sobre os passos seguintes do plano. Este seminário contará com a apresentação dos pontos mais relevantes por meio de material audiovisual.



PROESPLAN
Engenharia

- **Seminário 3:** No início deste seminário, serão expostas todas as contribuições obtidas no seminário 2 e que foram inseridas no Plano de Saneamento Rural. Logo após, será realizada uma apresentação dos planos, programas e ações desenvolvidos para o município através de material audiovisual. Ao final, haverá um espaço destinado à discussão da temática abordada e para verificar a aprovação das propostas pela população.

Em todos os seminários realizados durante a elaboração do PMSR, haverá uma lista de presença contendo nome, instituição e e-mail a ser assinada por todos que participarem do seminário em questão.

No **Seminário 2**, haverá além da lista de presença um formulário a ser preenchido pelos participantes com algumas perguntas relacionadas à percepção individual sobre o saneamento básico do município e com um local destinado às opiniões individuais, críticas, propostas e sugestões acerca da elaboração do PMSR.

2.9. CONSULTA PÚBLICA

Consulta pública é um mecanismo utilizado para obter informações, opiniões e críticas da sociedade a respeito de determinado tema. Esse mecanismo tem como objetivo incentivar a participação da comunidade rural nas questões de interesse coletivo e ampliar a discussão sobre determinado assunto.

No contexto da elaboração do PMSR, a consulta pública serve para caracterizar da melhor maneira o cenário do saneamento rural do município.

A consulta pública ocorre basicamente em toda a elaboração do plano municipal de saneamento rural. Conforme citado no item "Seminário", ao final de todos os seminários ocorrerá uma breve consulta pública onde haverá um espaço de tempo destinado para que todos os participantes presentes possam expor suas dúvidas, críticas, opiniões e propostas a respeito das questões do Plano no município.



PROESPLAN
Engenharia

O formulário a ser entregue no **Seminário 2** servirá para registrar as opiniões de todos os presentes no evento. A equipe técnica se encarregará de prestar esclarecimentos e orientações sobre o preenchimento deste, de modo que a comunidade rural desenvolva sua participação de forma eficaz.

A comunicação à sociedade sobre os seminários e consultas públicas será realizada por meio de informes em mídias sociais e portais eletrônicos da prefeitura.

É de extrema importância que nas consultas públicas haja a participação de todos os atores e segmentos envolvidos na temática do saneamento rural, sendo eles representantes do poder público, organizações econômicas, políticas, sociais, culturais e a sociedade interessada no processo de elaboração do PMSR, garantindo eficácia nas propostas apresentadas.

Na etapa do Produto 8 – Realização de Audiências Públicas / Consulta Pública / Conferência – também haverá uma consulta pública. Os Produtos até então elaborados ficarão disponíveis para toda a sociedade na página eletrônica da Prefeitura e em locais estratégicos no formato impresso por 20 a 30 dias. Junto à versão preliminar constará um formulário de satisfação para que todos os munícipes possam dar suas sugestões, contribuições e avaliar o conteúdo do PMSR de Monte Mor.

2.10. AUDIÊNCIA PÚBLICA

A audiência pública é uma reunião com a finalidade de estabelecer um diálogo entre a sociedade e a administração pública em geral, de forma a promover a participação popular no processo de decisão sobre determinado assunto público. Na audiência pública é criado um espaço de conversação para a apresentação de soluções para as questões apresentadas pela comunidade.

Acerca da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Rural, a audiência pública é realizada logo após passado o prazo da consulta pública. Nesta audiência serão apresentados os resultados obtidos na consulta pública por meio da participação popular e dos estudos técnicos e posterior confirmação e validação do Produto Final do Plano.

PROESPLAN
Engenharia

A apresentação da versão final do Plano ocorrerá por meio de recursos audiovisuais. O evento será documentado através de atas e contará com uma lista de presença e registros fotográficos.

Os relatos de todos os eventos ocorridos, as listas de presença, atas, fotos, materiais de divulgação e materiais audiovisuais serão apresentados ao final da apresentação do Plano. Estes farão parte do produto final do PMSR que deve ser apresentado e aprovado pelo poder legislativo do município, após aprovação do GTA.

Para efetiva participação da população rural na audiência, a Prefeitura Municipal será responsável por realizar uma ampla divulgação da audiência de modo a atingir toda sociedade. Esta divulgação será realizada por meio de rádios e jornais locais e nos portais eletrônicos da prefeitura com no mínimo uma semana de antecedência.

A gestão municipal deverá se encarregar de proporcionar todas as condições necessárias para que haja uma efetiva participação popular, como por exemplo, disponibilizar transportes públicos para que a população de regiões afastadas possa comparecer à audiência.

Após validação dos Produtos de 1 a 8, a versão final do PMSR (Produto 9) ficará disponível por meio de uma via impressa disponibilizada na prefeitura do município e nas mídias eletrônicas da Prefeitura Municipal, conforme exposto nas Figuras 1 e 2.



Figura 1. Página Eletrônica da Prefeitura Municipal de Monte Mor/SP.
Fonte: Captura de Tela (Prefeitura de Monte Mor, 2023).



Figura 2. Rede Social da Prefeitura Municipal de Monte Mor/SP.
Fonte: Captura de Tela (Facebook, 2023).

2.11. OUVIDORIA ONLINE

Além dos mecanismos citados acima, foi criado um canal de contato direto entre todos os envolvidos com a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Rural e o grupo de acompanhamento técnico.

A comunicação ocorrerá por meio de correio eletrônico (e-mail: pmsrmontemor@gmail.com) a fim de que todos interessados possam colaborar na elaboração do Plano. Este canal servirá como suporte para que possam ser passadas ao Grupo Técnico de Acompanhamento todas as sugestões, críticas e opiniões da sociedade e dos envolvidos no plano de forma direta, visto que todos do GTA terão acesso a este e-mail.

**2.12. ESPECIFICAÇÕES DOS EVENTOS DO PMC**

Todos os eventos do PMC que ocorrerão no município de Monte Mor, referentes à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Rural, estão dispostos de forma resumida no Quadro 1, apresentado a seguir.

Quadro 1. Especificações dos Eventos do PMC de Monte Mor/SP.

EVENTOS	SEMINÁRIO 1	SEMINÁRIO 2	SEMINÁRIO 3	CONSULTA PÚBLICA	AUDIÊNCIA PÚBLICA
Etapas	<i>Produto 1</i> Plano de Trabalho	<i>Produto 4</i> Diagnóstico	<i>Produto 5</i> Prognóstico	<i>Produto 6</i> Consulta Pública	<i>Produto 6</i> Audiência Pública
Objetivos	Apresentar uma breve introdução sobre o PMSR.	Expor dados e informações levantados acerca do município.	Apresentação dos planos, programas e ações desenvolvidos para a zona rural.	Realizar levantamento de propostas e opiniões da sociedade.	Apresentação dos resultados da participação popular e dos estudos técnicos para a aprovação do Produto Final.
Divulgação	Rádio, Mídias sociais e site da Prefeitura.	Rádio, Mídias sociais e site da Prefeitura.	Rádio, Mídias sociais e site da Prefeitura.	Rádio, Mídias sociais e site da Prefeitura.	Rádio, Mídias sociais e site da Prefeitura.
Materiais e Documentos Necessários	Lista de presença (modelo em anexo), relatório fotográfico, equipamentos audiovisuais.	Lista de presença (modelo em anexo), relatório fotográfico, equipamentos audiovisuais, pasta, bloco de notas, caneta.	Lista de presença (modelo em anexo), relatório fotográfico, equipamentos audiovisuais, pasta, bloco de notas, caneta.	Lista de presença (modelo em anexo), relatório fotográfico, equipamentos audiovisuais, pasta, bloco de notas, caneta, questionário.	Lista de presença (modelo em anexo), relatório fotográfico, equipamentos audiovisuais, pasta, bloco de notas, caneta.
Local	A ser definido pela equipe técnica.	A ser definido pela equipe técnica.	A ser definido pela equipe técnica.	A ser definido pela equipe técnica.	A ser definido pela equipe técnica.
Data e Hora	A ser definido pela equipe técnica.	A ser definido pela equipe técnica.	A ser definido pela equipe técnica.	A ser definido pela equipe técnica.	A ser definido pela equipe técnica.

Fonte: Elaborado pelos Autores.



2.13. SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Todas as informações obtidas nos eventos do PMC, como sugestões e críticas serão coletadas pelo grupo de acompanhamento técnico.

Após coletadas as informações, um relatório deverá ser formulado contendo dados como, número de participantes presente nos eventos, informações, críticas, opiniões e sugestões prestadas pelos participantes, além dos registros dos eventos tais como, atas, registros fotográficos, listas de presença e demais informações.

Antes de ser iniciada a elaboração de determinado produto, toda a sistematização das informações obtidas anteriormente deve ser finalizada, visto que as sugestões e propostas levantadas nos eventos de participação popular deverão ser incorporadas ao Plano.

2.14. RESPONSABILIDADE REFERENTES À EXECUÇÃO

O processo de mobilização social é uma responsabilidade conjunta entre os membros da equipe técnica e do GTA (profissionais envolvidos na elaboração do PMSR do município). Desta forma, os esforços de toda a equipe se articulam para a realização dos seminários, consultas e audiências públicas a serem realizadas. Por este motivo, faz-se necessária a definição dos responsáveis por cada uma das atividades relativas à mobilização social, o que é apresentado no Quadro 2.

**Quadro 2.** Meios, Prazos e Responsáveis pelas Atividades Previstas no PMC do Município.

ATIVIDADES	MEIOS	PRAZO	RESPONSÁVEL
Convocação para os Eventos	Ofícios de convite, e-mails.	10 dias antes do evento.	Contratada.
Escolha do Local de Realização dos Eventos	Infraestrutura adequada para eventos.	10 dias antes do evento.	Município.
Elaboração do Material de Divulgação	Texto a ser veiculado nos convites, cartazes e rádios.	20 dias antes do evento.	Contratada.
Divulgação dos Eventos	Rádio, site e rede sociais da Prefeitura.	De 5 a 15 dias antes do evento.	Contratada.
Disponibilização dos Recursos Materiais Necessários	Notebook, equipamentos audiovisuais, pasta, formulários e canetas.	No dia do evento.	Município.
Elaboração da Apresentação	PowerPoint.		Contratada.
Apresentações	PowerPoint.		Contratada.
Sistematização dos Problemas Aparentados e das Propostas Levantadas nos Eventos	Planilhas.	5 dias após o evento.	Contratada.
Registro dos Eventos	Registros fotográficos e relatórios.		Contratada/Município.

Fonte: Elaborado pelos Autores.

2.15. ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E ESTRUTURA NECESSÁRIA

A estrutura, funcionamento e organização das ações referentes à mobilização social serão sistematizadas seguindo a algumas especificações, abaixo apresentadas:

- A divulgação dos seminários e da audiência pública deverá ser feita através de todos os meios disponíveis (site da Prefeitura, redes sociais oficiais e rádio), com uma antecedência que possibilite a participação do maior número possível de atores sociais interessados;
- Todas as atividades terão um horário programado para início e uma duração prevista, que deverá ser cumprida na medida do possível;
- Antes do início de cada evento, deverá ser disponibilizado o formulário para apresentação de propostas. Além disso, deverá ser apresentada uma lista de presença para inscrição dos presentes e feito o registro fotográfico de todas as reuniões;



PROESPLAN
Engenharia

- Deverá ser assegurada a celeridade no registro dos presentes nos eventos, através de uma logística adequada;
- Ficará a critério do município, caso julgue necessário, estimular a reflexão dos temas abordados nos eventos através de folhetos informativos;
- A população contará com um correio eletrônico para sanar eventuais dúvidas e oferecer sugestões à equipe técnica e ao grupo de acompanhamento responsável pela elaboração do plano;
- Para a realização da audiência pública, é necessário que compareçam, no mínimo, dez participantes. Caso esse número não seja atingido, ela deverá ser cancelada e remarcada uma nova data. Nesta segunda data, mesmo que não compareçam dez participantes, a audiência poderá ser realizada normalmente.

Nos anexos seguintes, serão apresentados alguns modelos de documentos e materiais de divulgação dos eventos a serem realizados.



2.16. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei Nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. (Redação pela Lei nº 14.026, de 2020). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/L11445compilado.htm. Acesso em: 04 de jan. 2023.

Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural dos Comitês PCJ e Agência das Bacias PCJ, com apoio da Câmara Técnica de Saúde e Saneamento em Comunidades Isoladas da ABES, Seção São Paulo. **Termo de Referência: Plano Municipal de Saneamento Rural**. Download disponível em: https://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=991:termo-de-referencia-para-elaboracao-plano-municipal-de-saneamento-rural&catid=156:arquivo-pcj&Itemid=360. Acesso em: 04 de jan. 2023.

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde. **Programa Nacional de Saneamento Rural**. Brasília/DF, 2019. Disponível em: http://www.funasa.gov.br/documents/20182/38564/MNL_PNSR_2019.pdf/08d94216-fb09-468e-ac98-afb4ed0483eb. Acesso em: 02 fev. 2023.

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde. **Termo de Referência para a Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico**. Brasília/DF, 2018, 1ª edição. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/documents/20182/23919/TR+PMSB+2018+Funasa+WEB.pdf/89aefa32-ee9a-4e96-924d-ad50f98b39c1>. Acesso em: 02 fev. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010 – Monte Mor**. Download disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/monte-mor/pesquisa>. Acesso em: 02 fev. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Histórico do município de Monte Mor/SP**. Download disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/monte-mor/historico>. Acesso em: 02 fev. 2023.

MAFRA, R. L. M. **Mobilização social e comunicação: por uma perspectiva relacional. Mediação**, Belo Horizonte, v.11, n.10, jan./jun. de 2010. Download disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/mediacao/article/view/310>. Acesso em: 02 fev. 2023.

PÓLIS – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. **Controle social das políticas públicas**. São Paulo/SP, agosto/08. Download disponível em: <http://bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/931/1612.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 fev. 2023.

2.17. ANEXOS**2.18. MODELO DE CONVITE – MÍDIA SOCIAL E SITE DA PREFEITURA****2.19. TEXTO DE CONVITE – RÁDIO**

"Prezados moradores da área rural de Monte Mor, viemos por meio desta mensagem informar que começamos a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Rural e não há ninguém melhor para nos contar quais os problemas que estão enfrentando com o abastecimento de água, esgoto, alagamentos, coleta de lixo..."

Para isso, foi elaborado e disponibilizado no site da Prefeitura de Monte Mor um questionário de autopreenchimento, onde vocês nos ajudarão a resolver os problemas que enfrentam. É um questionário curto e simples, com X questões, onde não gastarão nem 10 minutos do seu tempo para o preenchimento. Contamos com a sua ajuda!

Acesse: <https://www.montemor.sp.gov.br/> "



PLANO DIRETOR DE SANEAMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR

PRODUTO 3

LEVANTAMENTO DE DADOS E ESTIMATIVA POPULACIONAL DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR

TEXTO

PROESPLAN
Engenharia

CTR 455

JUNHO/2023 – REV-0



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787

PROESPLAN
Engenharia

APRESENTAÇÃO

CTR 455



PROESPLAN
Engenharia

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho atende ao **CONVITE Nº 06/2022 e TERMO DE CONTRATO Nº 98/2022** firmado entre a **PROESPLAN ENGENHARIA** e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR**, e tem por objetivo a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM OBJETIVO DE FIXAR CRITÉRIOS, METODOLOGIA, ATIVIDADES E RESULTADOS A SEREM OBTIDOS COM O DESENVOLVIMENTO DO PLANO DIRETOR DE SANEAMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR.**

O **Termo de Referência** relaciona todos os relatórios que compõem este trabalho, conforme abaixo:

PRODUTO 1 PLANO DE TRABALHO E FORMAÇÃO DE TRABALHO

PRODUTO 2 PLANO DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO JUNTO À COMUNIDADE RURAL

PRODUTO 3 LEVANTAMENTO DE DADOS E ESTIMATIVA POPULACIONAL DA ZONA RURAL

PRODUTO 4 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DO SANEAMENTO RURAL

VOLUME 1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

VOLUME 2 ESGOTAMENTO SANITÁRIO

VOLUME 3 DRENAGEM PLUVIAL

VOLUME 4 RESÍDUOS SÓLIDOS

PRODUTO 5 PROGNÓSTICO E ALTERNATIVAS PARA SOLUÇÕES DE MELHORIAS

VOLUME 1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

VOLUME 2 ESGOTAMENTO SANITÁRIO

VOLUME 3 DRENAGEM PLUVIAL

VOLUME 4 RESÍDUOS SÓLIDOS

PRODUTO 6 ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES NO HORIZONTE DE 20 ANOS

VOLUME 1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

VOLUME 2 ESGOTAMENTO SANITÁRIO

VOLUME 3 DRENAGEM PLUVIAL

VOLUME 4 RESÍDUOS SÓLIDOS

CTR 455



PROESPLAN
Engenharia

PRODUTO 7 ELABORAÇÃO DE MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DAS AÇÕES DO PLANO DE SANEAMENTO RURAL

PRODUTO 8 REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS / CONSULTA PÚBLICA / CONFERÊNCIA

PRODUTO 9 ELABORAÇÃO FINAL DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL



PROESPLAN
Engenharia

SUMÁRIO

3 – LEVANTAMENTO DE DADOS E ESTIMATIVA POPULACIONAL DA ZONA RURAL.....	3.1
3.1.LIMITES DA ÁREA DE ESTUDO.....	3.1
3.2.ESTRUTURA DO TERRITÓRIO.....	3.2
3.3.HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO.....	3.8
3.3.1.FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	3.8
3.3.2.USO DO SOLO E ÁREAS PROTEGIDAS.....	3.9
3.4.ATRIBUTOS FÍSICOS.....	3.17
3.5.ATRIBUTOS SOCIOECONÔMICOS.....	3.26
3.5.1.ECONOMIA.....	3.26
3.5.2.TRABALHO E RENDIMENTO.....	3.27
3.5.3.IDH-M.....	3.27
3.6.EDUCAÇÃO.....	3.28
3.7.TURISMO.....	3.32
3.8.SAÚDE.....	3.33
3.8.1.MORTALIDADE INFANTIL.....	3.34
3.9.ESTIMATIVA POPULACIONAL - CENSO IBGE.....	3.35



PROESPLAN
Engenharia

PRODUTO 3	LEVANTAMENTO DE DADOS E ESTIMATIVA POPULACIONAL DA ZONA RURAL
-----------	---

3 – LEVANTAMENTO DE DADOS E ESTIMATIVA POPULACIONAL DA ZONA RURAL

CTR 455



3 - LEVANTAMENTO DE DADOS E ESTIMATIVA POPULACIONAL DA ZONA RURAL

Possuindo uma área de 240,6 km², e contando com uma população estimada de 61.707 habitantes (2021), o município de Monte Mor localiza-se no Estado de São Paulo, mais especificamente na Região Metropolitana de Campinas (RMC) (figura 1), inserida na Região Administrativa do Estado de São Paulo, sub-região 1, tendo seu centroide nas coordenadas projetadas SIRGAS 2000 / UTM zone 23S 7459804N. 263447E.

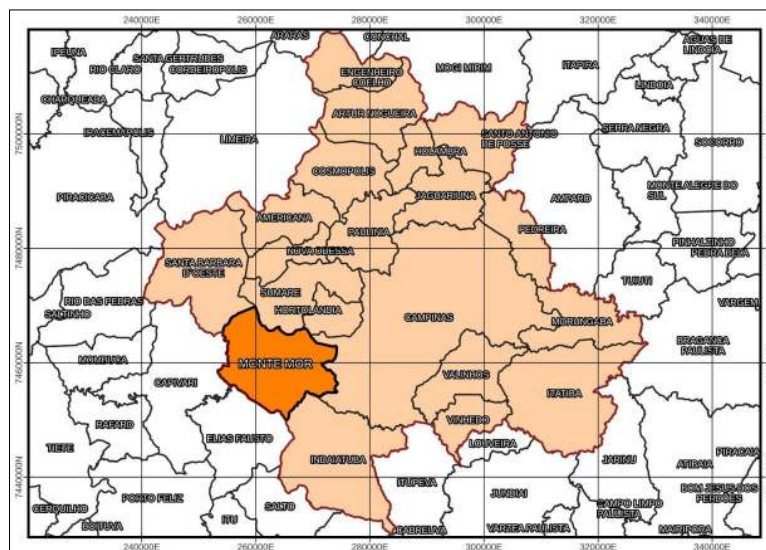


Figura 1. Localização do Município de Monte Mor na Região Metropolitana de Campinas (RMC).

PROESPLAN
Engenharia

Faz divisa, a oeste, com o município de Capivari, ao sul com os municípios de Elias Fausto e Indaiatuba, a leste com o município de Campinas, e a norte com os municípios de Santa Bárbara d'Oeste, Sumaré e Hortolândia (figura 2).

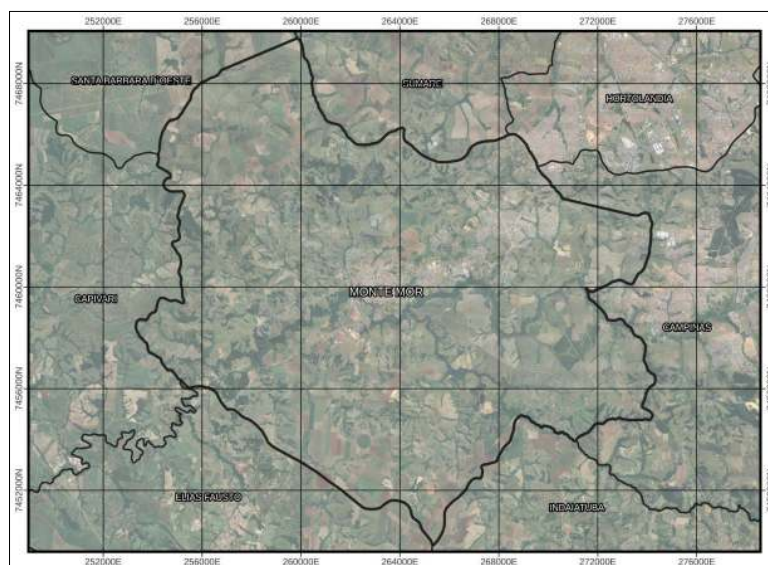


Figura 2. Localização do Município de Monte Mor na Região Metropolitana de Campinas (RMC).

3.2. ESTRUTURA DO TERRITÓRIO

O município de Monte Mor se constituiu apenas de distrito-sede no ano de 1960, quando foi emancipado politicamente, permanecendo da mesma forma na nova divisão territorial de 2020. É composto por 77 bairros (Tabela 1), apresentando, segundo o censo do IBGE de 2010, 14.464 domicílios particulares permanentes, sendo 13.598 na área urbana e 866 na área rural.

**Tabela 1.** Listagem dos Bairros do Município de Monte Mor.

BAIRROS DE MONTE MOR						
Jd. Planalto	Jd. Fortuna	Jd. Moreira	Jd. Alvorada	Pq. Imperial	Jd. Colorado	Jd. São José
Nelson Wulk	Jd. Colina III	Jd. Colina I	Jd. Colina II	Jd. Baldiotti	Jd. Itapoan	Vila Magal
Jd. Filletaz	Jd. Paulista	Jd. Paviotti	Jd. Daniela	Jd. Santa Cândida	Vila Faride Calil	Chácara Pindorama
Jd. Bela Vista	Estância das Seriemas	Jd. Santo Antônio	Jd. Nova Alvorada	Quinhões da Esperança	Campos de Monte Mor	Jd. Guanabara
Jd. São Domingos	Pq. Res. Figueira	Pq. Res. Figueira III	Jd. São Sebastião	Jd. Chapéu do Sol	Jd. Monte Verde	Cond. Seravanila
Chácara do Sol	Res. Pq. do Café II	Jd. Vista Alegre	Panorama	Cidade Jardim	Progresso	Jd. São Gabriel
Pq. Res. Figueira II	Chácara Casa Verde	Pq. Res. São Clemente	Pq. Said Jorge	Empresarial Bandeirantes	Chácara São Pedro	Jd. São Jorge
Jd. Campos Dourados	Jd. São Bom Jesus	Res. Pq. Bela Vista	Res. Pq. do Café	Pq. São Rafael	Chácara Planalto	Jd. Sta Izabel
Jd. San Remo	Jd. do Engenho	Jd. Capuavinha	Faz. Sto Antonio – Haras Larissa	Sítios de Recreio Recanto do Bosque	Conj. Hab. Monte Mor B – Maria A. B. Giatti	Conj. Hab. Monte Mor A – Antônia B. Carneiro
Jd. Nossa Sra de Fátima	Conj. Hab. Monte Mor C – Jd. Vitória	Chácara de Recreio Umuarama	Pq. Res. São Clemente – Fase II	Chácara Estância das Águas	Chácara de Recreio Miracatu	Chácara Estância dos Reis
Jd. Central Park Monte Mor	Pq. Res. Terras de Yucatan	Chácara Recanto do Mirim	Jd. Central Park Monte Mor	Chácara Meu Cantinho	Chácara Recanto Palmares	Chácara São Francisco

Fonte: Elaborado pelos Autores.

Tem como principal acesso a Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença (SP-101), que corta transversalmente o município (figura 3), conectando-o diretamente com os municípios de Capivari e Hortolândia. A tabela 2 apresenta as principais distâncias entre a sede do município e a sede das principais cidades vizinhas.

Tabela 2. Distância entre Monte Mor e as Principais Cidades Vizinhas.

MUNICÍPIOS	DISTÂNCIA (km)	PRINCIPAL RODOVIA
Campinas	30,8	Rod. SP-101
Hortolândia	17,4	Rod. SP-101
Sumaré	17,2	Est. p/ Sumaré e Est. Mun. Norma M. Biondo
Santa Bárbara D'Oeste	36,1	Rod. dos Bandeirantes
Capivari	24,1	Rod. SP-101
Elias Fausto	16,1	Rod. SP-101 e Rod. Antonio Rossi
Indaiatuba	23,3	Rod. Cônego C. S. Pires
São Paulo	118,2	Rod. dos Bandeirantes

Fonte: Adaptado, Google Maps, 2022.

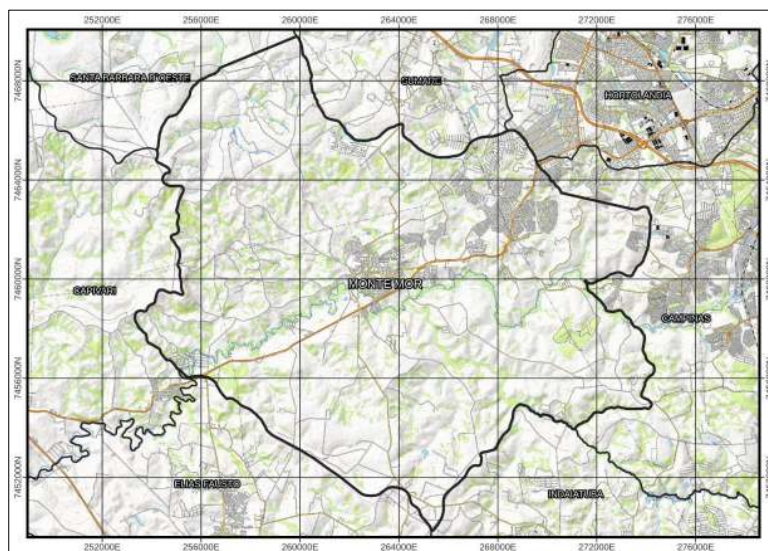
PROESPLAN
Engenharia

Figura 3. Principais Eixos Viários do Município de Monte Mor e Adjacências.

Estando situado nas imediações de importantes eixos rodoviários estaduais, como as rodovias dos Bandeirantes, Anhanguera e Santos Dumont, o município está a aproximadamente 17 quilômetros do Aeroporto Internacional de Viracopos, assim como também se situa a 17 quilômetros da ferrovia EF-364, conhecida como Linha Tronco da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, responsável pela ligação entre o município de Cuiabá e o porto de Santos.

Em relação ao disciplinamento do uso e ocupação do solo no município, a Lei Complementar Nº 42 de 2015 alterou as disposições anteriores, estabelecendo a abrangência das zonas urbanas, zonas rurais, e zonas de expansão urbana. O zoneamento municipal é apresentado abaixo, na figura 4, e a extensão de cada uma de suas zonas, em termos de área, pode ser visualizada na tabela 3, a seguir.

PROESPLAN
Engenharia

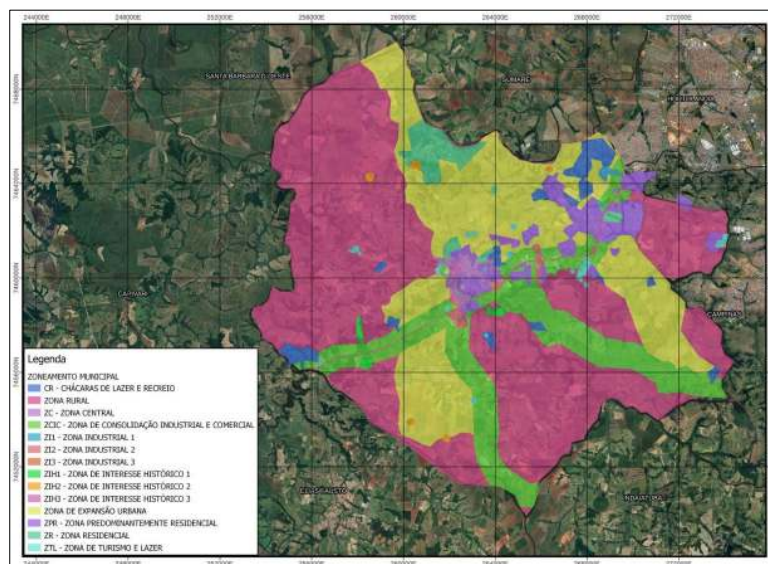


Figura 4. Zoneamento do Município de Monte Mor.

Tabela 3. Zoneamento Municipal, por Área.

SIGLA DA ZONA	DESCRIÇÃO DA ZONA	ÁREA (ha)	%
CR	Chácaras de Lazer e Recreio	553	2,29
ZC	Zona Central	190	0,79
ZCIC	Zona de Consolidação Industrial e Comercial	3266	13,55
ZIH1	Zona de Interesse Histórico 1	79	0,33
ZIH2	Zona de Interesse Histórico 2	51	0,21
ZIH3	Zona de Interesse Histórico 3	31	0,13
ZTL	Zona de Turismo e Lazer	131	0,54
ZI1	Zona Industrial 1	33	0,14
ZI2	Zona Industrial 2	114	0,47
ZI3	Zona Industrial 3	8	0,03
ZPR	Zona Predominantemente Residencial	1081	4,48
ZR	Zona Residencial	576	2,39
ZONA DE EXPANSÃO URBANA		5.799	24,06
ZONA RURAL		12.194	50,58
TOTAL		24.106	100,00

Como se pode notar pelos elementos apresentados acima, quase 75% de toda a área do município de Monte Mor se localiza nas zonas rurais ou de expansão urbana, situação que reforça a importância do presente plano para apresentar as soluções de saneamento em áreas rurais e isoladas do município.



PROESPLAN
Engenharia

Em levantamento próprio, realizado por meio de imagens de satélite fornecidas pelo serviço Google Earth, foi possível identificar, ao longo das áreas rurais ou isoladas do município, núcleos habitacionais isolados e residências / unidades produtivas isoladas, conforme pode ser visualizado nas figuras 5 e 6, respectivamente.

Para a delimitação dos núcleos e habitações isoladas foi utilizada a métrica dada pelo termo de referência do presente serviço: para locais onde existem ao menos 5 domicílios localizados a no máximo 200 metros entre eles, tratam-se de núcleos isolados. Onde a situação não se apresenta como tal, trata-se de habitações isoladas.

Nesse levantamento prévio, realizado principalmente para fins de planejamento das próximas etapas do serviço, foram identificados 55 núcleos isolados e 242 habitações / unidades produtivas isoladas. Somam-se a esses núcleos isolados um total de 12 parcelamentos urbanos esparsos, identificados pelo Plano Municipal de Saneamento como de atendimento individual (não foi prevista a conexão à rede de água e/ou esgoto nos mesmos).

Estima-se um total de 4.250 domicílios presentes nesses núcleos isolados e parcelamentos esparsos. Realizando-se, também de forma prévia, a estimativa de habitações por núcleo isolado, é importante notar que a variação de densidade habitacional é gritante, podendo orbitar desde valores como 0,05 domicílio / ha, em áreas mais esparsas, até quase 15 domicílios / ha, nos núcleos mais adensados.

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787

PROESPLAN
Engenharia

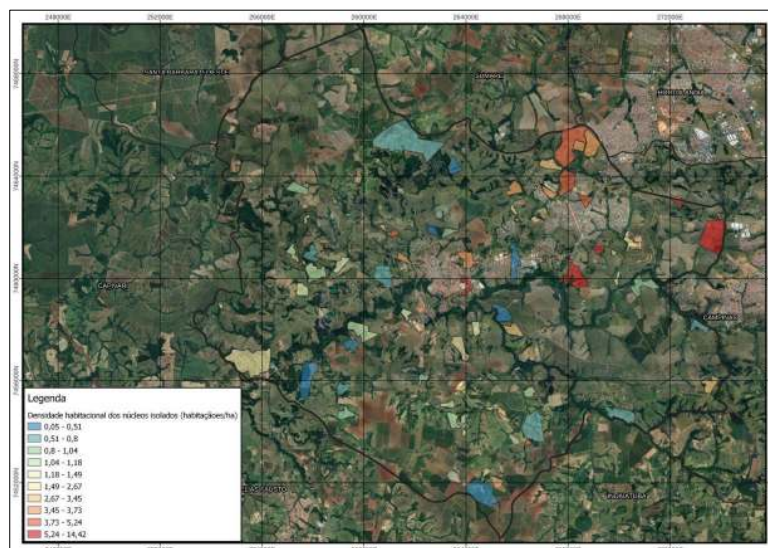


Figura 5. Núcleos Habitacionais Isolados do Município de Monte Mor.

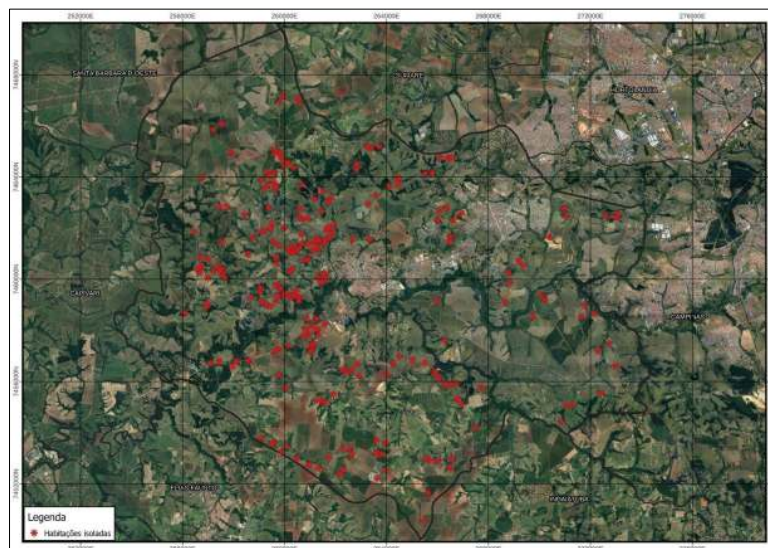


Figura 6. Unidade Produtivas / Domicílios Isolados do Município de Monte Mor.



3.3. HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

Segundo a Prefeitura de Monte Mor, tempos antes do Brasil ser descoberto pelos portugueses, a região do Município já era conhecida e habitada por índios Tupi-Guarani. Em escavações nos sítios Tapajós e Rage Maluf (a partir de 1971), foram encontrados vestígios, como cerâmicas e rochas e minerais, que comprovam a existência desses povos indígenas na região.

O que fez com que o homem se fixasse nessa localidade foi a boa qualidade do solo para seus plantios e a água em abundância e de qualidade, para consumo próprio, para dessedentação de animais e para a irrigação também. Os primeiros a se fixarem no local foram os índios. Após, foram os cargueiros vindos de Piracicaba, com suas mercadorias agrícolas que seriam comercializadas em locais de maior circulação de pessoas, como a Capital e a baixada santista, que encontravam locais com excelentes condições para o pouso.

Famílias vindas de Itu e Porto Feliz passaram a adquirir propriedades para cultivá-las, assim começando o primeiro desenvolvimento de Monte Mor. As famílias católicas Ferreira Alves, Bicudo de Aguirre e Aguirre Camargo, doaram um conjunto de terras para a construção e sustentação de uma Capela sob a invocação de Nossa Senhora do Patrocínio. Nesse tempo o local era chamado de Capela Curada de Nossa Senhora do Patrocínio de Capivari de Cima.

A antiga Capela Curada foi colocada em pé em Freguesia, por decreto de 16 de agosto de 1832, com a denominação de Nossa Senhora do Patrocínio de Água Choca e por lei provincial da Assembleia Legislativa, a Freguesia se tornou a Vila de Monte Mor em 24 de março de 1871, data em que se comemora o aniversário de Monte Mor.

3.3.1. FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

O território onde atualmente se encerram os limites do município de Monte Mor foi anteriormente estabelecido, em 1832, como distrito do município de Itu, nomeado como Nossa Senhora do Patrocínio de Água Choca. Em 1871, foi elevado à categoria de Vila, já com a denominação de Monte-Mor, tendo sido, portanto, desmembrado do município de Itu. Foi constituído, nessa ocasião, por apenas um distrito-sede.



PROESPLAN
Engenharia

Em 1906, é elevado à condição de município, com a denominação tal qual a Vila, Monte-Mor. Em 1925, o território limítrofe de Elias Fausto é anexado, como distrito, ao município de Monte-Mor; no entanto, tal situação se estabelece por pouco tempo: em 1944 o distrito de Elias Fausto é emancipado do distrito de Monte-Mor, restabelecendo-se o distrito-sede como único distrito do município.

Em 1953 é mudada a grafia do nome do município para Monte Mor, que assim permanece até os dias atuais.

3.3.2. USO DO SOLO E ÁREAS PROTEGIDAS

O território monte-morense é ocupado por uma grande variedade de atividades produtivas; no entanto, as que mais se destacam, pelo tamanho da área que ocupam, são as atividades agrosilvopastoris.

De acordo com levantamento de uso e cobertura da terra da Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) 5 - Piracicaba/Capivari/Jundiaí (PCJ) do ano de 2013, tal classe de uso do solo é observada em quase 60% da área do município. As superfícies naturais, normalmente presentes nas imediações das áreas de produção agrícola, são a segunda classe mais representativa, com quase 20% do total. Espaços abertos sem cobertura vegetal e superfícies artificiais somam outros poucos mais de 20%, sendo o restante, quase 1%, identificado como pertencente à classe de corpos d'água.

A seguir, a tabela 4 apresenta os dados compilados, e a figura 7 a representação gráfica das classes ao longo do território.

Tabela 4. Uso do Solo do Município de Monte Mor.

USO	ÁREA (hectares)	%
Superfícies Naturais	4.490	18,8
Superfícies Artificiais	2.450	9,9
Áreas Agrosilvopastoris	14.050	58,5
Corpos D'Água	190	0,9
Espaços Abertos com Pouca ou Nenhuma Cobertura Vegetal	2.880	11,9
TOTAL	24.060	100,00

PROESPLAN
Engenharia

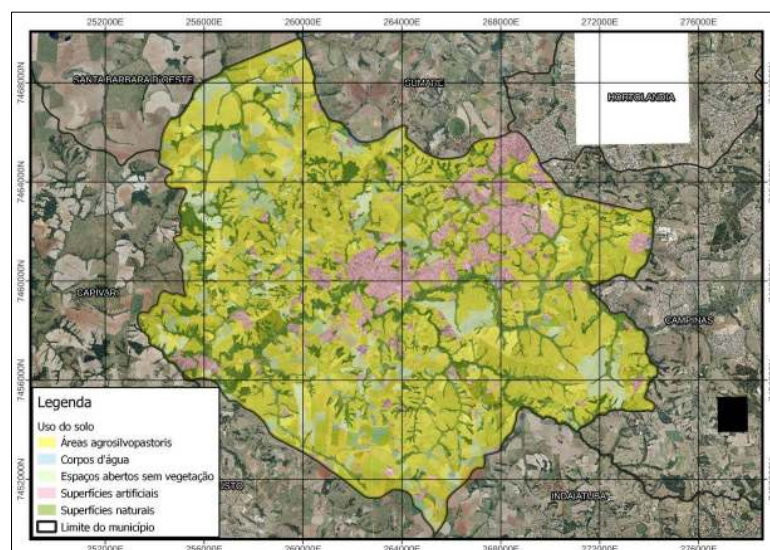


Figura 7. Uso do Solo no Município de Monte Mor.

A classe de áreas agrossilvopastoris, ainda de acordo com levantamento de uso e cobertura da terra da Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) 5 - Piracicaba/Capivari/Jundiá (PCJ) do ano de 2013, pode ser subdividida em 5 classes: pastagem, reflorestamento, cultura perene, semiperene, e temporária. Nesse sentido, as duas classes mais representativas são as de pastagem, com 51,5% do total, e a de cultura semiperene, com 42,1%. A cultura semiperene é representada, em toda a sua extensão, pelo plantio de cana-de-açúcar. A tabela 5 apresenta tais dados sumarizados, e a figura 8 expressa a distribuição das subclasses ao longo do território monte-morense.

Tabela 5. Áreas Agrossilvopastoris.

USO DO SOLO	ÁREA (hectares)	%
Pastagem	7.216	51,51
Reflorestamento	287	2,05
Cultura Perene	553	3,95
Cultura Temporária	49	0,35
Cultura Semiperene	5.902	42,14
TOTAL	14.007	100,00

PROESPLAN
Engenharia

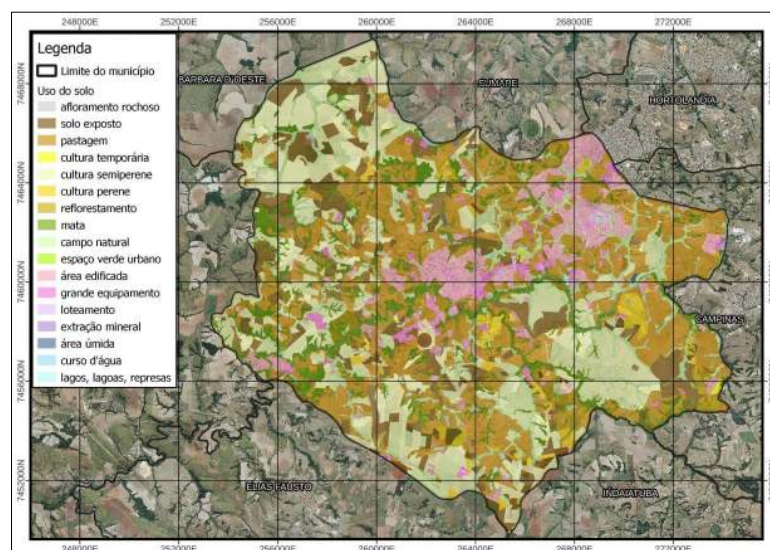


Figura 8. Subclasses de Uso do Solo no Município de Monte Mor.

Já a classe de superfícies naturais, conforme levantamento supracitado se subdivide entre as subclasses de mata, campo e área úmida. Nesse tocante, a área úmida é a menos representativa do total da classe (0,5% do total), tendo a mata como subclasse de maior representação, abrangendo quase 60% do total. Os campos naturais, por sua vez, totalizam quase 44% da área abrangida pela classe das superfícies naturais. A tabela 6 apresenta tais dados sumarizados.

Tabela 6. Superfícies Naturais.

USO DO SOLO	ÁREA (hectares)	%
Mata	2.502	55,8
Campo Natural	1.960	43,7
Área Úmida	20	0,5
TOTAL	4.482	100,0

Em relação às áreas especialmente protegidas existentes no município, cabe apontar a existência de dois sítios arqueológicos (Santa Sofia e Rage Maluf), que se situam relativamente próximos à área urbana central do município, nas imediações da rodovia SP-101.

PROESPLAN
Engenharia

Não há informações no ITESP sobre assentamentos de reforma agrária e/ou comunidades quilombolas no município, e não constam áreas disponíveis para restauro no Programa Nascentes. Ademais, existem duas unidades de conservação próximas aos limites do município de Monte Mor, ambas localizadas no município de Campinas: Área de Proteção Ambiental (APA) de Campo Grande, e Parque Natural Municipal dos Jatobás. Ainda, existe no município de Sumaré, nas proximidades da divisa com Monte Mor, o assentamento de reforma agrária PE SUMARÉ I. A figura 9 apresenta a localização das áreas supracitadas.

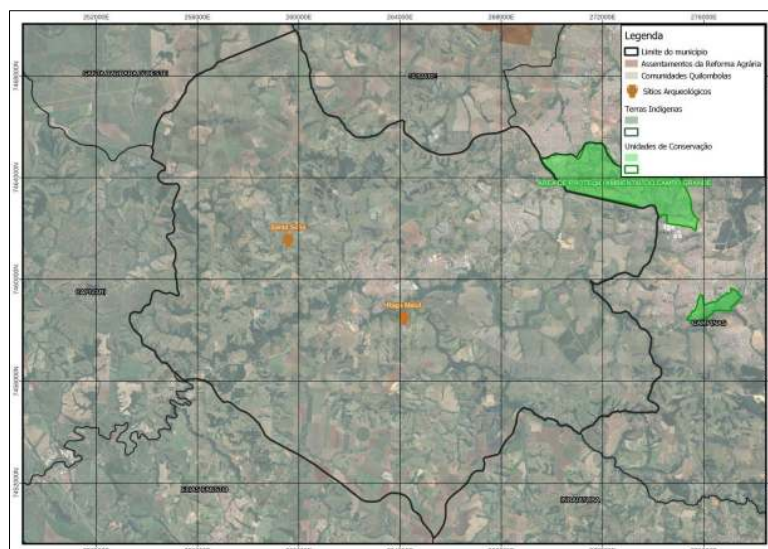


Figura 9. Áreas Especialmente Protegidas nas Proximidades do Município.

Em relação às áreas onde se verificam atividades de caráter rural no município, o Cadastro Ambiental Rural indica a existência de 20.238 hectares desse tipo de área, distribuídos em 753 propriedades (figura 10). Ainda de acordo com o Cadastro, desse total de área se verificam 2.297 hectares destinados à reserva legal dessas propriedades, sendo que 17 hectares se encontram já com a Reserva averbada na matrícula do imóvel, cerca de 2 hectares já tiveram aprovadas suas delimitações, mas que ainda não foram averbadas, e o restante da área grafada, 2.278 hectares, ainda estão na fase de proposição.

Em relação a essas propriedades, cabe também apontar que cerca de 31 ha foram identificados como de uso restrito, por possuírem declividade entre 25° e 45°, e a área da soma de todos os fragmentos de vegetação remanescente inseridos nessas propriedades perfazem 2.324 hectares. Em relação às áreas de preservação permanente, que podem estar sobrepostas às classes supracitadas, o total levantado para o município pelo cadastro é de 2.063 hectares, que se dividem em:

- APPs de declividade (maiores ou iguais a 25°): 19 hectares;
- APPs de veredas: 1 hectare;
- APPs de topo de morro: 55 hectares;
- APPs de barramentos artificiais: 5 hectares;
- APPs de nascentes: 272 hectares (divididas entre 413 nascentes);
- APPs de cursos d'água: 1.711 hectares.

Ainda em relação às APPs, se verificam cerca de 413 hectares de áreas consolidadas inseridas em APPs.

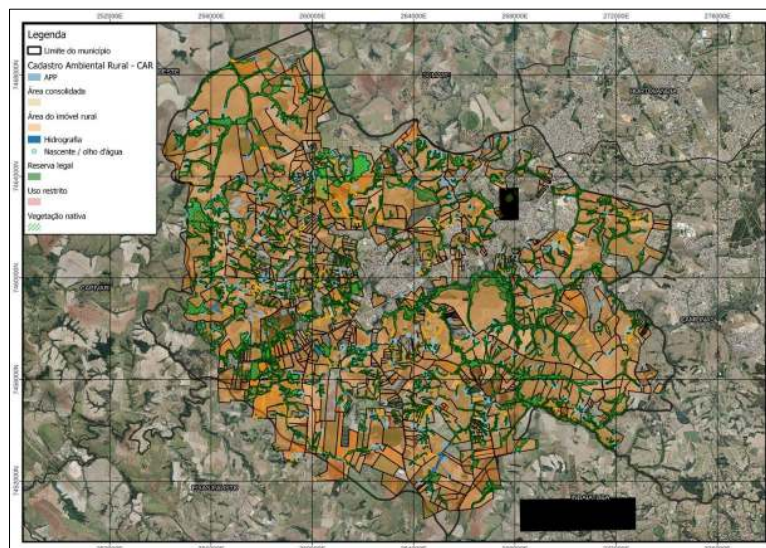


Figura 10. Propriedades Cadastradas no CAR.

Em relação à existência de necrópoles no município, verifica-se a existência de somente uma unidade em seu território, o Cemitério Municipal de Monte Mor. Localizado nas imediações da área urbana e próximo à Rodovia SP-101, seus limites situam-se a pouco mais de 100 metros do Rio Capivari, observando-se que o uso do solo nas suas imediações é predominantemente de caráter rural, com relevante presença de pasto limpo e mata em um raio de 500 metros a partir dos limites da necrópole (figura 11).

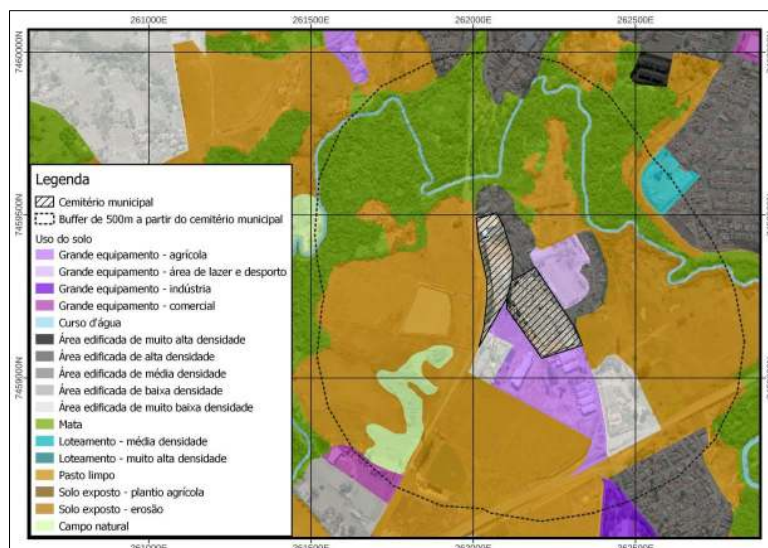


Figura 11. Uso do Solo nas Imediações do Cemitério Municipal de Monte Mor.

Em relação às vias carroçáveis existentes no município, em consulta à base de dados OpenStreetMaps, verifica-se a existência de cerca de 649 quilômetros de vias no município, sendo a sua maioria, cerca de 598 quilômetros, de caráter público. As demais vias se dividem entre o caráter privado (cerca de 11 quilômetros) e as vias de servidão (40 quilômetros, aproximadamente) (figura 12).

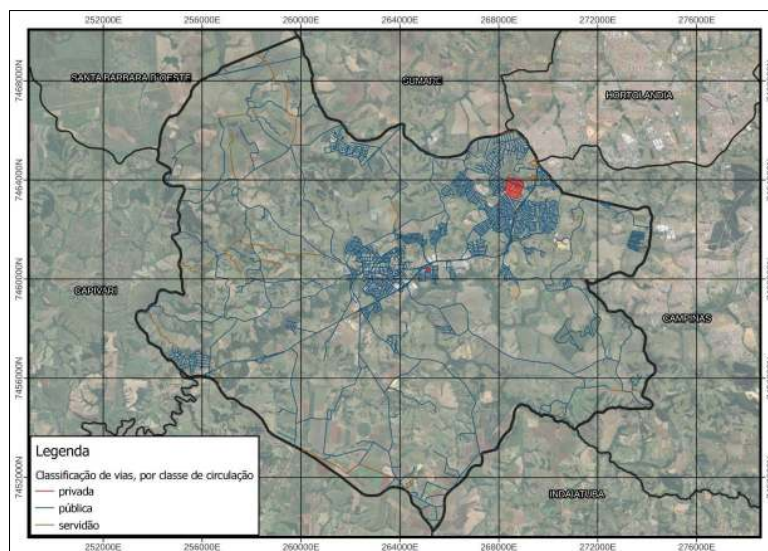


Figura 12. Vias Carroçáveis no Município, por Classe de Circulação.

PROESPLAN
Engenharia

Em relação ao tipo de pavimento dessas vias, também de acordo com a base de dados supracitada, são 332 quilômetros de vias pavimentadas, e 317 quilômetros de vias não pavimentadas. Das vias não pavimentadas, cerca de 287 quilômetros de vias tem caráter público de circulação, e os restantes 30 quilômetros possuem caráter privado (figura 13).

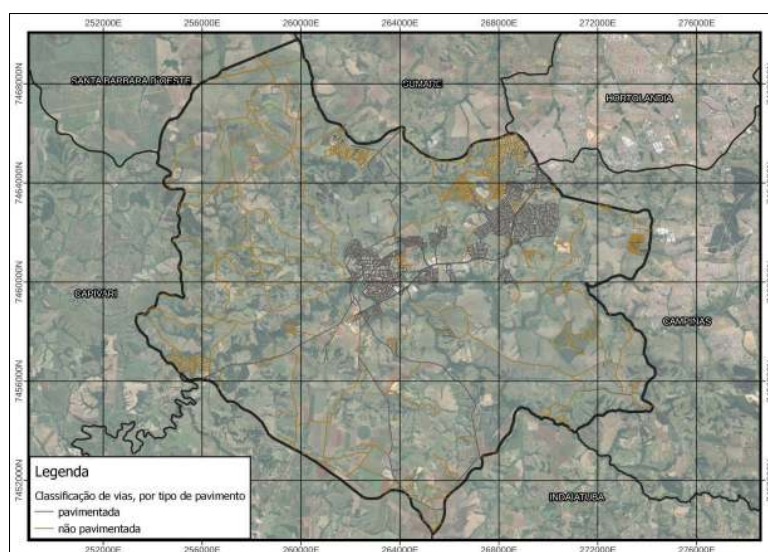


Figura 13. Vias Carroçáveis no Município, por Tipo de Pavimento.

3.4. ATRIBUTOS FÍSICOS

De acordo com o mapeamento da cobertura vegetal nativa do Estado de São Paulo de 2020, produzido pelo Instituto de Pesquisas Ambientais - IPA existem duas fitofisionomias presentes no município: Formação Pioneira com Influência Fluvial e Floresta Estacional Semidecidual em estágio médio de regeneração. Em uma totalidade de 3.509 hectares, a primeira representa aproximadamente 27% desse total, sendo o resto presente nos restantes 73% levantados. A tabela 7 apresenta tais dados sumarizados, e a figura 14 expressa a distribuição das fitofisionomias ao longo do território monte-morense.

Tabela 7. Cobertura Vegetal Nativa.

FITOFISIONOMIA	AREA (hectares)	%
Formação Pioneira com Influência Fluvial	958	27,3
Floresta Estacional Semidecidual em Estágio Médio	2.551	72,7
TOTAL	3.509	100,00

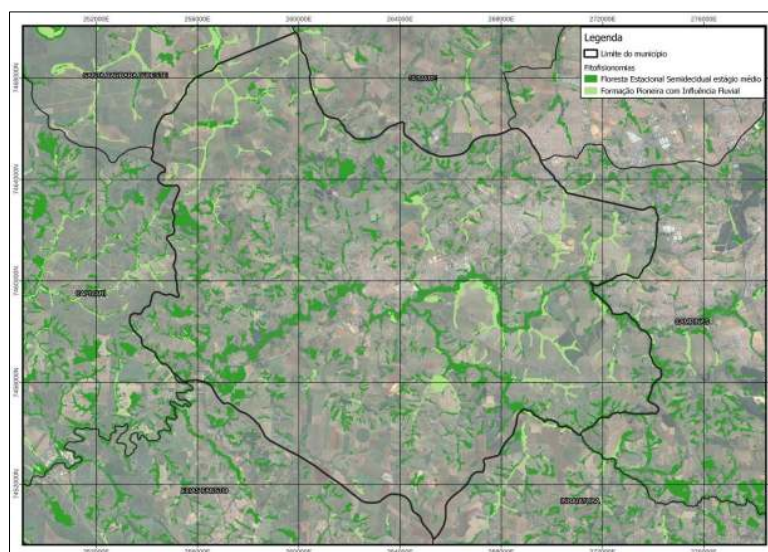


Figura 14. Fitofisionomias Presentes no Município.

PROESPLAN
Engenharia

Em relação à litologia presente no território municipal, verificam-se três grandes classes distintas: depósitos aluvionares, presentes ao longo do Rio Capivari e em suas imediações, constituídos principalmente por areias, cascalhos, siltes e argilas, cuja origem é explicada pela sua própria nomenclatura; Grupo Itararé, presentes ao longo da maior parte do território, constituído principalmente por rochas sedimentares como arenitos, diamictitos, folhelhos e ritmitos, de origem glacial; Formação Serra Geral, presente nas imediações de parte da divisa com o município de Capivari, constituído por rochas ígneas de caráter básico, como diabásios, dioritos, lamprófiros, andesitos, monzonitos e traquiandesitos, de origem plutônica, ou intrusiva (figura 15).

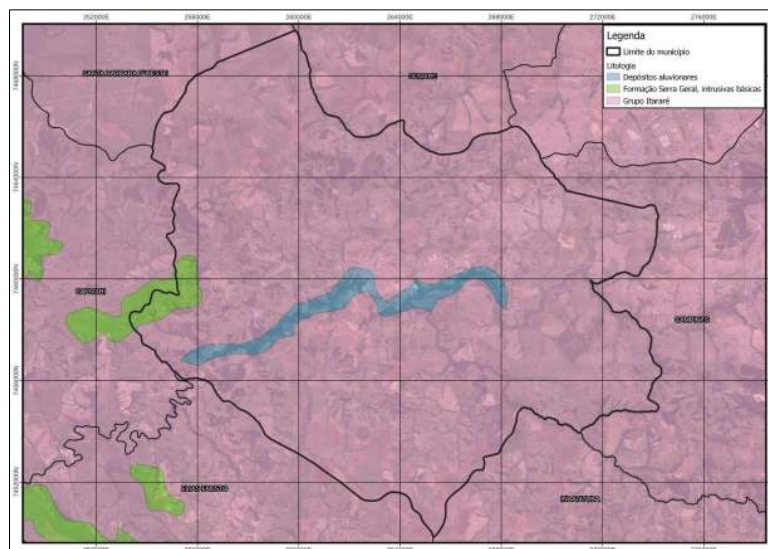


Figura 15. Litologia Presente no Município.

PROESPLAN
Engenharia

Por conta do caráter litológico existente ao longo do território monte-morense, nota-se que a geomorfologia decorrente se apresenta majoritariamente na forma de três classes distintas: as colinas amplas e suaves, esculpidas ao longo do tempo geológico pela erosão das rochas sedimentares, caracterizadas por baixas declividades de 3° a 10° e amplitudes de 20 a 50 metros; as colinas dissecadas e morros baixos, de mesma origem das anteriores, com amplitudes de 30 a 80 metros e declividades de 5° a 20°; as planícies fluviais, encontradas ao longo do curso do Rio Capivari, formadas pela deposição dos sedimentos erodidos na formação das colinas, com declividades de no máximo 3° (figura 16).

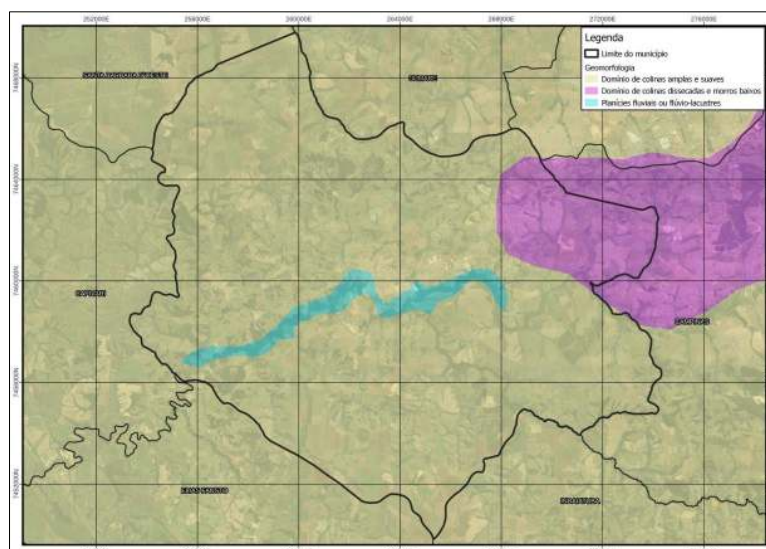


Figura 16. Geomorfologia Presente no Município.

PROESPLAN
Engenharia

Em relação à característica pedológica, nota-se a predominância de neossolos na seção sudeste do município, o que indica um menor potencial de evolução e de transformação do substrato litológico existente. Em sua seção sudoeste predominam os cambissolos, o que indica um maior potencial de drenagem de águas pluviais nos locais onde se apresentam. Ao norte e no centro-sul do município, apresentam-se com maior dominância os argissolos, indicando-se, de forma geral, uma menor permeabilidade às águas superficiais nesses locais (figura 17).

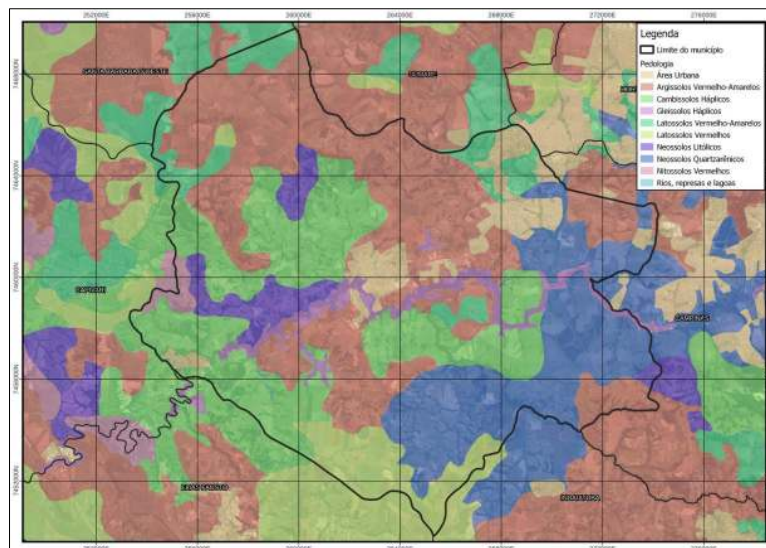


Figura 17. Pedologia Presente no Município.

Em relação aos cursos d'água do município, nota-se que, conforme classificação regulamentada pela resolução CONAMA N° 357, estão em sua totalidade enquadrados como sendo de classe 2 (figura 18), o que demanda, em certa medida, uma maior atenção aos parâmetros mínimos estabelecidos, visto que mais restritos, em ações que busquem sua utilização, direta ou indireta.

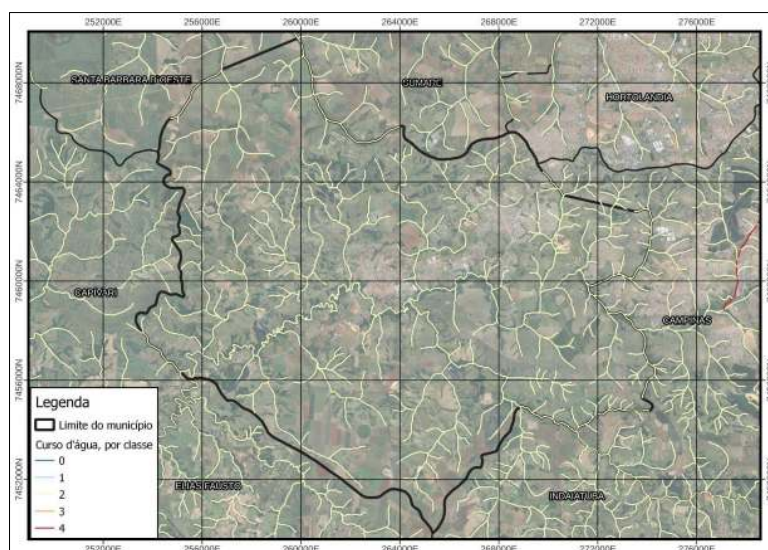


Figura 18. Cursos D'Água do Município, por Classe.



Em relação aos principais cursos d'água presentes no território, nota-se que o Rio Capivari é o mais longo e mais importante que corta o município: trata-se de um dos três principais cursos d'água que compõem a UGHRI 05, formando, juntamente com o Rio Piracicaba e o Rio Jundiá, a bacia PCJ (Piracicaba, Capivari, Jundiá). Pode-se citar outros cursos d'água de relevantes comprimentos, como por exemplo o Rio Capivari Mirim, o Córrego do Monjolinho e o Ribeirão do Aterrado. O último, juntamente com o Córrego da Água Choca e o Rio Capivari são os três principais cursos d'água que cortam a área urbana do município (figura 19).



Em relação à utilização dos recursos hídricos no município, informações obtidas pela base de dados do DAEE apontam a existência de 488 outorgas de uso de recursos hídricos em Monte Mor.

Desse total, 201 se referem a captações subterrâneas (com vazão somada de 2.463,75 m³/h), 40 a captações superficiais (com vazão somada de 1921,49 m³/h), e 1 a captação em nascentes, com vazão de 12 m³/h.



A distribuição de todas as classes de uso das outorgas são apresentadas a seguir, na tabela 8, e a espacialização das mesmas é mostrada pela figura 20.

Tabela 8. Outorgas de Uso de Recursos Hídricos - DAEE.

CLASSE DE USO DA OUTORGA	QUANTIDADE	%
Barramento	88	18,04
Canalização	6	1,23
Captação em Nascente	1	0,20
Captação Subterrânea	201	41,19
Captação Superficial	40	8,20
Desassoreamento	5	1,02
Extração de Minérios	5	1,02
Lançamento Superficial	36	7,38
Reservação	4	0,82
Retificação	1	0,20
Travessia	2	0,41
Travessia Aérea	29	5,95
Travessia Intermediária	17	3,48
Travessia Subterrânea	53	10,86
TOTAL	488	100

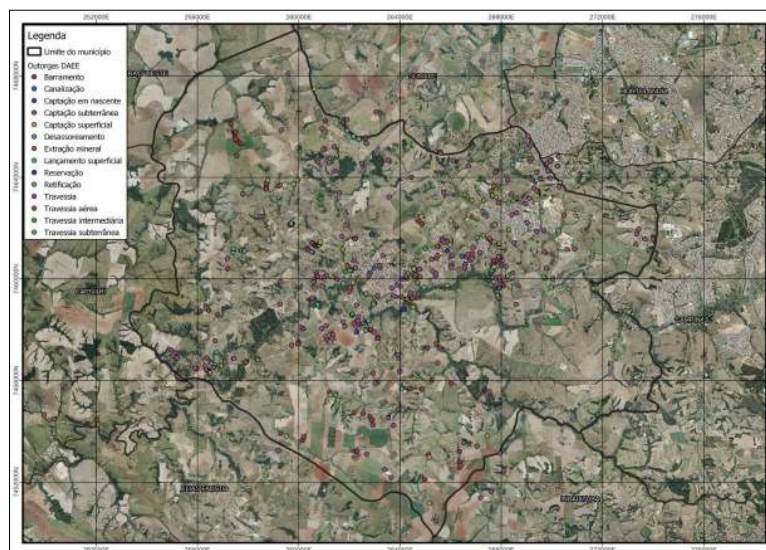


Figura 20. Outorgas de Uso de Recursos Hídricos - DAEE.



PROESPLAN
Engenharia

Em relação aos usos da água na bacia do Capivari, de acordo com o Plano de Bacia, seus principais usos estão relacionados, praticamente de forma igualitária, entre abastecimento humano (0,97 m³/s), irrigação (0,94 m³/s), e indústria (1,03 m³/s), sendo que a dessedentação de animais utiliza 0,055 m³/s. Não há nada especialmente relevante no Atlas de Abastecimento Urbano de Água que tenha potencial de mudanças para o município de Monte Mor.

Em relação às águas subterrâneas, ao longo do território monte-moreense verifica-se a existência de dois aquíferos distintos: o Aquífero Tubarão, e o Aquífero Serra Geral (figura 21).

O Aquífero Tubarão, de origem glacial, é formado por rochas com características bastante heterogêneas, datadas do Carbonífero Superior, o que torna seu comportamento como aquífero extremamente irregular e de difícil definição dos parâmetros hidrogeológicos. As águas do Aquífero Tubarão são fracamente salinas, bicarbonatadas sódicas e secundariamente bicarbonatadas cálcicas ou mistas. O pH varia de 4,8 a 8,9 e o resíduo de 21 a 421 mg/L, possuindo boas potencialidades aquíferas, com vazão estimada de até 10m³/h/m.

O Aquífero Serra Geral, por sua vez, apresenta-se no afloramento das rochas intrusivas, e é formado por rochas bastante impermeáveis originadas por intrusões diabásicas; dessa forma, a produção de águas subterrâneas ocorre somente ao longo de falhas e fraturas das rochas e intercalação com rochas mais permeáveis. Nota-se, portanto, a existência de potencial zona de recarga do aquífero nas áreas de sua ocorrência. Possui descontinuidade, extensão regional limitada, porosidade e permeabilidade associadas a fraturas, com vazão estimada em um intervalo de 1 a 12 m³/h/m.

PROESPLAN
Engenharia

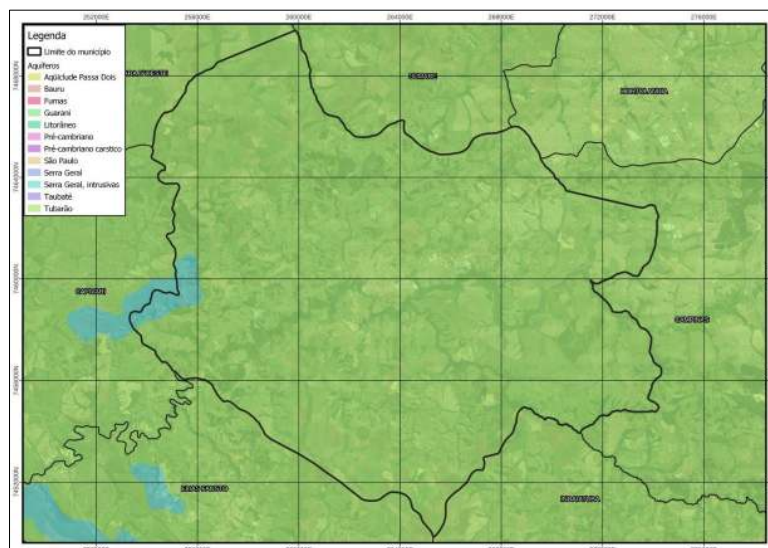


Figura 21. Aquíferos Presentes no Município.

Segundo a classificação pelo sistema de Koeppen, o clima no município é do tipo cwa, ou temperado com verão quente, estações de verão e inverno bem definidas, ocorrência de precipitação nos meses de verão e seca no inverno. No município de Monte Mor predominam os ventos do sul. As temperaturas médias variam de 17,9°C no mês mais frio (julho) a 24,6°C no mês mais quente (fevereiro), com uma média anual de 21,6 °C, conforme Tabela 9.

Tabela 9. Temperatura e Precipitação.

MÊS	TEMPERATURA MÉDIA DO AR (°C)			PRECIPITAÇÃO (mm)
	Mínima	Máxima	Média	
Janeiro	18,8	30,1	24,4	227,5
Fevereiro	19,0	30,2	24,6	184,0
Março	18,2	29,8	24,0	127,8
Abril	15,5	28,0	21,8	63,9
Mai	12,8	26,0	19,4	68,8
Junho	11,3	24,8	18,1	50,6
Julho	10,7	25,0	17,9	40,1
Agosto	12,1	27,1	19,6	39,0
Setembro	14,1	28,0	21,0	75,7
Outubro	15,7	28,6	22,2	111,1
Novembro	16,7	29,3	23,0	136,3
Dezembro	18,1	29,3	23,7	211,0
SITUAÇÃO ATUAL				
Ano	15,3	28,0	21,6	1.335,8
Mínimo	10,7	24,8	17,9	39,0
Máximo	19,0	30,2	24,6	227,5



3.5. ATRIBUTOS SOCIOECONÔMICOS

De acordo com o Censo realizado pelo IBGE em 2010, haviam 48.949 habitantes no município de Monte Mor, chegando a uma densidade demográfica de 203,61 hab/km². Para o ano de 2021, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística estimou que o município monte-morense chegaria a 61.707.

Com a ajuda do Ministério da Saúde, através do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), foi possível realizar o levantamento estatístico de 2010 (data do último censo realizado pelo IBGE) a 2019 (data do último relatório estimativo disponibilizado no DATASUS para Monte Mor), já que o Ministério realiza anualmente a estatística populacional por município. De acordo com os dados levantados pelo DATASUS, a população de Monte Mor em 2019 era de 59.772. Enquanto na Tabela 10, é possível acompanhar o crescimento populacional estimado entre 2010 e 2019.

Tabela 10. Estimativa Populacional de Monte Mor Entre 2010 e 2019.

ANO	POPULAÇÃO (Nº DE HABITANTES)
2010	48.971
2011	49.841
2012	50.702
2013	53.488
2014	54.462
2015	55.409
2016	56.335
2017	57.240
2018	58.765
2019	59.772

Fonte: Adaptado, DATASUS, 2022.

3.5.1. ECONOMIA

De acordo com informações levantadas no sítio eletrônico do município, o local apresenta uma economia diversificada, onde, levando em conta a arrecadação, a maior empresa de Monte Mor é a Tetra Pak, que se encontra no ramo de embalagens alimentícias. No último levantamento realizado pelo município, em 2016, existem cerca de 1.900 empresas divididas em:

- 100 no ramo industrial;
- 800 no ramo comercial; e
- 1.000 no ramo de prestação de serviços.



Segundo dados do IBGE, o PIB per capita em 2019 foi de R\$ 58.111. Houve um crescimento na renda e diminuição na desigualdade de renda entre os municípios e ainda alcançou um aumento per capita de 51,62% de 1991 (R\$ 444,68) a 2010 (R\$ 674,23), ajudando na diminuição da extrema pobreza no município, que antes era de 3,67 e passou para 1,53% (Ipea).

3.5.2. TRABALHO E RENDIMENTO

Em 2020, o salário médio mensal era de 3,0 salários mínimos, onde a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 26,2%.

A população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo em 2010 era de 34,7%.

Pode-se relacionar a caracterização do trabalho, renda e pobreza com a diferenciação das classes econômicas do município, tendo uma consequência direta no fator de análise quanto à infraestrutura do saneamento. Sendo assim, a qualidade do saneamento que chega nos municípios de menor renda é pior que na população de renda maior.

Assim, na Tabela 11, é possível visualizar os percentuais de renda e o grau de instrução da classe trabalhadora.

Tabela 11. Nível Educacional e Rendimento Médio Mensal dos Municípios de Monte Mor.

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	2000	2010
Ensino Fundamental Completo	42,70	62,31
Ensino Médio Completo	22,24	41,28
Ensino Superior Completo	3,81	9,09
RENDIMENTO MÉDIO	2000	2010
Até 1 Salário Mínimo	25,79	11,19
Até 2 Salário Mínimo	68,32	66,47
Até 5 Salário Mínimo	92,27	93,62

Fonte: Adaptado, Ipea, 2022.

3.5.3. IDH-M

De acordo com dados do IBGE (2010), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em uma escala de 0,000 até 1, Monte Mor possui índice de 0,733 (IDH-M considerado alto), o que o faz ocupar 8º lugar na região geográfica imediata, 52º no estado de São Paulo e 288º lugar no Brasil.

3.6. EDUCAÇÃO

Para um direcionamento melhor no Plano Municipal de Saneamento Básico Rural, é necessário que saibamos o nível educacional do município, principalmente na área rural, para que possa ser traçados planos estratégicos para o desenvolvimento de projetos, programas e ações, no âmbito da educação ambiental, junto à comunidade.

Segundo dados da Secretaria de Educação de Monte Mor, o município possui o total de 40 escolas, sendo apenas duas na área rural, uma do 1º ao 5º ano do Ensino Médio e outra da 1ª e 2ª fase do Ensino Infantil e do 1º ao 5º ano do Ensino Médio. Das 40 escolas, 32 são escolas municipais e 8 escolas estaduais. A localização das unidades de ensino é apresentada a seguir, na figura 22.

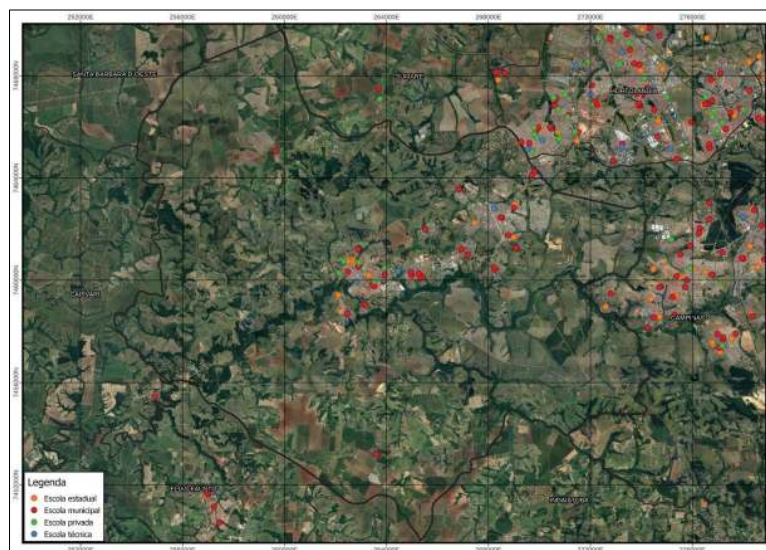


Figura 22. Unidades de Ensino no Município.

De acordo com o IBGE (2010), a taxa de alfabetização é alta no município, chegando a 97,2% na faixa etária de 6 a 14 anos de idade, tendo ainda uma taxa de analfabetismo na mesma faixa etária de 1,95%, taxa menor que a brasileira (3,24%).



Nas tabelas 12, 13, 14, 15 e 16, a seguir, são apresentados índices e projeções para o município. As taxas de alfabetização por setor censitário são apresentadas na figura 23, a seguir.

Tabela 12. Evolução e Metas do IDEB para Município.

REDE	IDEB 2015	IDEB 2017	IDEB 2019	IDEB 2021	META 2015	META 2017	META 2019	META 2021	ANOS
Estadual					5,7	5,9	6,2	6,4	1º ao 5º Ano
Municipal	6	6,4	6,6	5,9	5,3	5,6	5,9	6,1	1º ao 5º Ano
Pública	6	6,4	6,6	5,9	5,4	5,7	6	6,2	1º ao 5º Ano
Estadual	4,8	4,7	5,1	5,2	5,4	5,7	5,9	6,1	6º ao 9º Ano
Municipal	5	5,3	5,5	5,2	5	5,2	5,5	5,7	6º ao 9º Ano
Pública	4,9	5,1	5,4	5,2	5,4	5,7	5,9	6,1	6º ao 9º Ano
Estadual		4,1	4,7	4,7			4,4	4,6	Ensino Médio
Pública		4,1	4,7	4,7			4,4	4,6	Ensino Médio

Tabela 13. Rendimento Escolar para Município.

ANO	REDE	NÍVEL ESCOLAR	TAXA DE APROVAÇÃO	TAXA DE REPROVAÇÃO	TAXA DE ABANDONO
2019	Privada	Fundamental Anos Iniciais	99,4	0,6	0
2019	Pública	Fundamental Anos Iniciais	93,6	6,3	0,1
2019	Privada	Fundamental Anos Finais	100	0	0
2019	Pública	Fundamental Anos Finais	92,8	6,7	0,5
2019	Privada	Médio	97,5	2,5	0
2019	Pública	Médio	93,5	4,4	2,1

Tabela 14. Matrículas na Rede de Ensino no Município nos Últimos Anos.

ANO	NÍVEL ESCOLAR	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA
2019	Creche	0	1.545	63
2019	Pré-Escola	0	1.864	57
2019	Ensino Fundamental Anos Iniciais	0	5.114	176
2019	Ensino Fundamental Anos Finais	1.243	2.379	140
2019	Ensino Médio	2.160	0	41
2020	Creche	0	1.509	75
2020	Pré-Escola	0	1.882	63
2020	Ensino Fundamental Anos Iniciais	0	5.169	194
2020	Ensino Fundamental Anos Finais	1.344	2.414	143
2020	Ensino Médio	2.154	0	35
2021	Creche	0	1.310	65
2021	Pré-Escola	0	1.692	89
2021	Ensino Fundamental Anos Iniciais	0	5.037	218
2021	Ensino Fundamental Anos Finais	1.354	2.529	160
2021	Ensino Médio	2.432	0	45



PROESPLAN
Engenharia

Tabela 15. Dados e Projeções da População por Idade Escolar.

ANO	GRUPO DE IDADES	POPULAÇÃO	TOTAL
2000	00 a 14 anos	11.191	37.207
2005	00 a 14 anos	11.652	43.057
2010	00 a 14 anos	11.818	48.839
2011	00 a 14 anos	11.777	49.883
2015	00 a 14 anos	11.636	54.288
2020	00 a 14 anos	12.331	59.614
2025	00 a 14 anos	13.065	64.475
2030	00 a 14 anos	13.084	68.415
2035	00 a 14 anos	12.764	71.769
2040	00 a 14 anos	12.280	74.017
2045	00 a 14 anos	11.861	75.539
2050	00 a 14 anos	11.586	76.771
2000	15 a 59 anos	23.472	37.207
2005	15 a 59 anos	27.980	43.057
2010	15 a 59 anos	32.542	48.839
2011	15 a 59 anos	33.405	49.883
2015	15 a 59 anos	36.963	54.288
2020	15 a 59 anos	40.208	59.614
2025	15 a 59 anos	42.763	64.475
2030	15 a 59 anos	44.890	68.415
2035	15 a 59 anos	46.434	71.769
2040	15 a 59 anos	46.755	74.017
2045	15 a 59 anos	46.395	75.539
2050	15 a 59 anos	45.486	76.771
2000	60 anos e mais	2.544	37.207
2005	60 anos e mais	3.425	43.057
2010	60 anos e mais	4.479	48.839
2011	60 anos e mais	4.701	49.883
2015	60 anos e mais	5.689	54.288
2020	60 anos e mais	7.075	59.614
2025	60 anos e mais	8.647	64.475
2030	60 anos e mais	10.441	68.415
2035	60 anos e mais	12.571	71.769
2040	60 anos e mais	14.982	74.017
2045	60 anos e mais	17.283	75.539
2050	60 anos e mais	19.699	76.771

Tabela 16. Dados do Censo Escolar 2022 para o Município.

Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula Inicial											
	Educação Infantil				Ensino Regular				Médio		EJA EJA Presencial	
	Creche		Pré-Escola		Ensino Fundamental							
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Anos Iniciais	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Finais	Parcial	Integral	Fundamental	Médio
Estadual Urbana	0	0	0	0	0	0	990	371	2.254	133	0	175
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	502	984	1.611	0	4.830	0	2.484	0	0	0	191	0
Municipal Rural	0	0	17	19	46	41	0	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	502	984	1.628	19	4.876	41	3.474	371	2.254	133	191	175

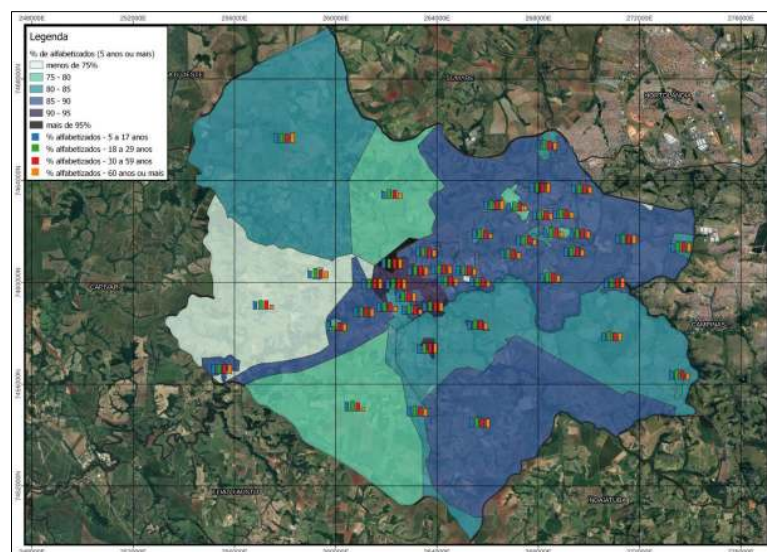


Figura 23. Alfabetização por Faixa Etária no Município.

3.7. TURISMO

Em Monte Mor há alguns lugares para quem está interessado na área turística da cidade, como:

- Museu Municipal “Elizabeth Aytai”

Museu fundado no dia 05 de novembro de 1988, resultado de muita dedicação e luta do Dr. Desidério Aytai. Lá é possível encontrar a história do município sempre muito bem atualizada com fotos, informações e objetos de uso comunitário. Também existe uma sala dedicada a exposições temporárias e transitórias, que ficam expostas em torno de 3 a 4 meses, assim é possível ter uma dinâmica de novos temas, mantendo o interesse de seus frequentadores.

- Igreja Matriz

No dia 16 de agosto de 1832, o Bispo de São Paulo, D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, foi criada a Paróquia Nossa Senhora do Patrocínio. Foi desmembrada da Paróquia Nossa Senhora da Candelária, de Indaiatuba, sendo instituída nesta data. A Igreja teve sua origem com a doação de terras para a construção e sustentação por famílias tradicionais do município, nos anos de 1820.



Figura 24. Igreja Matriz.
Fonte: Sítio Eletrônico de Monte Mor.



PROESPLAN
Engenharia

- Comunidade da Igreja Luterana

Em dezembro de 1909, famílias alemãs residentes de Monte Mor se reuniram e formaram a Sociedade Germânica, onde só participavam alemães e seus descendentes. O local servia como salão de festas e sala de aula, onde era ministrado a língua alemã por Sr. Chimit, vindo da Alemanha e uma professora monte-morense para aulas de língua portuguesa. Se manteve dessa forma até o final da Segunda Guerra Mundial, depois ficou conhecida como Sociedade Progresso e agora é conhecida como a Comunidade da Igreja Luterana.

- Igreja São Benedito

A capela foi inaugurada em meados de 1900, onde é possível ser comprovada pela caixa da Pedra Fundamental que foi encontrada no local. De acordo com relatos a Igreja foi construída para os escravos, pois não podiam frequentar a Igreja Matriz Nossa Senhora do Patrocínio, a qual era frequentada pela nobreza da cidade. Até 1950, no pátio da Capela e hoje a Praça da Bandeira, os descendentes de escravos realizavam as festividades do dia 13 de maio, data da libertação dos escravos, em homenagem à Princesa Isabel. Durante as comemorações, haviam apresentações de samba, umbigadas e o Tambú. Também faziam fogueiras para ferver quentão durante toda a noite e aquecer os coros dos tamborins e pandeiros.

3.8. SAÚDE

Sabe-se que a qualidade do saneamento básico nos municípios tem relação direta com a saúde pública, uma vez que trata todas as questões que se associam a qualidade da água que abastece as residências e indústrias, da captação e tratamento dos efluentes domésticos, da coleta e disposição dos resíduos gerados dentro do município, dentre outros serviços. Quando não há um bom saneamento básico, é possível observar alguns animais sinantrópicos pelas ruas e residências, como ratos, pombos e baratas e também algumas doenças na população que são causadas devido a uma água mal tratada e contaminada e falta de higiene, o que causa maiores gastos à saúde pública.



Segundo a Secretaria da Saúde do município de Monte Mor, a cidade conta com a Unidade de Pronto Atendimento João Brischi (UPA), podendo ainda contar com atendimentos em urgências e emergências pela Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus.

De acordo com dados do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES), a cidade ainda possui 12 Unidades de Saúde Familiar (UFS), sendo uma delas móvel.

Na tabela 17 é possível observar o nome e endereço dessas 11 UFS fixas em Monte Mor, de acordo com o CNES.

Tabela 17. Unidade de Saúde Familiar e Bairros.

UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR	ENDEREÇO
USF Adão Fernandes de Souza	Jardim Alvorada
USF Antonio Jose Pontin	Jardim Alvorada
USF Celestino Leite Guedes Centro	Jardim N S Fátima
USF Creusa Carlos da Silva	Jardim Panorama
USF Fernando Jose Marini	Parque Imperial
USF Genil Lisboa de Almeida	Jardim Progresso
USF Herculano	Jardim San Remo
USF Higor Cesar Ramos Camargo	Jardim Santo Antonio
USF Jorge Calil	Jardim Paviotti
USF Maria Jose Paviotti	Parque Residencial S
USF Pedro Bachiega	Jardim Moreira

Fonte: Adaptado, Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde, 2022.

3.8.1. MORTALIDADE INFANTIL

Segundo dados do IBGE (2020), a taxa era de 9,38 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos. Já as internações por diarreia (2016), chegaram a 0,2 internações por 1.000 habitantes, tendo regiões no próprio município chegando a mais de 1,1 internações por 1.000 habitantes. Quando se compara a taxa de internações com a região geográfica imediata, Monte Mor fica com a 4ª colocação, no estado de São Paulo fica em 386º lugar e, quando comparado aos municípios do Brasil, ocupa a 4284ª posição.

De acordo com o SNIS (2020) todas as pessoas possuem em sua residência água (tratada ou não), 5,6% da população não possui coleta de esgoto e 79,7% possui esgoto tratado referido à água consumida.

3.9. ESTIMATIVA POPULACIONAL - CENSO IBGE

De acordo com o IBGE, no censo de 1980, a população do município de Monte Mor era de 14.020 pessoas, sendo 4.935 domiciliadas na área rural. Conforme apresentado na tabela 18, desde então essa população vem diminuindo década após década, em um ritmo relativamente constante, apesar do expressivo aumento na população urbana e total do município. Nota-se que a diminuição percentual na população rural vem diminuindo ao longo das décadas, mas a tendência ainda assim se mantém de queda. A figura 25 apresenta uma análise gráfica da situação.

Tabela 18. Evolução das Populações Urbana e Rural de Acordo com os Censos IBGE.

ANO DO CENSO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	TOTAL	VARIACÃO DA POPULAÇÃO RURAL CENSO ANTERIOR
1980	9.085	4.935	14.020	-
1991	22.013	3.506	25.519	-29%
2000	33.930	3.167	37.097	-11%
2010	45.978	2.971	48.949	-7%

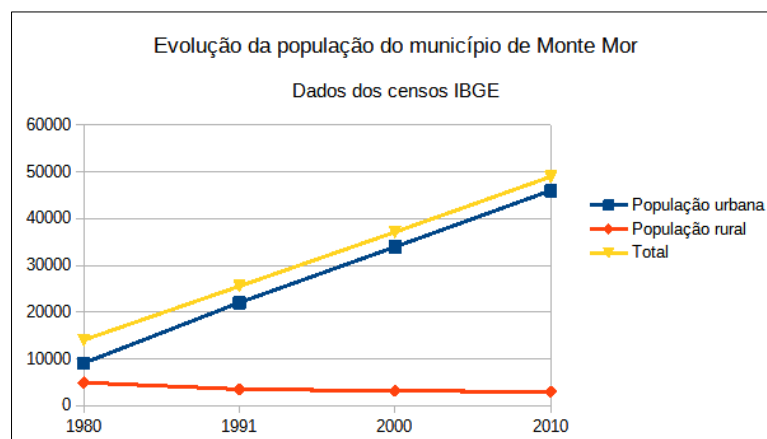


Figura 25. Evolução da População de Monte Mor (1980-2010).

PROESPLAN
Engenharia

Em relação à comparação com a evolução da população brasileira ao longo do mesmo período, pode-se notar que as variações da população rural apresentadas no município foram superiores à média nacional na década de 1980, inferiores na década de 1990, e aproximadas na década de 2000. No entanto, observa-se que a tendência, tanto para o município como para o país, mantém-se em uma variação negativa ao longo do período, aparentemente diminuindo sua variação nos últimos anos. Nesse sentido, a opção do presente plano é definir a estabilização da população rural no município em um horizonte de 20 anos.

A tabela 19, a seguir, apresenta a variação da população urbana e rural no Brasil ao longo das mesmas décadas avaliadas, e a figura 26 apresenta uma análise gráfica da situação.

Tabela 19. Evolução das Populações Urbana e Rural no Brasil, Conforme Censos IBGE.

ANO	POPULAÇÃO RURAL		VARIACÃO DA POPULAÇÃO RURAL		POPULAÇÃO URBANA		VARIACÃO DA POPULAÇÃO URBANA		TOTAL
	Nº Habitantes	%	Nº Habitantes	%	Nº Habitantes	%	Nº Habitantes	%	
1980	38.573.725	32,41	-	-	80.434.327	67,59	-	-	119.008.052
1991	35.834.485	24,41	-2.739.240	-7,64	110.990.990	75,59	30.556.663	27,53	146.825.475
2000	31.845.211	18,75	-3.989.274	-12,53	137.953.959	81,25	26.962.969	19,54	169.799.170
2010	29.852.986	15,65	-1.992.225	-6,67	160.879.708	84,35	22.925.749	14,25	190.732.694

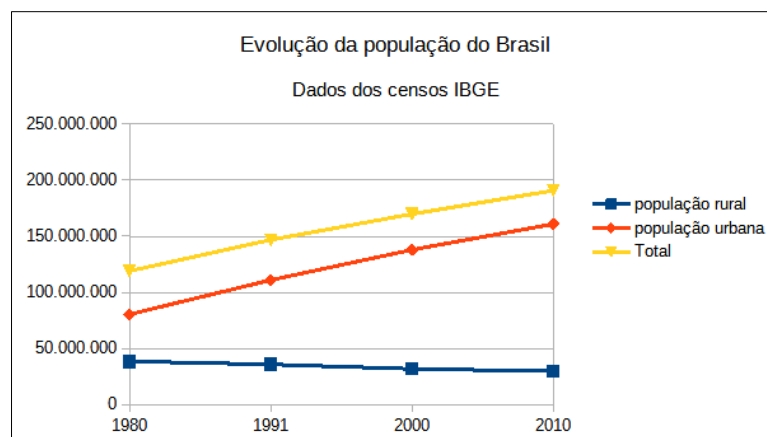


Figura 26. Evolução da População do Brasil (1980-2010).

Em relação à faixa etária, o censo IBGE 2010 apresenta alguns dados interessantes, que foram segregados conforme a definição que se segue: 0 a 17 anos - crianças e adolescentes; 18 a 29 anos - jovens; 30 a 59 anos - adultos; 60 anos ou mais - idosos. Nessa classificação, nota-se na tabela 20 a seguinte distribuição, sendo possível visualizar espacialmente, por setor censitário, a distribuição em cada unidade.

Tabela 20. Distribuição da População, por Faixa Etária.

FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO
Crianças e Adolescentes	14.471
Jovens	10.692
Adultos	19.296
Idosos	4.490
TOTAL	48.949

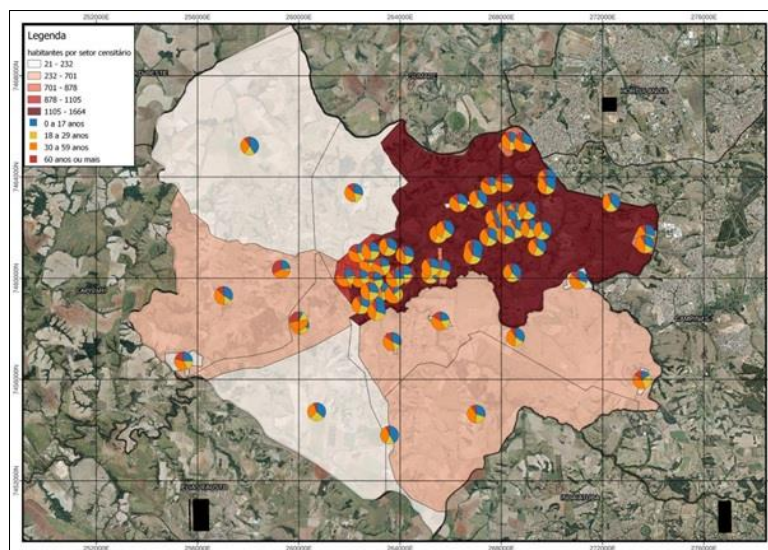


Figura 27. Distribuição da População por Faixa Etária, por Setor Censitário.

PROESPLAN
Engenharia

Em relação à densidade populacional no município, também adotando-se o setor censitário IBGE 2010 como base, verifica-se, como esperado, uma maior densidade populacional nos setores censitários da área urbana, apresentando-se, no entanto, situações de aglomerados urbanos isolados também apresentando uma relativamente alta densidade populacional. A figura 28, a seguir, apresenta graficamente o constatado, além de indicar a distribuição de homens e mulheres para cada setor censitário.

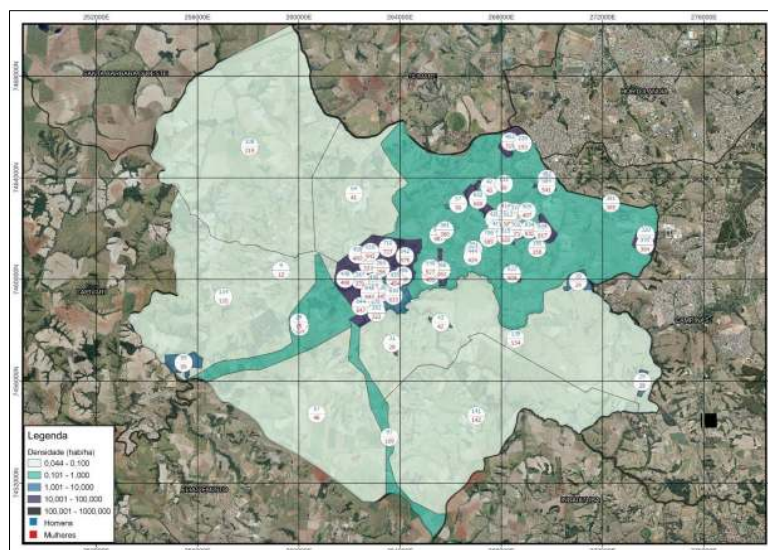


Figura 28. Densidade Populacional no Município, por Setor Censitário.

PROESPLAN
Engenharia

Em relação ao rendimento, nota-se que na região da área urbana central é onde se localizam as maiores rendas familiares médias, e as menores rendas médias se localizam à sudoeste do município, nos setores censitários mais próximos ao município de Elias Fausto; nos setores rurais do restante do município a renda média familiar se apresenta ligeiramente mais elevada. Importante notar também que, nos setores próximos à conurbação com os municípios de Campinas e Hortolândia, a renda familiar se mantém em um patamar intermediário (figura 29).

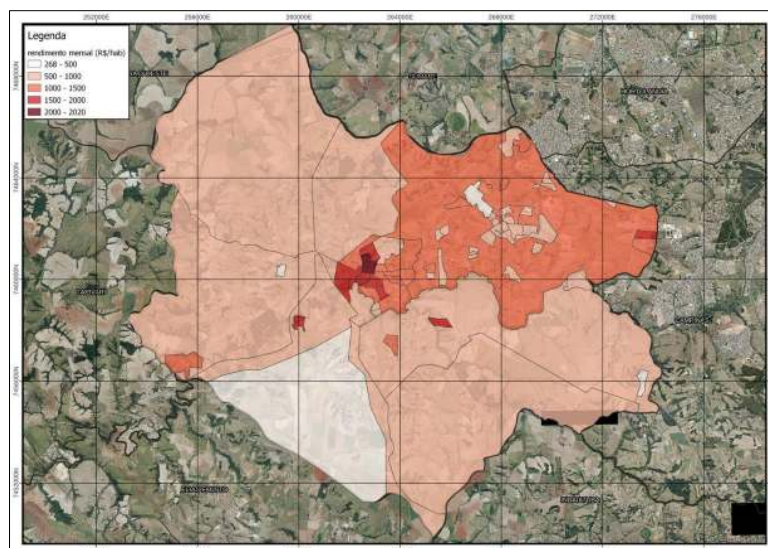


Figura 29. Rendimento Mensal Familiar Média no Município, por Setor Censitário.

Além da própria população, o censo IBGE 2010 também coletou informações importantes em relação aos domicílios existentes nos setores censitários. Uma das informações coletadas é a que define a forma de abastecimento de água nos mesmos. Nesse sentido, foram levantadas a quantidade de domicílios que tem como principal forma de abastecimento as seguintes classes: rede pública, poços, cisternas, ou outras formas. Nos setores censitários localizados nas áreas urbanas do município, como esperado, a quase totalidade dos domicílios é abastecida pela rede pública de água. Já nos setores rurais, a principal forma de abastecimento de água declarada é por meio de poços. A tabela 21 a seguir dá números a cada tipo de forma de abastecimento, e a figura 30 apresenta, de forma gráfica, a distribuição das classes ao longo dos setores censitários do município.

Tabela 21. Forma de Abastecimento de Água no Município, Conforme Censo IBGE 2010.

TIPO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	QUANTIDADE DE DOMICÍLIOS	%
Rede Pública	13.104	90,6
Poços	1.239	8,6
Cisternas	0	0,0
Outros	121	0,8
TOTAL	14.464	100

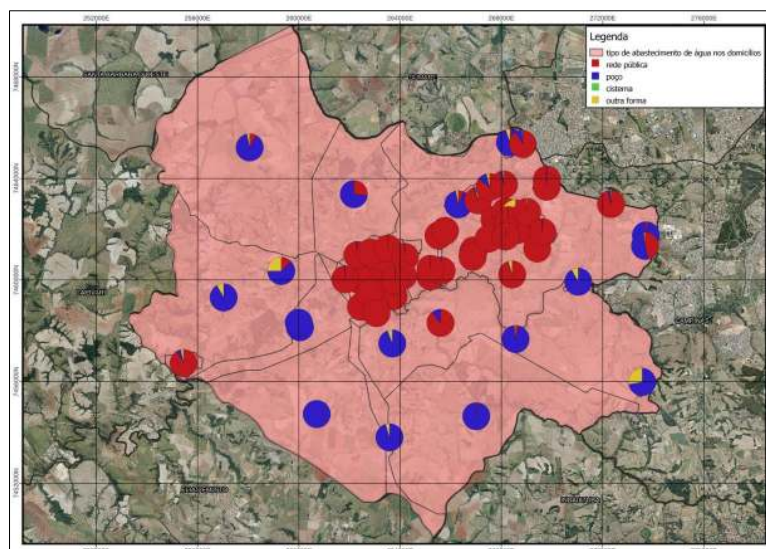


Figura 30. Abastecimento de Água no Município, Conforme Censo IBGE 2010.

Outra informação coletada é a que define a forma de disposição dos efluentes domésticos pelos domicílios. Nesse sentido, foram levantadas a quantidade de domicílios que tem como principal forma de disposição de efluentes as seguintes classes: rede de esgoto, fossa séptica, fossa rudimentar, vala, corpo d'água, e outros. Novamente, na região urbanizada do município, o principal meio de descarte dos efluentes gerados nos domicílios é a rede pública de esgotamento. Já nos setores rurais do município se apresentam, no geral, duas formas principais, a fossa séptica e a fossa rudimentar. A tabela 22 a seguir dá números a cada tipo de forma de disposição de efluentes, e a figura 31 apresenta, de forma gráfica, a distribuição das classes ao longo dos setores censitários do município.

Tabela 22. Forma de Disposição de Efluentes no Município, Conforme Censo IBGE 2010.

TIPO DE DISPOSIÇÃO DE EFLUENTES	QUANTIDADE DE DOMÍCIlios	%
Rede de Esgoto	7.394	51,1
Fossa Séptica	2.504	17,3
Fossa Rudimentar	4.164	28,8
Vala	303	2,1
Corpo D'Água	36	0,3
Outros	59	0,4
TOTAL	14.460	100

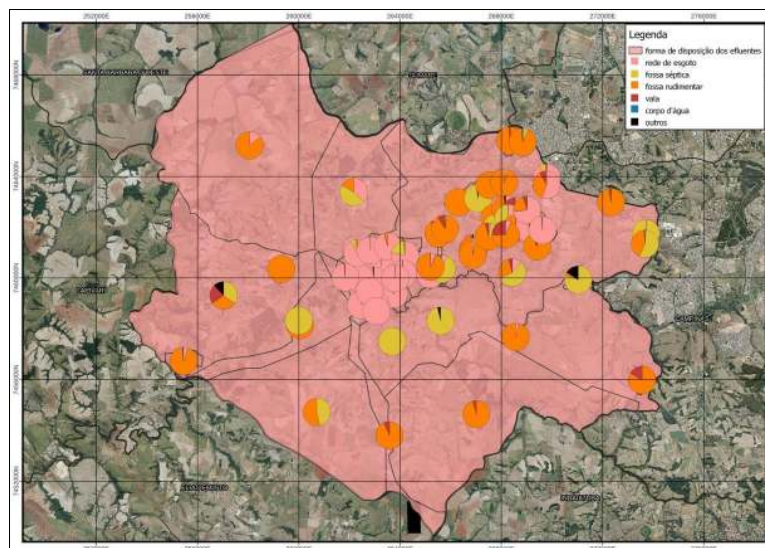


Figura 31. Disposição de Efluentes no Município, Conforme Censo IBGE 2010.

Ainda em relação aos domicílios e o saneamento básico, também foram coletadas informações acerca da forma de disposição dos resíduos sólidos no município. Nesse sentido, foram definidas as seguintes classes para o levantamento: coleta porta-a-porta, caçamba de lixo coletiva, queima, aterro, descarte em terreno baldio, descarte em corpo d'água, e outros. Nota-se, novamente, um padrão: na área urbana, a principal forma de disposição dos resíduos gerados nos domicílios é a coleta porta-a-porta, enquanto nos setores rurais existe uma maior diversidade de alternativas; ressalta-se, no entanto, a prevalência pela queima do resíduo nesses locais. A tabela 23 a seguir dá números a cada tipo de forma de disposição de resíduos, e a figura 32 apresenta, de forma gráfica, a distribuição das classes ao longo dos setores censitários do município.

Tabela 23. Forma de Disposição de Resíduos no Município, Conforme Censo IBGE 2010.

TIPO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS	QUANTIDADE DE DOMÍCIOS	%
Coleta porta-a-porta	13.843	95,7
Caçamba Coletiva	318	2,2
Queima do Lixo	240	1,7
Aterro do Lixo	20	0,1
Descarte em Terreno Baldio	8	0,1
Descarte em Corpo D'Água	0	0,0
Outros	35	0,2
TOTAL	14.464	100

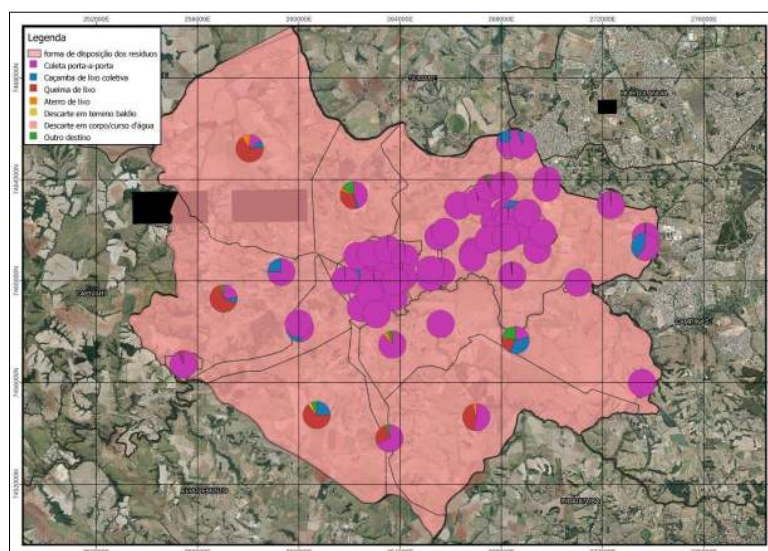


Figura 32. Disposição de Resíduos no Município, Conforme Censo IBGE 2010.



PLANO DIRETOR DE SANEAMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR

PRODUTO 4

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DO SANEAMENTO RURAL

TEXTO E DESENHOS

PROESPLAN
Engenharia

CTR 455AGOSTO/2022 – REV-0



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787

PROESPLAN
Engenharia

APRESENTAÇÃO

CTR 455



PROESPLAN
Engenharia

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho atende ao **CONVITE Nº 06/2022 e TERMO DE CONTRATO Nº 98/2022** firmado entre a **PROESPLAN ENGENHARIA** e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR**, e tem por objetivo a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM OBJETIVO DE FIXAR CRITÉRIOS, METODOLOGIA, ATIVIDADES E RESULTADOS A SEREM OBTIDOS COM O DESENVOLVIMENTO DO PLANO DIRETOR DE SANEAMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR.**

O **Termo de Referência** relaciona todos os relatórios que compõem este trabalho, conforme abaixo:

PRODUTO 1	PLANO DE TRABALHO E FORMAÇÃO DE TRABALHO
PRODUTO 2	PLANO DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO JUNTO A COMUNIDADE RURAL
PRODUTO 3	LEVANTAMENTO DE DADOS E ESTIMATIVA POPULACIONAL DA ZONA RURAL
PRODUTO 4	DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DO SANEAMENTO RURAL
VOLUME 1	ABASTECIMENTO DE ÁGUA
VOLUME 2	ESGOTAMENTO SANITÁRIO
VOLUME 3	DRENAGEM PLUVIAL
VOLUME 4	RESÍDUOS SÓLIDOS
PRODUTO 5	PROGNÓSTICO E ALTERNATIVAS PARA SOLUÇÕES DE MELHORIAS
VOLUME 1	ABASTECIMENTO DE ÁGUA
VOLUME 2	ESGOTAMENTO SANITÁRIO
VOLUME 3	DRENAGEM PLUVIAL
VOLUME 4	RESÍDUOS SÓLIDOS
PRODUTO 6	ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES NO HORIZONTE DE 20 ANOS
VOLUME 1	ABASTECIMENTO DE ÁGUA
VOLUME 2	ESGOTAMENTO SANITÁRIO
VOLUME 3	DRENAGEM PLUVIAL



PROESPLAN
Engenharia

VOLUME 4 RESÍDUOS SÓLIDOS

PRODUTO 7 ELABORAÇÃO DE MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO
SISTEMÁTICA DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DAS AÇÕES DO
PLANO DE SANEAMENTO RURAL

PRODUTO 8 REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS / CONSULTA PÚBLICA / CONFERÊNCIA

PRODUTO 9 ELABORAÇÃO FINAL DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL



PROESPLAN
Engenharia

SUMÁRIO

4.	DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DO SANEAMENTO RURAL 1	
4.1.	COLETA DE DADOS EM CAMPO	2
4.2.	VOLUME 1 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA	5
4.3.	VOLUME 2 - ESGOTAMENTO SANITÁRIO.....	10
4.4.	VOLUME 3 - DRENAGEM PLUVIAL	12
4.4.1.	MICRODRENAGEM	13
4.4.2.	MACRODRENAGEM.....	18
4.4.2.1.	RIO CAPIVARI.....	21
4.4.2.1.1.	ENCHENTES NO RIO CAPIVARI	24
4.4.2.2.	RIO CAPIVARI MIRIM	25
4.5.	VOLUME 4 - RESÍDUOS SÓLIDOS	26
4.5.1.	PONTOS VICIADOS NA ZONA RURAL.....	29
4.6.	CONCLUSÕES TRABALHO DE CAMPO	31



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787

PROESPLAN
Engenharia

4-



4. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DO SANEAMENTO RURAL

O diagnóstico levará em conta os aspectos institucionais, jurídicos, técnicos, operacionais e econômico-financeiros do saneamento rural. Para tal foi considerado como território a ser analisado todo o município de Monte Mor, excluindo-se a zona urbana, conforme o Plano Diretor de Monte Mor.

Para a realização do diagnóstico, foram realizadas coletas de dados com órgãos oficiais e extensivas vistorias técnicas na área rural do município de Monte Mor. Tanto os núcleos habitacionais isolados como os domicílios isolados foram objeto de tal vistoria. Houve grande troca de informações com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura. O principal foco de tais vistorias foi o desvelamento da atual situação dos principais eixos de saneamento na área rural, conforme detalhado na Tabela 1.

Tabela 01. Síntese da análise de saneamento rural.

Serviço	Descrição
Abastecimento de água na área rural	Compreender quais são e como se apresentam as principais características dos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável às habitações em questão.
Esgotamento Sanitário na área rural	Compreender como os efluentes gerados pelos domicílios são coletados, encaminhados, tratados e dispostos no ambiente, com especial atenção aos sistemas de afastamento e sistemas de disposição final desses efluentes.
Resíduos sólidos na área rural	Analisar os meios pelos quais os resíduos sólidos são coletados das residências, em especial as formas de coleta, e como são dispostos no ambiente.
Drenagem Pluvial existentes nas comunidades rurais e isoladas	Entender os principais problemas e questões relacionadas aos sistemas de drenagem e ao ambiente como um todo, identificando-se áreas suscetíveis a enchentes e inundações, assim como locais suscetíveis à erosão e assoreamento, por conta da inadequada condução de águas pluviais

4.1. COLETA DE DADOS EM CAMPO

Com as informações prévias levantadas, foram definidas as localidades a serem visitadas para diagnóstico *in loco*. Estas visitas objetivaram a aferição amostral qualitativa das informações obtidas nas fases anteriores, com foco nos 4 (quatro) eixos do saneamento.

O levantamento por imagens de satélite dos imóveis rurais e as características de agrupamento ou isolamento de tais, foi validado em campo, com auxílio do aplicativo Qfield for Qgis®. O aplicativo permitiu o preenchimento e armazenamento de dados do questionário pré-estabelecido, geoespacializando as informações.

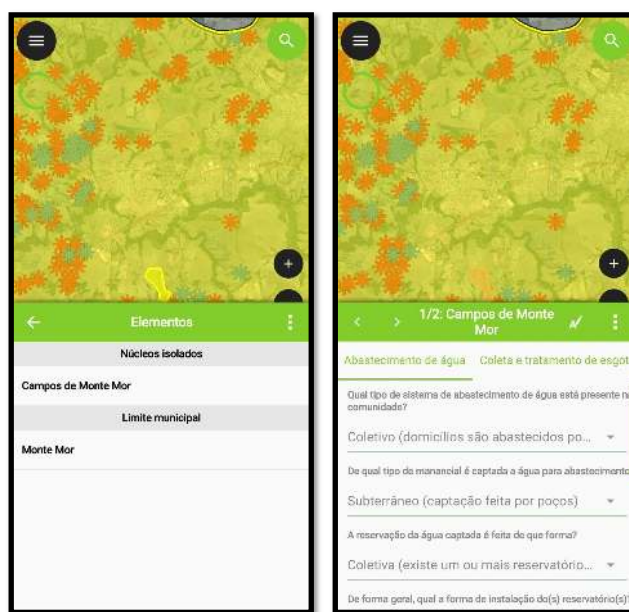


Figura 01. Captura de tela do aplicativo Qfield for Qgis®, usado no projeto.



Foi decidido que, em atendimento ao Termo de Referência, seria realizado o levantamento minucioso dos núcleos e aglomerados rurais de Monte Mor, atendendo o seguinte critério:

- *“Para aquelas situações em que exista, no mínimo, cinco (05) unidades habitacionais e/ou comerciais em um raio de distância entre elas de no máximo 200 metros, deverão ser realizadas visitas em campo para levantamento de informações e registro da quantidade de habitantes em cada localidade.”*

Além disso, foram realizadas visitas às residências e propriedades produtivas isoladas na área rural de Monte Mor, à fim de dialogar sobre a situação atual de saneamento, e favorecer a participação de todos para a verificação de desafios e proposta de soluções.

Atendendo as exigências do Termo de Referência, o questionário ficou estruturado conforme descrito na Tabela 02. Ao todo, foram 60 habitações isoladas e 32 núcleos rurais visitados. As informações dos núcleos estão presentes nas fichas cadastrais, anexas a este Produto. A consolidação dos dados obtidos em campo está apresentada nos subcapítulos referentes a cada eixo.



Tabela 01. Informações do formulário inserido no aplicativo Qfield for Qgis para coleta de dados em campo.

Dados do assentamento	Nome
	Nº do cadastro
	Curso d'água próximo
	Área de risco próxima
	Impactos ambientais próximos
	Loteamento regular
	Localizado em várzea
	Localizado em área de risco
	Principal modal de transporte
	Necessidades específicas da população
Dados dos domicílios (números aproximados)	Domicílios
	Habitantes fixos
	Sítios agropecuários
	Habitantes flutuantes semanais
	Habitantes flutuantes diários
	Equipamentos públicos/coletivos
Abastecimento de água	Padrão construtivo
	Sistema de abastecimento
	Manancial
	Reservação
	Tipo de reservatório
	Sistema de Tratamento
	Gestão do sistema
	Descrição do sistema
Esgotamento Sanitário	Capacidade do sistema
	Sistema de coleta
	Sistema de tratamento
	Gestão do sistema
	Descrição do sistema
Coleta e destinação dos resíduos sólidos	Capacidade do sistema
	Sistema de Coleta
	Destinação final
	Frequência da coleta semanal
	Gestão do sistema
	Descrição do sistema
Drenagem urbana e rural	Produção média
	Sistema de drenagem
	Pavimentação das vias
	Sistema de reaproveitamento de águas drenadas
	Processos erosivos nas vias
	Gestão do sistema
	Descrição do sistema
Pesquisas de opinião	Pesquisa de opinião 1
	Pesquisa de opinião 2

4.2. VOLUME 1 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Em relação ao abastecimento de água, notou-se a existência de diversos sistemas isolados operados pela prestadora atual de serviços de saneamento de água e esgoto no município (SABESP) (figuras 1 e 2). No entanto, em todos estes locais, a prestadora opera somente redes de água, não verificando-se, portanto, rede pública de coleta de esgotos domiciliares.



Figura 02. Sistema isolado de abastecimento de água operado pela Sabesp no núcleo Recanto do Bosque.

Nos condomínios Chácaras Mirim e Recanto dos Bosque, moradores reclamaram sobre a ausência de reservação de água por parte da Prestadora.



Figura 03. Sistema isolado de abastecimento de água operado pela Sabesp no núcleo Campos de Monte Mor.



Figura 04. Unidade de Medição de Água (UMA) da Sabesp, instalada numa residência na área rural.

Nos locais onde não existem sistemas públicos isolados, duas são as principais modalidades de captação de água: poços tubulares profundo, também conhecidos como poços semiartesianos e poços freáticos (conhecidos localmente como poços caipiras).

No caso dos poços tubulares, verificou-se que, no geral, a profundidade deles chega a cerca de 200 metros e vazão média varia de 5 a 10 m³/hora. Não se constatou, em sua grande maioria, o atendimento às normas estabelecidas para a proteção sanitária do equipamento (figura 05), o que poderia trazer dificuldades caso pretenda-se regularizar sua outorga de uso de recursos hídricos junto ao Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). Mesmo sem tais cuidados, é consenso entre a população que a construção desse tipo de sistema de captação tem custos muito elevados para o padrão de renda local.

Em campo, observou-se alguns núcleos habitacionais compartilhando poços profundos e reservatórios, como é o de um parcelamento irregular localizado na região conhecida como Bela Vista.



Figura 05. Poço tubular profundo de sistema individual de abastecimento de água.

Em relação aos poços caipiras, nota-se, também de forma geral, que apresentam marcada sazonalidade, no que se refere à disponibilidade hídrica local: em épocas de estiagem, é comum que sua vazão seja insuficiente para as necessidades dos moradores locais, sendo que a saída encontrada pelos mesmos para suprir suas necessidades diárias de consumo de água é a contratação de fornecimento por caminhão-pipa. Para tanto, nota-se que todas as habitações da área de estudo possuem reservação, o que permite uma dinâmica minimamente adequada de perenidade no atendimento (figuras 06 e 07).



Figura 06. Caixa d'água elevada de sistema individual de abastecimento de água.



Figura 07. Caixa d'água elevada de sistema individual de abastecimento de água.

Existem alguns núcleos habitacionais na zona rural de Monte Mor, que quando da sua implantação, não foram incorporados pela SABESP, isto ocorre por se tratar de loteamentos irregulares ou por falta de viabilidade técnica e econômica para que a concessionária atenda aquela localidade.

A seguir são listados os bairros que são atendidos com água pela SABESP, porém as soluções de esgotamento sanitário são individuais:

- Chácara Estância das Águas;
- Chácara Meu Cantinho;
- Chácara Planalto;
- Chácaras Mirim;
- Chácara Recanto dos Palmares;



- Campos de Monte Mor;
- Chácara Casa Verde;
- Chácara Recreio Umuarama;
- Parque São Rafael;
- Recanto do Bosque e Jardim São Gabriel;
- Recreio Miracatu;

4.3. VOLUME 2 - ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Em relação à coleta, tratamento e disposição final de efluentes domésticos, observa-se que, em sua grande maioria, as soluções apresentadas são individuais e integradas, sendo associadas às próprias habitações.

Duas situações foram observadas: a utilização de fossas negras, e de fossas sépticas. As fossas negras, solução mais comumente adotada, são encontradas, principalmente, nas edificações mais antigas, e as fossas sépticas já são encontradas, associadas muitas vezes a sistemas com filtros anaeróbios, em edificações construídas mais recentemente. No último caso, é comum que esse sistema de tratamento esteja associado a soluções também individuais de disposição final, sendo o poço sumidouro a alternativa mais encontrada (figuras 08 e 09).



Figura 08. Sistema Individual de Tratamento de Esgotos: fossa séptica, filtro anaeróbico e sumidouro.



Figura 09. Sistema Individual de Tratamento de Esgotos: fossa séptica, filtro anaeróbico e sumidouro.

Cabe apontar, também, a existência de sistemas individuais do tipo fossa séptica conhecidos como 'modelo EMBRAPA', associados a filtros biodigestores. O Sindicato Rural de Monte Mor tem incentivado seus associados a implantarem os biodigestores através da promoção de capacitação, conforme (figura 10). Os usuários desse tipo de sistema apontam, no entanto, a dificuldade existente de implementação desse tipo de tratamento em edificações já existentes, por conta da necessidade de separação de 'águas cinzas' e 'águas negras'.



Figura 10. Curso Fossa Biodigestora. Fonte: Sindicato Rural de Monte Mor.

Por fim, foi apontada, por moradores, a existência de descartes *in natura* de esgotos domésticos em cursos d'água e no solo, não sendo possível, no entanto, identificar os pontos onde tal situação ocorre.

4.4. VOLUME 3 - DRENAGEM PLUVIAL

Em relação à situação da drenagem pluvial urbana e rural na área estudada, podemos dividi-la em duas escalas de análise: micro e macrodrenagem.

4.4.1. MICRODRENAGEM

Quanto à microdrenagem, a principal questão observada é a ausência, praticamente em sua totalidade, de estruturas de drenagem nas vias e estradas rurais não pavimentadas; somada à falta de manutenção adequada e periódica, a situação no viário se torna crítica.

No levantamento de campo, as principais reclamações estavam relacionadas as más condições das vias rurais, inclusive, moradores da localidade Campos de Monte Mor relataram que, diversos veículos e até o caminhão de coleta de lixo atolaram em uma via não pavimentada, após eventos de precipitação de pequena monta (figuras 11, 12 e 13).



Figura 11. Inexistência de sarjeta de drenagem no viário.



Figura 12. Inexistência de sarjeta de drenagem no viário.



Figura 13. Falhas na drenagem devido à falta de drenagem.

Além do próprio viário, as consequências da inexistência de um sistema de drenagem adequado refletem no assoreamento dos cursos d'água localizados nos pontos baixos dessas vias (figuras 14 a 15). A existência de 'bigodes' e 'terracinhos' podem ser apontadas como raras exceções ao longo do viário do território estudado (figura 16).



Figura 14. Travessia subterrânea de curso d'água obstruída.

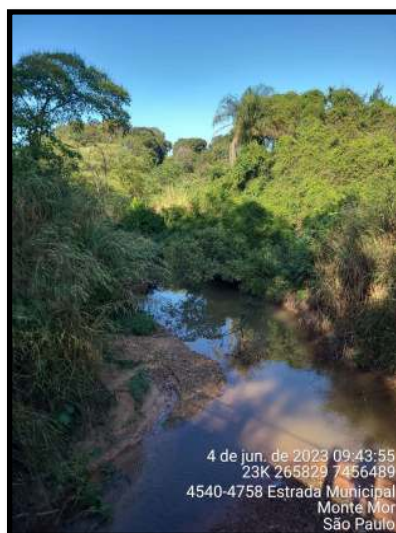


Figura 15. Curso d'água assoreado.



Figura 16. 'Terrachinho' para contenção de águas pluviais.

Contudo, algumas obras de microdrenagem foram avistadas durante a coleta de dados de campos (Jardim Colorado) ou foram relatadas por moradores (figura 17). Todavia houve muita reclamação sobre a qualidade da execução dos serviços de recuperação das estradas rurais, bem como da frequência das manutenções realizadas (figura 18).



Figura 17. Execução de implantação de sistema de drenagem e posterior pavimentação asfáltica no Jardim Colorado, Monte Mor.



Figura 18. Travessia subterrânea de drenagem com inadequações.

4.4.2. MACRODRENAGEM

Quanto à macrodrenagem, nota-se que, apesar dos cursos d'água apresentarem, ao menos visualmente, uma boa qualidade do recurso hídrico, as suas áreas de preservação permanente se encontram recorrentemente degradadas e, por vezes, ocupadas por construções e domicílios já habitados (figuras 19 a 22).



Figura 19. Curso d'água assoreado.

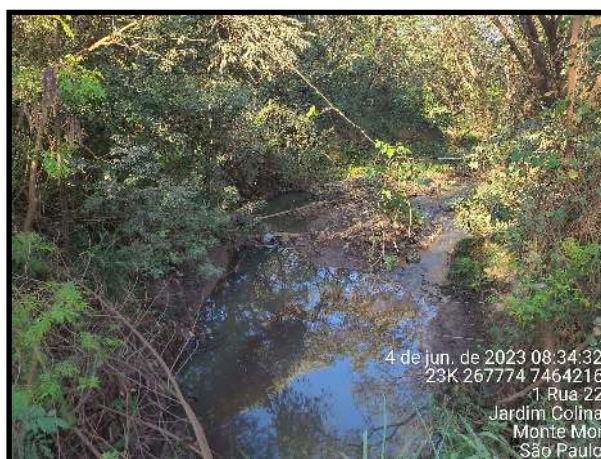


Figura 20. Curso d'água assoreado.



Figura 21. APP degradada de curso d'água.

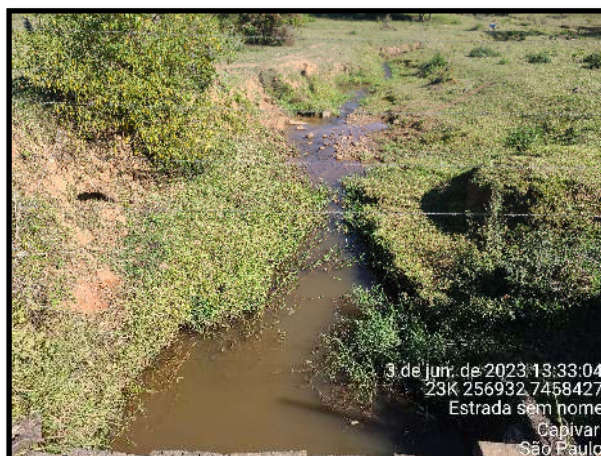


Figura 22. APP degradada de curso d'água.

Assim como na problemática do esgotamento sanitário na zona rural, o Sindicato Rural de Monte Mor tem promovido capacitações cursos sobre boas práticas do uso e conservação da água, em conjunto com o SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (figura 23).



Figura 23. Curso Boas Práticas do uso e conservação da água. Fonte: Sindicato Rural de Monte Mor.

4.4.2.1. RIO CAPIVARI

O principal curso d'água do Município de Monte Mor é o Rio Capivari, trata-se de um rio de domínio estadual, cujo as outorgas de uso são de competência do DAEE.

O rio Capivari passa pelos Municípios de Louveira, Vinhedo e Campinas antes de adentrar o território de Monte Mor e em seguida nos municípios de Elias Fausto e Capivari antes de desaguar do Rio Tietê.

Os demais corpos d'água do Município de Monte Mor são afluentes do rio Capivari e pequenas nascentes de um afluente do ribeirão dos Toledos.

O rio Capivari (calha principal) é utilizado como manancial nos municípios de Louveira, Vinhedo e Campinas.

Antes de entrar em Monte Mor o rio Capivari recebe boa parte dos esgotos do Município de Campinas, inviabilizando a sua utilização no curto e médio prazo para o abastecimento de água (figuras 24 a 26).



Figura 24. APP parcialmente preservada do Rio Capivari.



Figura 25. APP degradada do Rio Capivari.



Figura 26. Acúmulo de resíduos na estrutura de ponto sobre o rio Capivari.

4.4.2.1.1. ENCHENTES NO RIO CAPIVARI

O município tem sofrido com enchentes no rio Capivari ao longo dos anos, sendo noticiado seus impactos quase que anualmente nos meios de comunicações.

As enchentes no Rio Capivari, colocam em risco as populações ribeirinhas, bem como, por outro lado, a solução está vinculada aos estudos de macrodrenagem do Rio Capivari, que extrapola o objeto do presente Plano.

Como uma evidência, e até mesmo uma adaptação, aos efeitos das chuvas intensas ao longo das margens e proximidades dos cursos d'água, nota-se a existência de edificações construídas a até 2 metros de altura do nível das vias que margeiam tais cursos d'água, como estratégia de enfrentamento das recorrentes enchentes no território. Tal situação é especialmente evidente nas proximidades do principal curso d'água que corta o município, o rio Capivari (figura 27).



Figura 27. Edificação construída acima do nível da rua para evitar as enchentes do rio Capivari no Chácaras Planalto, Monte Mor.

Em 2021 o município assinou um contrato para elaboração do “Plano Diretor de Macrodrenagem da bacia hidrográfica do rio Capivari – PDM-BHC.”

4.4.2.2. RIO CAPIVARI MIRIM

O rio Capivari Mirim, afluente da margem esquerda do rio Capivari é utilizado para abastecimento público para o município de Indaiatuba e do próprio município de Monte Mor.

Desta forma, a qualidade e a quantidade de água na bacia do Capivari-Mirim são fundamentais para o abastecimento de água da população de Monte Mor. Neste cenário, o Plano Municipal de Saneamento Básico (2017) trouxe como solução a construção de uma barragem no rio Capivari Mirim para regularização da vazão e controle de cheias, além de ter como finalidade o abastecimento público.



Figura 28. Estação de Tratamento de Água de Monte Mor.

4.5. VOLUME 4 - RESÍDUOS SÓLIDOS

Em relação ao serviço de coleta dos resíduos sólidos domiciliares rurais, a maior parte da zona rural é atendida “porta-a-porta” ou através de contentores de lixo coletivos. A Prefeitura de Monte Mor possui um contrato para a prestação dos serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares com a empresa Ecosystem Serviços Urbanos Ltda. A destinação final dos resíduos é feita no município de Indaiatuba, no aterro sanitário da empresa Corpus Saneamento e Obras.

A coleta dos resíduos é feita de 1 (uma) até 3 (três) vezes na semana, dependendo da localidade. Todavia foi relatado no campo que alguns núcleos não possuem coleta de resíduos domésticos, restando, outras opções, como a queima dos resíduos.

Na ausência ou inviabilidade da coleta “porta-a-porta”, a alternativa dada pelo prestador de serviços responsável pela coleta de resíduos sólidos domiciliares é a instalação de contentores coletivos em pontos-chave; no entanto, são comuns as reclamações da distância entre os referidos contentores e as habitações ou mesmo sobre a quantidade deles, o que pode gerar incômodos e influenciar na inadequada gestão do lixo domiciliar nas habitações, por sua vez acarretando problemas sanitários nesses locais (figuras 29, 30 e 31).



Figura 29. Contentores fechados de resíduos sólidos domiciliares distribuídos na zona rural de Monte Mor.

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



Figura 30. Contentores aberto de resíduos sólidos domiciliares distribuídos na zona rural de Monte Mor.

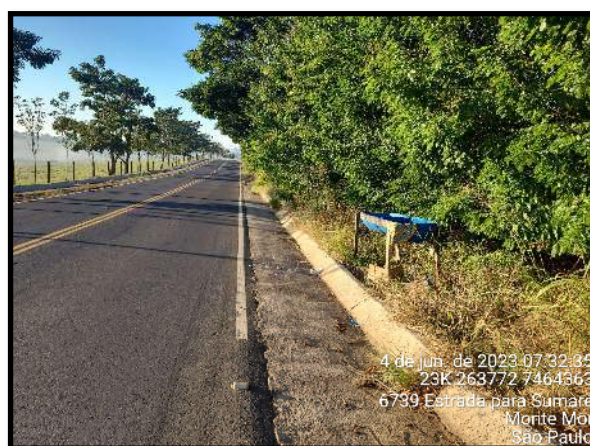


Figura 31. Contentores aberto de resíduos sólidos domiciliares, na estrada para Sumaré, em Monte Mor.

Em relação à alternativa de coleta de resíduos sólidos domiciliares, conhecida como 'porta-a-porta', é também recorrente a reclamação de que a periodicidade da coleta é insuficiente para o adequado manejo dos resíduos intra-residência (figuras 32 e 33).

O município não dispõe de serviço público de coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares na zona rural. Os moradores relataram que realizam iniciativa que reciclagem com catadores autônomos.



Figura 32. Contentor aberto de resíduos sólidos domiciliares e Unidade de Medição de Água.



Figura 33. Contentor aberto de resíduos sólidos domiciliares e padrão de ligação de água.

Conforme o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (2021), o município de Monte Mor tem uma geração per capita anual de 0,78 kg/hab.dia.

4.5.1. PONTOS VICIADOS NA ZONA RURAL

Foram encontrados alguns locais de descarte irregular de resíduos na zona rural de Monte Mor, conhecidos como pontos viciados.

Ainda, existem reclamações em relação à disposição de resíduos sólidos de forma inadequada em terrenos vazios e ao longo de estradas vicinais, por vezes associados à sua queima de forma rudimentar e sem controle; em alguns pontos, nota-se a existência de descarte de pneus automotivos nesses locais, os quais têm potencial para acúmulo de água e procriação de vetores de doenças de veiculação hídrica (figuras 34, 35 e 36).

A ausência do município de Pontos de Entrega Voluntária (PEV) para entrega de entulho aliado a uma fiscalização com maior eficiência ocasiona estes pontos viciados na zona rural.



Figura 34. Ponto viciado de descarte irregular de resíduos.



Figura 35. Disposição irregular de resíduos sólidos, inclusive pneus.



Figura 36. Ponto viciado de descarte irregular de resíduos sólidos.

4.6. CONCLUSÕES DO TRABALHO DE CAMPO

Por fim, de uma forma geral, não se observa uma grande disparidade entre os núcleos habitacionais isolados, quanto à classe de renda de seus moradores: no geral, a classe observada é de média renda, poucas sendo as moradias de alto ou baixo padrão. Nota-se, entretanto, o crescimento de núcleos habitacionais irregulares ao longo das zonas mais afastadas do centro urbano, o que pode ampliar a precariedade da situação de saneamento na zona rural do município.

Para uma visão mais pormenorizada das questões acima explicitadas, foi realizado diagnóstico de cada um dos núcleos isolados e habitações isoladas identificadas no território estudado, sendo apresentadas a seguir as fichas individuais de cada um.



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DO ASSENTAMENTO

NOME: Chácara São Francisco
N DE CADASTRO: 17 - ÁREA: 250935 m²
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Sim
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMICÍLIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)
DOMICÍLIOS: 15 HABITANTES FIXOS: 40 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 0
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 10
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: superficial
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: secundário
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: caçamba
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 2x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Sistema com boa drenagem superficial.
Maniflas de escoamento nas entradas das chácaras

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DO ASSENTAMENTO

NOME: Chácara Mirim
N DE CADASTRO: 17 - ÁREA: 238935 m²
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Sim
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Sim
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VAZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 50 HABITANTES FIXOS: 150 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 0
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 30
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: coletivo MANANCIAL: superficial
RESERVAÇÃO: coletiva TIPO DE RESERVATÓRIO:
SISTEMA DE TRATAMENTO: convencional
GESTÃO DO SISTEMA: SABESP
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Sistema de rede de distribuição de água do município
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Sistema fossa filtro sumidouro
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 2x
GESTÃO DO SISTEMA: Aterro
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA: Nas vias internas do condomínio a prefeitura faz a gestão da drenagem e pavimentação.
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1: Não existe reserva de água da Sabesp para o condomínio. Serviço de coleta de resíduos bem avaliado. Manutenção dos serviços de drenagem melhorou recentemente.
PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DO ASSENTAMENTO

NOME: Chácara Estância dos Reis
N DE CADASTRO: 18 ÁREA: 403198 m²
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Sim
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Sim
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Sim
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Sim
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Sim
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:
Área situada na várzea do rio Capivari, sujeita a inundações.

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)
DOMÍCIOS: 35 HABITANTES FIXOS: 105 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 0
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 25
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO:
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 3x
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 700 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DO ASSENTAMENTO

NOME: Sítio casa branca - bela vista
N DE CADASTRO: ÁREA: 803582 m²
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:
Regularização fundiária

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)
DOMÍCIOS: HABITANTES FIXOS: SÍTIOS AGROPECUÁRIOS:
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS:
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS:
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS:
PADRÃO CONSTRUTIVO:

ABASTECIMENTO DE ÁGUA
SISTEMA DE ABASTECIMENTO: misto MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: Poço artesiano
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Alguns moradores possuem poço artesiano e compartilham com outros que não possuem
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS
SISTEMA DE COLETA:
SISTEMA DE TRATAMENTO:
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Fossa Séptica
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
SISTEMA DE COLETA: caçamba
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 2x
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: A lixeira coletiva fica 3 km do loteamento
PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL
SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS: Condominial
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: A Manutenção das estradas internas é de responsabilidade do condomínio.

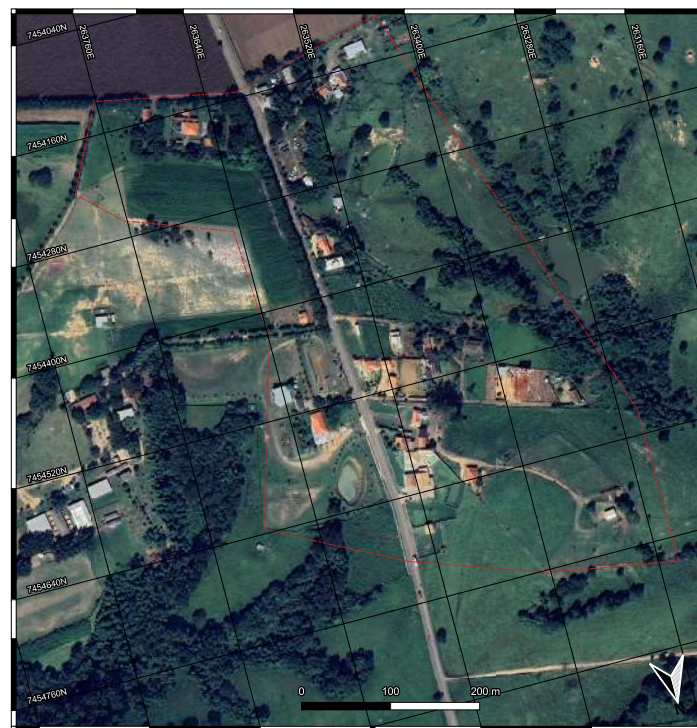
PESQUISA DE OPINIÃO
PESQUISA DE OPINIÃO 1: Morador gostaria de ter rede de água no local. Pelo menos bueiro coletor na frente do condomínio.
PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DO ASSENTAMENTO

NOME: Jardim Chapadão
N DE CADASTRO: 17 - ÁREA: 221121 m²
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Transporte público
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 6 - HABITANTES FIXOS: 18 - SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 0
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 50
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 2
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: alto

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual - MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual - TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Poço calpira e Poço artesiano. 8 mil por hora.
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: secundário
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Maioria fossa negra
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: caçamba
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 3x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Caçamba coletiva. Não tem coleta seletiva no bairro.
PRODUÇÃO MÉDIA: 700 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: asfalto
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1: Pavimentação da rodovia de acesso - está boa.
Morações pedindo aumento do número de caçamba para não ocorrer o lixo ficar no jogar no chão.
PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DO ASSENTAMENTO

NOME: Chácaras Planalto
N DE CADASTRO: 15 - ÁREA: 1373232 m²
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Sim
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Sim
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Sim
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Sim
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO: Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:
Área situada na várzea do rio Capivari, sujeita a inundações.

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 100 HABITANTES FIXOS: 200 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 0
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 20
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: coletivo MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO:
SISTEMA DE TRATAMENTO: filtração
GESTÃO DO SISTEMA: SABESP
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: 2 poço tubulares profundos da Sabesp. Não há reservação coletiva.
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Maioria das moradias com fossa negra.
Tempo média de limpeza das fossas: 3 anos.
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 2x
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 1400 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Precária as condições das vias internas do condomínio. Alguns moradores têm. Que construir 2 metros acima do nível da rua, como "palafitas".

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1: Na última enchente os moradores ficaram 4 dias na rua. Este ano, 2023, teve duas enchentes. Condições das vias rurais muito ruim. Falta cascalhar as ruas.
PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DO ASSENTAMENTO

NOME: Chácara Estância das Sierras
Nº DE CADASTRO: 14 - ÁREA: 201262 m²
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VAZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)
DOMÍCIOS: 14 HABITANTES FIXOS: 40 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 0
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Alguns proprietários com poço tubular profundo outros com poço capivira
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 1x
GESTÃO DO SISTEMA: Aterro
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 400 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: inexistente
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DO ASSENTAMENTO

NOME: Chácara Morjinho
N DE CADASTRO: ÁREA: 403952 m²
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Sim
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO: Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO: Regularização fundiária

DADOS DOS DOMICÍLIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)
DOMICÍLIOS: 20 HABITANTES FIXOS: 60 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 2
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 20
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: coletivo MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: apoiada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: Condominial
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: O loteamento possui um poço que distribui água para as casas as quais possuem suas respectivas caixas d'água
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: secundário
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Sistema fossa filtro sumidouro
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: caçamba
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 1x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: asfalto
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1: As vias rurais quando chove ficam intransitáveis.

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DO ASSENTAMENTO

NOME: Haras Sanca
N DE CADASTRO: 748032091
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍLIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍLIOS: HABITANTES FIXOS: SÍTIOS AGROPECUÁRIOS:
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS:
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS:
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS:
PADRÃO CONSTRUTIVO:

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: MANANCIAL:
RESERVAÇÃO: TIPO DE RESERVATÓRIO:
SISTEMA DE TRATAMENTO:
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA:
SISTEMA DE TRATAMENTO:
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA:
DESTINAÇÃO FINAL:
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL:
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM:
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS:
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

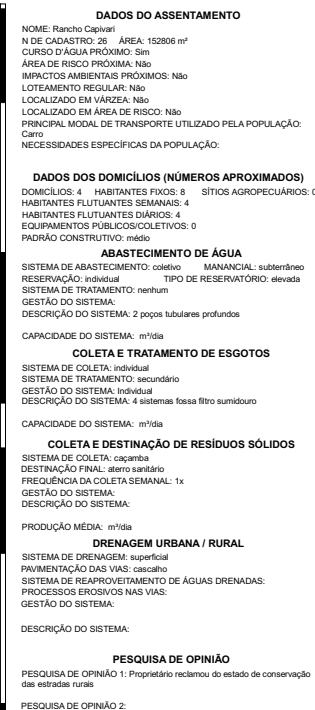
PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:

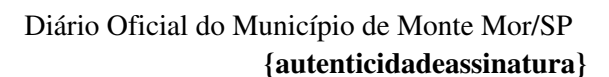


Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



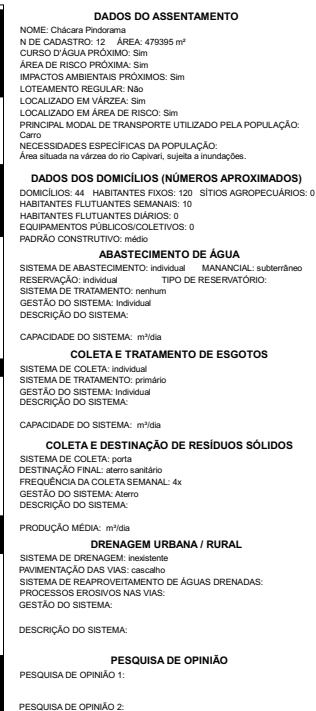


Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787





Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787





Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DO ASSENTAMENTO

NOME: Campos de Monte Mor
N DE CADASTRO: 17 - ÁREA: 333922 m²
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Sim
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)
DOMÍCIOS: 45 HABITANTES FIXOS: 140 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 0
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 20
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: coletivo MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: coletiva TIPO DE RESERVATÓRIO: apoiada
SISTEMA DE TRATAMENTO: filtração
GESTÃO DO SISTEMA: SABESP
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Poço e reservatório exclusivo da Sabesp para o bairro.
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Fossa negra na maioria das chácaras
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 2x
GESTÃO DO SISTEMA: Aterro
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 1000 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Bairro com sistema de drenagem em implantação

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1: Morador afirmou que o caminho de lixo não passou na rua na noite de chuva. Alguns carros e caminhões ficaram enlameados na última chuva.
PESQUISA DE OPINIÃO 2: Morador afirma que o serviço de manutenção das estradas rurais estão mal feitos.



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DO ASSENTAMENTO

NOME: Lotes sem denominação
Nº DE CADASTRO: 37 ÁREA: 316366 m²
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Sim
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO: Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 5 HABITANTES FIXOS: 20 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 0
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: coletivo MANANCIAL: superficial
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO:
SISTEMA DE TRATAMENTO: convencional
GESTÃO DO SISTEMA: Sabesp
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Água distribuída pela Sabesp através da rede de distribuição de água da Sabesp. Não há reservação de água
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: secundário
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Fossa Filtro Sumidouro
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 2x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: asfalto
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

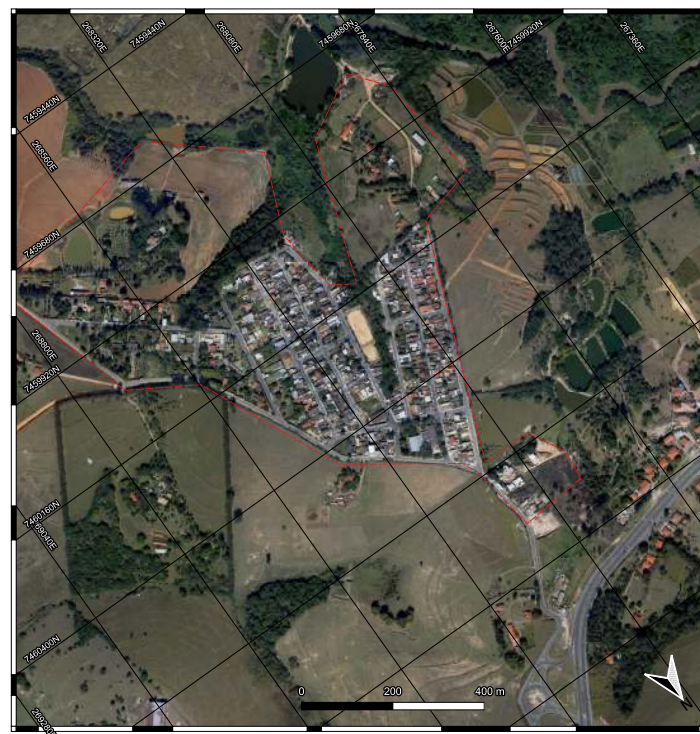
PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DO ASSENTAMENTO

NOME: Recanto do Bosque e Jd. São Gabriel
N DE CADASTRO: 21 ÁREA: 535118 m²
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Sim
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Sim
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Sim
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Sim
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Transporte público
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:
Parte da área está situada na várzea do rio Capivari, sujeita a inundações.

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 250 HABITANTES FIXOS: 750 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 0
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 2
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: coletivo MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: filtração
GESTÃO DO SISTEMA: SABESP
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Abastecimento de água feito com 1 poço tubular profundo da Sabesp. Não há reservação coletiva.
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: misto
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: Sabesp
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Bairro com rede coletora de esgotos em implantação. Parte da rede já implantada encaminha os esgotos para EEE
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 3x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 1700 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: completo
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: asfalto
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DO ASSENTAMENTO

NOME: Jardim Colorado
N DE CADASTRO: ÁREA: 105363 m²
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Transporte público
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 100 HABITANTES FIXOS: 400 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 0
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 1
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: coletivo MANANCIAL: misto
RESERVAÇÃO: mista TIPO DE RESERVATÓRIO: mista
SISTEMA DE TRATAMENTO: filtração
GESTÃO DO SISTEMA: SABESP
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Bairro atendido pela Sabesp pelo sistema de
abastecimento integrado do município
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: coletivo
SISTEMA DE TRATAMENTO: secundário
GESTÃO DO SISTEMA: Sabesp
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Esgoto do bairro encaminhado para EEE
Jardim Colorado, depois para ETE São Clemente
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 3x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura -
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: inexistente
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS ENDOVIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA: O sistema de drenagem pluvial, bem como a
pavimentação asfáltica estão sendo implantadas

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1: Está pavimentando as ruas. Moradores sem
reclamações.

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DO ASSENTAMENTO

NOME: Chácara Canaã
N DE CADASTRO: 42 - ÁREA: 139868 m²
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: HABITANTES FIXOS: SÍTIOS AGROPECUÁRIOS:
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS:
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS:
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS:
PADRÃO CONSTRUTIVO:

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: MANANCIAL:
RESERVAÇÃO: TIPO DE RESERVATÓRIO:
SISTEMA DE TRATAMENTO:
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA:
SISTEMA DE TRATAMENTO:
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA:
DESTINAÇÃO FINAL:
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL:
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM:
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS:
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

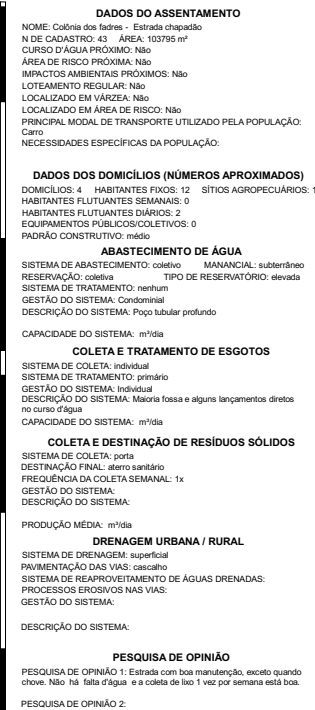
PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787





Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DO ASSENTAMENTO

NOME: Molas Monte Mor
N DE CADASTRO: 22 - ÁREA: 111649 m²
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Sim
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Sim
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Sim
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Sim
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Sim
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:
Área situada na várzea do rio Capivari, sujeita a inundações. Área industrial e

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 7 - HABITANTES FIXOS: 20 - SÍTIOS AGROPECUÁRIOS:
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 20
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS:
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual - MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO:
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum - TIPO DE RESERVATÓRIO:
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: secundário
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 4x
GESTÃO DO SISTEMA: Aterro
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS ENDOGENOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DO ASSENTAMENTO

NOME: Monjinho - Sítio João e Maria e Chácara Príncipe
N DE CADASTRO: ÁREA: 25648 m²
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VAZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:
Regularização fundiária

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)
DOMÍCIOS: 5 HABITANTES FIXOS: 20 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 0
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Poço calçira
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Fossa negra
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 1x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 100 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS: Vias rurais
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

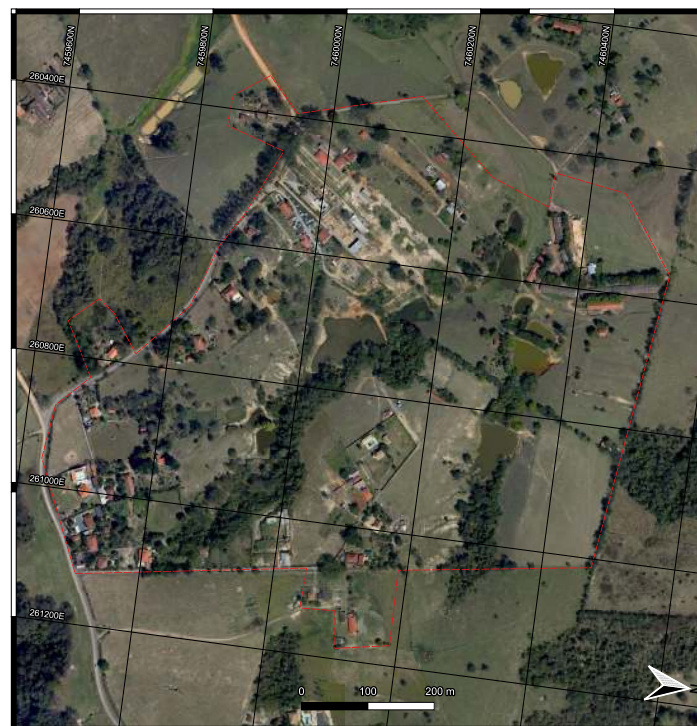
PESQUISA DE OPINIÃO 1: Estradas mau conservadas. Aumentar a frequência de coleta de resíduos para mais de 1 vez por semana. Subsidiar a instalação de um poço artesiano.
PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DO ASSENTAMENTO

NOME: Recanto da Serra
N DE CADASTRO: ÁREA: 503933 m²
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO: Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)
DOMÍCIOS: 15 HABITANTES FIXOS: 30 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 0
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 15
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 5
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Fossa filtro sumidouro

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: caçamba
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 3x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: asfalto
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS ENDOVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DO ASSENTAMENTO

NOME: Pesqueiros
N DE CADASTRO: 7461360N
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Sim
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)
DOMÍCIOS: 4 HABITANTES FIXOS: SÍTIOS AGROPECUÁRIOS:
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS:
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS:
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS:
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO:
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Sistema fossa filtro sumidouro

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 3x
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: asfalto
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DO ASSENTAMENTO

NOME: Jardim Guanabara
N DE CADASTRO: 127324 m²
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Sim
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VAZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)
DOMÍCIOS: 3 HABITANTES FIXOS: SÍTIOS AGROPECUÁRIOS:
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS:
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS:
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS:
PADRÃO CONSTRUTIVO: alto

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO:
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Poço tubular profundo
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: secundário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 3x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: asfalto
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS ENDOVIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DO ASSENTAMENTO

NOME: Recanto dos Pixaros e Taj Mahal Motel
N DE CADASTRO: ÁREA: 215364 m²
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: HABITANTES FIXOS: SÍTIOS AGROPECUÁRIOS:
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS:
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS:
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS:
PADRÃO CONSTRUTIVO:

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: MANANCIAL:
RESERVAÇÃO: TIPO DE RESERVATÓRIO:
SISTEMA DE TRATAMENTO:
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA:
SISTEMA DE TRATAMENTO:
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA:
DESTINAÇÃO FINAL:
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL:
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM:
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS:
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DO ASSENTAMENTO

NOME: Restaurante da Fazenda e Chácara da Dinda
N DE CADASTRO: ÁREA: 64569 m²
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: HABITANTES FIXOS: SÍTIOS AGROPECUÁRIOS:
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS:
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS:
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS:
PADRÃO CONSTRUTIVO:

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: MANANCIAL:
RESERVAÇÃO: TIPO DE RESERVATÓRIO:
SISTEMA DE TRATAMENTO:
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA:
SISTEMA DE TRATAMENTO:
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 2x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM:
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS:
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DO ASSENTAMENTO

NOME: Recreio Miracatu
N DE CADASTRO: 6 ÁREA: 248779 m²
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Sim
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)
DOMÍCIOS: 39 HABITANTES FIXOS: 120 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 0
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 20
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS:
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: coletivo MANANCIAL: superficial
RESERVAÇÃO: coletiva TIPO DE RESERVATÓRIO:
SISTEMA DE TRATAMENTO: convencional
GESTÃO DO SISTEMA: SABESP
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 2x
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 273 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS:
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

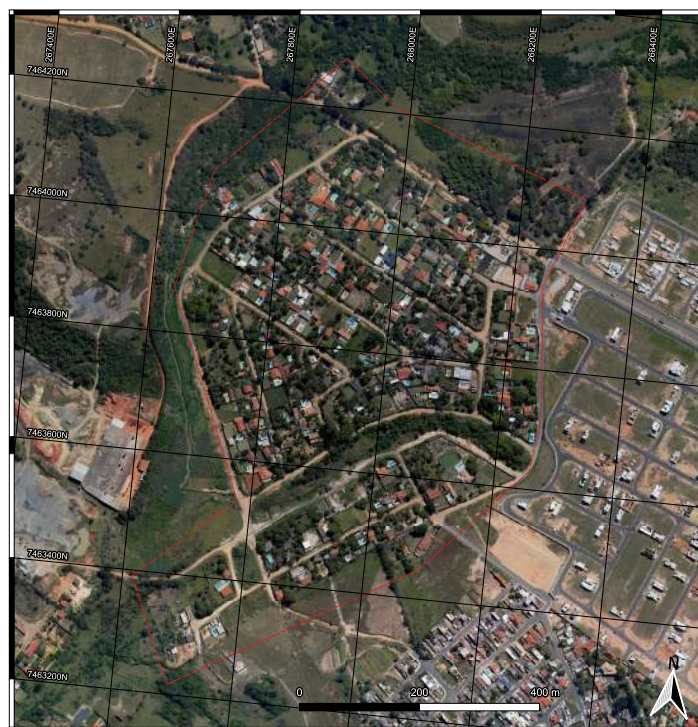
PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DO ASSENTAMENTO

NOME: Chácara Estância das Águas
N DE CADASTRO: 2 ÁREA: 457681 m²
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Sim
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO: Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 113 HABITANTES FIXOS: 294 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 0
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 67
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: alto

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: coletivo MANANCIAL: superficial
RESERVAÇÃO: coletiva TIPO DE RESERVATÓRIO:
SISTEMA DE TRATAMENTO: convencional
GESTÃO DO SISTEMA: SABESP
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 2x
GESTÃO DO SISTEMA: Aterro
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 2500 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: inexistente
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

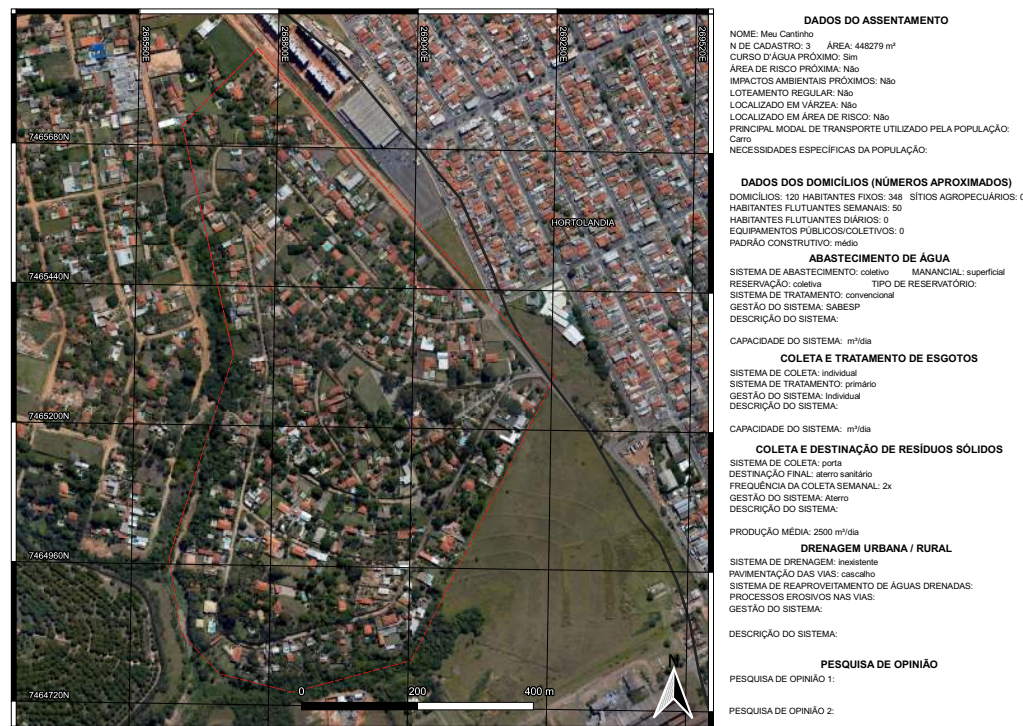
PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787





Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DO ASSENTAMENTO

NOME: Chácara Recreio Umuarama
N DE CADASTRO: 5 ÁREA: 156010 m²
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Sim
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VAZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 25 HABITANTES FIXOS: 720 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 0
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 50
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: coletivo MANANCIAL: superficial
RESERVAÇÃO: coletiva TIPO DE RESERVATÓRIO:
SISTEMA DE TRATAMENTO: convencional
GESTÃO DO SISTEMA: SABESP
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 2x
GESTÃO DO SISTEMA: Aterro
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 5000 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: inexistente
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DO ASSENTAMENTO

NOME: Chácara Casa Verde
N DE CADASTRO: 8 ÁREA: 226880 m²
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Sim
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 50 HABITANTES FIXOS: 140 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 0
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 20
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: coletivo MANANCIAL: superficial
RESERVAÇÃO: coletiva TIPO DE RESERVATÓRIO:
SISTEMA DE TRATAMENTO: convencional
GESTÃO DO SISTEMA: SABESP
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 2x
GESTÃO DO SISTEMA: Aterro
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 350 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Ruas cascalhadas, mas com falhas no
escoamento

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DO ASSENTAMENTO

NOME: Recanto das Orquídeas
N DE CADASTRO: 4 ÁREA: 108857 m²
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Sim
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)
DOMÍCIOS: 280 HABITANTES FIXOS: SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 0
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 200
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO:
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 2x
GESTÃO DO SISTEMA: Aterro
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 15000 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: inexistente
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DO ASSENTAMENTO

NOME: Parque São Rafael
N DE CADASTRO: 9 ÁREA: 356299 m²
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Sim
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Sim
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Sim
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Sim
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:
O bairro possui algumas edificações dentro da área de APP.

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 80 HABITANTES FIXOS: SÍTIOS AGROPECUÁRIOS:
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS:
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS:
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 1
PADRÃO CONSTRUTIVO: baixo

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: coletivo MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO:
SISTEMA DE TRATAMENTO: filtração
GESTÃO DO SISTEMA: SABESP
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: 1 poço tubular profundo para abastecer o
bairro. Faltava reservação.
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: secundário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 3x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: completo
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: asfalto
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

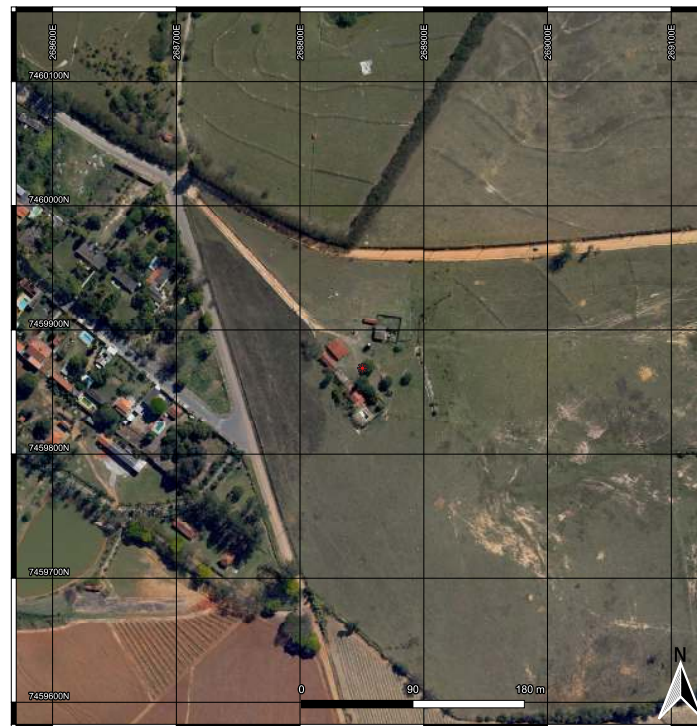
PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Chácara São José
N DE CADASTRO: 10
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Sim
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VAZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 1 HABITANTES FIXOS: 4 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 2
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Sistema fossa filtro sumidouro

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 3x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: inexistente
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

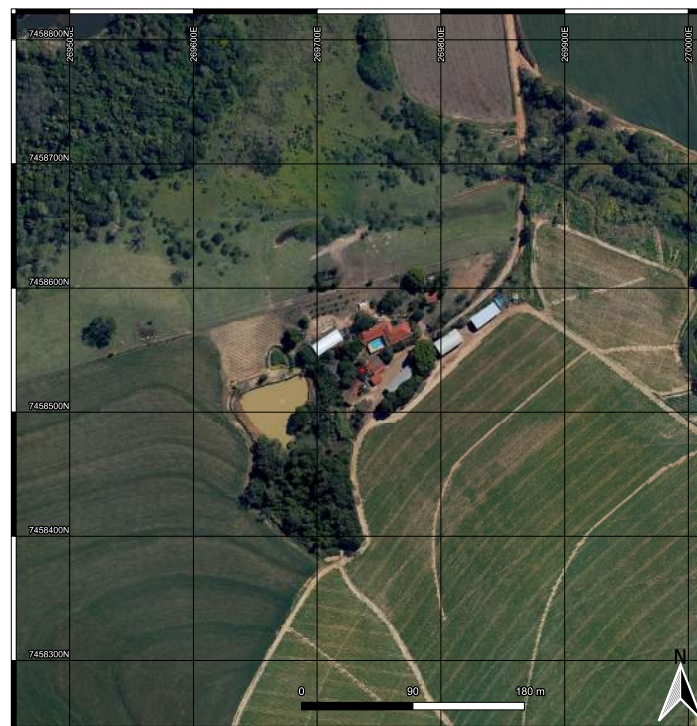
PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Sítio sem denominação
N DE CADASTRO: 13
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VAZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO: Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 1 HABITANTES FIXOS: 6 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 6
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: alto

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 3x
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: inexistente
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Chácara sem denominação
N DE CADASTRO: 15
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 1 HABITANTES FIXOS: 4 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 3x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

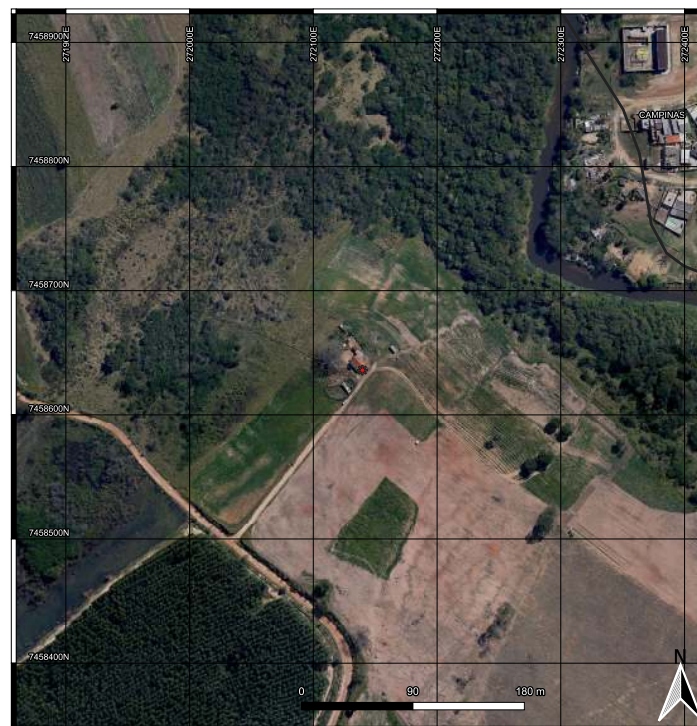
PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Chácara sem denominação
N DE CADASTRO: 17
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Sim
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO: Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)
DOMÍCIOS: 1 HABITANTES FIXOS: 4 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 3
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Individual
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 1x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 29 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: inexistente
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Chácara sem denominação
N DE CADASTRO: 18
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCILOS (NÚMEROS APROXIMADOS)
DOMÍCILOS: 2 HABITANTES FIXOS: 6 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 2
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: apoiada
SISTEMA DE TRATAMENTO: convencional
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 1x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura -
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 30 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: inexistente
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Chácara sem denominação
N DE CADASTRO: 21
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 1 HABITANTES FIXOS: 3 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 2
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 1
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: alto

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: secundário
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 1x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 15 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: inexistente
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Chácara sem denominação
N DE CADASTRO: 23
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 1 HABITANTES FIXOS: 2 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Poço calçira
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Fossa negra
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 1x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 15 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: inexistente
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Chácara sem denominação
N DE CADASTRO: 24
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCILOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCILOS: 1 HABITANTES FIXOS: 4 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 2
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS:
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS:
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 1x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 20 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: inexistente
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Empresa sem denominação
N DE CADASTRO: 28
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Sim
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VAZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 1 HABITANTES FIXOS: 0 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 10
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO:

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: coletivo MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: secundário
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Sistema fossa filtro sumidouro

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 2x
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: asfalto
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

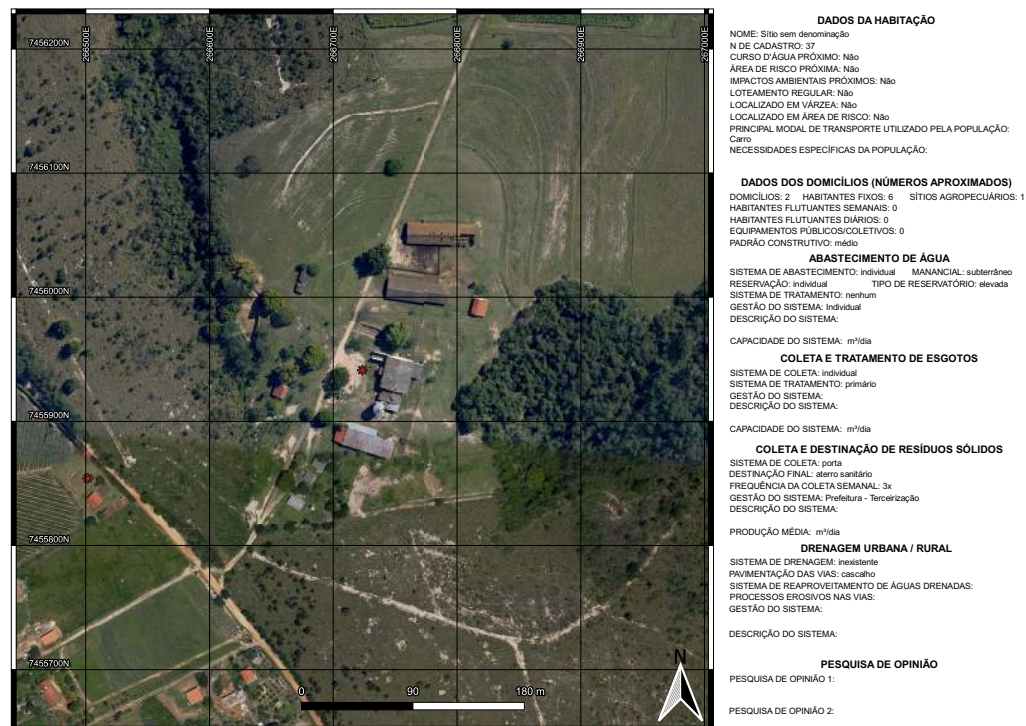
PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787





Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Sítio sem denominação
N DE CADASTRO: 28
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 2 HABITANTES FIXOS: 4 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 2
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: coletiva TIPO DE RESERVATÓRIO: apoiada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 3x
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: inexistente
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Sítio Santo Antônio
N DE CADASTRO: 29
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VAZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO: Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 1 HABITANTES FIXOS: 2 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 4
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: alto

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 1x
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 40 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Chácara sem denominação
N DE CADASTRO: 32
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO: Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMICÍLIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMICÍLIOS: 1 HABITANTES FIXOS: 5 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 3x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 35 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: inexistente
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Chácara sem denominação
N DE CADASTRO: 33
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO: Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 1 HABITANTES FIXOS: 3 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 0
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 2
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 1
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: alto

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 3x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 300 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS ENDOVIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

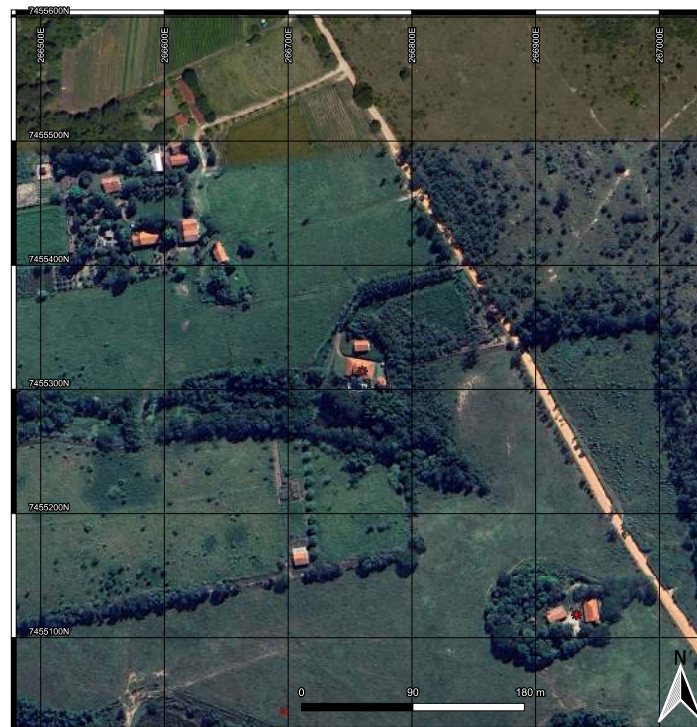
PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Quinta das moreiras
N DE CADASTRO: 34
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 2 HABITANTES FIXOS: 7 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 2
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: superficial
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 3x
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Chácara sem denominação
N DE CADASTRO: 35
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 2 HABITANTES FIXOS: 4 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 2
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 3x
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 350 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Chácara sem denominação
N DE CADASTRO: 36
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO: Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCILOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCILOS: 2 HABITANTES FIXOS: 7 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 3x
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 50 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: inexistente
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

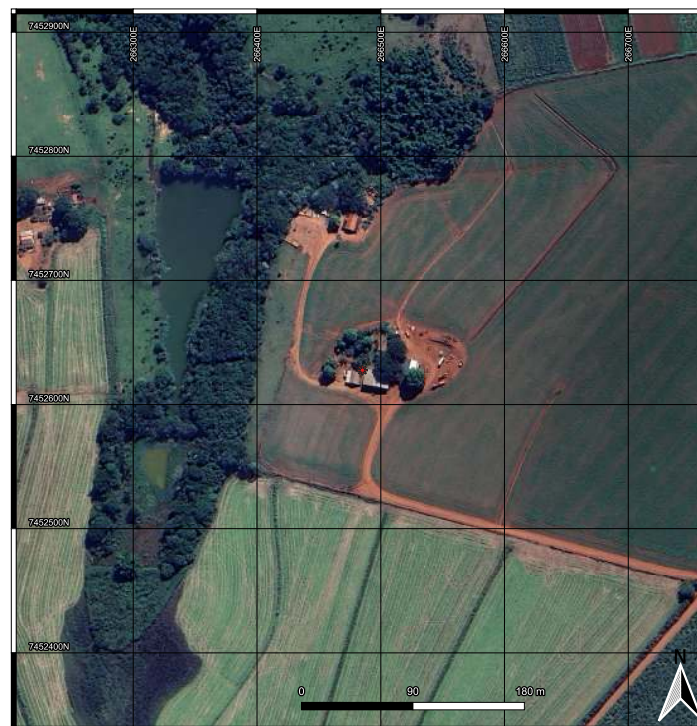
PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Chácara sem denominação
N DE CADASTRO: 37
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VAZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)
DOMÍCIOS: 1 HABITANTES FIXOS: 4 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 1
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS:
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 3x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 35 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Sítio sem denominação
N DE CADASTRO: 38
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCILOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCILOS: 1 HABITANTES FIXOS: 3 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: apoiada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 3x
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Chácara sem denominação
N DE CADASTRO: 39
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 3 HABITANTES FIXOS: 7 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 0
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 3
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS:
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS:
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 3x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 70 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

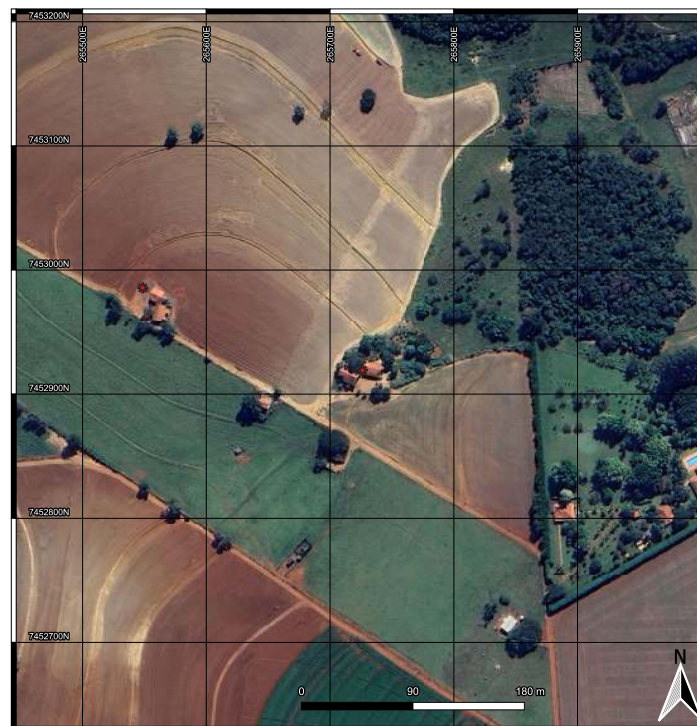
PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Sítio sem denominação
N DE CADASTRO: 40
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)
DOMÍCIOS: 2 HABITANTES FIXOS: 6 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 0
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 3x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 40 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: inexistente
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

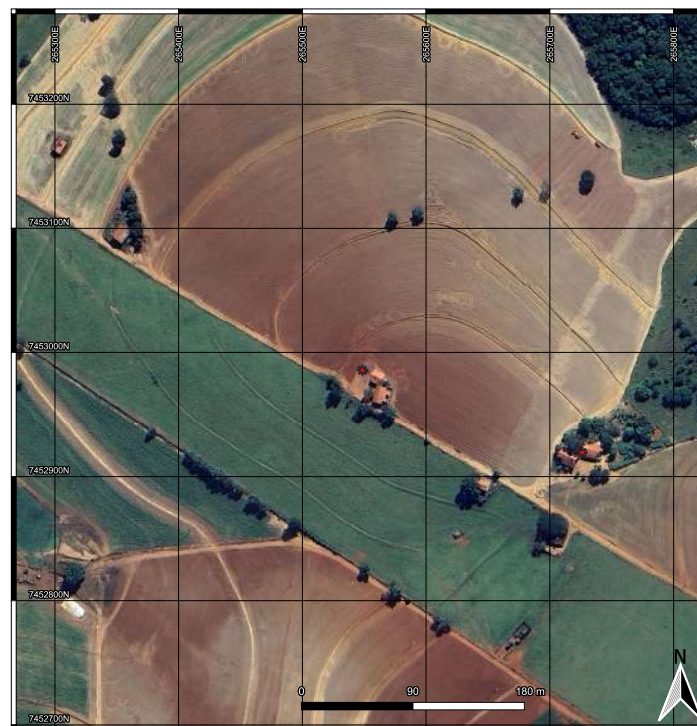
PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Casa sem denominação
N DE CADASTRO: 41
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VAZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 1 HABITANTES FIXOS: 3 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 1
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS:
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO:
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 3x
GESTÃO DO SISTEMA: Terceirização - Prefeitura
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 30 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: inexistente
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

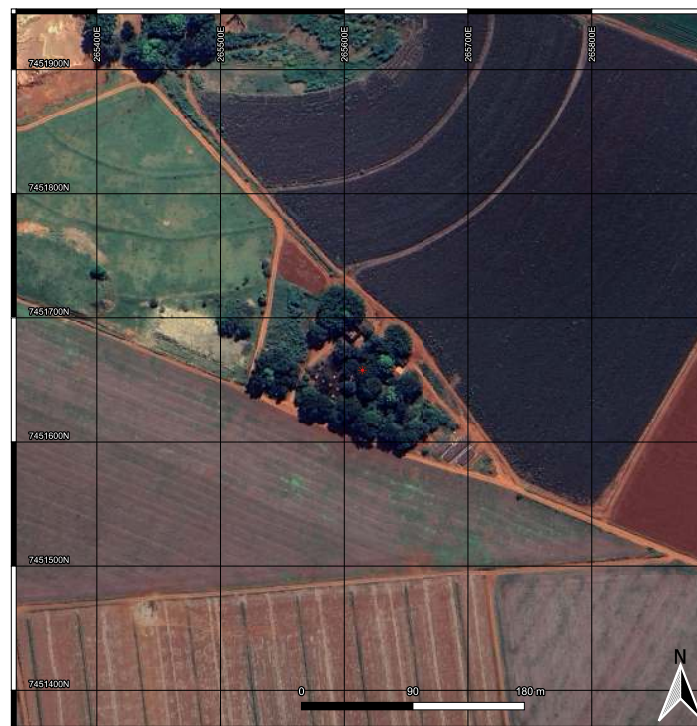
PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Mineradora Morro Grande
N DE CADASTRO: 42
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO: Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCILOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCILOS: 2 HABITANTES FIXOS: 6 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: superficial
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 3x
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS ENDOVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Colônia Airst - Dedo Mole
N DE CADASTRO: 43
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 2 HABITANTES FIXOS: 6 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 3x
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Casaol Pré-fabricados
N DE CADASTRO: 44
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Sim
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Sim
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO: Caminhão
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMICÍLIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMICÍLIOS: 1 HABITANTES FIXOS: 0 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 0
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 20
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS:
PADRÃO CONSTRUTIVO:

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: coletiva TIPO DE RESERVATÓRIO: apoiada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: secundário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 2x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 300 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: asfalto
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Fazenda Vista Alegre - Broto Figs
N DE CADASTRO: 45
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Caminhão
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCILOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCILOS: 3 HABITANTES FIXOS: 0 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 20
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: coletivo MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: coletiva TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: Condominial
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: coletivo
SISTEMA DE TRATAMENTO: secundário
GESTÃO DO SISTEMA: Condominial
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 2x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 100 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS ENDOVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Escola Municipal Pedro Transferi
N DE CADASTRO: 47
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Transporte Escolar
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMICÍLIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMICÍLIOS: 1 HABITANTES FIXOS: 0 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 0
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 100
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 1
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: filtração
GESTÃO DO SISTEMA: Gestão Municipal
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: coletivo
SISTEMA DE TRATAMENTO: secundário
GESTÃO DO SISTEMA: Gestão Municipal
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 2x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 350 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS ENDOVIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Entringer - Armazenagem de cereais
N DE CADASTRO: 48
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Sim
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCILOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCILOS: 2 HABITANTES FIXOS: 5 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 10
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: coletivo MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: coletiva TIPO DE RESERVATÓRIO: apoiada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: Condominial
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 2x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 25 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: asfalto
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

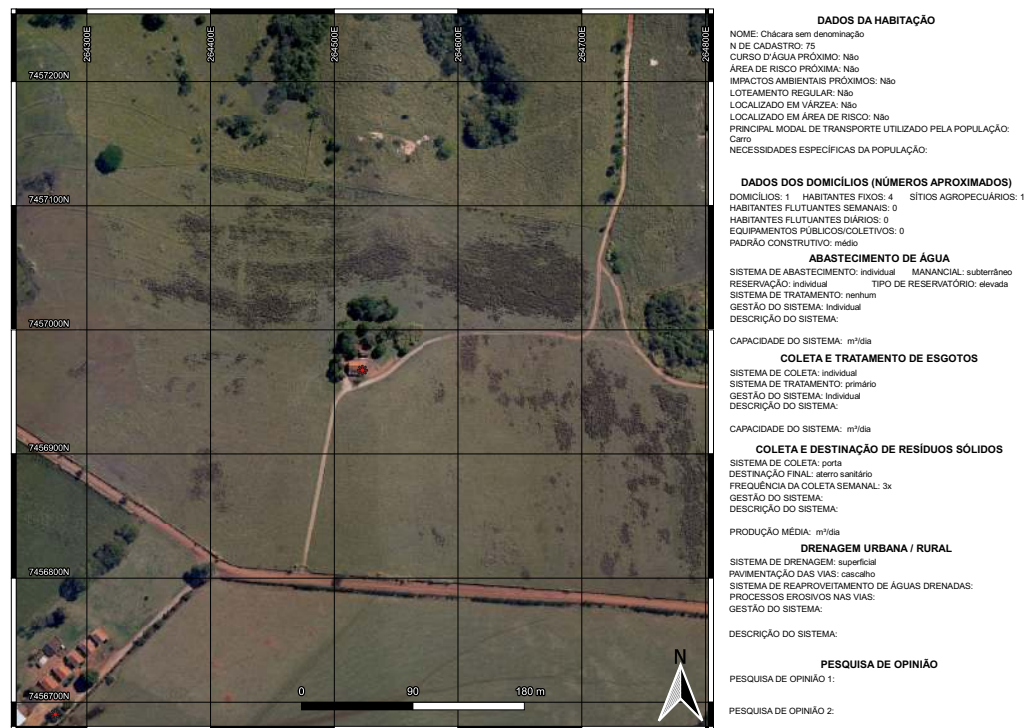
PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787





Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Chácara sem denominação
N DE CADASTRO: 76
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 1 HABITANTES FIXOS: 4 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS:
PADRÃO CONSTRUTIVO: alto

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 3x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS ENDOIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Nettofer
N DE CADASTRO: 80
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)
DOMÍCIOS: 1 HABITANTES FIXOS: 0 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 0
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS:
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 20
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO:

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: secundário
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Sistema fossa filtro sumidouro

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 2x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM:
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS:
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Chácara palmeiras
N DE CADASTRO:
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: HABITANTES FIXOS: SÍTIOS AGROPECUÁRIOS:
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS:
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS:
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS:
PADRÃO CONSTRUTIVO:

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: MANANCIAL:
RESERVAÇÃO: TIPO DE RESERVATÓRIO:
SISTEMA DE TRATAMENTO:
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA:
SISTEMA DE TRATAMENTO:
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA:
DESTINAÇÃO FINAL:
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL:
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM:
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS:
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Mudias
N DE CADASTRO: 84
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: HABITANTES FIXOS: SÍTIOS AGROPECUÁRIOS:
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS:
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS:
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS:
PADRÃO CONSTRUTIVO:

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: MANANCIAL:
RESERVAÇÃO: TIPO DE RESERVATÓRIO:
SISTEMA DE TRATAMENTO:
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: secundário
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Sistema fossa filtro sumidouro

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 2x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Parada Calpina
N DE CADASTRO: 98
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)
DOMÍCIOS: 1 HABITANTES FIXOS: 0 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 0
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 10
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 30
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: secundário
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 2x
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Sítio Colina - sr. Domingos Tadeu
N DE CADASTRO: 102
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)
DOMÍCIOS: 1 HABITANTES FIXOS: 3 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: coletivo MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: Condominial
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: 1 poço tubular profundo mais 1 poço calça para todo o sítio
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: secundário
GESTÃO DO SISTEMA: Condominial
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Sistema fossa filtro sumidouro
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 1x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: inexistente
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS ENDOVIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Sítio Colina - sr. Domingo Tadeu
N DE CADASTRO: 103
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Sim
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO: Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCILOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCILOS: 3 HABITANTES FIXOS: 3 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS:
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 2
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS:
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: coletivo MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: coletiva TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: 1 poço artesiano com 5
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: 5 m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: secundário
GESTÃO DO SISTEMA: Condominial
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 1x
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: inexistente
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1: Muito ruim a Manutenção das estradas. Serviço de péssima qualidade. Não colocaram cascalho. Curvas de nível foram mal feitas.

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Sítio Santo Antônio
N DE CADASTRO: 104
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 1 HABITANTES FIXOS: 4 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Poço tubular profundo
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Sistema fossa filtro sumidouro
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: inexistente
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL:
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Os resíduos são levados até a área urbana
PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Sítio São José
N DE CADASTRO: 105
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO: Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 1 HABITANTES FIXOS: 3 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Poço tubular profundo

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: secundário
GESTÃO DO SISTEMA: Sistema fossa filtro
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: inexistente
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL:
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Os resíduos são encaminhados para a área urbana
PRODUÇÃO MÉDIA: 30 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

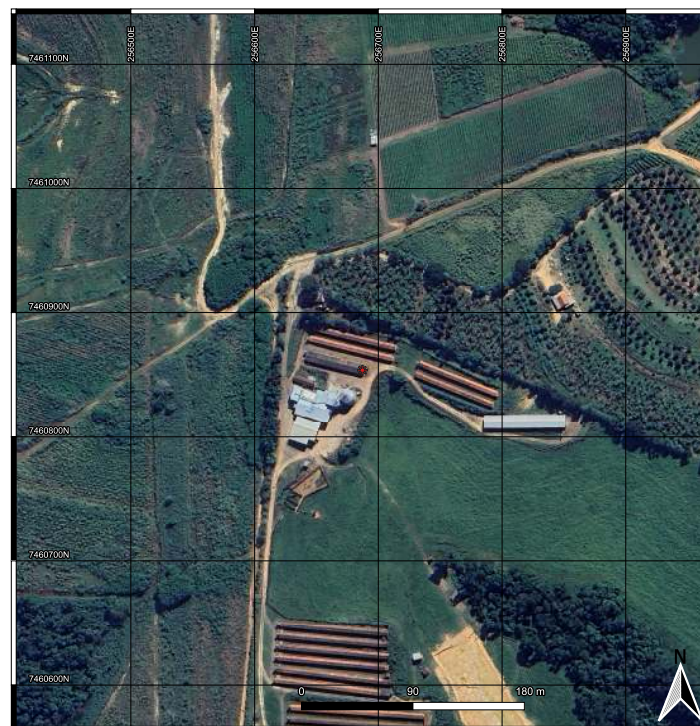
PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Sítio São Francisco
N DE CADASTRO: 114
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO: Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 3 HABITANTES FIXOS: 6 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS:
PADRÃO CONSTRUTIVO:

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: coletiva TIPO DE RESERVATÓRIO: apoiada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: inexistente
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL:
GESTÃO DO SISTEMA: Resíduos encaminhados
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 40 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

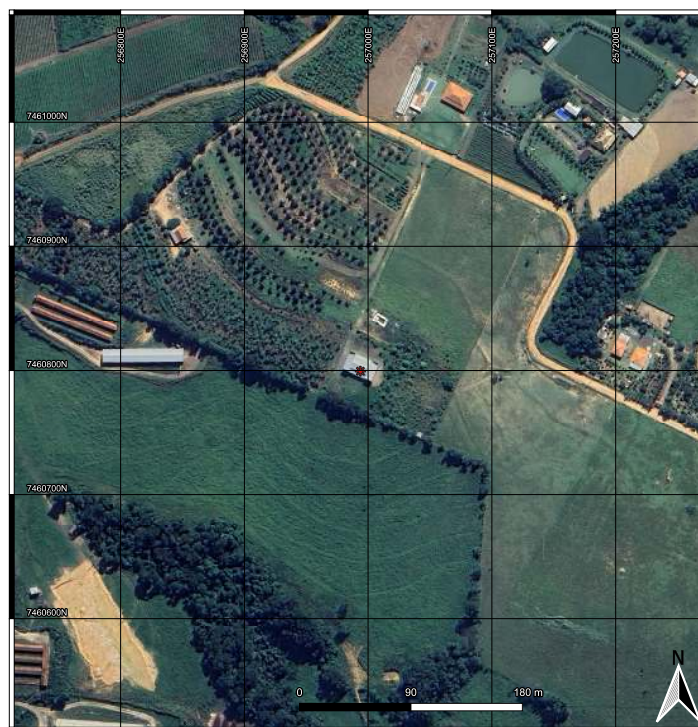
PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Chacara da Kika
N DE CADASTRO: 115
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Sim
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)
DOMÍCIOS: 2 HABITANTES FIXOS: 2 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 0
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 7
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Poço artesiano com 200 metros de profundidade. Não tem problema com falta d'água.
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: secundário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Sistema fossa filtro sumidouro. Águas negras separadas das águas cinzas.
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: inexistente
DESTINAÇÃO FINAL: outros
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL:
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: O município leva os resíduos para a cidade.

PRODUÇÃO MÉDIA: 70 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura

DESCRIÇÃO DO SISTEMA: As vias internas da propriedade estão bem conservadas, as ruas externas não estão.

PESQUISA DE OPINIÃO

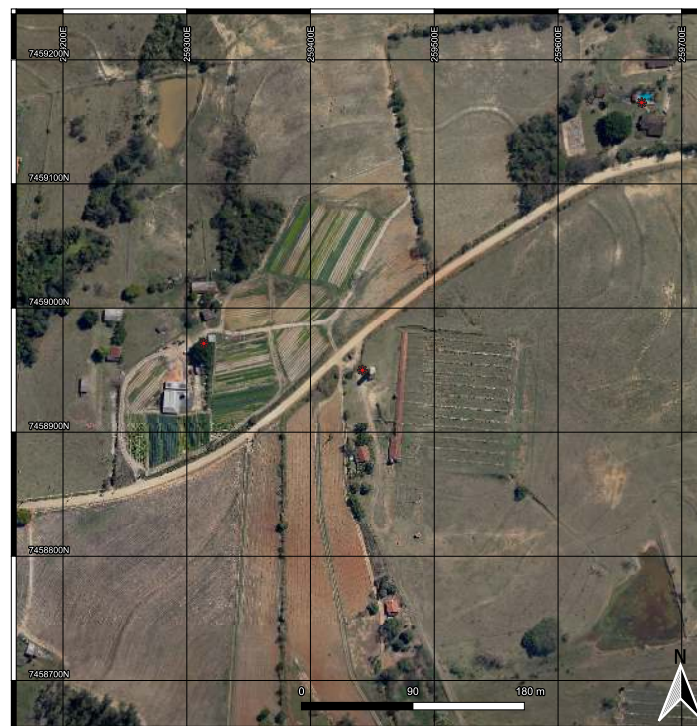
PESQUISA DE OPINIÃO 1: Estado de conservação das estradas. Sem escoamento de drenagem, manilhas etc. Vizinhos acumulando resíduos ou queimando. Vizinho jogando esgoto cinza na fossa junto com esgoto do vaso
PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Granja Capuavinha
N DE CADASTRO: 121
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 3 HABITANTES FIXOS: 0 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS:
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 15
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: coletivo MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: coletiva TIPO DE RESERVATÓRIO: apoiada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: 100 m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: coletivo
SISTEMA DE TRATAMENTO: secundário
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: inexistente
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL:
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Sítio São Manoel 2
N DE CADASTRO: 137
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Caminhão
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 3 HABITANTES FIXOS: 4 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: coletivo MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: coletiva TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: Condominial
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: O sítio possui um poço tubular profundo

CAPACIDADE DO SISTEMA: 10 m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: coletivo
SISTEMA DE TRATAMENTO: secundário
GESTÃO DO SISTEMA: Condominial
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Sistema fossa filtro sumidouro

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: inexistente
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL:
GESTÃO DO SISTEMA: O morador leva os
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 10 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS: Existem
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Programa Melhor Caminho

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1: O morador reclamou que quando chove as condições da via rural ficam muito. Contudo ressaltou a recente manutenção realizada

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Sítio Entre rios I - sr. João
N DE CADASTRO: 130
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Sim
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VAZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:
O senhor João relatou que não há prestação dos serviços públicos de

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 1 HABITANTES FIXOS: 3 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 0
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: A edificação é abastecida através de poço
capra
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Fossa negra

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: inexistente
DESTINAÇÃO FINAL: queima
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL:
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: O gerador é responsável pelo descarte do
próprio resíduo. No local funciona uma central de recebimento de material
PRODUÇÃO MÉDIA: 1000 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS: Existem
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura e programa Melhor Caminho

DESCRIÇÃO DO SISTEMA: A via em frente a propriedade apresenta
processos erosivos, apesar da recente manifestação.

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1: O proprietário está descontente com a
prestação dos serviços de Saneamento Rural nas suas 4 vertentes para
Prefeitura. Ressaltou que o bairro não possui serviço de coleta de resíduos
PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Chácara Santo Antônio
N DE CADASTRO: 131
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)
DOMÍCIOS: 3 HABITANTES FIXOS: 4 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Sistema fossa filtro sumidouro

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: inexistente
DESTINAÇÃO FINAL: queima
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL:
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: inexistente
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS ENDOIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

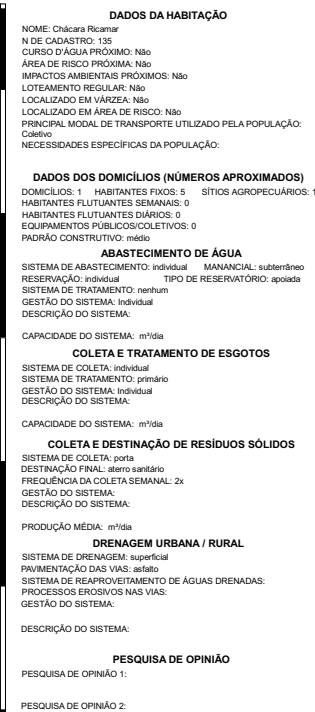
PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:

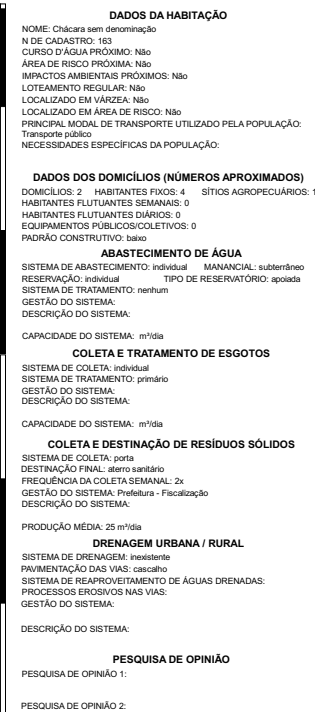


Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787





Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787

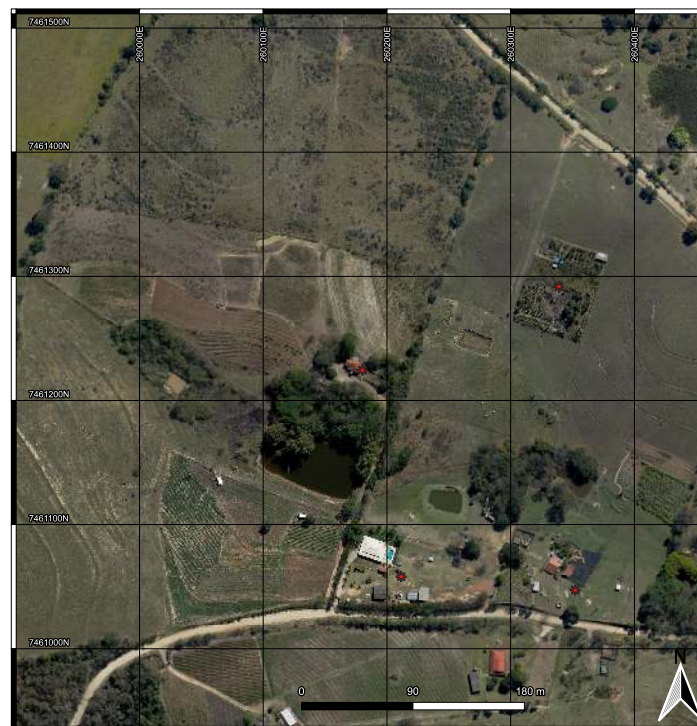




Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Chácara sem denominação
N DE CADASTRO: 164
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Sim
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)
DOMÍCIOS: 1 HABITANTES FIXOS: 3 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 3
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 2
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: alto

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: secundário
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 2x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 25 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: inexistente
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Rancho Phoenix
N DE CADASTRO: 165
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Sim
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 1 HABITANTES FIXOS: 4 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 10
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 2
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: alto

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 2x
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

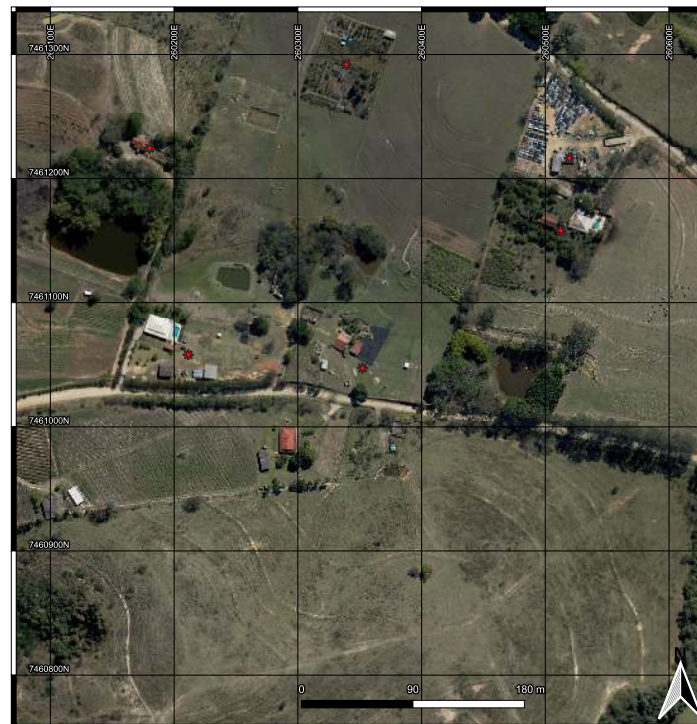
PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Chácara Santa Cruz
N DE CADASTRO: 166
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO: Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 1 HABITANTES FIXOS: 5 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 0
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 3
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 1
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 2x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura -
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 25 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: inexistente
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

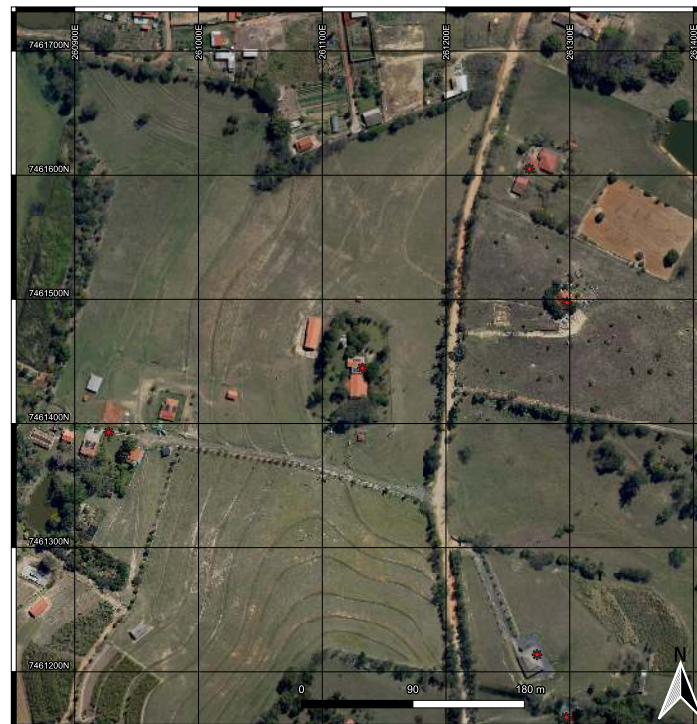
PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Chácara sem denominação
N DE CADASTRO: 172
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VAZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 1 HABITANTES FIXOS: 5 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 2
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 2
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 2x
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 60 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Chácara sem denominação
N DE CADASTRO: 173
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO: Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMICÍLIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMICÍLIOS: 2 HABITANTES FIXOS: 5 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 3
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 2
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 2x
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: inexistente
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Chácara sem denominação
N DE CADASTRO: 174
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMICÍLIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMICÍLIOS: 1 HABITANTES FIXOS: 3 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 2x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 30 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: inexistente
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Chácara sem denominação
N DE CADASTRO: 176
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCILOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCILOS: 2 HABITANTES FIXOS: 8 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 2
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: coletiva TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 2x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 60 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: inexistente
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

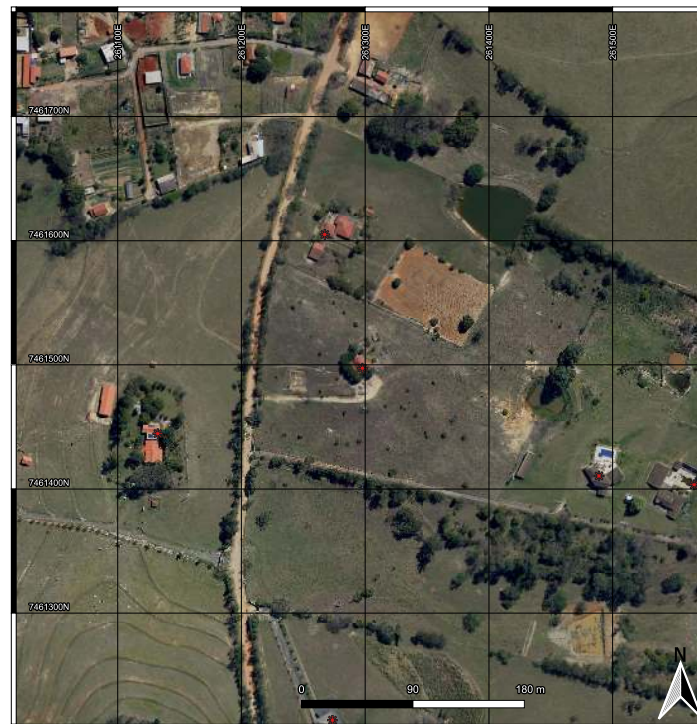
PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Chácara sem denominação
N DE CADASTRO: 177
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)
DOMÍCIOS: 1 HABITANTES FIXOS: 4 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 0
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 1
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 1
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: 40 m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 1x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 40 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: inexistente
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

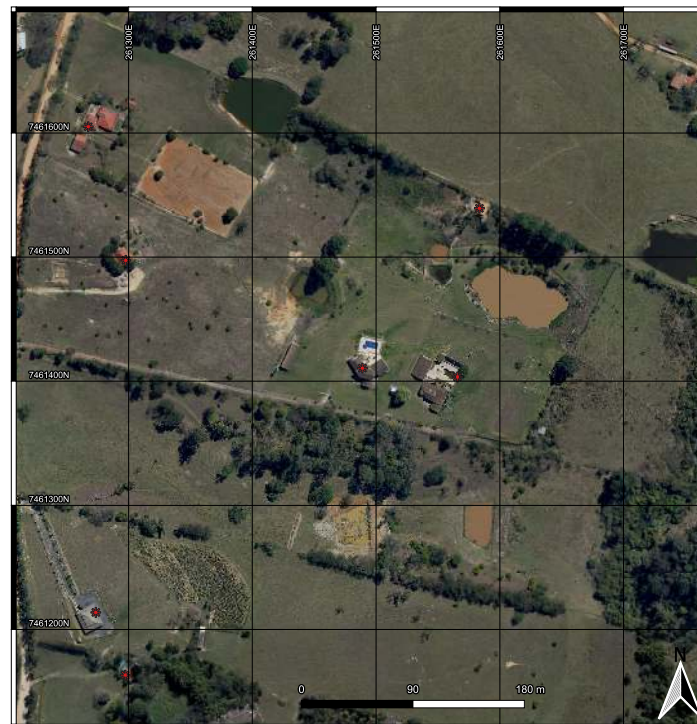
PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Chácara sem denominação
N DE CADASTRO: 178
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Sim
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO:
Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCILOS (NÚMEROS APROXIMADOS)
DOMÍCILOS: 1 HABITANTES FIXOS: 5 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 0
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 2
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 2
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: alto

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: cloração
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: secundário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 2x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 60 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Chácara sem denominação
N DE CADASTRO: 179
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Sim
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO: Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCILOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCILOS: 1 HABITANTES FIXOS: 4 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 0
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 3
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: alto

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: cloração
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: secundário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 2x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura -
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 50 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS ENDOVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Assentamento sem denominação
N DE CADASTRO: 210
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO: Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 4 HABITANTES FIXOS: 14 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 0
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 2
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: coletivo MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: coletiva TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: Condominial
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: Individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 1x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 100 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

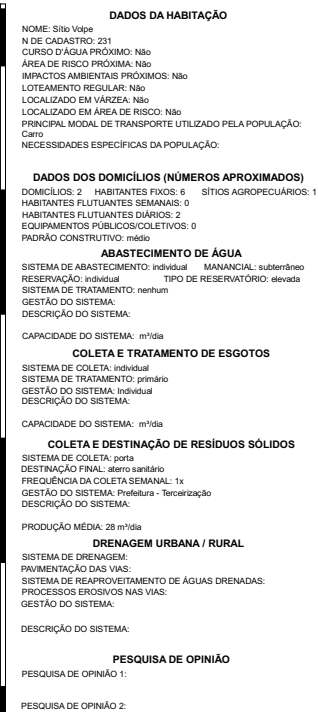
PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787

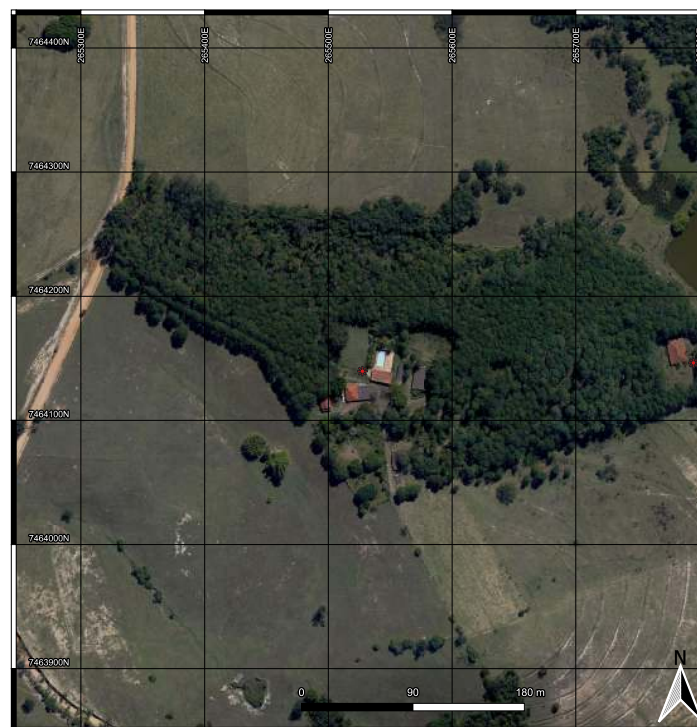




Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Chácara sem denominação
N DE CADASTRO: 234
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VARZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO: Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCIOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCIOS: 1 HABITANTES FIXOS: 5 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 2
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 0
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 1
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 1x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 30 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: inexistente
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787



DADOS DA HABITAÇÃO

NOME: Sítio sem denominação
N DE CADASTRO: 235
CURSO D'ÁGUA PRÓXIMO: Não
ÁREA DE RISCO PRÓXIMA: Não
IMPACTOS AMBIENTAIS PRÓXIMOS: Não
LOTAMENTO REGULAR: Não
LOCALIZADO EM VÁRZEA: Não
LOCALIZADO EM ÁREA DE RISCO: Não
PRINCIPAL MODAL DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA POPULAÇÃO: Carro
NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO:

DADOS DOS DOMÍCILOS (NÚMEROS APROXIMADOS)

DOMÍCILOS: 1 HABITANTES FIXOS: 5 SÍTIOS AGROPECUÁRIOS: 1
HABITANTES FLUTUANTES SEMANAIS: 2
HABITANTES FLUTUANTES DIÁRIOS: 1
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/COLETIVOS: 0
PADRÃO CONSTRUTIVO: médio

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO: individual MANANCIAL: subterrâneo
RESERVAÇÃO: individual TIPO DE RESERVATÓRIO: elevada
SISTEMA DE TRATAMENTO: nenhum
GESTÃO DO SISTEMA:
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

SISTEMA DE COLETA: individual
SISTEMA DE TRATAMENTO: primário
GESTÃO DO SISTEMA: individual
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:
CAPACIDADE DO SISTEMA: m³/dia

COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA DE COLETA: porta
DESTINAÇÃO FINAL: aterro sanitário
FREQUÊNCIA DA COLETA SEMANAL: 1x
GESTÃO DO SISTEMA: Prefeitura - Terceirização
DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PRODUÇÃO MÉDIA: 30 m³/dia

DRENAGEM URBANA / RURAL

SISTEMA DE DRENAGEM: superficial
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS: cascalho
SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DRENADAS:
PROCESSOS EROSIVOS NAS VIAS:
GESTÃO DO SISTEMA:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA:

PESQUISA DE OPINIÃO

PESQUISA DE OPINIÃO 1:

PESQUISA DE OPINIÃO 2:



PLANO DIRETOR DE SANEAMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR

PRODUTO 6

ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES NO HORIZONTE DE 20 ANOS PARA A ZONA RURAL DO MUNICÍPIO

TEXTO E TABELAS

PROESPLAN
Engenharia

CTR 455 - AGOSTO/2022 – REV-0



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787

PROESPLAN
Engenharia

APRESENTAÇÃO

CTR 455



PROESPLAN
Engenharia

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho atende ao **CONVITE Nº 06/2022 e TERMO DE CONTRATO Nº 98/2022** firmado entre a **PROESPLAN ENGENHARIA** e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR**, e tem por objetivo a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM OBJETIVO DE FIXAR CRITÉRIOS, METODOLOGIA, ATIVIDADES E RESULTADOS A SEREM OBTIDOS COM O DESENVOLVIMENTO DO PLANO DIRETOR DE SANEAMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR**.

O **Termo de Referência** relaciona todos os relatórios que compõem este trabalho, conforme abaixo:

PRODUTO 1	PLANO DE TRABALHO E FORMAÇÃO DE TRABALHO
PRODUTO 2	PLANO DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO JUNTO A COMUNIDADE RURAL
PRODUTO 3	LEVANTAMENTO DE DADOS E ESTIMATIVA POPULACIONAL DA ZONA RURAL
PRODUTO 4	DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DO SANEAMENTO RURAL
VOLUME 1	ABASTECIMENTO DE ÁGUA
VOLUME 2	ESGOTAMENTO SANITÁRIO
VOLUME 3	DRENAGEM PLUVIAL
VOLUME 4	RESÍDUOS SÓLIDOS
PRODUTO 5	PROGNÓSTICO E ALTERNATIVAS PARA SOLUÇÕES DE MELHORIAS
VOLUME 1	ABASTECIMENTO DE ÁGUA
VOLUME 2	ESGOTAMENTO SANITÁRIO
VOLUME 3	DRENAGEM PLUVIAL
VOLUME 4	RESÍDUOS SÓLIDOS
PRODUTO 6	ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES NO HORIZONTE DE 20 ANOS
VOLUME 1	ABASTECIMENTO DE ÁGUA
VOLUME 2	ESGOTAMENTO SANITÁRIO
VOLUME 3	DRENAGEM PLUVIAL



PROESPLAN
Engenharia

VOLUME 4 RESÍDUOS SÓLIDOS

PRODUTO 7 ELABORAÇÃO DE MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO
SISTEMÁTICA DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DAS AÇÕES DO
PLANO DE SANEAMENTO RURAL

PRODUTO 8 REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS / CONSULTA PÚBLICA / CONFERÊNCIA

PRODUTO 9 ELABORAÇÃO FINAL DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL



PROESPLAN
Engenharia

SUMÁRIO

6.ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES NO HORIZONTE DE 20 ANOS.....	1
6.1.PLANO DE EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	2
6.1.1.MEDIDAS ESTRUTURANTES – ABASTECIMENTO DE ÁGUA	2
6.1.2.MEDIDAS ESTRUTURAIS – ABASTECIMENTO DE ÁGUA	8
6.2.PLANO DE EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – ESGOTAMENTO SANITÁRIO.....	13
6.2.1.MEDIDAS ESTRUTURANTES – ESGOTAMENTO SANITÁRIO.....	13
6.2.2.MEDIDAS ESTRUTURAIS – ESGOTAMENTO SANITÁRIO.....	20
6.3.PLANO DE EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – RESÍDUOS SÓLIDOS	21
6.3.1.MEDIDAS ESTRUTURANTES – RESÍDUOS SÓLIDOS	21
6.3.2.MEDIDAS ESTRUTURAIS – RESÍDUOS SÓLIDOS	26
6.4.PLANO DE EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – DRENAGEM PLUVIAL	32
6.4.1.MEDIDAS ESTRUTURANTES – DRENAGEM PLUVIAL	32
6.4.2.MEDIDAS ESTRUTURAIS – DRENAGEM PLUVIAL.....	34



PROESPLAN
Engenharia

6 - ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES NO HORIZONTE DE 20 ANOS



6. ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES NO HORIZONTE DE 20 ANOS

A finalidade do Produto 6 - Programas, Projetos e Ações é garantir a qualidade na prestação dos serviços de saneamento rural no município. A qualidade requerida deverá ser representada por meio do aumento da cobertura do serviço (abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos), da disposição final ambientalmente dos resíduos sólidos e da redução dos impactos causados nos cursos d'água pela má conservação do solo.

A proposição dos programas, projetos e ações para o saneamento rural compreende as medidas estruturantes e estruturais previstas no Produto 5 – Prognóstico.

Considerando que o Novo Marco do Saneamento, Lei nº 14.026 de 15 de julho de 2020, prevê que até 31 de dezembro de 2033 os serviços de saneamento devam estar universalizados, estabeleceu-se os horizontes do plano em:

- Curto Prazo: 2023 a 2026 - (4 anos);
- Médio Prazo: 2027 a 2033 - (7 anos);
- Longo Prazo: 2034 a 2042 - (9 anos).

Neste Produto 6 serão previstos para cada Programa, Projeto ou Ação a estimativa orçamentária, bem como a fonte de recursos para o financiamento. As metas cujo a previsão orçamentária esteja no PPA deverão ser incorporadas a partir de 2026.

Será feita análises dos pontos positivos e negativos, as ameaças e oportunidades de cada solução proposta.

Também serão propostos indicadores para acompanhar, monitorar e avaliar a execução das metas de curto, médio e longo prazo estabelecidas no PMSR. O monitoramento por meio de indicadores permite que se identifiquem anormalidades e eventualidades nos sistemas, apontando para a possibilidade de ocorrência de falhas operacionais que demandam a adoção de medidas gerenciais e administrativas para a solução dos problemas existentes.



PROESPLAN
Engenharia

6.1. PLANO DE EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – ABASTECIMENTO DE ÁGUA

6.1.1. MEDIDAS ESTRUTURANTES – ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Tabela 01. Medidas Estruturantes para vigilância e controle da qualidade da água.

MUNICÍPIO DE MONTE MOR – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL			
SETOR	1	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	
OBJETIVO	1	PROGRAMA DE VIGILÂNCIA E CONTROLE DA QUALIDADE DA ÁGUA	
FUNDAMENTAÇÃO	Considerando a necessidade de toda a população ter acesso a água em quantidade e qualidade adequada, o município deve estruturar a Coordenadoria de Vigilância Sanitária Municipal para garantir a qualidade da água consumida na zona rural.		
MÉTODO DE ACOMPANHAMENTO (INDICADOR)	Sistemas de Abastecimento que atendem os padrões de Potabilidade / Total de Sistemas de Abastecimento		
METAS			
IMEDIATA - ATÉ 4 ANOS	MÉDIO PRAZO - 5 A 11 ANOS	LONGO PRAZO - 12 A 20 ANOS	
1) Manter o cadastro georreferenciado de 100% das SAA, SAC e SAI do município. 2) Estruturar a Coordenadoria de Vigilância Sanitária Municipal com equipamentos e mão de obra.	Realizar ações recorrentes de controle de qualidade da água das SAA, SAC e SAI.	Realizar ações recorrentes de controle de qualidade da água das SAA, SAC e SAI.	



PROESPLAN
Engenharia

Tabela 02. Medidas Estruturantes para subsidiar a perfuração de poços tubulares profundos.

MUNICÍPIO DE MONTE MOR – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL		
SETOR	1	ABASTECIMENTO DE ÁGUA
OBJETIVO	2	SUBSÍDIO A PERFURAÇÃO DE POÇOS TUBULARES PROFUNDOS
FUNDAMENTAÇÃO	Os poços tubulares profundos, apesar de serem mais seguros, são muito custosos, sendo inviáveis para populações de baixa renda. Neste cenário, propõe-se que a Prefeitura subsidie a avaliação hidrogeológico, os projetos e a perfuração desses poços, bem como os equipamentos de bombeamento, considerando a população a ser beneficiada e a dificuldade financeiras.	
MÉTODO DE ACOMPANHAMENTO (INDICADOR)	Número de habitantes beneficiados / Número de poços perfurados	
METAS		
IMEDIATA - ATÉ 4 ANOS	MÉDIO PRAZO - 5 A 11 ANOS	LONGO PRAZO - 12 A 20 ANOS
Estruturar e Manter Programa de Subsídio para Perfuração de poços.	Estruturar e Manter Programa de Subsídio para Perfuração de poços.	Estruturar e Manter Programa de Subsídio para Perfuração de poços.

*Tabela 03. Medidas Estruturantes para regularização das captações.*

MUNICÍPIO DE MONTE MOR – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL		
SETOR	1	ABASTECIMENTO DE ÁGUA
OBJETIVO	3	PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO DAS CAPTAÇÕES
FUNDAMENTAÇÃO	No diagnóstico, ficou evidente que a maioria das captações não possuem outorga, ou mesmo o cadastro no DAEE, quando dispensada de outorga. Deste modo, faz-se necessário mecanismos de monitoramento destas captações, bem como maior interlocução entre os órgãos de controle.	
MÉTODO DE ACOMPANHAMENTO (INDICADOR)	Número de Poços regularizados / Total de Poços cadastrados	
METAS		
IMEDIATA - ATÉ 4 ANOS	MÉDIO PRAZO - 5 A 11 ANOS	LONGO PRAZO - 12 A 20 ANOS
1) Capacitar os habitantes da zona rural sobre a regularização de poços. 2) Contratação de consultoria externa para diagnóstico e aprovação das regularizações das captações.	Criar canal de compartilhamento de informações entre os órgãos de interesse na garantia da qualidade e quantidade de água.	

*Tabela 04. Medidas Estruturantes – programa de educação ambiental sobre saneamento rural*

MUNICÍPIO DE MONTE MOR – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL		
SETOR	1	ABASTECIMENTO DE ÁGUA
OBJETIVO	4	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL SOBRE SANEAMENTO RURAL
FUNDAMENTAÇÃO	<p>A educação ambiental também poderá ser preconizada nas medidas estruturantes deste eixo do saneamento, tendo em vista a importância da participação da comunidade nas ações de preservação e conservação do meio ambiente.</p> <p>Desta forma, o município deve realizar implantar um Programa de educação ambiental sobre saneamento rural formal e não-formal.</p>	
MÉTODO DE ACOMPANHAMENTO (INDICADOR)	Número de eventos realizados por ano	
METAS		
IMEDIATA - ATÉ 4 ANOS	MÉDIO PRAZO - 5 A 11 ANOS	LONGO PRAZO - 12 A 20 ANOS
1) Promoção de eventos públicos (como audiências, palestras e oficinas) para conscientização e sensibilização da população acerca de questões de escassez de água e importância da preservação dos recursos hídricos do município. 2) Criação de um site ou APP com informações sobre educação ambiental na zona rural de Monte Mor.	1) Promoção de eventos públicos (como audiências, palestras e oficinas) para conscientização e sensibilização da população acerca de questões de escassez de água e importância da preservação dos recursos hídricos do município. 2) Pesquisas de satisfação sobre o Programa de Educação Ambiental sobre o Saneamento Rural.	1) Promoção de eventos públicos (como audiências, palestras e oficinas) para conscientização e sensibilização da população acerca de questões de escassez de água e importância da preservação dos recursos hídricos do município. 2) Pesquisas de satisfação sobre o Programa de Educação Ambiental sobre o Saneamento Rural.



PROESPLAN
Engenharia

Tabela 05. Medidas Estruturantes – Programa de Estruturação do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura - FMSAI

MUNICÍPIO DE MONTE MOR – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL		
SETOR	1	ABASTECIMENTO DE ÁGUA
OBJETIVO	5	PROGRAMA ESTRUTURAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA – FMSAI
FUNDAMENTAÇÃO	O Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura é um instrumento destinado a apoiar e suportar ações de saneamento básico e ambiental e de infraestrutura que pode ser aplicado para universalizar o saneamento na área rural. Considerando que o montante do fundo é de até 4% da receita operacional direta, estima-se que o FMSAI possa captar montante superior a R\$ 1.000.000 reais por ano.	
MÉTODO DE ACOMPANHAMENTO (INDICADOR)	Recursos disponível para utilização no FMSAI.	
METAS		
IMEDIATA - ATÉ 4 ANOS	MÉDIO PRAZO - 5 A 11 ANOS	LONGO PRAZO - 12 A 20 ANOS
Instituir o Fundo Municipal de Saneamento Rural.	Acompanhamento da execução das ações previstas no PMSR com recursos do Fundo Municipal de Saneamento Rural.	Acompanhamento da execução das ações previstas no PMSR com recursos do Fundo Municipal de Saneamento Rural.



PROESPLAN
Engenharia

Tabela 06. Estimativa de custos para a implantação das Melhorias Estruturantes de Abastecimento de Água na Zona Rural de Monte Mor.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PRAZOS			POSSÍVEIS FONTES
		CURTO (R\$)	MÉDIO (R\$)	LONGO (R\$)	
1.1.1.	Manter o cadastro georreferenciado de 100% das SAA, SAC e SAI do município.	200.000	--	--	FEHIDRO FMSAI
1.1.2.	Estruturar a Coordenadoria de Vigilância Sanitária Municipal com equipamentos e mão de obra.	200.000	--	--	PPA - LOA
1.1.3.	Realizar ações recorrentes de controle de qualidade da água das SAA, SAC e SAI.	--	200.000	200.000	PPA - LOA FID
1.2.1.	Estruturar e Manter Programa de Subsídio para Perfuração de poços.	100.000	200.000	300.000	PPA - LOA FEHIDRO Recursos dos interessados
1.3.1.	Capacitar os habitantes da zona rural sobre a regularização de poços.	200.000			FEHIDRO FMSAI
1.3.2.	Contratação de consultoria externa para diagnóstico e aprovação das regularizações das captações.	400.000			FEHIDRO Recursos dos interessados
1.3.3.	Criar canal de compartilhamento de informações entre os órgãos de interesse na garantia da qualidade e quantidade de água.		100.000		PPA - LOA
1.4.1.	Promoção de eventos públicos (como audiências, palestras e oficinas) para conscientização e sensibilização da população acerca de questões de escassez de água e importância da preservação dos recursos hídricos do município.	200.000			FEHIDRO FMSAI
1.4.2.	Criação de um site ou APP com informações sobre educação ambiental na zona rural de Monte Mor.	100.000			FEHIDRO FMSAI
1.4.3.	Promoção de eventos públicos (como audiências, palestras e oficinas) para conscientização e sensibilização da população acerca de questões de escassez de água e importância da preservação dos recursos hídricos do município.		200.000	200.000	FEHIDRO FMSAI
1.4.4.	Pesquisas de satisfação sobre o Programa de Educação Ambiental sobre o Saneamento Rural.		50.000	50.000	PPA - LOA
1.5.1.	Instituir o Fundo Municipal de Saneamento Rural.	--			--
1.5.2.	Acompanhamento da execução das ações previstas no PMSR com recursos do Fundo Municipal de Saneamento Rural.		50.000	50.000	--
TOTAIS DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES		1.400.000	800.000	800.000	

**6.1.2. MEDIDAS ESTRUTURAIS – ABASTECIMENTO DE ÁGUA***Tabela 07. Medidas Estruturais – Programa de Medição dos Volumes de Água.*

MUNICÍPIO DE MONTE MOR – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL		
SETOR	1	ABASTECIMENTO DE ÁGUA
OBJETIVO	6	PROGRAMA DE MEDIÇÃO DOS VOLUMES DE ÁGUA
FUNDAMENTAÇÃO	A medição da vazão dos mananciais, sejam eles superficiais ou subterrâneos, é uma exigência do DAAE para concessão de outorgas. Neste cenário é fundamental que o município incentive a medição de água, a fim de monitorar e controlar os volumes captados.	
METODO DE ACOMPANHAMENTO (INDICADOR)	Número de Poços com medição / Total de Poços cadastrados	
METAS		
IMEDIATA - ATÉ 4 ANOS	MÉDIO PRAZO - 5 A 11 ANOS	LONGO PRAZO - 12 A 20 ANOS
1) Capacitação sobre a importância da medição em conjunto com o DAAE 2) Subsidiar ou instalar equipamentos de medição de volume nas captações na zona rural.	Subsidiar ou instalar equipamentos de medição de volume nas captações na zona rural.	Subsidiar ou instalar equipamentos de medição de volume nas captações na zona rural.



PROESPLAN
Engenharia

Tabela 08. Medidas Estruturantes - Sistemas Isolados e Sistemas Integrados - Estudos de Viabilidade técnico-econômica para inclusão de áreas.

MUNICÍPIO DE MONTE MOR – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL		
SETOR	1	ESGOTAMENTO SANITÁRIO
OBJETIVO	7	SISTEMAS ISOLADOS E SISTEMAS INTEGRADOS - ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICO-ECONÔMICA PARA INCLUSÃO DE ÁREAS
FUNDAMENTAÇÃO	<p>Existem núcleos habitacionais cujo sistema de esgotamento sanitário coletivo se justifica, por conta de sua densidade; no entanto, encontram-se muito distantes do sistema de esgotamento integrado, demandando soluções isoladas.</p> <p>Entretanto também existem núcleos habitacionais cujo esgotamento sanitário coletivo se justifica, por conta de sua densidade; como encontram-se próximos ao sistema de esgotamento integrado, demandam conexão a esse sistema.</p> <p>O município, como titular dos serviços público de saneamento, tem como prerrogativa solicitar ao prestador de serviços que avalie a ampliação da área de cobertura do contrato, incluindo núcleos situados fora da área urbana.</p> <p>Caso seja viável técnico-economicamente, essas áreas ficarão sob responsabilidade da Prestadora, que utilizar sua expertise e o ganho de escala para operar adequadamente as instalações.</p>	
MÉTODO DE ACOMPANHAMENTO (INDICADOR)	Término do Estudo	
METAS		
IMEDIATA - ATÉ 4 ANOS	MÉDIO PRAZO - 5 A 11 ANOS	LONGO PRAZO - 12 A 20 ANOS
1) Estudo de viabilidade para incorporação de 9 núcleos como sistemas isolados do Prestador. 2) Estudo de viabilidade para incorporação de 6 núcleos ao sistema integrado do Prestador.		



PROESPLAN
Engenharia

Tabela 09. Medidas Estruturais – Soluções Individuais - Programa de perfuração de poços tubulares profundos.

MUNICÍPIO DE MONTE MOR – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL		
SETOR	1	ABASTECIMENTO DE ÁGUA
OBJETIVO	8	SOLUÇÕES INDIVIDUAIS - PROGRAMA DE PERFURAÇÃO DE POÇOS TUBULARES PROFUNDOS
FUNDAMENTAÇÃO	Existem núcleos habitacionais isolados e habitações isoladas cujo abastecimento de água coletivo não se justifica, por conta de sua baixa densidade; ainda, encontram-se muito distantes do sistema de abastecimento integrado, demandando soluções individuais. Ainda, existem casos em que o abastecimento é realizado de forma precária ('poço caipira')	
MÉTODO DE ACOMPANHAMENTO (INDICADOR)	Número de habitantes beneficiados / Número de poços perfurados	
METAS		
IMEDIATA - ATÉ 4 ANOS	MÉDIO PRAZO - 5 A 11 ANOS	LONGO PRAZO - 12 A 20 ANOS
1) Realizar estudo das áreas prioritárias para segurança hídrica. 2) Perfurar poços, bem como fornecer equipamentos necessários.	Perfurar poços, bem como fornecer equipamentos necessários.	Perfurar poços, bem como fornecer equipamentos necessários.



PROESPLAN
Engenharia

Tabela 10. Medidas Estruturais – Programa de Implantação e Operação de Sistemas de Cloração e Fluoretação na Zona Rural.

MUNICÍPIO DE MONTE MOR – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL		
SETOR	1	ABASTECIMENTO DE ÁGUA
OBJETIVO	9	PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMAS DE CLORAÇÃO E FLUORETAÇÃO NA ZONA RURAL
FUNDAMENTAÇÃO	<p>No diagnóstico, verificou-se que exceto as regiões atendidas pela SABESP, as águas destinadas ao consumo humano não passavam por processo de desinfecção. Sendo o mais comum a adição de hipoclorito de sódio, processo conhecido como cloração.</p> <p>Já o processo de adição de flúor nas águas tem por objetivo a redução da incidência de cárie, comumente é adicionado o ácido fluossilícico a água distribuída.</p>	
MÉTODO DE ACOMPANHAMENTO (INDICADOR)	Sistemas de Abastecimento que atendem os padrões de Potabilidade / Total de Sistemas de Abastecimento	
METAS		
IMEDIATA - ATÉ 4 ANOS	MÉDIO PRAZO - 5 A 11 ANOS	LONGO PRAZO - 12 A 20 ANOS
Subsidiar ou implantar sistemas de cloração e fluoretação, bem como fornecer os insumos necessários.	Subsidiar ou implantar sistemas de cloração e fluoretação, bem como fornecer os insumos necessários.	



PROESPLAN
Engenharia

Tabela 11. Estimativa de custos para a implantação das Melhorias Estruturais de Abastecimento de Água na Zona Rural de Monte Mor.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PRAZOS			POSSÍVEIS FONTES
		CURTO (R\$)	MEDIO (R\$)	LONGO (R\$)	
1.6.1.	Capacitação sobre a importância da medição em conjunto com o DAEE	200.000	--	--	FEHIDRO FMSAI
1.6.2.	Subsidiar ou instalar equipamentos de medição de volume nas captações na zona rural.	100.000	300.000	300.000	FEHIDRO FMSAI Recursos dos interessados
1.7.1.	Estudo de viabilidade para incorporação de 9 núcleos como sistemas isolados do Prestador.	--			SABESP
1.7.2.	Estudo de viabilidade para incorporação de 6 núcleos ao sistema integrado do Prestador.	--			SABESP
1.8.1.	Realizar estudo das áreas prioritárias para segurança hídrica.	200.000			FEHIDRO
1.8.2.	Perfurar poços, bem como fornecer equipamentos necessários.	1.000.000	2.000.000	2.000.000	FEHIDRO FMSAI
1.9.1.	Subsidiar ou implantar sistemas de cloração e fluoretação, bem como fornecer os insumos necessários.	500.000	500.000	500.000	FEHIDRO FMSAI Recursos dos interessados
TOTAIS DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES		2.000.000	2.800.000	2.800.000	

**6.2. PLANO DE EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – ESGOTAMENTO SANITÁRIO****6.2.1. MEDIDAS ESTRUTURANTES – ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

Tabela 12. Medidas Estruturantes – Programa de Monitoramento da Qualidade dos Efluentes Gerados.

MUNICÍPIO DE MONTE MOR – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL		
SETOR	2	ESGOTAMENTO SANITÁRIO
OBJETIVO	1	PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DOS EFLUENTES GERADOS
FUNDAMENTAÇÃO	Compete a Companhia Ambiental Paulista, a CETESB, o monitoramento da qualidade das águas e o controle dos Sistemas de Tratamento de Efluentes Líquidos (STEL). Contudo, dentro do território de Monte Mor, a Prefeitura pode ser uma parceira de grande valia.	
MÉTODO DE ACOMPANHAMENTO (INDICADOR)	Número de STEL que atendem os padrões de emissão de efluentes / Total de STEL cadastrado.	
METAS		
IMEDIATA - ATÉ 4 ANOS	MÉDIO PRAZO - 5 A 11 ANOS	LONGO PRAZO - 12 A 20 ANOS
1) O cadastro georreferenciado de todas as edificações na zona rural, bem como de todas as soluções individuais ou coletivas. 2) Exigência de análises semestrais ou anuais da qualidade do efluente tratado. 3) Exigência de plano de ação e acompanhamento dos sistemas não conformes com a legislação.	1) Exigência de análises semestrais ou anuais da qualidade do efluente tratado. 2) Exigência de plano de ação e acompanhamento dos sistemas não conformes com a legislação.	1) Exigência de análises semestrais ou anuais da qualidade do efluente tratado. 2) Exigência de plano de ação e acompanhamento dos sistemas não conformes com a legislação.

**PROESPLAN**
Engenharia*Tabela 13. Medidas Estruturantes – Programa de regularização dos lançamentos junto ao DAEE*

MUNICÍPIO DE MONTE MOR – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL		
SETOR	2	ESGOTAMENTO SANITÁRIO
OBJETIVO	2	<p>PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO DOS</p> <p>LANÇAMENTOS JUNTO AO DAEE</p>
FUNDAMENTAÇÃO	<p>Os lançamentos irregulares contribuem para perda da qualidade da água dos cursos d'água do município, prejudicando os usos à jusante. Deste modo, faz-se necessário mecanismos de monitoramento destes lançamentos, bem como maior interlocução entre os órgãos de controle: DAEE, CETESB, Comitê de Bacia e Secretaria Municipal de Agricultura de Meio Ambiente.</p>	
MÉTODO DE ACOMPANHAMENTO (INDICADOR)	Número de Lançamentos regularizados / Total de STEL cadastrados	
METAS		
IMEDIATA - ATÉ 4 ANOS	MÉDIO PRAZO - 5 A 11 ANOS	LONGO PRAZO - 12 A 20 ANOS
1) Capacitar os habitantes da zona rural sobre a regularização de poços. 2) Contratação de equipe técnica para regularização dos lançamentos.	<p>Criar portal de compartilhamento de informações entre os órgãos de interesse na garantia da qualidade e quantidade dos recursos hídricos.</p>	



PROESPLAN
Engenharia

Tabela 14. Medidas Estruturantes – Sistemas Isolados e Sistemas Integrados - Estudos de Viabilidade técnico-econômica para inclusão de áreas.

MUNICÍPIO DE MONTE MOR – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL		
SETOR	2	ESGOTAMENTO SANITÁRIO
OBJETIVO	3	SISTEMAS ISOLADOS E SISTEMAS INTEGRADOS - ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICO-ECONÔMICA PARA INCLUSÃO DE ÁREAS
		<p>Existem núcleos habitacionais cujo sistema de esgotamento sanitário coletivo se justifica, por conta de sua densidade; no entanto, encontram-se muito distantes do sistema de esgotamento integrado, demandando soluções isoladas.</p> <p>Entretanto também existem núcleos habitacionais cujo esgotamento sanitário coletivo se justifica, por conta de sua densidade; como encontram-se próximos ao sistema de esgotamento integrado, demandam conexão a esse sistema.</p> <p>O município, como titular dos serviços público de saneamento, tem como prerrogativa solicitar ao prestador de serviços que avalie a ampliação da área de cobertura do contrato, incluindo núcleos situados fora da área urbana.</p> <p>Caso seja viável técnico-economicamente, essas áreas ficarão sob responsabilidade da Prestadora, que utilizar sua expertise e o ganho de escala para operar adequadamente as instalações.</p>
		Término dos Estudos
METAS		
IMEDIATA - ATÉ 4 ANOS	MÉDIO PRAZO - 5 A 11 ANOS	LONGO PRAZO - 12 A 20 ANOS
1) Estudo de viabilidade para incorporação de 9 núcleos como sistemas isolados do Prestador. 2) Estudo de viabilidade para incorporação de 6 núcleos ao sistema integrado do Prestador.		



PROESPLAN
Engenharia

Tabela 15. Medidas Estruturantes – Soluções Individualizadas - Estudos para gestão municipal ou pela prestadora de sistemas de esgotamento sanitário.

MUNICÍPIO DE MONTE MOR – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL		
SETOR	2	ESGOTAMENTO SANITÁRIO
OBJETIVO	4	SOLUÇÕES INDIVIDUALIZADAS - ESTUDOS PARA GESTÃO MUNICIPAL OU PELA PRESTADORA DE SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO
FUNDAMENTAÇÃO	<p>Ainda que incipiente, alguns estados e municípios, tem estruturado a operação das soluções individualizadas de esgotamento sanitário pelo Prestador. É o caso da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) que presta os serviços de limpeza programada de sistemas individuais de tratamento de esgotos sanitário e teve sua prestação regulada pela Resolução CSR nº 01/2022 da AGESAN-RS. Outro caminho seria que o próprio município se estruturasse para realizar a gestão municipal das soluções individualizadas.</p>	
MÉTODO DE ACOMPANHAMENTO (INDICADOR)	Término do Estudo	
METAS		
IMEDIATA - ATÉ 4 ANOS	MÉDIO PRAZO - 5 A 11 ANOS	LONGO PRAZO - 12 A 20 ANOS
Elaboração de estudos para gestão municipal ou pela prestadora de serviços de saneamento para operação das soluções individualizadas de esgotamento sanitário.		



PROESPLAN
Engenharia

Tabela 16. Medidas Estruturantes – Programa de capacitação, assessoria e acompanhamento da execução e operação de sistemas individualizados de tratamento de esgotos.

MUNICÍPIO DE MONTE MOR – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL		
SETOR	2	ESGOTAMENTO SANITÁRIO
OBJETIVO	5	PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO, ASSESSORIA E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMAS INDIVIDUALIZADOS DE TRATAMENTO DE ESGOTOS
FUNDAMENTAÇÃO	Considerando o necessário de desconhecimento da população sobre a execução, operação e os impactos ambientais da ausência das soluções individualizadas, faz-se necessário estruturar estes serviços visando a melhoria da qualidade do saneamento e do meio ambiente na zona rural de Monte Mor.	
MÉTODO DE ACOMPANHAMENTO (INDICADOR)	Número de pessoas capacitadas e assessoradas por ano.	
METAS		
IMEDIATA - ATÉ 4 ANOS	MÉDIO PRAZO - 5 A 11 ANOS	LONGO PRAZO - 12 A 20 ANOS
Acompanhamento da execução e operação de sistemas individualizados de tratamento de esgotos.	Acompanhamento da execução e operação de sistemas individualizados de tratamento de esgotos.	Acompanhamento da execução e operação de sistemas individualizados de tratamento de esgotos.



PROESPLAN
Engenharia

Tabela 17. Medidas Estruturantes – Programa de subsídio a execução ou readequação de soluções individualizadas de esgotamento sanitário

MUNICÍPIO DE MONTE MOR – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL		
SETOR	2	ESGOTAMENTO SANITÁRIO
OBJETIVO	6	PROGRAMA DE SUBSÍDIO A EXECUÇÃO OU READEQUAÇÃO DE SOLUÇÕES INDIVIDUALIZADAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO
FUNDAMENTAÇÃO	Apesar de, em geral, as soluções individualizadas serem menos custosas que a perfuração de poços profundos, também foi diagnóstico dificuldades de custeio pela população de baixa. Neste cenário, propõe-se que a Prefeitura subsidie os projetos, a execução das soluções individualizadas escolhidas, bem como os materiais, considerando a população a ser beneficiada e sua dificuldade financeira.	
MÉTODO DE ACOMPANHAMENTO (INDICADOR)	Número de habitantes beneficiados / Número de poços perfurados	
METAS		
IMEDIATA - ATÉ 4 ANOS	MÉDIO PRAZO - 5 A 11 ANOS	LONGO PRAZO - 12 A 20 ANOS
Estruturar e Manter Programa de Subsídio para execução de soluções individualizadas.	Estruturar e Manter Programa de Subsídio para execução de soluções individualizadas.	Estruturar e Manter Programa de Subsídio para execução de soluções individualizadas.



PROESPLAN
Engenharia

Tabela 18. Estimativa de custos para a implantação das Melhorias Estruturantes de Esgotamento Sanitário na área rural de Monte Mor.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PRAZOS			POSSÍVEIS FONTES
		CURTO (R\$)	MÉDIO (R\$)	LONGO (R\$)	
2.1.1.	O cadastro georreferenciado de todas as edificações na zona rural, bem como de todas as soluções individuais ou coletivas.	200.000	--	--	FEHIDRO FMSAI
2.1.2.	Exigência de análises semestrais ou anuais da qualidade do efluente tratado.		--	--	FEHIDRO FMSAI Recursos dos interessados
2.1.3.	Exigência de plano de ação e acompanhamento dos sistemas não conformes com a legislação.		--	--	PPA / LOA Recursos dos interessados
2.2.1.	Capacitar os habitantes da zona rural sobre a regularização de poços.	200.000			FEHIDRO FMSAI
2.2.2.	Contratação de equipe técnica para regularização dos lançamentos.		400.000		FEHIDRO FMSAI Recursos dos interessados
2.2.3.	Criar portal de compartilhamento de informações entre os órgãos de interesse na garantia da qualidade e quantidade dos recursos hídricos.	200.000			FEHIDRO FMSAI
2.3.1.	Estudo de viabilidade para incorporação de áreas na zona rural a área de atendimento do Prestador.	--			SABESP
2.4.1.	Elaboração de estudos para gestão municipal ou pela prestadora de serviços de saneamento para operação das soluções individualizadas de esgotamento sanitário.	--			SABESP FMSAI
2.5.1.	Acompanhamento da execução e operação de sistemas individualizados de tratamento de esgotos.	400.000	800.000	800.000	PPA / LOA FMSAI
2.6.1.	Estruturar e Manter Programa de subsídio para execução de soluções individualizadas.	200.000	400.000	400.000	FEHIDRO FMSAI Recursos dos interessados
TOTAIS DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES		1.200.000	1.600.000	1.200.000	

**6.2.2. MEDIDAS ESTRUTURAIS – ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

O diagnóstico do Plano indicou que as metas estruturais deverão ser atingidas através das medidas estruturais, que compreendem obras para a conformação das infraestruturas físicas dos SES, visando a adequação das estruturas de esgotamento sanitário na zona rural.

Tabela 19. Medidas Estruturais para ampliar a Segurança e a Operação dos SAA's.

MUNICÍPIO DE MONTE MOR – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL		
SETOR	2	ESGOTAMENTO SANITÁRIO
OBJETIVO	7	SOLUÇÕES INDIVIDUALIZADAS OU COLETIVAS - PROGRAMA DE EXECUÇÃO OU READEQUAÇÃO
FUNDAMENTAÇÃO	No diagnóstico constatou-se inúmeras residências com as fossas negras ou com sistemas fossa-filtro-sumidouro que não foram projetos em consonância com as normas da ABNT, não garantindo sua eficácia. Neste contexto, tem-se que inúmeras soluções que necessitam ser readequadas ou substituídas.	
MÉTODO DE ACOMPANHAMENTO (INDICADOR)	Número de soluções individualizadas executadas ou readequadas por ano	
METAS		
IMEDIATA - ATÉ 4 ANOS	MÉDIO PRAZO - 5 A 11 ANOS	LONGO PRAZO - 12 A 20 ANOS
Execução ou Readequação de 257 soluções individualizadas situadas em habitações na zona rural.	Execução ou Readequação de 257 soluções individualizadas situadas em habitações na zona rural.	



PROESPLAN
Engenharia

Tabela 20. Estimativa de custos para a implantação das Melhorias Estruturais de Esgotamento Sanitário na área rural de Monte Mor.

CODIGO	DESCRIÇÃO	PRAZOS			POSSIVEIS FONTES
		CURTO (R\$)	MEDIO (R\$)	LONGO (R\$)	
2.7.1.	Execução ou Readequação de 257 soluções individualizadas situadas em habitações na zona rural.	200.000	800.000	--	FEHIDRO FMSAI
TOTAIS DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES		200.000	800.000		

6.3. PLANO DE EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – RESÍDUOS SÓLIDOS

6.3.1. MEDIDAS ESTRUTURANTES – RESÍDUOS SÓLIDOS

As medidas estruturantes relacionadas à disposição e o manejo dos resíduos sólidos estão ações relacionadas as áreas urbanas, visto que não há como dissociar as áreas neste eixo. Entre os Programas e Estudos, destacam-se:

**Tabela 21. Medidas Estruturantes – Programa de Consumo Consciente e Redução da Geração.**

MUNICÍPIO DE MONTE MOR – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL		
SETOR	3	RESÍDUOS SÓLIDOS
OBJETIVO	1	PROGRAMA DE CONSUMO CONSCIENTE E REDUÇÃO DA GERAÇÃO
FUNDAMENTAÇÃO	<p>Dois dos principais pilares da Política Nacional de Resíduos Sólidos são a não-geração e a redução da geração de resíduos sólidos; nesse sentido, é importante que tais pilares sejam promovidos na zona rural.</p> <p>A implementação do Programa de Consumo Consciente poderá ser objeto de lei municipal, a qual estabelecerá as diretrizes do programa, assim como os meios utilizados para assegurar os objetivos das políticas de resíduos sólidos, em consonância com o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PIGIRS) do Consórcio Intermunicipal de Manejo de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Campinas (Consimares).</p>	
MÉTODO DE ACOMPANHAMENTO (INDICADOR)	Número de eventos realizados por ano	
METAS		
IMEDIATA - ATÉ 4 ANOS	MÉDIO PRAZO - 5 A 11 ANOS	LONGO PRAZO - 12 A 20 ANOS
1) Estabelecer canais de comunicação com a população, como sites ou perfis em redes sociais, permitindo a interação entre os gestores e usuários sobre questões relacionadas aos resíduos sólidos; 2) Incentivar a educação ambiental, através de eventos e oficinas de conscientização acerca da redução do uso, do reaproveitamento, da reciclagem e da disposição dos resíduos na zona rural;	Incentivar a educação ambiental, através de eventos e oficinas de conscientização acerca da redução do uso, do reaproveitamento, da reciclagem e da disposição dos resíduos na zona rural;	Incentivar a educação ambiental, através de eventos e oficinas de conscientização acerca da redução do uso, do reaproveitamento, da reciclagem e da disposição dos resíduos na zona rural;



PROESPLAN
Engenharia

Tabela 22. Medidas Estruturantes – Cadastrar e Monitorar as Empresas de descarte de resíduos da construção civil.

MUNICÍPIO DE MONTE MOR – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL		
SETOR	3	RESÍDUOS SÓLIDOS
OBJETIVO	2	CADASTRO E MONITORAMENTO DAS EMPRESAS DE DESCARTE DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL
FUNDAMENTAÇÃO	Atualmente, através da tecnologia é possível realizar o rastreamento das caçambas, o que garante a destinação correta dos resíduos da construção civil. Através de um sistema, todos os transportadores (caçambeiros) seriam cadastrados junto à Prefeitura e padronizariam suas caçambas. Quando uma caçamba é contratada por um munícipe o transportador emite um Certificado de Transporte, onde sabe-se a origem ao destino do RCC.	
MÉTODO DE ACOMPANHAMENTO (INDICADOR)	Número de Manifesto de Movimentação de Resíduos emitidos por mês	
METAS		
IMEDIATA - ATÉ 4 ANOS	MÉDIO PRAZO - 5 A 11 ANOS	LONGO PRAZO - 12 A 20 ANOS
Realização do cadastramento das empresas de caçamba que operam no município;	Implantação do sistema de monitoramento da origem e destino dos RCC's.	Acompanhamento da operação do sistema de monitoramento da origem e destino dos RCC's.



PROESPLAN
Engenharia

Tabela 23. Medidas Estruturantes – Estruturação da Fiscalização do Saneamento Rural.

MUNICÍPIO DE MONTE MOR – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL		
SETOR	3	RESÍDUOS SÓLIDOS
OBJETIVO	3	ESTRUTURAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DO SANEAMENTO RURAL
FUNDAMENTAÇÃO	No levantamento de campo ficou evidente a expansão dos loteamentos irregulares na zona rural de Monte Mor, estes geralmente apresentam baixos índices de saneamento. Neste contexto os investimentos em equipamentos e mão de obra pode melhorar as condições de salubridade ambiental no meio rural.	
MÉTODO DE ACOMPANHAMENTO (INDICADOR)	Número de autos de infração emitidos relacionados ao saneamento rural por ano	
METAS		
IMEDIATA - ATÉ 4 ANOS	MÉDIO PRAZO - 5 A 11 ANOS	LONGO PRAZO - 12 A 20 ANOS
Investimento em mão de obra e equipamentos para fiscalização do saneamento rural;	Investimento em mão de obra e equipamentos para fiscalização do saneamento rural;	Investimento em mão de obra e equipamentos para fiscalização do saneamento rural;



PROESPLAN
Engenharia

Tabela 24. Estimativa de custos para a implantação das Melhorias Estruturantes para a gestão dos resíduos sólidos na área rural.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PRAZOS			POSSÍVEIS FONTES
		CURTO (R\$)	MEDIO (R\$)	LONGO (R\$)	
3.1.1.	Estabelecer canais de comunicação com a população, como sites ou perfis em redes sociais, permitindo a interação entre os gestores e usuários sobre questões relacionadas aos resíduos sólidos;	200.000			FEHIDRO FMSAI
3.1.2.	Incentivar a educação ambiental, através de eventos e oficinas de conscientização acerca da redução do uso, do reaproveitamento, da reciclagem e da disposição dos resíduos na zona rural;	200.000	400.000	400.000	FEHIDRO FMSAI
3.2.1.	Realização do cadastramento das empresas de caçamba que operam no município;	50.000			PPA / LOA
3.2.2.	Implantação do sistema de monitoramento da origem e destino dos RCC's.		200.000		FEHIDRO FMSAI
3.2.3.	Acompanhamento da operação do sistema de monitoramento da origem e destino dos RCC's.			--	PPA / LOA
3.3.1.	Investimento em mão de obra e equipamentos para fiscalização do saneamento rural;	200.000	400.000	400.000	PPA/LOA FEHIDRO FMSAI
TOTAIS DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES		650.000	1.000.000	800.000	



6.3.2. MEDIDAS ESTRUTURAIS – RESÍDUOS SÓLIDOS

As medidas estruturais estão relacionadas à disposição adequada dos resíduos sólidos gerados na zona rural, bem como a mitigação dos impactos gerados pela área urbana.

Tabela 25. Medidas Estruturais para adequação da coleta porta-a-porta e dos contentores.

MUNICÍPIO DE MONTE MOR – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL		
SETOR	3	RESÍDUOS SÓLIDOS
OBJETIVO	4	ADEQUAÇÃO DA COLETA PORTA-A-PORTA E DOS CONTENTORES
FUNDAMENTAÇÃO	Durante os trabalhos de levantamento de campo alguns moradores reclamaram sobre a ausência de coleta porta-a-porta ou mesmo da falta de contentores em pontos próximos estratégicos. Neste contexto, a municipalidade, juntamente com o prestador deve geoespacializar os locais onde os serviços de coleta seja porta-a-porta ou através de contentores e aumentar a disponibilidade.	
MÉTODO DE ACOMPANHAMENTO (INDICADOR)	Número de contentores disponíveis na zona rural	
METAS		
IMEDIATA - ATÉ 4 ANOS	MÉDIO PRAZO - 5 A 11 ANOS	LONGO PRAZO - 12 A 20 ANOS
Geoespacializar os locais de coleta porta-a-porta. 2) Aumentar ou realocar os pontos de coleta na zona rural.	Aumentar ou realocar os pontos de coleta na zona rural	Aumentar ou realocar os pontos de coleta na zona rural

*Tabela 26. Medidas Estruturais para implantação da coleta seletiva na zona rural.*

MUNICÍPIO DE MONTE MOR – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL		
SETOR	3	RESÍDUOS SÓLIDOS
OBJETIVO	5	IMPLANTAR A COLETA SELETIVA NA ZONA RURAL
FUNDAMENTAÇÃO	Não existe coleta seletiva de recicláveis na zona rural do município; essa classe de resíduos é responsável pelo aumento do volume e, por consequência, dos custos de disposição final dos resíduos sólidos em aterros sanitários. Uma melhor separação dos resíduos resultaria em renda para a população e em aumento da vida útil dos aterros	
MÉTODO DE ACOMPANHAMENTO (INDICADOR)	Percentual da população rural atendida pelos serviços de coleta de recicláveis.	
METAS		
IMEDIATA - ATÉ 4 ANOS	MÉDIO PRAZO - 5 A 11 ANOS	LONGO PRAZO - 12 A 20 ANOS
Iniciar a coleta seletiva visando atender 15% das comunidades rurais de Monte Mor, começando pela população mais próxima às áreas urbanas.	Alcançar o índice de 30% da população rural atendida com o serviço de coleta de recicláveis.	Manter o índice de 45% da população rural atendida com o serviço de coleta de recicláveis.

**PROESPLAN**
Engenharia*Tabela 27. Medidas Estruturais para promover a compostagem na zona rural*

MUNICÍPIO DE MONTE MOR – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL		
SETOR	3	RESÍDUOS SÓLIDOS
OBJETIVO	6	PROMOVER A VALORIZAÇÃO DOS RESÍDUOS ORGÂNICOS NA ZONA RURAL
FUNDAMENTAÇÃO	<p>O uso da compostagem na produção rural é um processo importante para a preservação do meio ambiente e que pode gerar diversos benefícios financeiros, com a redução do uso de produtos químicos, maior produtividade e aproveitamento melhor dos recursos.</p> <p>Neste contexto a compostagem pode ser incentivada através de capacitação ou mesmo a implantação ou fornecimento de composteiras.</p>	
MÉTODO DE ACOMPANHAMENTO (INDICADOR)	Percentual de habitações da zona rural que realizam a compostagem	
METAS		
IMEDIATA - ATÉ 4 ANOS	MÉDIO PRAZO - 5 A 11 ANOS	LONGO PRAZO - 12 A 20 ANOS
1) Capacitar os habitantes da zona rural para realizar a compostagem dos resíduos orgânicos, bem como o reaproveitamento dos subprodutos. 2) Elaborar estudos para criar uma cadeia de consumo no município para os subprodutos gerados. 3) Fornecimento ou construção de composteiras de modo que 30% das habitações rurais realizem compostagem ou outra forma de valorização de resíduos orgânicos.	Fornecimento ou construção de composteiras de modo que 60% das habitações rurais realizem compostagem ou outra forma de valorização de resíduos orgânicos.	Fornecimento ou construção de composteiras de modo que 100% das habitações rurais realizem compostagem ou outra forma de valorização de resíduos orgânicos.



PROESPLAN
Engenharia

Tabela 28. Medidas Estruturais – Implantar Ecopontos em regiões vulneráveis a descartes irregulares na zona rural de Monte Mor.

MUNICÍPIO DE MONTE MOR – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL		
SETOR	3	RESÍDUOS SÓLIDOS
OBJETIVO	7	IMPLANTAÇÃO DE ECOPONTOS EM REGIÕES VULNERÁVEIS A DESCARTES IRREGULARES NA ZONA RURAL
FUNDAMENTAÇÃO	Os Ecopontos são estruturas previstas no PIGIRS do consórcio Consimares e são fundamentais para minimizar os descartes irregulares de pequena quantidade. Estes auxiliarão no combate aos descartes realizados em pontos viciados.	
METODO DE ACOMPANHAMENTO (INDICADOR)	Número de ecopontos disponíveis no município.	
METAS		
IMEDIATA - ATÉ 4 ANOS	MÉDIO PRAZO - 5 A 11 ANOS	LONGO PRAZO - 12 A 20 ANOS
Construir e operar Ecopontos em conformidade com o PIGIRS.	Construir e operar Ecopontos em conformidade com o PIGIRS.	Construir e operar Ecopontos em conformidade com o PIGIRS.



PROESPLAN
Engenharia

Tabela 29. Medidas Estruturais – Implantar um aterro de inertes.

MUNICÍPIO DE MONTE MOR – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL		
SETOR	3	RESÍDUOS SÓLIDOS
OBJETIVO	8	GESTÃO DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL
FUNDAMENTAÇÃO	Para o descarte correto, se faz necessário uma área adequada para tal. Por isso, o PIGIRS do consórcio Consimares previu a implantação de áreas de transbordo e triagem, de reciclagem e de reservação adequada de RCC.	
MÉTODO DE ACOMPANHAMENTO (INDICADOR)	Área de aterro ou reciclagem de RCCs em funcionamento	
METAS		
IMEDIATA - ATÉ 4 ANOS	MÉDIO PRAZO - 5 A 11 ANOS	LONGO PRAZO - 12 A 20 ANOS
	Licenciar e implantar uma área de reciclagem ou um aterro de inertes em conformidade com o PIGIRS.	



PROESPLAN
Engenharia

Tabela 30. Estimativa de custos para a implantação das Melhorias Estruturais para a gestão dos resíduos sólidos na área rural de Monte Mor.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PRAZOS			POSSÍVEIS FONTES
		CURTO (R\$)	MEDIO (R\$)	LONGO (R\$)	
3.4.1.	Geoespacializar os locais de coleta porta-a-porta.	200.000			PPA / LOA ECOSYSTEM CONSIMARES
3.4.2.	Aumentar ou realocar os pontos de coleta na zona rural.	--	--	--	PPA / LOA ECOSYSTEM CONSIMARES
3.5.1.	Iniciar a coleta seletiva visando atender 15% das comunidades rurais de Monte Mor, começando pela população mais próxima às áreas urbanas.	500.000			LOA / PPA FMSAI CONSIMARES
3.5.2.	Alcançar o índice de 30% da população rural atendida com o serviço de coleta de recicláveis.		500.000		LOA / PPA FMSAI CONSIMARES
3.5.3.	Manter o índice de 45% da população rural atendida com o serviço de coleta de recicláveis.			500.000	LOA / PPA FMSAI CONSIMARES
3.6.1.	Capacitar os habitantes da zona rural para realizar a compostagem dos resíduos orgânicos, bem como o reaproveitamento dos subprodutos.	200.000			FMSAI CONSIMARES
3.6.2.	Elaborar estudos para criar uma cadeia de consumo no município para os subprodutos gerados.	200.000			FMSAI CONSIMARES
3.6.3.	Fornecimento ou construção de composteiras de modo que 30% das habitações rurais realizem compostagem ou outra forma de valorização de resíduos orgânicos.	500.000			FMSAI CONSIMARES
3.6.4.	Fornecimento ou construção de composteiras de modo que 60% das habitações rurais realizem compostagem ou outra forma de valorização de resíduos orgânicos.		500.000		FMSAI CONSIMARES
3.6.5.	Fornecimento ou construção de composteiras de modo que 100% das habitações rurais realizem compostagem ou outra forma de valorização de resíduos orgânicos.			500.000	FMSAI CONSIMARES
3.7.1.	Construir e operar Ecopontos em conformidade com o PIGIRS.	--	--	--	LOA / PPA FMSAI CONSIMARES
3.8.1.	Licenciar e implantar uma área de reciclagem ou um aterro de inertes em conformidade com o PIGIRS.		--		LOA / PPA FMSAI CONSIMARES
TOTAIS DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES		1.600.000	1.000.000	1.000.000	

**6.4. PLANO DE EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES –
DRENAGEM PLUVIAL****6.4.1. MEDIDAS ESTRUTURANTES – DRENAGEM PLUVIAL**

Tabela 31. Medidas Estruturantes – Programa de Manejo do Solo e Controle de Erosão nas Propriedades Rurais

MUNICÍPIO DE MONTE MOR – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL		
SETOR	4	DRENAGEM PLUVIAL
OBJETIVO	1	PROGRAMA DE MANEJO DO SOLO E CONTROLE DE EROSÃO NAS PROPRIEDADES RURAIS – CONTROLE NA FONTE
FUNDAMENTAÇÃO	Estratégias de proteção das microbacias devem incluir um melhor controle do uso alternativo do solo, em especial nas áreas de produção agrícola, implementando, sempre que conveniente, os plantios em curva de nível, leiras de contenção de fluxos distribuídos, e bacias de contenção de sedimentos nos pontos baixos das áreas suscetíveis, principalmente nas onde o solo exposto é imprescindível para a dinâmica econômica ali estabelecida.	
MÉTODO DE ACOMPANHAMENTO (INDICADOR)	Número de propriedades rurais	
METAS		
IMEDIATA - ATÉ 4 ANOS	MÉDIO PRAZO - 5 A 11 ANOS	LONGO PRAZO - 12 A 20 ANOS
Promover o manejo adequado do solo em 25% das propriedades rurais.	Promover o manejo adequado do solo em 50% das propriedades rurais.	Promover o manejo adequado do solo em 100% das propriedades rurais.

**PROESPLAN**
Engenharia

Tabela 32. Medidas Estruturantes – Plano Diretor de Controle de Erosão do município de Monte Mor.

MUNICÍPIO DE MONTE MOR – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL		
SETOR	4	DRENAGEM PLUVIAL
OBJETIVO	2	ELABORAR UM PLANO DIRETOR DE CONTROLE DE EROSÃO RURAL DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR
FUNDAMENTAÇÃO	Um Plano Diretor Municipal de Controle de Erosão Rural vai realizar o levantamento de dados objetivando analisar o estágio de degradação ambiental do solo com ênfase nos processos erosivos, dos recursos hídricos e a situação atual das estradas rurais, com vistas a análises dos agentes causadores dos problemas socioambientais e, por fim, elaborar propostas de controle preventivo e corretivo relacionados ao manejo integrado de microbacias.	
MÉTODO DE ACOMPANHAMENTO (INDICADOR)	Aprovação do Plano	
METAS		
IMEDIATA - ATÉ 4 ANOS	MÉDIO PRAZO - 5 A 11 ANOS	LONGO PRAZO - 12 A 20 ANOS
Elaboração do Plano Diretor de Controle de Erosão.		

Tabela 33. Estimativa de custos para a implantação das Melhorias Estruturantes para a gestão da drenagem pluvial na área rural de Monte Mor.

CODIGO	DESCRIÇÃO	PRAZOS			POSSÍVEIS FONTES
		CURTO (R\$)	MÉDIO (R\$)	LONGO (R\$)	
4.1.1.	Promover o manejo adequado do solo em 25% das propriedades rurais.	3.000.000	--	--	FEHIDRO FMSAI
4.1.2.	Promover o manejo adequado do solo em 50% das propriedades rurais.		6.000.000		FEHIDRO FMSAI
4.1.3.	Promover o manejo adequado do solo em 100% das propriedades rurais.			12.000.000	FEHIDRO FMSAI
4.2.1.	Elaboração do Plano Diretor de Controle de Erosão.	400.000			FEHIDRO FMSAI
TOTAIS DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES		3.400.000	6.000.000	12.000.000	

**6.4.2. MEDIDAS ESTRUTURAIS – DRENAGEM PLUVIAL**

Tabela 34. Medidas Estruturais – Programa de execução e manutenção das estradas rurais municipais.

MUNICÍPIO DE MONTE MOR – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL		
SETOR	4	DRENAGEM PLUVIAL
OBJETIVO	3	PROGRAMA DE EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS MUNICIPAIS
FUNDAMENTAÇÃO	Além das propriedades rurais e dos núcleos urbanos, as estradas rurais também se apresentam como fonte de problemas relacionados à drenagem de águas pluviais.	
MÉTODO DE ACOMPANHAMENTO (INDICADOR)	% de estradas rurais concluídas	
METAS		
IMEDIATA - ATÉ 4 ANOS	MÉDIO PRAZO - 5 A 11 ANOS	LONGO PRAZO - 12 A 20 ANOS
1) Capacitação dos agentes técnicos envolvidos da manutenção das estradas rurais municipais. 2) Contratação de mão-de-obra e equipamentos. 3) Implantação de estruturas de retenção do fluxo de água nas cercanias de 40% dos 163 trechos de vias rurais.	Implantação de estruturas de retenção do fluxo de água nas cercanias de 70% dos 163 trechos de vias rurais.	Implantação de estruturas de retenção do fluxo de água nas cercanias de 100% dos 163 trechos de vias rurais.



PROESPLAN
Engenharia

Tabela 35. Medidas Estruturais – Implantar estruturas de armazenamento das águas pluviais.

MUNICÍPIO DE MONTE MOR – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL		
SETOR	4	DRENAGEM PLUVIAL
OBJETIVO	4	IMPLANTAÇÃO DE ESTRUTURAS DE ARMAZENAMENTO DAS ÁGUAS PLUVIAIS
FUNDAMENTAÇÃO	Além das próprias medidas para condução, disciplinamento e dissipação de energia apresentados, e face à iminente crise climática que se aproxima rapidamente, faz-se extremamente necessário o incentivo à construção de reservatórios que promovam o acúmulo de águas pluviais e seu posterior aproveitamento nas atividades rurais presentes no território.	
MÉTODO DE ACOMPANHAMENTO (INDICADOR)	Número de habitações com estruturas de armazenamento das águas pluviais implantadas na zona rural de Monte Mor	
METAS		
IMEDIATA - ATÉ 4 ANOS	MÉDIO PRAZO - 5 A 11 ANOS	LONGO PRAZO - 12 A 20 ANOS
Construção ou aquisição, subsídios ou incentivo à população para instalação de cisternas para retenção das águas pluviais em 30% das habitações rurais.	Construção ou aquisição, subsídios ou incentivo à população para instalação de cisternas para retenção das águas pluviais em 70% das habitações rurais.	Construção ou aquisição, subsídios ou incentivo à população para instalação de cisternas para retenção das águas pluviais em 100% das habitações rurais.



PROESPLAN
Engenharia

Tabela 36. Medidas Estruturais – Programa de proteção e limpeza dos cursos d'água.

MUNICÍPIO DE MONTE MOR – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL		
SETOR	4	DRENAGEM PLUVIAL
OBJETIVO	5	PROGRAMA DE PROTEÇÃO E LIMPEZA DOS CURSOS D'ÁGUA (PREVENÇÃO E CORREÇÃO)
FUNDAMENTAÇÃO	A preservação da mata ciliar dos cursos d'água garantem preventivamente a limpeza necessária dos cursos d'água. Entretanto a limpeza recorrente dos canais é fundamental para garantir a integridade de estruturas físicas e o controle de enchentes.	
MÉTODO DE ACOMPANHAMENTO (INDICADOR)	Área dos cursos d'água recuperados.	
METAS		
IMEDIATA - ATÉ 4 ANOS	MÉDIO PRAZO - 5 A 11 ANOS	LONGO PRAZO - 12 A 20 ANOS
Ações de dragagem dos cursos d'água. Ações de conservação e recuperação das matas ciliares.	Ações de dragagem dos cursos d'água. Ações de conservação e recuperação das matas ciliares	Ações de dragagem dos cursos d'água. Ações de conservação e recuperação das matas ciliares



PROESPLAN
Engenharia

Tabela 37. Estimativa de custos para a implantação das Melhorias Estruturais para a gestão da drenagem pluvial na área rural de Monte Mor.

CODIGO	DESCRIÇÃO	PRAZOS			POSSÍVEIS FONTES
		CURTO (R\$)	MEDIO (R\$)	LONGO (R\$)	
4.3.1.	Capacitação dos agentes técnicos envolvidos da manutenção das estradas rurais municipais.	200.000			FEHIDRO FMSAI
4.3.2.	Contratação de mão-de-obra e equipamentos.	500.000			PPA / LOA FMSAI
4.3.3.	Implantação de estruturas de retenção do fluxo de água nas cercanias de 40% dos 163 trechos de vias rurais.	2.000.000			FEHIDRO FMSAI
4.3.4.	Implantação de estruturas de retenção do fluxo de água nas cercanias de 70% dos 163 trechos de vias rurais.		2.000.000		FEHIDRO FMSAI
4.3.5.	Implantação de estruturas de retenção do fluxo de água nas cercanias de 100% dos 163 trechos de vias rurais.			2.000.000	FEHIDRO FMSAI Recursos dos Interessados
4.4.1.	Construção ou aquisição, subsídios ou incentivo à população para instalação de cisternas para retenção das águas pluviais em 30% das habitações rurais.	600.000			FEHIDRO FMSAI Recursos dos Interessados
4.4.2.	Construção ou aquisição, subsídios ou incentivo à população para instalação de cisternas para retenção das águas pluviais em 70% das habitações rurais.		800.000		FEHIDRO FMSAI Recursos dos Interessados
4.4.3.	Construção ou aquisição, subsídios ou incentivo à população para instalação de cisternas para retenção da 100% das habitações rurais.			600.000	FEHIDRO FMSAI Recursos dos Interessados
4.5.1.	Ações de dragagem dos cursos d'água.	500.000	2.000.000	2.000.000	FEHIDRO FMSAI
4.5.2.	Ações de conservação e recuperação das matas ciliares.	500.000	2.000.000	2.000.000	FEHIDRO FMSAI
TOTAL DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES		4.300.000	6.800.000	6.600.000	



PLANO DIRETOR DE SANEAMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR

PRODUTO 7

ELABORAÇÃO DE MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DAS AÇÕES DO PLANO DE SANEAMENTO RURAL DO MUNICÍPIO

TEXTO E TABELAS

PROESPLAN
Engenharia

CTR 455AGOSTO/2022 – REV-0



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787

PROESPLAN
Engenharia

APRESENTAÇÃO

CTR 455



PROESPLAN
Engenharia

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho atende ao **CONVITE Nº 06/2022** e **TERMO DE CONTRATO Nº 98/2022** firmado entre a **PROESPLAN ENGENHARIA** e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR**, e tem por objetivo a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM OBJETIVO DE FIXAR CRITÉRIOS, METODOLOGIA, ATIVIDADES E RESULTADOS A SEREM OBTIDOS COM O DESENVOLVIMENTO DO PLANO DIRETOR DE SANEAMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR**.

O **Termo de Referência** relaciona todos os relatórios que compõem este trabalho, conforme abaixo:

PRODUTO 1	PLANO DE TRABALHO E FORMAÇÃO DE TRABALHO
PRODUTO 2	PLANO DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO JUNTO A COMUNIDADE RURAL
PRODUTO 3	LEVANTAMENTO DE DADOS E ESTIMATIVA POPULACIONAL DA ZONA RURAL
PRODUTO 4	DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DO SANEAMENTO RURAL
VOLUME 1	ABASTECIMENTO DE ÁGUA
VOLUME 2	ESGOTAMENTO SANITÁRIO
VOLUME 3	DRENAGEM PLUVIAL
VOLUME 4	RESÍDUOS SÓLIDOS
PRODUTO 5	PROGNÓSTICO E ALTERNATIVAS PARA SOLUÇÕES DE MELHORIAS
VOLUME 1	ABASTECIMENTO DE ÁGUA
VOLUME 2	ESGOTAMENTO SANITÁRIO
VOLUME 3	DRENAGEM PLUVIAL
VOLUME 4	RESÍDUOS SÓLIDOS
PRODUTO 6	ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES NO HORIZONTE DE 20 ANOS
VOLUME 1	ABASTECIMENTO DE ÁGUA
VOLUME 2	ESGOTAMENTO SANITÁRIO
VOLUME 3	DRENAGEM PLUVIAL



PROESPLAN
Engenharia

VOLUME 4 RESÍDUOS SÓLIDOS

PRODUTO 7 ELABORAÇÃO DE MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO
SISTEMÁTICA DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DAS AÇÕES DO
PLANO DE SANEAMENTO RURAL

PRODUTO 8 REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS / CONSULTA PÚBLICA / CONFERÊNCIA

PRODUTO 9 ELABORAÇÃO FINAL DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL



PROESPLAN
Engenharia

SUMÁRIO

7. ELABORAÇÃO DE MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DAS AÇÕES DO PLANO DE SANEAMENTO RURAL	1
7.1. INDICADORES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO RURAL A SEREM SEGUIDOS PELOS PRESTADORES DE SERVIÇOS	2
7.2. MECANISMOS FISCALIZATÓRIOS PARA APLICAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL	1



PROESPLAN
Engenharia

7 – ELABORAÇÃO DE MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA A
AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DAS
AÇÕES DO PLANO DE SANEAMENTO RURAL



7. ELABORAÇÃO DE MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DAS AÇÕES DO PLANO DE SANEAMENTO RURAL

A finalidade do Produto 7 - Elaboração de Mecanismos e Procedimentos para a Avaliação Sistemática da Eficiência, Eficácia e Efetividade das Ações é definir de mecanismos e procedimentos que permitam nortear as ações e empreender avaliações no campo do saneamento básico. Um indicador é uma relação matemática que mede, numericamente, atributos de um processo ou de seus resultados, com o objetivo de comparar esta medida com metas numéricas, pré-estabelecidas (FPNQ, 1995).

Nesse sentido, é possível expressar na forma de indicadores de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas e saúde coletiva a atual situação do saneamento rural no município, assim como fazer um acompanhamento destes indicadores ao longo de ações efetuadas para avaliar a evolução do saneamento rural, da saúde e da sustentabilidade no município.

O Plano de Monitoramento visa estabelecer mecanismos e procedimentos para avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações do Plano de Saneamento Rural do Município. No Plano de Monitoramento serão definidos os indicadores, bem como os padrões e níveis de qualidade e eficiência que deverão ser alcançados ao longo do horizonte (20 anos).

Para tanto, conterà as seguintes diretrizes:

- Definição dos indicadores de prestação dos serviços de saneamento rural a serem seguidos pelos prestadores de serviços;
- Determinação dos valores dos indicadores e definição dos padrões e níveis de qualidade e eficiência a serem seguidos pelos gestores municipais;



PROESPLAN
Engenharia

- Definição dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos necessários à execução, avaliação, fiscalização e monitoramento do Plano de Saneamento Rural;
- Mecanismos para a divulgação do plano no município, assegurando o pleno conhecimento da população;
- Mecanismos de representação da sociedade para o acompanhamento, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Saneamento Rural;
- Planejamento de execução da avaliação/processo de elaboração e implantação do Plano Municipal de Saneamento Rural.

7.1. INDICADORES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO RURAL A SEREM SEGUIDOS PELOS PRESTADORES DE SERVIÇOS



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787

PROESPLAN
Engenharia

Tabela 01. Indicadores de Abastecimento de Água

OBJETIVO	DESCRIÇÃO	INDICADOR	COMPOSIÇÃO DO INDICADOR	DEFINIÇÃO DO PADRÃO	FREQ.DE MONIT.
1.1.	Programa de vigilância e controle da qualidade da água.	% de Sistemas e Soluções conformes = (Sistemas e Soluções que atendem os padrões de Potabilidade) / (Total de Sistemas e Soluções).	Indica o número de SAA, SAC e SAI que atendem aos padrões de Potabilidade, em relação ao Número Total de Soluções e Sistemas cadastrados na base de dados na Prefeitura, conforme Portaria GMMS nº 888, de 04 de maio de 2021 ou outra que venha a substituí-la.	100% no Curto Prazo	Anual
1.2.	Subsídio a perfuração de poços tubulares profundos.	Indicador de Eficácia do Programa = (Número de habitantes beneficiados) / (Número de poços perfurados) % de habitações com manancial adequado = (Número de habitações com abastecimento de água potável) / (Número total de habitações da zona rural).	Este objetivo apresenta dois indicadores: um de eficácia o outro de universalização. O indicador de eficácia visa atender ao máximo de habitantes por instalação subsidiada. O indicador de percentual de habitações com manancial adequado visa garantir a universalização do abastecimento de água na zona rural, utilizando a base de dados cadastral das habitações na zona rural.	100% no Curto Prazo	Anual
1.3.	Programa de regularização das captações.	% de poços regularizados com o DAEE = (Número de poços regularizados) / (Total de poços cadastrados).	O indicador visa relacionar a quantidade de poços regularizados junto ao órgão outorgante DAEE e a base de dados cadastral de captações existentes na zona rural.	100% no Médio Prazo	Anual
1.4.	Programa de educação ambiental sobre saneamento rural.	Número de eventos realizados por ano.	Trata-se de um indicador de eficácia, que visa verificar o número de eventos públicos (audiências, palestras e oficinas) relacionados a educação ambiental sobre saneamento rural por ano.	1 evento por mês	Anual
1.5.	Programa estruturação do fundo municipal de saneamento ambiental e infraestrutura – FMSAI.	Recursos disponível para utilização no FMSAI.	Trata-se de um indicador binário: o recurso está disponível no Fundo ou não.	--	Curto Prazo
1.6.	Programa de medição dos volumes de água.	% de poços que realizam medição = (Número de poços com medidores) / (Total de poços cadastrados).	O indicador visa relacionar a quantidade de poços com medidores conforme padrão do DAEE e a base de dados cadastral de captações existentes na zona rural.	100% no Longo Prazo	Anual

CTR 455

D.1



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787

PROESPLAN
Engenharia

OBJETIVO	DESCRIÇÃO	INDICADOR	COMPOSIÇÃO DO INDICADOR	DEFINIÇÃO DO PADRÃO	FREQ.DE MONIT.
1.7.	Sistemas isolados e sistemas integrados - estudos de viabilidade técnico-econômica para inclusão de áreas.	Conclusão do estudo.	O indicador é a conclusão dos estudos, ou seja, quais núcleos serão atendidos pela Prestadora dos Serviços de Saneamento, a SABESP.	--	Curto Prazo
1.8.	Soluções individuais - programa de perfuração de poços tubulares profundos	Indicador de Eficácia do Programa = (Número de habitantes beneficiados) / (Número de poços perfurados) / % de habitações com manancial adequado = (Número de habitações com abastecimento de água potável) / (Número total de habitações da zona rural)	Este objetivo apresenta dois indicadores: um de eficácia o outro de universalização. O indicador de eficácia visa atender ao máximo de habitantes por instalação subsidiada. O indicador de percentual de habitações com manancial adequado visa garantir a universalização do abastecimento de água na zona rural, utilizando a base de dados cadastral das habitações na zona rural.	100% no Longo Prazo	Anual
1.9.	Programa de implantação e operação de sistemas de cloração e fluoretação na zona rural	% de Sistemas e Soluções conformes = (Sistemas e Soluções que atendem os padrões de Potabilidade) / (Total de Sistemas e Soluções)	Indica o número de SAA, SAC e SAI que atendem aos padrões de Potabilidade, em relação ao Número Total de Soluções e Sistemas cadastrados na base de dados na Prefeitura, conforme Portaria GM/MS nº 888, de 04 de maio de 2021 ou outra que venha a substituí-la.	100% no Médio Prazo	Anual

CTR 455

D.2



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787

PROESPLAN
Engenharia

Tabela 02. Indicadores de Esgotamento Sanitário

OBJETIVO	DESCRIÇÃO	INDICADOR	COMPOSIÇÃO DO INDICADOR	DEFINIÇÃO DO PADRÃO	FREQ.DE MONIT.
2.1.	Programa de monitoramento da qualidade dos efluentes gerados	% de STEL conformes = (STEL que atendem os padrões de emissão) / (Total de STEL cadastrados)	Indica o número de STEL (Sistemas de Tratamento de Efluentes Líquidos) que atendem aos padrões de emissão exigidos pelo Decreto Estadual 8.468/76 ou outro que venha a substituí-lo, em relação ao Número Total de STEL cadastrados na base de dados na Prefeitura.	100% no Longo Prazo	Anual
2.2.	Programa de regularização dos lançamentos junto ao DAEE	% de lançamento regularizados = (Número de lançamentos regularizados junto ao DAEE) / (Total de STEL cadastrados)	O indicador visa relacionar a quantidade de lançamentos regularizados junto ao órgão outorgante DAEE e a base de dados cadastral de STEL existentes na zona rural.	100% no Médio Prazo	Anual
2.3.	Sistemas isolados e sistemas integrados - estudos de viabilidade técnico-econômica para inclusão de áreas	Conclusão dos Estudos	O indicador é a conclusão dos estudos, ou seja, quais núcleos serão atendidos pela Prestadora dos Serviços de Saneamento, a SABESP.	--	Curto Prazo
2.4.	Soluções individualizadas - estudos para gestão municipal ou pela prestadora de sistemas de esgotamento sanitário	Conclusão dos Estudos	O indicador é a conclusão dos estudos, ou seja, quais núcleos serão atendidos pela Prestadora dos Serviços de Saneamento, a SABESP ou a Prefeitura atenderá estas áreas.	--	Curto Prazo

CTR 455

D.3



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787

PROESPLAN
Engenharia

OBJETIVO	DESCRIÇÃO	INDICADOR	COMPOSIÇÃO DO INDICADOR	DEFINIÇÃO DO PADRÃO	FREQ.DE MONIT.
2.5.	Programa de capacitação, assessoria e acompanhamento da execução e operação de sistemas individualizados de tratamento de esgotos	Número de pessoas beneficiadas por ano.	Trata-se de um indicador de eficiência, que visa verificar o número de pessoas beneficiadas por ano.	50 proprietários rurais por ano	Anual
2.6.	Programa de subsídio a execução ou readequação de soluções individualizadas de esgotamento sanitário	Indicador de Eficácia do Programa = (Número de habitantes beneficiados) / (Número de soluções individualizadas implantadas) % de habitações na zona rural com esgotamento sanitário adequado = (Número de habitações com esgotamento sanitário adequado) / (Número total de habitações da zona rural)	Este objetivo apresenta dois indicadores: um de eficácia o outro de universalização. O indicador de eficácia visa atender ao máximo de habitantes por instalação subsidiada ou readequada. O indicador de percentual de habitações com tratamento adequado visa garantir a universalização do esgotamento sanitário na zona rural, utilizando a base de dados cadastral das habitações na zona rural.	100% no Longo Prazo	Anual
2.7.	Soluções individualizadas ou coletivas - programa de execução ou readequação	Indicador de Eficácia do Programa = (Número de habitantes beneficiados) / (Número de soluções individualizadas implantadas) % de habitações na zona rural com esgotamento sanitário adequado = (Número de habitações com esgotamento sanitário adequado) / (Número total de habitações da zona rural)	Este objetivo apresenta dois indicadores: um de eficácia o outro de universalização. O indicador de eficácia visa atender ao máximo de habitantes por instalação subsidiada ou readequada. O indicador de percentual de habitações com tratamento adequado visa garantir a universalização do esgotamento sanitário na zona rural, utilizando a base de dados cadastral das habitações na zona rural.	100% do Médio Prazo	Anual

CTR 455

D.4



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787

PROESPLAN
Engenharia

Tabela 03. Indicadores de Resíduos Sólidos

OBJETIVO	DESCRIÇÃO	INDICADOR	COMPOSIÇÃO DO INDICADOR	DEFINIÇÃO DO PADRÃO	FREQ.DE MONIT.
3.1.	Programa de consumo consciente e redução da geração	Número de eventos realizados por ano	Trata-se de um indicador de eficácia, que visa verificar o número de pessoas sensibilizadas por ano.	1 evento por mês	Anual
3.2.	Cadastro e monitoramento das empresas de descarte de resíduos da construção civil	Número de Manifesto de Movimentação de Resíduos emitidos por mês	Trata-se de um indicador de eficácia, que visa identificar a partir da criação de um histórico o número normal de Manifestos de Movimentação de Resíduos emitidos por mês no município de Monte Mor.	Métrica a ser definida pela Prefeitura através de comparativo histórico	Mensal
3.3.	Estruturação da fiscalização do saneamento rural	Número de autos de infração emitidos relacionados ao saneamento rural por ano	Trata-se de um indicador de eficácia, que visa identificar a partir da criação de um histórico o número normal de Auto de Infração emitidos relacionados ao saneamento rural emitidos por ano no município de Monte Mor.	Métrica a ser definida pela Prefeitura através de comparativo histórico	Anual
3.4.	Adequação da coleta porta-a-porta e dos contentores	Número de contentores disponíveis na zona rural % de habitações na zona rural com coleta porta-a-porta = (Número de habitações com coleta porta-a-porta) / (Número total de habitações da zona rural)	Este objetivo apresenta dois indicadores: um de eficácia o outro de universalização. O indicador de eficácia visa disponibilizar ao de habitantes que não possuem serviços de atendimento porta-a-porta o maior número de contentores por instalação subsidiada ou readequada. O indicador de percentual de habitações com coleta porta-a-porta na zona rural visa garantir a universalização do acesso aos serviços de coleta e destinação adequada, utilizando a base de dados cadastral das habitações na zona rural.	100% no Longo Prazo	Anual

CTR 455

D.5



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787

PROESPLAN
Engenharia

OBJETIVO	DESCRIÇÃO	INDICADOR	COMPOSIÇÃO DO INDICADOR	DEFINIÇÃO DO PADRÃO	FREQ.DE MONIT.
3.5.	Implantar a coleta seletiva na zona rural	% de habitações na zona rural com coleta seletiva = (Número de habitações com coleta seletiva) / (Número total de habitações da zona rural)	O indicador de percentual de habitações com coleta seletiva na zona rural visa garantir a universalização do acesso aos serviços de coleta e destinação dos recicláveis, utilizando a base de dados cadastral das habitações na zona rural.	15% no Curto Prazo 30% no Médio Prazo 45% no Longo Prazo	Anual
3.6.	Promover a valorização dos resíduos orgânicos na zona rural	Percentual de habitações da zona rural que realizam a compostagem % de habitações na zona rural que realizam compostagem = (Número de habitações que realizam compostagem) / (Número total de habitações da zona rural)	O indicador de percentual de habitações que realizam compostagem na zona rural visa garantir a redução da destinação dos resíduos orgânicos ao aterro, utilizando a base de dados cadastral das habitações na zona rural.	30% no Curto Prazo 60% no Médio Prazo 100% no Longo Prazo	Anual
3.7.	Implantação de ecopontos em regiões vulneráveis a descartes irregulares na zona rural	Número de Ecopontos disponíveis no município	Indicador do PIGIRS - Consimares	--	--
3.8.	Gestão dos resíduos da construção civil	Área de aterro ou reciclagem de RCCs em funcionamento	Indicador do PIGIRS - Consimares	--	--

CTR 455

D.6



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 29 de Setembro de 2023 | Ano III | Edição 787

PROESPLAN
Engenharia

Tabela 04. Indicadores de Drenagem Urbana

OBJETIVO	DESCRIÇÃO	INDICADOR	COMPOSIÇÃO DO INDICADOR	DEFINIÇÃO DO PADRÃO	FREQ.DE MONIT.
4.1.	Programa de manejo do solo e controle de erosão nas propriedades rurais – controle na fonte	Número de propriedades rurais beneficiadas pelo Programa.	O indicador de eficácia visa garantir que o maior número de propriedades rurais realize ações de manejo do solo e controle de erosão.	25% no Curto Prazo 50% no Médio Prazo 100% no Longo Prazo	Anual
4.2.	Elaborar um plano diretor de controle de erosão rural do município de Monte Mor	Aprovação do Plano na forma de Lei ou Decreto	O indicador é a aprovação do Plano Diretor de Controle de erosão rural, ou seja, a partir daí o planejamento estará juridicamente instituído.	--	Curto Prazo
4.3.	Programa de execução e manutenção das estradas rurais municipais	Número de estradas rurais concluídas	O indicador de eficácia visa garantir que o maior número de vias rurais com execução e manutenção adequadas.	40% no Curto Prazo 70% no Médio Prazo 100% no Longo Prazo	Anual
4.4.	Implantação de estruturas de armazenamento das águas pluviais	Número de propriedades rurais beneficiadas pelo Programa de implantação de estruturas de armazenamento das águas pluviais implantadas na zona rural de Monte Mor	O indicador de eficácia visa garantir que o maior número de propriedades rurais tenha habitações com estruturas de armazenamento das águas pluviais.	30% no Curto Prazo 70% no Médio Prazo 100% no Longo Prazo	Anual
4.5.	Programa de proteção e limpeza dos cursos d'água (prevenção e correção)	Área dos cursos d'água recuperados por ano	Trata-se de um indicador de eficácia, que visa identificar a partir da criação de um histórico o quantitativo em área dos cursos d'água e das APP's recuperados por ano no município de Monte Mor.	100% no Longo Prazo	Anual

CTR 455

D.7



7.2. MECANISMOS FISCALIZATÓRIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL

Compete as funções fiscalizatórias do Plano Municipal de Saneamento Rural, dentre outras entidades:

- **Conselho Municipal de Meio Ambiente de Monte Mor (CMMA)**

Formada por 16 membros, representantes da sociedade civil, profissionais liberais e representantes do poder público, o CMMA é composto por oito titulares e oito suplentes.

A Lei Complementar Nº 966 de 29 de abril de 2.002, dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente e estabelece em seu artigo segundo que compete ao Conselho:

- I – Assessorar o Executivo Municipal em assuntos relativos ao Meio Ambiente, baseando seus pareceres na legislação vigente e fazendo – o por escrito;
- II – Assessorar o Legislativo Municipal em assuntos de sua competência;
- III – Acompanhar o licenciamento e o monitoramento de atividades potencialmente geradoras de degradação ambiental;
- IV – Deliberar no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões técnicos compatíveis com o meio ambiente.
- V – Sugerir alterações na legislação vigente, a fim de garantir a preservação dos recursos naturais do Município.



- **Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR)**

Formada por 16 membros, representantes da sociedade civil, profissionais liberais e representantes do poder público, o CMDR é composto por oito titulares e oito suplentes.

A Lei Complementar Nº 953 de 07 de março de 2.002, dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e estabelece em seu artigo segundo que compete ao Conselho:

I – Propor diretrizes básicas para a Política de Desenvolvimento Sustentável no espaço rural do município;

II – Colaborar e apoiar a implementação das políticas públicas de promoção da agricultura familiar;

III – Colaborar na elaboração, aprovar e acompanhar a execução e avaliar o Plano Municipal Plurianual de Desenvolvimento Sustentável, O Programa Anual de Trabalho e outros Programas ou atividades de interesse do Poder Público ou dos produtores, todos de responsabilidade de execução da Casa da Agricultura;

IV – Manter intercâmbio com os Conselhos similares e entidades do setor visando solução de assuntos de interesse comum;

V – Avaliar e opinar sobre o desempenho do profissional de Ciências Agrárias que atua na Casa da Agricultura;

VI – Opinar em todos os assuntos que envolvam o espaço rural do município;

VII – Assessorar o Poder Executivo em assuntos afins, sobretudo à produção sustentável, aos agronegócios, ao abastecimento alimentar e à infraestrutura necessária ao bom desempenho das atividades no espaço rural;

VIII – Propor legislação que contribua com a permanência das atividades econômicas sustentáveis no espaço rural.



• **Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-RURAL)**

Criada pela [Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 022/05](#), de 31/03/05. Normatizada pela [Deliberação dos Comitês PCJ 039/09](#), de 28/08/09. Normatizada pela [Deliberação dos Comitês PCJ 115/11](#), de 28/06/11. Alterada pela [Deliberação dos Comitês PCJ nº 243/15, de 04/12/15](#). Normatizada pela [Deliberação dos Comitês PCJ 362/21](#), de 30/03/21, possui entre as suas atribuições:

I- Propor políticas para Uso e Conservação da Água no Meio Rural para os Comitês PCJ;

II- Auxiliar na consolidação, avaliar e acompanhar a implementação de políticas para o Uso e Conservação da Água no Meio Rural dos Comitês PCJ;

III- Auxiliar na divulgação de políticas para o Uso e Conservação da Água no Meio Rural dos Comitês PCJ e das ações decorrentes de sua aplicação nos diversos segmentos da sociedade, inclusive em fóruns, congressos e outros eventos do gênero;

IV- Estudar, discutir e promover discussões sobre o uso sustentável dos recursos hídricos no meio rural;

V- Propor diretrizes e ações conjuntas e promover a integração e a otimização de procedimentos entre as instituições que atuam no meio rural visando à preservação, conservação e uso sustentável do solo e de seus recursos hídricos;

VI - Interagir com as outras Câmaras Técnicas, a fim de subsidiar os Comitês PCJ com pareceres, dados e outras atividades para a tomada de decisões e na elaboração dos Planos de Bacias dos Relatórios de Situação dos Comitês PCJ;

VII - Manifestar-se sobre pedidos de inclusão de novos membros;



PROESPLAN
Engenharia

VIII- Elaborar, aprovar e alterar, quando couber, seu Regimento Interno;

IX - Elaborar anualmente seu Plano de Trabalho e cronograma de atividades, ao início de cada mandato;

X - Fomentar o saneamento rural.

- **Câmara Municipal de Vereadores de Monte Mor**

A Câmara de Vereadores de Monte Mor tem como prerrogativas a função de fiscalização, sendo essa uma das principais atribuições dos vereadores municipais, permitindo que eles exerçam um controle sobre as ações do Poder Executivo e ajudando a garantir a transparência e a efetividade das políticas públicas em benefício da população.



EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

Processo Administrativo nº 289/2023

Pregão Presencial nº03/2023

Contrato nº 07/2023

Objeto: Contratação de empresa prestação de serviços técnicos especializados de planejamento, organização e realização de Concurso Público, objetivando o provimento de cargos do quadro efetivo de servidores da Câmara Municipal de Monte Mor.

Partes: Câmara Municipal de Monte Mor x **EMBRASIL – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E DE CARREIRAS – EIRELI**

CNPJ nº 31.936.382/0001-93

Prazo Contratual: 180 (cento e oitenta) dias

Valor Global: R\$ 19.900,00 (dezenove mil e novecentos reais).

Data de assinatura: 28 de setembro de 2023.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico do Município de Monte Mor

(Lei Municipal nº 2.630, de 14 de agosto de 2018 e regulamentada pelo Decreto nº 5073, de 12 de setembro de 2019)

é uma publicação da Prefeitura de Monte Mor. Site: www.montemor.sp.gov.br CONTEÚDO:

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade das secretarias e órgãos públicos emissores.

Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor.

Para informações sobre como contatar o órgão emissor, ligue para (19) 3879-9000.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO:

Edição, diagramação e Publicação Eletrônica.

E-mail: diario.oficial@montemor.sp.gov.br



Sumário

PODER EXECUTIVO	1
DECRETOS	1
PORTARIAS	11
DIVERSOS	13



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 10 de Novembro de 2023 | Ano III | Edição 814

PODER EXECUTIVO

DECRETOS

DECRETO Nº 6115 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023



DECRETO Nº 6115 de 10 de novembro de 2023

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que a Lei nº 3144 de 09 de novembro de 2023, autorizou o Executivo a abrir crédito adicional especial no montante de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)** no Orçamento Programa de 2023:

DECRETA:

Art. 1º – Fica autorizado a suplementação no valor de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)** do orçamento fiscal e da seguridade social do município, autorizado pela Lei nº 3144 de 09 de novembro de 2023, em favor do órgão e unidade orçamentária, na seguinte dotação consignada sob número:

02.06.02 – Meio Ambiente

18.541.2052.1148.02 – Bem Estar Animal

4490.52.00 – Equipamentos e Material Permanente R\$100.000,00

TOTAL DO CRÉDITO **R\$ 100.000,00**

Art. 2º – O recurso necessário à abertura do crédito de que trata o artigo 1º decorre de Excesso de Arrecadação no valor de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)**.

Art. 3º – Fica convalidado na Lei nº 2.884/21 – PPA e na Lei nº 2.960/22 – LDO, o valor do programa ou ação ora contemplados na presente Lei, bem como, passam a compor as planilhas que integram as leis retro-citadas.



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 10 de Novembro de 2023 | Ano III | Edição 814



Art. 4º – Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DE MONTE MOR, EM 10 DE NOVEMBRO DE 2023

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito de Monte Mor

Registrado em livro próprio, afixado em local de costume do Paço Municipal, e publicado no diário oficial do Município, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



DECRETO Nº 6116 de 10 de novembro de 2023

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 381.582,26 (trezentos e oitenta e um mil, quinhentos e oitenta e dois reais e vinte e seis centavos).”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que a Lei nº 3145 de 09 de novembro de 2023, autorizou o Executivo a abrir crédito adicional especial no montante de **R\$ 381.582,26 (trezentos e oitenta e um mil, quinhentos e oitenta e dois reais e vinte e seis centavos)** no Orçamento Programa de 2023:

DECRETA:

Art. 1º – Fica autorizado a suplementação no valor de **R\$ 381.582,26 (trezentos e oitenta e um mil, quinhentos e oitenta e dois reais e vinte e seis centavos)** do orçamento fiscal e da seguridade social do município, autorizado pela Lei nº 3145 de 09 de novembro de 2023, em favor do órgão e unidade orçamentária, na seguinte dotação consignada sob número:

02.09.22 – Fundo Municipal de Direitos do Idoso

08.241.2073.2156.03 – Manutenção do Fundo Municipal de Direitos do Idoso

3350.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

R\$ 381.582,26

TOTAL DO CRÉDITO

R\$ 381.582,26

Art. 2º – O recurso necessário à abertura do crédito de que trata o artigo 1º decorre de Superávit Financeiro Apurado no valor de **R\$ 300.352,62 (trezentos mil, trezentos e cinquenta e dois reais e sessenta e dois centavos)** e Excesso de Arrecadação no montante de **R\$ 81.229,64 (oitenta e um mil, duzentos e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos)**, totalizando o valor de **R\$ 381.582,26 (trezentos e oitenta e um mil, quinhentos e oitenta e dois reais e vinte e seis centavos)**.



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 10 de Novembro de 2023 | Ano III | Edição 814



Art. 3º – Fica convalidado na Lei nº 2.884/21 – PPA e na Lei nº 2.960/22 – LDO, o valor do programa ou ação ora contemplados na presente Lei, bem como, passam a compor as planilhas que integram as leis retro-citadas.

Art. 4º – Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DE MONTE MOR, EM 10 DE NOVEMBRO DE 2023

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito de Monte Mor

Registrado em livro próprio, afixado em local de costume do Paço Municipal, e publicado no diário oficial do Município, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



DECRETO Nº 6117 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023



DECRETO Nº 6117 de 10 de novembro de 2023

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 95.395,57 (noventa e cinco mil, trezentos e noventa e cinco reais e cinquenta e sete centavos).”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que a Lei nº 3146 de 09 de novembro de 2023, autorizou o Executivo a abrir crédito adicional suplementar no montante de **R\$ 95.395,57 (noventa e cinco mil, trezentos e noventa e cinco reais e cinquenta e sete centavos)** no Orçamento Programa de 2023:

DECRETA:

Art. 1º – Fica autorizado a suplementação no valor de **R\$ 95.395,57 (noventa e cinco mil, trezentos e noventa e cinco reais e cinquenta e sete centavos)** do orçamento fiscal e da seguridade social do município, autorizado pela Lei nº 3146 de 09 de novembro de 2023, em favor do órgão e unidade orçamentária, na seguinte dotação consignada sob número:

02.09.22 – Fundo Municipal de Direitos do Idoso

08.241.2073.2156.03 – Manutenção do Fundo Municipal de Direitos do Idoso

3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Ficha 1297 R\$ 95.395,57

TOTAL DO CRÉDITO **R\$ 95.395,57**

Art. 2º – Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo 1º decorre de Excesso de Arrecadação no valor de **R\$ 95.395,57 (noventa e cinco mil, trezentos e noventa e cinco reais e cinquenta e sete centavos)**.

Art. 3º – Fica convalidado na Lei nº 2.884/21 – PPA e na Lei nº 2.960/22 – LDO, o valor do programa ou ação ora contemplados na presente Lei, bem como, passam a compor as planilhas que integram as leis retro-citadas.



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 10 de Novembro de 2023 | Ano III | Edição 814



Art. 4º – Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DE MONTE MOR, EM 10 DE NOVEMBRO DE 2023

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito de Monte Mor

Registrado em livro próprio, afixado em local de costume do Paço Municipal, e publicado no diário oficial do Município, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 10 de Novembro de 2023 | Ano III | Edição 814



02.04.03 – Ensino Infantil - Creche

12.365.2045.2093.05 – Quese – Salário Educação

3390.32.00 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita Ficha 360 R\$ 9.076,68

TOTAL DE ANULAÇÃO **R\$ 9.076,68**

Art. 3º – Fica convalidado na Lei nº 2.884/21 – PPA e na Lei nº 2.960/22 – LDO, o valor do programa ou ação ora contemplado na presente Lei, bem como, passam a compor as planilhas que integram as leis retro-citadas.

Art. 4º – Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DE MONTE MOR, EM 10 DE NOVEMBRO DE 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito de Monte Mor

Registrado em livro próprio, afixado em local de costume do Paço Municipal, e publicado no diário oficial do Município, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



DECRETO Nº 6119 de 10 de novembro de 2023.

“Dispõe sobre a aprovação de loteamento, e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

DECRETA:

Artigo 1º. - Ficam aprovados os planos de arruamento e loteamento denominado **Condomínio Logístico, Comercial e Industrial – “STUANI”**, de propriedade da empresa **“Empreendimento José Francisco Stuari SPE”**, inscrita no CNPJ sob nº. 46.884.605/0001-93, a ser implantado no imóvel objeto da Matrícula nº 7.062 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor/SP, com área total de 74.377,00 m², em conformidade com memoriais descritivos, plantas e projetos arquivados junto à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

Artigo 2º. - O loteamento será composto pelo total de 101 (cento e um) lotes, com destinação **Comercial e Industrial**.

Artigo 3º. - As construções deverão obedecer aos recuos mínimos estabelecidos no Código de Obras do Município.

Artigo 4º. - O proprietário deverá cumprir integralmente todas as exigências da Prefeitura Municipal descritas a seguir:

- a) promover a inscrição do loteamento no Registro Imobiliário na forma da legislação federal;
- b) promover abertura de matrícula das áreas que no projeto constituem sistema de lazer, áreas verdes e áreas destinadas aos equipamentos urbanos e comunitários;
- c) executar os ramais de ligações de água e esgoto para cada lote, exceto se as redes forem implantadas nas calçadas;
- d) construir dissipadores de energia nos sistemas de captação das águas pluviais nos pontos de lançamento a jusante para não causar danos ambientais;
- e) não serão permitidas áreas públicas e lotes cujo desnível frontal seja inferior o meio-fio da rua lindeira;
- f) não será permitida a construção nos lotes sem que todas as obras e exigências contidas no Decreto de aprovação forem cumpridas pelo loteador, vistoriadas e atestadas pelos órgãos competentes;
- g) executar a recuperação e recomposição das áreas de preservação permanente com o plantio de mudas e vegetação nativa;
- h) sinalizar o sistema viário e os acessos (horizontal e vertical) de acordo com o projeto aprovado pelo Setor de Trânsito desta Municipalidade, e a normas do Código Nacional de Trânsito vigentes;
- i) executar a rede de energia elétrica e iluminação pública com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento, para o seu normal e imediato funcionamento, de acordo com as normas da Cia. Paulista de Força e Luz;



j) executar a rede de água e esgoto com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento, para o seu normal funcionamento, de acordo com as normas da Sabesp;

k) executar a interligação das redes de galerias de águas pluviais, guias, sarjetas e pavimentação asfáltica de acordo com os projetos aprovados;

l) executar a abertura de ruas, demarcação de lotes e terraplanagem;

Artigo 5º. - Após o cumprimento de todas as exigências a que alude o presente Decreto, bem como aquelas ditadas pela Lei Complementar Nº. 044/2015 (dispõe sobre a revisão do parcelamento do solo), será expedido o devido alvará de recebimento do loteamento.

Artigo 6º. - O não cumprimento de quaisquer das exigências no Artigo anterior, importará na revogação da aprovação do loteamento e na adoção, por parte da Prefeitura Municipal, das medidas judiciais cabíveis.

Artigo 7º. - Os tributos incidentes sobre os lotes serão devidos a partir do Termo de Verificação de Obras – TVO ou ultrapassados 24 (vinte e quatro) meses da publicação deste Decreto, sendo de responsabilidade do loteador até que ele informe, através de documento hábil e após o registro do loteamento no Registro Imobiliário, os nomes de seus compradores, respeitadas as isenções concedidas por lei.

Artigo 8º. - Para garantia da execução das obras de infraestrutura do loteamento, orçadas em R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), fica caucionado ao Município de Monte Mor/SP, em primeira e especial hipoteca, 7 (sete) lotes do referido Empreendimento, a ser implantado no imóvel descrito e caracterizado na Matrícula nº 7.062 do Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor/SP, área lote terreno com 74.377,00 m², localizado na Rodovia Cônego Cyriaco Scaranello Pires – Km 01, sendo cada lote avaliado em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Lotes esses especificados como: Lotes 17 ao 23 – Quadra “E”.

Artigo 9º. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 10 de novembro de 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, publicado no Diário Oficial do Município e afixado em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 10 de Novembro de 2023 | Ano III | Edição 814

PORTARIAS

PORTARIA Nº 7238 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023



Portaria nº 7238 de 10 de novembro de 2023.
“Dispõe sobre exoneração de cargo efetivo.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica exonerado a pedido, do cargo efetivo de PEB II – Matemática, o Sr. **Renato Elias da Silva**, matrícula nº 7273, admitido em 08/02/2010.

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 10 de novembro de 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7239 de 10 de novembro de 2023.

“Dispõe sobre licença sem remuneração pelo período de dois anos”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o artigo 67 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006;

Resolve:

Artigo 1º – Fica autorizado a Licença Sem Remuneração, pelo período de até dois anos, para tratar de assuntos particulares, do Sr. **Renato Elias da Silva**, matrícula 7602.

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 10 de novembro de 2023.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

**DIVERSOS****ERRATA: ACORDO DE COOPERAÇÃO**

AC nº 23.322.U

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO VOTORANTIM E O MUNICÍPIO DE MONTE MOR PARA O FIM QUE SE ESPECIFICA

Pelo presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, observadas as disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com alterações pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, dispensado o chamamento público nos termos do art. 29 da Lei nº 13.019/14, as partes qualificadas abaixo:

MUNICÍPIO DE MONTE MOR, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Doutor Carlos de Campos, 131, Centro, CEP 13190-047, Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 45.787.652/0001-56, neste ato representado pela Sra. Sandra Regina Cruz Fernandes Bruzon, Secretária de Educação, inscrita no CPF nº 142.157.038-67, portadora da Carteira de Identidade nº 181373993, doravante denominado simplesmente "**MUNICÍPIO**"; e

INSTITUTO VOTORANTIM, associação civil sem fins lucrativos, com sede na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, 6º andar, CEP 04536-900, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 05.583.142/0001-42, devidamente representado na forma de seu Estatuto Social por seus representantes abaixo assinados, doravante denominado "**INSTITUTO**";

Sendo **INSTITUTO** e **MUNICÍPIO**, individualmente denominados "**PARTE**" e, em conjunto, doravante denominados simplesmente "**PARTES**";

CONSIDERANDO que:

- I. O **INSTITUTO**, no escopo de suas finalidades estatutárias, desenvolve e gerencia projetos sociais visando promover o desenvolvimento social, com o foco no fortalecimento do capital humano, social, institucional e econômico, respeitando as identidades culturais e vocações locais;
- II. O **INSTITUTO**, em conformidade com suas finalidades estatutárias, está desenvolvendo em conjunto com as investidas do Grupo Votorantim, iniciativas para o desenvolvimento da qualidade da educação pública através do programa denominado Parceria para Valorização da Educação ("**PROGRAMA PVE**") em municípios que estejam alinhados com os mesmos objetivos e que aceitem trabalhar em regime de mútua cooperação;
- III. O **MUNICÍPIO** reconhece a necessidade de constante aprimoramento de suas políticas educacionais e, em parceria com o **INSTITUTO**, tem interesse em desenvolver ações capazes de melhorar a qualidade da educação de sua população, em conformidade com o regramento previsto na lei 13.019/14.

RESOLVEM as **PARTES**, de comum acordo, celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO** ("**ACORDO**"), mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente se outorgam e aceitam.



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 O presente **ACORDO** tem por objeto o compromisso entre **INSTITUTO** e o **MUNICÍPIO**, em regime de mútua cooperação, para desenvolver ações voltadas à melhoria da educação pública no Município de MONTE MOR, através da execução do **PROGRAMA PVE** na localidade, com o objetivo de aprimorar a qualificação de práticas de gestão e de mobilização social das comunidades da região, de acordo com o plano de trabalho detalhado em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

- 2.1 O compromisso comum entre as **PARTES** é o de reunir condições institucionais, com o rigor técnico necessário, para a concretização do objeto deste **ACORDO**, de forma a dar cumprimento aos termos aqui estabelecidos, através da soma e da convergência de esforços, bem como a mobilização de seus agentes, parceiros e prestadores de serviços;
- 2.2 O presente **ACORDO** não envolve a transferência de recursos financeiros entre as **PARTES**, nos moldes do art. 2º, VIII-A da Lei nº. 13.019/14, devendo cada uma das **PARTES** arcar com os custos necessários ao cumprimento de suas atribuições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PLANO DE TRABALHO

- 3.1 Para alcance do objeto ora pactuado, as **PARTES** obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho anexado ao presente instrumento na forma do **ANEXO I**, devidamente aprovado pelo **MUNICÍPIO**, o qual é parte integrante e indissociável deste **ACORDO**.
- 3.2 Eventual alteração ao Plano de Trabalho, para alteração de atividades, metas, indicadores ou resultados esperados, deverá ser realizada por escrito, acompanhada de justificativa, mediante termo aditivo firmado entre as Partes, desde que não implique na alteração do objeto deste **ACORDO**.
- 3.3 Havendo qualquer discordância entre o Plano de Trabalho anexado a este acordo e as disposições do presente **ACORDO**, prevalecerá o disposto neste último instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 4.1 Caberá ao **INSTITUTO**:
- 4.1.1 Executar o objeto do presente instrumento, observando as ações e atividades previstas no Plano de Trabalho;
- 4.1.2 Coordenar tecnicamente as ações derivadas deste **ACORDO**, contratando consultorias técnicas em educação e coordenando o seu trabalho na implementação do Plano de Trabalho no **MUNICÍPIO**.



- 4.1.3 Participar das atividades de mobilização previstas no plano de trabalho, elaborando materiais de divulgação e implementando estratégias eficazes de comunicação para públicos estratégicos, de acordo com o objeto deste instrumento.
- 4.1.4 Prestar contas da parceria mediante apresentação de relatório com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e demonstração de alcance das metas, indicadores e/ou dos resultados esperados, destinados à execução do Plano de Trabalho, até o período que se trata a prestação de contas, bem como prover os documentos e as informações solicitadas pelo **MUNICÍPIO**, a respeito da execução das atividades previstas no Plano de Trabalho, nos moldes da Lei 13.019/14.
 - a. A prestação de contas será feita ao final de cada ação prevista no Plano de Trabalho. Caso a ação tenha duração superior a um 1 (ano), a prestação de contas se dará após o encerramento do exercício.
- 4.2 Caberá ao **MUNICÍPIO**:
 - 4.2.1 Adotar todos os atos administrativos necessários e colaborar para plena existência, validade e eficácia do presente instrumento;
 - 4.2.2 Fornecer ao **INSTITUTO** ou a prestadores de serviços por ele indicado todos os dados, informações e apoio necessários ao cumprimento do objeto deste **ACORDO**.
 - 4.2.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo **INSTITUTO**.
 - 4.2.4 Apoiar a mobilização social, estimulando a adesão da rede municipal às iniciativas propostas no âmbito da parceria objeto deste **ACORDO**;
 - 4.2.5 Aprovar procedimentos técnicos e operacionais necessários, conforme o Plano de Trabalho;
 - 4.2.6 Indicar e designar servidores públicos para participar de todos e quaisquer cursos, aulas, formações e mobilizações, de acordo com o Plano de Trabalho acordado entre as Partes;
 - 4.2.7 Assegurar espaço físico, equipamentos, transporte e demais itens de infraestrutura necessários para a realização das atividades do Programa PVE previsto no plano de Trabalho;
 - 4.2.8 Avaliar a conveniência e/ou necessidade de assumir a responsabilidade pela execução do objeto do **ACORDO**, sob outra metodologia que julgar conveniente, no caso de paralisação por culpa exclusiva do **INSTITUTO**, de modo a evitar sua descontinuidade, na forma do art.62, II da Lei nº 13.019/2014.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

- 5.1 Este **ACORDO** entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e permanecerá vigente até 31 de dezembro de 2027, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo a ser formalizado por escrito pelas **PARTES**, com o mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, respeitada a norma do art. 55, *caput*, da Lei nº 13.019/2014.



- 5.2 O **ACORDO** e seu Plano de Trabalho poderão ser alterados durante a sua vigência, em comum acordo entre as **PARTES**, mediante a formalização de termo aditivo devidamente justificado e por escrito, sendo vedado o desvirtuamento da natureza do objeto pactuado.

CLÁUSULA SEXTA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

- 6.1 Este **ACORDO** poderá ser denunciado, por escrito pelas **PARTES**, a qualquer tempo, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, nos moldes do art. 42, XVI da Lei n. 13.019/2014.
- 6.2 Este **ACORDO** poderá ser rescindido, de pleno direito, por descumprimento legal ou por inadimplemento de qualquer das cláusulas ou condições estabelecidas neste **ACORDO**, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexecutável, respondendo as **PARTES**, individualmente, por eventual descumprimento contratual ou legal a que tenham dado causa, sem prejuízo do dever da parte infratora ressarcir à parte prejudicada pelos danos e/ou prejuízos que lhe forem causados e/ou a terceiros, independentemente das sanções legais cabíveis.
- 6.2.1 Em caso de inexecução das atividades previstas no Plano de Trabalho anexado ao presente **ACORDO**, por culpa exclusiva do **INSTITUTO**, de forma a impedir a continuidade das ações, terá o **MUNICÍPIO** a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela sua execução, visando evitar a sua descontinuidade, nos termos da cláusula 4.2.5 acima.
- 6.3 No caso de rescisão, havendo pendências ou trabalhos em execução, as **PARTES** definirão, através de Termo de Encerramento do **ACORDO**, as responsabilidades relativas à conclusão ou extinção de cada um dos trabalhos e pendências das ações em andamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO

- 7.1 O **MUNICÍPIO** deverá providenciar, por sua conta, a publicação do **ACORDO** e de seus aditamentos, na imprensa oficial, conforme previsão legal.
- 7.2. É vedada a exploração ou a utilização do objeto do presente **ACORDO**, bem assim da própria existência do presente ato jurídico para fins políticos e/ou eleitorais.
- 7.3 Será permitida às **PARTES** a utilização ou divulgação das ações extensivas, na forma de artigos técnicos, relatórios, publicações e outros, dos resultados dos trabalhos realizados no âmbito do presente **ACORDO**, desde que as **PARTES** sejam citadas, bem como seja citada a fonte dos respectivos dados e de seus autores.
- 7.4 As **PARTES** isoladamente ou em conjunto, poderão divulgar a celebração do presente **ACORDO**, em sua mídia interna e na mídia externa, observando que todo o material impresso ou eletrônico produzido deverá conter a indicação e/ou a logomarca das **PARTES**, e necessariamente deverá ter aprovação prévia, por escrito, das **PARTES**.



CLÁUSULA OITAVA – DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS ANTICORRUPÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS

- 8.1 As **PARTES** declaram conhecer as normas de combate e prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, às quais estão submetidas, dentre elas, mas não se limitando, à Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e à Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e seus regulamentos, e se comprometem a cumpri-las fielmente, bem como exigir o seu cumprimento por terceiros por elas contratados.
- 8.1.1 Para a execução deste **ACORDO**, nenhuma das **PARTES** poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste **ACORDO**, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.
- 8.1.2 A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar a rescisão antecipada deste **ACORDO**, mediante comunicação por escrito, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente e da incidência das penalidades legais aplicáveis.
- 8.2 As **PARTES** declaram que, para a execução das atividades previstas no presente **ACORDO**, não haverá tratamento de dados pessoais e sensíveis, conforme descritos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018) e, tão somente, tratamento de dados desidentificados e anonimizados. Estabelecem ainda que, na hipótese de apurar-se a necessidade de tratamento de dados pessoais ou sensíveis para a execução do presente **ACORDO**, este tratamento será realizado em conformidade com as obrigações legais e descritas neste instrumento.
- 8.2.1 Observadas as Boas Práticas e de Governança de Dados, comprometem-se à, no que for aplicável, tratar os dados pessoais, seja como Controladora ou Operadora, única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e, em conformidade com as exigências legais aplicáveis, sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor, o Código Civil, o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/2014), seu decreto regulamentador (Decreto nº 8.771/2016) e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018). As **PARTES** deverão também garantir que seus empregados, agentes e subcontratados observem os dispositivos dos diplomas legais em referência relacionados à proteção de dados, incluindo, mas não se limitando, à LGPD.
- 8.2.2 Cada **PARTE** deverá assegurar que quaisquer dados pessoais que forneça à outra **PARTE** tenham sido obtidos em conformidade com a LGPD e deverão tomar as medidas necessárias, incluindo, sem limitação, o fornecimento de informações, envio de avisos e inclusão de informações nas respectivas Políticas de Privacidade e demais documentos aplicáveis, e obtenção de consentimento dos titulares dos dados pessoais, quando



aplicável, para assegurar que a outra **PARTE** tenha o direito de processar tais dados pessoais.

- 8.2.3 Cada **PARTE** será individualmente responsável pelo cumprimento de suas obrigações decorrentes da LGPD e de eventuais regulamentações emitidas posteriormente por autoridade reguladora competente.
- 8.2.4 Cada **PARTE** se compromete a manter os Dados Pessoais em sigilo e protegidos, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a salvaguardar os Dados Pessoais contra acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão ("Tratamento não Autorizado ou Incidente"). Na hipótese de fato causador de um Incidente de Segurança ou suspeita de Incidente de Segurança, uma **PARTE** deverá comunicar à outra, em prazo razoável, sem demora justificada, para que sejam estabelecidas todas as providências legais e administrativas cabíveis para sanar ou remediar o Incidente.
- 8.2.5 Sempre que exigido pela legislação vigente, e aplicável, as **PARTES** deverão estabelecer protocolos e obrigações a respeito do acesso, uso e proteção de dados e, quando necessário, implantar controles de segurança de dados adicionais e processos para a transmissão, intercâmbio, armazenagem, processamento ou outro uso, conforme descrito em tais protocolos.
- 8.2.6 Na hipótese de superveniência de Lei à qual as **PARTES** estejam sujeitas, acordam elas em adaptar o presente Anexo para que o mesmo se mantenha em conformidade com as Lei.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1 Todas as notificações e avisos relacionados a este **ACORDO** entre as **PARTES** deverão ser feitos por escrito, mediante protocolo ou carta registrada com aviso de recebimento, enviados nos endereços das **PARTES** constantes do preâmbulo deste instrumento, ou ainda por correio eletrônico, mediante confirmação de entrega e leitura, para os contatos indicados conforme segue:

Para o **INSTITUTO**:

End.: Rua Jerônimo da Veiga, 164 - 6º andar - São Paulo - SP - CEP 04536-900

A/C: Ana Paula Bonimani

E-mail: ana.bonimani@institutovotorantim.org.br

Para o **MUNICÍPIO**:

End.: Rua Doutor Carlos de Campos, 131, Centro, CEP 13190-047, Monte Mor - SP

A/C: Sandra Regina Cruz Fernandes Bruzon

Cargo: Secretária de Educação

E-mail: educacao@montemor.sp.gov.br

- 9.2 O presente **ACORDO** não poderá ser cedido ou transferido por quaisquer das **PARTES**, total ou parcialmente, sem a prévia e expressa concordância da outra **PARTE**;



- 9.3 Caso um ou mais dispositivos deste **ACORDO** seja considerado nulo ou inválido, os demais dispositivos não serão afetados, continuando em pleno vigor;
- 9.4. Fica expressa e irrevogavelmente estabelecido que a abstenção do exercício, pelas **PARTES**, de quaisquer direitos ou faculdades que lhes assistam pelo presente instrumento, ou a tolerância com atrasos no cumprimento das obrigações, não caracterizará novação e não afetarão aqueles direitos ou faculdades que poderão ser exercidas a qualquer tempo e tampouco alterarão as condições convencionadas neste instrumento;
- 9.5 As hipóteses não previstas no presente **ACORDO** poderão ser solucionadas de comum acordo entre as Partes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto, observadas as premissas legais aplicáveis.
- 9.6 As **PARTES** expressamente declaram anuir, autorizar e reconhecer que o presente Instrumento será assinado eletronicamente por seus representantes legais, nos termos dos artigos 219 e 220 do Código Civil, e do art. 10, parágrafos 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Neste sentido, as **PARTES** reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste Instrumento e seus termos, o qual servirá como título executivo extrajudicial na forma da legislação aplicável, para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

- 10.1 As **PARTES** elegem o foro da Comarca de Município de Monte Mor, ou outro que abranja o território do **MUNICÍPIO**, como competente para dirimir eventuais controvérsias oriundas deste **ACORDO**, com prejuízo de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, assinam as **PARTES** o presente **TERMO**, na presença de duas testemunhas, para todos os fins de direito.

São Paulo, 16 de outubro de 2023

Documento assinado digitalmente
SANDRA REGINA CRUZ FERNANDES BRUZON
Data: 23/10/2023 17:22:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MUNICÍPIO DE MONTE MOR

INSTITUTO VOTORANTIM

1:

Nome:
CPF:

2:

Nome:
CPF:



instituto VOTORANTIM

Plano de Trabalho

PVE – Parceria de Valorização da Educação





PLANO DE TRABALHO

1. OBJETO

Contribuir para a melhoria da educação pública nos municípios por meio da qualificação das práticas de gestão educacional e escolar e da mobilização social das comunidades.

2. INTRODUÇÃO

Criado em 2008, do desejo da Votorantim de aprofundar a atuação estruturante nos municípios, o programa Parceria pela Valorização da Educação (PVE) possui 15 anos de implementação, tendo passado, até o momento, por 142 municípios em todas as regiões do Brasil, e visa contribuir para a melhoria da qualidade da educação municipal pública. Ao ser criado, o programa tinha o nome de Parceria Votorantim pela Educação. Em 2019, foi rebatizado como Parceria pela Valorização da Educação e aberto a outras empresas, para além da Votorantim, no intuito de ampliar o seu impacto.

Em diálogo com o Ministério da Educação, identificou-se a dificuldade dos municípios em executar as diretrizes federais das políticas públicas de educação. Portanto, o PVE se apoia em uma **metodologia replicável e adaptável a distintos contextos**, que se desenvolve em dois eixos de atuação: 1) **apoio à gestão** para potencializar a oferta das políticas públicas locais, com foco no aprimoramento de saberes, práticas, processos e competências de gestores educacionais e escolares; e 2) **mobilização social** para qualificar a demanda das comunidades escolares e fortalecer a rede local capaz de realizar o controle social em prol da melhoria da educação.

No início, o programa focou na **mobilização social**, buscando qualificar a demanda, ou seja, formar e consolidar uma comunidade escolar (estudantes, familiares e lideranças locais) protagonista e preparada para cobrar dos gestores públicos a implementação das políticas públicas educacionais e a evolução dos indicadores de educação locais. Logo, ficou clara a necessidade de se trabalhar de modo transversal.

Dessa forma, por meio do eixo denominado de qualificação da oferta, o PVE passou a contribuir para **alavancar as capacidades institucionais dos municípios** para que estruturarem e executem seus planos municipais de educação e implementem as políticas públicas existentes da forma mais efetiva, que resultem na melhoria da aprendizagem de crianças e jovens, podendo também criar novas políticas que se façam necessárias. Nesse eixo, inclui-se também o suporte para o fortalecimento de competências profissionais dos gestores escolares (diretores e coordenadores pedagógicos). Em paralelo, no eixo de qualificação da demanda, o PVE segue qualificando a comunidade escolar para que esta exerça o controle social por uma educação de qualidade.

A metodologia subjacente à tecnologia social do programa pode ser customizada de acordo com a realidade de cada município, o que garante que cada gestor educacional, no momento da adesão do município ao PVE, identifique as competências necessárias que precisam ser desenvolvidas nos dois eixos do programa: **qualificação da oferta** (gestão educacional e gestão escolar) e **qualificação da demanda** (mobilização social).



3. JUSTIFICATIVA

Embora nas últimas décadas tivemos avanços no acesso e qualidade de aprendizagem, o Brasil segue apresentando desafios educacionais históricos que foram ampliados nos últimos anos pela pandemia revelando retrocessos e índices ainda mais alarmantes tal como termos em 2022 mais de um milhão de crianças e adolescentes entre 04 a 17 anos fora da escola e níveis de aprendizagem de Português e Matemática regredindo a patamares de 2015.

Estas lacunas também denominadas pelo Banco Mundial como pobreza de aprendizagem (quando uma criança ou um adolescente não aprendem aquilo a que tem direito ou que poderiam aprender) terão consequências e impactos na longevidade, qualidade de vida, cultura de paz e externalidades econômicas para toda sociedade.

Segundo dados do Censo Escolar 2022, o Brasil possui 47,4 milhões de estudantes em 178,3 mil escolas – sendo que 49% do total de matrículas da Educação Básica está sob a gestão dos municípios que, para além do Ensino Fundamental também são os responsáveis pela Educação Infantil considerando creche e pré-escola.

Nestas redes, os desafios de infraestrutura apresentam enormes lacunas quando comparadas com as redes estaduais e escolas federais. Conforme o estudo intitulado Qualidade da infraestrutura das escolas públicas do ensino fundamental no Brasil, realizado pela UNESCO em parceria com a UFMG, em 2020, 4,3 mil escolas públicas do ensino fundamental não dispunham de banheiros e, segundo dados do Censo 2022, a maioria delas também não possui conectividade e equipamentos que permitam o uso de tecnologia tanto na gestão escolas quanto nas rotinas didáticas.

Isto significa que, embora seja possível contar com políticas públicas como o PDDE, é preciso que os gestores escolares e educacionais saibam aplicar esse e outros recursos a serviço da melhoria dos resultados de aprendizado e de fluxo, o que abarca, entre outras iniciativas, a necessidade de preparo desses gestores e professores, por meio de formação continuada, para a oferta de infraestrutura adequada e que favoreça a qualidade do ensino e da aprendizagem.

Nessa direção, considera-se que o cenário fiscal de arrecadação e o novo FUNDEB, com previsão de implantação gradativa até 2024, demandam mais conhecimento dos indicadores educacionais e sociais, assim como de saberes e práticas de gestão e de ensino, com vistas à realização de projetos para o melhor uso e potencialização de recursos, inclusive humanos, em prol da aprendizagem dos estudantes.

Outro dado que chama a atenção está relacionado com a qualificação profissional de gestores escolares: apenas 19,3% dos diretores no Brasil possuem curso de formação continuada com a carga horária sugerida para exercício da função e 66% deles – nas redes municipais – seguem sendo selecionados para ocupar os cargos por indicação – contrariando a recomendação da gestão democrática.

Já em relação a participação da sociedade na comunidade escolar, se destaca a presença de Conselhos Municipais de Educação em 73,5% dos municípios contrapondo a baixa participação das famílias com associação de pais em apenas 3,6%.

Frente a este contexto, vale destacar que o Instituto Votorantim possui mais de 14 anos de experiência na implementação do programa Parceria pela Valorização da Educação –



programa com resultados estatisticamente comprovados no fortalecimento das competências e práticas de gestão educacional, escolar e mobilização social da comunidade escolar para melhoria da aprendizagem nos municípios.

Em 2022, o Instituto Votorantim formalizou a parceria com Fundo Socioambiental o BNDES para implementação e expansão do programa PVE em conjunto com Secretarias Municipais de Educação. Esta parceria atenderá 66 municípios com o PVE, sendo que destes 33 já estão em operação desde 2022 em conjunto com as empresas Votorantim, outros 33 foram selecionados por chamamento público e entrarão em operação a partir de 2023.

4. PÚBLICO- PRIORITÁRIO

Participantes diretos: Secretários(as) Municipais de Educação, Gestores educacionais (técnicos(as) das Secretarias Municipais de Educação); Gestores Escolares (diretores e coordenadores pedagógicos das escolas municipais); técnicos(as) mobilizadores(as) das secretarias, funcionários(as) indicados pelas empresas investidas Votorantim como mobilizadores do programa, grupos de jovens e/ou grupos de mobilização comunitários.

Participantes indiretos: são beneficiados pelo programa docentes, estudantes e suas famílias das redes municipais de educação – considerando especificamente os segmentos Fundamental 1 e 2.

5. OBJETIVO

O programa Parceria pela Valorização da Educação (PVE) tem como objetivo contribuir para a melhoria da educação pública nos municípios por meio da qualificação das práticas de gestão educacional e escolar e da mobilização social das comunidades.

6. METODOLOGIA

O **Programa PVE oferecerá assessoria técnica e formação gratuita** aos Municípios selecionados pelo período de até 4 anos, disponibilizando consultores com atuação remota e presencial no Município.

Por meio da qualificação da oferta, o Programa PVE contribui para o fortalecimento das **capacidades institucionais dos Municípios** a fim de que os gestores públicos estruturem e executem seus planos municipais de educação e implementem as políticas públicas existentes da forma mais efetiva para resultar na melhoria da aprendizagem de estudantes do ensino fundamental e, se necessário, criar políticas educacionais.

Assegura, também, o **suporte para o fortalecimento de competências profissionais da gestão escolar e capacitação da comunidade escolar para que esta contribua com a melhoria da educação do Município** e exerça o controle social do processo educacional.



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 10 de Novembro de 2023 | **Ano III** | Edição **814**

Estas frentes de atuação são desenvolvidas por meio de processo formativo e de acompanhamento técnico de gestores educacionais e escolares e de estratégias de mobilização das comunidades, com fundamentação na **Teoria da Mudança**.



A metodologia do Programa PVE pode ser contextualizada de acordo com a realidade de cada Município, o que garante que cada gestor municipal identifique as competências necessárias que precisam ser desenvolvidas nos dois eixos do programa: **qualificação da oferta** (gestão educacional e gestão escolar) e **qualificação da demanda** (mobilização social).

O **Programa PVE não realizará transferência de recursos financeiros** durante a operação do programa

FORMA DE ATUAÇÃO DO PVE

O PVE disponibiliza formação e **assessoria técnica especializada** com a presença de consultorias que atuará de forma remota e presencial ao longo dos 4 anos de implementação do programa.

Durante a implementação do programa, conteúdos formativos e instrumentos de gestão educacional, gestão escolar e de mobilização da comunidade serão compartilhados para apoiar o desenvolvimento e a adoção de práticas nas Secretarias e Escolas Municipais.

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 10 de Novembro de 2023 | Ano III | Edição 814

Em cada ano de execução do programa, são realizados 4 ciclos formativos intercalando agendas presenciais e remotas conforme representação gráfica que sintetiza a metodologia do PVE:



Ciclo formativo do PVE: o conjunto de estratégias de fortalecimento de Competência de Gestão de Secretários/as de Educação (e Equipes Técnicas), de Gestores Escolares (diretores e coordenadores pedagógicos) e de Grupos de Mobilização Social, desenvolvidas no e para o Município, para aprimorar a qualidade da educação pública municipal. Em termos operacionais, cada ciclo compreende aproximadamente, 24 horas de atividades técnicas presenciais e/ou 18 horas de atividades técnicas remotas, sendo divididas pelas 3 frentes, o que significa que cada frente tem 8 horas presenciais e 6 horas de atividades remotas.

Na frente de Mobilização, a consultoria irá atuar com uma pessoa indicada pela Secretaria Municipal de Educação para assumir a figura de técnico mobilizador pela Educação e, na sequência, será estimulada a criação de um grupo envolvendo a comunidade escolar, lideranças comunitárias, representantes de outras secretarias e empresas para que atuem juntos em ações complementares à escola tais como: campanhas de Busca Ativa, ações intersetoriais sobre saúde mental, mutirões de aprendizagem, etc.

Por isso é **contrapartida desta parceria que o Município disponibilize horas das pessoas envolvidas em cada uma das frentes para que possam participar ativamente das formações e assessorias técnicas.**

Articulação em rede



O programa promove a articulação da rede de Municípios PVE, fortalecendo a troca de boas práticas e experiências entre os Municípios participantes de todas as regiões do Brasil. E anualmente, o programa PVE reconhece práticas de destaque por meio do Prêmio PVE cujo regulamento e temáticas são atualizadas e comunicadas durante o período de inscrição específico.

6. METAS

O instrumento principal de desenvolvimento e avaliação do resultado do programa é a **Matriz de Competências PVE**

MATRIZ DE COMPETÊNCIAS DE GESTÃO DO PVE	
FRENTES	COMPETÊNCIAS
APOIO À GESTÃO Gestão Educacional e Gestão Escolar	<ul style="list-style-type: none">· Processos da Gestão· Registro e Documentação· Acompanhamento das Aprendizagens· Constituição de equipe colaborativa· Parcerias e mobilização social· Articulação das ações da escola e as políticas da rede· Formação continuada· Gestão de Recursos
MOBILIZAÇÃO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none">· Conhecimento sobre educação· Atitude e disposição para agir· Estrutura de uma rede social local pela educação· Volatilidade de rede local pela educação· Abrangência na rede local pela educação

Fonte: Instituto Votorantim

A matriz está estruturada nas frentes de atuação supracitadas que compõem o PVE, cada uma delas envolvendo atores específicos/públicos participantes sobre os quais o programa incide para promover os avanços educacionais.

A partir da aplicação da matriz, constata-se quais são os passos que o Município deve dar para chegar ao nível **ideal de maturidade** que contribui para gerar avanços educacionais cada vez mais significativos.

Para cada competência, são apresentadas as habilidades que o Programa PVE procura fortalecer, atuando na qualificação dos envolvidos por meio de diferentes estratégias formativas. Por sua vez, as habilidades previstas para cada competência são crescentes em relação ao seu aprofundamento e qualificação, de modo a refletir os avanços esperados pelo



PVE, conforme apresentado na tabela de detalhamento das competências por público participante do programa.

GESTÃO EDUCACIONAL	
Público participante: Gestores Educacionais/GEDU (Secretária e Secretário de Educação e Equipes Técnicas)	
Processos de gestão	Apropriação pela direção escolar dos processos de gestão, grau de autonomia com que são executados e participação da comunidade escolar em instâncias de planejamento.
Registro e Documentação	Apropriação pela direção escolar do uso de registros e documentação dos processos e práticas da escola
Acompanhamento das aprendizagens:	Apropriação pela direção escolar do acompanhamento dos resultados de aprendizagem dos alunos por meio dos dados educacionais disponíveis.
Constituição de equipe colaborativa:	Compreensão pela direção escolar da importância de trabalhar em equipe, nos planejamentos, decisões e ações da escola.
Parcerias e mobilização social	Compreensão pela direção escolar da importância, da participação dos alunos e da família nos planejamentos, decisões e ações da escola.
Escola e as políticas de educação da rede	Capacidade da direção escolar compreender a integração e a articulação dos projetos da escola (PPP, Projetos didáticos e institucionais, Proposta Pedagógica da escola) e as políticas de educação da rede municipal.
Formação continuada	Preocupação da direção escolar por meio da gestão pedagógica em garantir a formação continuada dos seus profissionais
Gestão de recursos	Capacidade da direção escolar de gerenciar os recursos financeiros, humanos e infraestrutura (materiais, espaço e equipamentos) da escola, com foco na aprendizagem.



GESTÃO ESCOLAR

Público participante: Gestores Escolares/GESC

(Diretores/as e Coordenadores/as Pedagógicos/as)

Processos de gestão	Apropriação pela direção escolar dos processos de gestão, grau de autonomia com que são executados e participação da comunidade escolar em instâncias de planejamento
Registro e Documentação	Apropriação pela direção escolar do uso de registros e documentação dos processos e práticas da escola.
Acompanhamento das aprendizagens	Apropriação pela direção escolar do acompanhamento dos resultados de aprendizagem dos alunos por meio dos dados educacionais disponíveis.
Constituição de equipe colaborativa	Compreensão pela direção escolar da importância de trabalhar em equipe, nos planejamentos, nas decisões e ações da escola.
Parcerias e mobilização social	Compreensão pela direção escolar da importância, da participação dos alunos e da família nos planejamentos, decisões e ações da escola.
Escola e as políticas de educação da rede	Capacidade da direção escolar compreender a integração e a articulação dos projetos da escola (PPP, Projetos didáticos e institucionais, proposta pedagógica da escola) e as políticas de educação da rede municipal.
Formação continuada	Preocupação da direção escolar por meio da gestão pedagógica em garantir a formação continuada dos seus profissionais.
Gestão de recursos	Capacidade da direção escolar de gerenciar os recursos financeiros, humanos e infraestrutura (materiais, espaço e equipamentos) da escola, com foco na aprendizagem.



MOBILIZAÇÃO	
Público participante: Comunidade Escolar/MOB (comunidade local, como famílias, lideranças locais, organizações sociais e afins)	
Conhecimento	do indivíduo sobre a educação: conhecimento geral sobre a qualidade da educação no Município e sobre ações em curso para a sua melhoria.
Atitude	do indivíduo pela educação: disposição em atuar pela educação e mobilizar outros pela causa.
Estrutura	da rede local pela educação: atuação coletiva e diversificada de pessoas e de organizações que trabalham conjuntamente e com alto grau de confiança em prol da educação.
Vitalidade	da rede local pela educação: capacidade de produzir resultados e de gerar impacto com continuidade das ações coletivas; boa capacidade de comunicação e de interação na rede, abertura para novos integrantes e grau de autonomia da rede.
Cobertura	da rede local pela educação: abrangência territorial da rede e diversidade de público envolvido e impactado nas ações realizadas.

Na metodologia PVE, as competências são avaliadas em 4 níveis, nomeadamente: Frágil; Em Consolidação; Consolidado e Robusto.

A métrica utilizada para a avaliação na evolução das competências considera os seguintes critérios:

Nível	Faixas	Metas
Frágil	1 a 2,50	8
Em consolidação	2,5000001 a 3,0	11
Em consolidação +	3,0000001 a 3,25	10
Consolidado	3,2500001 a 3,50	7
Consolidado +	3,5000001 a 3,70	3
Robusto	3,7000001 a 4	Manter

Para os municípios consolidados e robustos poderão ser realizadas análises sobre possíveis customizações de resultados, para os demais municípios, os parâmetros seguirão os mesmos indicados na tabela acima.



7. VIGÊNCIA

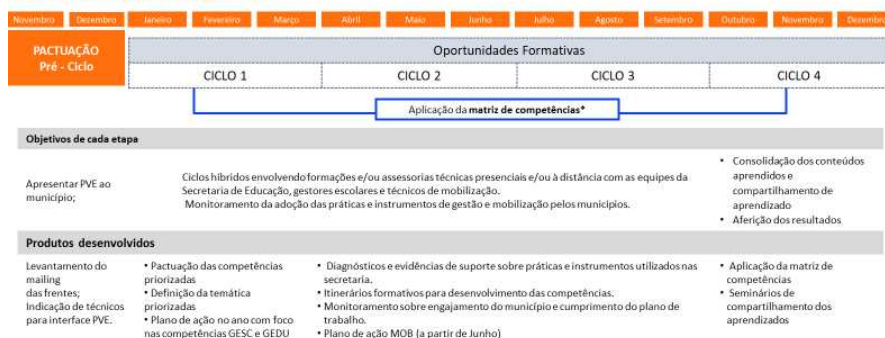
Previsão de até 4 anos de implementação do programa para alcance dos resultados esperados na metodologia PVE considerando como ano 1 2024, ano 2 2025, ano 3 2026 e ano 4 2027. 2023 está sendo considerado para início do planejamento das atividades do programa.

8. PREVISÃO DE INÍCIO E FIM DA EXECUÇÃO DO OBJETO, BEM ASSIM DA CONCLUSÃO DAS ETAPAS OU FASES PROGRAMADAS - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O PVE tem atuação organizada de forma anual dividida em 4 ciclos considerando atuação remota e presencial.

Todos os anos o programa inicia com a pactuação dos desafios educacionais do município, análise e priorização da matriz de competências e finaliza com a aplicação da Matriz de Competências para aferição dos avanços dos resultados esperados conforme figura abaixo:

Operação do Programa





DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico do Município de Monte Mor

(Lei Municipal nº 2.630, de 14 de agosto de 2018 e regulamentada pelo Decreto nº 5073, de 12 de setembro de 2019)

é uma publicação da Prefeitura de Monte Mor. Site: www.montemor.sp.gov.br CONTEÚDO:

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade das secretarias e órgãos públicos emissores.

Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor.

Para informações sobre como contatar o órgão emissor, ligue para (19) 3879-9000.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO:

Edição, diagramação e Publicação Eletrônica.

E-mail: diario.oficial@montemor.sp.gov.br



Sumário

PODER EXECUTIVO	1
<i>DECRETOS</i>	1
<i>PORTARIAS</i>	9



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Janeiro de 2024 | Ano III | Edição 863

PODER EXECUTIVO

DECRETOS

DECRETO N° 6183 DE 24 DE JANEIRO DE 2024



DECRETO N° 6183 de 24 de janeiro de 2024.

“Dispõe sobre a revalidação da aprovação dos planos e projetos de loteamento “Parque Central Park Monte Mor III”, e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

DECRETA:

Artigo 1º. - Ficam revalidados o prazo previsto no artigo 18, Inciso V, da Lei Federal 6766/1979 que dispõe sobre o loteamento de solo urbano e dá outras providências, para as obras aprovadas, relativos aos planos de arruamento e loteamento denominado **“Parque Central Park Monte Mor III”**, de propriedade da **“Terra de Ouro Empreendimentos Imobiliários LTDA”**, inscrita no CNPJ sob n°. 42.866.501/0001-03, a ser implantado no imóvel objeto da Matrícula N° 26.716 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor/SP, com área total de 584.042,00 m², em conformidade com memoriais descritivos, plantas e projetos arquivados junto à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Certificado do GRAPOHAB n°. 295/2022, em conformidade ao **Decreto n° 5802 de 03 de novembro de 2022**.

Artigo 2º. - A revalidação mencionada no Artigo 1º é de 180 dias, contados da publicação deste instrumento.

Artigo 3º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 24 de janeiro de 2024.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, publicado no Diário Oficial do Município e afixado em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



DECRETO nº 6184, de 24 de janeiro de 2023

“Declara Utilidade Pública, para fins de desapropriação futura, nas formas das leis vigentes, em especial no que condiz a Lei Federal 14.133/2021, e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941;

CONSIDERANDO a necessidade de ampliação na via de acesso, bem como, de necessárias obras para melhorias na mobilidade urbana;

CONSIDERANDO a Lei Federal 14.133 de 2021, que passa a permitir, que a desapropriação precedente de declaração de utilidade pública poderá se dar quando do processo licitatório para realização da obra de engenharia;

DECRETA:

Art. 1º Fica Declarada a Utilidade Pública, para fins de desapropriação na forma legal, as devidas áreas descritas:

- I- Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 5, junto ao imóvel denominado Fazenda São Bento - Gleba A, objeto da matrícula nº 20.692 deste Oficial; deste, segue confrontando com a Faixa Ocupada pelo Município de Monte Mor/SP, com o seguinte azimuth e distância: 140°24'32" e 10,17 m (dez metros e dezessete centímetros) até o vértice **cerca 28**; deste, deflete à direita e segue confrontando com o imóvel denominado Fazenda São Bento - Gleba B, objeto da matrícula nº 20.693 deste Oficial, com os seguintes azimuths e distâncias: 274°17'21" e 26,07 m (vinte e seis metros e sete centímetros) até o vértice **104**; 267°35'22" e 58,75 m (cinquenta e oito metros e setenta e cinco centímetros) até o vértice **103**; 266°31'23" e 57,84 m (cinquenta e sete metros e oitenta e quatro centímetros) até o vértice **102**; 267°18'05" e 115,09 m (cento e quinze metros e nove centímetros) até o vértice **101**; 263°20'30" e 104,76 m (cento e quatro metros e setenta e seis centímetros) até o vértice **100**; 265°16'29" e 102,64 m (cento e dois metros e sessenta e quatro centímetros) até o vértice **99**; 283°39'32" e 26,18 m (vinte e seis metros e dezoito centímetros) até o vértice **98**; 286°56'35" e 12,57 m (doze metros e cinquenta e sete centímetros) até o vértice **97**; 287°18'06" e 6,36 m (seis metros e trinta e seis centímetros) até o vértice **96**; 263°16'04" e 3,11 m (três metros e onze centímetros) até o vértice **95**; 234°48'45" e 4,53 m (quatro metros e cinquenta e três centímetros) até o vértice **94**; 222°39'31" e 2,47 m (dois metros e quarenta e sete centímetros) até o vértice **93**; 215°04'32" e 2,74 m (dois metros e setenta e quatro centímetros) até o vértice **92**; 186°19'19" e 2,29 m (dois metros e vinte e nove centímetros) até o vértice **91**; 195°48'28" e 3,90 m (três metros e noventa centímetros) até o vértice **90**; 197°02'27" e 21,47 m (vinte e um metros e quarenta e



sete centímetros) até o vértice **89**; 200°02'30" e 11,73 m (onze metros e setenta e três centímetros) até o vértice **88**; 203°43'43" e 25,02 m (vinte e cinco metros e dois centímetros) até o vértice **87**; 207°22'15" e 59,41 m (cinquenta e nove metros e quarenta e um centímetros) até o vértice **86**; 208°28'45" e 57,36 m (cinquenta e sete metros e trinta e seis centímetros) até o vértice **85**; 208°05'50" e 37,28 m (trinta e sete metros e vinte e oito centímetros) até o vértice **84**; 208°59'06" e 32,72 m (trinta e dois metros e setenta e dois centímetros) até o vértice **83**; 208°09'57" e 24,13 m (vinte e quatro metros e treze centímetros) até o vértice **82**; 205°23'49" e 20,28 m (vinte metros e vinte e oito centímetros) até o vértice **81**; 201°32'48" e 7,99 m (sete metros e noventa e nove centímetros) até o vértice **80**; 199°04'11" e 8,10 m (oito metros e dez centímetros) até o vértice **79**; 198°41'57" e 99,27 m (noventa e nove metros e vinte e sete centímetros) até o vértice **78**; 195°56'24" e 11,83 m (onze metros e oitenta e três centímetros) até o vértice **77**; 191°18'16" e 16,57 m (dezesseis metros e cinquenta e sete centímetros) até o vértice **76**; 185°37'53" e 10,35 m (dez metros e trinta e cinco centímetros) até o vértice **75**; 180°07'34" e 14,39 m (quatorze metros e trinta e nove centímetros) até o vértice **74**; 176°38'46" e 16,45 m (dezesseis metros e quarenta e cinco centímetros) até o vértice **73**; 169°14'21" e 20,41 m (vinte metros e quarenta e um centímetros) até o vértice **72**; deste, deflete à direita e segue confrontado com a Faixa Ocupada pelo Município de Monte Mor/SP, com o azimute e distância: 293°10'00" e 8,44 m (oito metros e quarenta e quatro centímetros) até o vértice **144**; deste, deflete à direita e segue confrontando com o imóvel denominado Fazenda São Bento - Gleba C, objeto da matrícula nº 20.695 deste Oficial, com os seguintes azimutes e distâncias: 349°14'21" e 16,16 m (dezesseis metros e dezesseis centímetros) até o vértice **143**; 356°38'45" e 17,12 m (dezessete metros e doze centímetros) até o vértice **142**; 0°07'36" e 14,94 m (quatorze metros e noventa e quatro centímetros) até o vértice **141**; 5°37'51" e 11,03 m (onze metros e três centímetros) até o vértice **140**; 11°18'15" e 17,20 m (dezessete metros e vinte centímetros) até o vértice **139**; 15°56'25" e 12,32 m (doze metros e trinta e dois centímetros) até o vértice **138**; 18°41'59" e 66,72 m (sessenta e seis metros e setenta e dois centímetros) até o vértice **137**; 18°42'00" e 21,24 m (vinte e um metros e vinte e quatro centímetros) até o vértice **136**; 19°42'00" e 11,35 m (onze metros e trinta e cinco centímetros) até o vértice **135**; 19°04'11" e 8,39 m (oito metros e trinta e nove centímetros) até o vértice **134**; 21°32'49" e 8,38 m (oito metros e trinta e oito centímetros) até o vértice **133**; 25°23'50" e 20,68 m (vinte metros e sessenta e oito centímetros) até o vértice **132**; 28°09'58" e 24,35 m (vinte e quatro metros e trinta e cinco centímetros) até o vértice **131**; 28°59'06" e 32,72 m (trinta e dois metros e setenta e dois centímetros) até o vértice **130**; 28°05'50" e 37,25 m (trinta e sete metros e vinte e cinco centímetros) até o vértice **129**; 28°28'45" e 57,32 m (cinquenta e sete metros e trinta e dois centímetros) até o vértice **128**; 27°22'15" e 59,12 m (cinquenta e nove metros e doze centímetros) até o vértice **127**; 23°43'44" e 24,57 m (vinte e quatro metros e cinquenta e sete centímetros) até o vértice **126**; 20°02'31" e 11,32 m (onze metros e trinta e dois centímetros) até o vértice **125**; 17°02'27" e 21,22 m (vinte e um metros e vinte e dois centímetros) até o vértice **124**; 15°48'30" e 3,24 m (três metros e vinte e quatro centímetros) até o vértice **123**; 6°19'12" e 2,42 m (dois metros e quarenta e dois centímetros) até o vértice **122**; 349°31'32" e 2,05 m (dois metros e cinco centímetros) até o vértice **121**; 336°53'42" e 1,65 m (um metro e sessenta e cinco centímetros) até o vértice **120**; 334°30'06" e



3,64 m (três metros e sessenta e quatro centímetros) até o vértice **119**; 328°19'14" e 5,72 m (cinco metros e setenta e dois centímetros) até o vértice **118**; 320°03'39" e 9,83 m (nove metros e oitenta e três centímetros) até o vértice **117**; 323°51'55" e 7,37 m (sete metros e trinta e sete centímetros) até o vértice **116**; 327°02'57" e 13,82 m (treze metros e oitenta e dois centímetros) até o vértice **115**; 330°28'16" e 20,44 m (vinte metros e quarenta e quatro centímetros) até o vértice **112**; 334°22'14" e 27,59 m (vinte e sete metros e cinquenta e nove centímetros) até o vértice **113**; deste, deflete à direita e segue confrontando com à Faixa de Domínio Público - Fazenda do Estado (largura de 15,00 m da margem) do Rio Capivari, com o seguinte azimuth e distância: 68°00'55" e 4,94 m (quatro metros e noventa e quatro centímetros) até o vértice **19**; deste, deflete à direita e segue confrontando com o imóvel denominado Fazenda São Bento - Gleba A, objeto da matrícula nº 20.692 deste Oficial, com os seguintes azimutes e distâncias: 152°03'39" e 24,00 m (vinte e quatro metros) até o vértice **18**; 150°10'59" e 22,69 m (vinte e dois metros e sessenta e nove centímetros) até o vértice **17**; 145°07'32" e 15,32 m (quinze metros e trinta e dois centímetros) até o vértice **16**; 139°09'49" e 10,65 m (dez metros e sessenta e cinco centímetros) até o vértice **15**; 120°20'13" e 9,23 m (nove metros e vinte e três centímetros) até o vértice **14**; 106°38'46" e 19,79 m (dezenove metros e setenta e nove centímetros) até o vértice **13**; 102°58'18" e 17,37 m (dezessete metros e trinta e sete centímetros) até o vértice **12**; 102°58'18" e 20,56 m (vinte metros e cinquenta e seis centímetros) até o vértice **11**; 85°16'28" e 101,44 m (cento e um metros e quarenta e quatro centímetros) até o vértice **10**; 83°08'09" e 104,92 m (cento e quatro metros e noventa e dois centímetros) até o vértice **9**; 87°29'24" e 115,27 m (cento e quinze metros e vinte e sete centímetros) até o vértice **8**; 86°31'23" e 57,85 m (cinquenta e sete metros e oitenta e cinco centímetros) até o vértice **7**; 87°35'22" e 58,99 m (cinquenta e oito metros e noventa e nove centímetros) até o vértice **6**; 90°20'41" e 21,32 m (vinte e um metros e trinta e dois centímetros) até o vértice **5**, ponto inicial da descrição deste perímetro de 2.238,18m (dois mil, duzentos e trinta e oito metros e dezoito centímetros), errando uma área de 0,7826ha (setenta e oito ares e vinte e seus centiares).

- II- Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **63**, junto ao Sítio Taquara Branca – Gleba 2, objeto da matrícula nº 59.317 do Registro de Imóveis de Capivari; deste, segue confrontando com o Sítio Taquara Branca – Gleba 2, objeto da matrícula nº 59.317 deste Registro, com os seguintes azimutes e distâncias: 320°04'50" e 12,46 m (doze metros e quarenta e seis centímetros) até o vértice **62**; 322°22'02" e 17,43 m (dezessete metros e quarenta e três centímetros) até o vértice **61**; 315°48'25" e 7,03 m (sete metros e três centímetros) até o vértice **60**; 300°52'49" e 16,46 m (dezesseis metros e quarenta e seis centímetros) até o vértice **59**; 290°02'14" e 6,33 m (seis metros e trinta e três centímetros) até o vértice **58**; 286°11'20" e 54,30 m (cinquenta e quatro metros e trinta centímetros) até o vértice **57**; 300°08'09" e 14,36 m (quatorze metros e trinta e seis centímetros) até o vértice **56**; 327°24'38" e 17,47 m (dezessete metros e quarenta e sete centímetros) até o vértice **55**; 334°17'01" e 20,53 m (vinte metros e cinquenta e três centímetros) até o vértice **54**; 337°27'25" e 14,92 m (quatorze metros e noventa e dois centímetros) até o vértice **53**; 346°34'25" e 14,13 m (quatorze metros e treze centímetros) até o vértice **52**; 345°09'55" e 70,15 m (setenta metros e quinze centímetros) até o



vértice **51**; 345°47'08" e 43,66 m (quarenta e três metros e sessenta e seis centímetros) até o vértice **50**; 344°31'00" e 28,62 m (vinte e oito metros e sessenta e dois centímetros) até o vértice **49**; 338°56'29" e 17,48 m (dezessete metros e quarenta e oito centímetros) até o vértice **48**; 336°10'26" e 34,53 m (trinta e quatro metros e cinquenta e três centímetros) até o vértice **47**; 334°27'20" e 120,01 m (cento e vinte metros e um centímetro) até o vértice **46**; 334°25'11" e 132,20 m (centos e trinta e dois metros e vinte centímetros) até o vértice **45**; 335°59'27" e 63,58 m (sessenta e três metros e cinquenta e oito centímetros) até o vértice **44**; 330°37'44" e 30,24 m (trinta metros e vinte e quatro centímetros) até o vértice **43**; 328°09'47" e 17,67 m (dezessete metros e sessenta e sete centímetros) até o vértice **42**; 324°12'41" e 45,90 m (quarenta e cinco metros e noventa centímetros) até o vértice **41**; 322°17'58" e 16,14 m (dezesseis metros e quatorze centímetros) até o vértice **40**; 322°41'56" e 158,13 m (cento e cinquenta e oito metros e treze centímetros) até o vértice **39**; 326°37'58" e 64,45 m (sessenta e quatro metros e quarenta e cinco centímetros) até o vértice **38**; 323°07'07" e 9,96 m (nove metros e noventa e seis centímetros) até o vértice **37**; 317°05'50" e 17,58 m (dezessete metros e cinquenta e oito centímetros) até o vértice **36**; 311°51'58" e 45,01 m (quarenta e cinco metros e um centímetro) até o vértice **35**; 314°54'31" e 123,96 m (cento e vinte e três centímetros) até o vértice **34**; 315°01'12" e 20,26 m (vinte metros e vinte e seis centímetros) até o vértice **33**; 311°03'26" e 33,94 m (trinta e três metros e noventa e quatro centímetros) até o vértice **32**; 308°06'53" e 9,85 m (nove metros e oitenta e cinco centímetros) até o vértice **31**; 303°56'44" e 9,33 m (nove metros e trinta e três centímetros) até o vértice **30**; 301°12'35" e 25,57 m (vinte e cinco metros e cinquenta e sete centímetros) até o vértice **29**; 298°09'24" e 47,17 m (quarenta e sete metros e dezessete centímetros) até o vértice **28**; deste, deflete à direita e segue confrontando com a Faixa ocupada pelo Município de Monte Mor/SP, com o seguinte azimute e distância: 31°10'39" e 14,01 m (quatorze metros e um centímetro) até o vértice **20**; deste, deflete à direita, e segue confrontando com o Sítio Taquara Branca – Gleba 1, objeto da matrícula nº 59.316, deste Registro, com os seguintes azimutes e distâncias: 118°09'51" e 47,12 m (quarenta e sete metros e doze centímetros) até o vértice **19**; 121°11'57" e 26,29 m (vinte e seis metros e vinte e nove centímetros) até o vértice **18**; 124°01'05" e 10,17 m (dez metros e dezessete centímetros) até o vértice **17**; 128°06'01" e 10,71 m (dez metros setenta e um centímetros) até o vértice **16**; 131°02'46" e 33,53 m (trinta e três metros e cinquenta e três centímetros) até o vértice **15**; 78°55'29" e 150,34 m (cento e cinquenta metros e trinta e quatro centímetros) até o vértice **14**; 83°33'14" e 25,12 m (vinte cinco metros e doze centímetros) até o vértice **13**; 94°08'25" e 9,70 m (nove metros e setenta centímetros) até o vértice **12**; 98°02'49" e 86,72 m (oitenta e seis metros e setenta e dois centímetros) até o vértice **11**; deste, deflete à direita e segue confrontando com a Faixa de Domínio Público – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo a 15,00 m (quinze metros) da margem do Rio Capivari, com o seguinte azimute e distância: 200°35'25" e 14,34 m (quatorze metros e trinta e quatro centímetros) até o vértice **81**; deste, deflete à direita e segue confrontado com o Sítio Taquara Branca – Gleba 3, objeto da matrícula nº 59.318, deste Registro, com os seguintes azimutes e distâncias: 278°02'54" e 83,14 m (oitenta e três metros e quatorze centímetros) até o vértice **80**; 274°07'37" e 7,92 m (sete metros e noventa e dois centímetros) até o vértice **79**; 263°33'13" e 23,25 m (vinte e três metros e vinte cinco centímetros) até o vértice **78**;



258°55'38" e 140,27 m (cento e quarenta metros e vinte e sete centímetros) até o vértice 77; 134°54'42" e 128,62 m (centos e vinte e oito metros e sessenta e dois centímetros) até o vértice 99; 131°52'01" e 45,28 m (quarenta e cinco metros e vinte e oito centímetros) até o vértice 98; 137°05'39" e 18,96 m (dezoito metros e noventa e seis centímetros) até o vértice 97; 143°06'34" e 11,13 m (onze metros e treze centímetros) até o vértice 96; 146°37'54" e 62,74 m (sessenta e dois metros e setenta e quatro centímetros) até o vértice 95; 142°44'40" e 159,26 m (cento e cinquenta e nove metros e vinte e seis centímetros) até o vértice 94; 142°16'00" e 16,32 m (dezesseis metros e trinta e dois centímetros) até o vértice 93; 144°13'00" e 46,62 m (quarenta e seis metros e sessenta e dois centímetros) até o vértice 92; 148°04'00" e 17,73 m (dezessete metros e setenta e três centímetros) até o vértice 91; deste, segue confrontando com o Sítio São João do Estoril, objeto da matrícula nº 33.250, deste Registro, com os seguintes azimutes e distâncias: 150°37'29" e 31,91 m (trinta e um metros e noventa e um centímetros) até o vértice 59; 155°59'27" e 64,04 m (sessenta e quatro metros e quatro centímetros) até o vértice 58; 154°25'05" e 132,39 m (cento e trinta e dois metros e trinta e nove centímetros) até o vértice 57; 154°27'34" e 119,86 m (cento e dezenove metros e oitenta e seis centímetros) até o vértice 56; 156°09'58" e 35,08 m (trinta e cinco metros e oito centímetros) até o vértice 55; 158°57'04" e 17,04 m (dezessete metros e quatro centímetros) até o vértice 120; deste, segue confrontando com o Sítio Taquara Branca – Gleba 4, objeto da matrícula nº 59.319, deste Registro, com os seguintes azimutes e distâncias: 164°15'12" e 30,90 m (trinta metros e noventa centímetros) até o vértice 119; 165°46'30" e 43,74 m (quarenta e três metros e setenta e quatro centímetros) até o vértice 118; 165°10'14" e 70,25 m (setenta metros e vinte e cinco centímetros) até o vértice 117; 166°35'07" e 13,19 m (treze metros e dezenove centímetros) até o vértice 116; 157°27'09" e 13,40 m (treze metros e quarenta centímetros) até o vértice 115; 154°16'16" e 19,30 m (dezenove metros e trinta centímetros) até o vértice 114; 147°24'09" e 13,23 m (treze metros e vinte e três centímetros) até o vértice 113; 120°10'02" e 9,25 m (nove metros e vinte e cinco centímetros) até o vértice 112; 106°11'40" e 53,07 m (cinquenta e três metros e sete centímetros) até o vértice 111; 110°03'41" e 8,13 m (oito metros e treze centímetros) até o vértice 110; 120°51'13" e 19,62 m (dezenove metros e sessenta e dois centímetros) até o vértice 109; 135°50'15" e 9,67 m (nove metros e sessenta e sete centímetros) até o vértice 108; 142°23'21" e 16,55 m (dezesseis metros e cinquenta e cinco centímetros) até o vértice 107; deste, deflete à direita e segue confrontando com o Faixa Ocupada pelo Município de Monte Mor/SP, com o seguinte azimuth e distância: 186°04'59" e 19,54 m (dezenove metros e cinquenta e quatro centímetros) até o vértice 63, ponto inicial da descrição deste perímetro, fechando-se assim, o polígono, perfazendo uma área de 2,2963 há (dois hectares, vinte e nove ares e sessenta e três centiares) e perímetro de 3,310,26 m (três mil, trezentos e dez metros e vinte e seis centímetros).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 24 de janeiro de 2024.

Rua Francisco Glicério, 399 - Centro - Monte Mor - SP - 13190-000 - PABX: (19) 3879-9000 - www.montemor.sp.gov.br
Estado de São Paulo - CNPJ 45.787.652/0001-56



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 24 de Janeiro de 2024 | Ano III | Edição 863

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral



DECRETO nº 6185, de 24 de janeiro de 2024.

“Revoga o Decreto nº 5879, de 18 de janeiro de 2023, e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o Decreto 5879 de 18 de janeiro de 2023, que regulamentava o teletrabalho na Procuradoria Geral do Município;

CONSIDERANDO o crescente volume de demandas e atendimentos a serem realizados de forma presencial;

CONSIDERANDO a entrada em vigor da nova legislação de licitações, que demandará de maior esforço da Procuradoria;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto 5879, de 18 de janeiro de 2023.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 24 de janeiro de 2024.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral



PORTARIAS

PORTARIA Nº 7460 DE 24 DE JANEIRO DE 2024



Portaria nº 7460 de 24 de janeiro de 2024.

“Dispõe sobre o Adicional Por Tempo de Serviço.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006, o Adicional Por Tempo de Serviço aos servidores abaixo relacionados:

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Quinquênio:</u>
2667	Janaina Aparecida Ferreira de Oliveira	Aux. de Enfermagem – ESF	02º
2735	Karen Regina de Oliveira de Mattos	Agente Comunitário de Saúde	02º
7605	Jorge Antonio de Oliveira Souza	PEB II – Matemática	03º
3304	Cristiane de Oliveira Rodrigues Limeira	Educador Social	01º
1243	Stanley Estevam de Melo	Chefe de Frota	06º
2785	Elisângela Roberta Alves Ferreira	Agente Comunitário de Saúde	02º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2024.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 24 de janeiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7461 de 24 de janeiro de 2024.

“Dispõe sobre o Adicional Por Tempo de Serviço.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006, o Adicional Por Tempo de Serviço aos servidores abaixo relacionados:

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Quinquênio:</u>
2741	Natalia Marinho Copola Filha	Agente Comunitário de Saúde	02º
2448	Janice Cristina da Silva	Atendente da Casa Abrigo	02º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de janeiro de 2024.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 24 de janeiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7462 de 24 de janeiro de 2024.

“Dispõe sobre o Adicional Por Tempo de Serviço.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006, o Adicional Por Tempo de Serviço ao servidor abaixo relacionado:

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Quinquênio:</u>
2721	Conceição Pacheco dos Santos	Agente Comunitário de Saúde	02º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de janeiro de 2024.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 24 de janeiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7463 de 24 de janeiro de 2024.

“Dispõe sobre o Adicional Por Tempo de Serviço.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006, o Adicional Por Tempo de Serviço aos servidores abaixo relacionados:

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Quinquênio:</u>
2825	Rosângela da Silva Pacheco Felix	Recepcionista	02º
2447	Andreia da Silva Alexandre	Atendente da Casa Abrigo	02º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de janeiro de 2024.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 24 de janeiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7464 de 24 de janeiro de 2024.
“Dispõe sobre o Adicional Por Tempo de Serviço.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006, o Adicional Por Tempo de Serviço aos servidores abaixo relacionados:

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Quinquênio:</u>
2415	Magali Aparecida Ribeiro Brito	Cuidador de Criança	02º
2749	Cleide Gonçalves de Freitas	Agente Comunitário de Saúde	02º
2901	Nelson Peres Junior	Médico Dermatologista	02º
1363	Alcides Dias da Silva	Guarda Civil Municipal	06º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de janeiro de 2024.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 24 de janeiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7465 de 24 de janeiro de 2024.

“Dispõe sobre o Adicional Por Tempo de Serviço.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006, o Adicional Por Tempo de Serviço aos servidores abaixo relacionados:

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Quinquênio:</u>
2777	Rubens Oliveira Bastos	Agente Comunitário de Saúde	02º
7249	Henrique Maluf	PEB II – Matemática	03º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de janeiro de 2024.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 24 de janeiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7466 de 24 de janeiro de 2024.

“Dispõe sobre o Adicional Por Tempo de Serviço.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006, o Adicional Por Tempo de Serviço aos servidores abaixo relacionados:

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Quinquênio:</u>
1391	Jose Maria Vicente Cruz	Encarregado de Almoxarife	06º
7790	Rosana Alencar Gardel Silva	Diretor de Escola	03º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de janeiro de 2024.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 24 de janeiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7467 de 24 de janeiro de 2024.

“Dispõe sobre o Adicional Por Tempo de Serviço.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006, o Adicional Por Tempo de Serviço ao servidor abaixo relacionado:

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Quinquênio:</u>
7483	Sandra Mara Costa Marques	Diretor de Escola	06º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de janeiro de 2024.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 24 de janeiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7468 de 24 de janeiro de 2024.

“Dispõe sobre o Adicional Por Tempo de Serviço.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006, o Adicional Por Tempo de Serviço ao servidor abaixo relacionado:

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Quinquênio:</u>
2420	Jaciara Aparecida dos Santos Salvo	Cuidador de Criança	02º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de janeiro de 2024.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 24 de janeiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7469 de 24 de janeiro de 2024.

“Dispõe sobre o Adicional Por Tempo de Serviço.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006, o Adicional Por Tempo de Serviço ao servidor abaixo relacionado:

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Quinquênio:</u>
2424	Belmira Patricia Amaral de Lima	Cuidador de Criança	02º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de janeiro de 2024.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 24 de janeiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7470 de 24 de janeiro de 2024.
“Dispõe sobre o Adicional Por Tempo de Serviço.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006, o Adicional Por Tempo de Serviço aos servidores abaixo relacionados:

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Quinquênio:</u>
7647	Maria Pereira de Barros Silva	PDI	03º
2451	Edina Aparecida Honorio Bette	Assistente Social	02º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de janeiro de 2024.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 24 de janeiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7471 de 24 de janeiro de 2024.

“Dispõe sobre o Adicional Por Tempo de Serviço.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006, o Adicional Por Tempo de Serviço ao servidor abaixo relacionado:

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Quinquênio:</u>
7708	Andressa de Sousa Rodrigues Mesko	Diretor de Escola	04º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de janeiro de 2024.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 24 de janeiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7472 de 24 de janeiro de 2024.
“Dispõe sobre o Adicional Por Tempo de Serviço.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006, o Adicional Por Tempo de Serviço aos servidores abaixo relacionados:

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Quinquênio:</u>
9116	Sandra Cristina de Souza Henriques	PDI	03º
2719	Edijane de Lemos Solano Ramos Videira	Agente Comunitário de Saúde	02º
7516	Danielle Mariana da Conceição Barboza	PEB I	02º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de janeiro de 2024.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 24 de janeiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7473 de 24 de janeiro de 2024.

“Dispõe sobre o Adicional Por Tempo de Serviço.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006, o Adicional Por Tempo de Serviço ao servidor abaixo relacionado:

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Quinquênio:</u>
2682	Suellen Basso de Lima	Enfermeira – ESF	02º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de janeiro de 2024.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 24 de janeiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7474 de 24 de janeiro de 2024.

“Dispõe sobre o Adicional Por Tempo de Serviço.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006, o Adicional Por Tempo de Serviço aos servidores abaixo relacionados:

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Quinquênio:</u>
7636	Valeria Cristina de Paula	Diretor de Escola	05º
2767	Francieli Stangari dos Santos Silva	Agente Comunitário de Saúde	02º
2779	Monica Fernanda Teodoro Andrade	Agente Comunitário de Saúde	02º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de janeiro de 2024.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 24 de janeiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7475 de 24 de janeiro de 2024.

“Dispõe sobre o Adicional Por Tempo de Serviço.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006, o Adicional Por Tempo de Serviço ao servidor abaixo relacionado:

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Quinquênio:</u>
1362	Edson Aparecido Rodrigues de Castro	Guarda Civil Municipal	06º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de janeiro de 2024.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 24 de janeiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7476 de 24 de janeiro de 2024.
“Dispõe sobre o Adicional Por Tempo de Serviço.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006, o Adicional Por Tempo de Serviço ao servidor abaixo relacionado:

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Quinquênio:</u>
2500	Luiza de Lima	Auxiliar de Serviços	02º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de janeiro de 2024.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 24 de janeiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7477 de 24 de janeiro de 2024.
“Dispõe sobre o Adicional Por Tempo de Serviço.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006, o Adicional Por Tempo de Serviço ao servidor abaixo relacionado:

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Quinquênio:</u>
2755	Quedma da Silva Martins	Agente Comunitário de Saúde	02º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de janeiro de 2024.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 24 de janeiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7478 de 24 de janeiro de 2024.

“Dispõe sobre retorno da licença sem remuneração”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica autorizada retornar da Licença Sem Remuneração a partir de 01 de fevereiro de 2024, a Sra. **Pâmela Thomaz Monteiro Garcia**, matrícula 7756, efetiva no cargo de PEB II – Ciências.

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 24 de janeiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico do Município de Monte Mor

(Lei Municipal nº 2.630, de 14 de agosto de 2018 e regulamentada pelo Decreto nº 5073, de 12 de setembro de 2019)

é uma publicação da Prefeitura de Monte Mor. Site: www.montemor.sp.gov.br CONTEÚDO:

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade das secretarias e órgãos públicos emissores.

Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor.

Para informações sobre como contatar o órgão emissor, ligue para (19) 3879-9000.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO:

Edição, diagramação e Publicação Eletrônica.

E-mail: diario.oficial@montemor.sp.gov.br



Sumário

PODER EXECUTIVO	1
<i>DECRETOS</i>	1
<i>PORTARIAS</i>	12
<i>DIVERSOS</i>	15
EXTRATO	52



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923

PODER EXECUTIVO

DECRETOS

DECRETO Nº 6197 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2024



DECRETO Nº 6197 de 20 de Fevereiro de 2024.

“Dispõe sobre a aprovação de loteamento, e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

DECRETA:

Artigo 1º. - Ficam aprovados os planos de arruamento e loteamento denominado “**JARDIM XINGU**”, de propriedade da empresa “**SÍTIO XINGU EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA**”, inscrita no CNPJ sob nº. 43.486.503/0001-21, a ser implantado no imóvel objeto da Matrícula Nº 28.804 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor/SP, com área total de 277.727,00 m², em conformidade com memoriais descritivos, plantas e projetos arquivados junto à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Certificado do GRAPOHAB nº. 170/2021.

Artigo 2º. - O loteamento será composto pelo total de 571 (quinhentos e setenta e um) lotes, com destinação **RESIDENCIAL**, 12 (doze) lotes de **USO MISTO**, que são os lotes 01 ao 12 da quadra A.

Artigo 3º. - As construções deverão obedecer aos recuos mínimos estabelecidos no Código de Obras do Município.

Artigo 4º. - O proprietário deverá cumprir integralmente todas as exigências da Prefeitura Municipal descritas a seguir:

- a)** promover a inscrição do loteamento no Registro Imobiliário na forma da legislação federal;
- b)** promover abertura de matrícula das áreas que no projeto constituem sistema de lazer, áreas verdes e áreas destinadas aos equipamentos urbanos e comunitários;
- c)** executar os ramais de ligações domiciliares de água e esgoto para cada lote, exceto se as redes forem implantadas nas calçadas;
- d)** construir dissipadores de energia nos sistemas de captação das águas pluviais nos pontos de lançamento a jusante para não causar danos ambientais;
- e)** não serão permitidas áreas públicas e lotes cujo desnível frontal seja inferior o meio-fio da rua lindeira;



f) não será permitida a construção nos lotes sem que todas as obras e exigências contidas no Decreto de aprovação forem cumpridas pelo loteador, vistoriadas e atestadas pelos órgãos competentes;

g) executar a recuperação e recomposição das áreas de preservação permanente com o plantio de mudas e vegetação nativa;

h) sinalizar o sistema viário e os acessos (horizontal e vertical) de acordo com o projeto aprovado pelo Setor de Trânsito desta Municipalidade, e a normas do Código Nacional de Trânsito vigentes;

i) executar a rede de energia elétrica e iluminação pública com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento, para o seu normal e imediato funcionamento, de acordo com as normas da Cia. Paulista de Força e Luz;

j) executar a rede de água e esgoto com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento, para o seu normal funcionamento, de acordo com as normas da Sabesp;

k) executar a interligação das redes de galerias de águas pluviais, guias, sarjetas e pavimentação asfáltica de acordo com os projetos aprovados;

l) executar a abertura de ruas, demarcação de lotes e terraplanagem;

m) cumprir integralmente as exigências contidas no certificado do GRAPROHAB nº170/2021.

Artigo 5º. - Após o cumprimento de todas as exigências a que alude o presente Decreto, bem como aquelas ditas pela Lei Complementar Nº. 044/2015 (dispõe sobre a revisão do parcelamento do solo), será expedido o devido alvará de recebimento do loteamento.

Artigo 6º. - O não cumprimento de quaisquer das exigências no Artigo anterior, importará na revogação da aprovação do loteamento e na adoção, por parte da Prefeitura Municipal, das medidas judiciais cabíveis.

Artigo 7º. - Os tributos incidentes sobre os lotes serão devidos a partir do Termo de Verificação de Obras – TVO ou ultrapassados 48 (quarenta e oito) meses da publicação deste Decreto, sendo de responsabilidade do loteador até que ele informe, através de documento hábil e após o registro do loteamento no Registro Imobiliário, os nomes de seus compradores, respeitadas as isenções concedidas por lei.

Artigo 8º. - Para garantia da execução das obras de infraestrutura do loteamento, orçadas em R\$ 13.976.732,38 (treze milhões, novecentos e setenta e seis mil, setecentos e trinta e dois reais e trinta e oito centavos), fica caucionado ao Município de Monte Mor/SP, em primeira e especial hipoteca, os lotes 01 a 13 da quadra A, de 14 a 27 da quadra B, de 01 a 20 da quadra F, lote 07 da quadra H, lote 32 da quadra J, lote 01 da quadra K, de 01 a 08 da quadra L, de 09 a 17 da quadra M, de 01 a 14 da quadra N, de 01 a 11 da quadra O, lote 16 da quadra Q, lote 24 da quadra R, lote 23 e 41 da quadra S, lotes 1, 12 e 27 da quadra T, lote 35 da quadra U e de 01 a 03 da quadra W, descritos e caracterizado na matrícula nº 28.804 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor,



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923



com área total de 23.449,53 m², avaliado em R\$ 14.069.718,00 (quatorze milhões, sessenta e nove mil, setecentos e dezoito reais), conforme laudo de avaliação apresentado.

Artigo 9º. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 20 de fevereiro de 2024.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, publicado no Diário Oficial do Município e afixado em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



DECRETO N° 6249, de 10 de abril de 2024.

“FORMALIZA A ADESAO DO MUNICIPIO DE MONTE MOR AO PROJETO “FACILITA SP – MUNICIPIOS INSTITUIDO PELA RESOLUCAO SDE N° 05, DE 12 DE MARÇO DE 2024, NO ÂMBITO DO DECRETO ESTADUAL N° 67.979, DE 25 DE SETEMBRO DE 2023”.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, a Lei Federal n° 13.874, de 20 de setembro de 2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece garantias de livre mercado, altera as Leis nos 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei n° 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943; revoga a Lei Delegada n° 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei n° 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei n° 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências;

CONSIDERANDO, a Lei estadual n° 17.530, de 11 de abril de 2022 (Código de Defesa do Empreendedor);

CONSIDERANDO, a Lei estadual n° 17.761, de 25 de setembro de 2023, que institui os procedimentos de licenciamento simplificado no Estado de São Paulo;

CONSIDERANDO, o Decreto estadual n° 67.979, de 25 de setembro de 2023, que institui os critérios e os procedimentos para a classificação de risco de atividades econômicas, regras para aprovação tácita e procedimento aplicável à constituição de ambiente regulatório experimental no âmbito do Estado de São Paulo,

CONSIDERANDO, o Decreto estadual n° 67.980, de 25 de setembro de 2023, que instituiu Comitê Estadual para Simplificação de Registro e Legalização de Empresas e Negócios do Estado de São Paulo – Comitê Falcita SP.

CONSIDERANDO, que a Resolução SDE n° 05, de 12 de março de 2024, instituiu o Projeto "Facilita SP-Municípios com o objetivo de fornecer apoio à implementação de medidas de incentivo à liberdade econômica e desburocratização em Municípios paulistas, por meio de ações de suporte para adequações normativas, integração tecnológica e melhoria processual;

DECRETA

Artigo 1° - O Município de Monte Mor, adere a Projeto "Facilita SP Municípios", instituído pela Resolução SDE n° 05, de 12 de março de 2024, com vistas ao desenvolvimento de um ambiente de



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923



negócios mais competitivo e favorável aos empreendedores e empresários por meio de uma política de desburocratização e cumprimento de diretrizes de liberdade econômica.

Artigo 2º - Para os fins do disposto no Artigo 1º, o Município:

I - adotará:

- a) os critérios para classificação nos níveis de riscos da atividade econômica previstos nas Leis estaduais nº 17.530, de 11 de abril de 2022, e nº 17.761, de 25 de setembro de 2023, regulamentadas na forma do Decreto estadual nº 67.979 de 25 de setembro de 2023;
- b) a classificação de riscos das atividades econômicas do Comitê Estadual par Simplificação de Registro e Legalização de Empresas e Negócios do Estado de São Paulo Comitê Facilita SP, instituído pelo Decreto estadual nº 67.980, de 25 de setembro de 2023, com o objetivo de propor diretrizes, critérios e procedimentos necessários à simplificação dos processos de resgate, licenciamento, regularização e legalização de atividades econômicas e de pessoas jurídicas; e
- c) a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) da Comissão Nacional de Classificação (Concia).

II) formalizará a sua adesão à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios ("REDESIM"), instituída pela Lei federal nº 11.598, de 03 de dezembro de 2007, celebrando o Termo de Adesão a que se refere o artigo 20 do Decreto estadual nº 55.660, de 30 de março de 2010.

Artigo 3º - As disposições deste Decreto aplicam-se ao trâmite do processo administrativo dentro de um mesmo órgão ou entidade, ainda que o pleno exercício da atividade econômica requeira ato administrativo adicional ou complementar cuja responsabilidade seja de outro órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer ente federativo.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR, em 10 de abril de 2024.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

**DECRETO Nº 6250 DE 10 DE ABRIL DE 2024****DECRETO Nº 6250 de 10 de abril de 2024**

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 241.800,00 (duzentos e quarenta e um mil e oitocentos reais).”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que a Lei nº 3200 de 10 de abril de 2024, autorizou o Executivo a abrir crédito adicional especial no montante de **R\$ 241.800,00 (duzentos e quarenta e um mil e oitocentos reais)** no Orçamento Programa de 2024:

DECRETA:

Art. 1º – Fica autorizado a suplementação no valor de **R\$ 241.800,00 (duzentos e quarenta e um mil e oitocentos reais)** do orçamento fiscal e da seguridade social do município, autorizado pela Lei nº 3200 de 10 de abril de 2024, em favor do órgão e unidade orçamentária, nas seguintes dotações consignadas sob números:

Órgão Un. Orc/Exec	Categoria Elemento	Descrição	FONTE	Valor
02		PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR		
02.02		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
02.02.06		COMPRAS,LICITAÇÕES E CONTRATOS		
04.122.2002.2018		MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE COMPRAS,LICITAÇÕES E CONTRATOS		
	3.1.90.08	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR	1	100,00
	3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	1	110.900,00
	3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1	12.000,00
	3.1.90.16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1	100,00
	3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1	100,00
	3.1.90.94	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1	12.000,00
	3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS – INTRA-ORÇAMENTÁRIO	1	33.000,00
	3.3.90.08	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1	100,00
	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	1	1.000,00
	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1	100,00
	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1	60.000,00
	3.3.90.40	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1	100,00
	3.3.90.46	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	1	100,00
	3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1	100,00
	4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1	100,00
		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESTAGIÁRIOS		
04.334.2002.2008	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1	12.000,00
		Total das Suplementações		241.800,00





Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923

Art. 2º – O recurso necessário à abertura dos créditos de que trata o artigo 1º decorre da anulação no valor de **R\$ 241.800,00 (duzentos e quarenta e um mil e oitocentos reais)**, das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão Un. Orc/Exec	Categoria Elemento	Descrição	FONTE	FICHAS	Valor
02		PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR			
02.03		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO			
02.03.02		COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS			
04.122.2003.2018		MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS			
	3.1.90.08	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR	1	242	100,00
	3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	1	243	110.900,00
	3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1	244	12.000,00
	3.1.90.16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1	245	100,00
	3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1	246	100,00
	3.1.90.94	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1	247	12.000,00
	3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS – INTRA-ORÇAMENTÁRIO	1	248	33.000,00
	3.3.90.08	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1	249	100,00
	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	1	250	1.000,00
	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1	251	100,00
	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1	252	60.000,00
	3.3.90.40	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1	253	100,00
	3.3.90.46	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	1	254	100,00
	3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1	255	100,00
	4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1	256	100,00
		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESTAGIÁRIOS			
04.334.2003.2008	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1	257	12.000,00
Total das Anulações					241.800,00

Art. 3º – Fica convalidado na Lei nº 2.884/21 – PPA e na Lei nº 3094/23 – LDO, o valor do programa ou ação ora contemplados na presente Lei, bem como, passam a compor as planilhas que integram as leis retro-citadas.

Art. 4º – Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DE MONTE MOR, EM 10 DE ABRIL DE 2024

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito de Monte Mor

Registrado em livro próprio, afixado em local de costume do Paço Municipal, e publicado no diário oficial do Município, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923

DECRETO Nº 6251 DE 10 DE ABRIL DE 2024



DECRETO Nº 6251 de 10 de abril de 2024

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 33.593,66 (trinta e três mil, quinhentos e noventa e três reais e sessenta e seis centavos).”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que a Lei nº 3202 de 10 de abril de 2024, autorizou o Executivo a abrir crédito adicional especial no montante de **R\$ 33.593,66 (trinta e três mil, quinhentos e noventa e três reais e sessenta e seis centavos)** no Orçamento Programa de 2024:

DECRETA:

Art. 1º – Fica autorizado a suplementação no valor de **R\$ 33.593,66 (trinta e três mil, quinhentos e noventa e três reais e sessenta e seis centavos)** do orçamento fiscal e da seguridade social do município, autorizado pela Lei nº 3202 de 10 de abril de 2024, em favor do órgão e unidade orçamentária, na seguinte dotação consignada sob número:

02.15.01 – Cultura

13.392.2059.1318.05 – Lei Paulo Gustavo – Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022

3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica **R\$ 33.593,66**

TOTAL DO CRÉDITO R\$ 33.593,66

Art. 2º – O recurso necessário à abertura do crédito de que trata o artigo 1º decorre de Superávit Financeiro Apurado no valor de R\$ 33.593,66 (trinta e três mil, quinhentos e noventa e três reais e sessenta e seis centavos).

Art. 3º – Fica convalidado na Lei nº 2.884/21 – PPA e na Lei nº 3094/23 – LDO, o valor do programa ou ação ora contemplados na presente Lei, bem como, passam a compor as planilhas que integram as leis retro-citadas.



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923



Art. 4º – Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DE MONTE MOR, EM 10 DE ABRIL DE 2024

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito de Monte Mor

Registrado em livro próprio, afixado em local de costume do Paço Municipal, e publicado no diário oficial do Município, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

Rua Francisco Glicério, 399 - Centro - Monte Mor - SP - 13190-000 - PABX: (19) 3879-9000 - www.montemor.sp.gov.br
Estado de São Paulo - CNPJ 45.787.652/0001-56



DECRETO Nº 6252 de 10 de abril de 2024

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que a Lei nº 3203 de 10 de abril de 2024, autorizou o Executivo a abrir crédito adicional especial no montante de **R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)** no Orçamento Programa de 2024:

DECRETA:

Art. 1º – Fica autorizado a suplementação no valor de **R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)** do orçamento fiscal e da seguridade social do município, autorizado pela Lei nº 3203 de 10 de abril de 2024, em favor do órgão e unidade orçamentária:

02.06.02 – Meio Ambiente

18.541.2052.1380.02 – Transporte Bem Estar

4490.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

R\$ 120.000,00

TOTAL DO CRÉDITO

R\$ 120.000,00

Art. 2º – O recurso necessário à abertura do crédito de que trata o artigo 1º decorre de Excesso de Arrecadação no valor de **R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)**.

Art. 3º – Fica convalidado na Lei nº 2.884/21 – PPA e na Lei nº 3094/23 – LDO, o valor do programa ou ação ora contemplados na presente Lei, bem como, passam a compor as planilhas que integram as leis retro-citadas.



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923



Art. 4º – Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DE MONTE MOR, EM 10 DE ABRIL DE 2024

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito de Monte Mor

Registrado em livro próprio, afixado em local de costume do Paço Municipal, e publicado no diário oficial do Município, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923

PORTARIAS

PORTARIA Nº 7633 DE 10 DE ABRIL DE 2024



Portaria nº 7633 de 10 de abril de 2024.

“Dispõe sobre a Nomeação de funcionário do cargo em comissão”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica nomeada para ocupar o cargo de Assessor IV, a Sra. **Celia Alvina Clemente Mansour**.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de abril de 2024.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 10 de abril de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923

PORTARIA Nº 7634 DE 10 DE ABRIL DE 2024



Portaria nº 7634 de 10 de abril de 2024.

“Dispõe sobre a Nomeação de funcionário do cargo em comissão”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica nomeado para ocupar o cargo de Assessor I, o Sr. **Pedro Henrique da Silva Santos**.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 10 de abril de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7635 de 10 de abril de 2024.

“Dispõe sobre a exoneração de funcionário do cargo em comissão”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica exonerado do cargo de Diretor de Trânsito, o Sr. **Laércio José Maffeis Junior**.

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 10 de abril de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923

DIVERSOS**CMAS - ANEXO RESOLUÇÃO CMAS Nº. 006/2024**

ANEXO RESOLUÇÃO CMAS nº. 006/2024 - CHECKLIST - REVALIDAÇÃO
INSCRIÇÃO – 2024

(Conforme Lei Municipal nº. 1.126 de 14 de junho de 2005 e Resolução
CMAS nº. 001 de 06 de março de 2018)

NOME DA ENTIDADE: _____

DOCUMENTO	SIM	NÃO	OBSERVAÇÕES
Requerimento de Inscrição			
Cópia do Estatuto Social (registrado em cartório)			
Comprovante de Inscrição no CNPJ			
PLANO DE AÇÃO (ANO CORRENTE): a) Finalidades estatutárias b) Objetivos c) Origem dos recursos d) Infraestrutura e) Identificação de cada serviço, programa e/ou projeto, informando respectivamente: 1) Público-alvo 2) Capacidade de Atendimento 3) Recursos financeiros a serem utilizados 4) Recursos humanos envolvidos 5) Abrangência territorial			
RELATÓRIO DE ATIVIDADES (ANO ANTERIOR): a) Finalidades estatutárias b) Objetivos c) Origem dos recursos d) Infraestrutura e) Identificação de cada serviço, programa e/ou projeto, informando respectivamente: 1) Público-alvo 2) Capacidade de atendimento 3) Recursos financeiros utilizados 4) Recursos humanos envolvidos 5) Abrangência territorial			

DATA:

CONSELHEIROS RESPONSÁVEIS PELA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS:



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MONTE MOR - SP

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 10/2024

TERMO DE COLABORAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR, O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NOVO DIA.

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE MONTE MOR, SP**, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 45.787.652/0001-56, com sede na Rua Francisco Glicério, 399, Centro, Monte Mor, SP, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI**, portador da Cédula de Identidade sob nº. 16.342.765-3, e inscrito no CPF sob o nº. 105.071.048-70, residente e domiciliado na Rua Afonso Aferri 1649, Centro, Monte Mor, SP, e **CONCEDENTE**, o **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** neste ato representado pela sua Presidente, a Sra. **Angelita Duarte de Medeiros Tancredo**, portadora da Cédula de Identidade sob nº. 33437772-9 e inscrita no CPF sob nº 28421885863, residente e domiciliado na Rua João de Paula Penteado, 27, Jardim Progresso, Monte Mor –SP e outra, concedente, a **OSC NOVO DIA**, inscrita no CNPJ nº 06024429/0001-03 estabelecida na Rua XV de novembro nº 204, Centro, Monte Mor - SP, neste ato representada por sua Presidente, a Sra. **Cândida Aparecida Brischi Cavallaro**, portadora da Cédula de Identidade sob nº. 8244.772-X e inscrito no CPF sob nº. 968253248-53 residente e domiciliada na Rua: Humberto Mangiavachi, 174 – Centro, doravante denominada **PROPONENTE**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, com fundamento na Resolução CMAS Nº. 16 de 11 outubro de 2023.



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente Termo de Colaboração tem por objeto contribuir para o desenvolvimento das potencialidades, vivências coletivas, enfrentamento à vulnerabilidade social e prevenção de risco social de adolescentes e jovens, por meio da orientação profissional, cidadania e de outras atividades artísticas, culturais e educativas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO

2.1 – O presente Termo de Colaboração terá como gestora a Sra. **Angelita Duarte de Medeiros Tancredo** brasileira, portador da Cédula de Identidade nº. **33437772-9** e CPF nº. **28421885863** que se responsabilizará de forma solidária pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria, nos termos do artigo 37 da Lei nº 13.019 de 31/07/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

I – SÃO OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE (PREFEITURA);

- a) Fornecer os recursos para a execução deste objeto;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- c) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria.
- d) Promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela Proponente;
- e) Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
- f) Notificar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Monte Mor. SP;
- g) Publicar o extrato deste instrumento;
- h) Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela Proponente;
- i) Elaborar elucidativo parecer conclusivo sobre a prestação de contas da proponente, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de

[Handwritten signatures]



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923



Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos do Plano de Trabalho apresentado e no artigo nº 59 da Lei de nº 13.019 de 03/07/2014;

II – SÃO OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE (NOVO DIA)

- a) Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Colaboração;
- b) Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
- c) Permitir livre acesso do Gestor, dos Membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da CONCEDENTE, aos documentos e às informações referentes a este Instrumento, junto às instalações da PROPONENTE;
- d) Se responsabilizar pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio conforme Plano de Trabalho apresentado.
- e) Manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas integral, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
- f) Identificar o número do Instrumento da parceria e Órgão repassador no corpo dos documentos da despesa, e em seguida extrair cópia para anexar à prestação de contas a ser entregue no prazo à CONCEDENTE, inclusive indicar o valor pago quando a despesa for paga parcialmente com recursos do objeto;
- g) Divulgar esta parceria em seu sítio na internet, caso mantenha e, em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, com as seguintes informações: data da assinatura, identificação do Instrumento, do Órgão CONCEDENTE, descrição do objeto da parceria, valor total da parceria,
- h) Valor liberado, e situação da prestação de contas da parceria, bem como atender a Lei Federal nº 12.527/2011;
- i) Comprovar a exata aplicação da parcela repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento da fiscalização da Administração Pública Municipal, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob pena de devolução do recurso recebido. Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso



não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública, no que dispõe a Legislação Municipal.

- j) Prestar todos os serviços de custeio conforme Plano de Trabalho apresentado, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;
- k) Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
- l) Comprovar todas as despesas por meio de notas fiscais ou recibo de autônomo (RPA), com a devida identificação da parceria celebrada, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;
- m) Comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta bancária;
- n) Não aplicar Taxa de Administração ou despesas administrativas como condição para a execução do presente objeto;
- o) Ressarcir aos cofres públicos na conta do Fundo Municipal de Assistência Social os saldos remanescentes decorrentes das aplicações, salvo se forem utilizados;
- p) Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho apresentado;
- q) Efetuar cotação e pesquisa de preços, conforme regulamento próprio da entidade, para aquisição de materiais e serviços;
- r) Manter-se adimplente com o Poder Público concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923



- s) Comunicar a CONCEDENTE a substituição dos responsáveis pela PROPONENTE, assim como alterações em seu Estatuto;

CLÁUSULA QUARTA – REGIME JURÍDICO DO PESSOAL

4.1 – A contratação de empregados para a execução do objeto, quando pagos integralmente com recursos desta parceria deverá obedecer ao princípio da legalidade, impessoalidade e da publicidade;

4.2 – Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies entre a CONCEDENTE e o pessoal que a PROPONENTE utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste Instrumento;

CLÁUSULA QUINTA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 – Para a execução das atividades previstas neste Termo de Colaboração, a CONCEDENTE transferirá para a PROPONENTE, o valor total de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)**, recurso destinado para o escopo previsto no Plano de Trabalho, descrito no Projeto Abre Portas 2024, proveniente do Fundo Municipal de Assistência Social, por meio de Emenda Parlamentar Federal conforme Resolução CMAS 16/2023 publicada em 16 de outubro de 2023.

CLÁUSULA SEXTA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

6.1 – O valor a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverá ser depositado na conta específica da PROPONENTE, vinculada ao objeto, na Agência nº 1227, na

Caixa Econômica Federal, na Conta Corrente nº 2648 - 6 e aplicados no mercado financeiro ou em caderneta de poupança, até sua utilização;

6.2 – Os recursos depositados na conta bancária específica deste instrumento, enquanto não empregados em sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira. 6.3 – O pagamento deverá ser efetuado somente por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, Débito), pessoa jurídica, inclusive dos empregados, vedado usar cheques para saques ou quaisquer pagamentos;

[Handwritten signatures]



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923



6.4 – Os rendimentos financeiros dos valores aplicados conforme mencionado no item 6.2 poderão ser utilizados pela Proponente desde que não haja desvio de finalidade do objeto dentro as condições previstas neste Instrumento;

6.5 – A Proponente deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos;

6.6 – A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a Proponente a participar de novos parceiros, acordos ou ajustes com a Administração Municipal;

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

7.1 – A PROPONENTE compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da Legislação aplicável nos seguintes casos;

- a) Inexecução do objeto;
- b) Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência;

PARÁGRAFO ÚNICO: Compromete-se, ainda a PROPONENTE, a recolher à conta da CONCEDENTE o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 – Prestar contas de forma integral das receitas e despesas até 30 (trinta) dias após o término da vigência do Termo de Colaboração, nos Termos da Lei nº 13.019/2014, e de acordo com os critérios e indicações exigidos pela CONCEDENTE, com elementos que permitam ao Gestor da Parceria avaliar o andamento ou concluir que o objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação dos serviços realizados.



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923



8.2 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia subsequente ao da prestação de contas integral, a PROPONENTE se compromete em manter em arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas;

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1 – Este Instrumento tem a sua vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PROIBIÇÕES

10.1 – Fica ainda proibido à PROPONENTE:

- a) A redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
- b) Deixar de aplicar nas atividades descritas no Plano de Trabalho;
- d) Realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo de Colaboração;
- e) Utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração;
- f) Utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Colaboração;
- g) Executar pagamento antecipado a fornecedor de bens e serviços;
- h) Transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;
- i) Retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
- j) Deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida pactuada no Plano de Trabalho;
- k) Realizar despesas com:
 - 1) Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias;

[Handwritten signature]



2) Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas;

3) Adquirir bens permanentes com os recursos municipais;

4) Pagamento de despesas bancárias;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

11.1 – O presente Termo de Colaboração poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer momento, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência;

11.2 – Constitui motivo para rescisão do presente Termo de Colaboração o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela CONCEDENTE a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

12.1 – Este Termo de Colaboração não poderá ser alterado ou modificado;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 – O presente Termo de Colaboração será publicado na imprensa oficial, de acordo com o disposto no Art. 38 da Lei nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 – As partes elegem o Foro da Comarca de Monte Mor, SP, para esclarecer as dúvidas de interpretações deste Instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente, nos termos do artigo 109 da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 – Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei Federal nº 13.019/2014 que não foram mencionados neste Instrumento.



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923



15.2 – E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Monte Mor, 10 de abril de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

RONALDO JOSÉ GOMES DA SILVA
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Social

ANGELITA DUARTE DE MEDEIROS TANCREDO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

CÂNDIDA APARECIDA BRISCHI CAVALLARO
Presidente da Novo Dia

**PLANO DE TRABALHO****Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014****MROSC: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil****(Art. 17)****1 - INSTITUIÇÃO/ENTIDADE PROPONENTE DO PLANO DE TRABALHO****1.1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE**

Razão Social: Novo Dia		CNPJ: 06.024.429/0001-03	
Endereço: Rua: XV de Novembro nº 204		Bairro: Centro	Telefone: (19) 3889-1935
Município: Monte Mor	Estado: SP	Caixa Postal	CEP: 13.190-015

1.2 – BANCO

Banco: Caixa Econômica Federal	Agência: 1227	Conta Corrente: 2648-6
---------------------------------------	----------------------	-------------------------------

1.3 – DIREÇÃO

Nome do Representante Legal:	Cargo:	CPF:
Cândida Aparecida Brischi Cavallaro	Presidente	968.253.248-53

1.4 – HISTÓRICO DA NOVO DIA

A Novo Dia é uma Organização da Sociedade Civil que tem como objetivo desenvolver e apoiar adolescentes em empregabilidade e empreendedorismo para que se tornem profissionais bem sucedidos e impactem positivamente suas famílias, comunidades e sociedade. Há mais de 20 anos, a organização vem transformando a vida de jovens de Monte Mor/SP, efetivando seus direitos à vida, educação, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária.

Presta serviços gratuitos permanentes, promovendo o bem de todos, sem distinção de raça, gênero, cor, credo, político ou religioso, especialmente à criança e ao adolescente, e seguindo o Plano de Trabalho aprovado pelos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social.

Entre os serviços prestados, destaca-se o projeto anual "Abre Portas", que oferece até 300 vagas para adolescentes de 14 a 18 anos, com apoio e capacitação para inserção no mercado de trabalho e empreendedorismo. O projeto se baseia em pilares da Cidadania, Educação Social Financeira, Estrutura Familiar, Desenvolvimento Pessoal, Transição Digital e Educação Socioambiental.

NOVO DIA

Rua XV de Novembro nº 204 - Monte Mor - SP - CEP 13190-015
novodia.montemor@gmail.com - (19) 3889.1935
www.facebook.com/OscNovoDia / www.ongnovodia.org.br

**1.5 – CENÁRIO DE MONTE MOR**

Monte Mor tem aproximadamente 65.000 habitantes, sendo 15.000 jovens, com um PIB de R\$3.473,5 Milhões (2019). Com outros 18 municípios faz parte da Região Metropolitana de Campinas (RMC), que figura entre as maiores concentrações urbanas do Brasil com 3,3 milhões de habitantes e com PIB de R\$218 Bilhões (2019), em 2022 gerou empregos para 125.000 trabalhadores com carteira assinada. A RMC tem um parque industrial moderno, diversificado e possui uma estrutura agrícola e agroindustrial com presença de centros inovadores no campo das pesquisas científica e tecnológica, bem como do Aeroporto de Viracopos, localizado a 25 Km de Monte Mor. Todavia, no município há dificuldade em suprir as vagas de mão de obra qualificada em quase todos os setores (comercial, industrial, público e privado), com isso parte das empresas fazem a oferta de vagas fora do Município. Por outro lado, existe uma quantidade de adolescentes/jovens carentes de oportunidades e que, por não terem especialização e preparação para o mercado do trabalho, não conseguem colocação.

2 – CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA**2.1 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:**

- Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo decreto Municipal nº 4761, de 25 de outubro 2017.

2.2 – INSTRUMENTO JURÍDICO PARA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA

- Termo de Fomento, deve ser adotado pela administração pública para a consecução de planos de trabalho proposto por organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.

2.3 – NOME DO PROGRAMA/TÍTULO:

"Projeto Abre Portas"

2.4 – TIPO DE ATENDIMENTO:

Adolescentes e Jovens de 14 a 18 anos.

2.5 – OBJETO

Contribuir para o desenvolvimento das potencialidades, vivências coletivas, enfrentamento à vulnerabilidade e prevenção de risco social de adolescentes e jovens, por meio da orientação profissional, cidadania e de outras atividades artísticas, culturais e educativas.

2.6 – PESSOAS BENEFICIADAS:

Serão beneficiados diretamente até 300 jovens de 14 a 18 anos em situação de vulnerabilidade social, e indiretamente seus grupos familiares, residentes no município de Monte Mor.



2.7 – PERÍODO DE EXECUÇÃO:

Previsto 4 meses e meio de atividades, de março a julho/2024.

2.8 – DETALHAMENTO DAS AÇÕES

2.8.1 – Planejamento Pedagógico

A NOVO DIA, com o Projeto "Abre Portas", oferecerá atividades presenciais no contraturno escolar para beneficiários distribuídos em 12 turmas de até 25 jovens, com idades entre 14 e 18 anos.

Os beneficiários irão à instituição duas vezes por semana para participar das atividades, que incluem 6 oficinas e dinâmicas educativas, todas adequadas à faixa etária dos participantes, além de palestras. As oficinas serão conduzidas por educadores especializados, com uma hora dedicada ao desenvolvimento das trilhas pedagógicas, totalizando seis horas semanais de atividades presenciais para cada turma.

Para acomodar a carga horária disponível dos beneficiários, o horário de funcionamento será das 8h30 às 11h30, para as turmas matutinas, e das 13h30 às 16h30, para as turmas vespertinas.

Abaixo são detalhadas as oficinas disponibilizadas e suas respectivas trilhas pedagógicas a serem trabalhadas a partir da fase de implementação do projeto.

Oficinas Disponibilizadas:

1. Desenvolvimento Pessoal

Objetivo: Desenvolver o potencial pessoal e profissional dos adolescentes, incentivar a autoconsciência, aprimorar habilidades de comunicação e desenvolver a resiliência necessária para enfrentar adversidades.

Trilhas Pedagógicas:

- 1.1 – Autoconhecimento e amadurecimento
- 1.2 – CHA (Competências, Habilidades e Atitudes)
- 1.3 – Comunicação clara, assertiva e empresarial
- 1.4 – Liderança e trabalho em equipe
- 1.5 – Autodisciplina: procrastinação e gestão de tempo
- 1.6 - Exigências do Mercado de Trabalho



2. Cidadania

Objetivo: Conscientizar quanto aos direitos, deveres e responsabilidades para um engajamento positivo na sociedade por meio do diálogo, do respeito e da colaboração.

Trilhas Pedagógicas:

- 2.1 - Sistema de Garantia de Direitos
- 2.2 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
- 2.3 - Protagonismo social e meios de participação cívica
- 2.4 - Respeito a todas as formas de diversidade
- 2.5 - Responsabilidades pessoais e sociais
- 2.6 - Consciência política regional, nacional e internacional

3. Educação Social Financeira

Objetivo: Promover a educação financeira e capacitar os jovens a fazer escolhas orientadas em relação às suas finanças pessoais.

Trilhas Pedagógicas:

- 3.1 - Conceitos básicos de finanças pessoais (SICOOB)
- 3.2 - Planejamento financeiro
- 3.3 - Gestão de entradas e saídas
- 3.4 - Investimentos financeiros
- 3.5 - Consumo consciente
- 3.6 - Previdência

4. Transição Digital

Objetivo: Oferecer uma educação nas principais ferramentas digitais usadas para o gerenciamento pessoal e mercado de trabalho.

Trilhas Pedagógicas:

- 4.1 - Relação entre ser humano e tecnologia
- 4.2 - Hardware, Software e Internet
- 4.3 - Uso responsável das redes sociais
- 4.4 - Sistema operacional e suas ferramentas
- 4.5 - Power BI
- 4.6 - Inteligência Artificial (GPT)



5. Educação Socioambiental

Objetivo: Oferecer uma educação nas principais ferramentas digitais usadas para o gerenciamento pessoal e mercado de trabalho.

Trilhas Pedagógicas:

- 5.1 - A importância contemporânea da ONU e a criação da Agenda 2030
- 5.2 - 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, suas metas e indicadores
- 5.3 - Conexões sustentáveis, explorando a interdependência entre energia, saneamento, resíduos, áreas verdes e recursos hídricos
- 5.4 - O Pacto Global
- 5.5 - O cenário do ESG ao nível municipal, regional, nacional e internacional
- 5.6 - Juventude e Agenda 2030: protagonismo e sustentabilidade

6. Alicerce Familiar

Objetivo: Fornecer um espaço de discussão sobre suporte familiar e a consequência dos afetos familiares no desenvolvimento pessoal e em sociedade.

Trilhas Pedagógicas:

- 6.1 - Estrutura familiar
- 6.2 - Princípios e valores familiares
- 6.3 - Vínculos familiares
- 6.4 - Família na sociedade
- 6.5 - Comunicação na família
- 6.6 - Relacionamento Emocional

2.8.2 – Etapas e Informações para Inscrição no Projeto

As informações para participação do projeto são divulgadas nas redes sociais da Novo Dia.

Os interessados farão sua inscrição pelo site disponibilizado ou presencialmente, seguindo etapas conforme detalhamento abaixo:

I Divulgação:

Utilização da mídia e redes sociais para publicar a data/período da inscrição e regras de participação.

II Inscrição digital e físico:

a) Atendimento presencial: Acontece para os responsáveis que não possuem as ferramentas eletrônicas. Deverão apresentar os documentos e preencher a ficha de inscrição.

b) Inscrição pelo site: Deverão ser preenchidas todas as informações solicitadas e anexar os documentos solicitados.

**III Reunião com Pais:**

- Informações gerais sobre a Novo Dia:

- Das regras para a participação no projeto, período do projeto, dias e horários de atividades, frequência, material de apoio;

Atendimentos com a equipe de Assistente Social e Psicóloga em interface às oficinas, palestras, entre outras.

Entrevista social familiar: Acolhimento qualificado pelo profissional de Serviço Social com coleta das informações obtidas verbalmente durante a entrevista.

3 – CUSTEIO DO PROJETO

Despesas/Especificações	Valor Mensal (R\$)	Valor Semestral (R\$)
Recursos Pedagógicos		
Educadores	8.075,40	40.377,00
Coordenadora	2.425,20	12.126,00
Auxiliar de Projeto	1.900,00	9.500,00
Sistematização	1.600,00	8.000,00
Subtotal Despesas		70.003,00
Operacional		
Tecnologia/Digital	2.200,00	11.000,00
Contabilidade e Finanças	1.000,00	5.000,00
Manutenção/Limpeza	2.800,00	14.000,00
Subtotal Despesas		30.000,00
TOTAL DAS DESPESAS	40.001,20	100.003,00



4 – DESCRITIVO DO CUSTEIO

Recursos Pedagógicos:

- ✓ 6 Pilares, um Educador para ministrar cada um deles.

Valor das horas trabalhadas com os beneficiários + horas de planejamento.

Educadores e Pilares:

- Educador – Educação Socioambiental
- Educador – Transição Digital
- Educador – Educação Social Financeira
- Educador – Alicerce Familiar
- Educador – Desenvolvimento Pessoal
- Educador – Cidadania

- ✓ Coordenadora Pedagógica

- ✓ Auxiliar de Projeto

RECURSOS PEDAGÓGICOS						
Educadores/Pilares	março	abril	maio	junho	julho	TOTAL
Educação Socioambiental	1.462	1.548	1.354,50	1.462	1.032	6.858,50
Alicerce Familiar	1.462	1.290	1.354,50	1.462	1.032	6.600,50
Educação Social Financeira	1.462	1.548	1.354,50	1.462	1.032	6.858,50
Transição Digital	1.462	1.290	1.354,50	1.462	1.032	6.600,50
Desenvolvimento Pessoal	1.462	1.290	1.354,50	1.462	1.032	6.600,50
Cidadania	1.462	1.548	1.354,50	1.462	1.032	6.858,50
TOTAL COM EDUCADORES						40.377,00

COORDENADORA PEDAGÓGICA					
	2.537	2.666	2.494	2.494	1.935
	12.126				

AUXILIAR DE PROJETO					
	1.900	1.900	1.900	1.900	1.900
	9.500				

SISTEMATIZAÇÃO	1.600	1.600	1.600	1.600	1.600	8.000
----------------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

TOTAL GERAL DOS RECURSOS PEDAGÓGICOS						70.003
--------------------------------------	--	--	--	--	--	--------

7

NOVO DIA

Rua XV de Novembro nº 204 - Monte Mor - SP - CEP 13190-015
novodia.montemor@gmail.com - (19) 3889.1935
www.facebook.com/OscNovoDia / www.ongnovodia.org.br



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923



OPERACIONAL						
	março	abril	maio	junho	julho	TOTAL
Tecnologia/ Digital	2.200	2.200	2.200	2.200	2.200	11.000
Contabilidade/ Finanças	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	5.000
Manutenção/ Limpeza	2.800	2.800	2.800	2.800	2.800	14.000
TOTAL OPERACIONAL						30.000
TOTAL GERAL DAS DESPESAS						100.003

Monte Mor, 22 de janeiro de 2024

Cândida Aparecida Brischi Cavallaro
Presidente Novo Dia



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923

PUBLICAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ACÚMULO DE CARGOS E FUNÇÕES - REMESSA Nº 07



PUBLICAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ACÚMULO DE CARGOS E FUNÇÕES - REMESSA Nº 07

A Secretária Municipal de Educação no uso das atribuições de seu cargo,

CONSIDERANDO a Constituição Federal Art. 37, incisos XVI e XVII;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 07/2007, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério de Monte Mor;

COMUNICA que os servidores abaixo relacionados tiveram sua acumulação remunerada de cargos ou de funções públicas DEFERIDA pela Comissão de Acompanhamento de Ato Decisório da Secretaria Municipal de Educação, referente ao ano letivo 2024.

Matrícula	Funcionário	Nº Ato Decisório
7851	BRUNO SOARES VITORINO	151
7708	ANDRESSA DE SOUZA RODRIGUES MESKO	152
7301	DIANA DOS SANTOS RODRIGUES PRADO	153
7809	ROGÉRIO DE ARAÚJO GEMEINDER	154
7811	ELTON SOARES	155
7261	PLÍNIO ROBERTO DA SILVEIRA MELO	156
7494	NILTON CESAR CANDIDO DA SILVA	157

SANDRA REGINA CRUZ FERNANDES BRUZON
Secretária Municipal de Educação



**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MONTE MOR
LEI MUNICIPAL Nº. 1.126 de 14/06/2005**

RESOLUÇÃO Nº. 001/2018, DE 06 DE MARÇO DE 2018.

Define os parâmetros municipais para a inscrição das organizações da sociedade civil de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho de Assistência Social do Município de Monte Mor.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 06 de Março de 2018, no uso da competência que lhe confere o inciso IX do art. 3º. da Lei nº. 1.126 de 14/06/2005

Considerando a Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social, LOAS;

Considerando a Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

Considerando a Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, em especial o artigo 1º., que dispõe sobre o caráter não contributivo e a gratuidade da Assistência Social, o artigo 3º., que dispõe sobre o conceito de organização da sociedade civil de assistência social e artigo 9º., que trata do funcionamento das organizações da sociedade civil ou organizações de assistência social;

Considerando a Lei nº. 10.741, de 1º. de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº. 5.085, de 19 de maio de 2004, que define as ações continuadas de assistência social;

Considerando o Decreto nº. 6.214, de 26 de setembro de 2007, que regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº. 10.741, de 1º. de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto n.º 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº. 6.307, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

Considerando o Decreto nº. 6.308, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o artigo 3º da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, aprovada pela Resolução CNAS nº. 145, de 15 de outubro de 2004, que dispõe sobre as diretrizes e princípios para a implantação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS;

Considerando a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº. 269, de 13 de dezembro de 2006;

Considerando a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e suas atualizações;

Considerando a Resolução CNAS nº. 39, de 9 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde;

Considerando a Resolução CNAS nº. 27, de 19 de setembro de 2011, que caracteriza as ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social;

Considerando a Resolução CNAS nº. 33, de 28 de novembro de 2011, que define a Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no campo da assistência social e estabelece seus requisitos;



Considerando a Resolução CNAS nº. 34, de 28 de novembro de 2011, que define a Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social e estabelece seus requisitos;

Considerando a Resolução CNAS nº. 18, de 24 de maio de 2012, que institui o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS TRABALHO;

Considerando a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº. 33, de 12 de dezembro de 2012;

Considerando a Resolução CNAS nº. 1, de 21 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social - SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário e, dá outras providências;

Considerando a Resolução CNAS nº. 6, de 13 de março de 2013, que aprova a expansão qualificada de Serviços de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência, em situação de dependência, em Residências Inclusivas;

Considerando a Resolução CNAS nº. 4, de 11 de fevereiro de 2014, que institui o Programa Nacional de Aprimoramento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS - Aprimora Rede e aprova os critérios e procedimentos para incentivar a qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pelas organizações da sociedade civil privadas no âmbito do SUAS;

Considerando, a Resolução CNAS nº. 14, de 15 de maio de 2014 que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal;

Considerando, a Resolução SEDS nº. 002, de 23 de Janeiro de 2013 que dispõe sobre a inclusão de Organização da sociedade civil Benéficas de Assistência Social sem fins Econômicos, no Sistema Pró-Social Módulo/Instituições, do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas;

Considerando, a Lei nº. 1.126 de 14 de Junho de 2005 que cria o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS; bem como, institui o Fundo Municipal de Assistência Social e dá providências correlatas.

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer os parâmetros para a inscrição das organizações da sociedade civil de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 2º. As organizações da sociedade civil podem ser isolada ou cumulativamente:

I - de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos das normas vigentes.

II - de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes.

III - de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes.

Art. 3º. As organizações da sociedade civil no ato da inscrição demonstrarão:

I - ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída;

II - aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;



III - elaborar plano de ação anual contendo:

- a) finalidades estatutárias;
- b) objetivos;
- c) origem dos recursos;
- d) infraestrutura;
- e) identificação de cada serviços, programas, projetos, e benefícios socioassistenciais, informando respectivamente:
 - e.1) público alvo;
 - e.2) capacidade de atendimento;
 - e.3) recursos financeiros a serem utilizados;
 - e.4) recursos humanos envolvidos;
 - e.5) abrangência territorial;
 - e.6) demonstração da forma de como a organização de Assistência Social fomentará, incentivará e qualificará a participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do seu plano: elaboração, execução, monitoramento e avaliação.

IV - ter expresso em seu relatório de atividades:

- a) finalidades estatutárias;
- b) objetivos;
- c) origem dos recursos;
- d) infraestrutura;
- e) identificação de cada serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais executado, informando respectivamente:
 - e.1) público alvo;
 - e.2) capacidade de atendimento;
 - e.3) recursos financeiros utilizados;
 - e.4) recursos humanos envolvidos;
 - e.5) abrangência territorial;
 - e.6) demonstração da forma de como a organização de Assistência Social fomentou, incentivou e qualificou a participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas de execução de suas atividades, monitoramento e avaliação.

§ 1º. Para fins de inscrição é vedado ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS fazer a análise das Demonstrações Contábeis.

§ 2º. Para fins de inscrição é vedado ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS exigir a alteração estatutária das organizações da sociedade civil de Assistência Social.

Art. 4º. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS a fiscalização das organizações da sociedade civil com atuação na Assistência Social.

§1º. Entende-se por fiscalização aquela aplicada às organizações da sociedade civil de Assistência Social e ao conjunto das ofertas dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos.

§ 2º. Se a organização da sociedade civil de Assistência Social que atua no atendimento e/ou assessoramento e/ou defesa e garantia de direitos, e que não ofertar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Município de sua sede, a inscrição deverá ser feita no Conselho de Assistência Social do Município onde desenvolva o maior número de atividades.

§ 3º. A organização de Assistência Social que atua no atendimento e ou assessoramento e ou defesa e garantia de direitos no município, deve inscrever suas ofertas de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS deste município.

§ 4º. Aplica-se o disposto no § 1º, aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Art. 5º. A inscrição das organizações de Assistência Social e/ou dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS é a autorização de funcionamento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social.

Parágrafo Único - A oferta de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos deverão estar em conformidade com as normativas nacionais.



Art. 6.º Os critérios para a inscrição das organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais são, cumulativamente:

- I - executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;
- II - assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;
- III - garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV - garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 7.º. Em caso de interrupção ou encerramento de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, a organização de Assistência Social deverá comunicar ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, apresentando a motivação, as alternativas e as perspectivas para atendimento do usuário, bem como o prazo para a retomada dos serviços.

§ 1º. O prazo de interrupção dos serviços, não poderá ultrapassar seis meses sob pena de cancelamento da inscrição da organização de Assistência Social e/ou dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, observado o disposto no § 2º. deste artigo.

§ 2º. Cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS acompanhar, discutir e encaminhar as alternativas para a retomada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais interrompidos ou encerrados.

Art. 8º. As organizações de Assistência Social deverão apresentar os seguintes documentos para obtenção da inscrição:

- I - requerimento, conforme anexo I;
- II - cópia do estatuto social (atos constitutivos) registrado em cartório;
- III - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;
- IV - plano de ação;
- V - Relatório de Atividades;
- VI - cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.
- VII - Declaração de Utilidade Pública Municipal.

Art. 9º. As organizações da sociedade civil de Assistência Social que atuam em mais de um Município deverão inscrever os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, apresentando os seguintes documentos:

- I - requerimento, conforme o modelo anexo II;
- II - plano de ação;
- III - comprovante de inscrição no Conselho de sua sede ou onde desenvolva o maior número de atividades, nos termos do §1º. e § 2º. do art. 5º. e do art. 6º. desta Resolução.

Art. 10º. As organizações da sociedade civil sem fins lucrativos que não tenham atuação preponderante na área da Assistência Social, mas que também atuam nessa área, deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, além de demonstrar que cumprem os critérios do art. 5º. e do art. 6º. desta Resolução, mediante apresentação de:

- I - requerimento, na forma do modelo anexo III;
- II - cópia do Estatuto Social (atos constitutivos) registrado em cartório;
- III - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;
- IV - plano de ação.

Art. 11º. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS:

I - receber e analisar a documentação respectiva aos pedidos de inscrição, que se constituem nas seguintes etapas:

- a) requerimento da inscrição;
- b) análise documental;
- c) visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo;
- d) elaboração do parecer da Comissão;
- e) pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária;
- f) publicação da decisão plenária;
- g) emissão do comprovante de inscrição;
- h) notificação à entidade ou organização de Assistência Social por ofício;



i) envio de documentação ao órgão gestor para inserção dos dados no Cadastro Nacional de Organização da sociedade civil de Assistência Social - CNEAS, conforme art. 19, inciso XI da Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

II - no caso de indeferimento do requerimento de inscrição, a entidade ou organização de Assistência Social deverá ser comunicada oficialmente, contendo todas as devidas justificativas de indeferimento.

III - O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS deverá realizar todas as etapas de análise do processo de inscrição, para o deferimento ou indeferimento da solicitação das organizações de Assistência Social, bem como de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, o qual deverá ser manifestado por resolução.

IV - a execução do previsto neste artigo obedecerá à ordem cronológica do requerimento de inscrição.

Art. 12º. O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS deverá planejar o acompanhamento e a fiscalização das organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos, com os respectivos critérios.

§ 1º. O planejamento a que se refere o caput, bem como o processo de inscrição deve ser publicado por meio de resolução do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

§ 2º. Roteiro para visita - O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS deverá estabelecer documento interno como roteiro para realização das visitas as organizações da sociedade civil, cujo objetivo é padronizar as ações dos conselheiros, conforme anexo VI.

Art. 13º. As organizações de Assistência Social para manutenção da Inscrição (Art.15º, § 1º.) deverão apresentar anualmente até 30 de abril, ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS:

I - plano de ação do corrente ano;

II - relatório de atividades do ano anterior que evidencie o cumprimento do Plano de ação, destacando informações sobre o público atendido e os recursos utilizados, nos termos do inciso III do artigo 3º.

III - Caso tenha ocorrido alteração de Diretoria e ou Estatutárias, enviar documentação pertinente.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, publicará Resolução de manutenção de inscrição até 30 de junho.

Art. 14º. O Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS deverá promover, pelo menos, uma audiência pública com as organizações de Assistência Social inscritas, bem como as que ofertam serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais com o objetivo de efetivar a apresentação destas à comunidade, permitindo a troca de experiências e ressaltando a atuação na rede socioassistencial e o fortalecimento do SUAS.

Art. 15º. A inscrição das organizações de Assistência Social, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais é por prazo indeterminado.

§ 1º. A inscrição poderá ser cancelada a qualquer tempo, em caso de descumprimento dos requisitos exigidos no Art. 13º., garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§ 2º. Em caso de cancelamento da inscrição, o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS deverá encaminhar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, cópia do ato cancelatório ao órgão gestor, para providências cabíveis junto ao CNEAS a que se refere a alínea “I”, do inciso I, do art. 11º. desta Resolução e demais providências.

§ 3º. Da decisão que indeferir ou cancelar a inscrição a organização poderá recorrer.

§ 4º. O prazo recursal será de 15 (quinze) dias, contados a partir do dia seguinte ao da ciência da decisão.

§ 5º. As organizações de Assistência Social, inscritas deverão comunicar o encerramento de suas atividades, serviços, programa, projetos e benefícios socioassistenciais ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 16º. O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS deverá padronizar e utilizar, única e exclusivamente, o termo INSCRIÇÃO para os fins desta resolução.

Parágrafo único - O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS fornecerá Comprovante de Inscrição conforme anexos IV e V.



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923

Art. 17º. O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS deverá estabelecer numeração única e sequencial para a emissão da inscrição, independentemente da mudança do ano.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 18º. As organizações de Assistência Social inscritas anteriormente à publicação desta Resolução deverão proceder o reordenamento do conjunto de suas ofertas, se necessário for, de acordo com as normativas nacionais nos prazos definidos nestas.

Art.19º. Para análise dos processos de inscrição e manutenção no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), o conselheiro observará o roteiro de análise, conforme anexo VII.

Art. 20º. As disposições previstas no inciso IV do art. 11º. e no § 2º. do art. 15º. somente serão aplicáveis por ocasião da efetiva implantação do Cadastro Nacional de Organização da sociedade civil de Assistência Social - CNEAS.

Art. 21º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI MUNICIPAL Nº. 1.126 de 14/06/2005**

ANEXO I - conforme Art. 8º.

Requerimento de Inscrição

Senhor(a) Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Monte Mor

A organização abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer sua inscrição neste Conselho.

A - Dados da Organização

Nome _____
CNPJ: _____
Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundário _____
Data de inscrição no CNPJ ____/____/____
Endereço _____ nº. _____ Bairro _____
Município _____ UF _____ CEP _____ Tel. _____
FAX _____
E-mail _____
Atividade Principal _____
Inscrição: _____
CMDCA _____
CMDI _____
Outros (especificar) _____
Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos) _____

Relação de todos os estabelecimentos da organização (CNPJ e endereço completo)

B - Dados do Representante Legal:

Nome _____
Endereço _____ nº. _____ Bairro _____
Município _____ UF _____ CEP _____ Tel. _____
Celular _____ Email _____
RG _____ CPF _____ Data de nascimento ____/____/____
Escolaridade _____
Período do Mandato: _____

C - Informações adicionais

Termos em que, Pede deferimento.

Local _____ Data ____/____/____

Assinatura do representante legal da entidade



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI MUNICIPAL Nº. 1.126 de 14/06/2005**

ANEXO II – conforme Art. 9º.

Requerimento de Inscrição

Senhor(a) Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Monte Mor

A organização abaixo qualificada, com atuação também neste município, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer a inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais abaixo descritos, nesse Conselho.

A - Dados da Organização

Nome: _____
CNPJ: _____
Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundário _____
Data de inscrição no CNPJ ____/____/____
Endereço _____ nº.
Bairro _____
Município _____ UF _____ CEP _____ Tel. _____
FAX _____ Email _____

A organização está inscrita no Conselho Municipal de _____, sob o número _____, desde ____/____/____.

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos)

B - Dados do Representante Legal:

Nome _____
Endereço _____ nº. _____ Bairro _____
Município _____ UF _____ CEP _____ Tel. _____
Celular _____ E-mail _____
RG _____ CPF _____ Data de nascimento ____/____/____
Escolaridade _____
Período do Mandato: _____

C - Informações adicionais

Termos em que, Pede deferimento.

Local _____ Data ____/____/____

Assinatura do representante legal da entidade



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI MUNICIPAL Nº. 1.126 de 14/06/2005**

ANEXO III – conforme Artigo 10º.

Requerimento de Inscrição

Senhor(a) Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Monte Mor

A organização abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer a inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais abaixo descritos, nesse Conselho.

A - Dados da Organização

Nome: _____
CNPJ: _____
Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundário _____
Data de inscrição no CNPJ ____/____/____
Endereço _____ nº. _____ Bairro _____
Município _____ UF _____ CEP _____ Tel. _____
FAX _____ E-mail _____
Atividade Principal _____

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos)

B - Dados do Representante Legal:

Nome _____
Endereço _____ nº. _____ Bairro _____
Município _____ UF _____ CEP _____ Tel. _____
Celular _____ E-mail _____
RG _____ CPF _____ Data de nascimento ____/____/____
Escolaridade _____
Período do Mandato: _____

C - Informações adicionais

Termos em que, Pede deferimento.

Local _____ Data ____/____/____

Assinatura do representante legal da entidade



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI MUNICIPAL Nº. 1.126 de 14/06/2005**

ANEXO IV – conforme Artigo 16º.

Comprovante de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social de Monte Mor

INSCRIÇÃO Nº. _____

A organização da sociedade civil _____, CNPJ _____,
com sede em _____, é inscrita neste Conselho, sob
número _____, desde ____/____/____.

A organização executa(rá) o(s) seguinte(s) serviço(s)/programa(s)/projeto(s)/benefício(s)
socioassistenciais (listar todos, constando os endereços respectivos caso a organização os
desenvolva em mais de uma unidade/estabelecimento no mesmo município):

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

Local _____ Data ____/____/____

Assinatura do Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI MUNICIPAL Nº. 1.126 de 14/06/2005**

ANEXO V – conforme Artigo 16º.

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DE

- () Serviços
- () Programas
- () Projetos
- () Benefícios socioassistenciais

INSCRIÇÃO Nº. _____

O(s) seguinte(s) serviço(s) socioassistencial(is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no mesmo município.

O(s) seguinte(s) programa(s) socioassistencial(is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no mesmo município.

O(s) seguinte(s) projeto(s) socioassistencial(is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no mesmo município.

O(s) seguinte(s) benefício(s) socioassistencial(is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no mesmo município.

Estes são/serão executados pela organização _____, CNPJ _____, com sede em _____ (município/estado) _____ e encontram-se em acordo com as normativas vigentes.

A presente inscrição tem validade por tempo indeterminado.

Local _____ Data ____/____/____

Presidente do CMAS de Monte Mor (período de gestão de _____ a _____)



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI MUNICIPAL Nº. 1.126 de 14/06/2005**

ANEXO VI - conforme § 2º. do Artigo 12º.

ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

Data da visita: ____/____/____

Responsáveis pela Visita:

Dados da Organização

CNPJ: _____

Nome:

Tipo de inscrição solicitada:

- ☐ Inscrição de organização de assistência social
☐ Inscrição de serviços, programas, projetos e benefícios de organização da sociedade civil de assistência social fora da sede da entidade;
☐ Inscrição de serviços, programas, projetos e benefícios de organização da sociedade civil não preponderantes de assistência social, mas que também desenvolvem ação nessa área.

Caracterização das ofertas:

1. O tipo de oferta se caracteriza como:

- ☐ Atendimento.
☐ Assessoramento e defesa e garantia de direitos.

2. Qual a faixa etária do público-alvo atendido?

- ☐ 0 a 6 anos
☐ 6 a 15 anos
☐ 15 a 17 anos
☐ 18 a 59 anos
☐ 60 anos ou mais

3. Qual a caracterização do público-alvo atendido?

- ☐ Pessoas cujas famílias são beneficiárias de Programas de Transferência de Renda
☐ Famílias com dificuldades do cumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF);
☐ Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e suas famílias;
☐ Usuários de substância psicoativa (álcool e outras drogas);
☐ Famílias desalojadas em função de moradias precárias, em risco ambiental ou por situações de calamidade pública;
☐ Pessoas idosas sem condições para a sua automanutenção;
☐ Pessoas com deficiência sem condições para a sua automanutenção;
☐ Pessoas idosas em isolamento pela ausência de condições familiares e de acesso a serviços;
☐ Pessoas com deficiência em isolamento pela ausência de condições familiares e do acesso a serviços;



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923

- ☐ Famílias e/ou indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de: violência física, psicológica, negligência, abandono, tráfico de pessoas, violência sexual e aplicação de medida de proteção ou socioeducativa;
- ☐ Famílias com crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e/ou idosos (as) afastados do convívio familiar;
- ☐ Adolescentes e jovens egressos de medida socioeducativa de internação;
- ☐ Adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e/ou Prestação de Serviço à Comunidade (PSC);
- ☐ Pessoas egressas de serviço de acolhimento (Abrigamento);
- ☐ Pessoas com vínculos familiares fragilizados;
- ☐ Pessoas com precário ou nulo acesso a renda e que não são beneficiárias de programa de transferência de renda;
- ☐ Pessoas em situação de isolamento social;
- ☐ Crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil;
- ☐ Pessoas e famílias em situação de rua;
- ☐ Pessoas e famílias de migrantes, imigrantes e refugiados com necessidades de apoio em serviços socioassistenciais;
- ☐ Coletivos étnicos com necessidades específicas e vivência de exclusão como: indígenas, quilombolas, zonas de fronteira e incidência de migração;
- ☐ Egressos do sistema prisional;
- ☐ Gestante/nutriz em situação de vulnerabilidade e/ou risco social;
- ☐ Discriminação em decorrência de orientação sexual e/ou em decorrência de raça/etnia;
- ☐ Discriminações (culturais, etárias, de gênero, por deficiência etc.);
- ☐ Outro. Especifique: _____

4. Quais os serviços/atividades ofertados pela organização?

Serviços de Proteção Social Básica:

- ☐ Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- ☐ Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoa com Deficiência, Idosas e suas Famílias
- ☐ Outro. Especificar: _____

Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

- ☐ Serviço Especializado em Abordagem Social
- ☐ Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), ações complementares.
- ☐ Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.
- ☐ Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua
- ☐ Outros. Especificar: _____

Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

- ☐ Serviço de Acolhimento Institucional
- ☐ Serviço de Acolhimento em República
- ☐ Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora
- ☐ Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergência



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923

Outro. Especificar:

Benefícios assistenciais eventuais (nos termos da Lei nº. 8.742/1993 alterada pela Lei nº. 12.435/2011)

- ☐ Auxílio natalidade
☐ Auxílio funeral
☐ Vulnerabilidade temporária para enfrentamento de situações de riscos, perdas e danos a integridade da pessoa e/ou de sua família.
☐ Calamidade pública para o atendimento das vítimas de modo a garantir sobrevivência e reconstrução da autonomia destas.
☐ Outros: Especifique: _____

Programa ou Projeto Socioassistenciais desenvolvido

a) Descrição/Objetivo do programa ou Projeto:

b) Público alvo atendido:

c) Atividades desenvolvidas:

d) Existe regulamentação do referido Programa/Projeto em qual âmbito?

- ☐ Federal
☐ Estadual
☐ Municipal
☐ Do Distrito Federal
☐ Sem Regulamentação.

Especifique: _____

e) O programa/Projeto é ofertado de forma gratuita aos usuários?

- ☐ Sim
☐ Não

Ações de Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos

- ☐ Assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro.
☐ Sistematização e disseminação de projetos inovadores de inclusão cidadã, que possam apresentar soluções alternativas para enfrentamento da pobreza, a serem incorporadas nas políticas públicas.
☐ Estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades, cadeias organizativas, redes de empreendimentos e à geração de renda.
☐ Produção e socialização de estudos e pesquisas que ampliem o conhecimento da sociedade sobre os seus direitos de cidadania e da política de assistência social, bem como dos gestores públicos, trabalhadores e organização da sociedade civil com atuação preponderante ou não na assistência social subsidiando-os na formulação, implementação e avaliação da política de assistência social.



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923

☐ Promoção da defesa e direitos já estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade, inclusive por meio da articulação com órgãos públicos e privados de defesa de direitos.

☐ Reivindicação da construção de novos direitos fundados em novos conhecimentos e padrões de atuação reconhecidos nacional e internacionalmente.

☐ Formação político cidadã de grupos populares, nela incluindo capacitação de conselheiros/as e lideranças populares.

☐ Desenvolvimento de ações de monitoramento e controle popular sobre o alcance de direitos socioassistenciais e a existência de suas violações, tornando públicas as diferentes formas em que se expressam e requerendo do poder público serviços, programas e projeto de assistência social

☐ Outro. Especifique: _____

5. Os serviços/atividades observados na visita estão em conformidade com os documentos apresentados pela organização, em especial o estatuto e relatório de atividades?

☐ Sim. ☐ Não. Justifique: _____

6. Os serviços/atividades prestados são totalmente gratuitos aos usuários?

☐ Sim. ☐ Não

Quais fatores balizaram a resposta?

☐ Os usuários não contribuem financeiramente com a organização (mensalidade ou doações).

☐ Não há contraprestação em serviços por parte dos usuários (venda de serviços).

☐ As pessoas idosas colaboram com o custeio da organização no limite de até 70% do valor do benefício percebido, conforme facultado no art. 35 do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003). (opção para o caso de instituições de acolhimento para idosos).

☐ Outros fatores. Especifique: _____

7. Qual a principal fonte de recursos?

☐ Própria (recursos decorrentes de mensalidades/ doações dos membros ou associados, eventos e campanhas – atividades meio)

☐ Própria (recursos decorrentes da prestação de serviços da organização)

☐ Privada (recursos de doações e parcerias com empresas e organização da sociedade civil privadas)

☐ Privada (recursos de doações eventuais)

☐ Pública Municipal, Estadual, Federal (recursos de subvenções, convênios e parcerias com órgãos ou organização da sociedade civil públicas)

☐ Internacional Privada (recursos de organização da sociedade civil e organizações internacionais)

☐ Internacional Pública (recursos de países estrangeiros, ONU, etc.).

☐ Outra. Especifique: _____

Observação: Nas questões relativas ao financiamento da organização (para execução dos serviços/ações) é importante considerar o caráter gratuito da política de assistência social, balizado no disposto na Lei 8.742/1993 - alterada pela Lei 12.435/2011, conforme seu Art. 1º: "A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas".

8. Os serviços/atividades ofertados são permanentes e continuados?

☐ Sim ☐ Não

Quais fatores balizaram a resposta?

☐ Funciona 5 ou mais dias da semana



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923

- ☐ Atende em horário integral (2 ou 3 turnos)
☐ Atende em horário parcial (1 turno)
☐ Atende em horário ininterrupto (24 horas)
☐ Possui equipe técnica permanente (funcionários contratados) para o desenvolvimento de suas atividades?
☐ Possui infraestrutura específica para desenvolvimento das atividades?

OBSERVAÇÃO: Importante destacar que para responder a questão relativa aos atores que irão balizar o caráter permanente e planejado dos serviços/ações da organização, faz-se necessário considerar que apenas o fato de estar em funcionamento diário não qualifica o caráter continuado dos serviços/ações. Ressalta-se que para aferir a continuidade e sistematicidade dos serviços/ações deve-se considerar a constituição de equipe técnica contratada para esse fim (não apenas contar com o trabalho voluntário) e ainda a existência de infraestrutura mínima para o desenvolvimento das atividades.

9. De acordo com a percepção da visita, os usuários têm seus direitos socioassistenciais respeitados na prestação dos serviços/atividades?

☐ Sim ☐ Não.

Justifique:

10. Formas de participação dos usuários:

a) Há participação dos usuários no processo de planejamento da gestão no Município/Distrito Federal? ☐ Sim ☐ Não.

b) Há formas de participação do usuário no serviço?
Observações complementares:



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI MUNICIPAL Nº. 1.126 de 14/06/2005**

ANEXO VII - conforme Artigo 19º.

ROTEIRO DE ANÁLISE

Requerimento de Inscrição Anexo I - Inscrição da Organização
Anexo II - Inscrição de Serviços, Programas e Projetos (Organização da sociedade civil com sede em outro Município) - Nesse caso requerer comprovante de inscrição no Conselho Municipal do município da Sede
Anexo III - Inscrição de Serviços, Programas e Projetos (Organização da sociedade civil que tenham atuação preponderante em OUTRA área)
Estatuto Social Última revisão, registrada em cartório
Ata de Eleição da Diretoria Última revisão, registrada em cartório (verificar composição e mandato)
Declaração de Utilidade Pública Municipal - Última declaração emitida pelo órgão responsável
Comprovante de Inscrição no CNPJ (Verificar o Código de Atividade Econômica Principal se enquadrado em serviços socioassistenciais)
Plano de Ação Deve estar enquadrado na Resolução CNAS nº. 14/2014 e deve conter:
a) finalidades estatutárias;
b) objetivos;
c) origem dos recursos;
d) infra-estrutura;
e) identificação de cada serviços, projetos, programas ou benefícios socioassistenciais, informando respectivamente
e.1) público alvo;
e.2) capacidade de atendimento;
e.3) recursos financeiros a serem utilizados;
e.4) recursos humanos envolvidos;
e.5) abrangência territorial;
e.6) demonstração da forma de como a organização de assistência social fomentará, incentivará e qualificará a participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do seu plano: elaboração, execução, monitoramento e avaliação.
Relatório de Atividades deve estar enquadrado na Resolução CNAS nº. 14/2014 e deve conter:
a) finalidades estatutárias;
b) objetivos;
c) origem dos recursos;
d) infraestrutura;
e) identificação de cada serviços, projetos, programas ou benefícios socioassistenciais, informando respectivamente
e.1) público alvo;
e.2) capacidade de atendimento;
e.3) recursos financeiros previstos;
e.4) recursos humanos envolvidos;
e.5) abrangência territorial;
e.6) demonstração da forma de como organização de assistência social fomentará, incentivará e qualificará a participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas do seu plano: elaboração, execução, monitoramento e avaliação.



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923

PARECER APROVADO

APROVADO COM COMENTÁRIOS (Descrever)

NÃO APROVADO (Descrever)

Local _____ Data ____/____/____

Conselheiros _____

Presidente CMAS _____



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 | Ano III | Edição 923

EXTRATO

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2024

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito de Monte Mor, Estado de São Paulo, AUTORIZA a publicação do Aviso de Inexigibilidade de Licitação nº 06/2024, como segue:

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2024.

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, faz público para conhecimento de todos os interessados que, fundamentado no parecer dos Agentes de Contratação e Parecer Jurídico, AUTORIZA a contratação da “CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE LIGAS DE JUDÔ”, cujo objeto é a “contratação de empresa especializada na prestação de serviços de treinamento esportivo na modalidade judô aos alunos da rede municipal de ensino, bem como ministrar o campeonato desta modalidade previamente estabelecidas pelas Secretarias de Esporte e Educação do Município de Monte Mor/SP”, na forma de Inexigibilidade de Licitação, conforme artigo 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, faz público para conhecimento de todos os interessados que, RATIFICA a contratação da empresa “CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE LIGAS DE JUDÔ”, cujo objeto é a “contratação de empresa especializada na prestação de serviços de treinamento esportivo na modalidade judô aos alunos da rede municipal de ensino, bem como ministrar o campeonato desta modalidade previamente estabelecidas pelas Secretarias de Esporte e Educação do Município de Monte Mor/SP”, na forma de Inexigibilidade de Licitação, conforme artigo 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Monte Mor, SP, em 10 de abril de 2024.
Edivaldo Antônio Brischi – Prefeito



AUTORIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2024

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito de Monte Mor, AUTORIZA a publicação do Aviso do Termo de Ratificação da DISPENSA nº 13/2024, como segue:

AUTORIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2024.

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito Municipal de Monte Mor, faz público para conhecimento de todos os interessados, que, **AUTORIZA** a Dispensa de Licitação nº 13/2024, que tem como objeto a: **“Aquisição de kits de higiene pessoal de uso adulto (masculino/feminino) acondicionados em embalagens, nas condições e características devidamente referida nesse instrumento, a fim de atender os munícipes em situação de vulnerabilidade social da Prefeitura Municipal de Monte Mor/SP”**, Conforme artigo 75, inciso II, da Lei de Licitações nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 6208/2024 e alterações posteriores.

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2024

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, faz público para conhecimento de todos os interessados que de acordo com **PARECER JURÍDICO**, **RATIFICA** a Dispensa de Licitação nº 13/2024, que tem como objeto a **“Aquisição de kits de higiene pessoal de uso adulto (masculino/feminino) acondicionados em embalagens, nas condições e características devidamente referida nesse instrumento, a fim de atender os munícipes em situação de vulnerabilidade social da Prefeitura Municipal de Monte Mor/SP”**, Conforme artigo 75, inciso II, da Lei de Licitações nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 6208/2024 e alterações posteriores.

Monte Mor, SP, em 10 de abril de 2024.

Edivaldo Antônio Brischi Prefeito Municipal



Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito de Monte Mor, AUTORIZA a publicação do Aviso do Termo de Ratificação da DISPENSA nº 17/2024, como segue:

AUTORIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2024.

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito Municipal de Monte Mor, faz público para conhecimento de todos os interessados, que, **AUTORIZA** a Dispensa de Licitação nº 17/2024, que tem como objeto a: “**contratação de empresa especializada para o fornecimento de material e mão de obra para a reforma da piscina municipal localizada no Parque Aquático João Alvez, Monte Mor/SP**”, Conforme artigo 75, inciso II, da Lei de Licitações nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 6208/2024 e alterações posteriores.

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2024

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, faz público para conhecimento de todos os interessados que de acordo com **PARECER JURÍDICO**, **RATIFICA** a Dispensa de Licitação nº 17/2024, que tem como objeto a “**contratação de empresa especializada para o fornecimento de material e mão de obra para a reforma da piscina municipal localizada no Parque Aquático João Alvez, Monte Mor/SP**”, Conforme artigo 75, inciso II, da Lei de Licitações nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 6208/2024 e alterações posteriores.

Monte Mor, SP, em 10 de abril de 2024.

Edivaldo Antônio Brischi Prefeito Municipal



AUTORIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2024

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito de Monte Mor, AUTORIZA a publicação do Aviso do Termo de Ratificação da DISPENSA nº 18/2024, como segue:

AUTORIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2024.

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito Municipal de Monte Mor, faz público para conhecimento de todos os interessados, que, **AUTORIZA** a Dispensa de Licitação nº 18/2024, que tem como objeto a: **“Contratação de Salva Vidas para as piscinas municipais de Monte Mor/SP”**, Conforme artigo 75, inciso II, da Lei de Licitações nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 6208/2024 e alterações posteriores.

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2024

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, faz público para conhecimento de todos os interessados que de acordo com **PARECER JURÍDICO**, **RATIFICA** a Dispensa de Licitação nº 18/2024, que tem como objeto a **“Contratação de Salva Vidas para as piscinas municipais de Monte Mor/SP”**, Conforme artigo 75, inciso II, da Lei de Licitações nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 6208/2024 e alterações posteriores.

Monte Mor, SP, em 10 de abril de 2024.

Edivaldo Antônio Brischi Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico do Município de Monte Mor

(Lei Municipal nº 2.630, de 14 de agosto de 2018 e regulamentada pelo Decreto nº 5073, de 12 de setembro de 2019)

é uma publicação da Prefeitura de Monte Mor. Site: www.montemor.sp.gov.br CONTEÚDO:

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade das secretarias e órgãos públicos emissores.

Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor.

Para informações sobre como contatar o órgão emissor, ligue para (19) 3879-9000.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO:

Edição, diagramação e Publicação Eletrônica.

E-mail: diario.oficial@montemor.sp.gov.br



Sumário

PODER EXECUTIVO	1
DECRETOS	1
DIVERSOS	11
EDITAL	12
IPREMOR	13



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2024 | Ano III | Edição 878

PODER EXECUTIVO

DECRETOS

DECRETO N° 6197 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2024



DECRETO N° 6197 de 20 de Fevereiro de 2024.

“Dispõe sobre a aprovação de loteamento, e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

DECRETA:

Artigo 1º. - Ficam aprovados os planos de arruamento e loteamento denominado “**JARDIM XINGU**”, de propriedade de “**Cecília Helena Ferreira da Cunha**”, inscrita no CNPJ sob n°. 43.486.503/0001-21, a ser implantado no imóvel objeto da Matrícula N° 28.804 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor/SP, com área total de 277.727,00 m², em conformidade com memoriais descritivos, plantas e projetos arquivados junto à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Certificado do GRAPOHAB n°. 170/2021.

Artigo 2º. - O loteamento será composto pelo total de 571 (quinhentos e setenta e um) lotes, com destinação **RESIDENCIAL**, 12 (doze) lotes de **USO MISTO**, que são os lotes 01 ao 12 da quadra A.

Artigo 3º. - As construções deverão obedecer aos recuos mínimos estabelecidos no Código de Obras do Município.

Artigo 4º. - O proprietário deverá cumprir integralmente todas as exigências da Prefeitura Municipal descritas a seguir:

- a)** promover a inscrição do loteamento no Registro Imobiliário na forma da legislação federal;
- b)** promover abertura de matrícula das áreas que no projeto constituem sistema de lazer, áreas verdes e áreas destinadas aos equipamentos urbanos e comunitários;
- c)** executar os ramais de ligações domiciliares de água e esgoto para cada lote, exceto se as redes forem implantadas nas calçadas;
- d)** construir dissipadores de energia nos sistemas de captação das águas pluviais nos pontos de lançamento a jusante para não causar danos ambientais;
- e)** não serão permitidas áreas públicas e lotes cujo desnível frontal seja inferior o meio-fio da rua lindeira;



f) não será permitida a construção nos lotes sem que todas as obras e exigências contidas no Decreto de aprovação forem cumpridas pelo loteador, vistoriadas e atestadas pelos órgãos competentes;

g) executar a recuperação e recomposição das áreas de preservação permanente com o plantio de mudas e vegetação nativa;

h) sinalizar o sistema viário e os acessos (horizontal e vertical) de acordo com o projeto aprovado pelo Setor de Trânsito desta Municipalidade, e a normas do Código Nacional de Trânsito vigentes;

i) executar a rede de energia elétrica e iluminação pública com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento, para o seu normal e imediato funcionamento, de acordo com as normas da Cia. Paulista de Força e Luz;

j) executar a rede de água e esgoto com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento, para o seu normal funcionamento, de acordo com as normas da Sabesp;

k) executar a interligação das redes de galerias de águas pluviais, guias, sarjetas e pavimentação asfáltica de acordo com os projetos aprovados;

l) executar a abertura de ruas, demarcação de lotes e terraplanagem;

m) cumprir integralmente as exigências contidas no certificado do GRAPROHAB nº170/2021.

Artigo 5º. - Após o cumprimento de todas as exigências a que alude o presente Decreto, bem como aquelas ditas pela Lei Complementar Nº. 044/2015 (dispõe sobre a revisão do parcelamento do solo), será expedido o devido alvará de recebimento do loteamento.

Artigo 6º. - O não cumprimento de quaisquer das exigências no Artigo anterior, importará na revogação da aprovação do loteamento e na adoção, por parte da Prefeitura Municipal, das medidas judiciais cabíveis.

Artigo 7º. - Os tributos incidentes sobre os lotes serão devidos a partir do Termo de Verificação de Obras – TVO ou ultrapassados 48 (quarenta e oito) meses da publicação deste Decreto, sendo de responsabilidade do loteador até que ele informe, através de documento hábil e após o registro do loteamento no Registro Imobiliário, os nomes de seus compradores, respeitadas as isenções concedidas por lei.

Artigo 8º. - Para garantia da execução das obras de infraestrutura do loteamento, orçadas em R\$ 13.976.732,38 (treze milhões, novecentos e setenta e seis mil, setecentos e trinta e dois reais e trinta e oito centavos), fica caucionado ao Município de Monte Mor/SP, em primeira e especial hipoteca, os lotes 01 a 13 da quadra A, de 14 a 27 da quadra B, de 01 a 20 da quadra F, lote 07 da quadra H, lote 32 da quadra J, lote 01 da quadra K, de 01 a 08 da quadra L, de 09 a 17 da quadra M, de 01 a 14 da quadra N, de 01 a 11 da quadra O, lote 16 da quadra Q, lote 24 da quadra R, lote 23 e 41 da quadra S, lotes 1,12 e 27 da quadra T, lote 35 da quadra U e de 01 a 03 da quadra W, descritos e caracterizado na matrícula nº 28.804 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor,



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2024 | Ano III | Edição 878



com área total de 23.449,53 m², avaliado em R\$ 14.069.718,00 (quatorze milhões, sessenta e nove mil, setecentos e dezoito reais), conforme laudo de avaliação apresentado.

Artigo 9º. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 20 de fevereiro de 2024.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, publicado no Diário Oficial do Município e afixado em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



DECRETO N° 6198 de 20 de fevereiro de 2024.

“Dispõe sobre a denominação de via pública, neste Município e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA

Artigo 1º. O trecho da Estrada Rio Acima, também conhecida como Estrada Municipal Aeroporto Friburgo, que tem início na Avenida Jânio Quadros e término na rotatória da Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença, passou a denominar-se Rua Tobias Bueno de Oliveira, *conforme croqui anexo que passa a fazer parte integrante do presente Decreto.*

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o item X do artigo 1º do decreto Municipal nº 19 de 26 de novembro de 1976.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 20 de fevereiro de 2024.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, afixado em local de costume do Paço Municipal, e publicado no diário oficial do Município, na data supra.

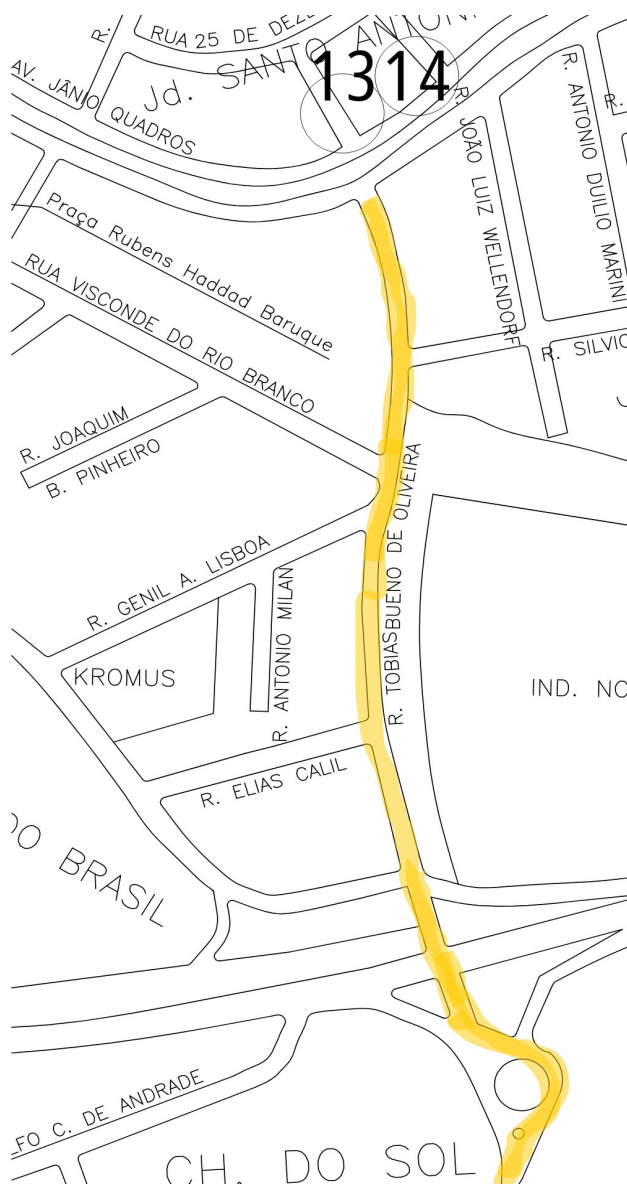
MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2024 | Ano III | Edição 878



Rua Francisco Glicério, 399 - Centro - Monte Mor - SP - 13190-000 - PABX: (19) 3879-9000 - www.montemor.sp.gov.br
Estado de São Paulo - CNPJ 45.787.652/0001-56



DECRETO nº 6199 de 20 de fevereiro de 2024.

“Regulamenta a Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, no que se refere a coleta seletiva e reciclagem”.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS;

CONSIDERANDO os Princípios da PNRS, dispostos no art. 3º, da Lei Federal nº 12.305/2010;

CONSIDERANDO a importância de fomento da educação ambiental (Política Nacional de Educação Ambiental, regulada pela Lei Federal nº 9.795/99 e Política Estadual de Educação Ambiental, regulada pela Lei Estadual nº 12.780/2007);

CONSIDERANDO a necessidade e a importância de promoção da inclusão social dos catadores nos serviços de coleta seletiva;

CONSIDERANDO os Objetivos da PNRS, dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 12.305/2010;

CONSIDERANDO os Instrumentos da PNRS, dispostos no art. 8º, da Lei Federal nº 12.305/2010, especialmente a coleta seletiva (III) e o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (IV);

CONSIDERANDO o art. 35, da Lei Federal nº 12.305/2010;

CONSIDERANDO a Revisão do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PIGIRS, instituída pelo Consórcio Intermunicipal de Manejo de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Campinas, do qual o Município de Monte Mor é consorciado;



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2024 | Ano III | Edição 878



DECRETA:

Art. 1º Para alcançar os objetivos da PNRS, caberá a Prefeitura Municipal de Monte Mor, em parceria com a iniciativa privada:

I - articular, estimular e assegurar as ações de eliminação, redução, reutilização, reciclagem, recuperação, coleta, transporte, tratamento, destinação final de resíduos e disposição final de rejeitos;

II - incentivar a pesquisa, o desenvolvimento, a adoção e a divulgação de novas tecnologias de reciclagem, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, inclusive de prevenção à poluição;

III - incentivar ações que visem ao uso racional de embalagens;

IV - efetivar ações que visem a coleta dos resíduos de construção civil e sua reciclagem e reutilização;

V - instituir programas específicos de incentivo para a implantação de sistemas ambientalmente adequados de tratamento e disposição final de resíduos sólidos;

VI - promover ações que conscientizem e disciplinem os cidadãos para o adequado uso do sistema de coleta de resíduos sólidos urbanos;

VII - assegurar a regularidade, continuidade e universalidade nos sistemas de coleta, transporte, tratamento e disposição de resíduos sólidos urbanos;

Art. 2º Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Art. 3º No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:

I - adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

II - estabelecer sistema de coleta seletiva;



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2024 | Ano III | Edição 878



III - articular com os agentes econômicos e sociais medidas para viabilizar o retorno ao ciclo produtivo dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

Art. 4º Sem prejuízo de outras iniciativas, a educação ambiental deverá ser fomentada por meio de projetos, programas e ações que articule o município, o setor empresarial a as entidades não governamentais sem fins lucrativos.

Monte Mor/SP, 20 de Fevereiro de 2024.

Edivaldo Antônio Brischi
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 6201 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2024****DECRETO Nº 6201 de 21 de fevereiro de 2024**

“Dispõe sobre Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que o artigo 4º, inciso I, da Lei 3164 de 14 de dezembro 2023, autorizou o Executivo por meio de decreto, a abrir créditos suplementares em reforço às dotações orçamentárias mediante o uso dos recursos previstos no artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, observados os limites de 10% (dez por cento) do total da despesa fixada, constante do artigo 2º da mesma Lei;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica autorizado a suplementação no valor de **R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)** do orçamento fiscal e da seguridade social do município, autorizado pela Lei nº 3164 de 14 de Dezembro de 2.023 – conforme preceito constitucional exposto no inciso III do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, em favor do órgão e unidade orçamentária, na seguinte dotação consignada sob número:

Ficha	FR	Categoria	Descrição	Valor
02			PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR	
02.09			SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E	
02.09.01			SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E	
08.244.2070.2167			MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE - INCLUSÃO SOCIAL	
	1199	1	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JUR	250.000,00
Total da Suplementação				250.000,00

Art. 2º – O Crédito Adicional aberto será coberto com o recurso proveniente da Anulação de Dotação, no valor de **R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)**, da seguinte dotação do orçamento municipal vigente:

Ficha	FR	Categoria	Descrição	Valor
02			PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR	
02.09			SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E	
02.09.01			SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E	
08.244.2070.2061			MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FRENTE TRABAL	
	1197	1	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JUR	250.000,00
Total da Anulação de Dotação				250.000,00



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2024 | Ano III | Edição 878



Art. 3º – Fica convalidado na Lei nº 2.884/21 – PPA e na Lei nº 3094/23 – LDO, o valor do programa ou ação ora contemplado na presente Lei, bem como, passam a compor as planilhas que integram as leis retro-citadas.

Art. 4º – Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DE MONTE MOR, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito de Monte Mor

Registrado em livro próprio, afixado em local de costume do Paço Municipal, e publicado no diário oficial do Município, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2024 | Ano III | Edição 878

DIVERSOS

CONVITE DE AUDIÊNCIA PÚBLICA



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Atendendo as disposições do Artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000 “Lei de Responsabilidade Fiscal”, a Secretaria de Finanças, informa e convida a todos os interessados a participar da Audiência Pública a ser realizada no próximo dia **26 de fevereiro de 2024 (segunda-feira) às 10:00 horas, na Câmara Municipal**, na qual o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Finanças, demonstrará o 3º quadrimestre de 2.023 e 4º Trimestre da Educação.

Contamos com sua presença.

Prefeitura Municipal de Monte Mor, 21 de fevereiro de 2.024.

SILVANA APARECIDA ZANETTI
Secretária de Finanças



Monte Mor / SP, Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2024 | Ano III | Edição 878

EDITAL

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO PARCIAL - CONCURSO PÚBLICO 001/2023



HOMOLOGAÇÃO PARCIAL 2

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO PARCIAL
CONCURSO PÚBLICO 001/2023

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO
001/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve pelo presente.

ARTIGO 1º) – Homologar parcialmente o resultado final do Concurso Público 001/2023, cujas provas objetivas foram realizadas no dia 26 de novembro de 2023, e as provas práticas no dia 07 de janeiro de 2024, para provimento de vagas e formação de cadastro reserva dos cargos públicos de Motorista de Ambulância e Operador de Máquina.

ARTIGO 2º) - A validade do aludido Concurso Público é de 02 (dois) anos, a contar da data de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

ARTIGO 3º) - Revogadas as disposições em contrário, este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se para ciência dos interessados.

Prefeitura Municipal de Monte Mor
Em 21 de fevereiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal



EXTRATO DE TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

Contratante: Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor/SP

Contratada: Nakashima Serviços Administrativos

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de consultoria e orientação no preenchimento dos demonstrativos mensais de aplicações financeiras – DAIR e do demonstrativo de Política Anual de investimento – DPIN, junto ao Ministério da Previdência.

Valor global do contrato: R\$ 5.649,48 (Cinco mil, seiscentos e quarenta e nove reais e quarenta e oito centavos)

Vigência: 12 (doze) meses

Data da assinatura: 01/02/2.024



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico do Município de Monte Mor

(Lei Municipal nº 2.630, de 14 de agosto de 2018 e regulamentada pelo Decreto nº 5073, de 12 de setembro de 2019)

é uma publicação da Prefeitura de Monte Mor. Site: www.montemor.sp.gov.br CONTEÚDO:

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade das secretarias e órgãos públicos emissores.

Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor.

Para informações sobre como contatar o órgão emissor, ligue para (19) 3879-9000.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO:

Edição, diagramação e Publicação Eletrônica.

E-mail: diario.oficial@montemor.sp.gov.br



Sumário

PODER EXECUTIVO	1
DECRETOS	1
PORTARIAS	6



PODER EXECUTIVO

DECRETOS

DECRETO Nº 6200 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2024



DECRETO Nº 6200 de 21 de fevereiro de 2024.

"Dispõe sobre aprovação de loteamento e dá outras providências".

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Artigo 1º – Ficam aprovados os planos de arruamento e loteamento denominado **"PARQUE SANTA MARGARIDA"**, de propriedade da **CAVAL 2 DESENVOLVIMENTO URBANO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.355.781/0001-01, a ser implantado no imóvel objeto das matrículas nº 4.748 e 4.750 do Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor – SP, com área total de 630.863,86 m², conforme certificado GRAPROHAB nº 050/2022.

Artigo 2º – As construções deverão obedecer aos recuos mínimos estabelecidos no Código de Obras do Município

Artigo 3º – O proprietário deverá cumprir integralmente todas as exigências da Prefeitura Municipal descritas a seguir:

- a)** Promover a inscrição do loteamento no Registro Imobiliário na forma da legislação federal;
- b)** Solicitar junto ao oficial do RI a abertura de matrícula das áreas que no projeto constituem sistema de lazer, áreas verdes e áreas destinadas aos equipamentos urbanos e comunitários;
- c)** Executar os ramais de ligações domiciliares de água e esgoto para cada lote, exceto se as redes forem implantadas nas calçadas, mas tudo de conformidade com o projeto aprovado junto a Sabesp.
- d)** Construir dissipadores de energia nos sistemas de captação das águas pluviais nos pontos de lançamento a jusante para não causar danos ambientais, se estes estiverem previstos no projeto de drenagem constante do processo de aprovação.
- e)** Os lotes e áreas públicas no que se referir a sua topografia, aclives e declives com relação a via pública, serão configurados de conformidade com o projeto de Terraplanagem constante do processo de loteamento;
- f)** Não será permitida a construção nos lotes sem que todas as obras e exigências contidas no Decreto de aprovação forem cumpridas pelo loteador, vistoriadas nos prazos estabelecidos pela legislação federal e atestadas pela municipalidade, na totalidade do loteamento, ou nas etapas de execução que eventualmente forem terminadas.
- g)** Executar a recuperação e recomposição das áreas de preservação permanente com o plantio de mudas e vegetação nativa;
- h)** Sinalizar o sistema viário e os acessos (horizontal e vertical) de acordo com o projeto aprovado pelo Setor de Trânsito desta Municipalidade, e a normas do Código Nacional de Trânsito vigentes;
- i)** Executar a rede de energia elétrica e iluminação pública com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento de acordo com o projeto aprovado, para o seu normal e imediato

Rua Francisco Glicério, 399 - Centro - Monte Mor - SP - 13190-000 - PABX: (19) 3879-9000 - www.montemor.sp.gov.br
Estado de São Paulo - CNPJ 45.787.652/0001-56



funcionamento, de acordo com as normas da Cia. Paulista de Força e Luz;

j) Executar a rede de água e esgoto com todas as obras complementares necessárias, dentro e fora do loteamento, de acordo com o projeto aprovado, para o seu normal funcionamento, de acordo com as normas da Sabesp;

l) Executar as redes de galerias de águas pluviais, guias, sarjetas e pavimentação asfáltica de acordo com os projetos aprovados;

m) Executar a abertura de ruas, demarcação de lotes, áreas públicas e terraplanagem;

n) Cumprir integralmente as exigências contidas no certificado do GRAPROHAB nº050/2022.

o) Acompanhar a regularização do acesso do empreendimento, pela Rodovia SP 101, Km 16+344m, em nome do proprietário ou da municipalidade em processo que tramita junto à concessionária Rodovias do Tietê e Artesp e, em caso de aprovação, executar as obras do mencionado acesso segundo as normas estabelecidas no processo.

Artigo 4º – Após o cumprimento de todas as exigências a que alude o presente Decreto, bem como aquelas ditas pela Lei Complementar nº 044/2015 (dispõe sobre a revisão do parcelamento do solo), será expedido o devido Termo de Execução de Obras, podendo ser emitido termo de execução parcial da obra, desde que atendidas todas as exigências legais para a etapa concluída.

Artigo 5º - O não cumprimento de quaisquer das exigências estabelecidas no Artigo anterior, importará na notificação do loteador para solução de eventuais pendências, podendo a prefeitura, em caso de não atendimento, adotar as medidas judiciais cabíveis.

Artigo 6º – Os tributos incidentes sobre os lotes serão devidos a partir do exercício seguinte à expedição do Termo de Execução de Obras ou ultrapassados 48 (quarenta e oito) meses do Registro do Loteamento objeto desse decreto junto ao Oficial de Registro de Imóveis de Monte Mor, sendo de responsabilidade do loteador, até que o mesmo informe, através de documento hábil, e após o registro do loteamento no Registro Imobiliário, os nomes de seus compradores, respeitadas as isenções concedidas por Lei.

Artigo 7º – Fica autorizada a CAVAL 2 DESENVOLVIMENTO URBANO LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.355.781/0001-01, a proceder o fechamento do perímetro e o acesso controlado do LOTEAMENTO PARQUE SANTA MARGARIDA, conforme Lei Complementar 044, de 21 de dezembro de 2015, artigo 22, e projeto urbanístico aprovado pela municipalidade de Monte Mor/SP.

Artigo 8º – Para garantia da execução das obras de infraestrutura do loteamento, orçadas em R\$ 18.057.348,52 (dezoito milhões, cinquenta e sete mil, trezentos e quarenta e oito reais e cinquenta e dois centavos), fica caucionado ao Município de Monte Mor – SP, em primeira e especial hipoteca, o imóvel descrito e caracterizado na matrícula nº4.751 do Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor, conforme laudos de avaliação 01, 02 e 03 apresentados.

Artigo 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto 5931.

PREFEITURA MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 21 de fevereiro de 2024.



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Sexta-feira, 23 de Fevereiro de 2024 | Ano III | Edição 880



EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, publicado no Diário Oficial do Município e afixado em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



DECRETO Nº 6207 de 22 de fevereiro de 2024

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que a Lei nº 3177 de 22 de fevereiro de 2024, autorizou o Executivo a abrir crédito adicional especial no montante de **R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)** no Orçamento Programa de 2024:

DECRETA:

Art. 1º – Fica autorizado a suplementação no valor de **R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)** do orçamento fiscal e da seguridade social do município, autorizado pela Lei nº 3177 de 22 de fevereiro de 2024, em favor do órgão e unidade orçamentária:

02.09.02 – Fundo Municipal da Assistência Social

08.244.2072.1378.05 – SIGTV Estruturação da Rede de Serviços do SUAS - Custeio

3350.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 200.000,00

TOTAL DO CRÉDITO **R\$ 200.000,00**

Art. 2º – O recurso necessário à abertura do crédito de que trata o artigo 1º decorre de Superávit Financeiro Apurado no valor de **R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)**.

Art. 3º – Fica convalidado na Lei nº 2.884/21 – PPA e na Lei nº 3094/23 – LDO, o valor do programa ou ação ora contemplados na presente Lei, bem como, passam a compor as planilhas que integram as leis retro-citadas.



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 23 de Fevereiro de 2024 | Ano III | Edição 880



Art. 4º – Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DE MONTE MOR, EM 22 DE FEVEREIRO DE 2024

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito de Monte Mor

Registrado em livro próprio, afixado em local de costume do Paço Municipal, e publicado no diário oficial do Município, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Monte Mor / SP, Sexta-feira, 23 de Fevereiro de 2024 | Ano III | Edição 880

PORTARIAS

PORTARIA Nº 7520 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024



Portaria nº 7520 de 23 de fevereiro de 2024.
“Dispõe sobre o Adicional Por Tempo de Serviço.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006, o Adicional Por Tempo de Serviço ao servidor abaixo relacionado.

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Quinquênio:</u>
1330	Elizabete Alleoni Russi	Médico - Clínico Geral	6º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de setembro 2023.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 23 de fevereiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7521 de 23 de fevereiro de 2024.
“Dispõe sobre o Adicional de Sexta-Parte.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos do artigo 53 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006, o Adicional de Sexta-Parte ao servidor abaixo relacionado.

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>
1330	Elizabeth Alleoni Russi	Médico - Clínico Geral

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de setembro de 2018.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 23 de fevereiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7522 de 23 de fevereiro de 2024.

“Dispõe sobre progressão de servidor público, conforme Lei Complementar nº 12/2008.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido a progressão superior dentro da mesma faixa de referência, conforme Lei Complementar nº 12 de 24 de março de 2008 e Decreto nº 4.944, de 01 de outubro de 2018, ao servidor abaixo relacionado.

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Letras:</u>	<u>Referência:</u>
1330	Elizabete Alleoni Russi	Médico - Clínico Geral	1	C-5-J

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de setembro de 2021.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 23 de fevereiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7523 de 23 de fevereiro de 2024.
“Dispõe sobre o Adicional Por Tempo de Serviço.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006, o Adicional Por Tempo de Serviço ao servidor abaixo relacionado.

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Quinquênio:</u>
2612	Roseli Pacheco dos Santos	Auxiliar de Serviços	1º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de abril de 2018.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 23 de fevereiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7524 de 23 de fevereiro de 2024.

“Dispõe sobre progressão de servidor público, conforme Lei Complementar nº 12/2008.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido a progressão superior dentro da mesma faixa de referência, conforme Lei Complementar nº 12 de 24 de março de 2008 e Decreto nº 4.944, de 01 de outubro de 2018, ao servidor abaixo relacionado.

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Letras:</u>	<u>Referência:</u>
2612	Roseli Pacheco dos Santos	Auxiliar de Serviços	1	A-1-D

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de abril de 2022.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 23 de fevereiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7525 de 23 de fevereiro de 2024.
“Dispõe sobre o Adicional Por Tempo de Serviço.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006, o Adicional Por Tempo de Serviço ao servidor abaixo relacionado.

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Quinquênio:</u>
9063	Ademir Sales Soares	Professor de Educação Básica II - Educação Física	3º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de julho de 2023.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 23 de fevereiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7526 de 23 de fevereiro de 2024.

“Dispõe sobre Progressão Funcional pela Via Acadêmica.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei Complementar nº 07, de 19 de junho de 2007 e Decreto nº 3275 de 06 de julho de 2007 a Progressão Funcional pela Via Acadêmica ao servidor abaixo relacionado.

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Referência:</u>
9050	Valeria Maria Favaro dos Santos	Professor de Educação Infantil	C

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de março de 2012.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 23 de fevereiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7527 de 23 de fevereiro de 2024.
“Dispõe sobre o Adicional Por Tempo de Serviço.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006, o Adicional Por Tempo de Serviço ao servidor abaixo relacionado.

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Quinquênio:</u>
7	Catia Aparecida Elias Duarte	Escriturário	6º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de novembro de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 23 de fevereiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7528 de 23 de fevereiro de 2024.
“Dispõe sobre o Adicional Por Tempo de Serviço.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006, o Adicional Por Tempo de Serviço ao servidor abaixo relacionado.

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Quinquênio:</u>
1529	Cicero Carlos de Oliveira	Guarda Civil Municipal	5º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de maio de 2022.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 23 de fevereiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7529 de 23 de fevereiro de 2024.
“Dispõe sobre o Adicional de Sexta-Parte.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos do artigo 53 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006, o Adicional de Sexta-Parte ao servidor abaixo relacionado.

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>
1529	Cicero Carlos de Oliveira	Guarda Civil Municipal

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de maio de 2022.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 23 de fevereiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7530 de 23 de fevereiro de 2024.
“Dispõe sobre o Adicional de Sexta-Parte.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos do artigo 53 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006, o Adicional de Sexta-Parte ao servidor abaixo relacionado.

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>
7	Catia Aparecida Elias Duarte	Escrutinário

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de novembro de 2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 23 de fevereiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7531 de 23 de fevereiro de 2024.
“Dispõe sobre o Adicional Por Tempo de Serviço.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006, o Adicional Por Tempo de Serviço ao servidor abaixo relacionado.

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Quinquênio:</u>
9050	Valeria Maria Favaro dos Santos	Professor de Educação Infantil	5º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de abril de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 23 de fevereiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7532 de 23 de fevereiro de 2024.
“Dispõe sobre o Adicional de Sexta-Parte.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos do artigo 53 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006, o Adicional de Sexta-Parte ao servidor abaixo relacionado.

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>
9050	Valeria Maria Favaro dos Santos	Professor de Educação Infantil

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de março de 2020.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 23 de fevereiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7533 de 23 de fevereiro de 2024.
“Dispõe sobre o Adicional Por Tempo de Serviço.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006, o Adicional Por Tempo de Serviço ao servidor abaixo relacionado.

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Quinquênio:</u>
1931	Geraldo Gonçalves de Oliveira	Pedreiro	3º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de dezembro de 2022.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 23 de fevereiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7534 de 23 de fevereiro de 2024.

“Dispõe sobre progressão de servidor público, conforme Lei Complementar nº 12/2008.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido a progressão superior dentro da mesma faixa de referência, conforme Lei Complementar nº 12 de 24 de março de 2008 e Decreto nº 4.944, de 01 de outubro de 2018, ao servidor abaixo relacionado.

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Letras:</u>	<u>Referência:</u>
1931	Geraldo Gonçalves de Oliveira	Pedreiro	1	A-3-E

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de abril de 2021.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 23 de fevereiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



Portaria nº 7535 de 23 de fevereiro de 2024.
“Dispõe sobre o Adicional Por Tempo de Serviço.”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica concedido nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 4 de 27 de dezembro de 2006, o Adicional Por Tempo de Serviço ao servidor abaixo relacionado.

<u>Matrícula:</u>	<u>Servidor:</u>	<u>Cargo:</u>	<u>Quinquênio:</u>
101571	Sonia Aparecida Duarte Manesco	Merendeira	4º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de janeiro de 2023.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 23 de fevereiro de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico do Município de Monte Mor

(Lei Municipal nº 2.630, de 14 de agosto de 2018 e regulamentada pelo Decreto nº 5073, de 12 de setembro de 2019)

é uma publicação da Prefeitura de Monte Mor. Site: www.montemor.sp.gov.br CONTEÚDO:

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade das secretarias e órgãos públicos emissores.

Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor.

Para informações sobre como contatar o órgão emissor, ligue para (19) 3879-9000.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO:

Edição, diagramação e Publicação Eletrônica.

E-mail: diario.oficial@montemor.sp.gov.br



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Segunda-feira, 06 de Maio de 2024 | Ano III | Edição 946

Sumário

PODER EXECUTIVO	1
DECRETOS	1
PORTARIAS	5
EDITAL	12
EXTRATO	15



PREFEITURA DE MONTE MOR

DECRETO Nº 6272 de 06 de maio de 2024.

“Dispõe sobre a revalidação da aprovação dos planos e projetos de loteamento “Jardim Villa Esplendor”, e dá outras providências”.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

DECRETA:

Artigo 1º. - Ficam revalidados o prazo previsto no artigo 18, Inciso V, da Lei Federal 6766/1979 que dispõe sobre o loteamento de solo urbano e dá outras providências, para as obras aprovadas, relativos aos planos de arruamento e loteamento denominado **“Jardim Villa Esplendor”**, de propriedade da **“MM Empreendimentos Imobiliários SPE LTDA”**, inscrita no CNPJ sob nº. 19.793.101/0001-95, a ser implantado no imóvel objeto da Matrícula Nº 8.713 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Monte Mor/SP, com área total de 183.094,00 m², em conformidade com memoriais descritivos, plantas e projetos arquivados junto à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Certificado do GRAPOHAB nº. 444/2019, em conformidade ao **Decreto nº 5350 de dezembro de 2020**.

Artigo 2º. - A revalidação mencionada no Artigo 1º é de 24 meses, contados da publicação deste instrumento.

Artigo 3º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 06 de maio de 2024.

EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, publicado no Diário Oficial do Município e afixado em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



PREFEITURA DE MONTE MOR

DECRETO Nº 6273 de 06 de maio de 2024

“Dispõe sobre Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que o artigo 4º, inciso I, da Lei 3164 de 14 de dezembro 2023, autorizou o Executivo por meio de decreto, a abrir créditos suplementares em reforço às dotações orçamentárias mediante o uso dos recursos previstos no artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, observados os limites de 10% (dez por cento) do total da despesa fixada, constante do artigo 2º da mesma Lei;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica autorizado a suplementação no valor de **R\$ 9.000,00 (nove mil reais)** do orçamento fiscal e da seguridade social do município, autorizado pela Lei nº 3164 de 14 de Dezembro de 2.023 – conforme preceito constitucional exposto no inciso III do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, em favor do órgão e unidade orçamentária, na seguinte dotação consignada sob número:

Ficha	FR	Categoria	Descrição	Valor
02			PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR	
02.06			SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA	
02.06.01			GESTÃO DA SECRETARIA	
18.122.2051.2246			MANUTENÇÃO DA UNIDADE GESTÃO DA SECRETRARI	
	935	1	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JUR	9.000,00
Total da Suplementação				9.000,00

Art. 2º – O Crédito Adicional aberto será coberto com o recurso proveniente da Anulação de Dotação, no valor de **R\$ 9.000,00 (nove mil reais)**, da seguinte dotação do orçamento municipal vigente:

Ficha	FR	Categoria	Descrição	Valor
02			PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR	
02.06			SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA	
02.06.02			MEIO AMBIENTE	
18.122.2052.2197			CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS	
	970	1	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JUR	9.000,00
Total da Anulação				9.000,00



PREFEITURA DE MONTE MOR

Art. 3º – Fica convalidado na Lei nº 2.884/21 – PPA e na Lei nº 3094/23 – LDO, o valor do programa ou ação ora contemplado na presente Lei, bem como, passam a compor as planilhas que integram as leis retro-citadas.

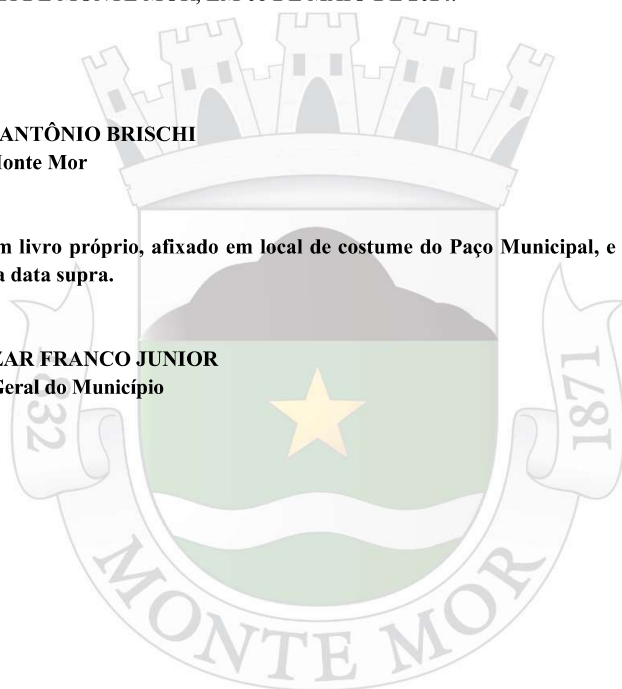
Art. 4º – Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DE MONTE MOR, EM 06 DE MAIO DE 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito de Monte Mor

Registrado em livro próprio, afixado em local de costume do Paço Municipal, e publicado no diário oficial do Município, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município





PREFEITURA DE MONTE MOR

Portaria nº 7718 de 06 de maio de 2024.

“Dispõe sobre a nomeação de servidor aprovado em Concurso Público”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO O artigo 8º da Lei Municipal nº 04 de 27 de Dezembro de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Monte Mor);

CONSIDERANDO A necessidade de preenchimento das vagas existentes;

RESOLVE:

Artigo 1º – Ficam nomeados em caráter efetivo para os cargos abaixo relacionados, os seguintes aprovados no **Concurso Público nº 01/2023**:

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – Micro área Paviotti:17

NOME:

SABRINA CAROLINE DA SILVA

CLASSIFICAÇÃO:

02º

CARGO: PINTOR

NOME:

AMADEU ALVES

CLASSIFICAÇÃO:

04º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de maio de 2024.

Artigo 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 06 de maio de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI

Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR

Procurador Geral do Município



PREFEITURA DE MONTE MOR

Portaria nº 7719 de 06 de maio de 2024.

“Dispõe sobre a nomeação de servidor aprovado em Concurso Público”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO O artigo 8º da Lei Municipal nº 04 de 27 de Dezembro de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Monte Mor);

CONSIDERANDO A necessidade de preenchimento das vagas existentes;

RESOLVE:

Artigo 1º – Fica nomeado em caráter efetivo para o cargo abaixo relacionado, o seguinte aprovado no **Concurso Público nº 02/2023**:

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS

NOME:

ELISABETE MARIA MIRANDA

CLASSIFICAÇÃO:

28º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de maio de 2024.

Artigo 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 06 de maio de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI

Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR

Procurador Geral do Município



PREFEITURA DE MONTE MOR

Portaria nº 7720 de 06 de maio de 2024.

“Dispõe sobre a nomeação de servidor aprovado em Concurso Público”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO O artigo 8º da Lei Municipal nº 04 de 27 de Dezembro de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Monte Mor);

CONSIDERANDO A necessidade de preenchimento das vagas existentes;

RESOLVE:

Artigo 1º – Fica nomeado em caráter efetivo para o cargo abaixo relacionado, o seguinte aprovado no Concurso Público nº 01/2023:

CARGO: MÉDICO CARDIOLOGISTA – 12 HORAS

NOME:

PAULA HELENA GONÇALVES DE SOUZA

CLASSIFICAÇÃO:

01º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 06 de maio de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI

Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR

Procurador Geral do Município



PREFEITURA DE MONTE MOR

Portaria nº 7721 de 06 de maio de 2024.

“Dispõe sobre a nomeação de servidor aprovado em Concurso Público”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO O artigo 8º da Lei Municipal nº 04 de 27 de Dezembro de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Monte Mor);

CONSIDERANDO A necessidade de preenchimento das vagas existentes;

RESOLVE:

Artigo 1º – Fica nomeado em caráter efetivo para o cargo abaixo relacionado, o seguinte aprovado no **Concurso Público nº 02/2023**:

CARGO: INSPETOR DE ALUNOS

NOME:

ANDREA MARIA DA SILVA

CLASSIFICAÇÃO:

05º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 06 de maio de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI

Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR

Procurador Geral do Município



PREFEITURA DE MONTE MOR

Portaria nº 7722 de 06 de maio de 2024.

“Dispõe sobre a nomeação de servidor aprovado em Concurso Público”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO O artigo 8º da Lei Municipal nº 04 de 27 de Dezembro de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Monte Mor);

CONSIDERANDO A necessidade de preenchimento das vagas existentes;

RESOLVE:

Artigo 1º – Fica nomeado em caráter efetivo para o cargo abaixo relacionado, o seguinte aprovado no **Concurso Público nº 01/2023**:

CARGO: MOTORISTA

NOME:

ALINE BRAGA DA FONSECA FRANCO COSTA

CLASSIFICAÇÃO:

12º

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de maio de 2024.

Artigo 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 06 de maio de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI

Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR

Procurador Geral do Município



PREFEITURA DE MONTE MOR

Portaria nº 7723 de 06 de maio de 2024.

“Dispõe sobre a exoneração de funcionário do cargo em comissão”.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica exonerado do cargo de Assessor II, o Sr. **Luiz Fernando dos Reis Celestino**.

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 06 de maio de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município



PREFEITURA DE MONTE MOR

Portaria nº 7724 de 06 de maio de 2024.

“Dispõe sobre readaptação de servidor e dá outras providências”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito do Município de Monte Mor – SP, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º – Fica mantida a readaptação, após avaliação pericial, da servidora **Nazarela Ramos Barbosa**, matrícula 2236, efetiva no cargo de Agente de Controle de Endemias, admitida em 19/01/2012, com validade de 180 dias até 28 de setembro de 2024, para prestar serviços junto à “VISA”, sem prejuízos em seus vencimentos.

Artigo 2º – O não comparecimento do servidor, com 15 (quinze) dias de antecedência do prazo de vencimento da readaptação, para solicitar a prorrogação, implicará, automaticamente, em alta médica com o retorno ao cargo e função de origem.

Artigo 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de abril de 2024.

Artigo 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em 06 de maio de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito

Registrada em livro próprio, publicada no Diário Oficial do Município e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR
Procurador Geral do Município

**EDITAL**

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2023

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR
ESTADO DE SÃO PAULO****EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2023**

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, Estado de São Paulo, por meio de sua Comissão de Concurso Público, juntamente com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Educacional e Capacitação – INDEC, responsável pela realização do Concurso Público, conforme Edital n.º. 001/2023, tornam público o Resultado Final das Provas Objetivas realizadas no dia 07 de abril de 2024 para o cargo de Advogado, da seguinte forma.

1. DO RESULTADO FINAL**1.1 LISTA ESPECIAL (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA):**

ADVOGADO									
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	Total	Situação	Class.	Data Nasc.	Libras
1508	RONALDO NOGUEIRA MARTINS PINTO	10,00	12,50	37,50	60,00	APROVADO(A)	1º	09/04/1965	NÃO

1.2 LISTA GERAL:

ADVOGADO									
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	Total	Situação	Class.	Data Nasc.	Libras
0012	RAFAEL BARRIOS DE MELLO	22,50	22,50	47,50	92,50	APROVADO(A)	1º	24/01/1990	NÃO
6112	GABRIEL CHRISTOVAM	22,50	25,00	45,00	92,50	APROVADO(A)	2º	25/04/2000	NÃO
3026	JESSICA CRISTINA DA SILVA	22,50	20,00	47,50	90,00	APROVADO(A)	3º	30/01/1995	NÃO
6261	CARLOS EDUARDO BARBOZA DA SILVA FILHO	17,50	25,00	47,50	90,00	APROVADO(A)	4º	07/07/1997	NÃO
2925	RICARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA MOTA	20,00	25,00	45,00	90,00	APROVADO(A)	5º	22/06/1976	NÃO
7794	GABRIEL BARBOSA FAGUNDES	20,00	25,00	45,00	90,00	APROVADO(A)	6º	04/07/1998	NÃO
6403	RODRIGO MARTINS SILVA	22,50	20,00	45,00	87,50	APROVADO(A)	7º	16/06/1980	NÃO
8513	GUILHERME SILVA DOS SANTOS	22,50	20,00	45,00	87,50	APROVADO(A)	8º	08/06/1992	NÃO
0372	BRUNO PEGO BRAGA	20,00	22,50	45,00	87,50	APROVADO(A)	9º	17/10/1989	NÃO
7208	ADILSON RODRIGUES PINHA	22,50	22,50	40,00	85,00	APROVADO(A)	10º	13/09/1962	NÃO
7421	VITOR RAFAEL OLIVEIRA ALVES	20,00	17,50	47,50	85,00	APROVADO(A)	11º	18/11/1979	NÃO
8545	NEEMIAS WELITON DE SOUZA	15,00	22,50	47,50	85,00	APROVADO(A)	12º	05/05/1970	NÃO
8794	LEILANE SOUZA BRITO RIOS	15,00	22,50	47,50	85,00	APROVADO(A)	13º	05/01/1988	NÃO
4313	RHAIZA CHRISTO RAMOS	17,50	22,50	45,00	85,00	APROVADO(A)	14º	03/07/1990	NÃO
3030	RENATA CRISTIANE GUERRA BORTOLIN MORELLI	20,00	25,00	40,00	85,00	APROVADO(A)	15º	21/07/1981	NÃO
9429	LUIZ OTAVIO DA CAMARA LEAL SASSI	17,50	17,50	47,50	82,50	APROVADO(A)	16º	25/02/1976	NÃO
4688	LUIZ FELIPE PENTEADO MARTINS	25,00	12,50	45,00	82,50	APROVADO(A)	17º	05/02/1986	NÃO
4851	ALINE DOS SANTOS FERREIRA	20,00	17,50	45,00	82,50	APROVADO(A)	18º	15/02/1990	NÃO
3597	MARCELO JOSE MENDES SANTIAGO	15,00	22,50	45,00	82,50	APROVADO(A)	19º	22/03/1989	NÃO
0009	RAFAEL BELLUCO GUERRINI	20,00	20,00	42,50	82,50	APROVADO(A)	20º	01/03/1995	NÃO
8179	FADEL DAVID ANTÔNIO NETO	17,50	22,50	42,50	82,50	APROVADO(A)	21º	21/04/1973	NÃO
8642	JOAO PEDRO CASTELLUCCI CAMOSSATTO	22,50	22,50	37,50	82,50	APROVADO(A)	22º	18/09/1997	NÃO
5536	MANOEL HENRIQUE MARTINS	20,00	25,00	37,50	82,50	APROVADO(A)	23º	13/04/1986	NÃO
1840	ELIANA ROSA DA CRUZ CANDIDO	15,00	22,50	42,50	80,00	APROVADO(A)	24º	30/07/1980	NÃO
5188	WESLEY GIL CARDOSO LEITE	15,00	22,50	42,50	80,00	APROVADO(A)	25º	11/08/1997	NÃO
4749	DANIELA ALVES VERZA	17,50	15,00	45,00	77,50	APROVADO(A)	26º	15/08/1974	NÃO
0311	DIEGO RIBEIRO CARDOSO	12,50	20,00	45,00	77,50	APROVADO(A)	27º	11/06/1983	NÃO
8428	IAGO CARDOSO DE ANDRADE	15,00	20,00	42,50	77,50	APROVADO(A)	28º	20/01/1992	NÃO
7032	INGRID FRANCIELE DA SILVA	15,00	22,50	40,00	77,50	APROVADO(A)	29º	15/07/1992	NÃO
8733	ROGERIO DA SILVA	20,00	20,00	37,50	77,50	APROVADO(A)	30º	03/07/1978	NÃO
3794	DIEGO SHIMON FERRARACIO ESPOZ	15,00	20,00	40,00	75,00	APROVADO(A)	31º	01/05/1980	NÃO



Diário Oficial

Monte Mor/SP

Monte Mor / SP, Segunda-feira, 06 de Maio de 2024 | Ano III | Edição 946



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR ESTADO DE SÃO PAULO



8723	ITAMAR MESSIAS RODRIGUES	12,50	22,50	40,00	75,00	APROVADO(A)	32º	22/06/1974	NÃO
3304	WILLIAM HENRIQUE SILVA DOS SANTOS	15,00	12,50	45,00	72,50	APROVADO(A)	33º	12/04/1993	NÃO
4195	ALINE RIBEIRO PINHO	17,50	12,50	42,50	72,50	APROVADO(A)	34º	24/02/1983	NÃO
8792	GUSTAVO LEONY LYRA RIOS	15,00	15,00	42,50	72,50	APROVADO(A)	35º	13/01/1990	NÃO
5065	MARCELO ORIOLI	12,50	17,50	42,50	72,50	APROVADO(A)	36º	11/04/1972	NÃO
6490	ADIEL MOTA VILAS BOAS JUNIOR	15,00	17,50	40,00	72,50	APROVADO(A)	37º	25/05/1990	NÃO
2422	ADALBERTO AUGUSTO LEAO JUNIOR	10,00	25,00	35,00	70,00	APROVADO(A)	38º	29/01/1974	NÃO
4122	SHIRLEY MIGUES OLIVEIRA	17,50	20,00	32,50	70,00	APROVADO(A)	39º	22/04/1987	NÃO
5206	EDSON LISBÔA FERREIRA DA COSTA	20,00	7,50	40,00	67,50	APROVADO(A)	40º	04/03/1963	NÃO
0624	VERONICA MARIA SOUZA SILVA	7,50	20,00	40,00	67,50	APROVADO(A)	41º	30/01/1997	NÃO
9157	LETICIA CRISTINE DOS SANTOS CARDOZO	15,00	20,00	32,50	67,50	APROVADO(A)	42º	23/08/1996	NÃO
3008	ERIK THIAGO IVERSEN	12,50	20,00	32,50	65,00	APROVADO(A)	43º	18/02/2000	NÃO
2793	EVELYN LUIZE RANUCI	10,00	22,50	32,50	65,00	APROVADO(A)	44º	10/01/2001	NÃO
2272	PAULO FRANCISCO DOS SANTOS DE OLIVEIRA	15,00	22,50	27,50	65,00	APROVADO(A)	45º	03/12/1979	NÃO
5548	LOREN O'HANA SANTIAGO DE CARVALHO	15,00	7,50	40,00	62,50	APROVADO(A)	46º	30/12/1991	NÃO
1331	GEAZI HAZAEL DE SOUZA	15,00	12,50	35,00	62,50	APROVADO(A)	47º	26/02/1999	NÃO
7789	VICTOR HUGO SANTOS	7,50	20,00	35,00	62,50	APROVADO(A)	48º	02/10/1993	NÃO
1508	RONALDO NOGUEIRA MARTINS PINTO	10,00	12,50	37,50	60,00	APROVADO(A)	49º	09/04/1965	NÃO
0894	FELIPE FERREIRA	15,00	12,50	32,50	60,00	APROVADO(A)	50º	21/03/1995	NÃO
7439	PRISCILA MENDES TEIXEIRA	7,50	20,00	32,50	60,00	APROVADO(A)	51º	03/08/1993	NÃO
8418	DANIELE CRISTINA DE SOUZA	15,00	15,00	30,00	60,00	APROVADO(A)	52º	06/05/1981	NÃO
4491	ANTONIO MARIA ANDRADE COELHO JUNIOR	12,50	17,50	30,00	60,00	APROVADO(A)	53º	14/06/1978	NÃO
4283	ROGERIO VIANA	10,00	12,50	35,00	57,50	APROVADO(A)	54º	15/11/1982	NÃO
4533	CAIO ALEXANDRE DA SILVA	7,50	15,00	35,00	57,50	APROVADO(A)	55º	20/01/1988	NÃO
6768	TAYLA GABRIELE FRANQUILINO PEREIRA	10,00	15,00	30,00	55,00	APROVADO(A)	56º	05/10/2000	NÃO
7806	DORCILIO RAMOS SODRE NETO	17,50	10,00	27,50	55,00	APROVADO(A)	57º	29/12/1990	NÃO
2354	TAYNA ROBERTA DA SILVA PEDRO ROCHA	12,50	10,00	30,00	52,50	APROVADO(A)	58º	06/03/1996	NÃO
0392	MARIA EDUARDA CLEMENTE DE GODOY	10,00	12,50	30,00	52,50	APROVADO(A)	59º	11/07/1996	NÃO

Monte Mor, em 03 de maio de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal



**EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO FINAL
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2023**

**DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO FINAL DO CONCURSO
PÚBLICO N.º 001/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve pelo presente.

ARTIGO 1º) - Homologar o resultado final do Concurso Público n.º 001/2023, cujas provas objetivas foram realizadas no dia 07 de abril de 2024, para provimento de vagas e formação de cadastro reserva do cargo público de Advogado.

ARTIGO 2º) - A validade do aludido Concurso Público é de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

ARTIGO 3º) - Revogadas as disposições em contrário, este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se para ciência dos interessados.

Monte Mor,
Em 03 de maio de 2024.

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
Prefeito Municipal



EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO 42/2024 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2024



PREFEITURA DE MONTE MOR

Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito Municipal de Monte Mor, AUTORIZA a publicação do Extrato do Contrato da Dispensa Nº 18/2024, como segue.

EXTRATO DO CONTRATO 42/2024 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2024.

Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2024. Contrato nº 42/2024 – Contratante: Prefeitura Municipal de Monte Mor. Contratada: TRIÂNGULO QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE BOMBEIROS CIVIS E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA, Objeto: contratação de salva vidas para as piscinas municipais de Monte Mor/SP. R\$ 49.888,80 (quarenta e nove mil e oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos), pelos serviços prestados no prazo dos 09 (nove) meses.

Monte Mor, SP, em 06 de Maio de 2024.

Edivaldo Antônio Brischi – Prefeito Municipal





DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico do Município de Monte Mor

(Lei Municipal nº 2.630, de 14 de agosto de 2018 e regulamentada pelo Decreto nº 5073, de 12 de setembro de 2019)

é uma publicação da Prefeitura de Monte Mor. Site: www.montemor.sp.gov.br CONTEÚDO:

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade das secretarias e órgãos públicos emissores.

Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor.

Para informações sobre como contatar o órgão emissor, ligue para (19) 3879-9000.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO:

Edição, diagramação e Publicação Eletrônica.

E-mail: diario.oficial@montemor.sp.gov.br